



II SEMINÁRIO “TEMPOS SOCIAIS E O MUNDO CONTEMPORÂNEO”

TEMPOS SOCIAIS: AS CRISES, AS FASES E AS RUTURAS

Emília Araújo, Eduardo Duque, Mónica Franch & José Durán (org.)

© CECS 2014 Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

www.cecs.uminho.pt

Título	<i>Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo - As crises, As Fases e as Ruturas</i>
Editores	Emília Araújo, Eduardo Duque, Monica Franch & José Durán
ISBN	978-989-8600-23-3
Capa	Fotografia: Pedro Mendes
Formato	eBook, 351 páginas
Data de Publicação	2014, dezembro
Editora	CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho Braga · Portugal
Director	Moisés de Lemos Martins
Director-Adjunto	Manuel Pinto
Director Gráfico e Edição Digital	Alberto Sá
Assistente de Formatação Gráfica	Ricardina Magalhães

ÍNDICE

Prefácio	5
Emília Araújo, Eduardo Duque, Monica Franch & José Durán	
La continuidad biográfica y el manejo de la incertidumbre: análisis de la realidad transicional de los jóvenes adultos	7
Izaskun Artegui Alcaide	
La crisis de cuidados y sus rasgos temporales: tiempo encarnado, tiempo moralizado y tiempo politizado	21
Matxalen Legarreta	
Misticismo e Alteridade. José Régio: a confissão como prática autobiográfica	34
Maria Motta	
Dos diários privados aos <i>blogs</i>: uma expressão temporalmente continuada de intimidade reflexa	44
Ana Maria da Costa Macedo	
Espaços dentro de sítios e sítios dentro de espaços: o turismo negro como mediador da morte ausente/presente	55
Belmira Coutinho & Maria Manuel Baptista	
Roturas e Suturas: Anotações sobre a experiência do tempo entre pessoas vivendo com HIV/aids	68
Mónica Franch & Ednalva Maciel Neves	
A mediação tecnológica do tempo livre e do tempo do trabalho: contribuições para uma teoria crítica em tempos escassos	79
Maria de Fátima Vieira Severiano	
Os tempos da precariedade e a política social atual. Contornos de uma “biopolítica” contemporânea face a um tempo social fractal	90
Cristina Albuquerque	
As ruas da cidade e os tempos de crise: exercício de leitura	104
Helena Pires	
Na Emergência das Crises: Rupturas a partir do processo de interação escolar de crianças brasileiras imigrantes em Londres	143
Denise H. S. Moreira & Elânia F. S. Mullahy	
É possível sair do presente? Uma teoria prospetiva	154
Eduardo Duque	
A mudança na legislação trabalhista que regula a relação entre patrões e empregadas domésticas no Brasil: como rupturas temporais podem influenciar aspectos da estrutura social	170
Rafaela Cyrino	
A “Rehab” da Palavra	182
Maria Joana Pereira	
A Televisão em Tempos de Crise: representações, discursos e soluções na realidade da TV	194
José Pedro Arruda	

Tempos sociais no mundo educacional contemporâneo exigem rutura com paradigma excludente: resultados de um estudo de caso sobre desenvolvimento profissional docente	206
Sandra Cardoso; Lourdes Monteiro & Teresa Esteban	
Vivencias del tiempo social: compaginar la participación política, el cuidado y el empleo	220
Marina Sagastizabal	
O Tempo da Pesquisa: reflexões sobre o caminho investigativo	232
Lígia Luis de Freitas & Mirian Albuquerque de Aquino	
Hannah Arendt: el tiempo y la humano conditio. De la permanencia del mundo común a la alienación moderna del mundo	247
José Francisco Durán	
Autopoiesis, cognição e educação construtivista: Implicações sociofamiliares do construtivismo radical	265
Judite Maria Zamith Cruz	
Jürgen Habermas - Communicative Acting and Time Frames". A contribution to contemporary time theory and individual time concepts	291
Jana Hofmann	
Tempo e temporalidades alimentares em mudança	307
Paula Mascarenhas	
A fase da iniciação científica e a ruptura no tempo - destino. Esboço de uma problemática sobre a preparação e expectativas de carreira na investigação científica	336
Adriano de Oliveira; Emília Rodrigues Araújo & Lucídio Bianchetti	

Prefácio

EMÍLIA ARAÚJO, EDUARDO DUQUE, MONICA FRANCH & JOSÉ DURÁN

O presente *ebook* compõe-se do conjunto de comunicações apresentadas no seminário “Tempos Sociais e o mundo contemporâneo – fases, crises e ruturas”, realizado em novembro de 2013, na Universidade do Minho. Os textos que se apresentam vertem as influências disciplinares dos diversos autores, apresentando pontos de vista específicos sobre diversos fenómenos analisados, na perspectiva do tempo e das temporalidades.

Michelle Bastian afirma que o tempo não é um recipiente neutro para a vida social, mas uma fonte de valores, conceitos e lógicas que são usados para negociar a complexidade da vida social. Com efeito, as sociedades atuais são marcadas por vários processos de transformação que implicam alterações significativas na forma de perceber e de usar o tempo. Algumas das palavras mais frequentes usadas na classificação do estado do social e do político são crise, fase e rutura. Trata-se de palavras aplicadas aos mais diversos níveis. Porque são socialmente constituídas, traduzem os modos pelos quais a sociedade se pensa e analisa a si própria. É nesse sentido que merecem ser estudadas. Qualquer uma destas palavras contém a ideia de corte num determinado processo temporal com características próprias e qualquer uma delas contem, em potência, a sua superação. Tem primeiramente, um papel substantivo na forma como permitem uma certa leitura da sociedade atual. Um número crescente de autores tem vindo a dar atenção ao surgimento de novas experiências e expressões de tempo que consideram ser um resultado de tendências contemporâneas que caracterizam a expansão da sociedade em rede, da digitalização, das novas formas de interação e mediatização individual e institucional, assim como da aceleração (Hassan, 2010; Hope, 2009; Rosa, 2005; Scheuerman, 2004). Ideias tais como o fim do futuro, recessão, desigualdades temporais, surgimento de identidades em fluxo, e, ainda, as novas percepções sobre o passado, o presente e o futuro são exemplos das temáticas em discussão.

Mas, as palavras “crises”, “fases” e “ruturas” também designam processos temporais inerentes à vida biológica, social e política não atribuídos a qualquer circunstância histórica específica. Há vários fenómenos bio-sociais cuja existência e desenvolvimento implicam a crise, a rutura e a experiência da fase. É certo que os contextos históricos e socioculturais influem sobre cada uma dessas experiências e nas significações por elas produzidos. Mas, trata-se, em geral, de fenómenos inerentes a cada sistema, representando, por vezes a constituição de novos estados, ou apenas a sua renovação e reequilíbrio.

O leque de textos que apresentamos a seguir inclui, assim, diversos pontos de vista sobre vários fenómenos sociais que implicam momentos e durações de e em rutura, tais como o desemprego, a doença, a morte, a emigração e a religião.

REFERÊNCIAS

Hassan, Robert (2010). “Social acceleration and the network effect: A defence of social “science fiction” and network determinism”. *The British Journal of Sociology*, 61(2), 356–374.

Hope, Wayne (2009) "Conflicting Temporalities State, nation, economy and democracy under global capitalism", *Time & Society*, 18, 1, 62–85.

Rosa, Hartmut (2005). "The speed of global flows and the pace of democratic politics". *New Political Science*, 27, 445–459.

Scheuerman, William (2004). *Liberal Democracy and the Social Acceleration of Time*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

La continuidad biográfica y el manejo de la incertidumbre: análisis de la realidad transicional de los jóvenes adultos

IZASKUN ARTEGUI ALCAIDE¹

INTRODUCCIÓN

La inestabilidad y la precariedad laboral tienen consecuencias sobre la continuidad biográfica. Esta es una de las conclusiones más evidentes del estudio en el que se basa la propuesta que aquí presentamos. El espacio que conforma la transición de la juventud a la edad adulta nos ofrece buenos indicios para fundamentar este diagnóstico. La sociología del tiempo nos brinda una herramienta precisa para su análisis.

Si estudiamos la literatura que aborda la transición de la juventud a la edad adulta, observamos que existen una serie de fenómenos comunes a esta etapa (los retrasos, el presentismo, el prolongamiento de la juventud, el cortoplacismo, la postergación de las decisiones,...) que señalan que algo sucede con los tiempos que se encuentran incrustados en ella. El análisis de estos fenómenos desde una perspectiva temporal nos indica que, tras todos ellos, se encuentra un elemento común: el choque entre las expectativas de futuro que construyeron los jóvenes en el pasado y la realidad que viven en el presente.

Este choque, no obstante, no cuenta con una respuesta homogénea y unitaria por parte de todos los jóvenes: las transformaciones que ha sufrido el mercado laboral en las últimas décadas han dado lugar a una diversificación de las trayectorias laborales que ha desencadenado en lo que algunos autores ya están traduciendo como una diversificación de las opciones biográficas (Elchardus & Smits, 2006; Leccardi, 2005).

Para abordar esta diversidad y acceder a los significados que se encuentran tras este choque de expectativas, proponemos atender a los discursos sociales del tiempo que construyen los jóvenes en transición. Si bien es cierto que este propósito entraña un abordaje complejo, la metáfora de los horizontes temporales propuesta por Ramos (2007) y las iteraciones temporales trabajadas por Luhmann (1992) nos ofrecerán un buen instrumental analítico que nos permitirá adentrarnos en los que

¹ Departamento de Sociología, Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea e-mail: izaskun.artegui@ehu.es

consideramos son los dos espacios temporales más relevantes de este choque de expectativas: el espacio de conexión entre el pasado y el presente (expectativas de futuro en el pasado) y el espacio de conexión entre el presente y el futuro (expectativas de futuro en el presente).

La metáfora de los horizontes temporales, explicamos de forma breve, explicita que tanto el pasado como el futuro son horizontes del presente (Ramos, 2007). Así, el pasado como horizonte es el conjunto de cosas que recordamos, es decir, la memoria y el futuro como horizonte es el conjunto de cosas que esperamos que vayan a ocurrir, esto es, las expectativas de futuro. Ambos horizontes, además de ser observados desde el presente de la experiencia, lo conforman y lo dotan de sentido (Ramos, 2007: 176-177).

Completando esta idea con la propuesta de Luhmann (1992), podemos afirmar que tanto el horizonte de pasado, como el horizonte de futuro albergan una multiplicidad de iteraciones temporales que ayudan a sistematizar su análisis. En este sentido, es posible hablar de Pasados futuros, de Futuros pasados, de Pasados pasados, de Presentes futuros, de Futuros presentes,... En el caso de las expectativas de futuro o, lo que es lo mismo, el futuro como horizonte, encontramos dos iteraciones sumamente relevantes para el estudio que nos atañe: el Futuro pasado y el Futuro presente. Cada una de ellas abre un espacio de análisis de las expectativas de futuro particular: (a) el Futuro pasado nos da la posibilidad de acercarnos a las expectativas de futuro construidas por estos jóvenes en el pasado y (b) el Futuro presente nos permite acercarnos a las expectativas de futuro que construyen en el presente.

Con arreglo a esto, en este artículo, trataremos de observar en qué grado las estrategias de enfrentamiento de este choque de expectativas y los niveles de continuidad entre pasado y presente que derivan de ellas, están determinando tanto las estrategias de enfrentamiento de la incertidumbre que viven los jóvenes en la actualidad, como los niveles de continuidad entre su presente y su futuro. Para dotar de fundamentación a esta propuesta tomaremos como base algunos de los datos producidos a través de veinticuatro entrevistas en profundidad realizadas en la Comunidad Autónoma del País Vasco (2013) a jóvenes de entre veintisiete y treinta y cinco años, con estudios superiores finalizados hace más de cuatro años, con cierta trayectoria laboral, emancipados y provenientes de clases medias o clases trabajadoras.

EL FACTO MATERIAL Y EL FACTOR SIMBÓLICO-CULTURAL: GENEALOGIA DE UN CHOQUE DE EXPECTATIVAS

Como introducíamos, los distintos fenómenos ligados a la transformación de la temporalidad de la transición de la juventud a la edad adulta están relacionados con un choque entre las expectativas de futuro que construyeron estos jóvenes en el pasado y la realidad que se encuentran en el presente. Atendiendo a los principales resultados provenientes del análisis de los datos producidos a lo largo de nuestro trabajo de campo, podemos decir que, a la hora de abordar este choque de

expectativas, son dos los factores que adquieren mayor relevancia: el factor material y el factor simbólico-cultural.

El primer factor, el material, está relacionado con la situación de inestabilidad y precariedad laboral que sufre una buena parte de la juventud que se encuentra en la etapa de transición de la juventud a la edad adulta. Esta situación de inestabilidad y precariedad da lugar a una merma de la calidad y la continuidad de sus recursos económicos, dando lugar a su vez a unos estados de semi-independencia o de independencia condicionada que impide a los jóvenes avanzar en sus proyectos vitales, al menos, de acuerdo a la forma en los que los habían proyectado (Martín Serrano, 2002; Requena, 2002; Singly, 2005).

El segundo factor, el simbólico-cultural, relaciona el modo en que se desarrolla la transición (Bernardi, 2007) o el proceso de toma de independencia (Hernandez Aristu, 2002) con el proceso de socialización de los jóvenes. Es decir, el paso de los distintos umbrales transicionales dependerá, no sólo de la valoración de los recursos económicos, sino también de las expectativas o aspiraciones de vida que estos jóvenes construyeron durante su proceso de socialización (Bernardi, 2007). Así, el nivel de vida aceptable o la posición social a la que aspiran será la que iguale o supere al nivel de vida o posición de sus padres (Bree, 1998, 1999; Breen & Goldthorpe, 1997, 2000)².

EL FACTOR SIMBÓLICO-CULTURAL: LA BIOGRAFÍA LABORAL FORDISTA COMO RUTA DE VIDA ESPERADA

Si atendemos a los discursos que generan los jóvenes entrevistados en torno a las expectativas de futuro que construyeron en el pasado, vemos que el imaginario construido en torno a la universidad es un elemento analítico clave por el que comenzar nuestra reflexión. Si bien es cierto que la mayoría de los jóvenes señalan que la socialización en una serie de aspiraciones de vida muestra distintas señales a lo largo de su trayectoria infantil y juvenil, todos coinciden en que estos discursos se hacen patentes y se llenan de contenido explícito cuando aparece en sus vidas el elemento universitario. Con unas palabras u otras, todos admiten que, en aquel tiempo, ir a la universidad se entendía como el paso lógico y normado que seguía a la finalización de los estudios de bachillerato, sugiriendo unos y afirmando otros que, quienes decidían seguir su desarrollo formativo por otros caminos (FP, REM) o dejaban los estudios para ponerse a trabajar, formaban parte de ese grupo de jóvenes que carecían de capacidad, recursos o “responsabilidad”.

“Yo lo tenía tan arraigado que no contemplaba otra posibilidad que no fuera estudiar. Pero sí que era como lo que había que hacer; la norma social existía tan fuerte que no veía otra cosa. Era: yo voy a ir al colegio, luego al instituto y luego a la universidad, ¡porque no hay otra! Para mi FP eran los de allí... o sea, yo no tenía ni amigos de FP”. Ingeniero, 32 años.

² Lograr alcanzar ese nivel de vida o esa posición social será entendido como movilidad social ascendente. No lograrlo, en cambio, será interpretado como movilidad social descendente (Bernardi, 2007).

“Es que era algo tan obvio que después del colegio ibas al instituto y después del instituto ibas a la universidad... Pum, pum, pum (onomatopeya). Y los que no hacían eso eran los kinkis, eran los macarras, los que fumaban porros,... la gente más... ¡los macarras! los que no querían estudiar. Si no estudiabas eras un desecho de la sociedad”. Licenciada en Bellas Artes, 29 años.

A pesar de ser conscientes (más hoy que entonces, reconocen) del prejuicio que rodea a esta idea, los entrevistados confiesan que estos compañeros a los que hacen alusión formaban parte de esa clase “estigmatizada” que no tendría éxito en la vida. Estas afirmaciones nos muestran la asociación entre “éxito” y “universidad” que se respiraba en la época en la que se fraguaban las expectativas de futuro de estos jóvenes. Esta relación queda perfectamente recogida a través de las expresiones que, según estos jóvenes, cercaban esos discursos sociales que se construían y que ellos recibían, en torno a la universidad; expresiones que, por otra parte, coincidían en su principio: “si vas a la universidad...” y se asemejaban mucho en su final: “... serás una persona de provecho”, “... serás una persona de bien”, “... te irá bien en la vida”, “... tendrás una buena vida”, “... tendrás un buen futuro”. Si nos esforzamos en encontrar lo que se esconde detrás de estas promesas de éxito (ser una persona de bien, ser una persona de provecho) atendiendo a los matices que las significan, veremos que lo que ellas simbolizan está representado en la expresión de promesa más repetida en las entrevistas: “si vas a la universidad, tendrás un buen trabajo”.

“La idea era que todo el mundo tenía que hacer una carrera; era súper importante (...) era como una especie de lavado de cerebro continuo sobre lo importante que es hacer una carrera y seguir estudiando para tener un trabajo mucho mejor remunerado”. Licenciada en Psicología, 29 años.

“El hecho de ir a la uni y tener una carrera se entendía como tener opciones a trabajar. Tener un trabajo, entre comillas, relajado o menos sacrificado que una persona que no tenía estudios y que tenía que pasarse trabajando todo el día”. Arquitecto (a), 31 años.

“Existía esa vinculación directa entre si tú tienes una carrera, vas a tener un buen trabajo”. Licenciado en Sociología, 32 años.

Cuando, en este sentido, se pregunta a los jóvenes entrevistados “¿qué es un buen trabajo?”, las respuestas que recogemos nos dirigen hacia la idea de trabajo paradigmática de la norma social del empleo: un trabajo estable, protegido, lineal y ascendente.

“Un trabajo más estable... un poco más de estabilidad... No sé, yo es que no tengo esa mentalidad, ¿eh? Estoy hablando de lo que nos han intentado inculcar. Aparte de estabilidad, era profesionalizarte en algo específico, como más técnico, o más... ¿me explico? Más especializado en algo. Al final si quieres ser médico... médico, que es un trabajo estable. Y para mantener un nivel de vida medio-alto. Al final es una carrera en la que te puedas desarrollar profesionalmente de manera ascendente a lo largo de tu vida, que es básicamente laboral, 40 o 50 años. Que puedas ir un poco para arriba, tanto en conocimiento, como en calidad de vida”. Ingeniero, 30 años.

Esto nos reafirma en la idea de que las bases socializadoras de estos jóvenes, en primera instancia, se han fundado en la idea de una carrera universitaria que garantizará una biografía laboral idealmente fordista.

Si damos un paso más allá en esta misma dirección en la que nos encontramos y preguntamos a los jóvenes sobre el origen de la centralidad que se adscribe al trabajo en los discursos heredados, es decir, sobre la traducción de qué significa acceder y tener garantizado un buen trabajo, las respuestas vuelven a ser corales: “porque te permite tener una buena vida”. Esta respuesta nos revela el segundo elemento en el que se cimientan las expectativas de futuro de estos jóvenes en el pasado: “una biografía laboral de éxito dará lugar a una biografía vital de éxito”, reproduciendo así la unión entre trabajo y vida forjada en los años del bienestar:

“Si vas a la universidad vas a tener tu piso, vas a tener tus hijos, vas a tener tu casita, tu cochecito, tu no sé cuantos,... pues lo que estabas viviendo en casa: las cosas muy bien, tal,... o sea, tranquilidad, seguridad, calidad de vida. Entonces, ¿uni? Sí, la uni es el camino. Y, de hecho, cuando pensé en Comercio Internacional yo pensaba en pasta, yo pensaba que iba a sacar pasta de ahí (...) sí, yo pensaba en una manera fácil de ganarme la vida y de tener un dinero”. Diplomada en Comercio Internacional, 35 años.

“Recuerdo, por ejemplo, que mi padre siempre me ponía el ejemplo de un amigo suyo, de uno de sus mejores amigos. Mi padre dejó de estudiar con 16 años y se metió a trabajar, entonces, él dice que al principio tenía un poder adquisitivo que su amigo no tenía porque él siguió estudiando. Entonces mi padre siempre recordaba: “mira, yo tuve un coche antes que él y yo podía viajar y hacer cosas que él no podía, pero cuando él empezó a trabajar, él tenía mucho más poder adquisitivo que yo”. Entonces eso, al final lo que te meten es eso, que tienes que hacer ese esfuerzo de estudiar un poco más y de tirar para adelante estudiando y dependiendo de tu familia para que luego encuentres un trabajo mejor y tengas una calidad de vida mejor”. Arquitecto (b), 31 años.

Si, continuando con el análisis, nos adentramos en las significaciones que rodean a la idea de “una buena vida” en la que se basan las expectativas de los jóvenes entrevistados, veremos que los componentes más implícitos que explícitos de sus discursos nos dicen que una buena vida es esa que permite igualar o mejorar el estatus social y la calidad de vida de los padres, es decir, es esa que permite una movilidad social ascendente:

“¿Qué suponía? Estatus. Muchos de los padres de nuestra generación no han tenido la oportunidad de estudiar o lo que sea y hemos estado súper sometidos con esa historia de “vete a la uni, haz unos estudios superiores, porque vas a tener un futuro mejor,...” por las expectativas”. Arquitecto, 33 años.

Yo creo que, sobre todo, para una determinada clase social que no había podido acceder a determinada educación y que en su día incluso percibieron que esa educación que no habían recibido no les había permitido llegar a determinados trabajos, lo habían sentido como un déficit. Entonces intentaron en la medida de lo posible que sus hijos no vivieran eso (...) yo eso sí que lo he vivido siempre; lo he vivido así (...)

“Vas a tener reconocimiento social entre tus pares, pero vas a tener todavía más reconocimiento social entre los que están por debajo. Yo lo vivía mucho por ejemplo en mis primos y en mis tíos: “está haciendo derecho”, “está haciendo prácticas en un bufete”, “va a ser abogado”, “va a ser juez”,... era la posibilidad de tener un buen sueldo, de tener reconocimiento social, de poder seguir ascendiendo en la escala social,... Era eso, sí. Sí, sí”. Licenciado en Derecho y en Ciencias Políticas, 35 años.

EL FACTOR MATERIAL: UN CHOQUE DE EXPECTATIVAS RELACIONADO CON LA INESTABILIDAD

A pesar de lo dicho, si analizamos los niveles de satisfacción o consecución de estas expectativas en la actualidad cuantificando las respuestas que los jóvenes nos ofrecen a este respecto, vemos que de veinticuatro entrevistados, sólo seis indican que sus expectativas, “aquellas expectativas”, han encajado con la realidad que viven hoy (“en cierta manera”). Si atendemos a los perfiles de estos seis jóvenes, veremos que dos de ellos son los entrevistados más mayores (34 y 35 años), es decir, pertenecientes todavía a la generación en la que la inserción laboral de los jóvenes con carrera universitaria era fluida; que otros tres son ingenieros, es decir, una de las pocas carreras que, aún hoy, muestran una buena inserción laboral; y que el último describe una trayectoria laboral que, aunque llena de esfuerzo, sacrificio y movilidad geográfica, él mismo describe como “una trayectoria muy afortunada”.

Los otros 18 entrevistados, por el contrario, han visto frustradas sus expectativas a día de hoy. Esta frustración, en todos los casos, viene de la ruptura que se da en ese primer umbral señalado, es decir, en la ruptura que se da en la linealidad que caracterizaba al tránsito de lo formativo a lo laboral.

“Tampoco pensaba montarme en el dólar pero tampoco pensaba que me iba a costar tanto trabajo encontrar trabajo. O sea, cuando empiezas la carrera y en esa época, en menos de un mes y medio estabas colocado en una empresa, ya fuese de construcción, ya fuese de energía, ya fuese... entonces, después del esfuerzo, salir y no encontrar trabajo en 6 meses pues... de ahí el bajón”. Ingeniero, 30 años.

“Sí que tenía expectativas laborales. Pensaba en mi futuro como: “acabo la uni, lo hago año por año,...” lo daba por hecho: pan pan pan (onomatopeya), “empiezo con 18, acabo con 22 más o menos, encuentro curro, tal, me voy de casa seguido, igual para los 28 años ya tengo incluso hijos,...” o sea, lo veía, yo me lo creía así, me parecía que era súper así. Y no ha pasado, para nada, ya has visto”. Licenciada en Humanidades y Empresa, 29 años.

“Yo esperaba tener más estabilidad laboral y tener un contrato... un tipo de trabajo quizás con más responsabilidad, porque, al final, tengo 28 años, ¿sabes? Y no puedo estar toda la vida de becario. Sí que esperaba tener más responsabilidad, un puesto no tan junior, un poquito más arriba,... pero no ha podido ser.” Licenciada en Administración y Dirección de Empresas, 28 años.

En este sentido, en la mayoría de los casos, los jóvenes entrevistados muestran unas trayectorias laborales altamente inestables, fuertemente precarias en sus inicios y con unos niveles de temporalidad y rotación notablemente altos. Esta

situación, en palabras de los entrevistados, ocasiona que la calidad y la continuidad de sus ingresos se vea mermada y que esa unión entre trabajo y vida que hacíamos patente líneas arriba no se dé. Esto provoca un choque de expectativas tanto laborales, como vitales y acaba por quebrar la posibilidad de aspirar a tener una buena vida o, como decíamos antes, acceder a un nivel de vida o estatus social igual o superior al de sus padres.

En palabras de los entrevistados, es precisamente este choque con la realidad lo que ha provocado que muchos de sus propósitos vitales, cimentados tanto en esas expectativas laborales, como en esas expectativas vitales, hayan tenido que ser replanteados, reformulados, retrasados o descartados:

“Creía que todo iba a ser mucho más... conseguir esas cosas, tenía en mente que iba a ser antes. Cuando estaba en el instituto, me veía que con 26 años, más o menos, ya iba a tener la vida un poco... iba a tener mi trabajo, mi casa,... yo que sé... ¡mi familia empezada por lo menos! Y ahora veo que eso se ha ido, tu tu tu (onomatopeya), atrasando, ¿no? Mi hermana con 27 años le tuvo a su hija, yo tengo 30 y todavía,... ¡vete a saber! Quiero decir (...) tienes que amoldarte. Luego también me ha condicionado la situación laboral de mi pareja (...) aunque creo que aunque hubiera estado con otra persona, mi trabajo no me hubiera dejado ni independizarme... bueno, independizarme igual sí, pero no avanzar a esos objetivos dentro de los plazos que tenía”. Diplomada en Magisterio Infantil, 30 años.

“Pues me ha afectado bastante. A mi me hubiera gustado ser padre antes de los 29. No creo que sea especialmente mayor, tampoco creo que sea joven (...) pero ser padre con 25 o 26 sí me hubiera gustado. Ahora estoy encantado, pero ser padre con 25 o 26 hubiera sido una gozada. Y lo tuve que retrasar por todo esto (inestabilidad laboral). Entonces, ¿sí me hizo cambiar de planes? Sí, en el hecho de tener hijos, sí. De hecho me gustaría tener más hijos, pero ahora mismo, económicamente, ¡es que es un temazo! Y eso que mi sueldo ahora mismo está bien, pero es discontinuo, hay cuatro meses del año que no ingreso nada a no ser que busque un trabajo, entonces...” Licenciado en Biología, 29 años.

CONTINUIDAD ENTRE PASADO Y PRESENTE: VALORACIÓN Y DISTANCIAMIENTO

Como adelantábamos en la introducción, la forma de entender ambos factores nos descubre que existen diferentes posiciones respecto al choque. Por una parte, estará el nivel de distanciamiento que muestren hacia sus pautas de socialización. Por otra parte, estará la valoración que hagan de su situación de inestabilidad. Estos posicionamientos darán lugar a distintas estrategias que nos ayudarán a proponer cuatro grandes grupos de estudio:

Nivel de inestabilidad o precariedad laboral	Valoración de la situación laboral	Nivel de distanciamiento	Estrategia de enfrentamiento del choque
Bajo-nulo	Buena	Variable	Avance
Medio	Inestable-coyuntural	Bajo	Espera
Alto	Precaria	Medio-alto	Deriva
Medio	Inestable-estructural	Alto	Flexibilización

Tabla 1

Estas cuatro posturas nos permiten proponer cuatro perfiles de configuración biográfica desde los que analizar la continuidad entre el pasado y el presente de estos jóvenes:

- *Biografías de avance*: Se trata de jóvenes con trayectorias laborales de éxito, representadas en la mayoría de los casos por carreras que, a día de hoy, no muestran grandes signos de inestabilidad o precariedad. Estas trayectorias no encuentran grandes obstáculos para avanzar en sus proyectos o en sus expectativas, todo marcha según lo planeado. En este sentido, las valoraciones que hacen los entrevistados son positivas. La continuidad que muestran sus trayectorias respecto a sus expectativas de futuro en el pasado hace que, por lo general, o no se planteen el carácter “natural” o “artificial” de sus pautas de socialización y, por lo tanto, no lleven a cabo un ejercicio de distanciamiento o se planteen su carácter artificial, pero esto no suponga un cambio significativo en sus rutas biográficas. La continuidad entre su pasado y su presente es fuerte.
- *Biografías de espera*: Los jóvenes englobados en esta categoría dibujan unas trayectorias laborales con dificultades y vaivenes. En la mayoría de los casos culpan de su situación a la coyuntura actual (crisis, desempleo juvenil,...) y confían en que será algo que mejore con el tiempo. Es por esto que, a pesar de encontrarse con obstáculos que les impiden llevar a cabo sus planes o cumplir sus expectativas, se trata de unos jóvenes que no muestran grandes pautas de distanciamiento hacia sus bases de socialización. Si bien es cierto que ponen en cuestión algunas de las necesidades adscritas a los modelos de vida esperados, las grandes pautas siguen firmes en sus imaginarios. Su continuidad biográfica se ve afectada por sus estrategias de adaptación o espera, descubriendo unas trayectorias lentas y muy agarradas a los patrones de socialización. La continuidad entre pasado y presente es espesa y forzada.
- *Biografías a la deriva*: Son biografías que muestran dificultades notables en las trayectorias laborales, cuestión que valoran como rotundamente negativa. Se trata, además, de jóvenes que se muestran muy críticos hacia las pautas de socialización en las que han sido educados (desengaño) y que presentan un fuerte distanciamiento hacia ellas fruto, por lo general, de la mala situación en la que se encuentran. Asimismo, sienten que no tienen el control de sus vidas y que es difícil recuperarlo. También aparece con asiduidad la sensación de estar perdidos y, en la mayoría de los casos creen que son ellos los culpables de su situación desfavorable. La principal estrategia de los jóvenes que se encuentran es este perfil es dejarse llevar o sobrevivir al día a día. La continuidad entre su pasado y su presente es débil.
- *Biografías flexibles*: estos jóvenes describen unas trayectorias laborales cercanas a las trayectorias de avance. La principal diferencia entre unas y otras es que, si las primeras responden a una inercia del propio mercado laboral en la que los jóvenes no han sido protagonistas activos, estás segundas, afectadas

por la inestabilidad y la precariedad laboral, han logrado desembocar como exitosas por las propias estrategias desempeñadas por los jóvenes. En este sentido, destacan dos subgrupos: los que han hecho grandes esfuerzos y sacrificios personales para llegar a donde están y los que han podido trazar caminos más enfocados gracias a la ayuda familiar o institucional que les ha protegido a lo largo de su trayectoria. Entienden que la situación actual es fruto de un cambio estructural y que ha llegado para quedarse. Este entendimiento les lleva a mostrar un fuerte distanciamiento hacia las pautas de socialización recibidas (reflexivos) y conlleva el reajuste de sus expectativas de vida y a emprender nuevos caminos. En este perfil se da una ruptura en la continuidad entre pasado y presente.

INCERTIDUMBRE Y CONTINUIDAD ENTRE PRESENTE Y FUTURO

Con lo dicho, comprobamos que las distintas formas de enfrentar este choque de expectativas está dando lugar tanto a distintas estrategias, como a distintos perfiles de continuidad biográfica. En este apartado, pretendemos explicar en qué medida el posicionamiento en cada uno de estos perfiles o posturas estratégicas determina las distintas estrategias de enfrentamiento de la incertidumbre de futuro y los distintos niveles de continuidad entre presente y futuro. Para ello, primero, describiremos de forma general la forma en que estos jóvenes están sintiendo el peso de la incertidumbre en sus vidas para, después, observar la relación que guardan los posicionamientos y los niveles de continuidad expuestos hasta ahora en las estrategias de enfrentamiento de la incertidumbre y en los niveles de continuidad entre presente y futuro.

LA SEMÁNTICA DE LA INCERTIDUMBRE

Atendiendo a los principales resultados extraídos de las entrevistas realizadas podemos afirmar que el factor determinante que destaca a la hora de ahondar en la continuidad entre el presente y el futuro es la incertidumbre. El abordaje de esta cuestión se lleva a cabo poniendo la mirada en los planes de futuro de estos jóvenes a un año, a cinco años y a largo plazo.

Si, por una parte, atendemos a las respuestas que ofrecen los jóvenes respecto al plazo temporal más corto, observaremos que la mayoría de ellos son capaces de explicitar objetivos concretos. A menudo, además, van acompañados de unas estrategias muy concretas y dirigidas específicamente a la obtención de esos objetivos. La densidad de elementos que rodean a estos objetivos, además, es fuerte. Si, por otra parte, atendemos a las respuestas que nos dan a la hora de hablar del largo plazo, podemos observar que, en la mayoría de los casos, los objetivos a los que se hace referencia son grandes objetivos vitales como la formación de una familia, la estabilización en un hogar, la vida en pareja estable, la profesionalización, etc. En el caso de estos objetivos y en contraste con los anteriores, las estrategias no son

claras, señalando superficialmente un final del camino que será el resultado de la consecución de una serie de hitos que todavía se sienten lejanos o fuera de alcance. La densidad de elementos que rodean a estos objetivos, esta vez, es débil.

Finalmente, el plazo más significativo y el que más elementos nos ofrece a la hora de analizar el peso de la incertidumbre es el que marca el medio plazo (cinco años). Si bien es cierto que las formas de transmitirlo son diversas, todos los entrevistados coinciden en que la tarea de proyectar a cinco años no es sencilla. Si la mayoría de las respuestas se centran en que se trata de un plazo demasiado extenso “son tiempos que no abarco”, “es demasiado tiempo, no lo sé”, algunos de los testimonios profundizan más en esta idea al decir que “todo cambia demasiado rápido” como para planear proyectos u objetivos dentro de esos plazos, matizando que hacerlo, por lo general, sólo supone “llevarse decepciones”. Esto descubre el poder que esconde el corto plazo como antídoto para la frustración:

“No lo sé, no lo pienso, ni lo sé. En cinco años me ha cambiado tanto la vida, no pensaba que iba a ser así, entonces ni me lo planteo”. Licenciado en Farmacia, 30 años.

“Cinco años son mucho, siempre lo han sido (...) Yo creo que estamos tan acostumbrados a ir tirando en esa visión más cortoplacista o más tal, que plantearte cómo vas a estar dentro de cinco años, cuáles son tus objetivos a cinco años, se me hace complicado. Cuando además, es probable que si te planteas objetivos de aquí a cinco años, con la coyuntura, ni siquiera los cumplas... ¡Y te vas a frustrar! Pues que le den por el culo”. Diplomado en Magisterio de Educación Física, 33 años.

“Pff.. ni puta idea, ¡¡¡jajajajaja!! ¡¡¡pero ni puta idea!!! dentro de cinco años tendría treinta y cuatro... yo que sé... es que no lo sé, es que paso de decir nada, no lo sé. No lo sé porque todo es muy incierto... lo mismo me va súper bien en la empresa y hemos conseguido estabilidad o lo mismo hemos aparcado esa idea y estoy... yo qué sé... trabajando en algo totalmente distinto. (...) cinco años son mogollón. Las cosas cambian súper rápido: macro y micro (...) y son como cosas que no puedes manejar tampoco... Es que mira, de hace cinco años ahora cómo ha cambiado la situación, la perspectiva de mi futuro que tenía hace cinco años y la que tengo ahora es totalmente distinta también (...) Yo me noto que tengo la capacidad de coger y tomar decisiones así: pum (chasquea los dedos), bueno, pues ahora quiero coger y marcharme a no sé dónde, y me veo súper capaz de poder hacerlo, entonces dentro de cinco años igual ni siquiera estoy viviendo aquí, pues no sé, o igual de repente apuesto por tener una familia y tengo hijos, que tampoco lo descarto, o sea, pero es que es según... depende tanto de condiciones así como... divinas”. Licenciada en Humanidades y Empresa, 29 años.

Estas declaraciones nos indican que la incertidumbre que rodea a los futuros de los jóvenes en la actualidad es intensa, guiada, en todos los casos, por la falta de seguridad y previsibilidad.

A pesar de la complejidad que acompaña a los discursos juveniles en este aspecto, la sistematización de los principales elementos que aparecen en sus relatos nos muestran que las dificultades esenciales que se encuentran a la hora de construir, mantener y desarrollar unas expectativas de futuro en el presente vienen de la

mano de tres cualidades características de nuestro tiempo y estrechamente relacionadas con la incertidumbre: (a) la inestabilidad, (b) la variabilidad y reversibilidad y (c) la multiplicación de las opciones.

En lo que se refiere a la primera, la falta de estabilidad (a), los jóvenes la achacan, principalmente, a las condiciones laborales desfavorables a las que están expuestos, señalando que este hecho está provocando no sólo que no puedan tener acceso a unos recursos económicos decentes y continuados sino que, por eso mismo, no puedan avanzar hacia unos proyectos de vida necesitados de ellos. De esta manera, vemos que esta característica está destapando la falta de seguridad que sienten los jóvenes a la hora de avanzar en sus planes, (precisamente por la falta de recursos materiales que exigen estos avances), falta de seguridad que está estrechamente unida a la incapacidad de calcular o prever los recursos con los que se va a contar en el futuro y, por tanto, calcular o prever el resguardo con el que van a contar sus proyectos.

“Lo que sí me gustaría es más estabilidad económica, eso sí, claro. Me gustaría tener la opción de hacer algunas cosas que sé que en el futuro me van a suponer bastante dinero, entonces, me gustaría poder ir ahorrando ese dinero para cuando lo necesite, tenerlo, o poder disponer de él. (...) Pero eso lo veo muy bucólico porque es algo que ahora mismo es totalmente inaccesible, porque con el trabajo que tenemos ahora no ahorras, vivimos simplemente. Por eso me gustaría andar un poco más holgado para vivir y dejar una pequeña parte para que se vaya acumulando, acumulando, acumulando y el día de mañana poder hacer frente a esos gastos.” Arquitecto (a), 31 años.

“Va a ser fácil si siempre tenemos los dos un sueldo; relativamente fácil... quiero decir: mi pareja está indefinido, pero él no se siente fijo, o sea, él no se siente indefinido, porque al final ve que cada vez hay menos trabajo, que han echado a gente que ha estado indefinida, entonces... si conseguimos una estabilidad en la cual nos sintamos seguros, que eso no significa que seamos indefinidos en el trabajo, sino que nos sintamos seguros con lo que tenemos en ese momento, pues entonces igual sí que pueden llegar a cumplirse esas cosas, pero al final lo que más quieres es sentirte seguro. Y hoy en día no es fácil esa seguridad para nada; no me he sentido segura con los trabajos que he tenido en ninguno. Yo no sé, de hecho, ni como dormimos por las noches”. Licenciada en Biología, 29 años.

El segundo elemento, caracterizado por la variabilidad y la reversibilidad (b), está ligado tanto a las condiciones laborales, como a las vitales. Este elemento, además, nos descubre dos cuestiones importantes: por una parte, que los jóvenes sienten que se están enfrentando a un mundo que cambia constantemente y, por otra, que estos cambios no siempre se traducen como avances y mejoras, sino que, muchas veces, también describen quiebros, pasos atrás o desviaciones en sus trayectorias tanto laborales, como vitales. En este sentido, la sensación que destaca y frente a lo que se vacunan es el fracaso que puede suponer la reversibilidad.

“Viendo cómo están las cosas todo puede cambiar en cualquier momento y sí que es verdad que tengo ciertos planes, quizás no muy contundentes o muy claros, pero sí que tengo planes. Pero eso, creo que la situación tal como está ahora puede dar muchos giros. Porque no sé, yo creo que la situación de crisis

no se va a resolver en el medio plazo y entonces puede haber muchos cambios. Puede que de repente vaya a mucho peor y quizás haya que irse fuera o hacer un cambio de vida, o sea, apostar por otra... apartar la arquitectura y apostar por otras actividades". Arquitecto (b) 31 años.

"Es que para estas cosas soy un poco extremista, no contemplo la posibilidad de volver a casa (de los padres), la última de las opciones es volver otra vez a casa.. pff. Sería la máxima derrota posible. Es en plan: "he fracasado". De cualquiera de las maneras, te pongas como te pongas, siempre vas a tener la idea de que has hecho algo mal". Licenciado en Bellas Artes, 31 años.

La última de las tres características (c) muestra una interesante relación con la anterior. El hecho de que el mundo que les rodea cambie constantemente está forzando a estos jóvenes a tener que tomar decisiones de forma continua. Esta toma de decisiones, además, está aderezada con la multiplicidad de opciones a las que se enfrentan los jóvenes. En este sentido, además de resaltar el agotamiento que supone vivir en una situación de constante elección y decisión, los jóvenes advierten que el miedo a equivocarse en cada una de las elecciones que hacen siempre está ahí, además de la sensación de sentirse perdidos.

"Todos los días tienes que elegir qué vas a hacer. Es la constante de tu vida. Si no te gusta, tienes un problema, porque va a ser así todos los días de tu vida (...) haces lo que está en tu mano para seguir adelante". Licenciado en Farmacia, 30 años.

"Hemos ganado más opciones, pero ¿eso es mejor o es peor? Yo no lo tengo muy claro. Por un lado me supone bastante indecisión, ¿no? A veces casi es mejor tener un solo camino y resignarte y decir, bueno, pues ya está, esto es lo que tiene que ser, que tener un montón de opciones, no saber cuál coger, y estar siempre en este estado de incertidumbre e inestabilidad, ¿no? Parece que si coges un camino puedes llegar más lejos, que si estás todo el rato indeciso, no te decides por nada y al final no haces nada". Arquitecto (b), 31 años.

"Hoy en día hay un montón de posibilidades (...) tenemos todas las opciones del mundo. Y eso también nos distrae un montón, nos genera un montón de ruido que no nos deja ver el objetivo (...) Es como una niebla que está ahí y que dices: "¿cuál era mi objetivo?" Tengo esa sensación constante, de ruido. (...) Es muy fácil: tú quieres comer arroz, ¿no? No tengo, tengo que comprar. Y vas al mercado y no hay sólo arroz, hay arroz de este tipo, del otro,... y ya te estresas (...) Necesito ese silencio para saberlo, pero no lo hay. Y con todo ese ruido te puedes perder, claro, al final estás sobresaturado". Arquitecto, 33 años.

Tenemos mucha más capacidad de cambio (...) pero a la vez tenemos una... creo que no pertenecemos a ningún sitio, ni a ninguna persona y nos sentimos mucho más solos y mucho más perdidos que nunca. Licenciada en Psicología, 29 años.

LA RELACIÓN ENTRE EL PASADO Y EL PRESENTE Y EL PRESENTE Y EL FUTURO: UN CAMINO A EXPLORAR

A pesar de que los tres elementos que hemos presentado son comunes a todos los discursos que hemos identificado entre los jóvenes, observamos que la forma de entenderlos o de hacerles frente no es igual para todos.

“Yo digo una frase que me gusta mucho y es que “mucho más importante que lo que nos pasa, es cómo nos tomamos lo que nos pasa”. Y yo creo que muchas de las cosas que vivimos en la sociedad actual son buenas. Lo que pasa que no las gestionamos de forma adecuada y es el hecho de no gestionarlas de forma adecuada lo que nos hace infelices. Pero las posibilidades están ahí, y las herramientas están ahí. Pero un martillo puede servir para arreglar algo o puede servir para destrozarle al cabeza a alguien. Las posibilidades que tenemos son muchísimas más y eso es bueno, ahora, cómo utilizamos esas posibilidades, si nos paralizan porque nos abruman, si nos liberan porque nos abren la mente, pues eso lo decide cada persona teniendo en cuenta sus limitaciones, sus miedos, sus capacidades,... muchísimas cosas”. Licenciado en Derecho y Ciencias Políticas, 35 años.

Si atendemos a los perfiles que proponíamos en el anterior apartado, veremos que la forma de enfrentar la incertidumbre por parte de unos y de otros es diversa:

- *Biografías de avance*: por norma general, las condiciones laborales de estos jóvenes y la continuidad que ha descrito su trayectoria vital hasta ahora hace que la incertidumbre esté prácticamente bloqueada en este grupo. No obstante, que la inestabilidad y la precariedad esté comenzando a acechar a algunos de los jóvenes que se encuentran en este grupo provoca que estos estén empezando a reflexionar sobre una posible ruptura de sus trayectorias, planteando estrategias tentativas, pero no firmes, de lo que harían si esta situación abordara sus vidas. A pesar de ello, la continuidad biográfica que han vivido hasta el momento les permite, por lo general, sentir que tienen el control sobre sus futuros y sobre sus vidas. Así, en este perfil, la continuidad entre presente y futuro es fuerte.
- *Biografías de espera*: los jóvenes de este grupo viven la incertidumbre desde una sensación de inquietud. Como decíamos líneas arriba, entienden que la situación de inestabilidad y precariedad laboral que viven en la actualidad es una situación pasajera. En lo que se refiere a la incertidumbre, y ligado a esto, consideran que esta está ligada a esa situación coyuntural, con lo que aplacan esta incertidumbre a través de las mismas estrategias con las que aplacaban el choque de expectativas: la espera o los retrasos. Por lo tanto, en el caso de este perfil, la continuidad entre presente y futuro es espesa y forzada.
- *Biografías a la deriva*: en el caso de estos jóvenes la incertidumbre se vive desde una fuerte sensación de desasosiego y angustia. Por una parte, estos jóvenes, han roto con las pautas que se les ofrecieron para avanzar en sus vidas. Por otra parte, no encuentran nuevas pautas sobre las que avanzar en sus caminos. La sensación de incertidumbre en sus vidas es fuerte. Esto provoca que la continuidad entre su presente y su futuro sea escasa o nula.
- *Biografías flexibles*: En contraste con el resto de los perfiles analizados, estos jóvenes priman la cara positiva de la incertidumbre. Es decir, a pesar de ser conscientes de que esta entraña grandes riesgos, opinan que también abre el camino a nuevas oportunidades por las que avanzar, innovar o experimentar. Optan por entender un futuro abierto como sinónimo de un futuro lleno de

oportunidades y es este posicionamiento el que les lleva a desarrollar estrategias de enfrentamiento caracterizadas por la flexibilidad, la versatilidad, la multiapuesta, etc., cuestiones que les permiten tener una actitud mucho más abierta a la improvisación y al avance. A pesar de sentir una fuerte incertidumbre frente a sus futuros, enfrentan esta incertidumbre con entereza y muestran un fuerte control sobre sus vidas y sus futuros. De esta manera, en este perfil se trabaja por construir una nueva forma de continuidad para engarzar el presente y el futuro.

	Continuidad entre pasado y presente	Continuidad entre presente y futuro
Biografía de avance	Fuerte	Fuerte
Biografía de espera	Espesa y forzada	Espesa y forzada
Biografía a la deriva	Débil	Escasa o nula
Biografía flexible	Nula	Fuerte

Tabla 2

Con esto, podemos concluir que los posicionamientos y las estrategias para enfrentar el choque entre las expectativas construidas en el pasado y la realidad que se vive en el presente y el grado de continuidad entre pasado y presente condiciona las estrategias para enfrentar y resolver la incertidumbre y el grado de continuidad entre presente y futuro.

REFERENCIAS

- Bernardi, F. (2007) "Movilidad social y dinámicas familiares. Una aplicación al estudio de la emancipación familiar en España", *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, Vol. LXV, 48: 33-54.
- Elchardus, M & Smits, W. (2006) "The Persistence of the Standardized Life Cycle", *Time & Society*, 15 (2/3): 303-326.
- Hernandez Aristu, J. (2002) "Jóvenes entre la familia, la formación y el empleo (estructuras de apoyo a sus transiciones)", *Revista de Estudios de Juventud*, 56: 119-128.
- Leccardi, C. (2005) "Facing Uncertainty: Temporality and Biographies in the New Century", *Young, Nordic Journal of Youth Research*, 13 (2): 123-46.
- Martín Serrano, M. (2002) "La prolongación de la etapa juvenil de la vida y sus efectos en la socialización", *Revista de Estudios de Juventud*, 56: 103-118.
- Ramos, R. (2007) "Time's Social Metaphors. An empirical research", *Time & Society*, 16 (2/3): 157-187.
- Requena, M. (2002) "Juventud y dependencia familiar en España", *Revista de Estudios de Juventud*, 58: 10-23.
- Singly, F. (2005) "Las formas de terminar y de no terminar la juventud", *Revista de Estudios de Juventud*, 71: 111-121.

La crisis de cuidados y sus rasgos temporales: tiempo encarnado, tiempo moralizado y tiempo politizado

MATXALEN LEGARRETA¹

INTRODUCCIÓN

La crisis de cuidados es anterior a la crisis financiera y más profunda que ésta. Supone el cuestionamiento de un modelo de provisión de cuidados y de organización social basado en el esquema hombre ganador de pan-mujer ama de casa. La crisis de cuidados crea nuevas oportunidades de resignificación del trabajo doméstico y los cuidados que conllevan la renegociación de los roles de género; aunque, paralelamente, en muchos casos, refuerza las desigualdades entre mujeres y hombres y genera nuevas formas de discriminación según la clase, etnia y lugar de procedencia, entre otros. Desde una mirada micro, es posible atender a las manifestaciones de la crisis en las dinámicas de los entornos doméstico-familiares, y el tiempo ha resultado ser una herramienta con un gran potencial en este sentido. Una definición de tiempo plural, no-jerárquica, encarnada y unida a la experiencia (Adam, 1989; Leccardi, 1996) ofrece la posibilidad de desgranar la complejidad del ámbito doméstico-familiar y estudiar tanto las dimensiones materiales (las ocupaciones en sentido estricto), como las morales (el deber), relacionales (reciprocidad) y políticas (relaciones de poder), sin obviar la corporalidad de los sujetos mismos que forman parte de ellas. De esta forma, en la comunicación se conceptualiza el tiempo del ámbito doméstico-familiar como un *tiempo donado*: un tiempo que no se ciñe a la unidad que representa -en cuanto *tiempo de reloj* (Adam, 1995)- y que tiene unas características particulares, pues opera según el principio de reciprocidad (dar, recibir y devolver).

El objetivo de este texto es, por tanto, ofrecer una reflexión sobre los rasgos temporales de la crisis de cuidados a partir de la propuesta de *tiempo donado*. Dicha reflexión se centra en tres aspectos temporales: tiempo moralizado, tiempo encarnado y tiempo politizado.

¹ La comunicación recoge parte de los resultados de la tesis doctoral inédita "El tiempo donado en el ámbito doméstico-familiar. Estudio sobre el trabajo doméstico y los cuidados", defendida por la autora en julio de 2012 en la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea. e-mail: matxalen.legarreta@ehu.es

1. CRISIS DE CUIDADOS

En las sociedades occidentales, las adscripciones de género (qué es ser hombre y qué es ser mujer) configuran un orden social construido sobre dos polos: el papel del hombre como “proveedor de pan” (*breadwinner*) y la función de la mujer como esposa y madre. En esta concepción binaria, lo doméstico-familiar se presenta como el ámbito por excelencia de las mujeres, donde se desarrollan las virtudes de la feminidad. Es un ámbito, además, que se define a partir de la separación de aquello que se identifica con lo público: lo político, lo productivo-mercantil. Sobre estas premisas se establece un modelo de *vida a tiempo único* que se desarrolla para los varones en torno a su participación en el mercado laboral y, para las mujeres, en torno a las tareas y responsabilidades de la esfera doméstica-familiar (Cordoní, 1993). Dicha forma de estructuración de la vida social ha sido fuertemente criticada por el feminismo porque reproduce y legitima profundas desigualdades entre mujeres y hombres.

No obstante, los cambios acaecidos en las últimas décadas en las sociedades occidentales contemporáneas, tanto a nivel estructural como en el sentido de los significados y las representaciones sociales, han generado transformaciones en el modelo de organización social y, más concretamente, en las formas de provisión de cuidados. Esta situación ha sido definida como *crisis de cuidados* por diferentes autoras (Bimbi, 1991; Hoschschild, 1995; Ehrenreich y Hochschild, 2002; V.V.A.A., 2004; Precarias a la Deriva, 2004; Pérez Orozco, 2006; Orozco, 2011; Papperman, 2011, entre otras). Con el aumento de la esperanza de vida y el envejecimiento de la población, aumenta el número de personas que precisan cuidados y, a falta de un refortalecimiento de los Estados de Bienestar, son las familias (y, en ellas, principalmente las mujeres) las que tienen que hacerse cargo de la cobertura de los mismos. Asimismo, una creciente participación de las mujeres en el mercado laboral y los cambios tanto en las unidades de convivencia, como en las formas de empleo, conllevan una nueva configuración de la organización de cuidados (Bettio, Simonazzi y Villa, 2006) que, en muchos casos refuerza las desigualdades existentes entre mujeres y hombres y, en otros, genera nuevas formas de desigualdad por razones de clase, etnia o lugar de procedencia, entre otros (Salazar Parreñas, 2001).

La crisis de cuidados se relaciona asimismo, con un cuestionamiento del principio de reciprocidad que rige las relaciones sociales en el ámbito doméstico-familiar. En otros trabajos se ha argumentado, que el tiempo que se emplea en el ámbito doméstico-familiar puede ser definido como un *tiempo donado* (Legarreta, 2008; 2011). Es un tiempo que no se vende, pero que tampoco se regala, y que consta de unas características particulares. El don funciona en base a una lógica que supone unas pautas que permanecen tácitas y que conllevan una relación de reciprocidad. Se conforma sobre una concepción del tiempo circular, pues descansa sobre la obligatoriedad de dar, recibir y devolver. Uno de los rasgos temporales de la crisis de cuidados es precisamente el cuestionamiento de dicha circularidad. ¿Quién cuidará de nosotras y nosotros cuando nos hagamos mayores? Es una preocupación que atraviesa gran parte del discurso social en torno a los cuidados.

Desde una mirada feminista, además, se ha señalado que la crisis de cuidados es anterior a la crisis financiera y que supone el resquebrajamiento del modelo mismo de organización social del capitalismo industrial pues se asume que el ámbito monetario está estrechamente interrelacionado con el reproductivo-doméstico: no se puede entender lo que ocurre en uno, sin hacer alusión al otro. Cuando se trata la crisis la mayor parte de la literatura (sea especializada o no) hace alusión únicamente a la crisis del sistema financiero y a la repercusión que ha tenido ésta en el entorno productivo-mercantil. De esta forma, se asume mayoritariamente que la crisis del sistema capitalista ha sido provocado por el colapso del sistema financiero, que ha condicionado el desarrollo mismo del ámbito productivo y, consecuentemente, del mercado laboral (Pérez Orozco, 2010: 139-140).

La economía feminista desarrolla una lectura de la crisis bien distinta, pues no sólo observa lo que acontece en el ámbito público, sino que estudia también las dinámicas de la esfera doméstica-familiar. En este sentido, se define la crisis desde un prisma más amplio, consciente de que a la crisis de cuidados que se venía percibiendo desde finales del pasado siglo, se le ha sumado una crisis financiera que ha llegado a producir un desplome de los mercados y la gradual intensificación de la precariedad en el ámbito laboral. De este modo, se entiende la crisis como una “crisis civilizatoria” puesto que se argumenta que atraviesa tanto el conjunto de estructuras (políticas, sociales, económicas, culturales, nacionales) como las construcciones éticas y epistemológicas más básicas (la propia comprensión de la vida) (Orozco, 2011:5). Consiguientemente, se asegura que, en definitiva, lo que se desvanece es “toda una manera de entender cómo estamos en el mundo” (Pérez Orozco, 2010:132).

La reflexión que se ofrece en esta comunicación se sitúa en este marco de interpretación de la crisis y, como se ha señalado anteriormente, tiene como objetivo dar cuenta de las dinámicas que acontecen en el ámbito doméstico-familiar y la percepción y los significados que crean sus protagonistas en torno a ellas. Una mirada micro, que no desatiende los procesos y estructuras propias de la esfera macro-social.

2. ADSCRIPCIONES DE GÉNERO Y FUNCIÓN DOMÉSTICA

Los datos sobre el empleo del tiempo han puesto de manifiesto que el modelo “hombre ganador de pan-mujer ama de casa” no se refleja en las prácticas y el comportamiento de la población vasca, a causa principalmente de la notable participación de las mujeres en el mercado laboral². Con el paso del tiempo, se puede observar una tendencia que se va transformando desde el modelo de “un trabajador y medio y una sola cuidadora” descrito por Jane Lewis (2007) hacia la figura de “dos

² Según los datos de la última Encuesta de Presupuestos de Tiempo del Instituto Vasco de Estadística-Eustat (2008), las mujeres emplean 2 horas y 49 minutos en el trabajo remunerado y 4 horas y 1 minuto en el doméstico-familiar, mientras los hombres dedican 4 horas al empleo y 1 hora y 38 minutos al trabajo doméstico y los cuidados. Se puede afirmar, por tanto, que teniendo en cuenta tanto el trabajo retribuido como el no retribuido ellas trabajan al día 1 hora y 12 minutos más que ellos, lo que genera que dispongan de una hora menos de tiempo de libre disposición. Cabe advertir que el desigual acceso de mujeres y hombres al tiempo de libre disposición incide en un desigual reparto de oportunidades personales (Murillo, 1996) y merma el bienestar de las mujeres.

trabajadores y una sola cuidadora”. La investigación cualitativa, revela asimismo que el cambio en las prácticas se refleja también en los discursos y experiencias de la población, de modo que se pueden identificar cuatro posiciones discursivas en torno a las adscripciones de género del ámbito doméstico-familiar: *identificación*, *reinención*, *problematización* e *reafirmación*³.

La *identificación* es la posición discursiva identificada principalmente entre las mujeres con empleo no cualificado y las mujeres mayores y asume la premisa que apunta Soledad Murillo (1995) de que “lo doméstico es igual a mujer”. La *reinención* es la posición relacionada mayoritariamente con las amas de casa a tiempo completo y supone una apropiación de las funciones domésticas por parte de las mujeres, pero de forma renovada, con un contenido nuevo. La *problematización* es la posición que se vislumbra entre las mujeres profesionales y los hombres jubilados y prejubilados y saca a la luz el carácter socialmente construido de las adscripciones de género. La *reafirmación* es la posición que corresponde a los hombres con empleo y refuerza su rol de hombre-ganador-de-pan desde el intento de desvincularse del ámbito doméstico-familiar.

En la comunicación finalmente se ha optado por profundizar únicamente en una de las posiciones discursivas, puesto que la extensión de la misma hace difícil ofrecer una reflexión pormenorizada de todas ellas. De esta forma, la reflexión se centrará en los aspectos discursivos relacionados con la problematización. Esta elección no ha sido casual. La problematización da lugar a discursos que ponen de manifiesto la historicidad y la naturaleza contingente de las adscripciones de género en tanto que construcciones sociales. Se ha optado, por tanto, por abordar la crisis de cuidados precisamente desde una mirada que pone en tela de juicio el modelo heredado de organización social: “hombre ganador de pan-mujer ama de casa”.

Las mujeres profesionales se muestran especialmente críticas respecto al reparto de tareas y roles que supone la asunción por parte de las mujeres del trabajo doméstico y los cuidados. Ellas han estudiado una carrera universitaria y tienen una participación activa en su ámbito profesional. La problematización en este caso se desarrolla en un sentido doble. Por un lado, como un diagnóstico crítico en torno a una situación que se define como característica del orden social vigente. Por otro, como una falta de adecuación entre el modelo heredado (mujer como esposa y madre) su propia experiencia, sus inquietudes y sus motivaciones.

Los hombres jubilados y prejubilados no manifiestan de forma expresa una actitud crítica en torno a las adscripciones de género del ámbito doméstico-familiar, pero la problematización se percibe implícitamente en sus relatos. Se están implicando en un ámbito que sienten que no es su lugar natural, lo que se traduce en algo novedoso, puesto que anteriormente han sido sus cónyuges las que se han hecho cargo del trabajo doméstico y los cuidados. La problematización se expresa desde

³ Si bien la comunicación no pretende ofrecer un análisis minucioso de los discursos sociales identificados, resulta conveniente subrayar que las posiciones discursivas no se consolidan de forma monolítica sino que se van construyendo de diversas maneras, de modo que ha sido posible encontrar en un mismo grupo, o incluso en una misma intervención, posturas encontradas que no se perciben ni vivencian de forma discordante, sino que son asumidas dentro del mismo discurso sin entrar necesariamente en conflicto ni caer aparentemente en la contradicción.

las preocupaciones, inquietudes, quejas y contradicciones vivenciadas en su día a día fuera de las ocupaciones y preocupaciones del mercado laboral.

3. TIEMPO MORALIZADO: SENTIMIENTO DE CULPA Y DESCONCIERTO

La moralización del tiempo de trabajo doméstico y de cuidados se expresa a través de enunciados que entremezclan referencias tanto a vivencias satisfactorias como a sentimientos de sacrificio, abnegación y culpa. Tal como se ha apuntado en otros trabajos, el tiempo del que se dispone (o no), que se emplea (o no), en el ámbito doméstico-familiar es un tiempo cuya significación no depende únicamente de la magnitud que representa ni se valora en términos exclusivamente cuantitativos (Legarreta, 2008), sino que está sometido a estrictos juicios morales que determinan la idea de lo bueno (el bien) y del deber (lo normativo): lo apropiado, lo adecuado, *lo que toca hacer* (Ramos, 2007; Legarreta, 2008; Martín-Palomo, 2010; Molinier, 2011).

La moralización del tiempo sale a la luz, tanto entre las mujeres profesionales como entre los hombres jubilados y prejubilados, en relación a la ruptura con los roles de género. En el caso de ellas, se expresa como sentimiento de culpa por no estar cumpliendo de forma intensiva con su papel de esposas y madres. En el caso de ellos, se expresa como desconcierto, angustia y resignación por no estar cumpliendo con las expectativas que tenían respecto a su jubilación.

Entre las mujeres profesionales la moralización del tiempo se manifiesta de forma expresa en su discurso cuando apelan al sentimiento de culpa. Tal sentimiento nace a menudo de ellas mismas, pero también se identifica como un recurso que emplean los miembros de la familia para recordarles cuál debería ser su lugar. En algunas ocasiones se cede al sentimiento de culpa, pero en otras, la moralización genera estrategias de *apropiación del tiempo* por parte de las mujeres que intentan luchar contra él. En este sentido, resulta ilustrativo el relato de una de ellas. Narra que, siendo ella la mayor entre sus hermanos y hermanas, es la que habitualmente se hace cargo de los preparativos de la cena de Navidad; no obstante, en una ocasión decide irse a un balneario con una amiga en dichas fechas dejando a un lado lo que ella y los miembros de su familia identifican como sus obligaciones familiares. Lo define en términos de “una experiencia piloto”⁴ y cuenta que mientras está fuera sus familiares la llaman para preguntarle cómo está, preocupados por su bienestar, pues no se encuentra con ellos en unas fechas especialmente emotivas y hogareñas pero, además, advierte que lo hacen para producirle “sentimiento de culpa”. Ella asegura que la experiencia le ha resultado grata y que pretende repetirla. Se puede percibir en su relato la satisfacción y el orgullo de quien ha ganado una batalla: “uno de mis grandes... orgullos que tengo de habérmelo hecho mirar y haberlo conseguido” (GD 5 Mujeres profesionales). Con este ejemplo se pone de manifiesto que las normas de género que rigen la donación de tiempo en el ámbito doméstico-familiar, en

⁴ Es interesante comprobar que, como en el ejemplo señalado, en el grupo de mujeres profesionales (GD 5) es habitual el empleo de vocabulario especializado y de tecnicismos propios de sus profesiones para hablar de su experiencia cotidiana.

algunas ocasiones, se manifiestan de forma explícita, se negocian, e incluso se llegan a redefinir.

Entre los hombres jubilados y prejubilados la moralización del tiempo sale a la luz como un *desajuste encarnado* entre su socialización de género, el ejercicio de su rol durante su vida adulta y la situación en la que se encuentran en la jubilación. Su experiencia vital rompe con el modelo de ciclo vital lineal del capitalismo industrial centrado en el tiempo dedicado al mercado laboral al que hace referencia Elena Cordoní (1993), al que precede una etapa de preparación para el mercado y sucede una etapa posterior de descanso. El desasosiego vital de los hombres jubilados y prejubilados se hace patente cuando contemplan su situación en relación a su *horizonte temporal*: sus vivencias del presente, no coinciden con las expectativas que tenían en el pasado en torno a su jubilación, puesto que perciben que tienen que hacerse cargo de un ámbito que no les corresponde⁵:

“(...) yo no disfruto la vida, joder, porque me he jubilado, estoy con cincuenta, con sesenta y tantos años y estoy aquí cuidando, estoy haciendo de, de... de guardería, estoy haciendo de, de, de, de enfermero, de no sé qué, sin tener ni idea (-Claro), y claro, y unos cuantos años, y dices, bueno, yo ahora me estoy haciendo mayor... ¿y qué? Y si yo he estado enfadado y a veces me he cabreado, y a veces pues estás a gusto y otras veces... pero quiero decir, que si estás en esa posición, yo no quiero para mis hijos que ocurra lo mismo... En principio no van a poder porque van a estar trabajando. En segundo lugar, si yo he estado fastidiado no quiero fastidiarles a ellos. Entonces el camino, ¿qué es? pues la guardería⁶ o...” (GD. 9 Hombres jubilados y prejubilados)

Además, son conscientes de que la demanda de cuidados ha crecido en los hogares a causa del envejecimiento de la población e intuyen un futuro incierto a este respecto, porque asumen que ellos mismos llegarán a la situación de aquellas personas que hoy en día demandan sus cuidados. Envejecerán y precisarán cuidados pero ¿quién se los va a prestar? Surge la duda y el desconcierto por la situación presente y el temor por el futuro. Desean que sea el entorno doméstico-familiar quien satisfaga sus demandas, pero vislumbran que sus descendientes no podrán (o no querrán) hacerse cargo de ello. De este modo, a través de su narración se deja entrever la *ruptura de la lógica de reciprocidad*: ellos han dedicado la mayor parte de su vida al mercado laboral y, por tanto, en su rol de hombre ganador de pan han cumplido con su deber para con su familia y para con la sociedad, pero no perciben que vaya a haber una contraprestación. En este contexto de crisis, la ruptura de las normas pone de manifiesto la existencia de las mismas, de una lógica circular que rige la relación: dar, recibir y devolver:

⁵ En este sentido, es interesante comprobar que en otros trabajos se percibe también un desajuste en torno al horizonte temporal en relación a la linealidad del ciclo vital compuesta de tres momentos: estudio, empleo, jubilación. Izaskun Artegui, por ejemplo, habla de “choque de socialización” en relación a la población joven (Artegui, 2013). Así se puede afirmar que si a la población joven no se le cumple la promesa de un empleo después de haber invertido la mayor parte de su vida en el estudio (Artegui, 2013), los hombres jubilados y prejubilados no perciben que se cumpla la promesa de un descanso después de haber invertido la mayor parte de su vida en el empleo.

⁶ El grupo de hombres jubilados y prejubilados plantea una equivalencia interesante entre la necesidad de guarderías y residencias: “hemos empezado a hablar de guarderías y resulta que las guarderías las tienen que hacer para nosotros (...) la vida del niño empieza en la guardería y la vejez nuestra terminamos en una especie de guardería” (GD 9, Hombres jubilados y prejubilados). Otra vez se hace alusión al ciclo vital con cierta carga emocional.

“ Esta generación que estamos aquí somos la que peor, la que peor va a vivir seguramente... Nos ha tocado cuidar de nuestros hijos, nos ha tocado obedecer (*énfasis*) a nuestros padres (-Y cuidarlos), y cuidarlos, (-Sí) y nuestros hijos (-Nada), en plan suave van a decir... Te van a dar la patada.

- Exacto.

- Sí, sí, te van dando largas, sí.

- Pero si no es en plan suave, si es que esto es así.

- Es que esto es así.

- O que la vida ha evolucionado así, pero que esta generación...”

(GD 9. Hombres jubilados y prejubilados)

4. TIEMPO ENCARNADO: RITMOS BIOLÓGICOS, CUERPO Y VULNERABILIDAD

La pertinencia de prestar atención al tiempo encarnado, la dimensión temporal inherente de la existencia misma y de la propia identidad, sale a la luz en relación a dos aspectos. En el caso de las mujeres profesionales, en relación a la conexión entre los ritmos biológicos, el cuerpo y las dinámicas de la vida social. Y, en el caso de los hombres jubilados y prejubilados, en relación a la alusión al ciclo vital, a la decadencia del paso del tiempo, a la vejez y a la vulnerabilidad.

A través del discurso y vivencias de las mujeres profesionales se percibe, tal como apunta Barbara Adam (1995), que los ritmos del cuerpo son inherentes al ser humano e inseparables del bienestar y de los ritmos sociales de la vida cotidiana. En este sentido, en el relato de una de las mujeres es posible observar cómo ella percibe que estos últimos determinan los primeros, hasta el punto de llegar a trastocarlos de forma irreversible. Según relata nuestra protagonista, querer ejercer la maternidad de forma intensiva y, paralelamente, tener un empleo de acuerdo a su formación, la lleva a optar por el teletrabajo, lo que conlleva unas jornadas laborales que no respetan los *ritmos circadianos* y que derivan en falta de sueño y en un trastorno hormonal que produce menopausia precoz. Como apunta Carmen Leccardi, el tiempo interior se interrelaciona con el tiempo biográfico y el tiempo histórico-social (Leccardi, 2002). Sale a luz, por tanto, que las dinámicas cotidianas que se desarrollan en base a las condiciones estructurales (desarrollo de las TIC que posibilita desempeñar un empleo mediante el teletrabajo) pueden llegar a incidir en la subjetividad (procurar sobrellevar el sentimiento de culpa), en las dimensiones temporales más esenciales (el tiempo dedicado a las necesidades fisiológicas, por ejemplo) y en los ritmos biológicos del cuerpo (la menstruación en este caso). La siguiente cita es un fragmento de su narración:

“ (...) Entonces tengo a mi hijo, entonces entra el problema de que ¿cómo concilio?, en ese momento no trabajo, entonces llega un momento en que me empiezo a cansar, llevo un año con mi hijo en casa, estoy encantada de la vida, disfruto de mi hijo muchísimo, pero siento la tremenda necesidad de empezar a trabajar otra vez, porque ya la casa se me cae encima, y encima decía, “coño, es que he estudiado cinco años para algo...”, bueno, y ahí empiezan las *jeriglengas* (...) os cuento mi plan de trabajo diario, era: me levantaba, llevaba a mi hijo al colegio, entonces por la mañana metía dos o tres horas en el ordenador, iba a recoger a mi hijo, mi hijo estaba dos o tres horas por la tarde, cuando salía seguía con mi hijo porque

no tenía nadie más, me ponía a trabajar a las diez de la noche, de diez a las dos de la madrugada. Ése era mi plan de trabajo, era la única manera que yo veía para, *desde la culpa que me creaba el no querer dejar a mi hijo solo (énfasis)*, que estuviera con alguien, el poder compaginar las dos cosas. ¿Qué me pasa? Bueno, pues con 39 años empecé a dejar de tener la regla, y con 43 estoy menopáusica. (...) yo misma caí en esa dinámica en que no cuidaba mi sueño, no cuidaba mi cuerpo (...)” (GD5. Mujeres profesionales)

A través del discurso de los hombres jubilados y prejubilados se percibe que el tiempo deja secuelas, no sólo en la forma de ser y de actuar, sino también en el propio cuerpo. Ellos identifican el paso del tiempo con la vejez, con una mayor vulnerabilidad y un menor grado de autonomía, así como con el consiguiente aumento de la necesidad de cuidados y una percepción de sí mismos en términos de dependencia. En este contexto, expresan el temor y la angustia que les produce no tener asegurada la satisfacción de cuidados en un futuro que avistan próximo. Hablan sobre la enfermedad y la vejez con angustia y, una vez más, se puede entrever en su relato que consideran que es la familia la que debería hacerse cargo de la satisfacción de cuidados, otras alternativas, como por ejemplo las residencias, causan principalmente rechazo:

“- Si mira, a mí no me importaría ir a una residencia, pero es que no las hay. Y si las hay es carísimas.

- A mí si me importaría

-Yo no voy ahí, de ninguna manera, vamos, mientras me tenga de pie...

- Pues no, a mí no me importa ir a una residencia, ¿eh?

- Yo a mí sí, a mí muchísimo, yo no querría ir nunca

- A mí no me importaría

- He ido de paso a ver a alguno y no quisiera ¡vamos!

- Hombre, mientras pueda, mientras pueda estar en casa, estoy en casa, eso es lógico, ¿no?

- Entonces es que no quieres ir. (-No, no) Entonces es que no quieres

- No, no, es que al final... (- No, no que eso es así -¡Que no!), al final casi te obligas a ir...

- Entonces eso es otra historia, pero no que quieras ir

- Sí estás viendo que un hijo te da de lado, y tú necesitas mucho cuidado...

- ¡No queremos ir ninguno, lo que pasa es que no nos queda más remedio! (énfasis)

-Si este hijo te da de lado, el otro te da de lado...

- Cómo voy a ir yo a aguantar a viejos, ahí al lado. Aunque sean más jóvenes que nosotros, pero es así. Hace poco he estado yendo a una residencia y muy bien y encima de pago y con mucha pasta y entras por sitios y *casi tenía que ir con mascarilla (desprecio, énfasis)*

- Se te cae el alma, se te cae el alma...

- Eso es lo peor, eso es lo peor, es lo peor.”

(GD9. Hombres jubilados o prejubilados)

5. TIEMPO POLITIZADO: TIEMPO PROPIO, TIEMPO PARA SÍ

La politización del tiempo hace referencia a una concepción de tiempo en cuanto que recurso que se hace propio, se apodera (o no) y su utilización es valorada en función de cómo asegura, amplía, limita o niega la capacidad de acción o de

empoderamiento las personas (Ramos, 2007). En los discursos sociales el tiempo se percibe como un recurso escaso y la queja por la falta de tiempo de libre disposición es general, aunque se acentúa entre las personas con empleo. No obstante, la reflexión sobre la apropiación de tiempo y la disponibilidad de un tiempo propio (o tiempo para sí) tiene lugar principalmente entre las mujeres profesionales; el resto de los grupos sociales, incluido el de los hombres jubilados o prejubilados, lo definen como tiempo de ocio o tiempo relacional.

Las mujeres profesionales manifiestan una constante sensación de prisa que les produce malestar, pero perciben que no es compartida por sus compañeros. Hombres y mujeres, dicen, experimentan su cotidianeidad de forma diferente. El tiempo es percibido en este caso “como un perro que muerde sobre todo a las mujeres” (Grau, 1990). Frente a tal situación, ellas dan cuenta de las estrategias concretas que han elaborado para poder disponer de tiempo propio y de libre disposición. Concretamente, se han identificado tres: reducción de jornada laboral, externalización de parte del trabajo doméstico, y determinación a la hora de decidir a qué se quiere dedicar el tiempo de libre disposición.

La primera estrategia es la reducción de la jornada laboral. Una de las participantes narra que ha pedido una reducción que le permite disponer de un mayor cómputo de tiempo fuera de su jornada laboral. Afirmar explícitamente que el objetivo no es disponer de más tiempo para atender a su hija, sino lograr tiempo para sí. En el trasvase de tiempo de trabajo remunerado a tiempo de libre disposición se puede percibir una actitud crítica hacia las adscripciones de género que, en cierta forma, cuestionan el modelo “hombre ganador de pan-mujer ama de casa” que se constituye en base a la disposición y entrega por parte de las mujeres hacia los requerimientos del hogar y la familia. Un posicionamiento explícito en torno a la apropiación de tiempo saca a la luz la capacidad de acción de las mujeres, quienes se desligan de los requerimientos de su adscripción de género y se apoderan de un tiempo de libre disposición. La siguiente cita es un ejemplo de ello:

“- En mi caso, por ejemplo, llega un momento, o sea es un momento que dices ¿Por qué quiero reducir la jornada? Digo, pues porque, lo que dejo de ganar, no me compensa el gran incremento de calidad de vida, porque no tengo yo... yo cuando reduzco jornada no tengo más tiempo para mí... para mi hija, tengo más tiempo para mí (...) yo el año pasado con una reducción de jornada, las tardes que estaba con su padre, yo no estaba mientras trabajando, estaba en el gimnasio, estaba haciendo compras, estaba haciendo *lo que me daba la gana*, (...) Pero por eso, o sea... no por culpabilidad de mi hija, ni para... ¡para nada! Sobre todo... *la reducción de jornada la pido por mí, no por ella, ella ya...*”
(GD 5. Mujeres profesionales)

La segunda estrategia que han desarrollado para disponer de tiempo propio es la externalización de parte del trabajo doméstico. A través de la contratación de servicio doméstico, se externalizan las tareas menos satisfactorias y más rutinarias para, en cierta forma, “comprar” tiempo para sí, un tiempo que es altamente valorado no tanto por la cantidad que representa, sino por su cualidad. El recurso de la externalización, no obstante, supone hacer frente, una vez más, al conflicto que les

plantea no seguir las adscripciones de género y delegar en otra persona parte de las obligaciones doméstico-familiares (sentimiento de culpa). En este sentido, reconocen tener dificultades para llevar a cabo el trasvase de obligaciones y admiten que no les resulta siempre fácil quedarse satisfechas con el resultado. Las siguientes citas muestran dos momentos de su argumentación:

“ (...) yo también tengo una persona en casa y me pasa lo mismo, yo cada vez que me siento en la taza del váter, miro la rendijita ésta por donde nunca limpia, ya me da apuro, pero luego pienso: es que es mi casa, y uno en su casa sabe donde están sus recovecos, o sea, lo de uno, mejor que uno no lo va a hacer, aunque lo haga mejor, pero mejor que uno no lo va a hacer, o sea yo creo que también el pasar a tener una calidad de vida mejor, pasa también por un replanteamiento” (GD 5. Mujeres profesionales)

“ (...) el día que llego, y ese día, un día a la semana, llego y mi casa está perfecta y hecha de arriba abajo, es que eso no me lo... vamos, ... eso es que es calidad de vida (-Es calidad de vida) (-Sí) Ése es un dinero súper bien invertido, y además cuando una mira, ha estado cuatro horas [la persona que acuda a hacer parte del trabajo doméstico], ha estado cuatro horas ¿eh?, de esas cuatro ¿Cuántas serán? ¿Tres? de trabajo... es igual, tres horas que yo no voy a tener que meter, porque esas las tendría que meter obligatoriamente (-Sí, -Sí) Luego tres horas del día que estoy libre, que voy a poder ir al gimnasio o hacer lo que sea, entonces, en eso sí que tenemos que aprender, en que... en perder un poco, pues eso, de calidad de... de (*barullo*) dinero... para ganar esa calidad, y quiero decirlo así, bueno, pago cuatro horas, si en realidad son tres, son tres reales para como yo lo haría..., es igual, pues tres que no tengo que hacer yo, maravilloso”. (GD 5. Mujeres profesionales)

La tercera estrategia que desarrollan hace alusión a la determinación en la capacidad de decisión sobre cómo emplear el tiempo de libre disposición. La apropiación de tiempo cobra en este caso un sentido si cabe más significativo pues se apela directamente al poder de decisión: en qué se emplea el tiempo propio y en qué no. Desde esta perspectiva, se pone de manifiesto la tensión entre las adscripciones de género y el nivel de autoexigencia por abarcar todas las esferas que se supone que engloban una vida plena en el imaginario social de las sociedades occidentales contemporáneas. Todo ello sale a la luz en la intervención de una de las participantes que expone de forma expresa su decisión de no emplear su tiempo de libre disposición para ir al gimnasio:

“ (...) Ha llegado un momento en que he dicho, a ver, cuando tienes tiempo, y te sobra tiempo dices bueno, pues mira, voy a invertirlo en algo que es saludable, pero cuando encima no tienes tiempo...que le den dos duros, no voy a la gimnasio, ¿por qué? Porque no me apetece (- No te gusta) ir a la piscina a nadar me resulta un coñazo (*Risas*), y iba, iba, porque es que... “Tengo que hacer deporte”. Como tengo que cubrir todas las dimensiones de mi vida, y tengo que ser perfecta en todas las dimensiones de mi vida, pues tengo que... ahora, no... (...) No pienso ir (*rotundo*) no pienso ir (...). Fuera, ¡no, no quiero! (GD 5. Mujeres profesionales)

Las estrategias desarrolladas por parte de las mujeres profesionales en torno a la apropiación de tiempo ponen de manifiesto la existencia de unas reglas que

marcan las relaciones de género en el ámbito doméstico-familiar, así como su cuestionamiento y redefinición.

6. CONCLUSIONES

Toda crisis supone cierta ruptura o, al menos, cierto cuestionamiento con lo ya existente. La crisis de cuidados supone un cuestionamiento de la actual organización social basada en el modelo “hombre ganador de pan-mujer ama de casa”. Dicho cuestionamiento se ha puesto de manifiesto a través de las tres dimensiones temporales tratadas en la comunicación (moralización del tiempo, tiempo encarnado y politización del tiempo) y en relación a la posición discursiva que hemos definido como problematización de las adscripciones de género, identificada entre las mujeres profesionales y los hombres jubilados y prejubilados.

En el discurso de las mujeres profesionales el cuestionamiento de los roles de género que supone su vivencia personal, en cuanto que mujeres que ejercen un empleo cualificado y, por tanto, no asumen de forma intensiva su rol de esposas y madres, conlleva una moralización del tiempo que se traduce en el sentimiento de culpa que surge por no cumplir con su rol de género. Ante el sentimiento de culpa, algunas veces, las mujeres ceden, llegando a trastocar incluso los ritmos del propio cuerpo (el tiempo encarnado). Otras veces, sin embargo, luchan y desarrollan estrategias de apropiación del tiempo (tiempo politizado), llegando a renegociar la asignación de tareas y responsabilidades en lo doméstico-familiar.

En el discurso de los hombres jubilados y prejubilados el cuestionamiento de los roles de género que supone su vivencia personal, en cuanto que hombres que están fuera del mercado laboral y que se ocupan (y en cierto sentido, se preocupan) por lo doméstico-familiar, conlleva una moralización del tiempo que se traduce en el desconcierto, angustia y resignación que surge en torno a su horizonte temporal. Manifiestan que las expectativas que tenían en el pasado respecto a su momento presente, no se han cumplido: la jubilación no genera tiempo de descanso, sino una carga de trabajo hasta el momento desconocida. Su relato pone de manifiesto la ruptura del principio de reciprocidad del tiempo donado en el ámbito doméstico-familiar y su preocupación por la provisión de cuidados desde, un posicionamiento en el que se divisan cada vez más mayores, cada vez más vulnerables, cada vez más dependientes (tiempo encarnado).

Los mencionados son únicamente algunos de los rasgos temporales de la crisis de cuidados, la comunicación se ha centrado en el posicionamiento discursivo que se ha definido como problematización de las adscripciones de género y que se ha identificado como característico de las mujeres profesionales y de los hombres jubilados o prejubilados. Con todo, se puede afirmar que sale a la luz la existencia misma de un sistema normativo que define quién, cuándo, cómo, y con qué intensidad debe prestar cuidados, o recibirlos.

BIBLIOGRAFÍA

- Artegui, I. (2013) "La continuidad biográfica de los jóvenes adultos: una cuestión de expectativas", *Congreso Español de Sociología*, Madrid, 10- 12 de Julio.
- Adam, B. (1989) "Feminist social theory needs time. Reflections on the relation between feminist thought, social theory and time as an important parameter in social analysis", *Sociological Review*, 37 (3): 458-473.
- Adam, B. (1995) *Timewach. The social analysis of time*, Cambridge: Polity Press.
- Bettio, F., Simonazzi, A. & Villa, P. (2006) "Cambios en los regímenes de cuidados y migración femenina: el 'care crain' en le mediterráneo", in Carrasco, C., Borderías, C. & Torns, T. (eds) (2011) *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*, Madrid: Catarata.
- Bimbi, L. (1991) "L'economia del dono", in Balbo, L. (ed.) *Tempi di vita. Studi e proposte per cambiarli*, Milán: Giangiacomo Feltrinelli, pp.62-68.
- Cordoni, E. (1993) "Las mujeres cambian los tiempos", *Cuaderno de Relaciones Laborales*, 2: 221-237.
- Ehrenreich, B. & Hochschild, A. R. (2002) "Introduction", in Ehrenreich, B. & Hochschild, A. R. (2002) (eds.) *Global Woman. Nannies, maids and sex workers in the new economy*, New York: Owl Books, pp.1-13.
- Grau, E. (1990) "El tiempo es un perro que muerde sobre todo a las mujeres", *Mientras Tanto*, 42: 43-44.
- Hochschild, A. R. (1995) "The Culture of Politics: Traditional, Post-modern, Cold-modern, and Warm-modern Ideals of Care", *Social Politics*, 2 (3): 331-346.
- Hochschild, A. R. (2001) "Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional", in Giddens, A. & Hutton, W. (2001), *En el límite. La vida en el capitalismo global*, Barcelona: Tusquets.
- Leccardi, C. (1996) "Rethinking social time: feminist perspectives", *Time and society*, 5 (2): 169-186.
- Leccardi, C. (2002) "Tiempo y construcción biográfica en la "sociedad de la incertidumbre": reflexiones sobre las mujeres jóvenes", *Nómadas* (Col), 16: 42-50, disponible en: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=105117941004>, consultado el 22/04/2012.
- Legarreta, M. (2008) "El tiempo donado en el ámbito doméstico. Reflexiones para el análisis del trabajo doméstico y los cuidados", *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 26(2):45-69.
- Legarreta, M. (2011) "Lógicas temporales y desigualdades de género: el tiempo donado en el ámbito doméstico", in Chivite, M. J., Hernández, B. & Monzón, M. E. (eds.) (2011) *Frontera y género*, Madrid: Plaza y Valdés.
- Lewis, J. (2007) "Género, envejecimiento y el 'nuevo pacto social': la importancia de desarrollar un enfoque holístico de las políticas de cuidados", in Carrasco, C., Borderías, C. & Torns, T. (eds.) (2011) *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y política*, Madrid: Catarata, pp.336-358.
- Martin-Palomo, M. T. (2010) *Los cuidados en las familias. Estudio a partir de tres generaciones de mujeres en Andalucía*, Sevilla: Instituto de Estadística de Andalucía.
- Molinier, P. (2011) "Antes de todo, el cuidado es un trabajo", in Arango, L.G. & Molinier, P. (comp.) (2011) *El trabajo y la ética del cuidado*, Medellín: La Carreta.

- Murillo, S. (1995) "Espacio doméstico: el uso del tiempo", in Tobío, C. & Denche, C. (ed.) (1995) *El espacio según el género ¿Un uso diferencial?*, Madrid: Comunidad de Madrid, pp.133-140.
- Murillo, S. (1996) *El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio*, Madrid: Siglo XXI.
- Orozco, A. (2011) *De vidas vivibles y producción imposible. Izquierda anticapitalista*, disponible en: http://anticapitalistas.org/IMG/pdf/de_vidas_vivibles_y_produccion_imposible.pdf, consultado el 31/05/2012.
- Paperman, P. (2011) "La perspectiva del *care*: de la ética a lo político", in Arango, L.G. & Molinier, P. (comp.) (2011) *El trabajo y la ética del cuidado*, Medellín: La Carreta.
- Perez Orozco, A. (2006) "Amenaza Tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económica", *Revista de Economía Crítica*, 5.
- Perez Orozco, A. (2010) "Diagnóstico de la crisis y respuestas desde la economía feminista", *Revista de Economía Crítica*, 9: 131-144.
- Precarias A La Deriva (2004) "Cuidados Globalizados", *A la deriva por los circuitos de la precariedad femenina*, Madrid: Traficantes de sueños.
- Ramos, R. (2007) "Metáforas sociales del tiempo en España: una investigación empírica", in Prieto, C. (ed.) (2007) *Trabajo, género y tiempo social*, Madrid: Complutense y Hacer, pp.173-204.
- Salazar Parreñas, R. (2001) *Servants of globalization. Women, migration, and domestic work*, Stanford: Stanford University Press.
- V.V.A.A. (2004) *Hogares, cuidados y fronteras. Derechos de las mujeres inmigrantes y conciliación*, Madrid: Traficantes de sueños.

Misticismo e Alteridade. José Régio: a confissão como prática autobiográfica

MARIA MOTTA¹

INTRODUÇÃO

Os relatos autobiográficos distinguem-se dos diários, registos fragmentados do quotidiano, devido ao seu carácter de narrativa coesa e estruturada. Nas autobiografias, o narrador viveu os factos que narra, conhece os pensamentos secretos que guiaram a sua ação e, como autor, ele fabrica a lógica explicativa da causalidade dos acontecimentos, dando-lhes sentido.

Estas narrativas, além do seu valor literário, são também documentos, testemunhos vivenciais de uma determinada época histórica. Os seus autores não pretenderam analisar o período em que viveram mas ao revelarem, publicamente, os seus sentimentos e pensamentos mais íntimos, expõem a forma como se processou a sua subjetivação no interior de uma determinada formação histórica.

Além de ser um relato autobiográfico, a “confissão” sugere a expectativa de revelações singulares e, de algum modo, extraordinárias. A confissão não reenvia apenas para uma narrativa autobiográfica, mas, implicitamente, convoca também associações com o universo católico em que a confissão é uma prática comum. Na estratégia do texto literário, a confissão indicia a existência de um sentimento de culpa e a necessidade de absolvição e expiação por parte do declarado “culpado” do pecado de viver ou ter vivido. Por isso, convoca a ideia de julgamento, em que o juiz não é um sacerdote ou Deus, mas o próprio público, a quem o autor confessa, para melhor se dar a conhecer, defender ou justificar, os meandros da sua intimidade. Em conjunção com esta função catártica, o texto autobiográfico tem, também, um carácter paradigmático, no qual se insinua um propósito ético e moral: o autor pretende dar o exemplo de um modo de vida, estabelecendo as bases para uma reflexão sobre questões universais como a vida, o tempo ou o ser.

Nesta comunicação propus-me abordar a “confissão” de um autor cuja autobiografia se dissemina por diferentes obras, da poesia ao ensaio, passando pelo romance e pelo teatro, “um animal autobiográfico” para quem o ato da escrita correspondia a uma necessidade intelectual e orgânica.

¹ Escola Calouste Gulbenkian.

Apesar de ter tido em consideração outras obras de José Régio, a minha análise, incidiu sobre uma das suas últimas produções literárias: *Confissões de um Homem Religioso*. José Régio também escreveu um diário, de forma descontínua, entre 1923 e 1963, cujos cadernos foram reunidos e publicados, após a sua morte, em 1999. Toda a sua obra, desde o primeiro livro de poemas, até aos romances, novelas e peças de teatro, constituiu uma via de introspeção e autoconhecimento, o que contribuiu para a crítica frequente dos seus adversários, que a classificaram como uma obra de cariz psicologizante, pouco atenta aos aspetos económico-sociais da realidade.

O conhecimento do contexto e das circunstâncias históricas é muito importante para a compreensão da existência de um homem concreto, sobretudo, quando se trata de uma figura pública, cujas opiniões têm sempre repercussão social. José Régio nasceu, em 1901. Na Europa, desde os finais do século XIX, cresciam os conflitos nacionais e imperialistas que puseram em causa a crença iluminista na razão como instrumento de emancipação do homem. Em Portugal, em 1910, instaurava-se a I República. Dezasseis anos inquietos, durante os quais se assistiu à tentativa burguesa de democratizar o país de cima para baixo, através de decretos e leis. Em 1911, Afonso Costa promulgou a Lei de Separação da Igreja e do Estado, o que provocou acirrada polémica e a animosidade da Igreja. O Estado tornou-se laico e a confissão religiosa volveu-se um facto da vida privada. No campo das artes, em 1915, fundou-se a revista *Orpheu*, que introduziu o movimento modernista em Portugal. Apenas se publicaram dois números. A instabilidade governativa, as consequências negativas da I Guerra Mundial, a crise económica e social e a perda do apoio popular destruíram as ilusões democráticas e modernistas da I República com um golpe de Estado. Um governo autoritário era necessário, pensava-se à direita e à esquerda, para que o país recuperasse a governabilidade. A ditadura que se lhe seguiu permaneceu no poder, durante quarenta e oito longos anos.

Tendo nascido em 1901, José Régio fez a sua entrada na vida pública como escritor, em 1925, o que coincidiu, praticamente, com o fim da abertura intelectual que caracterizou a Primeira República. Estreou-se sob o pseudónimo de José Régio, de uma forma algo intempestiva, publicando *Poemas de Deus e do Diabo*. Juntamente com João Gaspar Simões e Branquinho da Fonseca fundou, em 1927, a revista *Presença*, que congregou uma nova geração literária em Portugal – o chamado segundo modernismo, menos ousado e de teor mais classicizante que o da geração de *Orpheu*. Na opinião de David Mourão-Ferreira era o local de criação, o traço distintivo entre estas duas grandes revistas: “*Estar na província é ser, fatalmente, provinciano. O Orpheu foi um movimento apenas possível numa cidade ‘a caminho de ser grande’ (...) e a presença, enfim, iria impor-se por um plácido provincianismo descritivo, porém, com asas de europeia inquietação, - colocadas em Coimbra*” (Mourão-Ferreira, 1977: 28,29).

Durante o salazarismo, período de aparente tranquilidade (à força de repressão, propaganda e ensimesmamento), a oposição, embora dividida, não desapareceu. O confronto entre ideologias refletiu-se no campo literário. Em 1935, José Régio bateu-se contra José Rodrigues Miguéis e, em 1939, contra Álvaro Cunhal. A polémica com

Álvaro Cunhal começara quando José Régio denunciou o exagerado apego de alguns jovens literatos portugueses ao romance brasileiro (empenhado na exposição de questões sociais). Álvaro Cunhal ripostou criticando o seu “umbicalismo”, distanciado das questões sociais e políticas. Na opinião de Cunhal, a missão do artista deveria ser o combate às desigualdades e injustiças sociais, o que o levou a condenar a obra de José Régio como decadente, considerando-o, embora, “um dos mais poderosos e capazes poetas portugueses contemporâneos, quanto ao potencial e capacidade de expressão” (*apud* Ventura, 2003: 19). Insurgindo-se contra a acusação de o conteúdo da sua obra estar centrado num narcisismo egotista, José Régio defendeu-se, observando que o mais importante na obra de um artista é a sua intrínseca necessidade interior e a sua autenticidade, rejeitando, assim, a submissão a pressupostos ideológicos: a sinceridade, contraditória e ambígua, foi um dos leitmotivos da sua obra.

Criticado à esquerda, pelos neorrealistas, a relação de José Régio com os católicos também não foi pacífica. Apesar de nunca ter colocado em causa, em público, a religião familiar, a sua relação com o sagrado foi permanentemente permeada por dúvidas e sobressaltos, Poeta iconoclasta, romancista proibido pela Censura, dramaturgo, crítico de arte e intelectual assumido, José Régio afirmou-se um homem religioso, não sempre, mas, “intermitentemente”. Ao assumir a sua religiosidade de um modo fragmentário e descontínuo, Régio criou equívocos que se refletiram em algumas das suas relações pessoais. Muitos dos seus leitores não acreditaram na sua sinceridade. Uma das linhas que guiou a minha pesquisa foi o tentar perceber o que significaria, de facto, essa religiosidade intermitente, mas “sincera” de José Régio: relação afetiva de fidelidade às suas origens, à herança familiar, marcadamente católica? Ou a incapacidade de se emancipar dessa tutela, inscrita na sua infância, sob a forma de sentimentos religiosos?

Tentar encerrar José Régio numa categoria é uma tarefa arriscada. Atacado à direita e à esquerda, soube-se impor como escritor, embora, incompreendido, facto que encheu a sua vida de amargura que exprimiu, sobretudo, nas cartas que escreveu aos amigos.

MISTICISMO E ALTERIDADE

Na minha opinião, a melhor forma, para abordar o problema religioso, num autor como Régio, é através do seu assumido misticismo. A experiência mística, enquanto fenómeno humano, existiu em toda parte e em todas as épocas. Caracteriza-se por uma linguagem específica, em que através do recurso a metáforas e símbolos descreve-se uma experiência entre o eu e a sua circunstância existencial. O misticismo é uma linguagem não apenas psicofísica (enquanto conjunto de sintomas físicos e mentais), mas também um tipo de expressão escrita que tende a subverter a ordem religiosa estabelecida.

As diversas sociedades configuraram a experiência mística dentro de padrões convencionais próprios. O misticismo, não estando dependente de uma corrente religiosa específica, consistiria, basicamente, num processo de dissociação da

personalidade, concetualizado ou não, pelo místico dentro de um conjunto de orientações culturais e religiosas que fazem parte da sua tradição. O fim da vida mística, que é a união íntima da alma com Deus, realiza-se, nas diferentes culturas, através de diversas técnicas como a oração ou a ascese - luta atlética da alma contra o corpo em prol de um ideal. O objetivo é sempre o mesmo: o triunfo da vida espiritual. Os derxives, os xamãs, por exemplo, utilizam gestos e sinais próprios para acederem ao contacto com o sagrado. Na Grécia antiga, para além dos mistérios dionisiacos, Platão deixava entrever os vários graus de ascensão para o mundo inteligível como uma marcha ascensional que seria, simultaneamente, esforço de conhecimento e impulso de amor, configurada pelo desejo de união e eternidade, conceção que José Régio compartilhava, na medida, em que para ele, o contacto com Deus é graduado e realizado através de sucessivos patamares de evolução espiritual. A verdade, segundo ele, atinge-se paulatinamente, subindo com paciência degraus... típica abordagem do místico segundo o modelo platónico.

Na Europa Ocidental, o misticismo foi uma experiência religiosa durante muito tempo reservada à análise teológica. Daí a ambiguidade que sempre esteve ligada à experiência mística: possessão demoníaca ou união com a divindade? No século XIX, marcado pela ciência e pela técnica, com os trabalhos de psiquiatria e neurologia de médicos e psicólogos como Charcot, Ribot e Pierre Janet, entre outros, a interpretação da expressão mística vacilou entre a tradicional experiência religiosa, ao mesmo tempo, espiritual e cinestésica e a doença mental.

Roger Bastide (1898-1974), sociólogo francês interessado pela antropologia, fez consistir a experiência mística em duas características essenciais: o aparecimento de pensamentos e emoções que surgem na consciência do sujeito (que ele sente como estranhos) e a despersonalização subsequente, que afasta o místico da “normalidade” inscrita dentro de um determinado padrão cultural. Segundo ele, no caso dos maiores místicos, há luta contra esses fatores de dissociação e a tentativa de criação de uma personalidade bem organizada.

Há, também, na minha opinião, uma componente artística, na experiência mística. É de realçar que as sensações e os sentimentos estão sempre presentes neste tipo de experiência, o que a aproxima da fruição estética: há a valorização dos sons, das cores, das formas e imagens produzidas pela imaginação, como ver-se-á, no caso de José Régio. A própria luta do místico contra a matéria (neste caso, ele próprio) em nome da construção subjetiva de uma forma superior é também uma volição estética.

Roger Bastide apresentou três tipos de explicações para o estado místico: i) patológica; ii) psicológica; iii) sociológica.

- i) A tese patológica tem origem nas observações clínicas de Charcot e é caracterizada por sentimentos de angústia e de carência, fobias, obsessões, provenientes de um enfraquecimento da vontade, opinião também corroborada por Ribot e Janet, para quem o misticismo é uma sequela que provém da dissolução da vontade. Segundo Charcot, existia uma constituição psicopática

- na maior parte dos místicos que ele designou, então, como histeria, cujos sintomas eram as crises, a catalepsia e a inconsciência.
- ii) A explicação psicológica entende os estados místicos como sendo de natureza emocional. O cartesianismo, ao introduzir na filosofia a distinção entre percepções claras e distintas e as percepções obscuras e confusas, estabeleceu o primado das primeiras sobre as segundas. As percepções confusas corresponderiam a sentimentos; as percepções claras, a raciocínios. Nesta linha explicativa, o místico é aquele que mergulha nos mistérios profundos da afetividade. Nos mais altos representantes das correntes místicas, autênticas manifestações eróticas misturam-se estreitamente com o êxtase. Para Freud, o romance de amor e o êxtase místico seriam uma sublimação da tendência sexual recalcada, como o demonstra, na sua opinião, a análise dos sonhos, dos atos e dos discursos místicos. H.J. Leuba vê no misticismo, a confluência de duas correntes, uma erótica, que explicaria a alegria extática e outra, voluntarista, que explicaria o esforço moralizador do asceta e o caráter espiritual dos seus arrebatamentos.
 - iii) Segundo a explicação sociológica, o misticismo é geralmente perspetivado como uma forma religiosa extremamente individualista: o místico tem a pretensão de atingir Deus apenas pela sua consciência; o culto interior substitui nele o culto exterior. Se, refere Bastide, “como pretende Ch. Blondel qualquer emoção é a união de fenómenos orgânicos e de representações coletivas, agindo por intermédio da linguagem, o sentimento místico não escapa a esta regra. O psicólogo ocupa-se dos fenómenos orgânicos e da sua repercussão na consciência; o sociólogo das representações coletivas” (Bastide, 1959: 174, 175).

Às três teorias apresentadas por Roger Bastide acrescento como explicação para o misticismo, a tese filosófica de Emanuel Levinas, baseada na filosofia ocidental e na tradição bíblico-judaica, pois entendo que o tipo de objetividade que a ciência tradicional implica (separando o objeto a conhecer do sujeito de conhecimento) é ineficaz para lidar e compreender o fenómeno místico, dado que, como referiu Bastide, este é experiência (simultaneamente cinestésica e mental) e método de conhecimento. Na minha opinião, o místico é, simultaneamente, objeto e sujeito de conhecimento: buscando Deus, através da introspeção e análise contínua dos seus estados de consciência, o místico procura, no fundo, o conhecimento de si e do mundo que o rodeia, através dos conceitos que lhe foram inculcados pela sua tradição cultural.

Como se começa a pensar? Responde Levinas que tudo começa “provavelmente com traumatismos ou tateios a que nem sequer se é capaz de dar uma forma verbal”. Com a leitura estes choques iniciais se transformam em questões (Levinas, 2000: 15). Fiel ao seu projeto metafísico, enquanto outros filósofos como Jean-Paul Sartre se debatiam com questões sociais, Levinas ocupa-se com a relação do sujeito com

outrem que “tem como elemento o tempo; como se o tempo fosse a transcendência, fosse por excelência, a abertura a outrem e ao outro” (Levinas, 2000: 48). No campo filosófico, Emanuel Levinas propõe, então, uma ética da alteridade, onde o Outro ocupa o lugar fundamental. Para ele, a experiência do sujeito do conhecimento é sempre mediada através de um Outro. O Outro pré-existe ao Eu. É através da relação ética que o ser humano sai da sua solidão. Levinas esclarece que a palavra Deus é uma palavra significativa, independentemente, do problema da existência de Deus. O sentido do humano estaria na responsabilidade irrecusável para com o Outro que é, no limiar, revelação de Deus. A responsabilidade é, considerada por este filósofo como a estrutura fundamental da subjetividade. Não há humanidade sem responsabilidade: “É em termos éticos que descrevo a subjetividade. A ética não aparece aqui como suplemento de uma base existencial prévia; é na ética, entendida como subjetividade, que se dá o próprio nó do subjetivo” (Levinas, 2000: 87).

Na minha opinião, versar a ética é referir o encontro, o modo como o Eu procura e responde à demanda do Outro. Do Mesmo, ou seja, da repetição estereotipada de comportamentos e atitudes herdados, há um caminho a percorrer, em liberdade, para se chegar ao Outro, o estranho, o Desconhecido, o *Ignoto Deo* do soneto de José Régio (in *Biografia*) com o mesmo nome:

“Desisti de saber qual é o Teu nome,/ Se tens ou não tens nome que Te demos,/ Ou que rosto é que toma, se algum tome, /Teu sopro tão além de quanto vemos./Desisti de Te amar, por mais que a fome/Do Teu amor nos seja o mais que temos,/E empenhei-me em domar, nem que os não dome,/ Meus, por Ti, passionais e vão extremos./Chamar-Te amante ou pai... grotesco engano/ Que por demais tresanda a gosto humano! /Grotesco engano o dar-te forma! E enfim,/ Desisti de Te achar no quer que seja,/De Te dar nome, rosto, culto, ou igreja... – Tu é que não desistirás de mim!”

O percurso místico é difícil, semeado de armadilhas e solitário, porque incompreendido pelos que permanecem imutavelmente fiéis às matrizes da sua tradição cultural, tema que também está presente num dos mais conhecidos poemas (*Cântico Negro*) de José Régio, incluído no seu primeiro livro *Poemas de Deus e do Diabo*:

“Vem por aqui” - dizem-me alguns com os olhos doces/ Estendendo-me os braços, e seguros/ De que seria bom que eu os ouvisse/ Quando me dizem: ‘vem por aqui!’/Eu olho-os com olhos lassos,(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)/ E cruzo os braços,/ E nunca vou por ali... (...) Ah, que ninguém me dê piedosas intenções! /Ninguém me peça definições!/Ninguém me diga: “vem por aqui!”/ A minha vida é um vendaval que se soltou./ É uma onda que se alevantou./ É um átomo a mais que se animou.../ Não sei por onde vou,/ Não sei para onde vou/- Sei que não vou por aí!”

O RELATO CONFESSIONAL DE JOSÉ RÉGIO

Quando Régio iniciou a sua vida pública de escritor, em 1925, o ambiente intelectual português, que permitira a aventura modernista do *Orpheu*, havia praticamente chegado ao fim. Em 1926, instalou-se a ditadura que apenas findaria com o 25 de Abril de 1974. Demasiado tarde para José Régio, falecido em 1969. A sua vida

pública passou-se neste período caracterizado pelo autoritarismo salazarista, pela censura e pela perseguição política. Uma época representada pelo “medo de existir” como Régio escreveu num dos seus raros textos políticos, para apoiar a candidatura de Norton de Matos, às eleições presidenciais de 1949: “Na luta que atualmente se trava em Portugal entre duas formas de pensar e sentir, - um poderoso elemento há com que jogam os nossos antagonistas: o medo. ‘o medo é que guarda a vinha’ - diz-se. Em grande parte, tem sido o medo que tem guardado a atual Situação. Pode, ainda, ser o medo quem melhor a defenda” (*apud* Ventura, 2003: 73).

Régio pensou em escrever *Confissão de um homem religioso* desde os finais dos anos 40, mas as suas primeiras redações datam de 1953, prosseguindo, depois, a sua escrita e interrompendo-a, no entanto, várias vezes e por longos períodos. É uma obra incompleta, de composição bastante heterogénea, abundam as folhas soltas, a transcrição de outras obras em que aborda assuntos religiosos (por exemplo, o capítulo dedicado à figura de Cristo).

A sua confissão principia com uma memória de conteúdo piedoso, evocando a sua infância e educação, num ambiente conservador e beato, rodeado por velhas parentas e criadas. Era uma criança tímida. A solidão permitira-lhe desde a infância viver num mundo à parte e, assim, segundo ele, “penetrar numa atmosfera de irrealdade vibrante, num alheamento de tudo o mais, numa intimidade em outras esferas, cujo prazer nem saberia dizer. Nas mais diversas circunstâncias ao longo da vida, tenho experimentado por uns breves instantes esse prazer inefável, que não hesito em considerar de ordem mística” (Régio, 1983: 29). “Meio religiosas, meio domésticas, meio pagãs”, as festas religiosas marcaram o seu calendário familiar. Segundo ele, para as pessoas com quem vivia o “céu” seria a continuação da sua felicidade profana, simples, familiar e caseira. Dessas festas conservou memórias sensoriais, de tendência esteticizante – “apraziam (e nunca deixaram de me aprazer) os cânticos religiosos, os sons dos órgãos, as atitudes e os movimentos hieráticos dos padres diante dos altares, os rolos do incenso desfazendo-se nas abóbadas, os raios do sol coados pelos vitrais, as luzinhas trementes das velas e lamparinas, as jarras floridas e o ar pesado do seu cheiro...”.

Apesar de ter um parente republicano e outro que se tornara maçom, no Brasil, a vivência católica, profundamente religiosa, era a referência cultural maior do meio provinciano em que vivia. Três dos seus tios eram padres: “Até por mimetismo sonharia eu, pois, vir a exercer funções sacerdotais” (Régio, 1983: 49). Contudo, essa vocação religiosa corria a par e, por vezes, em oposição com o seu desejo de ser artista:

“Creio, no entanto, que nunca uma certa vocação sacerdotal (antes monástica) deixou de coexistir em mim, ao longo da vida, com o sonho duma vida boémia e fantasista” (...) “Sempre o silêncio, o êxtase, o mergulho contemplativo no inefável, a oração sem palavras me pareceram a mais alta homenagem dos místicos. Todavia, não é isso a conquista de um intransmissível aos outros? Algumas vezes em certos instantes, me julgara ou julgava capaz de atingir essa linguagem muda... (mas por que chamar-lhe linguagem?). Talvez seja preferível chamar-lhes iluminação ou comunicação” (Régio, 1983: 122).

No entanto, a sua vocação mística sempre lhe suscitara dúvidas:

“Ora perdido ou errante, neste labirinto – como vivia eu? (...) Antes de mais nada, isso que simultaneamente possibilita os meus pequenos triunfos cá na vida e as minhas deficiências na vida espiritual: as minhas traições a Ele. E depois, quando Deus voltava a perseguir-me, havia o eu poder viver nos meus vários planos em relação a Ele: o ter vários graus de Deus, conformando com isso a minha atuação religiosa. Havia ainda o crer não crendo”.

A questionação da fé e a suspeita da “morte de Deus” consubstancializou-se, nos finais do século XIX e princípios do século XX, na luta dramática entre a fé tradicional e a razão moderna. Em José Régio, a dicotomia entre os sentimentos e a razão, entre a lucidez e o amor, entre o desejo de uma vida monástica e a vontade de ser artista, provocou-lhe dúvidas e sobressaltos. Em contraposição às suas aspirações místicas, a lucidez regiana corresponde a um olhar agudo: “A verdade é que muitas vezes ando de candeias às avessas com o tempo em que vivo – sem saber se lhe estou atrasado ou adiantado, e entre mim e o Tempo há entendimentos e lutas que não percebo muito bem eu próprio” (Régio, 1983: 60).

É desse desfasamento e coexistência contraditória, entre a consciência individual e a vivência coletiva e respetivos valores, que nos dá conta a obra de José Régio. Artista, intelectual, crítico, espectador da própria vida, hesitava muitas vezes no caminho a seguir, diante das memórias felizes da sua infância, profundamente religiosa, em contradição com a sua vida intelectual de adulto, plena de incoerências e paradoxos. Extremamente individualista, fruto da transcendência do “eu” (correspondência religiosa do supremo grau de Deus, na sua própria opinião) era heterodoxa a condição do autor dos *Poemas de Deus e do Diabo*.

Os problemas da autenticidade e da sinceridade assombram muitas das suas páginas. Régio sabe, como Fernando Pessoa sabia, que o artista é um fingidor porque a confissão não é contemporânea da experiência que retrata/relata. Em relação com a sua sinceridade religiosa, Régio coloca o problema da sinceridade artística e o da intuição prospetiva: “Toda a expressão artística implica uma vivência, e todo o fingimento uma verdade por detrás dele: uma cara sob a máscara engenhosamente forjada” (Régio, 1983: 178). O fingimento pode também resultar de uma pré-vivência por antecipação: “Voltarei, então, à dor que pode ser fingida sem haver sido sentida, contrariando o que mais proximamente tenho vindo a escrever? Não, - porque devo agora intrometer as noções de intuição, germe existencial, pré-experiência, pré-vivência (...) Por pré-experiência entendo um conhecimento pessoal que têm os artistas – o qual se antecipa à experiência de certos fenómenos, aspectos, realidades vitais” (Régio, 1983: 179).

Catalogado como poeta estranho, provinciano ou originalíssimo, a receção crítica da sua obra gerou desencontradas opiniões que, não raras vezes, provocaram acesas polémicas que suscitaram ruminados exercícios críticos por parte de José Régio. Há na *Confissão de um Homem Religioso* toda uma arte de alusões e subentendidos, de provocações e insinuações, indicam-se pistas que a seguir se baralham.

Perdido nos labirintos de um eu estilhaçado e cindido, Régio não faz apenas um relato da sua vida, mas procura, dessa forma, alcançar uma unidade perdida através de um esforço de visibilidade para si próprio e de reflexão sobre o significado da sua própria vida.

CONCLUSÃO

Na modernidade, o desenvolvimento rápido do processo de subjetivação, a criação do sujeito tem um significado próprio: o da afirmação da liberdade e da capacidade de os indivíduos se emanciparem, não definindo as suas identidades por referência à pertença a uma determinada tradição cultural. A ideia de modernidade não evoca nenhum princípio transcendente mas, pelo contrário, potencia a liberdade criadora de cada um. A secularização conduziu à perda de importância dos laços sociais baseados em crenças religiosas, à solidão, à crise de identidade, mas ao mesmo tempo libertou o indivíduo das pertenças e das regras impostas. O sujeito moderno escapa aos determinismos sociais na medida em que é um sujeito auto-criador. Segundo Alain Touraine, sociólogo francês, que se debruçou sobre a problemática da modernidade “Só nos tornamos plenamente sujeitos quando aceitamos o nosso ideal o reconhecermo-nos – e fazermo-nos reconhecer como indivíduos – como seres individuados, defendendo e construindo a sua singularidade, e dando, através dos nossos atos de resistência, um sentido à nossa existência” (Touraine, 2005: 123). A construção do sujeito é suscitada pelos esforços que o indivíduo faz para se libertar do lugar que lhe foi atribuído, procurando construir a sua vida individual, com a sua diferença relativamente a todos os outros e a sua capacidade de dar um sentido geral a cada acontecimento particular. O sujeito é condicionado pela relação com o meio: transforma e é transformado por essa interação. O sujeito vive e age como se fosse um ator, cujo palco é a vida e a História, o seu “drama”, é também o drama de toda a humanidade.

A confissão não garante a fidelidade à verdade que é plurifacetada, movente e complexa. Testemunha talvez a sincera intenção daquele que se confessa, mas nunca a isenção integral do resultado obtido, a sua absoluta sinceridade, a negação de qualquer fingimento ou mentira. Os homens são seres em devir, sempre na trajetória de uma linha que teve um princípio e terá um fim mas cujo traçado desconhecem e que alguns tentam desvendar/criar à medida que se “escrevem”, que inscrevem/transferem/diferem a sua vida para um suporte material. A confissão é, neste sentido, o registo de um combate por uma unidade que se constrói instante a instante, assumindo riscos e tomando decisões, escolhendo caminhos. Neste processo de escrita há um *feedback* constante entre o passado, o presente e o futuro. Através da narrativa autobiográfica reconciliam-se os pólos do princípio e do fim, exprimindo a visão da vida como uma caminhada em direção à integridade perdida, projetando a perfeição da origem (antes da queda no mundo histórico) nas virtualidades do futuro.

A literatura exprime menos o mundo em que vive o homem do que aquele que ele constrói em função das estruturas do imaginário pessoal e coletivo. Contudo,

uma obra literária é também um testemunho vivo de um determinado tempo, daí a ávida curiosidade mesclada de ceticismo, ironia e reconhecimento que a sua leitura suscita nos seus leitores. Intelectual incompreendido, José Régio foi um grande escritor porque a intensidade da sua angústia, do seu egoísmo e da sua sincera boa-fé extravasaram os limites da sua existência singular e deram à sua obra uma vertente ineludivelmente humana e poética, conferindo à sua obra um prisma universal.

Na *Confissão de um Homem Religioso*, Régio construiu uma narrativa em que autor, narrador e personagem não são absolutamente idênticos. Logo, há na *Confissão*, o problema de saber quem é o seu autor. Quem se confessa? José Maria dos Reis Pereira ou o seu pseudónimo, o artista José Régio? Em Régio, não há como em Nietzsche uma política do nome próprio. Não há coincidência entre o nome do indivíduo José Maria dos Reis Pereira, nascido numa família burguesa e católica do Norte de Portugal, professor em Portalegre e o nome do escritor José Régio. E a haver estariam em contradição. O que implica uma interrogação referencial: quem legitima a confissão? José Maria dos Reis Pereira, filho de uma família católica, natural de Vila do Conde, ou José Régio, escritor e homem público, autor iconoclasta? É nessa distanciação teatralizada entre o eu do enunciado e o eu da enunciação que se dá a construção da subjetividade do autor que tenta responder reflexivamente à questão da sua demanda: como foi possível transformar-me naquele que sou?

Ao definir-se como homem religioso, Régio não defendeu nenhuma confissão religiosa. Ele foi, antes de tudo, um autor inclassificável. E se apreender a ambiguidade significa compreender que um homem expressa o seu mundo subjetivo através da língua e que a língua exprime através de um sujeito o mundo objetivo, de José Régio, poderemos dizer que representou como escritor e intelectual, as dificuldades, os limites e os impasses do seu próprio tempo: um tempo fragmentado entre a tradição e a modernidade.

REFERÊNCIAS

- Bastide, R. (1959) *Os Problemas da Vida Mística*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Levinas, E. (2000) *Ética e Infinito*, Lisboa: Edições 70.
- Lisboa, E. (1988) *José Régio ou a Confissão Relutante, estudo crítico-biográfico e antológico*, Rolim.
- Mourão-Ferreira, D. (1977), *Presença da "presença"*, Porto: Brasília Editora.
- Régio, J. (1939) *Biografia*, 2ª ed., refundida e muito aumentada com novos sonetos e um prefácio, Coimbra: Arménio Amado.
- Régio, J. (1983) *Confissão de um Homem Religioso*, Porto: Brasília Editora.
- Régio, J. (2004) *Páginas do Diário Íntimo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Régio, J. (1984) *Poemas de Deus e do Diabo*, Porto: Brasília Editora.
- Touraine, A. (2005) *Um Novo Paradigma, Para Compreender o Mundo de Hoje*, Lisboa: Instituto Piaget.:
- Ventura, A. (2003) *José Régio e a Política*, Lisboa: Livros.

Dos diários privados aos *blogues*: uma expressão temporalmente continuada de intimidade reflexa

ANA MARIA DA COSTA MACEDO¹

INTRODUÇÃO

A “escrita de si”, os escritos do foro privado, ou também designados egodocuments, são textos não literários produzidos por pessoas comuns. Incluem os livros de razão, os livros de família, as autobiografias, as memórias, toda a espécie de diários pessoais (íntimos, de viagem, diplomáticos, militares, médicos e outros) produzidos, duma maneira geral, internamente, isto é, fora do quadro institucional ou oficial e que testemunham a posição de alguém sobre si mesmo, os seus, a sua comunidade. Podem permanecer escondidos nas profundezas de um armário, serem transmitidos de pais para filhos como atos fundamentais da vida de uma família, ou estar mais acessíveis quando tomam a forma de livros de despesas e receitas entremeados de reflexões pessoais ou narrações da vida familiar.

Este tipo de escritos aparece em todas as regiões da Europa no fim da Idade Média, à medida que as sociedades se tornavam cada vez mais diversificadas economicamente e se iam desenvolvendo estratégias individuais para assegurar a sobrevivência ou a ascensão social das famílias. A emergência da categoria “indivíduo” na sociedade ocidental, a partir do Renascimento e ao longo da Idade Moderna, torna esse tipo de textos mais comum. Mas, é, sobretudo, na segunda metade do século XVIII, com o sucesso das “Confissões” de Jean Jacques Rousseau - autobiografia escrita no final da sua vida – que mais proliferam e se diversificam os escritos privados.

O século XIX é considerado a “idade de ouro” deste tipo de textos. O lar foi-se transformando no território de autenticidade e de verdade, um refúgio onde se permitia “ser-se” igual a si mesmo, resguardado das devassas do mundo. Ter o seu diário tornou-se, nesta altura, mormente entre a burguesia, uma atividade de moda e, mesmo, uma atividade recomendada pelos pais aos filhos, em particular às jovens raparigas. Oferece-se, aliás, a uma necessidade de afirmação feminina. Num mundo burguês, em que, como refere Philippe Lejeune (Lejeune, 1998)² “as jovens raparigas eram como que prisioneiras à espera da sua sentença: o seu ofício é esperar o

¹ Doutoranda em Estudos Culturais/UM; membro do CECS – Universidade do Minho. Email: maceana@gmail.com..

² Amélie Weiler “Une jeune fille mal dans son siècle” em Philippe Lejeune, “Pour L’Autobiographie”, 1982, p. 162.

casamento” ter um diário constituía uma atividade de autonomia e reivindicação contra a injustiça da sorte que a sociedade reservava às mulheres.

Alguns destes escritos foram publicados, mas, a maior parte permanece inédita. Muitos desapareceram para sempre, outros estão nas caves e outros foram ainda depositados nos arquivos ou nas bibliotecas públicas.

A leitura dos antepassados, o Romantismo, a chegada da psicanálise, o desejo de reencontrar as raízes e a importância da história familiar, constituíram movimentos que impulsionaram a escrita intimista como meio de definir a identidade e o ser individual. Nos inícios do século XX, a psicologia, as artes, a religião e a política contribuem para acentuar ainda mais a prevalência do indivíduo. A intimidade torna-se o símbolo dessa existência individual.

Nas últimas décadas do século XX este tipo de escritos, especialmente os diários íntimos, parece destinado a um progressivo desaparecimento. No entanto, sem que fosse previsível, assistimos a um consentâneo ressurgimento nos novos ambientes virtuais.

A IMPORTÂNCIA ATUAL DESTE TIPO DE DOCUMENTOS³

A escrita pessoal é um importante testemunho de que nos podemos servir para melhor compreender a época a que se reporta. Através da escrita, o indivíduo reproduz e produz uma representação da sua realidade social. Ele interpreta a sua própria representação de realidade e exprime-a por palavras escritas. Utiliza-as consciente do seu potencial social, mas também reflete as representações do seu mundo privado, sensorial e afetivo. Desta forma, a escrita pessoal fornece um importante contributo para um grande número de estudos sociológicos.

UM ARQUIVO DE FAMÍLIA E UM ESTUDO DE CASO



Figura 1: Diário e Livro de Razão de João Luís Jácome

O estudo que fizemos e publicamos recentemente, “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810)” (Macedo & Jácome, 2013) a partir da transcrição

³ A imagem apresentada na figura 1 faz parte da obra Macedo, A. & Jácome, J. (2013) *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810)*, Braga: Arquivo Distrital de Braga.

reconstituente de um manuscrito que intitulamos “Diário e Livro de razão de João Luís Jácome”, integrado no conjunto documental do Arquivo da Casa do Avelar (Braga 2010) possibilitou-nos, através dos escritos aí registados no dia a dia, reconstituir boa parte da vida política e pública da cidade de Braga nos finais de Antigo Regime.

Com 178 páginas cosidas na lombada com fio forte, o manuscrito que João Luís Jácome nos deixa, organizado sequencialmente em forma de diário ao longo dos últimos 24 anos da sua vida, assume todas as características de uma produção confidencial elaborada longe dos olhares públicos e constrangedores da sociedade. Membro da elite nobre e tradicional da cidade, o seu estudo permitiu-nos estabelecer as formas de exercício de poder numa cidade tradicionalmente governada pelos Arcebispos, senhores espirituais e temporais de um vasto território, numa época particularmente significativa da vida política da cidade. De fato, até à lei promulgada por D. Maria I em 1790⁴ os Arcebispos de Braga exerceram um domínio completo sobre o governo do município. O manuscrito de João Luís Jácome constitui um importante depoimento sobre as lutas interfamiliares (as disputas travadas entre as famílias nobres tradicionais e as novas forças sociais ascendentes) que então se desenvolvem no município bracarense.

Ao mesmo tempo que nos dá conta do leque de atividades públicas de um fidalgo de então - as festas, as cerimónias civis e religiosas - também nos dá a conhecer, numa perspetiva mais intimista e privada, a economia doméstica, os espaços da casa, a família, o relacionamento com os amigos, os estados de saúde e da alma, os sentimentos, os afetos, as alegrias, as situações de aflição e de tristeza.

As conclusões deste estudo subscrevem a ideia de que os documentos pessoais e as autobiografias constituem fontes férteis e genuínas para o conhecimento das relações sociais e do funcionamento das sociedades.

O ESTUDO REFERENCIAL EMPREENDIDO PELOS SOCIÓLOGOS THOMAS E ZNANIECKI

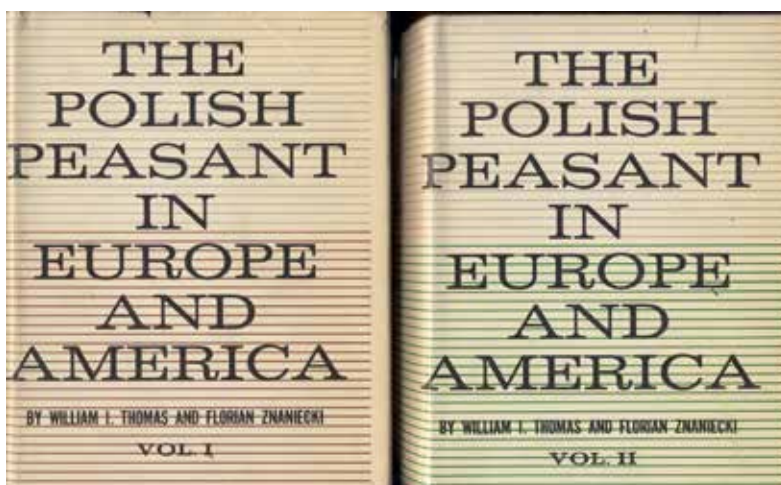


Figura 2

Fonte: <http://www.bookdepository.com/Polish-Peasant-Europe-America-William-Isaac-Thomas>

⁴ Lei da abolição das donatarias que determina a progressiva integração da Câmara de Braga na ordem pública, deixando para trás todas as jurisdições dos Arcebispos de Braga.

O marcante estudo empreendido pelos sociólogos William Thomas (americano) e Florian Znaniecki (polaco), cujos resultados foram publicados nos E.U.A., entre 1918-1920, com o título, “O Camponês Polaco na Europa e na América”, constituiu o primeiro marco da utilização sistemática da exploração científica dos documentos pessoais.

Com vista ao estudo das condições de vida e visões do mundo dos camponeses polacos emigrados para os Estados Unidos da América durante a Primeira Guerra Mundial, os autores, na impossibilidade de um contacto direto e em permanência com aqueles, seguiram um método baseado na utilização intensiva das autobiografias. Estabelecendo uma relação entre as características étnicas e culturais dos camponeses polacos com as culturas e normas sociais dos europeus e americanos, entrou-se numa área de grande interesse no domínio do estudo dos valores. O êxito desta metodologia fez com que ainda hoje na Polónia, continue a ser utilizada no fornecimento de materiais úteis aos responsáveis da nação como indicadores para a tomada de decisões. Como nos diz Lagneau (Markiewicz-Lagneau, 1976: 611) o método autobiográfico é hoje “uma instituição produtora de indicadores sociais em uso de um regime e de uma sociologia que, por diversas razões, dá menos crédito às sondagens de opinião”.

O CASO DE PIEVE SANTO STEFANO



Figura 3
Fonte: <http://www.darintodo.com/>

Num outro plano, mas igualmente no foro do tipo de expressão que nos convoca, salientamos o exemplo da pequena cidade italiana de Pieve Santo Stefano, na Toscana, que se tornou famosa a partir de 1984 com a autodenominada designação “cidade do diário”. Uma antiga aldeia, destruída pelas minas alemãs em agosto de 1944, durante a II Grande Guerra, torturada pelo fardo do seu passado e a precisar de resgatar a sua memória coletiva, tornou-se um verdadeiro museu que atrai visitantes de todo o Mundo.

A ideia partiu de Saverio Tutino (escritor e jornalista italiano nascido em Milão em 1923 e falecido em Roma 2011, conhecido como o “pai dos diários”), que

reconheceu essa oportunidade, ao fundar em Pieve Santo Stefano um centro de acolhimento (arquivo público) de escritos autobiográficos e diários, tornando, assim, a localidade numa espécie de “capital da memória privada”. Os mais diversos e anónimos autores vão aí com frequência ou para depositar os seus escritos garantindo a sua conservação pós morte, ou mesmo somente porque entendem que chegou o momento de poderem ser lidos. Deste modo, pode dizer-se que se encontrou uma nova forma de poder democrático da escrita, ao proporcionar a todos aqueles que escrevem sobre si mesmo poderem ser lidos por alguém. Ao que sabemos, cada ano dirigem-se a este arquivo cerca de 200 ou 300 pessoas com este intuito. O arquivo dos diários funciona hoje mais como uma associação viva e ativa, do que propriamente como um museu tradicional de conservação e mostra de materiais patrimonializados. O Arquivo Diarístico Nacional de Pieve Santo Stefano é um espaço que permite satisfazer uma necessidade física e real de todos os tempos: preservar a identidade individual e coletiva, para lá da existência física humana.

No primeiro domingo de setembro realiza-se a festa anual da autobiografia que se tornou também num centro de encontro dos responsáveis de outros arquivos que foram surgindo na Europa à semelhança deste. Vejam-se os exemplos de Lyon, Friburgo, Catalunha, Finlândia..., e outros em curso. Para consolidar este movimento, em 1998 foi editada uma revista da especialidade, de nome, “Primapersona”; e, em 1999, criou-se em Milão a “Universidade Livre da Autobiografia”.

As atividades da então criada Fundação Nacional do Arquivo Diarístico passaram a ser financiadas pelo Ministério dos Bens Culturais, pelas autoridades regionais da Toscana, pela Câmara do Comércio, bem ainda como por outras instituições, empresas e doadores privados. Desde 1998 a Fundação tornou-se num organismo sem fins lucrativos e, em 2009, veio a ser inserida no Código de Cultura do Estado.

“LES ÉCRITS DU FOR PRIVÉ DE LA FIN DU MOYEN-AGE À 1914»

Também em convergência com este percurso, não podemos deixar de relevar a constituição do sítio “escritos do foro privado em França do fim da Idade Média a 1914”. Trata-se do nome de um grupo de pesquisa, nascido no ano de 2003 na Universidade de Paris-Sorbonne, com o objetivo de recensear e descrever todos os textos pertencentes à grande família dos escritos do foro privado que se encontra nas coleções dos arquivos e bibliotecas públicas em França. Nele podemos encontrar diversas naturezas de escritos, tais como: livros de razão; livros de família; memórias; autobiografias; diários íntimos, de viagem, de prisão, militares; diplomáticos, médicos e, de uma maneira geral, todo o tipo de textos não literários, produzidos por pessoas comuns, fora do quadro das instituições – os chamados egodocumentos.

Pretende-se com esta iniciativa a formação de uma base de dados com vista a uma análise serial deste tipo de escritos, ultrapassando-se a investigação atual que ainda incide apenas sobre um ou alguns casos particulares. Os especialistas em história da família, das relações sociais, das economias domésticas, do corpo, da saúde, dos sentimentos, das emoções – campo de investigação que é reconhecido

atualmente em pleno crescimento - encontram aqui material abundante para as suas pesquisas.

Através do sítio eletrónico agora criado, pode-se consultar o catálogo dos textos existentes e, por unidades ou categorias de descrição, chegar-se à ficha do documento (com a cota, o lugar em que se encontra, o sumário, as formas de utilização).

“FIRST PERSON WRITINGS IN EUROPEAN CONTEXT”

Também a rede recentemente criada, com a designação de “escritos em primeira pessoa num contexto europeu”, partiu de um grupo de pesquisa formado em 2008 por 18 historiadores: 3 franceses, 2 italianos, 2 alemães, 2 espanhóis, 2 holandeses, e, ainda, 1 representante britânico, 1 dinamarquês, 1 checo, 1 polaco, 1 russo, 1 suíço e 1 lituano.

Nestes países onde as agências de financiamento nacionais têm reconhecido a importância destes estudos, o principal objetivo deste grupo é o de construir uma rede de pesquisa em torno dos egodocumentos (livros de família, diários, autobiografias, memórias, etc.).

Neste caso, a ideia dirigida a todos os países participantes no projeto é a de promover a formação de um banco de dados europeu, a partir dos egodocumentos de arquivos públicos e bibliotecas (não incluindo ainda as correspondências, nem se considerando aqueles que são produzidos a partir de uma instituição oficial).

A PASSAGEM DO DIÁRIO DE PAPEL AO MUNDO *ON-LINE* – A CRISE DE IDENTIDADE

Com o início da era digital, no fim do século XX, assistiu-se, desde logo, a uma rutura profunda nos modelos globais de comunicação escrita, com impactos previsíveis no surgimento de uma nova modalidade de “escrita de si” – *i.e.*, os diários virtuais publicados em *blogues*, na *internet*.

O diário íntimo, à moda antiga, refugiando-se da curiosidade alheia, guardado em esconderijos secretos, protegido por chaves e senhas indecifráveis parecia ter chegado ao fim, tanto no modo, como na finalidade. Deparávamo-nos agora com uma nova era, protagonizada pela “revolução digital”, marcada por novas formas de comunicar, de relacionar e de conhecer.

Como caracterizar a passagem do diário de papel para o mundo *on-line*? Será que assistimos à morte anunciada dos diários íntimos nas últimas décadas do século XX? Ou estaremos perante um fenómeno de continuidade, de simples adaptação contemporânea das velhas práticas e finalidades?! Deveremos antes e apenas sublinhar a descontinuidade perante a especificidade de novas formas e modos de expressão de intimidade reflexa?

Estaremos perante uma crise, uma rutura, ou, apenas, enfrentando uma nova forma de expressão da intimidade?

Poderemos admitir que um *blogue* possa ser um diário?

Como ponto de partida para o estudo das transformações na noção de partilha da escrita íntima e exposição pessoal das experiências vividas na atualidade, tomemos como exemplo da nossa reflexão o blogue de um viajante de autocaravana⁵ que, ainda na pujança da vida mas gozando já de um tempo de reforma que lhe permite saciar o gosto pelas viagens, partilha as suas experiências em forma de diário *on-line*. “Conhecer o mundo ... com a casa às costas” e partilhá-lo dia a dia com os outros é o móbil que prende António Resende ao seu *blogue* que, nas suas próprias palavras, “não é mais que um modesto diário ...”.

Admitamos, desde logo - apesar da aparente distinção de motivações e contextos - aquilo que o tempo separa e que a forma do conteúdo unifica, tentando indagar, tentando perceber o que é que une e têm de comum os escritos de Jácome e os de Resende, pautados pela continuidade dos dias, com o mesmo fito de deixar registado as impressões, as preocupações, as lembranças, destes dois homens separados por mais de duas centenas de anos.

A grande questão continua a ser a finalidade última, a motivação que os leva a partilhar o seu intimismo, o seu eu. Isto é, será o livro da casa tão secreto assim e o *blogue* irradiado da autocaravana tão devasso como à primeira vista pode supor-se? Haverá, necessariamente, um denominador comum de identidade íntima, independentemente do potencial imediato de difusão de informação.

Mas estaremos perante uma linha de continuidade, em que a maioria dos *blogues* mais não é do que adaptações contemporâneas das velhas práticas dos diários de papel, ou deveremos antes sublinhar uma descontinuidade que aposta em novas formas e especificidades? Estamos perante um novo paradigma comunicacional das escritas privadas?!

A expressão “web log” significa “diário” na internet. Mas o fato de os novos diários reconfigurarem a intimidade, dando-lhes novos contornos - pois que, ao invés da discrição que pautava os anteriores, agora o principal objetivo parece ser gerar a visibilidade do privado - leva-nos a cotejar os dois modos de comunicação.

Representando uma “escrita de si” na atualidade, os *blogues* mostram diferenças fundamentais na forma e na estrutura como são organizados.

Relativamente aos diários tradicionais que se organizam do mais antigo para o mais recente, os *blogues* são atualizados de forma contrária, *i.e.* os mais antigos vão ficando para trás e, ainda que permanecendo acessíveis, vão inexoravelmente perdendo a visibilidade. De uma intimidade privada e fechada, passa-se a uma nova noção de intimidade com vocação exteriorizante, dir-se-ia narcísica, quantas vezes algo exibicionista, com necessidade de diferentes configurações, mais ávida de novidade, de sensações, e de espetáculo.

A multiplicação de meios, como inserção de fotos, sempre atualizadas, como sejam as que vemos no *blogue* da autocaravana, é uma forma de induzir e seduzir o acesso ao seu conteúdo. O autor compartilha o seu quotidiano, os seus pensamentos,

⁵ <http://www.autocaravanaspt.blogspot.pt/>

os sentimentos, as alegrias, as decepções, as impressões com quem se interessa pelos mesmos assuntos. Os *blogues* são como que substitutos de alguém para conversar. Também podem ser um meio de ultrapassar a solidão. São novas modalidades de comunicar, que se traduzem em novas formas de identidade ligadas a um mundo contemporâneo, que vive de copiar e vender, fruir e consumir, num vai e vem constante marcado pelo impacto do efêmero. São, enfim, novas formas de viver a intimidade e de tornar possível a qualquer um alcançar a visibilidade, essa sensação de proximidade.

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Nada de novo. O mundo mudou e está em contínua mudança. Da mesma forma que os tradicionais escritos privados em papel nos revelam formas de sociabilidade muitas vezes invisíveis e traduzem a necessidade de preservar a identidade para além da efêmera existência física, os diários íntimos publicados na internet dão-nos conta de transformações nem sempre fáceis de diagnosticar. Se os *blogues* são a *escrita de si* na atualidade, estudar os *blogues* é um modo de estudar e compreender o sujeito pós-moderno, o sujeito da era digital.

Se na modernidade era pressuposto que as instituições vigiavam e mantinham a ordem que imperava os princípios da racionalidade e do progresso, que as regras eram interiorizadas, os desejos reprimidos e a identidade se definia pela origem da pessoa ou da sua pertença a alguma instituição, hoje a identidade é um processo em construção guiado pela sedução e pelas correntes das massas com ritmos de afirmação cada vez mais rápidos e de curta duração. Estamos imersos numa cultura da superfície e, por isso, a aparência, o espetacular, o efêmero são tão atrativos e presentes. Como nos diz G. Lipovetsky “é preciso ser como os outros e não inteiramente como eles, é preciso seguir a corrente e significar um gosto pessoal” (Lipovetsky, 1989).

No entanto, é na Modernidade que surge a escrita do diário íntimo como uma necessidade sentida pelo sujeito de situar a sua vida num percurso histórico. Desenvolve-se um estímulo à escrita. Segundo Artières (Artières, 1998), a partir do fim do século XVIII assiste-se a uma grande valorização da escrita que assume um papel crescente na vida quotidiana, nomeadamente a escrita pessoal. A escrita passa a ordenar a existência humana (dos registos civis às fichas médicas, escolares, bancárias ...) e a escrita do diário torna-se também uma forma de organizar a própria vida. Artières explica a necessidade do homem moderno “arquivar a própria vida”. E arquivar a vida passa por registá-la no papel.

A escrita do diário é um processo de individualização, de afirmação de uma identidade, de um lugar social; a afirmação de uma individualidade autónoma e soberana, fruto do Estado Moderno que surge a partir do século XVI. Mas é também a afirmação de uma individualidade que se assume como autoexame permanente. O diário íntimo de João Luís Jácome configura, claramente, estas duas vertentes. Por um lado, o registo constante e rigoroso dos gastos, dos empréstimos, das cobranças,

dos juros, da gestão da casa e da família na qual assume a missão primordial de manter a honra e a linha da primogenitura. Por outro, a necessidade de recolhimento num refúgio interior, onde assume as suas frustrações, a sua vida privada (nomeadamente o temperamento do seu filho primogénito), as suas interrogações face a uma sociedade e um época em mudança.

A passagem do diário de papel para o mundo *online* não foi, naturalmente, imediata. Os autores de diários passaram a utilizar os computadores como ferramenta de escrita e o diário passou para o computador pessoal ainda com o seu carácter íntimo e privado; a passagem para a esfera pública da *internet* é outro fenómeno.

A atual exigência de visibilidade faz com que sejam relevantes os cuidados com o corpo, com a aparência física e com a imagem de si que cada um apresenta aos outros. Hoje, ter um *blogue* é uma manifestação da moda vigente e dar uma característica peculiar ao seu, torna-lo diferente no meio de tantos outros, é a singularidade que, mais do que se afirma, efetivamente se impõe. Nos comentários podem surgir julgamentos, mas estes não exigem resposta e podem até ser apagados. Um *blogue* é, também, um diário, mas suscetível de alterações. E, tal como os diários anteriores, podem atenuar o sentimento de solidão ou mesmo chegar a ter fins terapêuticos

Trata-se de novas formas de viver a intimidade. Passamos de uma era de fronteiras bem demarcadas entre o que era vida íntima e o que era espaço público, de valorização da ordem e de uma identidade construída, para uma outra em que os sujeitos são constantemente estimulados a construir identidades transitórias, temporárias, em busca de um presente constante que impõe, sobretudo, visibilidade.

Se na Modernidade as instituições vigiavam e mantinham a ordem de forma inequívoca, hoje vivemos sob um controle muito menos perceptível. Os média, a exigência de visibilidade e a imposição de modelos, criam formas de manipulação e controle. É como se se tratasse de uma espécie de poder dissimulado que controla as formas de vida, a que Foucault se refere com a designação de “biopoder” (Foucault, 2002).

CONCLUSÃO

A necessidade de escrever *sobre si*, sobre as memórias, os sentimentos e os pensamentos, produzindo autobiografias e diários, remonta a tempos bem antigos.

A octogenária que um dia acede ao arquivo dos diários de Pieve Santo Stefano com o seu diário e declara: “Me habría gustado que al menos una persona lo leyese para no pensar que yo - puesto que no tengo marido ni hijos - he pasado por esta vida sin que nadie haya notado mi presencia, sin dejar siquiera una pequeña impronta”⁶, ilustra bem essa necessidade intemporal de partilhar a subjetividade.

Com o início da era digital, no fim do século XX, surge a ferramenta *weblog* e o fenómeno da “escrita do eu” *online* ganha notoriedade. Esta impõe-se, definitivamente, como uma marca do nosso tempo.

⁶ Publicado em 22/08/2012. Disponível em <http://www.archiviodiari.org/file/index.php/home>

Ao contrário dos diários, que têm um carácter privado e permanecem fechados aos olhares do outro, os *weblogs* são abertos ao público e as suas constantes atualizações tornam o presente sempre mais sedutor. Dir-se-ia mais, esmagador do próprio passado. A identidade marcada pelo registo diferenciado da memória pessoal, que não se apaga sem deixar vestígios, dá lugar à construção de novas identidades com um novo recurso de mascaramento que recorre à associação de arranjos gráficos, cores, fotos, que se podem sempre reescrever, mantendo a memória em permanente suscetibilidade de reconstrução e/ou revisão.

Os diários surgiram num período de afirmação da individualidade humana, onde as mudanças estruturais favoreceram a privatização do sujeito, especialmente daqueles que, com melhores condições financeiras, tinham também acesso à escrita. Os *weblogs* surgem numa época em que a individualidade se torna ainda mais forte e se cria a necessidade de produzir novas subjetividades, numa busca desenfreada pelo prazer instantâneo. Tal ocorre não só pelas possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias, mas também pelas renovadas formas de sociabilidade que se desenvolvem na atualidade.

Não obstante, a prática da escrita *online* não exclui a escrita de diários privados, o que demonstra bem serem os dois géneros de *escrita de si* diferentes, mas também uma expressão continuada de intimidade que reflete os novos tempos.

REFERÊNCIAS

- Andrade, R. (2007) *Percursos de memórias femininas: uma análise da escrita íntima de mulheres no papel e no digital*, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/andrade-raquel-percursos-de-memorias-femininas.pdf>, consultado em 12/07/2013
- Augé, M. (1994) *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, Campinas: Papirus.
- Artières, P. (1998) "Arquivar a própria vida. Arquivos Pessoais", *Revista Estudos históricos*, 21, disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>>.
- Bauman, Z. (2003), *Amor Líquido*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Braga, A. (2010) *Arquivo da Casa do Avelar: estudo orgânico e catálogo*, Braga: Universidade do Minho.
- Debord, G. (1992) *La Société du Spectacle*, Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2002) *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Lejeune, P. (1998) *Pour L'Autobiographie*, Paris: Seul.
- Lipovetsky, G. (1989) *O Império e o Efêmero: a moda e os seus destinos nas sociedades modernas*. S. Paulo.
- Macedo, A. & Jácome, J. (2013) *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810)*, Braga: Arquivo Distrital de Braga.
- Markiewicz-Lagneau, J. (1976) «L'autobiographie en Pologne ou de l'usage social d'une technique sociologique», *Revue française de sociologie*, XVII: 591-613.

Santo Stefano, P. (2012) Città del diário, disponível em <http://www.archiviodiari.org/file/index.php/home/>, consultado em 30/07/2013.

Sibilia, P. (s/d) *Os diários íntimos na Internet*, disponível em http://antroposmoderno.com/antro-version-imprimir.php?id_articulo=1143, consultado em 30/07/2013.

BLOGUES CONSULTADOS:

<http://www.autocaravanaspt.blogspot.pt/>

Espaços dentro de sítios e sítios dentro de espaços: o turismo negro como mediador da morte ausente/presente¹

BELMIRA COUTINHO² & MARIA MANUEL BAPTISTA³

INTRODUÇÃO

O provérbio inglês “nada é certo exceto a morte e os impostos”⁴ ilustra, de uma forma sardónica, o sentimento humano da inevitabilidade da morte. No entanto, a sociedade contemporânea faz esforços, mais ou menos conscientes, para arredar a morte do seu quotidiano. Na Idade Média, e até ao Romantismo, a morte era encarada simplesmente como mais uma etapa da vida humana; atualmente ela é um acontecimento que se esconde e se procura afastar da vivência social diária. Contudo, como seria possível esconder-se algo tão poderoso como a morte? Como o provérbio reproduzido atrás indica, a presença da morte é uma constante na vida. Não obstante, a sociedade criou mecanismos que permitem lidar com a morte de maneira a torna-la algo que não fere diretamente: existem práticas que protegem desse contacto direto, sendo uma morte mais suave a que chega depois de mediada. Se o fato de não se lidar com a morte diretamente no quotidiano é bom ou mau para o ser humano, enquanto espécie mortal, não está em discussão neste trabalho.

Este texto procura, em primeiro lugar, identificar, descrever e compreender os elementos que deram origem à atitude contemporânea perante a morte, tendo por base principalmente os estudos de Ariès (1988), mas também as reflexões de Giddens (1991) e Stone (2009a, 2009b) sobre a morte na atualidade. Tendo por base o paradoxo da morte ausente/presente de Stone (2009b), segundo o qual a morte é sequestrada do quotidiano dos indivíduos, mas continua presente através de um conjunto de meios, chamados mediadores da morte. A investigação prossegue com a identificação e descrição desses mediadores, com recurso aos trabalhos de Durkin (2003) e Walter (2009). De seguida, partindo dos estudos de Stone (2009a, 2009b, 2011, 2013) e das considerações de Foucault (1967), explora-se, em maior profundidade o papel do Turismo, em particular o turismo negro, como um dos mediadores da

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito da UC de Sociologia da Cultura do Programa Doutoral em Estudos Culturais UA/UM, da responsabilidade do Prof. Dr. Moisés Martins.

² Universidade de Aveiro. e-mail: belmira.coutinho@ua.pt

³ Universidade de Aveiro.

⁴ No original, “nothing is certain but death and taxes”.

morte na sociedade contemporânea. Por fim, tece-se algumas considerações sobre a reflexão teórica levada a cabo e identificam-se os pontos que se entende precisarem de ser aprofundados em investigação a desenvolver. É também neste momento que são consideradas as limitações deste estudo, aproveitando essas dificuldades para indicar caminhos de investigação futura.

A MORTE AUSENTE/PRESENTE NA CONTEMPORANEIDADE

A ideia da morte como algo que perturba o normal decorrer da vida do dia-a-dia é relativamente recente para o ser humano. De facto, até mais ou menos o séc. XII, a morte era um acontecimento encarado com relativa indiferença pelos indivíduos: os ritos da morte eram levados a cabo paralelamente às outras atividades do quotidiano e desempenhados sob a orientação do moribundo, que aguardava pacientemente pela morte no seu leito (Ariès, 1988). Segundo Ariès (1988), a morte era uma “morte domesticada”, vista como a etapa final da vida terrena antes da eternidade prometida pela religião, e inserida numa consciência de destino coletivo que fazia com que não houvesse preocupação individual com a mortalidade.

Ariès (1988) refere mesmo que os cemitérios, depois que apareceram, tornaram-se partes integrantes das cidades, onde havia atividades lúdicas e de comércio ou mesmo habitações – não havia uma separação entre a cidade dos vivos e a cidade dos mortos, sequer havia distinção entre os dois conceitos. A preocupação com a individualidade surge gradualmente a partir do séc. XI, dando origem ao que Ariès (1988) intitula de “morte de si próprio”. Esta preocupação com a individualidade manifesta-se nas representações da morte e do Juízo final (que passa de coletivo e no final dos tempos para individual e no final de cada vida), e também num novo sentimento de amor à vida motivado pela consciência da finitude individual (Ariès, 1988). Ao mesmo tempo, a preocupação com a individualidade está patente no ressurgimento de lápides e inscrições funerárias (à semelhança do que era feito na Antiguidade Clássica).

Foi só a partir do séc. XVIII que a ideia da morte como uma rutura do quotidiano foi introduzida; até então ela era vista como um acontecimento triste mas, mesmo assim, trivial (Ariès, 1988). Ariès (ibidem) acredita que o fator que deu origem a esta perceção da morte como estando fora do quotidiano foi a associação entre Thanatos e Eros na arte e na literatura, nas quais se equiparava o ato sexual e o êxtase à morte e ao último suspiro, considerando-os como momentos equivalentes de rutura com as regras racionais que governavam o dia a dia. Esta rutura era evidente no espetáculo de dor e sofrimento levado a cabo por amigos e familiares dos defuntos, bem como no luto altamente ritualizado que eles cumpriam – segundo Ariès (1988), a preocupação com a morte passa a incidir na “morte do outro” e não na própria. O autor defende também ter sido no Romantismo que se começou a evidenciar um certo grau de laicização da morte, evidente, por exemplo, no carácter laico da visita aos cemitérios, mas também na retirada de poder ao moribundo: se até então este conduzia o processo das suas cerimónias fúnebres, deixando instruções sobre

o enterro e serviços religiosos em testamento, nesta altura a família assume esse papel e torna-se responsável pelo que acontece ao cadáver do defunto – e pelo modo como ele será recordado (Ariès, 1988). Verifica-se também que a importância da vida eterna do cristianismo decresce em relação à ideia de eternidade terrena dos mortos, quer através de imponentes monumentos funerários, quer de recordações (fotografias *post-mortem*, joalharia fúnebre), ou mesmo através da dor manifestada pelos vivos.

Não obstante, todos estes ritos e regras faziam com que a morte no Romantismo fizesse ainda parte do quotidiano, podendo as pessoas recorrer a eles e à religião como apoio para lidarem com a morte dos seus entes queridos. Atualmente, já não é bem assim. Segundo Ariès (1988), a morte na sociedade atual é uma “morte interdita”. O confronto com a morte é recusado e ela é tornada *tabu*. A ideia da morte como *tabu* já tinha sido introduzida por Gorer (1955, *apud* Ariès, 1988), o qual compara o luto à masturbação, dizendo que a morte substituiu o sexo como o principal tabu da sociedade contemporânea. Ariès (1988) afirma que, atualmente, os moribundos e os ritos funerários são escondidos, já que demasiada transparência (tanto na morte como na dor) é considerada “mórbida” e “um desgosto demasiado visível não inspira piedade mas repugnância” (Ariès, 1988, p. 57) – o que, para o autor, faz com que o trauma da morte seja muito mais profundo. Segundo Giddens (1991), a morte não é tanto interdita como “sequestrada”, ou seja, retirada do quotidiano e remetida para locais e circunstâncias excecionais. Stone (2009) aprofunda esta noção, afirmando que esses locais e circunstâncias são, na verdade, instituições especializadas, tais como morgues, funerárias, lares de 3.ª idade, hospitais; trata-se de um sequestro institucional. Tal subscreve a ideia de “medicalização da morte” defendida por Ariès (1988), segundo a qual a morte é, atualmente, não um acontecimento natural, mas um fenómeno médico. Mais do que isso, a morte é encarada como uma falha da medicina, capaz de ser decomposta em vários momentos, desde a perda de consciência até ao desligar das máquinas (Ariès, 1988).

Giddens (1991) acredita que a morte na contemporaneidade foi dessacralizada, o que resultou numa privação a dois níveis: ao nível do significado da morte e ao nível dos mecanismos para lidar com ela, os quais provinham, tradicionalmente, da religião. O autor defende que a ciência não conseguiu ocupar inteiramente o lugar da religião neste processo de secularização, não chegando a produzir novas verdades científicas para substituir as religiosas à mesma velocidade com que estas últimas vão sendo abandonadas (Giddens, 1991). Segundo o autor, a diversidade cultural também não constitui verdadeiro auxílio, pois embora contribua para colocar um maior número de recursos à disposição do indivíduo, também o confronta com a angústia (Kierkegaard, 1944, *apud* Giddens, 1991) de ter que selecionar sozinho de entre eles os que considera mais adequados. Tal, segundo o autor, dispõe a morte na esfera pessoal do indivíduo, o qual tem que procurar criar os seus próprios mecanismos para lidar com ela e dar sentido à vida. Para Giddens (1991), esta procura de sentido tem a ver com a necessidade do que ele considera como

“segurança ontológica”, ou segurança do “ser” de cada um. O autor considera que, para procurar manter essa segurança, o ser humano procura remover da sua vida tudo aquilo que pode causar insegurança ontológica (Giddens, 1991) ou ameaçar o ambiente de felicidade completa em que deve decorrer a vida humana (Ariès, 1988). Tal é o caso da morte. Todavia, como algo ubíquo e inevitável, a morte não pode ser completamente retirado do quotidiano (Stone, 2009b). Stone (2009b) defende que a morte está simultaneamente ausente e presente na sociedade contemporânea, o que se traduz no paradoxo da morte ausente/presente. O trabalho de Durkin (2003) também evidencia a presença da morte no quotidiano através da cultura popular, por exemplo do cinema, da música, da literatura, referindo também a cobertura noticiosa de mortes e desastres notáveis (pelas circunstâncias ou pessoas envolvidas). Contudo, Stone (2009b) acredita que a sociedade contemporânea estabelece um compromisso: quando não pode ocultar por completo a morte, desvia o foco para a celebração da vida e da beleza por oposição ao horror da realidade da morte. Talvez seja por isso que Walter (1991, *apud* Stone, 2009b, p.31) considere que a morte veiculada na cultura popular é “abstrata, intelectualizada e despersonalizada”. O paradoxo da morte ausente/presente permite resumir-se a estrutura formal da morte na contemporaneidade: por um lado sequestrada, medicalizada, privada de significado público; por outro lado, onnipresente, mas estetizada, nos meios de comunicação e cultura popular.

A MORTE PRESENTE: MEDIADORES DA MORTE

O paradoxo da morte ausente/presente que, segundo Stone (2009b), governa a atitude contemporânea perante a morte implica que ela esteja presente na vida humana, de alguma forma. Segundo Walter (2009), na sociedade contemporânea existem mediadores da morte, que funcionam como filtro no contacto entre vivos e mortos, permitindo o contacto com a morte ao mesmo tempo que minimizam a insegurança ontológica que ela provoca. Apresenta-se de seguida os mediadores identificados na literatura: religião, família, cemitérios e sepulturas, Genealogia, História e Arqueologia, testamentos, fotografias, música, literatura, turismo (Walter, 2009), televisão, imprensa, cinema (Durkin, 2003). Já foi anteriormente referido o papel tradicional da religião na mediação da morte, ao fornecer conjuntos de crenças e rituais que permitem ao indivíduo lidar com a morte de forma previamente esquematizada. Não obstante, também já foi referido que a importância deste mediador decresceu face à da ciência, em particular à da medicina. Contudo, Walter (2009) acrescenta a relação com os *mass media*, afirmando: “Já não é para o padre ou para o médico que nos viramos à procura de informação e ajuda para fazer sentido do que aconteceu, mas sim para o jornal e os noticiários” (Walter, 2009, p. 43). Outro mediador da morte já mencionado neste trabalho é o testamento. Segundo Ariès (1988), este constitui um dos últimos meios pelos quais o morto comunica com a família e os amigos.

Os cemitérios e as sepulturas constituem outro dos mediadores da morte para a sociedade contemporânea. Ainda que tenham perdido muita da sua importância

(face ao que acontecia no Romantismo), continuam a ser locais onde o mundo dos vivos e o dos mortos se encontram e se misturam (Walter, 2009). A História e a Arqueologia são também mediadoras da morte. A morte que medeiam não faz parte, normalmente, da memória de primeira geração. Não obstante tanto a História como a Arqueologia permitem que se estabeleçam relações de pertença e familiaridade através da consulta de registos e da reconstituição do passado através de vestígios (Walter, 2009). O mesmo acontece com a Genealogia, a ciência da descoberta de antepassados, tão importante para estimular sentimentos de pertença numa sociedade de muitas diásporas; no entanto Walter (2009) distingue genealogia de ascendência. Para o autor (ibidem), a reconstituição da linhagem feita pela genealogia é permeada por um certo distanciamento, ao passo que a ascendência implica a noção de que aqueles antepassados deram origem à pessoa que somos agora. Assim sendo, a família é também um mediador da morte, já que é nesta instituição que tem lugar a partilha de histórias e memórias de antepassados mais ou menos próximos, trazendo-os dessa forma, temporariamente, para o mundo dos vivos (Walter, 2009). Isto é feito, muitas vezes, com recurso a fotografias, as quais são também, segundo o autor, mediadores da morte. O autor defende que as fotografias imortalizam os seres humanos, trazendo-os para o mundo dos vivos quando são observadas. Ao mesmo tempo, recordam o indivíduo da sua própria mortalidade (Walter, 2009). Walter (2009) identifica a música como mediadora da morte, afirmando que a temática tanatológica está presente desde as obras clássicas até à música *pop* contemporânea.

Esta temática é amplamente tratada também na Literatura, facto que leva o autor a considerá-la como mediadora da morte. Durkin (2003) aponta ainda a televisão como mediador da morte. Segundo este autor (2003) são exemplo desta valência as séries televisivas de tema tanatológico, como *CSI* ou *The Walking Dead*, mas, principalmente, os noticiários, que exploram exaustivamente mortes e desastres de algum modo notáveis pelas circunstâncias ou pessoas que envolvem. Segundo o autor, o mesmo é feito pela imprensa. Durkin (2003) faz, contudo, uma diferenciação entre o tratamento da morte feito pela televisão e pela imprensa escrita. O autor (ibidem) afirma que a imprensa escrita tende a recorrer mais a eufemismos e a não fazer referências diretas à morte, sendo menos explícita (exceção seja feita aos tabloides). O cinema é outro dos mediadores da morte identificados por Durkin (2003). Segundo o autor (ibidem), os temas tanatológicos e mórbidos fazem parte da tradição cinematográfica, que em face dos mais recentes avanços tecnológicos retrata a morte com realismo crescente. Para Walter (2009), os maiores mediadores da morte na atualidade são os *mass media* e o turismo. O autor afirma que ambos são de amplo acesso e permitem não só a divulgação, mas também a interpretação da morte e do sofrimento. Walter (2009) compara o hábito de assistir a execuções públicas ou jogos de morte à facilidade com que os *media* transmitem notícias e imagens de morte e sofrimento e o turismo incita a visitar locais onde eles aconteceram.

Na figura 1, em anexo, procura-se reunir todos os mediadores da morte identificados acima e ilustrar o seu papel como filtro que impede que o indivíduo contacte com a morte diretamente.

O PAPEL DO TURISMO NEGRO: MEDIADOR HETEROTÓPICO

No que diz respeito ao turismo, não são todos os destinos e atrações turísticas que permitem o contacto com a morte. Turismo negro é a designação dada ao:

“fenómeno pelo qual as pessoas visitam, intencionalmente ou como parte de um itinerário recreativo mais amplo, a diversa gama de locais, atrações e exposições que oferecem uma (re/a)apresentação de morte e sofrimento” (Stone, 2006: 146).

Embora alguns autores defendam que a prática do turismo negro é tão antiga quanto a capacidade do ser humano de se deslocar (Sharpley, 2009), o estudo académico deste tipo de turismo só ganhou significado em finais da década de 90 do século passado. De facto, foi só com a obra de Lennon & Foley (2000) que o termo turismo negro se disseminou e foi aceite pela maioria dos estudiosos. Não obstante, há já autores que afirmam que a popularidade do Turismo Negro está a crescer junto do público e da Academia (Sharpley, 2009).

Segundo Stone (2009a), o Turismo Negro atua como mediador da morte ao proporcionar um ambiente socialmente aceite ou mesmo sancionado, onde os visitantes podem perseguir os seus interesses tanatológicos sem receio de qualquer ameaça à sua segurança ontológica. Para além disso, o turismo negro fornece aos que o praticam a oportunidade de refletirem sobre a finitude do ser humano – e de si mesmos – e de elaborarem as suas construções sobre a mortalidade (Stone, 2009b).

Stone (2009b) elaborou um modelo (constante no Anexo 2 a este artigo) que procura esquematizar o modo como o turismo negro pode ajudar o indivíduo a lidar com a mortalidade.

Partindo da atitude contemporânea perante a morte e do paradoxo da morte ausente/ presente, o modelo evidencia a formação da insegurança ontológica e o surgimento da necessidade de contactar com a morte de alguma forma. O turismo negro surge como um meio que permite esse contacto e a “reconceptualização da morte e mortalidade em formas que estimulam outra coisa que não a angústia e o terror primordiais” (Stone & Sharpley, 2008: 585).

Stone (2011) identificou quatro motivos explicativos sobre o papel do Turismo Negro enquanto mediador da morte na sociedade contemporânea. O primeiro é o facto de o Turismo Negro representar e comunicar a morte. O segundo é o facto de o Turismo Negro dar ao visitante a oportunidade de acumular “capital da morte”, que pode depois usar quando precisar de refletir sobre ela. O terceiro motivo é facto de os locais de Turismo Negro constituírem locais onde a mortalidade contemporânea é reconfigurada e revitalizada, mediando assim a complexidade da morte. O último motivo mencionado por Stone (2011) prende-se com a ideia de que o turismo negro exhibe simbolicamente a morte do Outro, o que potencia uma reflexão sobre a morte do Eu.

Num trabalho mais recente, Stone (2013) apoia-se no conceito de “heterotopias” de Foucault (1967) para fazer uma análise de uma atração de Turismo Negro (Chernobyl) como mediadora da morte. Embora a análise diga respeito apenas a uma atração específica, o autor entende que ela fornece uma estrutura a partir da qual outras atrações de Turismo Negro poderão ser analisadas enquanto heterotopias.

Foucault (1967) não oferece uma definição definitiva e fechada de heterotopias, preferindo descrevê-las como locais que:

“têm a curiosa propriedade de estarem relacionados com todos os outros locais, mas de uma maneira tal que suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que são, em si, designadas, refletidas ou pensadas. Estes espaços, de qualquer tipo, [...] estão ligados a todos os outros, [...] e contudo contradizem-nos” (Foucault, 1967: 4⁵).

O primeiro princípio das heterotopias referido por Foucault (1967) é o de que as heterotopias existem em todas as culturas, e podem ser de dois tipos: de crise ou de desvio. Segundo o autor, as heterotopias de crise são mais antigas, e dizem respeito a locais privilegiados, sagrados ou interditos que estavam reservados a indivíduos em estado de crise em relação à sociedade onde viviam. As heterotopias de desvio são os espaços para onde vão os indivíduos cujo comportamento se desvia da norma socialmente estabelecida (Foucault, 1967).

O segundo princípio das heterotopias de Foucault (1967) diz que cada heterotopia cumpre uma determinada função dentro de uma sociedade, função esta que poderá sofrer alterações à medida que a sociedade onde está inserida se vai modificando.

O terceiro princípio das heterotopias é o da justaposição; isto é, as heterotopias justapõem num mesmo lugar real vários espaços que são, em si, incompatíveis.

O quarto princípio das heterotopias referido por Foucault (1967) dita que estas são espaços de rutura com o tempo tradicional. Esta rutura pode dar-se pela acumulação do tempo, que se “amontoa” infinitamente no local, como se este fosse um museu, ou pela fugacidade do tempo, em heterotopias não tanto passageiras mas crónicas, em ambiente festivo, que se repetem ciclicamente e onde o tempo se suspende e se cruza (Foucault, 1967).

O quinto princípio das heterotopias diz respeito à existência de um sistema de abertura (valorização) e fecho (desvalorização), que, simultaneamente, isola e torna permeável (Foucault, 1967). Tal sistema requer rituais de purificação que permitem a entrada e preparam a saída dos locais. Ao mesmo tempo, Foucault (1967) afirma que em algumas heterotopias apenas se tem a ilusão de se ter entrado, pois na realidade o facto de se penetrar naquele espaço é motivo de exclusão.

No sexto e último princípio das heterotopias, Foucault (1967) concebe-as como espaços de ilusão ou de compensação: espaços de ilusão quando denunciam o espaço real como ainda mais ilusório; e espaços de compensação quando criam um outro espaço ordenado e perfeito em oposição à desordem e imperfeição do espaço real (Foucault, 1967).

Stone (2013) entende que o conceito original de heterotopia, conforme descrito originalmente por Foucault (1967), é demasiado abrangente e elusivo, preferindo entender as heterotopias como espaços sociais que existem dentro de espaços

⁵ Paginação nossa.

físicos onde a aparente continuidade e normalidade do quotidiano são interrompidas, e onde as normas da sociedade são transgredidas. Não obstante, é através dos seis princípios das heterotopias de Foucault (1967) que Stone (2013) analisa Chernobyl como atração de turismo negro e mediadora da morte.

Para Stone (2013), os locais de turismo negro podem ser sítios onde tiveram lugar acontecimentos de importância sociocultural, política, humana ou ambiental – como é o caso particular de Chernobyl, que, por tal motivo, é considerado pelo autor como uma heterotopia de crise. Ao mesmo tempo, Chernobyl providencia um ambiente onde os turistas podem distanciar-se de crises do passado e refletir sobre crises do presente e dilemas futuros (Stone, 2013). Mas Chernobyl pode ser considerado também uma heterotopia de desvio, já que a presença de turistas no local constitui um desvio da normalidade (Stone, 2013).

Segundo Stone (2013), a função de Chernobyl como heterotopia e local de turismo negro reside no facto de constituir um ícone ou símbolo, por um lado, de um sistema político e ideológico utópico que falhou, e, por outro lado, de tragédia tecnológica, que incita à reflexão sobre o progresso e a sua fragilidade, bem como sobre a fragilidade da condição humana.

O princípio da justaposição também pode, segundo Stone (2013), ser aplicado ao exemplo de atração de Turismo Negro que ele tomou como base no seu estudo: Chernobyl. Para o autor, existe uma justaposição na zona da central nuclear entre a noção de ruína e a de comercialização e retorno à normalidade (com a venda de entradas). Ao mesmo tempo, existe uma justaposição entre surreal fantasmagórico da cidade abandonada mais próxima (Pripyat) e a familiaridade dos edifícios e dos objetos que lá persistem (Stone, 2013).

No que diz respeito ao quarto princípio das heterotopias – que as apresenta como ruturas com o tempo – Stone (2013) acredita que ambas as possibilidades de rutura (por acumulação ou por fugacidade) estão presentes em Chernobyl. O autor afirma que o turista consome, ao mesmo tempo, o desastre, as suas implicações, e a época em que tudo isso ocorreu, uma vez que em Chernobyl o tempo é metaforicamente guardado e acumulado (Stone, 2013). Ao mesmo tempo, esse consumo é fugaz, estando limitado à duração da visita (Stone, 2013).

O quinto princípio das heterotopias, conforme já foi referido, supõe um sistema de abertura e fecho do acesso a elas mesmas. Stone (2013) refere que a reserva da visita, o pagamento, e a assinatura de termos de responsabilidade quanto à possível contaminação por radiações constituem rituais de valorização de Chernobyl. Os exames médicos feitos à saída do local contribuem para o desvalorizar, permitindo o regresso ao quotidiano (Stone, 2013).

Para Stone (2013), é óbvio que na heterotopia de Chernobyl, a maior ilusão para os turistas é a de que o desastre foi, de alguma forma, controlado pelas autoridades. Em compensação, este local relativamente seguro e socialmente sancionado suscita no turista uma consciência da impotência perante as calamidades e da fragilidade da sociedade contemporânea (Stone, 2013). Esta conceção parece espelhar a ideia

original de Foucault (1967), segundo a qual a ilusão é negativa e a compensação é a que aparece como algo iminentemente positivo.

Em resumo, podemos dizer que o turismo negro é uma instituição mediadora da morte privilegiada, ao ser socialmente aceite e encarada como segura pelos visitantes. Neste contexto, eles podem elaborar as suas reflexões sobre a morte, individual e coletiva, sem sentirem que o seu ser se encontra ameaçado. Ao mesmo tempo, os locais de turismo negro são sítios onde as normas da sociedade ficam suspensas, podendo ser considerados como heterotopias – ou, pelo menos, a atração turística que é Chernobyl pode ser considerada uma heterotopia, na perspetiva de Stone (2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para identificar a origem das tendências que conduziram à atitude contemporânea perante a morte é necessário adotar uma perspetiva histórica. A mudança de atitude perante a morte não se dá por completo de um momento para o outro, e sequer está inteiramente correto chamar-lhe simplesmente mudança: tratar-se-á talvez de séries de transições de valores em que a ênfase deixa de ser posta num valor e passa a ser posta no outro. Por exemplo, na “morte domesticada” a ênfase era posta no destino final coletivo, dando-se depois uma transição progressiva em que ela foi sendo colocada no destino individual, primeiro o seu (morte de si mesmo) e depois o do outro. A importância da religião também foi perdendo volume, face à emergência da ciência e das suas verdades, mas também face à comunicação dessas e outras informações à escala mundial.

Também se verificou uma transição na familiaridade da morte: durante muitos séculos ela era considerada parte integrante da vida quotidiana, mas, a partir do Romantismo, começa progressivamente a representar uma quebra com o normal decorrer da vida de cada um. E, atualmente, essa quebra é escondida e permitida apenas em locais e circunstâncias de exceção. Ao mesmo tempo, permite-se que uma versão estetizada da morte faça parte do dia-a-dia, versão esta que representará uma ameaça menor à segurança ontológica de cada um.

A morte suavizada é-o porque não se lida com ela diretamente; mas através de práticas e instituições que vão absorver algum do poder de criação de insegurança ontológica da morte. Estes mediadores da morte são queridos e familiares: por exemplo a família, a fotografia, a reconstrução da árvore familiar com recurso à genealogia, a reconstrução do passado mais longínquo feita pela História e pela Arqueologia... mas também a cultura popular, a música, a literatura, o cinema... entre outros, são permeados pela temática tanatológica.

Contudo, os mediadores da morte mais abrangentes no mundo ocidental são os *mass media* e o Turismo.

O papel dos *mass media* e do turismo enquanto mediadores da morte na sociedade contemporânea é um tema que se presta a variadas investigações. Nesta investigação analisou-se especificamente o papel do turismo negro – aquele que está relacionado com morte e sofrimento – como mediador da morte.

Stone (2006, 2009, 2011, 2013) é o autor que mais estuda a mediação da morte feita pelo turismo negro. Esta investigação reúne e apresenta as suas conclusões sobre esse tema. Em primeiro lugar, o autor defende que o Turismo Negro é um mediador da morte por excelência, ao recriá-la e fornecê-la aos visitantes sob formas destinadas para o seu consumo. Para além disso, Stone (2006, 2009, 2011, 2013) entende que o contacto com a morte através do turismo negro permite aos turistas confrontarem-se com a morte em locais socialmente sancionados nos quais podem, em segurança, elaborar as suas conceções de mortalidade e de sofrimento e criar mecanismos próprios para lidar com eles.

Stone (2013) considera também que os locais de turismo negro são heterotopias, um conceito elaborado por Foucault (1967). A definição de heterotopia é complexa, uma vez que Foucault (1967) não o deu por acabado ou fechado na sua obra, deixando sim que ele fosse permeável a abordagens de outras perspetivas e áreas de conhecimento.

Vindo da área do Turismo, Stone (2013) despoja o conceito de alguma da sua subjetividade (ou procura fazê-lo), e entende as heterotopias como espaços sociais dentro de espaços físicos, onde as regras e a norma quotidiana são suspensas. Esse tratamento é dado por Stone (2013) também aos seis princípios das heterotopias de Foucault. Como Stone (2013) os entende, os princípios são: as heterotopias são locais onde as normas de conduta são suspensas, quer por crise ou desvio de conduta; têm uma função definida e refletem a cultura onde existem; têm o poder de justapor vários espaços reais; estão ligadas à natureza acumulativa e transitória do tempo; não são locais livremente acessíveis; e são locais de ilusão e compensação.

No geral, considera-se que a reflexão de Stone (2013) sobre Chernobyl como heterotopia pode aplicar-se à maioria dos locais de turismo negro, sendo necessário, para cada um, identificar aquilo que representam na cultura do local onde se inserem, qualquer que seja a escala – isto porque os locais de turismo negro podem ter significado cujo âmbito vai desde o local até ao global (Coutinho, 2012). Assim sendo, todos os locais de turismo negro vão justapor espaços, dependendo do seu enquadramento cultural e dos seus significados, e combinar tempos, já que todos representam um momento, ou vários, enquanto são visitados, em todas as visitas. Deste modo, todos os locais de turismo negro envolvem rituais de valorização e desvalorização, como as viagens de e para o local, a preparação da viagem, a compra de ingressos, a experiência que depois se reconta a amigos e familiares.

Sobre o segundo princípio das heterotopias, mais especificamente sobre a possibilidade de Chernobyl e do turismo negro em geral como heterotopia de desvio, Stone (2013) argumenta ainda que Foucault entendia o lazer como uma forma de ociosidade, o que era em si um desvio da norma. Além disso, Stone (2013) refere que o turismo negro pode ser visto como uma forma de ócio destrutivo ao envolver a visita a locais que vão contra a corrente moral predominante da sociedade.

Discorda-se do autor neste ponto. Considera-se que, longe de ser “ócio destrutivo”, a experiência de turismo negro potencia a vivência de ócio recriador ou

humanista. Segundo Cuenca (2010, p.69), o ócio consiste num “espaço idóneo, possivelmente um dos mais idóneos, para o desenvolvimento e a vivência de valores nos seus múltiplos campos” (Cuenca, 2010: 69). Kreikemans (1973: 525, cit. In Cuenca, 2000: 63) define o ócio como “uma ‘recriação’, ou seja, um meio para restabelecer a vontade e o valor de viver”. Tudo isto está de acordo com o que Stone afirma, em vários momentos (2009, 2011, 2013), sobre o turismo negro: que ele é uma instituição que oferece um ambiente seguro e sancionado onde os indivíduos podem contemplar a mortalidade e elaborar os seus constructos sobre ela, saindo desta experiência com “capital da morte” acumulado que podem usar quando precisarem de lidar com ela.

Muito se poderia ainda dizer sobre o papel do turismo negro como mediador heterotópico da morte na contemporaneidade. Considera-se que este tema deverá ser aprofundado, tanto com recurso a mais reflexão teórica, como também a estudos de carácter empírico e à construção de modelos de análise.

Essa é, sem dúvida, uma das maiores lacunas do estudo académico do turismo negro. A inexistência de estudos de carácter quantitativo, por exemplo, impossibilita que se compreenda verdadeiramente a extensão do fenómeno. Também são poucos os estudos empíricos de carácter qualitativo – e os que existem centram-se maioritariamente na identificação das motivações dos turistas. Um complemento necessário a estas investigações é o estudo das perceções dos turistas sobre os locais de morte e sofrimento que visitaram, sobre o papel que eles cumprem e sobre as relações que neles são estabelecidas. Isso, contudo, é matéria para outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

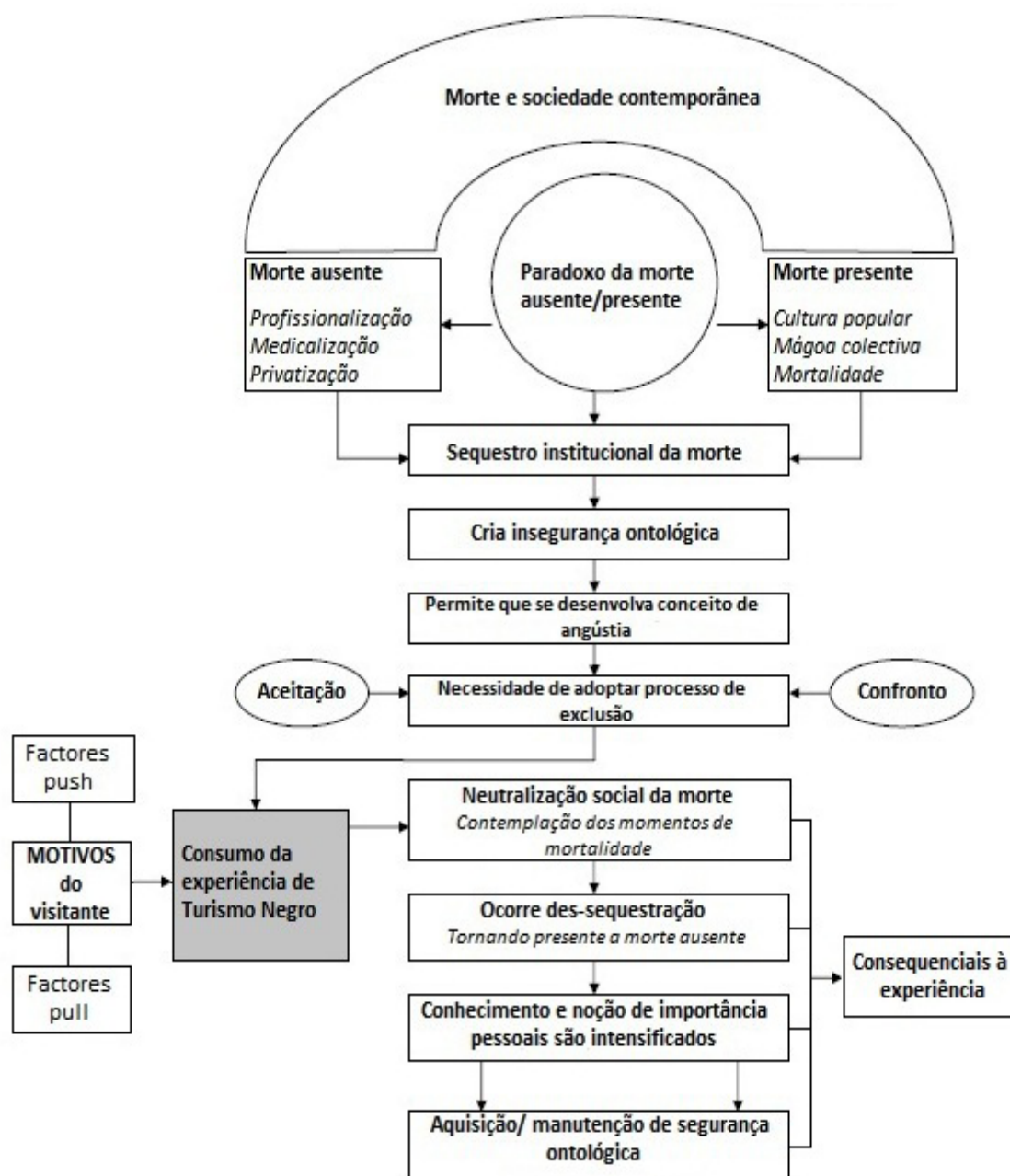
- Ariès, P. (1988) *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa: Teorema.
- Coutinho, B. (2012) *Há morte nas catacumbas? Um estudo sobre Turismo Negro*, Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro: Aveiro.
- Cuenca, M. (2010) *Una forma de entender el ocio*, disponível em www.ocioblog.deusto.es/una-forma-de-entender-el-ocio/, consultado em 20/11/2012.
- Durkin, K. (2003) “Death, Dying, and the Dead in Popular Culture”, in Bryant, C. (Ed.), *Handbook of Death and Dying*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications, pp. 43-49.
- Foucault, M. (1967) *Des espaces autres, Hétérotopies*, disponível em <http://1libertaire.free.fr/Foucault12.html>, consultado em 15/02/2013.
- Giddens, A. (1991) *Modernity and Self Identity*, Cambridge: Polity.
- Lennon, J., & Foley, M. (2000) *Dark Tourism: The Attraction of Death and Disaster*, Londres: Continuum.
- Sharpley, R. (2009) “Shedding Light on Dark Tourism: An Introduction”, in Sharpley, R., & Stone, P. (Eds.) (2009) *The Darker Side of Travel - The Theory and Practice of Dark Tourism*, Bristol: Channel View Publications, pp. 3-32.

- Stone, P. (2006) "A Dark Tourism spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre Related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions", *Tourism: An Interdisciplinary International Journal*, 54 (2): 145-160.
- Stone, P. (2009a) "'It's a Bloody Guide': Fun, Fear and a Lighter Side of Dark Tourism at the Dungeon Visitor Attractions, UK", in Sharpley, R. & Stone, P. (Eds.) (2009) *The Darker Side of Travel - The Theory and Practice of Dark Tourism*, Bristol: Channel View Publications, pp. 167-185.
- Stone, P. (2009b) "Making Absent Death Present: Consuming Dark Tourism in Contemporary Society", in Sharpley, R. & Stone, P. (Eds.) (2009) *The Darker Side of Travel - The Theory and Practice of Dark Tourism*, Bristol: Channel View Publications, pp. 23-38.
- Stone, P. (2011) "Dark Tourism in Contemporary Society: Mediating Life and Death Narratives", artigo apresentado em *Twilight Tourism: An International Symposium*, Universidade de Taiwan, Taipei, Taiwan.
- Stone, P. (2013) "Dark Tourism, Heterotopias and Post-Apocalyptic Places: The Case of Chernobyl", in White, L. & Frew, E. (2013) *Dark Tourism and Place Identity: Managing and Interpreting Dark Places*, Melbourne: Routledge.
- Stone, P., & Sharpley, R. (2008) "Consuming Dark Tourism: a Thanatological Perspective", *Annals of Tourism Research*, 35 (2): 574-595.
- Walter, T. (2009) "Dark Tourism: Mediating Between the Dead and the Living", in Sharpley, R. & Stone, P. (Eds.) (2009) *The Darker Side of Travel - The Theory and Practice of Dark Tourism*, Bristol: Channel View Publications, pp. 39-55.

ANEXO 1: O LUGAR DOS MEDIADORES NA RELAÇÃO ENTRE O INDIVÍDUO E A MORTE (ELABORAÇÃO PRÓPRIA)



ANEXO 2: CONSUMO DO TURISMO NEGRO NUMA PERSPETIVA TANATOLÓGICA (ADAPTADO DE STONE, 2009A)



Roturas e Suturas: Anotações sobre a experiência do tempo entre pessoas vivendo com HIV/aids

MÓNICA FRANCH¹ & EDNALVA MACIEL NEVES²

Inescapável dimensão da condição humana, o adoecimento é uma das experiências que maiores e mais profundas transformações ocasiona na vivência do tempo (Adam, 1995). O adoecimento introduz importantes modificações no cotidiano das pessoas adoecidas, afetando sua dedicação ao trabalho, seu papel na família, seus lazeres. Novas rotinas passam a ser incorporadas, incluindo exames, tratamentos e outros procedimentos voltados à cura ou à gestão da doença. Do ponto de vista das subjetividades, a doença reenvia os sujeitos à dimensão corporal da vivência do tempo, forçando uma maior dependência e atenção aos sinais do corpo. O confronto com a própria finitude torna-se, muitas vezes, inevitável. Quando se trata de doenças mais graves, ou socialmente construídas através de “metáforas” terríveis, como é o caso do câncer e da aids (Sontag, 2007), o diagnóstico costuma provocar rupturas biográficas (Bury, 1982) que arremessam os indivíduos a um terreno de incertezas e pesares. Ocorre um momento de crise violenta que costuma ser superado lançando-se mão de recursos pessoais e sociais.

Neste trabalho, tempo e adoecimento são discutidos a partir de um estudo qualitativo com “pessoas vivendo com HIV/aids”, realizado no Estado da Paraíba, na região Nordeste do Brasil³. Os dados fazem parte de uma pesquisa sobre relacionamentos homoafetivos sorodiscordantes para o HIV/aids. Para esta apresentação, foram priorizados os aspectos relativos à descoberta da doença e à gestão cotidiana da condição sorológica do membro soropositivo do par. A dimensão temporal privilegiada é aquela do tempo biográfico, que de acordo com Tâmara Hareven (1991) é locus de entrecruzamento das trajetórias individuais e coletivas, históricas. Isso pode ser muito bem compreendido através da análise das narrativas dos entrevistados, especialmente ao estabelecermos um recorte de geração, que divide aqueles que viveram os tempos da “peste gay” e os que tomaram contato com a doença

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: monicfranchg@gmail.com.

² Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ednmneves@gmail.com.

³ Pesquisa financiada pelo CNPq, através do Edital Universal de 2010. Equipe de pesquisa composta por: Mónica Franch (coordenadora); Márcia Longhi, Ednalva Neves e Luziana Silva (pesquisadoras); Jainara Oliveira e Márcia Andrea Rodrigues (mestrandas); Jefferson Nascimento, Elisabeth Silva e Luarna Relva Félix Cortez (graduandos).

num momento posterior, de (aparente) cronicidade. Outro aspecto que aglutina as narrativas é o fato de se tratar de sujeitos que vivenciaram sexualidades consideradas desviantes, dissidentes ou fora da norma heterossexual, aspecto que também marca suas trajetórias biográficas, mais uma vez de modo diferente de acordo com o período histórico vivido.

ROTURAS – NARRATIVAS DO DIAGNÓSTICO DE HIV E RUPTURA BIOGRÁFICA

Em todos os casos investigados, a descoberta da soropositividade enquadra-se naquilo que Bury (2011) definiu como *ruptura biográfica*. Para este autor, “a doença, especialmente a doença crônica, é precisamente o tipo de experiência em que as estruturas da vida cotidiana e as formas de conhecimento que a sustentam se rompem” (p.43). Embora Bury aborde uma patologia de natureza diferente da infecção pelo HIV, certos aspectos que dizem respeito à experiência vivida da doença crônica são também elementos que aparecem nos relatos dos nossos interlocutores, indicando que em termos conceituais a descoberta da positividade é um momento marcante em que confluem duas dimensões: a experiência coletiva da doença e a própria biografia.

Por isso, as imagens mais dramáticas da síndrome emergem e deixam a pessoa envolta numa crise pessoal e social, marcada como uma “situação crítica de grande incerteza” (Bury, 2011: 44). Parte significativa do impacto do diagnóstico tem a ver com a imagem, ainda muito presente no imaginário coletivo, na qual se destacam a desfiguração da pessoa/doente e a proximidade com a morte. Invariavelmente, o teste positivo para o HIV levou os entrevistados a se remeter à própria finitude, causando uma súbita sensação de “ficar sem tempo”, também observada em outras doenças consideradas letais (Adam, 1995: 52-53).

O “descobrir” da positividade para o HIV é diferente entre aqueles que não estavam doentes e a descoberta é “casual” e aqueles que descobrem em razão de um adoecimento prévio. Assim, a descoberta pode vir antes de “qualquer suspeita”, em contextos aleatórios, como fazer teste no carnaval junto de outros amigos etc. Em outras ocasiões, a descoberta da doença vem acompanhada de sintomas que são identificados comumente como sugestivos da infecção pelo HIV. Crises de diarreia e vômitos, doenças sexualmente transmissíveis (HPV, “verrugas”), queda de cabelo, perda de peso e debilidade, alguns com internação hospitalar, são os sinais do adoecimento mais citados pelos nossos interlocutores. Independentemente da forma como a doença foi descoberta, ambos relatam momentos de aflição, de recolhimento, chegando mesmo a considerar que “a vida acabou”, ou ainda “de querer morrer” – momentos de suspensão temporal, especialmente percebidos em mudanças no cotidiano e também na suspensão de qualquer projeto de futuro. Estes sentimentos e aflições são reveladores do impacto do diagnóstico soropositivo sobre a vida das pessoas, não apenas em termos de suas consequências físicas, mas se estendendo para as relações sociais e rede de apoio, no sentido “do que vão pensar” ou do abandono: “meu mundo caiu. Pronto, e agora? Pra onde é que eu vou? Será

que eu vou ser a mesma pessoa que eu era antes? Meus amigos, Fulano, meu pai, minha mãe. Tudo mudou.” (Joserra, 22 anos, “vivendo” há 5 ou 6 meses). A ideia é de um tempo irreversível e próximo da catástrofe, onde os sujeitos elaboram uma série de cenários apocalípticos, indo da própria integridade física ao seu campo social.

Neste sentido, a descoberta da soropositividade leva a uma revisão da biografia e, no caso deste público específico, formado por homens e mulheres que praticam uma sexualidade não normativa, isso pode vir atrelado a uma condenação da trajetória afetivo-sexual pregressa. São discursos que dizem: “eu pinte e bordei” ou que era “muito jovem e fazia sem camisinha”, envolvendo “você sair, ficar com alguém em uma festa, cometer uma ação, um negócio, sem ter nada fixo”. Assume-se, deste modo, o discurso do “grupo de risco”, responsabilizando-se os sujeitos pela “aquisição” do vírus (no sentido dado por Knauth). Diferentemente, outras afirmações suavizam esse tipo de culpabilização: “Não culpa ninguém por sua soropositividade, pois sabe que foi ele que procurou. Era pouco informado” (relato a respeito de Lúcio, HIV+ há 11 anos) ou ainda “que eu não queria largar que era a vida de prostituição, de viver, essas coisas todas que eu também gostava mesmo.” (Sandro, 28 anos, HIV+ há 5 anos).

Outro aspecto importante é como a descoberta do diagnóstico reconfigura outros momentos difíceis na vida dos indivíduos como, por exemplo, a “saída do armário”, acontecimento que perde qualquer dramaticidade, quando comparado ao momento do diagnóstico. É como se o diagnóstico englobasse outros possíveis eventos biográficos, tornando-os, por contraste, escassamente significativos.

APROXIMANDO TEMPOS — A EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL E COLETIVA DO VIVER COM AIDS

Um aspecto que merece ser destacado é o entrelaçamento existente entre as trajetórias biográficas e, conseqüentemente, entre as narrativas individuais da doença, e as experiências coletivas da mesma, que são traduzidas em representações sociais diferentes para sujeitos com mais ou menos anos de vida, logo, com distintas memórias da aids. Este é um aspecto interessante para se discutir temporalidades, pois supõe um cruzamento dos distintos “tempos sociais” da aids, repercutindo em diferentes vivências subjetivas da doença.

Embora existam diferenças sociais na composição socioeconômica do universo da pesquisa, a experiência coletiva com a doença mostra-se como o fator diferenciador mais importante nas formas de expressão do HIV/aids. Assim, alguns entrevistados compartilham concepções sobre o HIV marcadas pela fase crítica da epidemia, ainda nos anos 1980 e 1990, em que os termos de “grupos de risco” e o caráter moral da doença eram fortemente acionados para pensar a soropositividade. Experiência que provoca uma revisão biográfica e um esforço considerável para reagir e recompor o autoconceito. Nas falas desses interlocutores, encontra-se registrada a memória social dos primeiros tempos da epidemia no Brasil: as primeiras notícias a respeito de uma doença que matava gays, os espaços de sociabilidade homossexual nos grandes e pequenos centros urbanos onde a “peste gay” se abateu, a convivência com a doença na sua face crítica, a perda de amigos e a autopercepção como grupo de risco.

Principalmente, a memória do preconceito, que, em alguns casos, chegou a provocar deslocamentos geográficos: voltar para casa para morrer em família; ir embora para uma cidade maior e anônima, onde recompor a própria vida longe do preconceito.

Por outro lado, os interlocutores que não compartilham desta experiência apresentam concepções relacionadas ao caráter concreto da doença, tais como: intervenção sobre o cotidiano, forma de adoecimento e descoberta, desfiguração corporal. Para estes, a soropositividade pode compor uma biografia, na medida em que não está mais associada à morte e se possa viver com o “problema”.

Dentre as representações sobre a aids, no Brasil, a sua referência como “doença do outro” tem um peso coletivo significativo, propiciado, em parte, pela própria construção científica da doença a partir das concepções epidemiológicas de “grupos de risco”, “comportamentos de risco” etc. Esta é uma imagem da doença atribuída a um grupo distante, social ou geograficamente, que recebe uma qualificação (moral, comportamento, ameaça) para ser atingido pela doença. Esse atributo poderia, ou ainda pode, ser imputado às coletividades (gays, prostitutas, usuários de drogas injetáveis etc.) ou ao indivíduo, como aqueles que “procuram, pegam ou adquirem” o HIV. Segundo Knauth (1997), o argumento da “acusação do outro, ao estrangeiro, como sendo a origem de uma determinada doença não é um fenômeno novo” (p.291), acontecia com outras doenças, como a sífilis, o cólera.

Nos primeiros anos da epidemia, além da grande mortalidade, a aids representava uma condenação ao doente, em termos do comportamento social e da debilitação física dos primeiros atingidos pela síndrome. A debilidade física e mental, na fase terminal, fornecia um aspecto concreto para um acontecimento considerado distante. De uma imagem abstrata da doença passa-se à sua identificação com grupos ou com condições corporais dos adoecidos. A isto, acrescentam-se os estigmas e preconceitos vividos pelas pessoas, para além da negatividade própria do adoecimento.

Ao mesmo tempo, ser acometido pela soropositividade revela o mundo da aids, a marca da “ficha negra”. É também uma marca que envolve a morte, como já foi mencionado, e como foi expresso por uma das mulheres entrevistadas: “Como no início, quando eu descobri, achei que ia morrer, que num ia passar dez dias, né?” (Roberta, 36 anos, HIV+ há 8 anos). Assim, HIV e morte parecem manter uma associação forte, de modo que outro depoimento expressa essa imagem:

“É o seguinte: quando eu comecei a lidar [homossexualidade], era o... do momento, porque era 80, né, 90; enfim, aí veio o caso que mais marcou que foi o Cazuzu, o Corola, que era de novela. Aí, morreram, aí disseram: “é gay, tem aids”. Então, era uma associação e o medo era muito grande, porque era como se fosse uma tuberculose antigamente. (...) porque na época HIV é morte”. (Eron, HIV-, 39)

Na experiência deste interlocutor, a imagem do HIV estava associada à morte e ao medo, na medida em que eram atingidas pessoas de grande visibilidade pública, tais como: atores, cantores, artistas etc. O que fala a favor de certas representações que dizem: “é, na época [da descoberta da positividade] a doença era mesmo que uma sentença de morte” (Ariel, 35 anos, HIV+ há 16 anos).

Da década de 1990 para os dias atuais, a epidemia da aids passou por etapas que transformaram essa imagem, na medida em que o outro – distante geográfica e socialmente – passa a habitar os mesmos espaços sociais e compartilhar valores e comportamentos; são os parentes, vizinhos e amigos que vivem com o HIV (Knauth *et al*, 1998). Paradoxalmente, a alteridade que se constrói a partir de então passa a ser temporalizada. Os nossos entrevistados mais jovens expressam percepções da doença como um fenómeno que poderia atingir o outro, nunca a si mesmo, relacionado ao tempo distante quando se transmitia o vírus e as pessoas morriam. Não deixou de persistir a concepção de que a infecção atinge Outro, mas esse outro vive um momento diferente do agente falante, do tempo presente. Assim, um dos nossos interlocutores relata:

“Quando a ficha começou a cair e a gente começa questionar, porque até então a aids era uma coisa que podia dar nos outros e não em mim. Pra mim, era uma coisa passada, dava no tempo de Cazuza, que pouca gente hoje tinha aids. A transmissão era muito difícil de acontecer. E pra mim isso foi começando a... caindo a ficha negra, (...).” (Jeff, 24 anos, HIV+ há três anos).

Parece que tal expressão retoma uma perspectiva abstrata da doença, referida ao tempo em que o HIV era transmitido e que não existe mais nos dias atuais. Este trecho do relato pode indicar como as políticas públicas, em particular as campanhas, podem não estar atingindo grupos etários que não vivenciaram a epidemia da doença, reforçado por uma invisibilidade que atingiu os movimentos sociais nos países em que a doença se transformou em alvo de políticas de saúde para seu enfrentamento (Herzlich, 2004). Preocupação que é expressa no relato de um entrevistado quando comenta que o “jovem” acredita que “oh, a gente... acho que não tava vulnerável mais. E também não fala que tá tudo controlado? que o Brasil é o melhor país, que vai curar a aids?” (Inácio, 45 anos, HIV-, gestor de serviço de saúde).

Também não é incomum encontrar jovens que consideram a infecção pelo HIV como um acontecimento distante do seu cotidiano, assim um entrevistado jovem (Joserra, 22 anos, HIV+ há cinco ou seis meses) afirmou que “Isso [HIV] era coisa muito externa a mim. De todos os meus amigos, só quem tem sou eu.” ou “porque eu achava que nunca ia pegar”, expressões que deixam entrever a pouca visibilidade que o HIV/aids tem para esse grupo etário, aparecendo como fenómeno distante do dia a dia. Diferente dos relatos em que aids dizimou comunidades inteiras de sociabilidade gay, como no caso dos informantes de mais idade.

AIDS E IMAGENS DO CORPO – A PERSISTÊNCIA DA IMAGEM DE CAZUZA

A imagem corporal associada à aids, e referida pelos nossos interlocutores, revela a persistência de representações sobre o corpo da *pessoa vivendo* geralmente relacionadas a um quadro terminal da doença, que tem como imagem, mais uma vez, a do cantor Cazuza. Os aspectos corporais denunciam o estado da pessoa e dentre eles: magreza, fraqueza, queda de cabelo e adoecimentos frequentes despontam como sinais da condição física da pessoa vivendo. Sinais que remetem à imagem de

um *corpo consumido e esteticamente deformado* pelas mazelas trazidas pelo HIV. Por outro lado, o corpo torna-se um objeto de escrutínio contínuo, na medida em que se presta mais atenção aos sinais ou transformações que possam ser percebidos, incluindo as sensações corporais, como, por exemplo, tonturas.

Para nossos interlocutores, as concepções sobre o HIV também são referidas à imagem corporal, seja pela comparação ao corpo saudável, seja pela identificação dos sinais diacríticos associados à aids. O fato é que a soropositividade torna-se um marcador biológico para os interlocutores. Assim, um dos entrevistados comentou que:

“Sim, mas é aquela coisa: eu acreditava que todo mundo poderia ter menos eu. Desculpa, até o termo: a puta, o viado, o marginal, o traficante, o usador de drogas injetável, tá entendendo? Pra mim, eles poderiam ter, menos eu, e na época que eu descobri, eu era modelo, tinha corpo pra isso”. (Félix, 32 anos, solteiro, HIV+ há 15 anos)

Se “o corpo é tido como um dos elementos constitutivos da *pessoa*” (Victora *et al*, 2000), as condições corporais são reveladoras não apenas da higidez fisiológica, mas também da condição social do indivíduo. Ao entrevistado, parece que as condições e usos do corpo são manifestações de uma *identidade deteriorada* (Goffman, 1988), diferentemente daqueles cuja corporeidade se conforma às expectativas sociais de normalidade. Neste sentido, os sinais do adoecimento tornam visíveis os processos de deterioração física, mas também morais da doença, de modo que se trata de uma perturbação, não nos termos do “nervoso” (Duarte, 1998), porém como fenômeno que integra a *pessoa* em suas relações com o mundo.

Ainda sobre a visibilidade corporal da doença, os entrevistados guardavam uma noção do doente como pessoa “estendida numa cama”, em “estado terminal”, compatível com a fase aguda da epidemia, tal como ser visto abaixo:

“O que eu sabia da doença era aquelas pessoas no estado terminal, que quando descobria já estava estendida numa cama, vinha essa imagem na minha cabeça. Cara, eu vou ficar assim, vou ficar no hospital, vou direto pro hospital. As pessoas vão todas se afastar de mim, como é que vai ser minha vida?” (Sandro, 26 anos, HIV+ há 5 anos)

Esses relatos enunciam que, no imaginário coletivo, a aids é um adoecimento resultado da deterioração do componente moral e comportamental, ligado ao dispositivo da sexualidade, como diria Foucault (1993), na medida em que foge ao controle social, rompendo com a normatividade sexual dominante. O corpo materializa a doença, tornando público vivências que são da ordem privada e subjetiva do indivíduo, envolvendo sexualidade e prazer. Ao corpo doente resta o isolamento hospitalar ou ainda o “afastar” das pessoas, como se adoecer pelo HIV fosse uma condição incompatível com a vida social.

Na nossa compreensão, os entrevistados revelaram que a infecção pelo HIV é assumida na materialidade do corpo, despontando através do que chamamos de *corpo desfigurado*, transformado pelos efeitos da deterioração física e moral; imagem que ainda persiste e que teria como consequências a debilidade física e a solidão

para as pessoas vivendo. A solidão (enquanto impossibilidade de se ligar a terceiros via uma família) é reconhecida por nossos interlocutores como uma das noções que circulam no senso comum a respeito da homossexualidade, e chegamos a ouvir que “porque ela achava que eu nunca ia sair de casa, ela sabia que eu era gay, mas ela tinha uma ideia de gay sozinho, que mora no quatinho com os gatinhos, solitário, ela achava que era solitário” (Eron, 39 anos, HIV-). Desta forma, a infecção pelo HIV não apenas torna-se corporalmente visível, mas desvela a dimensão relacional que envolve este estado da pessoa.

SUTURAS – RESSIGNIFICAÇÕES, EXPERIÊNCIA DA DOENÇA E RECOMPOSIÇÃO DA VIDA

Neste item exploramos as experiências contemporâneas com a soropositividade que conduzem à reformulação das percepções sobre o HIV. Um aspecto importante na reação à doença e reorganização da vida diz respeito aos processos de socialização que os indivíduos vivenciam, seja participando de movimentos sociais, seja integrando redes sociais, de modo que possam compartilhar dúvidas e experiências de convivência com a doença. Assim, se o momento de descoberta do diagnóstico, como vimos, provocou uma “ruptura biográfica”, é das suturas que falaremos a seguir.

Os movimentos sociais contribuem para a resignificação da soropositividade, oferecendo apoio em diferentes esferas da vida da *pessoa vivendo*, revelando que é possível viver com o HIV, além do conhecimento adquirido sobre a doença e ensinando como manejar a infecção no cotidiano. Cabe salientar que o apoio dos movimentos, muito presente na fala dos nossos entrevistados, faz parte da estratégia que ficou conhecida como “resposta brasileira à aids”, uma forma eficaz de combate ao vírus baseada no tripé Estado/movimentos sociais/usuários e que se encontra, atualmente, sob ameaça⁴. Na experiência do nosso interlocutor, o papel dos movimentos sociais foi central para reagir à soropositividade, como ele comenta:

“Através da Rede de Jovens, eu já fui conversando, conhecendo outros jovens que também eram vivendo, a gente trocavam experiência, falava da vida um do outro, falava do medo, da dificuldade que eles tinham, essas coisas do preconceito. A Rede de Jovens ajudou a aceitar mais, porque até então eu não aceitava que eu estava e nem queria saber e através da Rede Jovem foi um grupo de pessoas que eu vi que me ajudou bastante a aceitar as três letrinhas que é HIV, e se fosse pra eu tomar a medicação, era pra eu aceitar, não ter medo que ia me fazer bem, que eu ia me sentir melhor essas coisas todas, disse que eu ia evitar que minha doença se agravasse” (Sandro, 28 anos, HIV+ há 5 anos).

Encontrar os pares tem sido uma estratégia coletiva importante, na medida em que é possível compartilhar experiências e estratégias de enfrentamento da

⁴ No Brasil, os militantes se queixam da escassez de recursos, da falta de apoio material para o desenvolvimento de seus projetos junto às pessoas vivendo com HIV/aids e, mais recentemente, da ruptura de canais de diálogo e do retrocesso nas políticas de combate à epidemia, motivado pela mudança na correlação de forças e pelo aumento do poder de setores conservadores na política, incluindo a área da saúde. Essas reclamações traduzida pelos ativistas num manifesto de importante circulação nas redes sociais: O que nos tira o sono, disponível no seguinte endereço: <http://oquenostiraosono.tumblr.com/manifesto>

doença, mas também de normatização da vida da pessoa vivendo na medida em que se exige um enquadramento aos padrões biomédicos de cuidados. Porém, esses processos de partilhar informações e conhecimentos, oriundos de fontes diferentes e da experiência cotidiana e concreta dos pares, permitem também uma ressignificação da percepção do HIV e de reação na trajetória pessoal de vida.

Outro elemento levantado pelos entrevistados que contribui para o enfrentamento da soropositividade consiste no acolhimento do profissional de saúde que anuncia o diagnóstico. O profissional foi referido quase sempre como “psicólogo”, identificado como o agente que forneceu atenção, informação e segurança nesse primeiro momento de impacto do diagnóstico. Segundo um dos relatos,

“Aí, ele me deu uma água, ficava me acalmando e disse: “agora, vamos conversar”. Ele olhou pra mim e disse: “sua vida não acaba aqui, pelo contrário, sua vida a partir de hoje tá só começando, e de hoje em diante sua vida só depende de você, Sandro”. E foi me explicando aos poucos: “você não tem aids, você tem HIV. O HIV é um vírus”, e começou a me explicar, tipo assim: “você tá me entendendo?” (...) Aí, ele conversou um pouco pra me tranquilizar, ele falou que eu não ia morrer, que eu não ia parar no hospital e eu só ia se eu permitisse aquilo. Ele me deu o resultado todinho e eu fui pra casa”. (Sandro, 28 anos, HIV+ há 5 anos).

Esse acolhimento e apoio vindos do serviço de saúde demonstram a relevância da interlocução entre usuário e profissionais para o enfrentamento da soropositividade, para a condução da vida a partir de então e para a revisão das concepções coletivas relacionadas ao HIV. Fornecido nos Centros de Testagem e Aconselhamento, esse acolhimento inclui, de modo geral, recomendações sobre sigilo do diagnóstico e sobre práticas sexuais seguras (Lima, 2011).

Este processo de ressignificação se efetiva, então, a partir do seu enfrentamento, como expressa um de nossos interlocutores: “eu tenho que pensar em duas coisas, vou enfrentar o vírus, que não é fácil, e principalmente o preconceito, que é visto pelos próprios psicólogos que 70% leva óbito porque pensam que a vida acabou.” (Pablo, 59 anos, HIV+ há 17 anos). Desta forma, trazer novos elementos para pensar o HIV como parte permanente da vida é aprender a conviver com o vírus e administrar preconceitos e estigmas.

Do ponto de vista dos parceiros soronegativos, diferentes interlocutores comentaram que a soropositividade do parceiro foi recebida de forma “normal”, seja porque já conhecia outras pessoas que convivassem com o HIV, seja porque não identificaram sinais de adoecimento no parceiro. Um dos fatores que sinalizam para esta reação consiste no fato de que o parceiro mantém uma vida social considerada também “normal”, no sentido de que “trabalha, vive, tem as deficiências, tem” (Eron, 39 anos, HIV-). Nesse sentido, a ideia de que a aids “interrompe a vida” é contrastada com a percepção de que os soropositivos conseguem administrar os diversos tempos – tempo do trabalho, tempo da família, tempo do lazer – sem que estes sejam irremissivelmente afetados pelas necessidades de gestão da doença – testes, acompanhamento médico, internações etc.

Essa busca da vida normal também é expressa pelos interlocutores soronegativos, tentando reconhecer que a soropositividade é um dentre tantos outros “problemas”

ou “deficiências” que podem acometer uma pessoa. Neste sentido, demonstrar que o cotidiano se mantém dentro da normalidade é também uma estratégia de reduzir o impacto do HIV na vida pessoal e social. Um dos nossos interlocutores comentou que:

“No começo foi difícil, hoje em dia eu só me lembro na hora de tomar remédio, de ter que ir fazer exames, de ter que ir ao hospital. (...) Não vou dizer que a vida é a mil maravilha, que eu faço meu tratamento correto. Não, eu bebo, eu saio à noite, eu vou pra boate. Eu vivo normal, vivo minha vida, foi uma coisa que eu botei na cabeça, um exemplo: eu sou isso aqui, eu quero que as pessoas me toquem, me vejam, me sintam, me abracem como realmente elas fossem me abraçar, pra isso o que eu fiz foi viver essa culpa, ou seja, me assumi pra sociedade o fato de ser soropositivo e foi o que me fez tá aqui até hoje, foi eu me aceitar primeiro, pra depois fazer com que as pessoas me aceitassem. Eu corri atrás de uma coisa chamada respeito, dignidade” (Félix, 32 anos, HIV+ há 15 anos).

Trazer sentido positivo para a infecção pelo HIV é uma estratégia de enfrentamento que tem como contrapartida contrariar o caráter negativo atribuído às primeiras imagens da aids. Para Eron (39 anos, HIV-), como outras formas de adoecimento, a pessoa “Vai mostrar que o HIV pode e deve viver com outro parceiro ou parceira que não é. Não tem história de dizer: ah, tô com Aids, acabou minha vida.” Essa reconstrução da vida pessoal e afetiva tem a ver com um olhar diferenciado sobre o HIV/aids, que pode trazer também elementos positivos para a vida do soropositivo, tais como: uma vida mais regrada, benefícios sociais, reforço da rede de apoio etc. Desta forma, alguns relataram que:

“A minha vida mudou. Pra ser sincero, eu não sei o que eu seria se eu não tivesse aids. Eu não sei o que eu teria sido e nem o que eu ia ser. Depois da aids, eu aprendi a dar valor a minha vida, saber o que é tá vivo”. (Félix, 32 anos, HIV+ há 15 anos).

“Afirma que o HIV veio para melhor, pois levava uma vida de muita farra, muita bebedeira, não cuidava da saúde. Depois do HIV, começou a ter uma vida mais organizada, mais regrada, quase não sai pra a farra; também começou a tomar conhecimento dos direitos”. (Relato sobre Lúcio, 37 anos, HIV+ há 11 anos)

Assim, se o adoecimento é considerado uma desordem na vida cotidiana, para esses interlocutores representou um reordenamento da vida pessoal, na medida em que se passa a prestar mais atenção em si mesmo, no “valor” à vida e no reconhecimento de direitos e cidadania. Este último aspecto tem sido bastante valorizado pelos interlocutores, em razão de que aponta para uma postura política diferenciada, seja no reconhecimento de direitos sociais, seja na promoção de políticas voltadas para questões de gênero e desigualdades sociais. Um dos interlocutores comenta sobre o papel dos movimentos sociais relacionados à aids na construção de políticas públicas de saúde mais justa, com serviços de saúde mais organizados do que para uma pessoa com outra doença.

Outro aspecto considerado positivo nas experiências de vida com o HIV consiste no desenvolvimento de atitudes positivas em relação a si mesmo e ao próprio corpo, principalmente às sensações corporais. Os interlocutores falam da “aceitação de si mesmo” como parte da reação à soropositividade; para eles, o maior

empecilho relacionado ao HIV diz respeito “a ignorância sobre a doença, é o pior problema, pois faz com que as pessoas discriminem.” (Rubinho, 35 anos, HIV-).

Por sua vez, duas atitudes são adotadas pelos interlocutores para empreender um conteúdo positivo às experiências com o HIV. Uma delas consiste em exercitar uma revisão do autoconceito pelos indivíduos soropositivos, expressa da seguinte forma: “É, porque assim, eu me aceito, né, a pessoa tem que se aceitar, entendeu? (...) Assim, eu vivo bem, levanto a cabeça, eu me amo, porque eu tenho que me amar pra tá aqui hoje, entende?” (Roberta, 36 anos, HIV+ há 8 anos). Essa recondução de si mesmo é central para que possam enfrentar os preconceitos e estigmas que enfrentam em diferentes esferas da vida social. Neste ponto, observamos que a aids atua como uma força que faz com que as subjetividades sejam remodeladas, transmutando-se numa “vontade de viver” (Biehl, 2005).

A exigência de recondução de si reaparece no relato de alguns entrevistados para superar limites da concepção coletiva da doença que atinge até os mais próximos, de tal forma que Pablo nos conta que “eu fui forte comigo, e para levantar os outros, até a minha família. Meu irmão já chegou chorando, e eu disse: ‘ei, para por aí, eu estou aqui, tô vivo’. E quer dizer, eu enfrentei de cabeça erguida.” (59 anos, HIV+ há 17 anos).

A segunda atitude consiste no reconhecimento por parte dos interlocutores soronegativos da capacidade superação dos seus parceiros soropositivos. Neste sentido, existia uma unanimidade em afirmar o quanto o companheiro era uma “pessoa forte, por tudo que já havia passado” ou ainda de que “Ele é muito forte, a fortaleza dele é que me fortalece. O exemplo dele, as barreiras que ele já passou é uma força que, às vezes, eu não tenho”. Trata-se uma qualificação que valoriza a luta contínua do parceiro frente tanto aos processos físicos quanto aos processos sociais pelos quais cotidianamente precisa superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as narrativas dos soropositivos e soronegativos entrevistados revelam o esforço individual e compartilhado pelos casais no sentido de ressignificar as trajetórias biográficas, bem como a vida a dois. Para passar das roturas às suturas, as *pessoas vivendo* lançam mão de suas redes mediatas e imediatas, e contribuem, com suas atitudes, à recolocação do HIV/aids em novos padrões normativos e experienciais. Deste modo, a assimilação inicial aids/morte, que reenviava à finitude, é recomposta numa nova díade aids/vida, apresentando-se a doença como uma “segunda chance” ou ainda como um “recomeço” capaz de promover transformações positivas nos indivíduos que vivem e naqueles que convivem com o vírus. Nesse sentido, adoecidos e seus parceiros conseguem reinserir a dimensão de futuro em seus horizontes, sendo a elaboração de planos e projetos para os tempos vindouros um exercício muito comum entre os casais.

No tempo das suturas, há uma normalização também do cotidiano, abrindo espaço para vivências compartimentalizadas, próprias da organização dos tempos

em nossa sociedade. Isto é, passada a surpresa inicial, as *pessoas vivendo*, bem como seus parceiros, amiúde descobrem que a gestão cotidiana da doença não é incompatível com o trabalho, o lazer, a vida em família. Contudo, também observamos trajetórias em que a “condição” ou o “problema” se traduz em restrições nessas outras esferas – abandono do trabalho por condição física ou por preconceito, diminuição das redes de relações pessoais. De modo geral, os sujeitos relatam uma reestruturação do tempo cotidiano, que passa a ser mais “regrado”, mais disciplinado, em relação ao momento anterior. Rotinas de exames, o uso cotidiano da medicação e outros aspectos precisam ser introduzidos no dia a dia.

Por fim, ao reconstruírem as vidas as *pessoas vivendo* conseguem afastar, de modo mais ou menos satisfatório, o fantasma da morte. De certo modo, elas reconquistam um tempo que, na hora do diagnóstico, pensaram exíguo ou inexistente. Mas o contato com a finitude e a consciência da própria condição, unidos ao trabalho constante do serviço de saúde, deixam suas sequelas. Todos os entrevistados são atentos ao corpo e seus ritmos e podem, a qualquer momento, abandonar compromissos os mais diversos, se percebem um sinal de alerta. É nesses momentos, quando há uma febre inesperada, ou um sintoma desconhecido de reação medicamentosa, que a ânsia da finitude se reinstala, e a relação com o tempo pode entrar, novamente, em crise.

REFERÊNCIAS

- Adam, B. (1995) *Timewatch. The social analysis of time*. Cambridge: Polity Press.
- Biehl, J. (2007) *Will to live: Aids therapies and the politics of survival*. New Jersey: Princeton University Press.
- Alencar, T. M. D. de; Nemes, M. I. B.; Velloso, M. A. (2008) Transformações da “aids aguda” para a “aids crônica”: percepção corporal e intervenções cirúrgicas entre pessoas vivendo com HIV e aids. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(6), 1841-1849.
- Bury, M. (2001) Doença crônica como ruptura biográfica. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, 5, 3, 41-55.
- Hareven, T. (1991) Synchronizing individual time, family time, and historical time. In: Bender, John; Wellbery, David E. *Chronotypes. The construction of time*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Herlizch, C. & Pierret, J. (1988) Une maladie dans l’espace public: le sida dans six quotidiens français. *Annales ESC*, septembre-octobre, 5, 1109-1134.
- Knauth, D. R. (1997) O vírus procurado e o vírus adquirido: a construção da Identidade entre mulheres portadores do vírus da Aids. *Estudos Feministas*, 02.
- Knauth, D. r.; Vítora, C. & Leal, O. F. (1998) A banalização da AIDS. *Horizontes antropológicos*, 9, 171-202.
- Lima, D. A. C. de A. (2011) *Etnografia do serviço de saúde: uma análise antropológica do cotidiano e das práticas de saúde do Centro de Testagem e Aconselhamento de João Pessoa – PB*. João Pessoa: CCHLA/Graduação em Ciências Sociais (monografia de final de curso)
- Sontag, S. (2007) *A doença como metáfora. A Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras.

A mediação tecnológica do tempo livre e do tempo do trabalho: contribuições para uma teoria crítica em tempos escassos

MARIA DE FÁTIMA VIEIRA SEVERIANO¹

INTRODUÇÃO

Propomos neste trabalho uma reflexão crítica sobre a experiência de crescente escassez de tempo frente à expansão das novas tecnologias informatizadas e da exacerbação do consumo, tendo por eixo teórico privilegiado os teóricos da Escola de Frankfurt, em especial, Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Em um contexto de ritmo de vida acelerado nos preocupamos com a atual proeminência do chamado tempo livre e sua possível integração pela lógica produtivista do tempo do trabalho, enquanto nova forma de dominação social.

Compreendemos a categoria de “tempo livre” como aquele tempo em que, tendo por marco histórico os adventos da Revolução Industrial, passou a ser “disponível” ao homem após as suas atividades laborais. Ou seja, trata-se de um tempo de não trabalho no qual o homem estaria “disponível”, seja para outras atividades não laborais, seja para o descanso. Concordando com Adorno (1995), consideramos, entretanto, que esse “tempo livre” é acorrentado ao seu oposto – o tempo do trabalho – determinando-o desde fora.

No que concerne ao “tempo do trabalho”, para os frankfurtianos, nas sociedades industriais do capitalismo, tal como em Marx, esta temporalidade é compreendida como um tempo de alienação das potencialidades humanas, em que o homem estranhado do produto do seu trabalho, não se reconhece nele, tornando-se mera força de produção.

Iniciamos, pois, nossa problematização a partir de uma questão levantada por Adorno em artigo intitulado “Tempo Livre”, publicado em 1969, a saber:

A indagação adequada ao fenômeno do tempo livre seria, hoje, porventura, esta: “Que ocorre com ele [tempo livre] com o aumento da produtividade no trabalho, mas persistindo as condições de não-liberdade, isto é, sob relações de produção em que as pessoas nascem inseridas e que, hoje como antes, lhes prescrevem as regras de sua existência?” (Adorno, 1995: 71).

¹ Profa. Associada IV do Depto. de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Brasil. E-mail: fatimaseveriano@gmail.com

Tal questionamento, realizado há mais de meio século, será aqui retomado, com vistas à atualização de alguns elementos considerados de grande relevância para a atual análise das novas temporalidades, a saber: o aumento do consumo fetichizado, que simula as próprias condições de liberdade e o desenvolvimento exponencial das tecnológicas informatizadas, que torna o homem o centro de recepção de intensos fluxos informacionais, ao mesmo tempo em que o projeta virtualmente para todos os espaços do planeta.

Pretendemos, pois, discutir as atuais articulações entre a temporalidade da ordem do trabalho e a temporalidade da ordem do “tempo livre” tomando por principais mediadores o consumo e as novas tecnologias, considerando-se que o tempo liberado do trabalho vem sendo crescentemente ocupado em atividades prescritas pela lógica do mercado, facilitada principalmente pelas inovações tecnológicas informatizadas.

O CONSUMO FETICHIZADO DE OBJETOS E SERVIÇOS

Ressaltamos, inicialmente, que o termo “Sociedade do Consumo” (Baudrillard, 2008) não significa a crença no estabelecimento de um mundo de abundância, mas apenas aponta para um mundo em que o consumo se estabeleceu como fonte de referência identitária, mesmo naqueles que não podem comprar; na medida em que também consumimos imagens, lugares, tempos, pessoas e estilos de vida que por sua vez, significam e prescrevem determinados ideais, modos de ser, estar, amar e sentir.

Trata-se do que Baudrillard (1976) denominou da lógica do *valor sîgnico*, em que o objeto é orientado não pelo seu valor de uso, mas por um sistema distintivo de imagens de marca, ditado pela moda, que tem por função atribuir significados ao indivíduo, de acordo com os atributos subjetivos e de prestígio social nele agregados. Neste caso, o objeto de consumo deixa de ser a solução para um problema prático para ser concebido em seus aspectos subjetivos, passando a ser a solução de um conflito social ou psicológico (Baudrillard, 1993).

Dessa forma, o desejo subordina-se aos fins mercantis, escamoteando a atual supremacia da esfera econômica – lógica da mercadoria – que travestida de cultura, liberdade e pluralidade apresenta esta sociedade como a utopia já realizada: um mundo dadivoso, democrático e feliz, graças às *benesses* auferidas pelo consumo.

Portanto, o consumo não se reduz à uma mera expressão de troca mercantil, mas define-se como um sistema complexo de comunicação e de poder; como uma linguagem, permeada por valores e ideologias, em que se ordenam signos sociais e subjetivos, capazes de promover a integração/exclusão de grupos, assim como o reconhecimento/rejeição de indivíduos.

No que concerne à aceleração temporal vigente, esta diz respeito não apenas à esfera da produção, mas também e principalmente à esfera da circulação de bens de consumo, cuja inserção sistemática e constante de sempre mais ‘novidades’ é essencial, não apenas para incrementar os lucros empresariais, mas para manter o jogo concorrencial dentro e fora da empresa. Nesse contexto, a luta por um lugar de

reconhecimento social se faz incessante: temos que portar objetos de marca reconhecida, usufruir de serviços “personalizados” e nos mostrar constantemente ‘interessantes’, ‘divertidos’, ‘bem relacionados’, ‘atrativos’ e ‘sarados’ para nos mantermos seja no emprego, seja no ciclo de relações sociais. Tudo isto requer tempo, habilidades e ‘estilo’ em vários níveis: no consumo de bens e serviços, na intensificação da atividade laboral com vistas à ascensão na hierarquia do consumo, no uso das tecnologias informatizadas e/ou no ‘investimento’ de si próprio e da relação com o outro.

A expansão desta lógica do mercado para todas as esferas da vida culmina, em nossa contemporaneidade, em um fenômeno muito particular, qual seja, a instrumentalização do “tempo livre” e sua conversão em valioso bem de consumo. Tem-se uma dupla modalidade de consumo: consumo do lazer e consumo enquanto lazer (consumo hedônico); elaborado a partir de múltiplas estratégias comerciais, sob a aparência de recreação e liberdade. Aqui, atributos tais como liberdade, potência, reconhecimento social e afetivo, sensualidade, singularidade, felicidade, dentre outros, são imputados aos produtos, como se emanassem *naturalmente* do próprio objeto - uma expressão contemporânea do fetichismo da mercadoria.

A esse fenômeno denominamos de o *duplo fetichismo* (Severiano, 2001), em que estão alienadas na mercadoria não apenas as relações sociais de produção, mas a própria subjetividade humana, na medida em que atualmente são os próprios objetos e serviços de consumo que fornecem significados ao homem. Trata-se de uma nova fase do capitalismo: “virtualização do valor”, ou seja, com o desenvolvimento das novas tecnologias informatizadas, a mercadoria sofre um processo de desmaterialização, transformando-se em puros signos do consumo, inclusive, intercambiáveis em suas significações, em vistas do atual obsolescência planejado – forma de aceleração do tempo na configuração e estilo do próprio objeto. Assim é que, se em uma determinada época possuir um computador e celular significava *status* ou distinção social, hoje temos que possuir um *Ipad* e um *Iphone*, e assim passamos a nos significar de acordo com a aceleração da fabricação de sempre novos objetos de “última geração”, numa corrida infrutífera, em que sempre somos os perdedores/devedores.

ESTRATÉGIAS DE INVASÃO DO TEMPO LIVRE

O que se observa contemporaneamente com a expansão do domínio do mercado para todas as esferas, em especial à esfera do tempo livre, é justamente a supremacia, sem precedentes, da esfera econômica travestida de “cultura” e “liberdade”. Ou seja, houve uma capitalização do dia a dia, em que tudo é quantificável e o valor intangível (Wisnik, 2012) das coisas, assim como das pessoas, desaparece.

Desse modo, o “tempo livre” é invadido pelas atividades de consumo de bens e serviços que ocupam a quase totalidade do “tempo livre” dos contemporâneos. Algumas estratégias desse confisco do tempo livre pelo consumo são orquestradas pela indústria cultural, pela indústria da beleza e da saúde, do turismo, do lazer, dentre outras. O *shopping party* - “uma ocupação lúdica, de divertimento para todos” (Lipovetsky, 2007: 66) – constitui-se no mais paradigmático exemplo.

Assim, a lógica concorrencial e de produtividade, própria da moderna organização técnica da produção capitalista, migra para os lares, espaços de lazer e transportes, reorganizando rotinas para além da antiga divisão do trabalho, ressurgindo de forma “flexível” em todos os lugares e resultando em uma diluição das fronteiras entre as dimensões do tempo de trabalho e do tempo livre, sob o primado da lógica mercantil.

Tal diluição se evidencia, na medida em que a vivência do lazer se torna cada vez mais programada, recorrendo a atributos da lógica do trabalho: racionalidade das escolhas, economia e aproveitamento máximo do tempo, organização de agendas antecipadas, observação rigorosa de estilos, vestuário e condutas apropriadas, com predomínio da ordem econômica do consumo, a tal ponto que o indivíduo é estimulado a ‘investir’ em si próprio como se fosse uma empresa, tornando este tempo tão competitivo e regulado quanto o do trabalho/labuta.

No que concerne ao tempo de trabalho, as tentativas são de aparentá-lo ao “tempo livre”: a atual noção de *flexitempo* descrita por Sennet (2010) explicita este regime, no qual os turnos fixos são substituídos de várias maneiras por turnos flexíveis: desde a escolha de horários de trabalho ao longo da semana, a compressão do tempo de trabalho em mais horas diárias e em menos dias, até o *trabalhar em casa*; além disto, cada vez mais o entretenimento e o lúdico se inserem no âmbito do trabalho, subvertendo rotinas a partir do incentivo à promoção de “confraternizações”, torneios desportistas, práticas de relaxamento, informalidade no vestuário etc.

O CONSUMO DAS TECNOLOGIAS - OS IDEAIS DE AUTOMAÇÃO DO TRABALHO E DE FELICIDADE HUMANA

A *tecnologia* teria por função *economizar* tempo aos que dela se utilizam e se fazem pagar em função disso. Os objetos técnicos fariam render mais tempo livre. Portanto, o exponencial avanço tecnológico contemporâneo teria por meta alargar o tempo livre, propiciando maior liberdade e diversificação das atividades humanas.

O conceito iluminista de progresso encerrava um otimismo quanto ao futuro da espécie humana. Ali havia implícita a crença de que os avanços da ciência, da técnica e da razão propiciariam não apenas uma melhoria nas condições objetivas de vida do homem, mas também seriam capazes de atender aos anseios por bem estar subjetivo, realização existencial pessoal e felicidade. Isto se devia, principalmente, à combinação de alguns elementos do campo da tecnociência, a saber: o avanço do saber científico; o domínio crescente da natureza pela tecnologia e o aumento exponencial da produtividade e da riqueza material, tendo como aliada a razão instrumental.

Os modernos, os homens das luzes, tinham a expectativa de que o tempo se completaria no futuro. Através do “indubitável” progresso as máquinas trabalhariam pelo homem e, assim, a História se resolveria.

A previsão de Marx era a de que ao final do sistema capitalista os trabalhadores deixariam de ser os “agentes principais” da produção material e se converteriam

em seus ‘supervisores e reguladores’. Isto representaria o surgimento do sujeito livre no interior do reino da necessidade, o qual substituiria o indivíduo alienado da divisão do trabalho. Dois fatores dariam origem a esta mudança: primeiro, dado o crescente processo de tecnologização da produção, a energia física dispendida seria substituída por energia mental, implicando em uma desmaterialização do trabalho; em segundo lugar Marx fala de um ‘distanciamento’ do trabalhador em relação aos instrumentos de produção em consequência de um sistema de máquinas cada vez mais automatizadas, não usadas como sistema de exploração. (Marcuse, 2010: 15).

Quanto a Marcuse, este se mostrou, inicialmente, ainda mais otimista. Considerou que o progresso técnico e o processo cada vez mais acelerado de automação, implicaria numa inevitável redução de mão-de-obra e tornaria obsoleta a necessidade de trabalhar em tempo integral. Como a energia utilizada no trabalho/labuta é retirada principalmente de Eros, com a diminuição deste trabalho, tal energia retornaria à esfera do erótico e ocuparia o conjunto do organismo, mobilizando, desta forma, a totalidade das atividades humanas.

Como consequência, Marcuse (2010) apontou que o trabalho continuaria indispensável, no entanto, não mais subordinado ao ‘princípio do desempenho’ e à ‘mais repressão’. Eliminada seria a ‘organização da existência humana como instrumento de trabalho’ (Marcuse, 2010: 85), o trabalho em si. Este seria erotizado, transformando-se em ‘jogo’ e possibilitando a criação de relações de trabalho novas e duráveis.

“A definição do nível de vida em termos de automóveis, televisões, aviões, e tratores é a do próprio ‘princípio de desempenho’... o nível de vida poderia ser medido por outros critérios: a gratificação universal das necessidades humanas básicas e a liberdade contra a culpa e o medo – tanto internalizado como externo, tanto instintivo como ‘racional’”. (Marcuse, 1975: 77).

Entretanto, não tardaram as “desilusões” e rupturas com os antigos ideais. Se, em seu livro “Eros e Civilização”, escrito em 1955, Marcuse tenta estabelecer as condições para o advento de uma utopia fundada na liberação de Eros, em sua obra posterior “A Ideologia da Sociedade Industrial – o homem unidimensional” escrito em 1964, ele põe o acento nas dificuldades crescentes à constituição do ‘sujeito revolucionário’, visto a aderência quase completa do indivíduo à ordem unidimensional, que com seu aparato tecnológico e uma sofisticada rede de comunicações de massa manipula e falsifica as consciências individuais, eliminando assim as condições subjetivas capazes de gerar uma atitude de oposição crítica à ordem estabelecida. Tal posicionamento pode ser constatado em seu prefácio à edição de 1966 de “Eros e Civilização”:

“Eros e Civilização: com esse título eu pretendia expressar uma ideia otimista, eufemística, aliás, concreta: a convicção de que os resultados alcançados pelas sociedades industriais avançadas pudessem permitir ao homem inverter o rumo da evolução histórica, quebrar o vínculo fatal entre produtividade e destruição, liberdade e repressão – pudessem, em outras palavras, por o homem em condições de aprender a gaia ciência, ou seja, a arte de utilizar a riqueza social para modelar o mundo do homem segundo os seus instintos de vida, através de uma luta concentrada contra os agentes da morte. Naquele momento eu havia negligenciado ou minimizado o fato de que esses motivos, agora em processo de

extinção, tinham sido enormemente reforçados (e não substituídos) por formas ainda mais eficientes de controle social. Precisamente, as forças que puseram a sociedade em condições de resolver a luta pela existência serviram para reprimir nos indivíduos a necessidade da libertação “. (Marcuse, 1975: 90).

Adorno e Horkheimer (1985) iniciam o texto da *Dialética do Esclarecimento* com uma não menos contundente constatação:

“No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal”. (Adorno & Horkheimer, 1985:19).

A *irracionalidade objetiva do sistema* apontada na *Dialética do Esclarecimento* se funda, justamente, nessa discrepância entre “progresso tecnológico” e “progresso humanitário”, em que ocorre uma distribuição irracional dos bens objetivos e subjetivos que a civilização já conquistou. Isto porque, apesar de todo o progresso tecnológico já alcançado, o modo como a riqueza social, o saber acumulado e as aptidões humanas foram orientadas não redundaram em “progresso humanitário” com vistas à extinção progressiva da miséria e do trabalho alienado; mas ao invés, resultaram em uma subordinação cada vez maior do homem ao aparato produtivo e de consumo, concebido como um fim em si mesmo. (Marcuse, 1982; Adorno & Horkheimer, 1991)

Para Marcuse, a tecnologia sempre encarna um *Projekt*, uma vez que na técnica são projetados os interesses dominantes da sociedade e suas intenções com relação aos homens e às coisas. Marcuse (1982) já nos advertira à sua época:

“A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política [...] Nessa sociedade, o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais [...]. A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social”. (pp. 18-19).

NOVOS RUMOS DAS TECNOLOGIAS INFORMATIZADAS - “O FUTURO NÃO É MAIS O QUE ERA”

Será que o nosso presente representa o sonho de nossos antepassados? Ou confirmamos o pensamento de Valéry (*cit. in* Novaes, 2012) em sua afirmação de que “o futuro não é mais o que era”?

A tecnologia por si só, não tece nenhum futuro, uma vez que depende do que os homens projetam nela. Portanto, a existência atual de máquinas cibernéticas, computadores, celulares etc. não se constituem, *per si*, em garantia de liberdade, democracia ou mesmo autonomia.

Parece ter ocorrido, uma ruptura, ou talvez um redirecionamento dos sonhos de automação: a ficção desde o início do século XX até os anos 1980 era pródiga em apresentar películas em que chamava atenção uma futura revolução em alguns setores específicos: 1. Nos **transportes**: mon trilhos urbanos com carros hipervelozes,

carros com rodas esféricas e carros voadores ocupavam os espaços de cidades futuristas imaginárias; 2. Na **robótica**: um mundo em que robôs faziam toda a sorte de tarefas domésticas; 3. Na **automação do trabalho**: fábricas cujas máquinas trabalhavam sozinhas. 4. No **espaço extraterrestre**: ônibus espaciais iriam transportar-nos para outros planetas.

Imagens de um futuro que poderia ter sido nosso se as coisas tivessem sido diferentes. Pois, hoje, nem os carros voam, nem temos robôs cotidianamente à nossa disposição, tampouco nos interessamos mais em conhecer Marte.

A corrida espacial, parece ter dado lugar à corrida temporal. A revolução nos meios de locomoção, em que se almejou o transporte dos homens, de forma cada vez mais rápida e a sítios mais longínquos, num movimento centrífugo de corpos em direção a muitos pontos parece ter dado lugar a um movimento centrípeto de informações dirigidas aos corpos.

A tendência atual é a de vermos, seja no trabalho, seja em nossos lares, corpos “chipados” ou plugados às suas próteses eletrônicas que recebem fluxos informacionais de todas as partes do planeta. Aqui não há necessidade de deslocamentos no espaço, mas deslocamento das informações, num tempo mais acelerado possível, em direção ao próprio corpo. A revolução digital e imagética torna o mundo visível, transparente e acessível ao clicar de uma tecla, tornando desnecessária, portanto, a locomoção para a busca de informações e até mesmo de entretenimento. Não é à toa que hoje andamos em esteiras rolantes...e, que por outro lado, nossas metrópoles estão apinhadas de carros imobilizados em suas vias. Trata-se do que Dupuy (2012: 297) denomina de “contraprodutividade”:

“A contraprodutividade das grandes instituições da sociedade industrial se refere ao fato de que, ultrapassados certos limites críticos, quanto mais elas adquirem importância em nossas vidas, mais se tornam um obstáculo à realização dos próprios objetivos aos quais supostamente servem: a medicina corrompe a saúde, a escola bestifica, o transporte imobiliza, as comunicações nos fazem surdos e mudos, os fluxos de informação destroem o sentido...”

Hoje o objetivo não é mais o de promover uma rígida hierarquia piramidal nas funções rotineiras do trabalho fabril (fordismo) ou monitorizar minuciosamente o tempo do trabalhador em toda a parte da fábrica (taylorismo). Tampouco atende ao ideal utópico marxista de promover um distanciamento do trabalhador em relação aos meios de produção, permitindo com que as máquinas trabalhem sozinhas, com vistas à liberação do homem do esforço físico para alçá-lo à condição de “supervisor ou regulador” do processo. Neste último caso, tal tecnologia opera, justamente, o contrário: aproxima todo homem, em qualquer lugar que esteja e a qualquer momento, de suas atividades de produção – quiçá mais assemelhada a uma ‘utopia’ taylorista para além dos muros da fábrica. Aqui o esforço físico transmuta-se em capacidade de domínio de informação, a qual passa a ser concebida como insumo de poder e recurso indispensável na gestão dos negócios e da própria vida.

A atual indústria da produção de bens eletrônicos e midiáticos inundou o planeta com *gadgets*, ou seja, equipamentos cada vez mais miniaturizados, mais

leves, práticos e mais próximos de nossos corpos – verdadeiras próteses humanas. Nesse caso, o termo “prótese”, (do grego *prosthenos*) que designa extensão, “não designa algo separado do sujeito, à maneira de um instrumento manipulável, e sim a forma resultante de uma extensão especular ou espectral que se habita, como um novo mundo, com nova ambiência, código próprio e sugestões de conduta” (Sodré, 2006: 21).

A priorização do campo da *comunicação* implica, pois, que a capacidade de interação à distância e a mobilidade humana não dependem mais de um ponto fixo e imóvel, ao qual o homem teria que se dirigir. Isto parece irrelevante, mas trouxe enormes mutações e rupturas na ordenação tradicional do tempo, nas relações interpessoais e na própria concepção do humano.

A DITADURA DE UM TEMPO ACELERADO - REPERCUSSÕES SUBJETIVAS

O homem passa a tornar-se o próprio receptáculo, sem mediações, de todas as demandas sociais, econômicas, culturais e psíquicas advindas do meio; ao mesmo tempo as próteses eletrônicas, o transformam em presença virtual em todas as partes do mundo, ainda quando, muitas vezes, à sua revelia.

‘Mobilidade’ não significa ‘liberdade’, tampouco ‘isolamento’ significa ‘solidão’. Não podermos nos mover para qualquer sítio sem sermos constantemente observados, pode ser signo de controle; assim como a possibilidade de podermos optar por um isolamento, pode ser sinal de liberdade.

Assim, o corpo passa a ser o destino comum de informações, mensagens, imagens e produtos culturais de toda a sorte, tornando-se um veículo tecnológico excitável, sempre em estado de prontidão. Estamos em ‘prontidão’ mediante os ininterruptos fluxos de informação em altíssima velocidade, ante o acelerado processamento de imagens e mensagens, ante as exigências de aptidão constantes demandadas pelo mercado de profissões, de consumo compulsivo por sempre novos aparelhos tecnológicos, de disponibilização em tempo real e atendimento imediato às demandas da produção.

‘Aproveitar o tempo’ torna-se a palavra de ordem da nossa época! Cotidianamente somos interpelados – pela mídia, por nossos pares, familiares e por nós mesmos - a sermos eficientes e ‘pró-ativos’ no domínio e uso do tempo; o que significa termos que fazer sempre mais coisas em menos tempo, resultando em um esgotamento do ser e em níveis de depressão e *burn-out*, jamais vistos. Não é a toa que a imagem de uma ‘esteira’ ou da ‘roda do hamster’ (Hartmut, 2010) torna-se a metáfora dos nossos dias: andamos cada vez mais depressa, sem sair do lugar. Estamos “enfermos do tempo” (Honoré, 2006: 12).

Uma nova forma de controle social em que, cada vez mais, nos subordinamos a mostrar aptidões *imediatas*: reagir, mais que refletir; comprovar, mais que analisar; apresentar dados, mais que questionar; mostrar resultados, mais que produzir sentidos. O saber-fazer é substituído pela *performance*, a formação pelo treinamento, o ócio criativo pelo entretenimento repetitivo e a ideia de ‘cuidado de si’ pela ‘indústria

das imagens de si'. Somos conclamados constantemente ao máximo impacto, ao consumo do excesso e ao imediato descarte, na vigência de um presente tirânico, em que o passado já não ilumina o presente, nem tece mais o futuro.

“Utopia de mercados futuros” (Rouanet, 2012), que se constitui, justamente, no oposto do que acalentara o sonho do desenvolvimento tecnológico de Marx a Marcuse: a capacidade de imaginação, a criatividade, a felicidade, enfim, a emancipação do homem, o fim das desigualdades e a própria liberdade.

Parece que a dívida do futuro para com o passado, que exprimia uma promessa de bem estar e felicidade não se realizou. Quanto ao presente, este nos foi roubado ante uma famigerada corrida para o futuro, em que o tempo de espera não mais existe. Neste sentido, a sensação é a de que é o futuro que nos chega, é o progresso que nos empurra velozmente em direção ao futuro e não nós que a ele nos dirigimos, em conformidade com nossos desejos e ritmo de tempo. Ou seja, é o futuro que se impõe, sob a égide do mercado, trazendo-nos toda sorte de novidades, que temos que comprar e nos conectar; sob o risco de nós próprios nos tornarmos obsoletos.

A experiência, assim, transmuta-se em vivência imediata, premida por um eterno presente a demandar nossa total disponibilidade e urgência em ter sempre que se superar a si mesmo. É neste sentido que Khel (2009: 159) comenta que “a decadência das grandes narrativas corresponde à perda de referências que caracteriza a forma subjetiva do indivíduo, que se vê na condição desamparada de ter de se tornar autor de sua própria vida”.

Premidos nesse presente que também sequestra as esperanças em um futuro outro, os acontecimentos “vivenciados” parecem não nos pertencerem, deixando uma sensação permanente de estranhamento no ar. Daí decorrer o sentimento corriqueiro de exacerbação da incompletude humana diante do desconhecimento da potência das tecnologias a que nos ‘plugamos’ ou mesmo nos fundimos. Quanto mais a máquina nos parece útil, mais nos sentimos ‘incompletos’, o que, por sua vez, leva a um consumo compulsivo de sempre novos aparelhos. Enorme esforço, multiplicação de tarefas, para permanecermos ao menos no mesmo lugar.

O controle de deslocamentos e de tempo possibilitado, por exemplo, por celulares e *laptops*, vem nos deixando vulneráveis a intromissões tanto na esfera do trabalho quanto na vida particular, ‘disponibilizando’ o trabalhador praticamente 24 horas por dia.

Aqui se revela o quanto o indivíduo tornou-se um terminal, um receptáculo sem mediações, de múltiplas informações e demandas de toda ordem. Tal estratégia de controle do tempo e dos deslocamentos dos corpos conta, não apenas com a aquiescência dos indivíduos, mas também, e principalmente, com a sua adesão e participação ativa no processo. Trata-se, portanto, da mais sofisticada forma de controle já existente, em que o tempo da vida finda por ser controlado pela lógica da produtividade, a partir dos desejos por consumo do próprio homem.

REFLEXÕES SOBRE UM TEMPO OUTRO

O deslocamento de foco da produção para o consumo, inscrita nas perguntas primeiras deste estudo, indica a expansão da lógica instrumental e produtivista para todas as esferas da vida; ou seja, à exploração do trabalho acresce-se a dominação da cultura e da vida cotidiana. Assim floresce mais um novo e produtivo nicho de mercado em que o homem, sem mais nenhuma coerção externa, sob livre iniciativa concorrencial, se entrega de corpo e alma, aos ideais mercantis; corroborando a suspeita de Adorno (1945: 71), já à época: “a suspeita de que o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade”.

As formas de resistências se fazem necessárias: como antídoto para a crescente invasão do tempo livre, apontamos o exercício da ação reflexiva, a apropriação da memória e dos sonhos próprios, a recusa ao imediatismo e às identidades pré-fabricadas.

Pois viver no presente é desejar e esperar o que há no futuro. Se nos contentamos apenas com o que a realidade nos dá de forma imediata, sem memória, nem desejo, talvez a vida se torne plena de rupturas e fragmentações. Por entre os excessos e a avidez por consumo, em meio à velocidade das tecnologias informatizadas, apenas cabe um mundo unidimensional, que enclausura a subjetividade, o espírito e a potência do desejo no “mais do mesmo”

Por isso propomos em vez de possuímos e desejarmos sempre “mais do mesmo”, que cultivemos menos, porém com mais diversidade e sentido, para que evitemos girar, tal qual as máquinas, em torno do mesmo lugar, como nos advertiram Adorno & Horkheimer (1995: 126):

A máquina gira sem sair do lugar. Ao mesmo tempo que já determina o consumo, ela descarta o que ainda não foi experimentado porque é um risco. (...) Nada deve ficar como era, tudo deve estar em constante movimento. Pois só a vitória universal do ritmo da produção e reprodução mecânica é a garantia de que nada mudará, de que nada surgirá que não se adapte.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (1995) *Tempo Livre. Em Palavras e Sinais: modelos críticos 2*, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985) *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Baudrillard, J. (1976) *La génesis ideológica de las necesidades*, Barcelona: Editorial Anagrama.
- Baudrillard, J. (2008) *A Sociedade de Consumo*, Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, J. (1993) *O Sistema dos Objetos*, São Paulo: Perspectiva.
- De Masi, D. (2000) *O Ócio Criativo – entrevista a Maria Serena Palieri*, Rio de Janeiro: Sextante.
- Dupuy, J. (2012) “O tempo que nos resta”, *Mutações: elogio à preguiça*, São Paulo: Edições SESC.
- Giannetti, E. (2002) *Felicidade*, São Paulo: Companhia das Letras.

- Kehl, M. R. (2009) “Os tempos do outro”, *O tempo e o cão – a atualidade das depressões*, São Paulo: Boitempo.
- Kehl, M. R. (2012) Tempo e Melancolia. Trabalho apresentado no Ciclo Mutações: *O futuro não é mais o que era*. Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro.
- Lipovetsky, G. (2007) *A felicidade Paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Honoré, C. (2006) *Elogio de la Lentitud*, Barcelona: RBA libros.
- Marx, K. (1984) *Fetichismo e Reificação*, in Ianni, O. (Org.) (1984) *Sociologia*, São Paulo: Atica.
- Marcuse, H. (1982) *A Ideologia da Sociedade Industrial: O Homem Unidimensional*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (1975) *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Marcuse, H. (2010) *Un ensayo sobre la liberación*, Sevilla: Doble.
- Novaes, A. (2012) O futuro não é mais o que era. Prefácio do Programa do Ciclo Mutações: *O futuro não é mais o que era*, Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro.
- Rosa, H. (2010) *Aliénation et accélération: vers une théorie critique de la modernité tardive*, Paris: Découvert.
- Rouanet, S. (2012) Figuras do Tempo. Trabalho apresentado no Ciclo Mutações: *O futuro não é mais o que era*, Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro.
- Severiano, M. (2001) *Narcisismo e Publicidade: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade*, São Paulo: Annablume.
- Sennett, R. (2010) *A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Rio de Janeiro: Record.
- Sodré, M. (2006) “Eticidade, Campo Comunicacional e Midiatização”, in Moraes, D. (Org.) (2006) *Sociedade Midiatizada*, Rio de Janeiro: Mauad.
- Wisnik, J. (2012) (Des)Construção do Futuro. Trabalho apresentado no Ciclo Mutações: *O futuro não é mais o que era*, Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro.

Os tempos da precariedade e a política social atual. Contornos de uma “biopolítica” contemporânea face a um tempo social fractal

CRISTINA ALBUQUERQUE¹

INTRODUÇÃO

O tempo e a temporalidade² são dois conceitos pertinentes para a compreensão e discussão crítica das orientações das políticas sociais contemporâneas.

Com efeito, emergem hoje novas formas de estar no tempo e com o tempo. A incerteza, o presentismo, a descontinuidade na estruturação dos tempos, individuais e coletivos, obrigam à formulação de novos esquemas analíticos capazes de dar conta das ruturas e das incongruências entre vivências, normatividades e expectativas sociopolíticas. As fraturas no expectável e na regulação das temporalidades sociais e biográficas face à incerteza atual, associada sobretudo à dissolução dos pressupostos da sociedade salarial fordista, retira de facto aos sujeitos referências importantes para a compreensão dos contextos (sociais, políticos e económicos) e de si mesmos, contribuindo para a reordenação das perceções do tempo e do espaço, potencialmente produtoras de maior sofrimento social (Châtel, 2008).

A referência à subjetividade, como eixo estruturante das políticas e práticas atuais, consagra a valorização do sujeito no processo de condução e construção de si mesmo, num percurso pessoal e social marcado pela autenticidade. Dito de outro modo, subjaz ao conjunto de práticas e de orientações normativas centradas no trabalho de autoprodução e de autoapropriação, de cada sujeito e das suas vivências e trajetórias pessoais, sociais e profissionais; reflexão que apela à revisitação da noção de “biopolítica” de Foucault (1976).

Neste contexto, ganham relevância novos universos semânticos (*empowerment*, competência, contratualização), profissionais (acompanhamento, ativação, motivação, avaliação) e morais (confiança, reconhecimento, responsabilidade), plenamente enraizados em vias renovadas de experimentação social e política, nas quais a incitação à autonomia tende a ocupar o espaço da retórica da proteção. Destarte, fundamenta-se uma “tecnologia política dos indivíduos”, destinada a assegurar primordialmente a permanência das presenças no tecido social e económico.

¹ Universidade de Coimbra. E-mail: albuquerque.cristina05@gmail.com

² A noção de temporalidade consubstancia a maneira como indivíduos e grupos sociais habitam o tempo e nele agem e intervêm como atores. De modo mais operativo e heurístico permite dar conta da mobilização pelos atores “em presença” de um “tempo em situação” (Vrancken, 2008: 118).

As atuais políticas sociais de inserção e acompanhamento social baseiam-se, assim, na construção da congruência, ou da "ressintonização", dos (novos) tempos individuais e coletivos, e na superação dos respetivos hiatos, o que as transforma numa espécie de instâncias de formatação de ciclos de vida. Sob este pressuposto de fragmentação dos tempos sociais e de uma dessincronização dos ciclos de vida procuraremos discutir, na presente comunicação, as conexões e paradoxos entre o(s) tempo(s) da ação social biográfica, que tende a constituir-se como um eixo estruturante das políticas sociais contemporâneas, e as temporalidades do social, sujeitas hoje a referências de incerteza e de precariedade. Assim, sob a hipótese da desmultiplicação atual das temporalidades, pela descoordenação dos tempos e as trajetórias incertas, pretende-se posicionar a reflexão sobre os tempos das políticas sociais: entre o tempo vivido pelo indivíduo, na base das narrativas biográficas, e a necessidade de as enquadrar num tempo objetivado de temporalidades difusas e incertas.

ENTRE OS TEMPOS DA POLÍTICA E AS TEMPORALIDADES BIOGRÁFICAS: CONEXÕES E DESCONEXÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

A ação política caracteriza-se pela coexistência, muitas vezes tensional, de diferentes temporalidades. Os ciclos eleitorais, bem como a *doxa* pública e as pressões económicas e mediáticas, ou ainda, as agendas e temporalidades globais determinadas por contextos sociopolíticos mais poderosos, como sublinha Hope (2009), tendem a determinar as opções políticas em função de lógicas conjunturais, em contraponto com a necessidade de efetivar políticas estruturais, basilares para a resolução de problemas complexos e transversais e para a maturação dos próprios regimes democráticos (Hope, 2009). Diversos estudos têm de facto acentuado a necessidade de incluir o futuro na ação política presente (Urry, 2002), numa ótica prudencial e numa perspetiva de construção substancial de desenvolvimento pessoal, social e económico. No entanto, o tempo cíclico da política conduz inúmeras vezes à suspensão deste pressuposto.

Deste modo, o tempo curto é maioritariamente privilegiado, contribuindo para a fragilização do contrato social subjacente à estruturação das sociedades ocidentais contemporâneas. A tomada de decisões políticas baseadas na urgência condiciona a necessária ponderação sobre os impactes futuros das decisões e o respetivo nível de irreversibilidade. Por isso, diversos autores têm questionado a pertinência do sistema democrático, tal como se encontra atualmente estruturado, como o mais adequado para a gestão do futuro das sociedades, em virtude do seu condicionamento por temporalidades curtas (Chesnaux, 1996; Hope, 2009; Rose & Scheuerman, 2009; Araújo, 2012).

Evidencia-se, assim, a possibilidade de concentração política na ação quotidiana e na emergência e a dificuldade de considerar o futuro como tempo inscrito no presente, logo, merecedor de atenção no hoje. Por outro lado, a determinação de políticas integradas e estruturais pressupõe necessariamente a superação da sua atual compartimentação em áreas de atuação, geralmente pensadas de forma

isolada e especializada, e avaliadas de forma estática (logo, produzindo “fotografias”, em vez de “filmes” com argumentos holísticos, adaptáveis e participados pelos públicos-alvo), bem como a compreensão das diferenças entre tempos distintos (político, económico e social) e as dimensões vivenciais que eles traduzem. O tempo económico centra-se em lógicas de rapidez de produção, lucros a curto/ médio prazo, formação contínua, etc.; o tempo social é o tempo da família, da conjugação família-trabalho, do lazer. A não consideração destas diferenças, particularmente cruzadas e complexificadas nas sociedades atuais, conduz a uma difícil conciliação de expectativas e a formas de vida profundamente desagregadoras.

Estas duas dimensões - tempo curto e (in)diferenciação dos sentidos dos tempos coletivos e individuais -, basilares para a compreensão dos tempos da política, encontram-se hoje ainda mais extremadas, produzindo impactes disseminados e profundos nas vivências de sujeitos e grupos sociais distintos. Afirmam-se assim cada vez mais uma conceção política de individualização do uso, da gestão e do sentido do tempo. Isto, sobretudo em contextos sujeitos a uma crise económico-financeira e social, como a atual, que permite acentuar, por um lado, a focalização conjuntural das políticas na superação ou minimização dessa crise e, por outro, a fragilização dos sistemas de proteção social. Neste contexto, as políticas públicas, e em particular as políticas sociais, parecem doravante ancoradas essencialmente em dois pressupostos: uma orientação presentista e o apelo a uma implicação individual no uso dos tempos e na reconstrução dos ciclos de vida.

CONEXÕES SINCRÓNICAS ENTRE TEMPOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS NAS SOCIEDADES FORDISTAS SOB MEDIAÇÃO DA AÇÃO POLÍTICA

Os contributos da Sociologia, que poderíamos chamar do ciclo de vida (Riley, Foner & Waring, 1989; Guillemard, 2003), têm permitido fundamentar a ideia de que o surgimento da sociedade industrial, e do trabalho assalariado dela decorrente, contribuiu para a estruturação do ciclo de vida em três tempos, cronológica e qualitativamente delimitados: o tempo da educação, o tempo do trabalho e o tempo da reforma. A definição objetiva e institucionalizada destes três tempos, significativos, distintos e sequenciais (logo, com grande potencial de previsibilidade), permitiu a construção política de um conjunto de direitos, obrigações e recursos, agregados a um percurso de idades e de papéis com uma dimensão simultaneamente individual e coletiva. Sob a égide do Estado-Providência instituiu-se, assim, uma espécie de “polícia das idades”, como afirma Annick Percheron (1991), essencial para a prossecução das finalidades da intervenção política no domínio social.

Com efeito, a ação pública passou a estruturar-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em função de temporalidades hierarquizadas e bem delimitadas: numa primeira “idade”, a garantia de igualdade na frequência da escola e as políticas de apoio à infância, à família e à educação; numa segunda “idade”, a proteção social agregada ao trabalho e ao contrato social e, numa terceira fase, a proteção da velhice e o direito à reforma e ao repouso, sob um pressuposto contratual de confiança agregando o Estado e os cidadãos (Guillemard, 2008).

Em acréscimo, nas sociedades modernas ocidentais, o tempo encontra-se estruturado entre tempo de trabalho, sujeito a esquemas reguladores, e tempo livre, como o remanescente daquele. Este tempo liberto, circunscrito tradicionalmente ao espaço privado e familiar, contribui para a formação de uma identidade individual e social, em função de um quadro laboral que funciona como guia de construção vivencial.

Destarte, o trabalho assalariado constitui-se, neste modelo, como o núcleo central de estruturação dos tempos e dos ciclos vivenciais dos sujeitos em sociedade com implicações evidentes na organização da vida privada. Do mesmo modo, a arquitetura da ação pública adquire sentido e legitimidade, normativa e institucional, a montante e a jusante dos ciclos de trabalho e de não trabalho. Como afirmam Mayer e Schoepflin (1989: 198),

In the welfare state the continuous flow of life is transformed into a series of situations all of which have a clear formal definition: periodization of life and proliferation of sharp transitions which derive from the social insurance system combine into a lifelong biographical pattern.

Com efeito, o modelo de Estado de Bem-Estar do pós Guerra, através de regras formais, direitos e obrigações, associadas a um tempo cronológico (e biológico), contribuiu para a standardização dos acontecimentos de uma vida “normal” (o momento e a natureza das transições de uma fase para outra; o conteúdo social e expectável de cada etapa de vida; as referências e normas que delimitam cada limiar etário, etc.) e, conseqüentemente, para a temporalização das biografias. Constituiu-se assim um modelo de sincronismo do ciclo de vida, ancorado numa definição clara e relativamente estática de limiares etários e de papéis, direitos e obrigações a eles associados, que contribuiu para instituir uma certa consensualidade, uma espécie de “meta-narrativa” (Shanahan & Longest, 2009) sobre os elementos inerentes a um ciclo de vida “normal” (Guerreiro, Torres & Capucha, 2007; Schoon & Silbereisen, 2009): o início da escolaridade, a conclusão dos estudos, a obtenção de emprego e independência económica, a formação da própria família e a saída de casa dos pais, a concretização de um projeto profissional estável e a reforma na fase final do ciclo.

A noção de ciclo de vida objetiva, pois, a temporalização das biografias ao identificar as etapas de um percurso individual e ao regular o respetivo horizonte temporal, sob o enquadramento de temporalidades colectivas. Estas mais não são do que grandes categorias que servem para coordenar, articular e escalonar as atividades com maior importância para a vida social (Sue, 1995) e para a preservação da respetiva coesão.

A definição standardizada do ciclo de vida, decorrente de uma tal perspetiva política de gestão etária, que posiciona o Estado como mestre do tempo cronológico, o “guardião dos relógios” nas palavras de Delmas (1991), coloca dois tipos de questões. Se por um lado gera condições para um discurso normalizante, permitindo identificar e classificar (com diversas *nuances* de moralização) todos os percursos de vida não enquadrados no padronizado, por outro lado, gera a possibilidade de

estruturar um plano de ação no tempo longo, numa perspetiva de futuro que permita fundamentar uma nova perceção do presente e dos constrangimentos ou possibilidades do passado (Kohli, 1987; Guillemard, 2003, 2008).

A MULTIPLICIDADE DOS TEMPOS E A “DESESTANDARDIZAÇÃO” DOS CICLOS DE VIDA NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

O modelo de estruturação do tempo associado à sociedade salarial fordista – linear, segmentado e mensurável – tem vindo, no entanto, a desagregar-se na atualidade e com ele a noção sincrónica de ciclo de vida. Com efeito, a relativa ordenação sequencial das etapas e opções de vida, que tendia a caracterizar o chamado “ciclo virtuoso de socialização e integração” (da maioria) das famílias ocidentais modernas (estudo, trabalho, estabilidade, autonomia), sobretudo até às duas últimas décadas do século XX, é hoje completamente anacrónica (May, 1990; Castel, 1995). O tempo de trabalho deixa de ser o marcador das demais temporalidades sociais e o ciclo de vida perde o seu cariz contínuo, com etapas previsíveis, e como tal relativamente controladas aprioristicamente, para se tornar cada vez mais flexível, aleatório e fragmentado. Neste contexto, o próprio conceito de carreira perde relevância. A vida ativa passa a estar estruturada não em dois momentos distintos – trabalho e reforma – mas em períodos aleatórios e entrecruzados de atividade e de inatividade ao longo da trajetória de vida.

Do mesmo modo, a ação pública no domínio da proteção social, tradicionalmente agregada aos pressupostos da sociedade salarial fordista, perde as bases fundamentais de legitimação axiológica e operacional. As políticas de pendor universalista, tendem a dar lugar a políticas focalizadas e a medidas, ora de cariz paliativo, ora de ativação. A gestão do presente sobrepõe-se pois à referência e à antecipação do futuro. Programas sociais intermediários, muitos dos quais *ad hoc*, preocupam-se sobretudo em gerir a precariedade mais do que em criar condições para a sua superação; o tempo de aprendizagem transmuta-se em educação ao longo da vida e novos dispositivos (estágios profissionais; formação e requalificação profissional; incentivos ao autoemprego, etc.) são postos em marcha com o objetivo implícito de manter as presenças no tecido social, de neutralizar os riscos de “morte social”, pela minimização dos hiatos, cada vez mais frequentes, prolongados e heterogêneos, entre temporalidades individuais e tempos sociais.

A fragmentação do trabalho como mecanismo fundamental de estruturação social e experiencial determina assim, em paralelo, a dissolução da organização ternária do tempo social, em prol de um novo cruzamento de tempos. Uma “policronia” que é acompanhada consequentemente por uma “dessincronização” da narrativa biográfica, como sublinha Bessin (1994).

Com efeito, neste quadro, decorrente da precariedade laboral e da flexibilização do trabalho, as trajetórias biográficas tornam-se “auto-reflexivas” (Beck, 2001), “o incremento de uma aspiração a uma soberania individual sobre o tempo, que conduz a trajetórias biográficas cada vez mais negociadas logo mais diversificadas” (Guillemard, 2008: 84).

A aleatoriedade e a contingência dos percursos de vida na atualidade, decorrente sobretudo de sequências desestruturadas entre emprego e desemprego ao longo do percurso profissional, e de novas formas de organização do trabalho, nomeadamente, o trabalho flexível, o trabalho intermitente e o uso de novas tecnologias da informação e comunicação (que permitem, por exemplo, trabalhar a partir de casa), condicionam as formas de estruturação das temporalidades individuais e produzem uma espécie de “arritmia social”, para usarmos uma expressão de Castells (1998). Temporalidades heterogêneas marcadas por precariedades e retrocessos onde o antes e o depois já não se inscrevem numa sequência linear. Com efeito, verifica-se um movimento pendular incessante entre períodos de formação, de trabalho e de inatividade, redistribuídos de forma imprevisível e diferenciada ao longo do ciclo de vida de cada sujeito e afetando todos os grupos socioprofissionais.

Um facto que acaba por constituir-se como o fundamento de uma dupla crise (Heinz, 2001; Guillemard, 2008): de normatividade e de futuro. Uma crise de normatividade na medida em que os sistemas de regulação se dissociam da realidade, continuando a apoiar-se em categorias uniformes e universais, como a idade, num momento de des-estandardização dos itinerários de vida. Uma crise de futuro associada ao confronto dos indivíduos com incertezas de trajetória, com a incapacidade de suplantar a pressão do tempo presente e como tal de definir adequadamente as configurações de um tempo futuro.

A atual assincronicidade do ciclo de vida e a emergência de novos perfis de riscos sociais constituem-se, deste modo, como desafios de relevo para as políticas sociais. A paradoxal desadequação normativa, que atualmente se verifica, entre a realidade sociolaboral, com causas estruturais profundas, e as medidas de proteção social, cada vez mais individualizadas e paliativas, decorre, em grande medida, da rigidez da máquina providencial, que tem revelado inúmeras dificuldades na compreensão e adaptação aos novos dados sociais e a uma nova conceção de risco. Exigir-se-iam hoje novos instrumentos de securização, ou de “re-institucionalização” do ciclo de vida, como afirma Leisering (2003), associados a percursos vivenciais mais flexíveis, à desadequação rápida de conhecimentos e competências e ao preenchimento de longos períodos de inatividade, que doravante percorrem todas as idades e não somente os que abandonam a vida ativa pela reforma.

Trata-se pois de assegurar “uma gestão ótima da incerteza” (Ewald, 1992), de inventar uma nova segurança associada ao indivíduo em “mobilidade” (manutenção da sua empregabilidade) e já não somente ao emprego. Como tal, é a própria “arquitetura” da proteção social que começa a estar em causa. Os novos meios a desencadear, na perspetiva de Esping-Andersen (2002), passam necessariamente pelo desenvolvimento do capital humano e pela garantia de educação e formação ao longo da vida, assumindo a reversibilidade e a precariedade das transições como um dado substantivo e perene na atualidade. As novas políticas, chamadas de “políticas do curso de vida”, não se encontrariam assim estruturadas por idades, mas procurariam gerar e manter as capacidades dos indivíduos (competências, conhecimentos,

empregabilidade, saúde) ao longo de várias idades e criar segurança nas múltiplas (e inúmeras vezes imprevisíveis) transições que perpassam doravante os ciclos de vida (Esping-Andersen, 2002).

O que poderíamos apelidar, na mesma perspetiva de Ellwood (1998), de “construção dinâmica das políticas”, implica pois a conjugação das partes num todo, sem esquecer as especificidades de cada grupo e as desigualdades que determinam diferentemente os percursos de vida, bem como o uso de meios de flexibilização e de monitorização de cariz dinâmico dos pressupostos e dos resultados das políticas. Isto implica, nomeadamente, a recolha regular de indicadores múltiplos e cruzados de bem-estar, ancorados num tempo e num espaço, de modo a que as necessidades, problemas e oportunidades dos indivíduos e grupos possam ser especificamente enquadrados, avaliados e acompanhados

Porém, há que considerar, em acréscimo, como sublinha Araújo (2012), que as perceções e usos do tempo são, não só produtos da ação quotidiana (muitas vezes também simbólica) de instituições e dos indivíduos que as consubstanciam, mas também de

estruturas mais profundas que instituem visões do mundo acerca do que merecem, ou não, certos grupos, indivíduos ou sociedades. É neste sentido que os «esquemas culturais temporais» - que distribuem os modos legítimos de usar o tempo - funcionam como dispositivos de justificação de várias formas de dominação e de poder, os quais atuam na definição de expectativas e das aspirações sociais, limitando-as, constringendo-as ou amplificando-as e expandindo-as (Araújo, 2012: 9).

A construção de tais esquemas de legitimidade no uso do tempo parecem, na verdade, condicionar hoje novas lógicas de poder social e político, associadas ao apelo impacionista, de construção de si e dos respetivos percursos de inserção sociolaboral, que hoje perpassa os objetivos das políticas públicas, e que parece instituir uma nova forma, subtilizada, de “biopolítica” e de “biopoder” (Foucault, 1976).

TEMPOS FRACTAIS E (RE) EMERGÊNCIA DA “BIOPOLÍTICA”

Como temos vindo a salientar, da imposição de temporalidades exógenas, que acabam por modificar o sentido da vida e que foram magistralmente caricaturizadas por Chaplin em *Tempos Modernos* (1936), assiste-se, nas sociedades contemporâneas, a uma reestruturação e intensidade das temporalidades, que mobilizam sobretudo a subjetividade dos sujeitos sociais.

Neste sentido, Didier Vrancken (2008), explorando o conceito *foucaultiano* de “biopolítica”, classifica a ação do Estado contemporâneo como uma espécie de ação biográfica, ancorando-se no trabalho dos sujeitos sobre si próprios e nas respetivas narrativas biográficas. A finalidade seria a classificação e interferência nas trajetórias de vida, implicando os sujeitos na respetiva recomposição biográfica.

Il s'agit désormais d'assurer les trajectoires et les parcours de vie de plus en plus incertains, déstabilisés par les turbulences du marché du travail et de la vie

privée. Dans cette optique, l'objet du travail sur soi serait alors d'aider les individus à se ressaisir à partir de la mise à l'épreuve d'eux-mêmes et de la formulation du récit de leur infortune (Vrancken, 2008, p.46).

Na década de setenta do século XX, Michel Foucault desenvolve o conceito de biopolítica para designar o modo como o poder se transforma, nos séculos XVIII e XIX, no sentido da “disciplina” dos indivíduos e da população. Por outras palavras, “para designar o que faz entrar a vida e os seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (Foucault, 1976: 188). Deste modo, o homem e as suas condutas, agregadas aos conceitos e princípios do “normal” e do “patológico”, constituem-se como objeto de ação política e de novas estratégias socioeconómicas, dando origem a um “biopoder” normalizador concretizado, por exemplo, na gestão pública da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade e da natalidade. Este tipo de poder gere, modela e ordena as forças de vida, controla e medicaliza as populações, sob o argumento do favorecimento do seu crescimento e bem-estar. Como afirma Foucault (1976), o primeiro pólo de gestão da vida foi centrado no corpo como máquina: o seu adestramento, a majoração das suas aptidões, a extorsão das suas forças, o crescimento paralelo da sua utilidade e docilidade, a sua integração em sistemas de controlo eficazes e económicos, tudo isso foi assegurado por processos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, em meados do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo atravessado pela mecânica do vivo e que serve de suporte aos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade com todas as condições que podem fazê-la variar; a sua apropriação opera-se por toda uma série de intervenções e de *controles reguladores: uma biopolítica da população*. (Foucault, 1976: 183)

Do mesmo modo, a biopolítica, constituiu-se como um elemento indispensável do sistema capitalista por via da inscrição controlada dos “corpos” no sistema produtivo e das populações nos processos económicos. Já no final da década de setenta, Foucault salientava a transformação dos sujeitos em agentes económicos, submetidos a processos de valorização e amplificação de competências e habilidades face a mercados globais progressivamente mais competitivos. A funcionalidade dos “corpos” e das condutas, em função de critérios económico-políticos de produtividade, seria assim, na ótica do autor, um elemento central para o desenvolvimento das sociedades fordistas. Ao referir-se ao neoliberalismo, Foucault (2000, 2004) introduz ainda um elemento, essencial para a compreensão das políticas contemporâneas: a fusão entre o *homo economicus* e as perspetivas do “capital humano”; deste modo, afirma que o *homo economicus* não é apenas, nos contextos atuais, um produtor-consumidor, mas também um construtor de si mesmo e do seu enquadramento como ser ético, social e económico (Revel, 2005).

A noção de biopolítica parece ser, nesta ótica, um conceito pertinente, como salientam diversos autores (Agamben, 1995,1998; Negri & Hart, 2002; Cocco &

Negri, 2005), para a compreensão das políticas contemporâneas. As vidas, assumidas como categorias políticas, tornam-se cada vez mais expostas e administradas³. Basta pensar nas medidas destinadas a populações dependentes, nos programas de inserção e de ativação, na gestão do desemprego, entre outras.

Com efeito, a atual regulação estatal, objetivada nas políticas públicas em geral e nas políticas sociais em particular, assume contornos de normalização comportamental, mas doravante sob mediação do indivíduo, de uma ação de si sobre si (Messu, 2008). Trata-se pois, sob um outro prisma, de assumir uma ação sobre as temporalidades nas quais os indivíduos se inscrevem; temporalidades essas que se pretende alterar de modo a que possam corresponder, da forma mais coerente possível, às temporalidades do social. A multiplicação destas temporalidades e a emergência de políticas da subjetividade parecem pois ser questões intrinsecamente ligadas.

As políticas de inserção ou de ativação associadas ao emprego derivam desta lógica de ação pública, procurando inscrever as temporalidades individuais em quadros temporais coletivos, normalizados e institucionalizados. Um sujeito "dessocializado", por exemplo por um período longo de desemprego em que gere o seu próprio tempo é, pela ação pública, intimado a submeter-se a um conjunto de provas que têm como pressuposto essencial a regulação dos hiatos entre tempo individual e coletivo, inscrevendo-o em tempos sociais, valorizados, legitimados e institucionalmente reconhecidos: apresentações periódicas nos serviços; formações ou estágios profissionais; obrigação de serviços comunitários, etc.

Neste sentido, a ação pública parece imiscuir-se cada vez mais na gestão da existência biográfica, e mesmo biológica, dos indivíduos (Fassin & Memmi, 2004; Cantelli & Genard, 2007). A incitação à narrativa pretende colocar em palavras as experiências de precariedade e reconstruir momentos de percursos fragmentados. Um uso presentista do passado que tenta comprimir as experiências vividas e visibilizá-las no momento presente (Hortog, 2003). A referência à temporalidade futura torna-se porém cada vez mais imprecisa e dificilmente operacionalizável.

Bárbara Adam (1990) identificou a compreensão do futuro por referência à respetiva mais-valia no presente, aquilo que apelida de "colonização do futuro", como uma das características das sociedades pós-industriais. No entanto, se esta compreensão da temporalidade futura é importante no domínio político, na esfera individual, particularmente para os jovens e as populações em situação de vulnerabilidade, o presente tende a ser compreendido e vivido por referência ao seu valor para o futuro. É tendo esta noção que as situações difíceis se podem tornar suportáveis. Tal como para "Sísifo" (Camus, 1989), a esperança de conseguir superar o desafio, a possibilidade de permanecer no cume da montanha, é que permite continuar a tentar a subida e só desse modo é viável procurar imaginar Sísifo feliz.

Porém, como evidenciam várias abordagens, estamos hoje temporariamente "sem abrigo" dessa visão prometeica. Assistimos, quer a uma contração do presente,

³ A este respeito, Gilles Deleuze (1992), referindo-se às transformações sociais das últimas décadas, advoga um processo de substituição de uma "sociedade disciplinar" por uma "sociedade de controlo" potenciada pelas atuais redes de visibilidade absoluta e de comunicação virtual síncrona e imediata.

quer a uma diluição ou fragmentação do futuro em vários “presentes”, marcando o fim das narrativas modernas do progresso.

A CONSTRUÇÃO DE SI E DAS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS COMO FORMAS DE “COLONIZAÇÃO DO PRESENTE” NAS POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

Na verdade, as “sociedades de vidro” (Corcuff, 2002) em que vivemos, profundamente fragilizadas, são também, e paradoxalmente, extremamente constrangedoras e potencialmente invalidantes. O risco de sujeitar as pessoas a um processo contínuo de inclusão e exclusão, a um somatório de presentes, sem qualquer perspectiva de futuro, logo, pactuando com a construção de estatutos de fronteira, não é negligenciável. Pode consagrar-se, deste modo, a situação paradoxal de estar ao mesmo tempo “dentro” e “fora” do tecido social, sob uma lógica de mero adiamento da morte social.

O paradoxo constitutivo do sofrimento social atual radica efetivamente no apelo, social e político, à construção, por parte dos sujeitos, de um mapa vivencial, sem que, para o efeito, sejam conhecidas as respectivas coordenadas estruturantes; sem uma identificação clara dos pontos de partida e dos pontos de chegada e sem “bússolas” pertinentes que auxiliem na construção do percurso. O exemplo da articulação entre o processo de socialização formal e a entrada no mercado de trabalho é, a este nível, particularmente paradigmático. A obtenção de um título académico já não se constitui, por si só, como uma via de acesso a um determinado emprego e estatuto socioeconómico. Em acréscimo, a escolha de uma dada formação e profissão é muitas vezes orientada por variáveis (como níveis de procura no mercado de trabalho, nível salarial, etc.) que rapidamente se tornam anacrónicas, dificultando o planeamento prospetivo das diversas etapas do ciclo de vida.

Neste contexto, a intimação para a prova da integridade social, económica, cívica e identitária, na base de um processo de avaliação das condutas (apreciadas como produtos da vontade e da motivação para o re-enquadramento societal e laboral), encerra os indivíduos desintegrados, ou em situação de precariedade, numa lógica perversa de, por um lado, ter de responder à exigência de comprovação ininterrupta da sua vontade de participar socioeconomicamente e, por outro, de julgamento simultâneo da sua (in)capacidade para o assegurar de forma consistente e perene. As vivências, os “destinos”, são assim concebidos como um *puzzle*, permanentemente construído em ziguezague, ou seja, sem uma identificação nítida do desenho conjunto ou da linha de coerência a seguir (Araújo, 2005).

Como afirma Rancière (1995) a visibilidade das condutas passa, doravante, pelo “aclerar de si”, pela autocertificação daquilo que se é, daquilo que se faz, das capacidades que se tem, em suma, um testemunho de verdade em relação a si mesmo. A visibilidade das existências e das condutas, antes assegurada pela vigência de normas, de “disciplinas” (Foucault, 1976), que permitiam objetivar, quantificar e comparar nosograficamente as condutas dos sujeitos, mantêm-se e amplifica-se atualmente, porém, concretiza-se de forma radicalmente distinta. Cada indivíduo

é intimado não apenas a restaurar a sua interioridade, aprendendo a revalorizar e utilizar as suas capacidades e experiências na reconstrução do seu lugar no todo societal, mas também, a de viabilizar publicamente esse trabalho de reconstrução de si, como justificação para a continuidade da sua inscrição como membro social. Didier Fassin (2007) coloca mesmo a hipótese de que “exposição de si” se vai tornar um processo comum para suscitar a atenção dos poderes públicos numa espécie de política de compaixão, do “sofrimento como linguagem”.

A “publicização” da vida pública e privada dos sujeitos torna-se, pois, um elemento fundamental de um novo paradigma politicossocial. Da unificação, tendo por base normas explícitas e partilhadas, transita-se prioritariamente para a valorização do sentido de si e do conteúdo ético da vida; da estabilidade de uma função socioprofissional para uma construção singular de existências; de uma individualidade determinada para uma individualidade construída. Nesta ótica, multiplicam-se as avaliações das situações de vida e dos percursos profissionais, captando e valorizando o investimento subjetivo e mediatizando a construção de elos entre o indivíduo e a sociedade. O *curriculum vitae* constitui-se, neste contexto, como o título de navegação entre a existência privada e a necessária inscrição pública.

Deste modo, evidencia-se a transição de um “Estado que protege”, para um “Estado que capacita, que torna capaz”, que desencadeia mecanismos para um trabalho sobre si: trabalhar a empregabilidade para evitar o desemprego, educar para a saúde para evitar a doença, desenvolver a capacidade de iniciativa e a adaptabilidade, construindo por exemplo uma segunda carreira para ter sempre um “plano B” e/ou poder preencher o tempo de inatividade, inclusive durante a reforma. Por outras palavras, transita-se progressivamente de um modelo solidarista do risco social para um modelo responsabilista, assente num conjunto de provas sociais às quais os indivíduos têm de sujeitar-se; de uma conceção de “direitos-crédito” passa-se para uma conceção de “direitos-autonomia”, ou seja, de uma lógica assente na ideia de “ter a possibilidade de”, passa-se para uma lógica ancorada na ideia de “ser capaz” e de “demonstrar ser capaz” (Genard, 2007). A responsabilidade pode, assim, transmutar-se facilmente em responsabilização. A construção do elo social assente numa ótica personalizante, e muitas vezes compassiva, pode de facto ser perversa se com ela emergir o risco da avaliação meritocrática da existência de alguns (“sobrenumerários” sociais) face à retração das oportunidades sociolaborais.

O indivíduo contemporâneo é, pois, aquele que é intimado a construir a sua existência sob o enfoque do risco, gerindo da melhor forma a informação disponível e assumindo as consequências das suas ações ou omissões. A este nível a dimensão do emprego é particularmente elucidativa. Não existindo emprego para todos, as populações desempregadas são enquadradas em programas ocupacionais, formações e estágios profissionais, numa perspetiva, não de integração, mas de mera atividade, à qual se segue, na maioria dos casos, um novo momento de desinclusão do mercado de trabalho e, em consequência, do espaço público de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saturação das políticas na temporalidade presente dissolve a dimensão dos resultados em prol dos meios, instituindo uma espécie de “provisório permanente” com implicações multidimensionais na estruturação das temporalidades individuais e coletivas. Com efeito, a reflexão crítica e a superação de abordagens excessiva e/ou exclusivamente centradas na temporalidade presente e em leituras individualizantes dos problemas sociais contemporâneos parece-nos essencial para a fundação de uma intervenção política e social que não seja mera reconfirmação da impossibilidade de pensar e agir para além de um quadro temporal e espacial restrito, de cumplicidade com o presentismo e, como tal, potencialmente invalidante.

Aprender a viver com a incerteza e a precarização das expectativas e dos percursos constitui-se hoje, como salientámos, como um referencial cultural, social e político da maior relevância. Neste contexto, os sujeitos são convidados a reler e a reconstruir as suas trajetórias e a projetá-las no tempo; é este o núcleo central das políticas de ativação - a obrigação do indivíduo em ritmar por si próprio o seu percurso de vida, definindo etapas e normas e submetendo-se a provas públicas de plausibilidade.

Uma nova dimensão da “biopolítica” inaugura-se deste modo; do “corpo máquina” e do “corpo espécie” (Foucault, 1976) passa-se para o que poderíamos apelidar de “corpo-reflexo”, um olhar de si para si, sob a mediação de uma lupa sociopolítica capaz de revelar as menores falhas no processo de reconstrução de si mesmo e das suas possibilidades de integração. É a singularidade de cada pessoa, logo os seus *handicaps* e potencialidades, que se torna a base da intervenção sociopolítica. A ação pública passa, deste modo, a estar refém de temporalidades dificilmente conciliáveis, produtoras de ambiguidades profundas da política social contemporânea: entre a urgência e o tempo curto, por um lado, e a continuidade (por exemplo, objetivada nos processos de acompanhamento social e de gestão do não-emprego) e o tempo longo (por ausência ou insuficiência de respostas e recursos adequados aos problemas atuais), por outro.

REFERÊNCIAS

- Adam, B. (1990) *Time and social theory*, Philadelphia: Temple University Press.
- Agamben, G. (1995) *Moyens sans fins. Notes sur la politique*, Paris: Rivages.
- Agamben, G. (1998) *Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida*, Valencia: Pre-textos.
- Araújo, E. (2012) “As identidades e a ‘política dos tempos sociais’”, in *VII Congresso Português de Sociologia “Sociedade, Crise e Reconfigurações”*, Porto: Universidade do Porto.
- Araújo, E. R. (2005) “O conceito de ‘Futuro’”, in *Actas do Seminário O Futuro não pode começar*, Braga: Universidade do Minho, Núcleo de Estudos de Sociologia.
- Beck, U. (2001) *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*, Paris: Éditions Aubier.

- Bessin, M. (1994) «Les seuils d'âge à l'épreuve de la flexibilité temporelle», in Valquin, E. (Ed) (1994) *Le temps et la démographie* Louvain-la-Neuve: Éditions Academia, pp. 219-230.
- Camus A. (1989). *O mito de Sísifo (Ensaio sobre o Absurdo)*, São Paulo: Editora Guanabara.
- Cantelli, F., & Genard, J.-L. (Eds.) (2007) *Action Publique et Subjectivité*, Paris : L.G.D.J. et Maison des Sciences de l'Homme.
- Castel, R. (1995) *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris : Librairie Arthème Fayard.
- Castells, M. (1998) *La société en réseaux, L'ère de l'information*, Paris: Éditions Fayard.
- Châtel, V. (ed.) (2008) *Les temps des politiques sociales*, Fribourg: Academic Press Fribourg.
- Chesnaux, J. (1996) *Habiter le temps: passé, présent, future. Esquisse d'un dialogue politique*, Paris: Bayard.
- Cocco, G. & Negri, A. (2005) *Glob(Al). Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*, Rio de Janeiro: Record.
- Corcuff, P. (2002) *La Société de Verre. Pour une éthique de la fragilité*, Paris: Éditions Armand Collin.
- Deleuze, G. (1992) *Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Conversações: 1972-1990*, Rio de Janeiro: Editora 34, pp. 219-226.
- Delmas, P. (1991) *Le maître des horloges. Modernité de l'action publique*, Paris: Éditions Odile Jacob.
- Ellwood, D. (1998) "Dynamic policy-making. An insider's account of reforming U.S. welfare", in Leisering, L. & Walker, R. (Eds.) (1998) *The Dynamics of Modern Society*, Bristol: Policy Press, pp. 49-61.
- Esping-Andersen, G. (2002) "Towards the good society, once again?", in Esping Andersen, G., Gallie, D., Hemerijck, A. & Miles, J. (Eds) (2002) *Why we need a new Welfare State*, Oxford: Oxford University Press, pp. 1-25.
- Ewald, F. (1992) «Responsabilité, solidarité, sécurité. La crise de la responsabilité en France à la fin du 20^{ème} siècle», *Risques*, 10 : 9-24.
- Fassin, D., & Memmi, D. (Eds.) (2004), *Le Gouvernement des corps*, Paris : Éd. de l'EHESS.
- Fassin, D. (2007) *When Bodies Remember: Experiences and Politics of AIDS in South Africa*, Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1976) *Histoire de la sexualité. Tome 1. La volonté de savoir*, Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (2000) *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004) *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France (1978-1979)*, Paris: Gallimard.
- Genard, J.L. (2007) «Capacités ou capacitation: une nouvelle orientation des politiques publiques? », in Cantelli, F. & Genard, J.L. (Eds) (2007) *Droit et Société «Action Publique et Subjectivité»*, Paris: L.G.D.J. et Société e Maison des Sciences de l'Homme, pp. 41-64.
- Guerreiro, M.D., Torres, A. & Capucha L. (Eds) (2007) *Portugal no contexto Europeu, Volume III, Quotidiano e qualidade de vida*, Oeiras: Celta Editora.
- Guillemard, A. M. (2003) *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*, Paris : Armand Colin.

- Guillemard, A. M. (2008) «Les politiques sociales à l'épreuve de la nouvelle flexibilité temporelle du cours de vie», in Châtel, V. (Ed.) (2008) *Les Temps des Politiques Sociales*, Fribourg: Academic Press, pp. 75-94.
- Heinz, W. R. (2001) "Work and life course. A cosmopolitan-local perspective", in Marshall, V., Heinz, W.R., Krüger, H. & Verma, A. (Eds.) (2001) *Restructuring work and the life course*, Toronto: University of Toronto Press, pp. 3-22.
- Hope, W. (2009) "Conflicting temporalities. State, nation, economy and democracy under global capitalism", *Time & Society*, 18 (1): 62-85.
- Hortog, F. (2003) *Regimes d'historicité, presentisme et experiences du temps*, Paris : Seuil.
- Leisering, L. (2003) "Government and the life course", in Mortimer, J.T. & Shanahan, M. J. (Eds.) (2003) *Handbook of the Life Course*, New York: Kluwer Academic Publishers, pp. 205-225.
- Kohli, M. (1987) "Retirement and the moral economy. An historical interpretation of the german case", *Journal of aging studies*, 1: 125-144.
- May, E.T. (1990) *Homeward bound. American families in the cold war era*, New York: Basic Books.
- Mayer, K.U., & Schoepflin, U. (1989) "The state and the life course", *Annual Review of Sociology*, 15: 198.
- Messu, M. (2008) «Le temps social fractal », in Châtel, V. (Ed.) (2008) *Les Temps des Politiques Sociales*, Fribourg: Academic Press, pp. 49-71.
- Negri, A. & Hart, M. (2002) *Império*. Barcelona: Paidós.
- Percheron, A. (1991) «Police et gestion des âges», in Percheron, A. & Rémond, R. (Eds) (1991) *Âge et politique*, Paris: Éditions Economica, pp.111-139.
- Rancière, J. (1995) *On the shores of politics*, London: Verso.
- Rose, H. & Scheurman, W. E. (Eds) (2009) *High-speed society: social acceleration, power and modernity*, Philadelphia: Penn State University Press.
- Revel, J. (2005) *Michel Foucault: Expériences de la pensée*, Paris: Bordas.
- Riley, M.W, Foner, A. & Waring, J. (1989) "Sociology of age", in Smelser, N.J. (ed) (1989) *Handbook of Sociology*, New York: Sage Publications, pp. 243-290.
- Shanahan, M.J., & Longest, K. C. (2009) "Thinking about the transition to adulthood. From grand narratives to useful theories", in Schoon, I. & Silbereisen, R. K. (Eds) (2009) *Transitions from work to school. Globalization, individualization, and patterns of diversity*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 30-41.
- Schoon, I. & Silbereisen, R. K. (eds) (2009) *Transitions from work to school. Globalization, individualization, and patterns of diversity*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sue, R. (1995) *Temps et ordre social*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Urry, J. (2002) "Sociologia do tempo e do espaço", in Turner, B. (ed) (2002) *Teoria Social*, Lisboa: Difel, pp. 377-403.
- Vrancken, D. (2008) «L'action publique à l'épreuve des temporalités sociales», in Châtel, V. (Ed.) (2008) *Les Temps des Politiques Sociales*, Fribourg : Academic Press, pp. 117-140.

As ruas da cidade e os tempos de crise: exercício de leitura

HELENA PIRES¹

INTRODUÇÃO

Observar demoradamente as ruas da cidade é uma prática a que se dedicam apenas os turistas ou aqueles que, por uma dada razão particular, decidem romper com o ritmo quotidiano e procurar com o olhar o que frequentemente se dilui numa mistura indiferenciada de signos. É precisamente de um exercício de leitura da paisagem urbana, e em especial de um exercício de leitura das vitrines que compõem essa mesma paisagem, que irei dar conta. Como campo de observação, escolhi uma rua da cidade de Braga. Antes de mais, porque se situa na cidade em que vivo. Logo, para além das comodidades de ordem prática que motivaram esta opção, trata-se de um espaço ao qual no quotidiano à partida presto pouco cuidado, condição que com o presente exercício procurei contrariar. A combinação entre familiaridade e estranheza, memória e novidade, é especialmente propícia a um olhar capaz de entrever as continuidades, assim como as descontinuidades, os detalhes, mas também o modo como os diversos signos se articulam entre si, adestrando enunciados permanentemente reescritos. Os tempos de um passado-passado (irreversível), mas também de uma memória (que não faz regressar o que já passou, mas o atualiza), assim como o tempo de um ainda agora passado-presente, os tempos da mudança e da duração (tempo qualitativo), combinam-se e expressam-se na rua de que irei falar, estimulando uma determinada leitura espaço-temporal².

Em particular, decidi observar a Rua do Souto, uma das ruas principais do centro histórico e a rua tradicionalmente mais comercial da cidade. Uma vez que o objetivo inicial deste exercício consistiu em procurar refletir sobre as eventuais implicações da conjuntura actual de crise sobre a paisagem visual, e mais concretamente sobre as vitrines, nas ruas da cidade, pareceu-me interessante escolher, precisamente, como alvo da observação, uma das ruas que supostamente, num outro contexto, apresentaria uma intensa vitalidade comercial. Terá a crise afetado a paisagem visual da Rua do Souto? De que modo esta se repercute? Trata-se de uma rua extensa, que *grosso modo* tem início na Porta Nova da cidade e termina no largo da Brasileira, café emblemático, de valor patrimonial, e importante ponto de referência na cidade.

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – UM. E-mail: helena.pires538@gmail.com

² Sobre as diversas modalidades temporais, ver Bergson, Henri (1990). *Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Editora Martins e Fontes.

METODOLOGIA

Optei pelo registo fotográfico como forma não só de disciplinar a observação à vista desarmada, como de recolher dados para posterior análise mais detalhada. Assim, procedi à observação e registo fotográfico de cada um dos estabelecimentos da referida rua, de forma sistemática, ao longo de um percurso em ziguezague. Foram em particular fotografadas para registo as vitrines de cada um dos estabelecimentos³.

Tomando como ponto de partida o artigo “Sign Consumption in the 19th – century Department Store: An Examination of Visual Merchandising in the Grand Emporiums (1846 – 1900)” de Ken W. Parker (2003), decidi começar por explorar e testar a atualidade de uma hipótese de trabalho que a própria publicação deixa em aberto. Paralelamente ao que outros autores defendem (Demetresco: 1990, 2004 2010; Morgan, 2008; Law, Wong & Yip, 2012), Parker reafirma que o *visual merchandising* (comunicação visual, da qual as vitrines fazem parte) não se centra apenas na criação de um *display* (exposição dos produtos) tendo por fim atrair o olhar, mas na criação de uma história, de uma narrativa para cada mercadoria. Considerando a importância do consumo simbólico, que Jean Baudrillard (1991) entre outros problematiza, Ken Parker pesquisou sobre o *visual display* na segunda metade do século XIX, tendo identificado três tipos distintos de valores sógnicos: os *signos de luxo*⁴ (opulência, riqueza; valor simbólico sugerido a partir de ornamentos decorativos ou que compõem o cenário de exposição das mercadorias e que é transportado para essas mesmas mercadorias – ex. materiais como a madeira, o vidro; balaustradas; escadas; peças de mobiliário; tapetes, cortinado); os *signos de exotismo*⁵ (mistério; glamour; erotismo; encenações que sugerem destinos ou ambiências distantes – Japão, Marrocos...; objetos de desejo; símbolos de poder); e os *signos de excesso*⁶ ou abundância (encenação caótica ou desorganizada; profusão de bens; grandes volumes de bens; acumulação; negação da escassez).

As técnicas de *visual display* então usadas (nos grandes armazéns da segunda metade do século XIX) criaram, segundo o autor, as formas de um *estilo contemporâneo*, e mesmo pós-moderno, de *consumo simbólico*. Apesar dos diferentes contextos históricos e sociais, Parker admite a possibilidade deste estilo se manter atual. Testar esta hipótese, através de um exercício meramente exploratório, foi aquilo que comecei por procurar fazer.

Em traços gerais, tentaremos, pois, compor uma visão de conjunto relativa à paisagem visual da rua em observação, com o auxílio de algumas contas simples, de adição e subtração:

³ O registo fotográfico ocorreu em outubro de 2013.

⁴ Note-se que por ‘luxo’ se entende *luxo democratizado*. Aquilo que se vende, nos grandes armazéns, não é o ‘verdadeiro’ luxo, mas produtos que representam a ideia de luxo.

⁵ Produto consumido não como entidade material, mas como signo de um universo de algum modo distante, tanto do ponto de vista físico como imaginário.

⁶ O consumo de uma fração remete para o consumo do display na totalidade; consumo infinito; o desejo dos consumidores nunca é completamente satisfeito.

A) CARATERIZAÇÃO GERAL (TIPO DE ESTABELECIMENTO):

Nº de estabelecimentos – 99

Nº cafés/restaurantes - 10 (5 abertos + 5 fechados)

Nº lojas – 89

Nº lojas fechadas – 19

Nº lojas abertas – 70

Nº lojas de vestuário e roupa interior - 15

Nº sapatarias – 9

Nº lojas artigos religiosos – 5

Nº joalharias – 6

Nº perfumarias – 4

Nº outras lojas - 31 (tabacaria, farmácia, lavandaria, acessórios, banco, óptica, electrodomésticos, loja chinesa, cautelaria, câmbios, vidros e loiças, decoração, fotografia, bens alimentares, bebidas, *gourmet*, bazar, talho, barbearia)

B) CLASSIFICAÇÃO EM TERMOS DE VALORES SIMBÓLICOS, ADOTANDO CRITÉRIO DE PARKER:

LUXO - 22

EXOTISMO - 8

ABUNDÂNCIA – 37

FUNCIONALIDADE - 10 (ausência de *visual merchandising*)

Procurámos, de seguida, com algum detalhe, dar conta das estratégias de *visual merchandising* que, para cada um dos diferentes tipos de valores sógnicos (luxo, exotismo e abundância), encenam formas mais ou menos inventivas de apresentação dos produtos. Prestámos especial atenção às vitrines, não esquecendo a importância de outros elementos, tais como os letreiros, a arquitetura dos edifícios de que os estabelecimentos comerciais fazem parte, e o próprio interior do estabelecimento, os quais participam da composição semiótica que aos produtos acrescenta camadas sucessivas de sentido.

VISÃO PANORÂMICA

Em termos de uma visão panorâmica, o que inclui a paisagem comercial, mas também o seu enquadramento, observa-se o previsível: um elevado número de edifícios à venda ou por alugar e um elevado número de estabelecimentos fechados (isto na principal rua comercial da cidade, e mesmo no coração do centro) parecem indicar a crise; contrasta com esta realidade o bom estado de conservação de alguns dos edifícios ou até, em muitos casos, o seu aspeto renovado (regenerado), o que será explicado por razões de natureza diversa. No geral, impera porém o mau estado de conservação de alguns dos edifícios, o *graffiti* nas portas e fachadas; as vitrines revestidas a papel e mesmo a papel de jornal; os cartazes com desconto e promoções (incluindo a loja da Benetton, e já em outubro); a fraca iluminação em alguns casos e mesmo o interior escuro dos estabelecimentos (contaminando o

efeito de uma certa atmosfera obscurantista que impregna, parcialmente, a paisagem comercial da rua).

Grosso modo, verifica-se pouco investimento ao nível do *visual merchandising*. A paisagem visual é muito heterogênea, sendo entretecida, por um lado, por estabelecimentos cujas vitrines são muito pouco cuidadas ou se prestam pouco à criação de valor simbólico, o qual seria acrescido ao produto (aproximam-se de uma estrita funcionalidade enquanto espaços de visibilidade que apenas informam sobre o que há a vender, sem mais), por outro, por estabelecimentos, frequentemente renovados, cujas vitrines simulam a *abundância* e encenam, com um tom popular, a ideia da acessibilidade. Mais raros são os casos em que se verifica alguma sofisticação na forma de apresentar os produtos na vitrine, simulando o *luxo* ou requinte, ou mesmo o *exotismo*. Poucas vezes são utilizados outros recursos materiais e semióticos como forma de encenar uma narrativa de enquadramento dos produtos (como seria o caso dos ornamentos, do mobiliário e outros recursos), para além das prateleiras, pedestais e estrados que, de modo frequentemente pouco criativo, apenas servem de suporte à exibição das mercadorias. Por fim, destacam-se os casos singulares em que a *antiguidade*, a *memória* e as características únicas, quer dos produtos, quer dos próprios estabelecimentos, constituem elas mesmas valor simbólico, e como tal valor acrescentado, como acontece com a Casa das Bananas, a latoaria, a barbearia, algumas joalharias e lojas de artigos religiosos. Mas também nestes casos o valor do tradicional é conservado e exibido ora estratégica, ora inadvertidamente.

Os três tipos de valor simbólico identificados por Parker, a propósito das técnicas de *visual merchandising* usadas nos grandes armazéns da segunda metade do século XIX, são ainda hoje categorias úteis para percebermos o quadro axiológico que subjaz ao modo como construímos as nossas identidades sociais. No entanto, na contemporaneidade, dificilmente estas categorias se materializam enquanto categorias “puras”, na medida em que tantas vezes são híbridos os efeitos de sentido que os diversos recursos semióticos usados sugerem. Não raras vezes, o *luxo* e a *abundância*, o *exotismo* e o *excesso* são combinados simulando a possibilidade de nomeadamente a acessibilidade e o suposto carácter “único” do produto serem entre si tornados compatíveis. Note-se que frequentemente o *luxo* e a *riqueza* não são tidos como características inerentes aos produtos, o que os tornaria muito pouco acessíveis, mas antes simulacros que prometem a um só tempo a acessibilidade e o inatingível. Em particular, note-se que a *abundância*, contrariamente à associação que Parker estabelece com a forma caótica e desordenada de expor os produtos, no contexto a que se refere, corresponde nos casos atualmente observados a uma estratégia de simulação do excesso, da popularidade e da profusão sugeridos através do alinhamento meticuloso dos produtos, frequentemente arrumados em fila nas prateleiras, parecendo assim metaforizar-se o próprio fenómeno moderno da produção industrial massiva ou em série.

Nesta combinação se expressa o próprio carácter paradoxal da cultura de consumo contemporânea, que Featherstone (2007), Jameson (2012), ou tantos outros autores, insistentemente problematizam.

A RUA DO SOUTO COMO ENUNCIADO PÓS-MODERNO

Tendo por referência, no contraponto do paradigma da modernidade que subjaz ao texto de Parker, a teoria da pós-modernidade defendida nomeadamente por Fredric Jameson (2012), podemos por fim interrogar a rua observada em termos de continuidades ou descontinuidades temporais. A Rua do Souto apresenta-se como um enunciado incoerente (verifica-se a desarticulação dos significantes entre si – desarticulação quanto ao aspecto visual/material das vitrines no seu todo), uma vez que aí se sugerem diferentes temporalidades. Vejamos seguidamente de que modo.

EVOCÇÃO DA PRÉ-MODERNIDADE

Em alguns casos, assiste-se à resistência do valor de uso e indiferença ao valor simbólico⁷. Pontualmente, as vitrines são muito pouco elaboradas em termos decorativos e parecem cumprir uma estrita funcionalidade, apenas identificando os produtos/serviços à venda.

EXOTISMO

Noutros casos, evoca-se um tempo histórico recuado, um distanciamento imaginário ou mesmo uma certa intemporalidade. Esta evocção faz-se por meio de um dado *exotismo*, antes de mais associado à natureza de determinados produtos e o qual se expressa nas vitrines das lojas de antiguidades, lojas de artigos religiosos, estabelecimentos antigos⁸.

Uma espécie de “nostalgia” impregna parcialmente a atmosfera que as vitrines da rua entretecem, um certo desejo de passado, mas um passado que inevitavelmente se encena no presente histórico enquanto simulacro e que deste modo «só se deixa recuperar em termos estéticos» (Jameson).

MODERNIDADE (HISTORICIDADE)

Observa-se por outro lado, uma certa sofisticação ao nível do *visual merchandising* (ao nível da produção de valor simbólico). Verifica-se o uso dos diferentes simulacros (luxo, abundância e exotismo), a que se refere Parker, na forma como se apresentam os produtos nas vitrines, o que corrobora o carácter utópico, próprio da modernidade, associado à esfera de consumo: a ideia de luxo, de abundância e mesmo de exotismo como valores culturais utópicos que de algum modo se perseguem.

Observa-se ainda, e em particular por meio do valor da *abundância* (amplamente evocado), a sugestão de uma certa “historicidade ilusória”: um convite à possibilidade de experimentar a história de um modo ativo. Através do *visual merchandising*,

7 É disto exemplo exemplo a latoaria, vestígio do artesanato urbano.

8 Tal é o caso da Casa das Bananas.

sugere-se a liberdade de escolha, a profusão de produtos e a acessibilidade, a partilha de valores, identidade e cultura comuns.

RUINA OU TEMPORALIDADE SUSPensa

No seu todo, a rua do Souto é pontuada por lojas fechadas, edifícios que se vendem ou espaços que se alugam, fachadas grafitadas, edifícios ou fachadas em mau estado, vitrines despidas ou pouco elaboradas, o que lhe confere um aspeto parcialmente degradado, um certo carácter de escombros, um certo ar arruinado.

Como descreve Bello Marcano (2013: 7), “A ruína fornece-nos um modelo espacial, aquele da alegoria de um corpo destruído ou desaparecido”. No caso, a ruína de que aqui se fala corresponde a um abandono temporário, a um vazio transitório. Trata-se de lojas e de vitrines que de um momento para o outro se esvaziam e aguardam nova gerência, uma mudança de ramo, um novo destino ou uso. Quando falamos de ruína falamos de um “modelo espacial”, mas também de um determinado registo temporal, de um acidente na continuidade do tempo histórico, de uma interrupção, de uma temporalidade suspensa. Embora este tipo de ruína em particular seja por natureza efémera, dado tratar-se sobretudo de uma “ruína instantânea” (Baillargeon, 2013: 26), isto é, causada por uma súbita “catástrofe” e não uma ruína do próprio tempo, resultante do desgaste da passagem do tempo histórico, não deixa de servir a condensação de diferentes tempos, um passado, um presente e até um futuro que se vislumbra, oferecendo-se assim a uma experiência estética. O retorno *do* e *ao* passado poderá traduzir-se numa emoção, na vivência de uma memória ou no sentimento de angústia suscitado pela percepção da irreversibilidade de um tempo que não volta: em lugar da antiga livraria Bertrand, encontra-se agora um café/bar, as vitrines são agora opacas e não permitem ver o interior e o edifício apresenta indícios de ruína, sugerindo possíveis futuras transformações, operadas sobre um corpo já de si frágil que expressa, significa, o próprio tempo.

NOTA FINAL

Em conjuntura de crise, é de relevar que agora, como nos tempos modernos do século XIX, os valores do luxo ou riqueza e da abundância ou do excesso, assim como os valores do exotismo (considerando sobretudo as dimensões religiosa e erótica), não deixaram de inspirar o *visual merchandising*, isto é, a forma como se apresentam e exibem os produtos, e em particular nas vitrines, acrescentando-lhes valor simbólico e contribuindo assim para a ressonância daquilo que ainda reconhecemos porventura como fazendo parte das nossas identidades culturais e sociais. Porém, se deste modo podemos admitir o carácter utópico que pauta a construção destas mesmas identidades, tornam-se evidentes os sinais de ruína que a paisagem urbana observada deixa entrever. De entre estes sinais, destacam-se a escassez de criatividade e de sofisticação na composição das vitrines, a apresentação descuidada, em alguns casos, dos produtos, a ausência de construção de uma narrativa cénica de enquadramento

à exposição dos mesmos e ainda o frequente desinvestimento ao nível do *visual merchandising* que anula a possibilidade de distinção das vitrines entre si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baillargeon, Taïka (2013) 'La ruine de l'en-attendant: un cas d'éphémère continu'. *Sociétés (Ruines)*. Nº 120 (5-12).
- Baudrillard, Jean (1991) *A Sociedade do Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bergson, Henri (1990) *Matéria e Memória – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Editora Martins e Fontes.
- Demetresco, Sylvia (1990) *Vitrina: teu nome é sedução*. São Paulo: Pancron.
- Demetresco, Sylvia (2004) *Vitrinas entre-vistas*. São Paulo: Senac.
- Demetresco, Sylvia (2010) *Vitrina – Construção de Encenações*. 4. ed. São Paulo: SENAC, 2010.
- Featherstone, Mike (2007) *Consumer Culture and Postmodernism*. London: Sage Publications.
- Jameson, Frederic (2012) *Postmodernism: or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. Verso Books.
- Law, Derry, Wong, Christina and Yip, Joanne (2012) 'How does visual merchandising affect consumer affective response?: An intimate apparel experience', *European Journal of Marketing*, 46: 1, (112 – 133).
- Marcano, Manuel Bello (2013) 'Le songe circulaire: pour comprendre les ruines'. *Sociétés (Ruines)*. Nº 120 (5-12).
- Morgan, Tony (2008) *Visual Merchandising: Windows and In-Store Displays for retail*. Laurence King Publishers.
- Parker, Ken W. (2003). 'Sign Consumption in the 19th Century Department Store: An Examination of Visual Merchandising in the Grand Emporiums (1846-1900)', *Journal of Sociology*, vol. 39, 4 (353-371).

VITRINES, RUA DO SOUTO, BRAGA (OUTUBRO 2013 - FOTOS DA AUTORA)























VITRINE E LETREIROS – NOTAS DE OBSERVAÇÃO (RUA DO SOUTO, BRAGA)

Estabelecimento	Nome comercial	Vitrine	Letreiro	Valor simbólico (<i>Luxo</i> , <i>Exotismo</i> , <i>Abundância</i>)	Obs.
Fechado		Graffiti			
Loja de roupa interior	Sem nome		Sem letreiro	<i>Abundância</i>	Com toldo; interior escuro
Joalheria	Avelino Oliveira & Filhos Lda.,	A vitrine encontra-se repleta de produtos, alinhados em três prateleiras; misturados com os produtos expõem-se alguns pequenos cartazes publicitários representando produtos e/ou modelos exibindo os produtos; a moldura da porta, à esquerda é aproveitada para exibir pequenos cartazes representando nomeadamente detalhes de algumas peças de joalheria;	Nome comercial inscrito no toldo, lettering clássico, cor dourada, contacto telefone	sugere-se <i>Luxo</i> (pela natureza do produto) e <i>Abundância</i>	Alguma iluminação interior
Sapataria	Sem nome	Na vitrine os sapatos encontram-se expostos em cima de um estrado coberto por uma tecido de cor salmão; os sapatos exibem preço, inscrito sobre um cartão bastante visível; a vitrine é aberta ao fundo, permitindo ver o interior da loja, onde se encontram expostos sapatos em abundância, dispostos em linha, ao longo da parede; o efeito geral sugere abundância e o tom é popular; não são destacados produtos em particular		<i>abundância</i>	Com toldo; cor verde, semelhante ao toldo da joalheria contígua à direita
Loja fechada		Vitrines revestidas com papel de cor roxa	Sem letreiro		

Joalheria	Aurelius Joias	Dupla vitrine cuidada e criteriosa; destaque para uma peça de joalheria tradicional (brinco de Viana) em formato ampliado à esquerda; exposição de um pequeno cartaz com relógios à direita	Letreiro de cor dourada; lettering contemporâneo	Luxo e o tradicional (exotismo)	Alguma iluminação nas vitrines, acentuada pela cor dourada das cortinas que fecham o fundo; edifício recuperado
Livraria, quiosque, papelaria	Livraria, quiosque, papelaria	Tripla vitrine com produtos expostos ao nível do chão e numa prateleira; Sobre a vitrine um pequeno cartaz A4 «Mega liquidação»; Exibição de etiquetas circulares de cor berrante com o valor do desconto «50%»; esta informação é repetida sob a forma de aves de papel dispostas ao longo da moldura do vidro da vitrine	Letreiro em vinil (?) colado nos vidros da tripla vitrine com três cores diferentes, uma para cada palavra; pouco legível	Alguma profusão/abundância, mas não excessiva	Interior pouco iluminado; Edifício recuperado
Loja fechada		Vidros revestidos a papel de jornal; em dois cartazes colados no vidro lê-se «Arrenda»			Edifício recuperado
Electrodomésticos	Santos da Cunha	Tripla vitrine onde são expostos em destaque (em cada vitrine) uma garrafa de gás, um painel solar e um fogão; num pequeno cartaz colado na parte inferior da vitrine pode ler-se «payshop aqui»	Letreiro em vinil colado no vidro; lettering contemporâneo e logo; pouco visível; no exterior o logo da galp salienta-se	Produtos selecionados em destaque; alguma sofisticação, luxo	Edifício semi-conservado
ACP	ACP	Na vitrine destaque-se um cartaz onde pode ler-se «Seguro automóvel é no ACP» e em alguns dizeres em vinil colados «mediação seguros», «documentação»; a contrastar com o vidro impera a cor vermelha	Letreiro exterior; lettering contemporâneo, combinando branco e vermelho	Funcionalidade	Edifício recuperado

Farmácia	Farmácia Rodrigues	Dupla vitrine (do lado da Rua do Souto); dois painéis ao fundo fecham a caixa da vitrine e sobre os mesmos pode ler-se «Farmácia Rodrigues»; num lettering em vinil colado no vidro pode ler-se «Destaque da semana» (sazonalidade); o chão da vitrine encontra-se decorado com pedras (seixos brancos) e pode ver-se uma planta (exotismo?); sobre uma prateleira exibem-se duas embalagens de um produto; na vitrine da direita exibe-se um cartaz da marca Vichy, destacando-se o lettering a vermelho onde se lê «- 20%)»	Ausência de letreiro exterior; o nome da farmácia e logo inscreve-se no interior da vitrine e é pouco visível; lettering contemporâneo. Na esquina, em cima sobre a varanda num painel de cor escura com lettering de cor branca pode ler-se «Farmácia Rodrigues» e ainda «Aberta Todos os Dias» (Caixa Alta)	Alguma sofisticação (luxo) e exotismo (o natural)	Edifício semi-conservado; sazonalidade
Café	Café Porta Nova		Dois estilos «café» (contemporâneo) e «Porta Nova» (clássico), branco e dourado sobre fundo preto		Edifício pouco conservado
Taças e outros objetos de latão	Sem nome	Embrulhos de papel pardo opacos empilhados; um jornal e um saco de plástico de cor sugerem uma composição accidental; a vitrine serve de amázeo; o interior escuro deixa ver um balcão guarnecido por dentro de taças-prémio, cálices e outros objetos	Sem letreiro	Funcional, abundância	O edifício encontra-se à venda (Remax)

Lavandaria	Lavandaria Confiança	Um vestido de noiva e uma peça de vestuário, além de um vaso com flores, decoram a vitrine; o interior é pouco iluminado	Letreiro exterior e inscrito sobre a porta, lettering (moderno) e logo (ícone, uma peça de vestuário)	Funcionalidade	Edifício bem conservado
Sapataria (loja fechada)	Sapataria Américo Oliveira	Vitrine revestida de papel pardo; no vidro da vitrine e na porta, um aviso: «para compra ou reparação de calçado, dirija-se à Casa do Zé das Solas, na Praça do Município 53/54»; e ainda «Devido ao falecimento do proprietário, este estabelecimento encontra-se encerrado. Para qualquer assunto ligue 91 8430001 Obrigado Os filhos»	Letreiro (moderno) inscrito sobre o toldo, lettering clássico; sobre o toldo ainda pode ler-se «consertos de calçado»		
Café (fechado)	Segafredo		Letreiro com logo da segafredo e no toldo		Ventoinha na parte superior da porta; edifício semi-conservado
Antiguidades	Antiguidades	Algumas peças de antiguidades em loiça e quadros pendurados na parede lateral; a porta encontra-se fechada; interior escuro	Lettering dourado, caixa alta, sobre toldo preto	Exotismo	Edifício bem conservado
Electro	Electro arco	Alguns produtos são exibidos (coluna-ventilador, um ecrã...); interior pouco iluminado; sobre a porta um aviso «aberto»	Lettering moderno em caixa alta na parte superior da porta	Vitrine pouco elaborada, funcionalidade	Edifício bem conservado
Vestuário (fechada)		Vitrine sem produtos mas com vestígios de decoração anterior (uma cadeira, um pequeno palanque de três degraus ...); interior escuro; avisos nos vidros das vitrines			Edifício bem conservado

Barbearia	Sem nome	Não há vitrine, apenas uma porta envidraçada; sobre uma parte fixa da porta, à esquerda, exibem-se cautelas; o interior pouco iluminado vislumbra-se o barbeiro a atender um cliente	Funcionalidade	Edifício conservado
Café (fechado)		Nos vidros vêem-se autocolantes com nomes de marcas e logos (ex. Sumol, Matutano...), além de avisos («entre» e logo alusivo à proibição de entrada de cães		Edifício conservado
Acessórios de moda (calçado e carteiras)	Sem nome	Sobre um estrado exibem-se, misturados, sapatos e carteiras; expõem-se carteiras na parede lateral; interior pouco iluminado, apesar de alguns candeeiros pendentes se encontrarem acesos	Abundância; tom popular, mas algo cuidado	Edifício conservado
Restaurante (fechado?)	Alta burguesia	interior pouco iluminado	Lettering clássico dourado sobre toldo preto	Edifício bem conservado
Compra Ouro	Compramos Ouro a Dinheiro	Vitrine revestida com uma película onde se lê «Compramos Ouro a dinheiro» e ainda «também compramos: jóias, relógios, pratas e outros valores»; vê-se representada a imagem de uma figura humana estilizada de cor dourada com um lingote na mão e o planeta terra com dois vectores que sugerem o movimento rotativo; combinação das cores verde, preto e dourado; interior escuro		Edifício conservado

Electro	Electro Arco	Diversos electrodomésticos encontram-se expostos ao nível do chão e também em prateleiras na parede lateral; interior pouco iluminado, mas com possibilidade de iluminação na vitrine a partir de dois holofotes colocados no teto da vitrine	Lettering moderno sobre a parte superior da porta	Abundância	Edifício bem conservado
Talho	Talho Cornélia	No interior vêem-se Papeis de cores garridas colados nos vidros do balcão (laranja e verde) informam sobre produtos e respectivos preços; não há vitrine, apenas uma porta de vidro, cujas extremidades laterais são ocupadas com pequenos cartazes fixados, tais como «Fumeiros de Lamego»; um cartaz na rua, em frente ao estabelecimento informa sobre uma promoção: «frango do campo...» e «costeletas...» com indicação do preço	Lettering moderno, caixa alta; Duplo letreiro, exterior e na parte superior da porta	Abundância	Edifício conservado
Calçado	Sem nome	Ao nível do chão e na parede lateral expõe-se calçado desportivo com o respetivo preço em destaque ; interior escuro; fixados na porta de vidro encontram-se diversos cartazes alusivos a eventos tais como «Fados» ou «Desenho Corpo Escrita»		Uma certa abundância	Edifício bem conservado

Acessórios de moda	A Loja das Malas	Ao nível do chão expõem-se malas de senhora em abundância e etiquetadas com preço; vitrine e interior pouco iluminados; ainda assim dois focos de luz no teto da vitrine iluminam um pequeno cartaz representando uma figura feminina com uma mala de mão	Lettering clássico na parte superior da porta	Abundância	Edifício conservado
Café	O Meu Café	Na vitrine encontra-se exposta uma mesa coberta com uma toalha branca sobre a qual se dispõem bens comestíveis, tais como fruta em cestos e uma garrafa de vinho Mateus Rosé; o efeito geral é o de uma composição cuidadosamente encenada, sugerindo-se algum requinte; na parede exterior num quadro de ardósia encontra-se listada a oferta e respetivos preços	Lettering moderno de cor vermelha sobre fundo claro (caixa alta) e logo Torrié (tons avermelhados) inscritos no toldo; logo Torrié também na cortina da vitrine e na fachada	Algum requinte (luxo) e exotismo (composição cuidada da vitrine e fruta «exótica»)	Edifício mal conservado
Estabelecimento fechado		Vitrine vazia	Na fachada, disposto na vertical o nome «Chick»		Edifício conservado
Costura	Atelier / Carla Silva	Na vitrine expõem-se manequins com peças de vestuário (é visível um vestido de noiva); o chão da vitrine encontra-se decorado com folhas secas (sazonalidade) e à porta da loja destaca-se um vaso com uma planta	«Atelier» (lettering moderno/caixa alta e «Carla Silva» (lettering clássico, disposto na vertical em vinil colado sobre o vidro da vitrine	Exotismo? / Sazonalidade (plantas)	Edifício bem conservado

Perfumeria	Beauty	Dupla vitrine, profusa, com exposição de produtos em abundância à esquerda, ao nível do chão e pequenos cartazes colados no vidro da vitrine, bem como etiquetas destacadas indicativas de preços; na vitrine da direita, um grande cartaz fecha o fundo da vitrine, exibindo uma modelo; alguns produtos, criteriosamente selecionados exibem-se em cima de pequenos estrados; coladas sobre o vidro destacam-se etiquetas de forma circular com informação sobre descontos	Nome (lettering contemporâneo) e logo nos limites superior e inferior das vitrines e na parte superior da porta	Apesar de uma vitrine um pouco mais cuidada à direita, domina um efeito geral de abundância e tom popular	Na porta da entrada encontram-se empilhadas algumas embalagens de produtos; edifício bem conservado
Perfumeria	Equivalenza	Sobre três suportes (tipo estantes IKEA) de cor branca encontram-se expostos alguns produtos; fixado na vitrine, um cartaz informa sobre uma promoção «70%», no exterior exhibe-se um vaso com uma planta «exótica»	Lettering contemporâneo (branco e azul sobre fundo preto) no toldo e inscrito na fachada, além do nome lê-se inscrito no toldo: «A marca branca de perfumes.»	Nem requintado, nem popular, funcionalidade? Marca branca	Edifício recuperado, encontra-se à venda (Remax)
Estabelecimento vazio					Edifício renovado à venda (Remax)
Vestuário	Sem nome?	Vestuário de alta costura exibido em manequins; interior pouco iluminado		Requinte, luxo	Edifício renovado
Artigos religiosos?					
Edifício fechado		Grades sobrepostas às vitrines; sobre as grades num cartaz afixado pode ler-se «arrenda» (Adimóvel)			Edifício renovado;

Gourmet	Sem nome	Dupla vitrine: sobre alguns suportes cúbicos de cor branca encontram-se expostos alguns produtos; afixados nos vidros dois cartazes alusivos (imagem do campo e os dizeres «taste»)	Requinte, luxo	Edifício semi-conservado
Café fechado	Café Snack & Bar Galeria	Sobre os vidros, alguns signos de difícil decifração, mas que sugerem arte visual urbana	Lettering moderno de cor preta sobre fundo branco (caixa alta) inscrito no toldo; na fachada, sobre a porta, ainda pode ler-se Bertrand Livreiros	Edifício semi-conservado; vitrine em mau estado; na contiguidade de um edifício em mau estado, à direita
Bazar	Bazar Costa Verde	Vitrines repletas de variados objetos (do tipo recuerdos, bijuteria, bibelots...) dispostos alinhadamente sobre prateleiras, de baixo até ao topo das vitrines	Abundância	Edifício em mau estado

Restaurante	Restaurante Pedralva	O interior das vitrines é pouco perceptível, percebe-se à esquerda uma caixa de gelados; interior do estabelecimento pouco iluminado	Lettering de cor vermelha, de tamanho garrafal, caixa alta, com contornos a branco e sobre fundo preto inscrito numa lona disposta na horizontal no 1º andar; pode ler-se Restaurante Pedralva, Bacalhau à Braga, especialidade da casa; logo, duas espigas de trigo de cor amarela; na lona a palavra «Gold», de cor amarela, destaca-se; sobre a fachada, no 1º andar, «Padarias Pedralva»; inscrito sobre o toldo, «Padarias»; «Restaurante», no exterior, na rua, a figura de um cozinheiro exhibe um cartaz (lista)		
Artigos religiosos	Arte Sacra de Fânzeres	Vitrines repletas de artigos e figuras religiosas, de diferentes tamanhos e algumas delas elevadas sobre suportes; exposição de artigos no 1º andar (recurso a portas da varanda abertas)	Lettering clássico ? de cor clara sobre fundo verde escuro do toldo; nome repetido na parte inferior da fachada	Popular, abundância	Edifício conservado

Café (fechado)	Boémio		Lettering contemporâneo e logo (figura feminina estilizada bebendo uma bebida alcoólica) sobre um cartaz na fachada, de fundo amarelo e lettering de cor preta com vermelho combinado no copo do logo		Fachada do café tipo pub inglês; edifício conservado
Gourmet	Delight	Sobre suportes e algumas prateleiras encontram-se expostos diversos produtos (efeito de alguma profusão); interior pouco iluminado	Lettering de cor Rosa, contemporâneo sugerindo a escrita manual	Abundância e algum requinte, luxo	Edifício conservado
Loja?					
Fachada greco-românica (estabelecimento fechado)		Vidros cobertos com papeis; fachada do estabelecimento em mau estado; no vidro, um aviso: «aluga-se T2)			Edifício conservado
Estabelecimento fechado		Vitrine com grades, entrevêem-se objetos (bibelots) no interior			Edifício conservado à venda, na fachada, no 1º andar pode ler-se «vende»
Tabacaria	Sem nome	Publicações expostas na vitrine de forma descuidada, revestindo a quase totalidade do vidro; em duas vitrines mais pequenas «jogos Santa Casa» e «servem-se refeições para fora»	«Conceição Cabeleireiros», lettering cor branca sobre fundo preto, lona no 1º andar	Funcionalidade	Edifício conservado
Estabelecimento fechados	Num dos casos, o nome sobre a fachada foi apagado	Vitrines com graffitti e cartazes colados			Aspeto decadente de ambas as fachadas comerciais; em ambos os edifícios, no 1º andar «vende» (Espigueiro); edifícios bem conservados

Estabelecimento fechados					
Estabelecimento fechado		Vitrine vazia com papel no vidro			Edifício conservado
Ourivesaria	Orion	Alinhados em prateleiras expõem-se objetos em prata e ouro; na fachada, em cima, numa lona, podem ver-se logos de diferentes marcas, a imagem de um relógio e a frase «compra e venda vintage....»	Lettering moderno (caixa alta)	Requinte, Luxo	Edifício semi-conservado
Decoração	Margarida Clara	Objetos de decoração são cuidadosamente expostos, ora ao nível do chão, ora sobre suportes; à porta dois vasos com plantas «exóticas», um de cada lado; sobre cada uma das vitrines, no exterior, um candeeiro; na porta uma tabuleta «fechado»	Lettering clássico em vinil fixado no vidro e nome repetido em duas das vitrines	Requinte, Luxo	Edifício renovado
Artigos religiosos	Casa Santo António, Artigos Religiosos, Livraria (e contacto telf)	Num estrado de três degraus encontram-se expostos alguns artigos; no chão do estabelecimento, junto à porta (fechada) vêem-se espalhadas publicações; no interior vêem-se ainda prateleiras ao longo da parede lateral, com artigos expostos	Lettering clássico num letreiro e nome afixado no vidro da porta (lettering moderno, caixa alta)	Exotismo (religião)	Edifício conservado, com porta grafitada ao lado, interior pouco iluminado
Joalheria	Confiança	Aspetto cuidado; são expostos os artigos ao nível do chão e sobre uma prateleira; em alguns casos os artigos são expostos dentro dos respetivos estojos abertos; iluminação no interior da vitrine e do estabelecimento	Lettering clássico	Requinte, luxo	Edifício conservado

Bens alimentares / bebidas	Casa das Bananas	Vitrine repleta de produtos empilhados no chão da vitrine e bebidas alinhadas na parede lateral; vêem-se embalagens de água empilhadas à porta; interior pouco iluminado	Lettering moderno (caixa alta), vinil fixado na parte superior da porta	Abundância, popular	Edifício conservado
Edifício fechado		Portas fechadas com graffiti e cartazes colados			Edifício em mau estado, «Vende»
Vestuário e acessórios	Janes (Homem)	Manequins (sem cabeça) exibem peças de vestuário; poucas peças criteriosamente selecionadas; algumas peças de mobiliário compõem a encenação e fecham a vitrine ao fundo; iluminação (focos de luz em cima) incidindo sobre o vestuário; dominam os tons quentes e as madeiras; interior com iluminação de tons quentes; atmosfera requintada; a fachada é ladeada por dois vasos no exterior com plantas exóticas		Luxo	Edifício bem conservado
Vestuário e acessórios	Janes (senhora)	Na porta de entrada e vitrine uma caixa emoldura os artigos exibidos; as peças de vestuário são expostas em manequins (sem cabeça); acessórios expostos no chão da caixa da vitrine ou sobre suportes; poucas peças criteriosamente selecionadas; atmosfera de sofisticação e requinte; à porta um vaso no exterior com uma planta exótica	Lettering clássico e contemporâneo, em vinil, fixado no vidro da porta, discreto	Luxo	Arquitetura nobre da fachada; edifício bem conservado

Artigos religiosos	J. Vieira da Fonseca Lda	Vitrine repleta de figuras religiosas de diferentes tamanhos com pano branco de fundo; artigos religiosos alinhados numa prateleira lateral da vitrine; interior do estabelecimento pouco iluminado	Lettering moderno (caixa alta) e logo religioso sobre a fachada		Atmosfera singela, popular, exotismo (religião); edifício conservado
Edifício ocupado com propaganda das autárquicas 2013 (cidadania em movimento)					Edifício conservado
Louças	Casa das Loças Faianças Cristais	Vitrines repletas de artigos, expostos ao nível do chão e sobre mesas de cor branca; vitrine com iluminação	Nome na lona e na fachada (lettering de cor dourada sobre fundo vermelho e de diferentes tipos)	Abundância	Edifício mal conservado
Joalharia	Pires Joalheiros	Alguns produtos selecionados são expostos em cima de suportes (caixas de madeira); vêm-se cartazes exibindo logos de marcas a fechar o fundo das vitrines; as vitrines encontram-se iluminadas	Lettering contemporâneo sobre o aro da porta	Requinte, Luxo	
Roupa interior	Yamamay	Vitrines e interior bastante iluminados; peças de vestuário exibidas em manequins (sem cabeça); vitrines abertas no fundo, permitindo ver o interior e uma grande profusão de produtos; numa das vitrines a imagem de uma modelo em pose deitada exibindo roupa interior, destaca-se e ocupa todo o espaço de exposição	Letreiro (placa exterior) e nome em vinil fixado nos vidros das vitrines; lettering contemporâneo em tons de vermelho e branco	Abundância e Exotismo (pose sensual da modelo no cartaz e natureza exótica (orientalismo))	Edifício bem conservado

Sapataria	Não se vê o nome (loja de esquina)	Alguns pares de sapatos são exibidos em cima de caixas altas e brancas; no fundo da vitrine exibem-se cartazes publicitários; alguma iluminação interior		Algum requinte (sobriedade), Luxo	Edifício semi-conservado
Vestuário	Pic Pic	Peças de vestuário são expostas ao nível do chão e em manequins; o fundo da vitrine é aberto, deixando ver o interior, forrado com prateleiras repletas de artigos	Lettering contemporâneo sobre o aro da porta	Alguma profusão, abundância e algum requinte, luxo	Edifício conservado
Vestuário criança	Chic Malha	Dupla vitrine: Ao nível do chão e nas paredes laterais das vitrines são expostos artigos em abundância; o fundo aberto das vitrines permite ver o interior, o que acentua o efeito de abundância (artigos expostos no interior do estabelecimento)	Lettering clássico sobre o aro da porta; tons claros sobre fundo cinza escuro	Abundância	Edifício conservado
Meias	Pé de Meia	Artigos expostos sobre suportes, nomeadamente de madeira (efeito de elevação dos produtos); o fundo aberto da vitrine permite ver o interior com prateleiras alinhadas a todo o comprimento de uma das paredes laterais, expondo artigos de várias cores meticolosamente alinhados; iluminação no interior	Lettering de cor preta em vinil fixado no vidro (pouco legível)	Abundância e requinte, luxo	Edifício conservado «arrenda» no 1º andar

Vestuário	Nice Things	Dupla vitrine: Duas manequins, uma em cada vitrine exibem peças de vestuário; as vitrines são emolduradas com madeira e têm iluminação	Lettering contemporâneo de cor branca sobre fundo negro; nome repetido na fachada, no limite superior de cada uma das vitrines; e numa placa exterior	Requinte, luxo	Edifício renovado
Vestuário masculino (fechado)	Pull & Bear	Dupla vitrine; vidros cobertos com vinil de fundo preto e lettering de cor branca, onde se lê «Pull & Bear / Mudámos»	Lettering contemporâneo; nome na fachada e nome inscrito nos vidros das vitrines		Edifício renovado
Vestuário (em mudança)	Dom Coletto	Vitrines vazias; inscrito nos vidros pode ler-se repetidamente (em cada uma das vitrines): «Dom coletto, liquidação total 70% Mudança de Instalações»	Lettering contemporâneo branco sobre fundo preto, na fachada ; nome repetido nas vitrines		Edifício renovado
Meias	Calzedonia	Os artigos são expostos em prateleiras e suportes de madeira; profusão de produtos; o fundo aberto deixa ver o interior, onde se alinham produtos meticulosamente nas paredes laterais; vitrine e interior iluminados ; aspeto cuidado	Nome repetido nos vidros da vitrine e no vidro no topo da porta; lettering de cor vermelha e contemporâneo	Abundância e algum requinte, luxo	Edifício renovado
Vestuário e Artigos desportivos	Ericeira Surf and Skate	Manequins (com cabeça) exibem vestuário desportivo; no fundo da vitrine, um cartaz publicitário; focos de luz no topo da vitrine	Nome e logo contemporâneos na fachada, branco e azul claro sobre fundo azul escuro	Funcionalidade	Edifício renovado

Sapataria	Marmi store com	Calçado e acessórios (carteiras) são expostos num estrado branco em degraus; decoração sofisticada sob a forma de fios pendentes do topo da vitrine; fundo aberto permite ver interior com prateleiras brancas dos lados onde se expõem sapatos meticulosamente alinhados; vitrine com focos exteriores de luz; vitrine e interior bastante iluminados	Lettering contemporâneo branco sobre fundo preto; logo (cisne branco); nome na fachada	Abundância e alguma sofisticação, luxo	Edifício renovado
Fotografia	Foto Beleza	Vitrine lateral de corredor com pass partouts e molduras exibindo fotografias; duas bandeiras da Fujifilm no exterior, uma de cada lado da porta; vaso com planta exótica à porta	Lettering caixa alta, branco e verde, inscrição sobre vidro, no topo da entrada	Singeleza, Funcionalidade	Edifício renovado
Vidros	Depósito da Marinha Grande	Vitrines repletas de abundantes artigos dispostos em prateleiras; alguma iluminação interior	Lettering moderno/ contemporâneo (caixa alta)	Abundância	Edifício renovado
Câmbios	Nova Câmbios	Em vinil no vidro o nome Nova Câmbios e informação sobre os serviços prestados, no interior um cartaz com informação sobre câmbios	No letreiro: branco e amarelo sobre azul de fundo: Câmbios, Exchange, transferências, Money transfer; nome Nova Câmbios e logo	Funcionalidade	Edifício renovado
Artigos religiosos	Casa dos Terços	Vitrine completamente repleta de artigos, alguns deles expostos em prateleiras; na porta alguns escaparates circulares móveis	Nome em lettering clássico, letreiro lateral	Abundância	Edifício conservado
Estabelecimento encerrado		Vitrines cobertas com papel pardo, onde se lê num aviso «Arrenda-se...»			Edifício renovado

Calçado	Sara Russel	Vitrines repletas de calçado disposto em prateleiras; efeito de completa profusão, acentuado pelo facto de o fundo ser aberto permitindo ver o interior, com mais artigos expostos; existência de focos de luz no topo da vitrine; interior iluminado	«Fashion Leather shoes» e logo, a cor laranja sobre fundo claro predomina; diferentes tipos de lettering	Abundância e tom popular (cores...)	
Sapataria	RCC Lux	Vitrines laterais que se prolongam sobre o interior da loja com calçado alinhado em prateleiras brancas; efeito de abundância; iluminação interior	Lettering caixa alta barnco sobre fundo vermelho, na fachada (letreiro)	Abundância	
Vestuário	Rosi	Peças seleccionadas em cabide e manequim; alguma iluminação interior	Lettering contemporâneo e logo em placa metálica discreta na fachada	Requinte, luxo (sobriedade e discrição)	Edifício renovado de linhas contemporâneas
Vestuário	Sym	Duas manequins (sem cabeça) exibem peças de vestuário; no chão da vitrine encontram-se expostos acessórios (malas e sapatos); a vitrine é decorada com um conjunto de Dálmatas (símbolo de requinte); o fundo aberto da vitrine permite ver o interior criando um certo efeito de abundância pela visão dos produtos expostos; iluminação interior (focos de luz pendentes do teto)	Lettering contemporâneo na fachada (letreiro), branco sobre cinza escuro	Algum requinte, luxo	Edifício renovado
Óptica	Óptica Casa Branquinho	Vitrine recuada, pouco visível	Lettering caixa alta na fachada	Funcionalidade?	

Vestuário (estabelecimento fechado)	Rosi	Vitrine revestida de branco	Placa metálica discreta na fachada com logo e nome inscrito no vidro da vitrine		
Vestuário	Ana Sousa	Dupla vitrine: manequins exibem peças de vestuário e acessórios; vitrine decorada com um candelabro (requinte?) (projeção de sombra sobre o pano de fundo); fundo da vitrine fechado com um pano branco; vitrines iluminadas (focos de luz pendentes); ilumi- nação no interior do estabelecimento		Algum Requite e sophisticacão, Luxo	Fachada de aspeto neo clássico
Café/restaurante	A Toca	Cartazes e equipa- mentos de diversão na rua, tom popular e colorido; na vitrine percebe-se uma arca congeladora de gelados Olá	Nome pouco perceptível num cartaz afixado no vidro a par de tantos outros cartazes	Abundância , popular	Edifício conservado
Calçado	Amorim	Calçado exposto em prateleiras; efeito de abundância; iluminação numa das vitrines; vitrines sem fundo (vêem- -se expostos os produtos no interior da loja)	Letreiro com lettering branco sobre fundo laranja	Abundância e popular (cores)	
Cautelaria	Camião	Vitrine repleta de cautelas penduradas e alguns cartazes afixados; interior pouco iluminado	Letreiro de fundo branco e lettering laranja com logo (laranja e cinza claro)	Abundância , popular	Na rua, cartaz «pay shop»
Vestuário	Rosi	Peças seleciona- das exibidas em manequins (sem cabeça); calçado exposto no chão da vitrine; vitrines iluminadas; focos de luz pendentes	Nome e logo em placa metá- lica discreta na fachada	Requite, Luxo	Edifício no 1º andar mal conservado

Óptica	Mais Optica	Alguns pares de óculos expostos sobre um suporte; um cartaz informando sobre descontos (40%); vitrines sem fundo permitindo ver o interior do estabelecimento com paredes laterais repletas de óculos alinhados a todo o comprimento da loja; efeito de abundância; interior bastante iluminado	Logo e nome lettering moderno laranja sobre fundo branco, letreiro e placa lateral	Abundância, popular	Edifício renovado
Acessórios: Chapéus, calçado e guarda-chuvas	Machado	Dupla vitrine: Ao nível do chão e sobre prateleiras são expostos os artigos preenchendo completamente o espaço disponível das vitrines, incluindo a parede lateral; etiquetas com os preços nos artigos; de um lado calçado, do outro chapéus e guarda-chuvas; interior pouco iluminado; no vidro um aviso «pares únicos»	Lettering de cor laranja, caixa alta, tamanho garrafal em letreiro de fundo branco	Abundância	Edifício conservado
Perfumaria	Mass Perfumarias / Cosmética	Um cartaz publicitário e abundantes produtos expostos em prateleiras; vitrines sem fundo; vê-se o interior com produtos expostos (efeito de abundância); interior e vitrines muito iluminados	Nome repetido numa placa vertical lateral e na fachada, lettering contemporâneo	Abundância (nome mass perfumarias)	Edifício conservado
Loja Chinesa	Sem nome	Vitrine repleta de produtos alinhados e expostos em prateleiras; produtos pendurados à porta		Abundância	

Sapataria	Sazze	Artigos expostos ao nível do chão e em prateleiras; efeito de abundância; nomes de marcas em vinil afixados no vidro; vitrine sem fundo (produtos expostos no interior)	Lettering contemporâneo branco e vermelho, letreiro	Abundância	
Banco	Banco Espírito Santo	Cartaz e logo em vinil, ampliado, no vidro	Lettering e logo de cor branca sobre fundo verde; letreiro	Abundância? Popular (cores) Ilusão de acessibilidade?	
Joalharia	Santos	Vitrine repleta de artigos expostos em prateleiras; alguma iluminação	Lettering caixa alta, letreiro	Abundância	Edifício semi-conservado
Estabelecimento fechado (antiga Acessorize)		Vitrines revestidas de papel branco			Fachada do estabelecimento em estilo barroco; edifício no 1º andar semi-conservado
Perfumaria	Flormar	Cartazes («pague 3 leve quatro») em formato de mupis nas vitrines; fundo aberto sobre o interior (abundantes e coloridos produtos expostos); tom alegre e colorido (predomina o rosa, contrastando com o preto)	Lettering e logo contemporâneos, letreiro, branco sobre fundo preto	Abundância e popular (cores)	Edifício conservado

OBS: Notas retiradas em Outubro de 2013

Nº de estabelecimentos – 99

Nº cafés/restaurantes - 10 (5 abertos + 5 fechados)

Nº lojas – 89

Nº lojas fechadas – 19

Nº lojas abertas – 70

Nº lojas de vestuário e roupa interior - 15

Nº sapatarias – 9

Nº lojas artigos religiosos – 5

Nº joalharias – 6

Nº perfumarias – 4

Nº outras lojas - 31 (tabacaria, farmácia, lavandaria, acessórios, banco, óptica, electrodomésticos, loja chinesa, cautelaria, câmbios, vidros e loiças, decoração, fotografia, bens alimentares, bebidas, gourmet, bazar, talho, barbearia)

LUXO - 22

EXOTISMO - 8

ABUNDÂNCIA - 37

FUNCIONALIDADE - 10

Na Emergência das Crises: Rupturas a partir do processo de interação escolar de crianças brasileiras imigrantes em Londres¹

DENISE H. S. MOREIRA² & ELÂNIA F. S. MULLAHY³

INTRODUÇÃO

As migrações humanas têm, entre suas várias motivações, as resultantes de limitações econômicas no sistema social de origem que produzem expectativas de superação no local de destino. No âmbito das migrações internacionais, seus atores tendem a colocar em segundo plano limitação de direitos e diferenças culturais. É a despeito dessas implicações que imigrantes internacionais organizam suas vidas em família. Entre medidas adotadas no âmbito familiar, está, em certos casos, a escolarização dos filhos. Em sua experiência escolar, as crianças imigrantes são envoltas por uma nova dinâmica relacional na qual, em geral, a multiculturalidade compõe o cenário institucional. Carregam consigo características relevantes no processo de interação, resultantes da sua condição migratória. Entre suas características está a carga de dificuldades típica da condição de estrangeiro vivida, em maior ou menor grau, por elas e por seus pais. Nos estudos das migrações, a atenção está voltada, em geral, para os problemas decorrentes do processo das interações multiculturais no ambiente escolar. Pouco se sabe, entretanto, sobre as soluções encontradas por crianças nesse âmbito. O presente estudo visou compreender estratégias adotadas por crianças no contexto das crises que permeiam suas dinâmicas relacionais no contexto migratório.

INFÂNCIA E MIGRAÇÃO: PERSPECTIVAS EM ESTUDO

Estudos sobre crianças migrantes internacionais destacam fatores observados no contexto escolar que interferem no seu processo de interação social e fenômenos deles resultantes. Estão em destaque, como fatores de influência, o monolinguismo (Fritzen, 2008; Siller, 2011) e as mudanças físicas ambientais (Mota, Franco & Motta, 1999). Entre os fenômenos resultantes, são considerados os seguintes: a competência social e a identificação étnico-nacional (Pizzinato & Castella Sarriera, 2004);

¹ Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi).

² Denise H. S. Moreira, Universidade do Minho. E-mail: denisehosana@hotmail.com

³ Elânia F. S. Mullahy, Open University. E-mail: elania.mullahy@sky.com

os conflitos identitários e a aculturação (Mota, 2008; Munaro, 2012); e as relações geracionais (Souto, 2010).

Através de pesquisa etnográfica, Fritzen (2008) identificou conflitos linguísticos e identitários resultantes do bilinguismo nas relações de crianças imigrantes alemães com seus pares e professores em uma escola rural no sul do Brasil. A pesquisadora observou a ocorrência de relações assimétricas e de conflito entre a língua hegemônica e das línguas minoritárias, em geral, estigmatizadas.

Nos estudos etnográficos de Siller (2011), realizados em 2 escolas no sul do Brasil, a pesquisadora investigou a vida escolar de crianças imigrantes alemães, no modo como produzem, reproduzem e difundem as práticas sociais do seu grupo e de outros grupos étnicos e culturais. Ambas as escolas foram descritas como marcadas pela abordagem monocultural, monolíngue e voltada para assimilação do padrão nacional da língua portuguesa, religião católica e valores vinculados ao trabalho urbano-industrial. No contexto, a pesquisadora observou crianças com vergonha de se vincularem a sua origem e às crianças de outros grupos.

Um levantamento estatístico realizado por Mota, Franco e Motta (1999) revelou a vulnerabilidade de crianças a mudanças ambientais. Com base nos referenciais teóricos de estresse e suporte social, avaliaram a importância dos processos de adaptação sobre mudanças de vida e suas relações com a saúde. Adotaram o modelo de análise das relações entre fatores psicossociais e saúde utilizando a migração como evento capaz de alterar padrões de organização familiar e estados de saúde e doença da criança.

Pizzinato e Castella Sarriera (2004) investigaram diferenças entre crianças imigrantes e seus pares não imigrantes no que diz respeito à competência social e à identificação étnico-nacional. Através de metodologia quantitativa, envolvendo alunos de escolas públicas e privadas de Porto Alegre, no Brasil, identificaram os imigrantes como mais isolados e menos agressivos e sociáveis, bem como uma importante tendência de hibridização identitária entre ambos os grupos, indicando processo adaptativo por parte dos imigrantes e manutenção das raízes étnico-migratórias por parte dos demais.

Em sua pesquisa com crianças e jovens brasileiros, imigrantes nos Estados Unidos, Mota (2008) abordou as representações que estas constroem sobre o Brasil em oposição à vida nos Estados Unidos. Foram considerados os conflitos e as acomodações de pertencimento presentes na definição da identidade nacional, o valor social da língua nos jogos de poder e os diálogos entre os desejos e motivações para a preferência entre os dois países. No contexto de sua investigação, a pesquisadora observou a ocorrência da assimilação cultural, mas considerou a possibilidade de evolução para um transnacionalismo que, segundo ela, vem se constituindo como uma perspectiva de afirmação de identidades não excludentes e convivência entre diferentes perfis identitários.

Com o objetivo de descrever o processo de adaptação de alunos imigrantes em Salamanca, na Espanha, provenientes da América Latina, Europa, África do Norte,

Central e do Oriente, para identificar variáveis úteis à intervenção educativa, Munaro (2012) analisou seus processos de aculturação e identidade étnica, bem como a atitude dos seus pares nativos em relação à imigração. Os resultados mostraram prevalência de integração e perspectivas positivas de apreciação subjetiva do país, apesar da discriminação sofrida. Mostraram também que as atitudes dos espanhóis em relação à imigração são favoráveis. Para a pesquisadora, são fatores relacionados com variáveis psicossociais importantes para a intervenção educacional, a empatia, o clima de sala de aula, a importância percebida do contato e a autoestima.

Souto (2010) trata da participação de crianças imigrantes como atores sociais em suas vidas cotidianas e do seu reagrupamento familiar em Barcelona. Apresenta uma reflexão acerca dos impactos das migrações sobre as relações afetivas geracionais das famílias distanciadas, mas considera que os projetos migratórios estão cada vez mais associados ao bem-estar e desenvolvimento da infância.

Os estudos citados aqui revelam abordagens da criança imigrante centradas em suas fragilidades. A criança não é, em geral, observada enquanto capaz de construir estratégias para problemas com os quais é confrontada. O ocultamento de forças colocadas em choque em seu processo de adaptação, ou não, tende por excluir a relevância de sua participação ativa nas crises deflagradoras de transformações sociais.

A ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

O propósito de compreender o processo adaptativo migratório adotado por crianças brasileiras frente aos impactos da migração internacional direcionou o estudo para Londres. A escolha por Londres decorreu do fato de que, segundo Sousa (2010: 55), “a Inglaterra agora desponta como o país europeu com maior crescimento no fluxo de imigrantes brasileiros”. A delimitação do espaço dentro do país resultou na escolha por Brent, região norte da cidade, onde, segundo Evans (2010) há maior concentração de imigrantes brasileiros.

A investigação envolveu 5 crianças brasileiras denominadas, aqui, de interlocutoras (I). As 2 primeiras, identificadas neste estudo como I1 e I2, ambas com 9 anos de idade, migraram para Londres aos 8 anos. A terceira interlocutora (I3), com 8 anos de idade, migrou aos 7 anos. Os dois últimos interlocutores, 2 meninos, com 8 e 11 anos de idade, identificados como I4 e I5, migraram para o país respectivamente com 6 e 5 anos de idade. Estudantes de diferentes escolas públicas na região de Brent, os interlocutores moram com seus pais nas proximidades de suas escolas. A escolha por diferentes escolas resultou da percepção de que o número de crianças brasileiras nas classes varia de 0 a 2 e que as escolas consideradas possuem, em geral, não mais que uma classe por série.

A recolha de dados envolveu três áreas frequentadas pelas crianças brasileiras deste estudo: a escola, suas residências e os ambientes públicos de convivência. Esta delimitação do campo está baseada na concepção de culturas específicas de infância.

James, Prout e Jenks (2004) consideram que as culturas de infância são produzidas nos tempos e espaços em que as crianças estão distantes do olhar adulto.

A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa participativa por meio do estudo de caso etnográfico. A opção pela metodologia participativa implicou na busca por interlocutores com maior proximidade entre suas residências, de modo a facilitar o agrupamento das crianças para recolha e tratamento dos dados. A escolha pela etnografia resultou no entendimento de que esta abordagem metodológica privilegia a imersão longitudinal no terreno da pesquisa (Graue & Walsh, 2003).

O processo de recolha de dados envolveu entrevistas informais e semiformais, desenhos, fotografias, filmagens, diários e seus resultados apresentados compreendem parte de um estudo iniciado no segundo semestre do ano de 2012. O tratamento da recolha, de caráter qualitativo, envolveu análise de conteúdo (Bardin, 1977), análise do discurso (Brandão, 1992) e interpretação multivocal (Clifford, 2005).

RESULTADOS: CRIANÇAS BRASILEIRAS E OUTRAS CULTURAS

As especificidades no sistema escolar da Inglaterra contribuem para justificar rupturas no curso migratório de crianças brasileiras, das quais são destacadas aqui:

- avaliação voltada não para a reprovação, mas para o progresso do aluno;
- escolas monolíngues com políticas de acolhimento;
- transporte público gratuito para estudantes até o nível secundário;
- escolas para meninos e escolas para meninas.

O caráter não reprobatório das avaliações contribui para que a criança não solicite ajuda dos pais na realização das tarefas em casa. Quando perguntado às crianças como superam dificuldades nas tarefas escolares propostas para casa, responderam:

Na escola, a professora sempre ajuda quando a gente não sabe (I1);

Quando eu tenho dificuldade, eu deixo em branco, mas eu não tenho muita dificuldade (I2);

Só teve uma vez que eu tive dificuldade, mas a professora me ajudou (I3);

O dever é sempre fácil e quando é difícil eu não faço (I4);

No começo eu tinha mais dificuldade e daí eu pedia ajuda da professora. Agora é mais fácil (I5);

Quando perguntado às crianças por que não pedem ajuda aos pais na realização de suas tarefas escolares, responderam:

Ela não sabe inglês e aí quando eu vou explicar ela diz que tá errado (I1);

Ela me ajuda as vezes, mas eu prefiro fazer sozinha (I2);

Eu não tenho muito dever pra fazer. Ai eu acabo cedo e quando ela chega, já terminei (I3);

Sempre quando minha mãe chega eu já tô dormindo e meu pai não tem muita paciência (I4);

Eu não preciso que ela me ajude, mas se eu precisar ela me ajuda às vezes. E quando ela não sabe ela pede pra eu perguntar na escola (I5);

A desincumbência dos pais, por preferência das crianças, no acompanhamento aos seus estudos é facilmente aceita, sobretudo quando estes não dominam a língua inglesa e ou realizam extensas jornadas de trabalho. Assim, dificuldades que poderiam ser partilhadas em casa são estrategicamente apresentadas como banais por parte das crianças, as quais garantem superá-las na escola. Suas respostas sugerem a adoção de estratégias que contribuam para evitar atritos familiares. Como a escola não pode dar conta de toda a problemática apresentada na aprendizagem dos alunos, sua passagem para as séries subsequentes se dá no limite das possibilidades de acompanhamento dos conteúdos escolares.

Segundo Spencer (2008: 4):

“Em Londres, por exemplo, as crianças em idade escolar falam hoje em dia mais de 200 línguas maternas diferentes”. Essa diversidade linguística faz com que o Governo da Inglaterra recomende às escolas que “adoptem uma política de acolhimento para os alunos recém-chegados cuja língua materna não é o inglês e que nomeiem um mentor encarregado de acolher todos os alunos novos” (Comissão Europeia, 2009: 16).

Apesar do elevado contingente de crianças estrangeiras na região de Brent, as escolas públicas consideradas neste estudo são monolíngues. O monolinguismo faz com que todos na escola se comuniquem em inglês. Diferentemente dos conflitos identificados por Fritzen (2008) em seu estudo sobre crianças alemães em escolas brasileiras, o monolinguismo resulta, para as crianças deste estudo, na sua completa imersão no novo idioma e contribui para acelerar e ampliar sua capacidade de transmissão e recepção de informações. Entretanto, em oposição aos benefícios produzidos na escola, quanto maior sua capacidade de comunicação, maior sua independência em relação aos pais e, conseqüentemente, maiores os problemas decorrentes desta condição. Entre as inúmeras estratégias que a criança pode utilizar com o melhor domínio do novo idioma, está a omissão de problemas aos pais, a exemplo do que se pode constatar em relatos como os que se seguem:

A professora disse pra minha mãe que eu não ia participar porque eu desobedeci. Eu só não contei pra minha mãe pra ela não brigar comigo. Depois ela deixou e eu nem precisei contar (I1);

Minha irmã ficava mentindo pra minha mãe não brigar com ela. Só que um dia minha mãe foi na escola com a amiga dela que traduzia e a amiga dela explicou pra minha mãe e minha mãe botou minha irmã de castigo (I2);

A minha mãe acha que minha colega me xingou, mas ela não xingou. Eu gosto de brincar com ela. Às vezes ela xinga mesmo, mas se eu disser pra minha mãe, ela não deixa mais eu brincar (I3);

Ainda bem que a mãe dele não entendeu nada do que a professora falou pra ela, porque se ela tivesse entendido ele ia levar um castigo daqueles (I4);

A colega da minha mãe não pode ir pra reunião pra explicar pra ela o que a escola disse. Ai eu não sei como é isso direito, mas eu acho que se eu não tiver boas notas pra ir pra uma universidade eu posso fazer mais um ano e melhorar a nota (I5).

Diferentemente do que ocorre com as crianças imigrantes inseridas no ambiente escolar monolíngue, o acesso dos seus pais à língua inglesa ocorre, em geral, no ambiente de trabalho. Soma-se a isto a tendência à restrição do seu convívio social a comunidades brasileiras, além da pouca disponibilidade e disposição para os estudos, em decorrência, geralmente, das suas extensas jornadas de trabalho. Os trabalhos dos pais das crianças interlocutoras neste estudo concentram-se nas áreas de limpeza, transporte e construção civil. Esta informação coincide com os resultados dos estudos da ONU (2005) ao descrever a ocupação da mão-de-obra dos setores tradicionalmente associados aos imigrantes, em sua maioria, pobres e com baixa escolaridade nos países industrializados. Cabe ressaltar que o presente estudo sugere maior relação da natureza do trabalho com limitações no aprendizado do idioma inglês do que com o nível de escolaridade dos pais considerados, visto que todos possuem o ensino médio completo, cuja etapa subsequente, no Brasil, corresponde ao ensino superior.

A maior rapidez das crianças no aprendizado da língua inglesa em relação aos seus pais gera vantagens não apenas para elas. Os pais se beneficiam com a utilização das crianças como suas intérpretes. Na função de intérpretes, as crianças interlocutoras neste estudo costumam acompanhar os pais em diversas situações como em compras, consultas médicas, tarefas escolares e outras atividades.

A convocação da criança para traduzir conversas sobre assuntos diversos, muitos dos quais revestidos de vocabulários específicos, leva a criança a criar versões que, segundo elas, podem ser interpretadas como mentira por parte dos adultos, quando não o são de verdade. Esta afirmação também se apoia nas respostas dadas pelas crianças quando questionadas sobre como traduzem quando não entendem o que ouvem em inglês:

Eu pergunto de novo, mas se não dá pra entender eu digo o que eu acho que é. Só que ela acha que eu sei e não quero dizer (I1);

Eu digo que não sei, daí ela fica perguntando o que é que eu tô fazendo na escola (I2);

Ela fica nervosa mais que eu e aí ela pede ajuda ou leva a amiga pra explicar pra ela (I3);

Eu digo o que eu acho que pode ser, mas meu pai acha que é mentira minha. Fica dizendo que eu tô inventando, mas eu não tô inventando (I4);

Eu digo que não sei e daí minha mãe dana comigo, mas depois ela entende (I5).

O papel das crianças nas migrações internacionais tem, no aprendizado e no uso da língua do país de destino, expressão relevante. Através da criança, os pais adquirem mais segurança nas interações sociais. Entretanto, essa contribuição tende a expor a criança a situações, por vezes, inapropriadas.

Em relação ao deslocamento da criança no espaço urbano, em Londres, as que estão em idade escolar não pagam transporte. Esta gratuidade estende-se aos feriados e aos fins de semana. A gratuidade dos transportes contribui, não apenas para o acesso e a permanência na escola, mas, também, para o maior e melhor acesso à cultura local. Entretanto, pelo fato de a matrícula escolar se dar nas proximidades de suas residências, os relatos que se seguem expressam estratégias que lhes permitem maior mobilidade e liberdade para explorar o espaço urbano:

Se eu for pra casa de ônibus eu posso chegar mais tarde e ela acha que eu tô demorando por que eu to andando (I1);

Às vezes, eu pego três ônibus pra vir pra casa (I2);

Se a gente for de ônibus, da tempo passar no parque e a minha mãe nem vai saber (I3);

No dia da neve, que a escola soltou mais cedo, andei um bocado de ônibus. Depois, bem depois foi que eu falei pra minha mãe (I4);

Eu nunca faço, mas tem uns colegas que ficam rodando pela cidade antes de ir pra casa (I5).

Uma vez que consideram os índices de violência significativamente baixos em relação ao seu país de origem, os pais das crianças brasileiras acima de 7 anos de idade costumam permitir que seus filhos vão à escola e voltem para casa sozinhos. Dos nossos interlocutores, apenas I3 vai à escola e volta para casa acompanhada por uma tia.

Quanto às escolas por gênero, dos 5 interlocutores, três estudam nessas escolas: 1 menino e 2 meninas. Segundo eles, a separação não impede sua aproximação, conforme os relatos a seguir:

Sabe aquele lugar no parque perto do cemitério? Eles se encontram ali todo dia depois da aula (I1);

Eles foram pra escola de meninos. Daí a gente se vê, de vez em quando, no parque e na piscina (I2);

A gente pode entrar na escola depois da aula, mas como os meninos não podem entrar lá, aí eles vão se encontrar no parque (I5).

A separação de crianças por gênero está relacionada, além de outras possibilidades, ao caráter confessional das escolas públicas na Inglaterra, as quais, segundo Meirelles (2005), são vinculadas ao Estado igualmente confessional. Cabe ressaltar que nem todas as escolas confessionais são exclusivas para meninos ou meninas. Duas das crianças interlocutoras nesta pesquisa estudam em escolas mistas.

Diferentemente das observações feitas por Siller (2011) em seu estudo sobre crianças alemães em escolas brasileiras, os padrões hegemônicos das escolas britânicas consideradas, como o monolinguismo e a religião católica, não produzem impactos significativos sobre as crianças em suas relações de pares, mas sim em suas relações parentais, uma vez que respaldam valores morais extremos como a obediência inquestionável aos adultos. Em meio aos apelos à sua maior independência, decorrente do pouco tempo de convívio em família, do não acompanhamento nos estudos, da possibilidade de transitar gratuitamente pela cidade, do acesso a culturas onde as relações geracionais são mais flexíveis, entre outros, as crianças neste estudo tendem a apresentar indignação com a autoridade dos pais e maior identificação com seus pares, como expressam nos relatos a seguir:

Minhas colegas não apanham e por qualquer coisa ela me bate (I1);

A minha mãe não se incomoda que eu saia, nem a mãe das minhas colegas, mas eu não gosto que ela vá com a gente porque a mãe dela (...) fica ligando toda hora pra saber onde ela tá, o que ela tá fazendo... Nossa! Enche o saco. Se ela quisesse fazer coisa errada ela já tinha feito (I2);

Eu quero ir para uma universidade que eu more lá, mas minha mãe fica dizendo que vai comigo. Eu disse a ela: eu já moro praticamente sozinho. (...). Nem vejo quando ela chega de noite (I4);

Sabe esse tipo de tatuagem de adesivo? Eu botei uma pra abusar minha mãe e ela só faltou me engolir. Que besteira. Todo mundo usa, só eu que não posso usar (I3);

Eu não sei porque ela tem tanto pavor de brinco. Tem uns meninos lá que usam e eu não acho nada de mais. Mas eu não uso (I5).

Segundo Montandon, Dominicé e Lieberherr (2000), o desejo das crianças por igualar-se à maioria entre seus pares, que pode expressar dependência ou heteronomia, não se dá independente da vontade de distinguir-se. Os relatos expressos anteriormente não parecem resultar da troca da maior independência dos pais pela dependência ao comportamento dos colegas, mas de uma reflexão sobre a relação entre as lacunas existentes nos discursos dos pais e a realidade observada.

As especificidades da estrutura escolar britânica impulsionam mudanças nas relações entre crianças imigrantes brasileiras e seus pais. As estratégias que adotam para enfrentamento de problemas decorrentes da migração representam rupturas com a ordem familiar. O acesso a outras culturas nas classes multiculturais possibilita o estabelecimento de comparações entre o discurso dos seus pais e a realidade.

A concepção de certo e errado é posta em questão no cotidiano de uma vida cada vez mais individualizada. Neste sentido, o presente estudo se aproxima das observações feitas por Mota, Franco e Motta (1999) quando consideram a migração como evento capaz de alterar os padrões de organização familiar.

Apesar de envolverem contextos culturais diversos, entre este e os outros estudos considerados aqui não há apenas divergências. Pizzinato e Castella Sarriera (2004) identificam em sua investigação sobre crianças imigrantes em Porto Alegre, no Brasil, um processo adaptativo por parte dos imigrantes e uma manutenção das raízes étnico-migratórias por parte dos nativos. O mesmo se verifica nos estudos de Mota (2008) e Munaro (2012). Esta constatação não diverge do que ocorre com crianças brasileiras em escolas de Londres, as quais tendem mais à adaptação ao comportamento nativo do que à resistência. Ainda, os estudos de Souto (2010) reforçam a percepção neste estudo de que as migrações produzem mais impacto sobre relações familiares do que sobre as interações das crianças com seus pares no ambiente escolar.

DISCUSSÃO

Apesar de as discussões sobre a criança avançarem na sua identificação como atores sociais, estudos sociológicos não as incluem como participantes nas transformações decorrentes das crises que acometem as sociedades onde se inserem. Um olhar sobre a sua participação nos processos migratórios pode revelar a importância de sua presença no âmbito mais estratégico das relações humanas: o comunicacional. Observadas em suas habilidades mais que em suas fragilidades, as crianças revelam capacidades adaptativas que favorecem notadamente as migrações internacionais.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Na busca pelo entendimento do processo adaptativo migratório adotado por crianças brasileiras em Londres, os problemas entre pares foram ofuscados por estratégias voltadas ao impedimento de conflitos familiares. Entretanto, os estudos que tratam das migrações de crianças não fazem referência a esses conflitos enquanto embates da criança contra a dominação adulta. Esse viés nos estudos sobre a criança pode estar relacionado ao modo passivo como são retratadas nas dinâmicas sociais.

LIMITAÇÕES NA ABRANGÊNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A INFÂNCIA

As abordagens acerca do sofrimento das crianças prevalecem sobre suas estratégias na superação de problemas. A ênfase às suas fragilidades nos estudos das migrações reforça o tratamento secundário às suas várias demandas. Prevalecem, como problemas, o monolinguismo escolar e os conflitos de identidade étnica em detrimento de um todo complexo onde se inclui a família em descompasso com suas capacidades adaptativas.

No contexto migratório internacional, no âmbito dos casos considerados neste estudo, quanto menos os filhos passam a depender dos pais, mais os pais tendem a depender dos filhos. Entretanto, a troca de papéis não resulta em reconhecimento da importância da criança. Um deflagrador da inversão de papéis é o poder de comunicação adquirido mais facilmente pelas crianças em relação aos seus pais. Por meio desse poder as crianças desenvolvem estratégias para minar a estrutura da dominação.

LIMITAÇÕES A ABORDAGENS SOBRE CRIANÇAS EM ESTUDOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Há insuficiência de referências a papéis desempenhados por criança em movimentos sociais. Essa desimportância pode dificultar a evolução de estudos das suas competências para o exercício do seu direito de voz nas decisões a seu respeito.

CONCLUSÃO E FUTUROS ESTUDOS

O presente estudo sugere o necessário aprofundamento de investigações acerca dos impactos das estratégias adotadas por crianças sobre as transformações sociais. Cabe investigar relações entre suas ações e mudanças ocorridas nos contextos onde estão inseridas. É preciso resgatar o sentido da existência da criança na vida dos adultos e inserir a reflexão sobre sua emergência no contexto das crises e rupturas ao longo da história.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Brandão, H. H. N. (1992) *Introdução à análise do discurso*, Campinas: Unicamp.
- Clifford, J. (2005) "Sobre a autoridade etnográfica", in Ribeiro Sanches, M. (2005) *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e história na Pós-Colonialidade*, Lisboa: Cotovia.
- Comissão Europeia (2009) *Integração escolar de crianças imigrantes na Europa: medidas para promover: a comunicação com as famílias imigrantes; o ensino da língua de origem das crianças imigrantes*, EACEA P9/EFTA, Europa: Rede Eurydice.
- Fritzen, M. (2008), Línguas em conflito em uma escola rural localizada em zona de imigração no sul do Brasil, *Trab. Ling. Aplic.*, 47 (2): 341-356.
- Graue, M. E. & Walsh, D.J. (2003) *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- James, A., Jenks, C. & Prout A. (2004) *Theorizing childhood*, New York: Teachers College Press.
- Montadon, C., Dominice, L. & Liberherr, R. (2000) "Le point de vue des enfants sur la construction des liens sociaux: l'exemple de la violence entre élèves", *Revue Suisse de Sociologie*, 26 (2): 319- 344.
- Mota, K. (2008) "O tripé identidade, língua e nação nas falas de jovens brasileiros imigrantes nos Estados Unidos", *Trab. Ling. Aplic.*, 47 (2): 309-322.

- ONU (2005) *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção, Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais patrocinada pelas Nações Unidas*, Lisboa: Edições Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em <http://www.gcim.org/attachements/gcim-complete-report-2005.pdf>, consultado em 03/05/2012.
- Papademetriou, D. G. (2008) “Gerir melhor as migrações internacionais: princípios e perspectivas para maximizar os benefícios das migrações” in Papademetriou, D.G. (coord) (2008) *A Europa e os seus imigrantes no século XXI*, Lisboa: Migration Policy Institute e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. I-LXVIII.
- Pizzinato, A. & Castella Sarriera, J. (2004) “Identidade étnico-nacional e competência social em escolas de Porto Alegre”, *Aletheia*, 19: 07-20.
- Siller, R. (2011) *Infância, Educação Infantil*, Tese de Doutorado em Educação, Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Sousa, A. (2010) “O papel da família e de organizações civis no ensino de português para crianças (anglo) brasileiras, in Brasileiros em Londres”, *Travessia, Revista do Migrante*, 66: 55-64.
- Souto, I. P. (2010) “Peruvian Girls and Boys as Actors of Family Migration in Barcelona: Generational Relations and Expectations”, *Migraciones Internacionales*, 5 (4): 69-99.
- Spencer, S. (2008) “O desafio da integração na Europa”, in Papademetriou, D.G. (coord) (2008) *A Europa e os seus imigrantes no século XXI*, Lisboa, Migration Policy Institute e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 1-34.

É possível sair do presente? Uma teoria prospetiva

EDUARDO DUQUE¹

INTRODUÇÃO

Nas sociedades antigas, o tempo era percecionado de forma cíclica, mítica, sem duração, em que se arranca o homem, tal como descreve Mircea Eliade (1969), em *Le mythe de l'éternel retour*, do seu tempo individual cronológico, histórico, projetando-o, pelo menos simbolicamente, em um grande tempo que não se pode mensurar porque não é constituído por uma duração. Nas sociedades modernas, o conceito de tempo passou a assumir outras conotações, ao a ser entendido como sucessão e continuidade, desenhado de forma mais objetiva e científica, veiculado sempre à liberdade da pessoa. Nas sociedades contemporâneas, marcadas por uma crescente complexidade, o tempo tornou-se um problema a, em parte, devido à instabilidade do futuro, que não permite qualquer tipo de previsão dos processos sociais e organizativos o que conduz, não só a um grande desconhecimento do próprio futuro, como a uma instabilidade do próprio presente.

Estas conceções do tempo, que mais não são do que representações sociais, respondem pelas três grandes formas de pensamento: meta-histórico, histórico e para-histórico. No estádio meta-histórico ou ante-histórico criava-se uma rutura no tempo deslocando a criatura para o tempo mítico, de raiz sagrada, longe da profanidade do tempo e aí o homem encontrava-se a ele mesmo. No segundo estádio, encontramos o homem mergulhado na vida, centrado nele mesmo, arrebatando a si, sem o ritual da regeneração do tempo, o sofrimento da própria história. No último estádio, o para-histórico, ainda muito novo, e como tal com formas ainda desconhecidas, encontramos o presente saturado de tudo, mas simultaneamente muito esgotado, por não conseguir trazer até aos limites do presente a herança do passado. E o passado dá a cada indivíduo uma história “que se estende muita além de seu passado pessoal e permite que alguma coisa das pessoas de outrora continue a viver no presente” (Elias, 1994: 182). Um tempo presente assim, “sem profundidade temporal” (Duque, 2012: 118), sem história nem passado, sem impulso ôntico, evadido do processo temporal é trágico, sem capacidade de fazer ponte entre passado e presente, é inelutavelmente sofrimento, é tempo castrado, incapacitado de porvir.

¹ Universidade Católica e CECS – Universidade do Minho. E-mail: ejduque@gmail.com

Todavia, o homem, o de todos os tempos, traz em si e dentro si, inscrito no seu mais íntimo, tanto o tempo mítico, que lhe outorga símbolos e arquétipos, como o tempo histórico, constituído por pedaços de vida. Balzac (1951) afirmava em *A Solteirona*: as épocas tingem os homens que passam por elas. Imprimem neles a sua marca característica e os moldam. O problema e a complexidade impõem-se no tempo para-histórico, já que deixou de ser tempo-sucessão. Trata-se de algo profundamente diferente, demasiado opaco e a necessitar de novas teorias e categorias interpretativas, capazes de perceber o que no tempo permanece oculto.

Com efeito, o tempo - constituído dessa matéria que permite expressões, histórias e vidas - é o que confere “capacidade de inter-relacionar o passado e o futuro no presente” (Luhmann, 1976: 137), logo, ao escrever sobre o tempo, seus conceitos e formas, estamos a transpor as suas qualidades para o nível do real, revelando a sua natureza, suas capacidades e o tecido de que ele é formado.

O TEMPO ENQUANTO EXPRESSÃO RELATIVA

Está o tempo no tempo? Diz-se que algo é real quando está no tempo. A interrogação vem de longe, desde os primeiros tempos da história da humanidade e ganhou novo alento a partir do século XX com a atenção das várias ciências, decompondo-o em teorias diversas, desde as mais triviais às transcendentais, da física à filosofia, do mais objetivo à ficção. Ficou, assim, aberto o caminho para as mais inesperadas interpretações do tempo, cuja aplicação no âmbito científico projetou vários roteiros.

Foram vários os autores que o tentaram definir, quer substantivamente, fixando-lhe pontos de referência, quer pelas suas presenças e manifestações. Santo Agostinho (1996: 322), nas *Confissões*, pergunta:

“Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei”.

Pascal (1963: 350), por sua vez, refere nos seus *Pensamentos*: “Com o tempo acontece que ninguém o sabe definir... Na realidade, para quem tentá-lo, se depois de tudo, quando se fala de tempo, todos os homens entendem o que se quer dizer? Quando se houve a expressão tempo, todos levam o pensamento a um mesmo objeto”.

Há quem recorra a referências mais subjetivas para o definir: a imagem do rio irreversível, estendida desde Heráclito até Manrique; o tempo circular que Schopenhauer (2005: 330) descreve assim: “O tempo é como um círculo que girará infinitamente; a curva que desce é o passado, o que ascende é o porvir; em cima há um ponto indivisível que toca a tangente e é o agora”; ou o tempo virgiliano (Geórgicas, III, 284-285) descrito como *fugit irreparabile tempus*.

Também Heidegger e Bergson marcam profundos roteiros nesta problemática. Heidegger (2005) quando distingue entre tempo e temporalidade e sugere o tempo como um fenómeno integrado - envolvendo um passado, um presente e um futuro - e a temporalidade como um fenómeno tríplice, segundo o qual nos é dada a experiência de que somos advindo, *somos sido* e *somos apresentando*, abrindo, assim, a Pandora do relativismo. Ainda com Heidegger aprendemos que há um tempo datável, distendido, público e mundano. Datável pela sua capacidade de ser fixado entre pontos; distendido, na medida em que permite expressões como “tomar tempo” e “perder tempo”; público e mundano, porque está à nossa disposição, aí para ser experienciado e vivido. De Bergson (1927: 76) percebemos o tempo quando explica que “não duramos sozinhos no tempo: as coisas exteriores, parece, duram como nós”, antecipando assim, também ele, um precetismo relativista.

Bem nos poderíamos fixar, neste artigo, nas definições de tempo, mas, dado não ser esse o nosso objetivo, queremos sublinhar, ao jeito de Heidegger e Bergson, o seu carácter relativo, como que se a verdade no tempo fosse sempre relativa.

Portanto, a tomada de posição é clara. Para se falar do tempo pressupõe-se estar nele. Presume-se, por isso, “boa-fé”. Vivemos nele, aqui e agora. Portanto, a nossa crença vai ser partilhada, remetemo-nos a um determinado contexto e simplesmente dizemos: é verdade! É verdade que ser ou não-ser é a questão se invocarmos o Hamlet de William Shakespear, mas deixará de ser verdade se nos situarmos em Parménides. A questão é simples, só o ser é, o não-ser, de facto, não é.

“O certo, é que se Faurisson gozar «de má fé», Vidal Naquet não conseguirá convencê-lo de que é verdadeira a frase: *Houve câmaras de gás*” (Lyotard, 1991: 32). A queda dos referentes fixos de verdade, que a contemporaneidade sublinha, mais do que remeter-nos para questões de sentido, ou de verdade, remete-nos para a plausibilidade dos diversos discursos, para a possibilidade, e pouco mais, das plataformas de *verdade*, que sustentam ou travam uma qualquer tentativa empreendedora da nossa parte.

Mas “o rapaz sorrirá na tela enquanto esta durar. O sangue lateja sob a pele deste rosto de mulher, e o vento agita um ramo, um grupo de homens prepara-se para partir. Num romance ou num filme, o jovem deixará de sorrir, mas recomeçará se nos reportamos a determinada página ou a determinado momento” (Deleuze & Guattari, 1992: 144). E será sempre verdade que o rapaz está a sorrir, que sobre esse rosto de mulher o sangue lateja, que o vento agita um ramo, e que um grupo de homens se apronta para a largada, se voltarmos a essa página desse romance, a essa tela enquanto durar, ou a esse momento do filme que julgamos inesquecível. E o tempo de ontem e de amanhã estão aí, no presente, e, por mais paradoxal que pareça, conjugam-se de verdade.

Consequente com este raciocínio, que sugere que a visão histórica do mundo está vinculada à sua percepção *temporae* (Grossin, 1974; Simmel, 1978; Heller, 1982; Weber, 1964; Adam, 1994), torna-se possível definir uma das formas mais curiosas do tempo que é a sua plasticidade, característica que permite criar tempos inexistentes,

deter o tempo, retrocedê-lo, produzir tempos paralelos ou, como refere Virgínia Woolf (1951: 98), “desacordar o tempo do relógio do tempo da alma”, proporcionando, assim, ucronias.

Para corroborar a ideia de tempo relativista, retomemos agora a página do romance de Wells (1895), na qual se apresenta a máquina do tempo, artifício mecânico que permite acelerar e desacelerar a história, voar em todas as direções, revelando que o velho Cronos pode não ser o único senhor do tempo.

Vejamos ainda outra história, bem possível nos tempos de hoje, em que duas pessoas marcam um encontro para determinado tempo. Não importa aqui o espaço, detenhamo-nos somente na questão de tempo, sendo que o espaço, como bem sabemos, é sempre referencial para que o encontro se realize. Caminhemos, então, com Eddington (1949): uma das pessoas viaja, para fora da terra, a extraordinária celeridade - visto que a inércia da matéria aumenta com a velocidade, acontece que para o que ficou na terra transcorreram, por exemplo, 70 anos; para o que esteve em viagem só decorreu um ano. Com efeito, o que viaja a grande velocidade vive mais lentamente do que aquele que permanece em repouso.

A grande questão que agora nos ocorre é saber se os tempos de hoje, mais acelerados e preenchidos, são de facto mais rápidos do que os de outrora; “pensemos que por trás da dinâmica de permanente aceleração possa haver uma ‘paradoxal estagnação’ da história na qual nada de realmente novo aparece” (Duque, 2012: 118). Ou seja, ao olhar para as relações sociais, para o sentido e disposição das sociedades, para os estilos de vida, o que vemos? Que tempo-acontecer aí encontramos? Outra vez a ronda da espiral relativista.

Foi a partir deste prisma, dos fenómenos sociais e políticos, que alguns autores da sociologia olharam e interpretaram as dinâmicas de tempo (Marx, 1988; Durkheim, 1985; Elias, 1997; Weber, 1964; Simmel, 1978; Adam, 1994; Araújo, 2006 e 2011; Franch, 2004). Atirados nesta mesma visão, vamos ser lançados na voragem, vamos vencer ou sucumbir!

O TEMPO DO NOSSO TEMPO!

E o tempo do nosso tempo? Exigirá alma, como diria, na sua *Física*, Aristóteles (IV, 14, 223 a)? Viveremos realmente uma época, originalmente rebelde, que abriu ruturas nos modelos sociais vigentes e que exige um rasgo de horizonte?

A época caracteriza, configura. “Os acontecimentos dão-se no tempo” (Duque, 2012: 122). Somos filhos da época. Ela infiltra-se no nosso pensamento e acaba por se manifestar em ações concretas. Portanto, cada época tem as suas teorias dominantes, de idealismo ou materialismo, de razão ou imaginação. Na atmosfera de uma época percebem-se irradiações positivas ou negativas, tons cinzentos ou coloridos, euforias ou depressões.

Cada época origina um novo traço, um novo enfoque. Converte-se em alguma coisa, serve um objetivo, procura ser convincente para perdurar. Repassando um olhar pela história quantas épocas se encontram provenientes de diferentes conceções

sociais, de modelos de desenvolvimento, de formas distintas de organização da vida! Por exemplo, no século XII, o espírito da época é sustentado pela organização do feudalismo e, no século XIII, reflete-se um clima de uma vida melhor do que em épocas anteriores; renasce o sentido da propriedade, antes depreciado pelo despotismo feudal. Já no século XIV, afirma-se uma procura de uma vida mais luxuosa, muito consentânea com o início do espírito burguês. Os séculos XV e XVI, revelam-se mais incapazes para aspirações transcendentais, são mais voltados à ciência, à afirmação do mundano e da busca da fama.

Poder-se-ia continuar a descrever a direção das sociedades ou as tendências de desenvolvimento até aos nossos dias, mas, tal não se justifica, dado que o que se pretende revelar é que cada época visa a materialização de um determinado tempo, um determinado enquistamento criativo, localizações precisas, delimitação entre fronteiras cronológicas.

E a época de hoje como a podemos descrever? Segundo Innerarity (2011: 19) “uma das consequências da tão frequente proclamada crise da ideia do progresso consiste em o futuro se tornar problemático e o presente se absolutizar”. Ora, as políticas estão voltadas para o presente, têm um olhar curto, atendem ao urgente e não prioritário. E sabemos bem que o prioritário tem um horizonte bem mais dilatado do que a miopia do urgente, em que tudo tem de ser resolvido no imediato, numa aceleração tamanha que tende a anular qualquer pensamento ou reflexão.

Vive-se de forma tão célere e agitada que o futuro pode esfumar-se nas tarefas do dia-a-dia. As novas tecnologias não são alheias a este fenómeno. Bem pelo contrário, contribuíram para o seu sucesso. A inovação ganhou velocidade; o balanço é muito e convoca, por vezes, uma certa náusea. Teria razão Sartre ao dizer que “a vida é uma paixão inútil”! O que hoje se inventou amanhã está em desuso e passa a ser passado. Passado pobre porque nem história fez. E o que a história faz é narrar a vida no tempo.

O tempo presente está repleto de sinais de descontinuidade, são sinais paradoxais; por lado, exprime-se a satisfação com a vida, a plenitude de felicidade, por outro, encontra-se a crise e a inexorável deterioração que ela acarreta, que levanta novas dúvidas sobre a matéria de que é construído o presente!

O presente é demasiado complexo, cruza processos, linguagens e estilos que eram até então inconciliáveis e tudo acontece numa vigorosa imprevisibilidade de movimentos, não permitindo antever qualquer futuro. “O futuro privatiza-se, pluraliza-se e fragmenta-se. Temos uma ideia privada da felicidade, que já não está associada a projetos coletivos nem é entendida como algo possibilitado por um contexto social” (Innerarity, 2011: 151). Nas sociedades industriais o presente era, neste sentido, mais linear; as mudanças seguiam rumos expectáveis, o que permitia um futuro mais igual ao presente.

Dado que o futuro se tornou menos previsível e mais opaco, tem-se imposto como dono e senhor absoluto da história, o que nos leva a dizer que só existe o presente e ele tudo coloniza. A história ficou como que baralhada e os países menos

visados entraram em crise, abriram muitas ruturas, causaram sofrimentos mas, na ordem dos valores, pouco se tem assimilado porque não se dispõe do tempo suficiente para aprender e interiorizar que o tempo do futuro tem que ganhar peso político no tempo presente.

Ora, a história continua, agora sem mitos que nos socorram, certos de que a tecnologia ocupa somente “um” lugar não “o” lugar, de que a ciência não é a derradeira resposta e que o presente não pode, de forma mundana e abusiva, absorver toda a história. Cai, talvez, a pretensão à universalidade. Todas as propostas de que dispomos para prosseguir caminho, não são mais do que isso mesmo, propostas, alternativas que implicam o consenso. Esquecê-lo, instituir “a” *verdade* deste ou daquele modelo, é esquecermo-nos do guarda-chuva, pior do que isso, é perder o guarda-chuva, algo que a época presente, agora em crise, não pode fazer, tentação à qual a sociologia não pode sucumbir.

Que posição cabe à sociologia neste duelo de *organização social* encetado pelo tempo presente? Rejeitada a questão “do sentido”, da pretensão à universalidade, que futuro se nos reserva? Não seremos capazes de ver que não há futuro? Poder-se-á proclamar “a verdade” do que é efêmero?

Pensamos que estas são algumas questões às quais é preciso uma resposta. Reclamamos um abandono dos discursos puramente tóricos das essências, mas não perspectivamos a caducidade precoce nem para a sociologia, nem para a filosofia como instrumentos de auxílio à tão sufocante busca de uma nova imagem (que não seja “a imagem”), de um novo rosto (que não seja “o rosto”), que o humano, mais do que nunca, reclama nos nossos dias.

Foi iniciado o processo de conquista de autonomia do futuro face à conceptualização da vida. Muita poeira irá ser levantada, é preciso que a sociologia abra uma brecha à tão desejada lufada de ar fresco. Começamos a adivinhar novos traços nos modelos de desenvolvimento (que já não é “o” desenvolvimento), a tinta vai correr como nunca, a sociologia não pode quedar adormecida à sombra de questões comezinhas. A história já não é homogênea e o tempo presente tem definitivamente de mudar de caminho.

UMA TEORIA PROSPETIVA

É preciso, pois, devolver à vida o que lhe foi retirado e colocado num além ideal, devolvendo o humano ao *real* e o futuro à história, processo que origina uma nova contenda: *hermenêutica* (enquanto via que procura um sentido para o homem) *versus desconstrução* (dos fenómenos socioeconómicos e políticos), que nos apresenta a alternativa do “*sim*” da afirmação do futuro, que toma a sociologia, enquanto prática e discurso lógico-racional, como algo que lê a realidade e propõe um novo modelo de vida.

Será a prospetiva um novo modelo? Acreditamos que sim, já que conjuga o presente e o futuro, o velho e o novo, sem que um asfixie o outro. Trata-se de, no presente, estar atento aos sinais, perceber que o futuro está aí, que o novo vai

entrando sempre que se olha de forma diferente, acrescentando novo valor ao que se vê, como movendo-se dentro de dimensões diferentes, para outra classe diferente de conhecimento. A prospetiva alcança intensidade e amplitude de onda diretamente proporcionais à experiência de novos conhecimentos. Portanto, não mata o passado, nem o presente, nem reduz o futuro. Bem pelo contrário, suscita a esperança porque o futuro deixa de ser radicalmente novo, passando a tornar-se mais expectável. Logo, é mais fácil orientar a vida. Cada um sabe com o que conta.

Segundo Innerarity (2011) são três os elementos que intervêm na prospetiva: identificação do novo, observação do presente e orientação para a ação. A *identificação do novo* implica, por um lado, uma *descontinuidade*, face a fatores que interrompem as sequências causais, dando origem a novos desafios sociais, técnicos ou ecológicos, e, por outro lado, uma *continuidade como inovação*. A *observação do presente* obriga-nos a andar de olhos bem abertos, atentos ao que se passa à nossa volta. A dificuldade de predição do futuro provém do pouco conhecimento do presente. A tarefa da prospetiva é aqui expandir espaços de possibilidade, a partir do hoje para o amanhã, passar do diagnóstico ao prognóstico. Finalmente, uma *orientação para a ação*. A missão do prognóstico é refletir e aconselhar escolhas adequadas, apelando ao facto da existência de efeitos colaterais. E os mais interessantes são os que desenvolvem atitudes antecipatórias. Em todos eles há um elemento de aposta não científica. No âmbito da economia e da política os prognósticos têm o sentido de controlar comportamentos mediante um apelo ao futuro. O futuro é um poder que não pode ser contrariado, pois todos temos necessidade de horizonte, de porvir. O futuro tem que ser pensado, no presente, a longo prazo.

Do exposto, fica a ideia de que o presente - com todas as suas potencialidades - tornou-se tirânico, expôs a ridículo o futuro, conquistou-lhe parte do seu tempo, avassalando-o, progresso que se voltou contra o próprio presente. Deixou-o em crise económica, social e, fundamentalmente, valorativa. O presente tem que ser mais amigo do futuro. Tem que avançar para o jogo de forma criativa, com táticas consistentes e com vontade de ganhar. Mas não se pode esquecer da variável que mais determina o seu ganho, que é a ética. Ganhar sem ética, é perder tudo. É voltar para trás, à crise que devolve o sofrimento.

E para sair da crise propomos que se procure um consenso, que pode partir de um novo olhar sobre as coisas, uma paragem nos pormenores, dar-lhes nova importância, acrescentar-lhes valor, sem ser ambicioso e querer roubar o futuro de cada coisa. Propõe-se, assim, uma prospetiva que suavize a angústia e que dê mais valor e permanência ao tempo.

Importa agora compreender como é que os indivíduos, na realidade, encaram a vida no tempo presente e como é que a projetam para o futuro. Para tal recorreu-se a um conjunto de variáveis do Inquérito European Social Survey (ESS) 2012, a partir das quais tentou compreender-se o modo como os europeus percecionam a sua vida, como se sentem no presente e como preparam a sua vida para o futuro.

Partindo da análise da forma como os europeus em geral se relacionam com a sua vida presente e como se posicionam em relação a esta, depreende-se que há uma postura positiva em relação à vida, pois, numa escala de 0 (extremamente insatisfeito) a 10 (extremamente satisfeito), os europeus apresentam uma média de 6,93, representando um bom nível de *satisfação com a vida*, por outro lado, a média de 7,21 traduz um grau muito expressivo de *felicidade* com os diversos aspetos da sua vida presente.

Esta vivência do presente é corroborada com a *perspetiva pessoal do futuro*, pois quando questionados sobre *em que medida sentem que têm um rumo para a sua vida*, os europeus são bastante assertivos na sua posição, apresentando, numa escala de 0 (significa nada) a 10 (significa totalmente), a média de 7,04 que demonstra confiança no futuro. A noção de que a sua vida pode ter um rumo é reforçada por 7 em cada 10 europeus que afirmam ser *sempre otimistas em relação ao seu futuro*.

Desta análise fica por saber se, em geral, os diferentes países que compõem a Europa têm a mesma forma de olhar para o presente. Para se obter uma visão do que aqui se expõe, selecionou-se dois diferentes países que apresentam um contexto geográfico, económico e sociocultural diferente entre os países europeus: por um lado, Portugal, país do sul da Europa, e, por outro, Alemanha, da Europa central.

Recorrendo às variáveis acima analisadas do contexto europeu, verifica-se que os alemães apresentam um grau de *satisfação com a vida* presente acima da média europeia, com 7,49, enquanto Portugal se apresenta um pouco abaixo, com 5,96 de média. A mesma tendência está presente quando os alemães e portugueses se pronunciam sobre a sua *felicidade*, sendo que os alemães apresentam um nível de felicidade acima da média europeia, com 7,63, e Portugal ligeiramente abaixo, com 6,44. Da mesma forma, também a *perspetiva pessoal do futuro* é mais intensa entre os alemães que entre os Portugueses, pois a média de 7,43 evidencia que os alemães são mais convictos que os Portugueses, com 6,20 de média, quanto *ao rumo que a sua vida pode ter*, assim como são mais otimistas em relação ao seu futuro, pois 8 em cada 10 alemães referem *ser sempre otimistas em relação ao seu futuro*, contra apenas 5 em cada 10 portugueses (cf.: G.1).

Não obstante verificarem-se diferenças significativas entre Portugal e a Alemanha na forma como se posicionam em relação à sua vida presente e futura², estas dissemelhanças não abrem, por si, uma rutura na forma como os indivíduos de ambos os países percebem e vivem o presente, uma vez que os valores apresentados, todos acima da média da escala, deixam transparecer que há uma visão comum em relação à vida. Não esqueçamos que ambos os países partilham a mesma matriz europeia.

² Satisfação com a vida: $t(7.986) = 20,128$, $p < 0,001$; Felicidade que sente $t(7.986) = 17,397$, $p < 0,001$; Rumo para a sua vida $t(7.897) = 16,120$, $p < 0,001$.

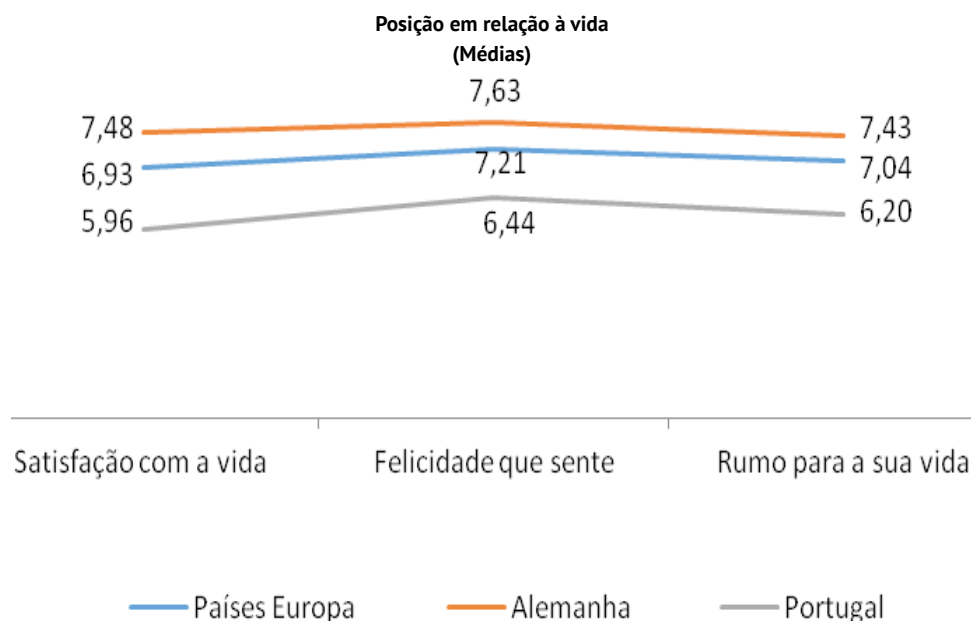


Gráfico 1 - Posição em relação à vida
Fonte: Elaboração própria, a partir do ESS, 2012

Se analisarmos a posição dos europeus, de um modo especial dos portugueses e dos alemães, segundo o *sexo*, verifica-se que não há diferenças entre os homens de ambos os países em relação à *satisfação com a vida*, porém, o mesmo não acontece em relação à *felicidade que sentem* e ao *rumo para a vida*, já que os homens alemães apresentam-se com horizonte mais aberto. Também são notórias as diferenças entre as mulheres alemãs e portuguesas em relação às dimensões em estudo, sendo aquelas as que revelam mais *satisfação, felicidade e orientação para a vida*³. Ao analisar as mesmas variáveis segundo a *idade*, vemos que os mais jovens (15-29), tanto em Portugal como na Alemanha, demonstram ter um maior grau de *satisfação e de felicidade na vida* do que os grupos etários mais velhos. Entre os mais jovens, verifica-se que os alemães apresentam maior *satisfação com a vida* que os portugueses, mas, quando questionados em *relação ao futuro*, as diferenças desaparecem. Na faixa entre os 30 e 49 anos, as diferenças entre ambos os países só se fazem sentir em relação ao *rumo para a vida*, sendo que os alemães os que contam com um melhor futuro. Entre os indivíduos com 50 e mais anos, só há diferenças em relação à *felicidade*, sendo também aqui os alemães a manifestar maior satisfação com a vida⁴. Ao relacionar os grupos etários entre os países, a diferença dos valores salienta que, independentemente da idade, os alemães apresentam-se sempre mais otimistas e com um horizonte mais largo em relação à vida. (cf.: G.2)

³ Satisfação com a vida: tH (3.927) = 0,132, ns; tM (4.057) = 16,651; Felicidade que sente tH (3.930) = 9,620; tM (4.055) = 14,786; Rumo para a sua vida tH (3.893) = 8,252; tM (4.002) = 13,959; em todos os casos $p < 0,001$.

⁴ 15-29 anos: $t_{\text{Satisfação com a vida}}$ (1.528) = 6,040; 30-49 anos: $t_{\text{Rumo para a vida}}$ (2.365) = 6,736; 50 e mais anos: $t_{\text{Felicidade}}$ (4.056) = 15,498; em todos os casos $p < 0,001$.

**Satisfação, felicidade e rumo para a vida, segundo a idade
(Médias)**

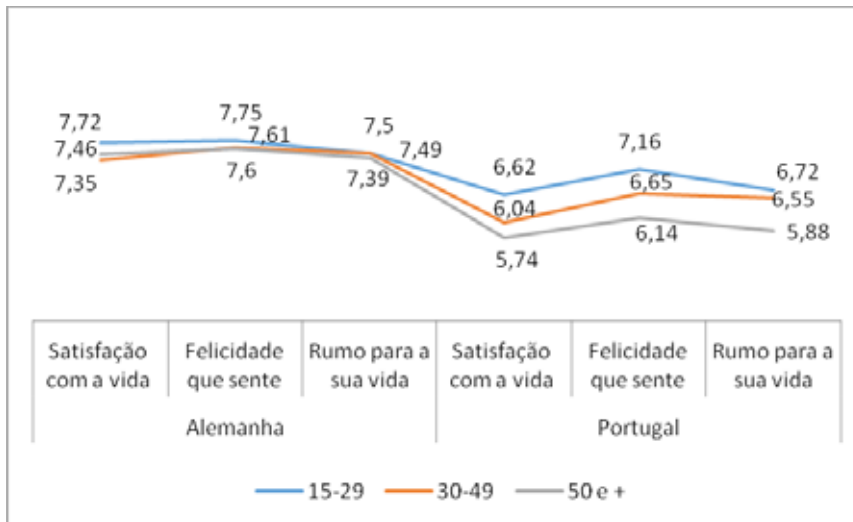


Gráfico 2 - Satisfação, felicidade e rumo para a vida, segundo a idade
Fonte: Elaboração própria, a partir do ESS, 2012

Fazendo uma leitura das variáveis segundo a *situação profissional dos portugueses e alemães*, percebemos que os estudantes são os indivíduos que apresentam as médias mais altas de *satisfação e felicidade* e maior consciência *do rumo da sua vida*. Contrariamente a estes, os indivíduos desempregados são os que apresentam as médias mais baixas em todas as variáveis. Entre os estudantes de ambos os países não há diferenças na forma como se posicionam em relação às três dimensões em estudo; há, porém, diferenças entre os trabalhadores e desempregados, sendo, nestes casos, os portugueses a manifestarem-se mais deprimidos em relação à vida⁵. (cf.: G.3).

(Médias)

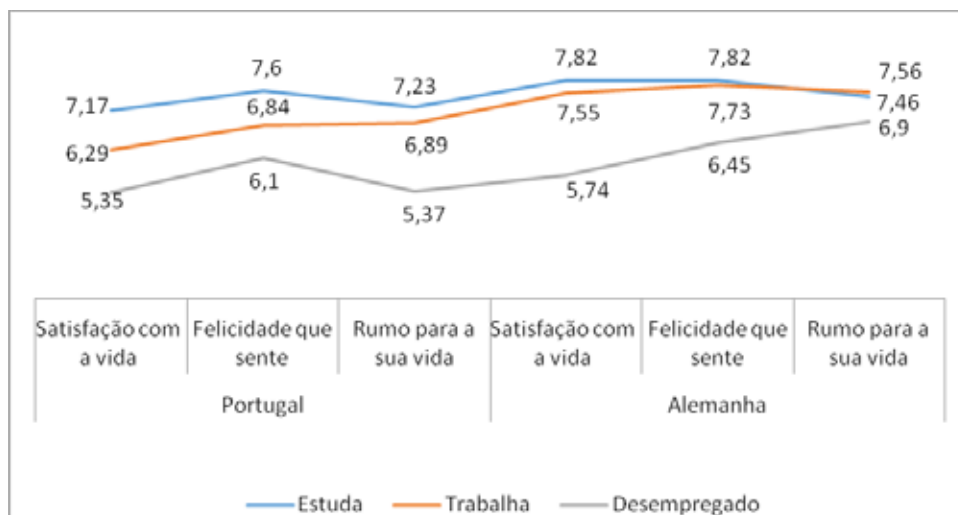


Gráfico 3- Posição em relação à vida, segundo situação profissional
Fonte: Elaboração própria, a partir do ESS, 2012

⁵ Entre os que trabalham: $t_{\text{Satisfação com a vida}} (4.011) = 11,116$; $t_{\text{Felicidade}} (4.014) = 9,183$; entre os desempregados: $t_{\text{Satisfação com a vida}} (497) = 1,584$; $t_{\text{Felicidade}} (498) = 1,627$; em todos os casos $p < 0,001$.

A forma como se sentem no presente reflete-se, também, na forma como encaram a sua própria vida, pois, 7 em cada 10 europeus dizem *sentir-se realizados com o que fazem* e 8 em cada 10 referem ter *sentimentos muito positivos a seu respeito*. Os alemães e os portugueses apresentam diferenças significativas nestas perspetivas: 9 alemães e 7 portugueses em cada 10 afirmam que *na maior parte dos dias sentem-se realizados com o que fazem* e 9 alemães e 8 portugueses em cada 10 afirmam que, *de um modo geral, têm sentimentos muito positivos a seu respeito*⁶.

Não obstante estas diferenças, os dados analisados evidenciam que os europeus, a este propósito e independentemente do seu contexto geográfico e socio-cultural, manifestam uma postura muito idêntica quanto ao grau de satisfação e realização na vida presente, bem como ao otimismo em relação ao seu futuro.

Na verdade os europeus assumem maioritariamente uma postura positiva em relação à vida, que se reflete também nos seus sentimentos. Questionados sobre *a forma como se podem ter sentido durante a última semana*, 7 em cada 10 europeus diz que *a maior parte das vezes ou quase sempre se sentiu calmo e em paz, feliz e satisfeito com a vida* e que *nunca ou quase nunca se sentiu só*; 6 em cada 10 refere ter-se sentido cheio de energia e *nunca ou quase nunca depressivo*.

Não obstante esta afirmação de sentimentos positivos, o presente é sentido por uma parte expressiva de europeus com um misto de sentimentos, que, em muitos casos, pode ser dificultador do progresso, situação manifesta nos 4 em cada 10 europeus que diz que se sentiu *triste, falhado e ansioso algumas vezes*.

Se tivermos em conta os dois países em estudo, vemos que tanto os portugueses como os alemães assumem uma posição semelhante à do conjunto dos europeus, apresentando maioritariamente sentimentos positivos, como *sentir-se feliz, satisfeito com a vida, calmo e tranquilo e cheio de energia*. Não obstante, há diferenças significativas entre estes dois países, pois os portugueses apresentam sempre um nível inferior nestes sentimentos de cariz positivo e percentagens ligeiramente mais altas nos sentimentos menos positivos, como *sentir-se só, triste e deprimido*⁷ (cf.: G.4).

A vivência do tempo e a valorização deste na vida é experimentado pelos europeus com sentido de oportunidade, pois questionados *se arranjam tempo para fazer as coisas que realmente querem fazer*, apresentam uma média de 6,66, numa escala que varia entre 0 (que significa nada) e 10 (totalmente), média que evidencia o interesse que os europeus depositam na sua realização pessoal no tempo presente. Tanto os portugueses como os alemães (média 6,51 e 6,74, respetivamente), a este propósito, enquadram-se na mesma perspetiva que o conjunto dos europeus. Os homens são os que referem atribuir mais tempo às suas ocupações e são as gerações

⁶ Há diferenças significativas na forma como as duas dimensões em análise se associam com os países: Sentir-se realizado com o que se faz: $\chi^2(2) = 303,04$, coeficiente de contingência = 0,19; Sentimentos positivos: $\chi^2(2) = 23,07$, coeficiente de contingência = 0,05, ambos os casos $p < 0,001$.

⁷ Diferenças entre os países em relação a um conjunto de sentimentos: sentir-se feliz: $\chi^2(3) = 65,44$, coeficiente de contingência = 0,09; satisfeito com a vida: $\chi^2(3) = 52,36$, coeficiente de contingência = 0,08; calmo e tranquilo e cheio de energia: $\chi^2(3) = 308,50$, coeficiente de contingência = 0,19; sentir-se só: $\chi^2(3) = 74,52$, coeficiente de contingência = 0,10 e triste: $\chi^2(3) = 109,07$, coeficiente de contingência = 0,12.

dos jovens (15-29) e dos mais velhos (50 e +) as que referem dedicar-se mais tempo no presente a essas atividades.

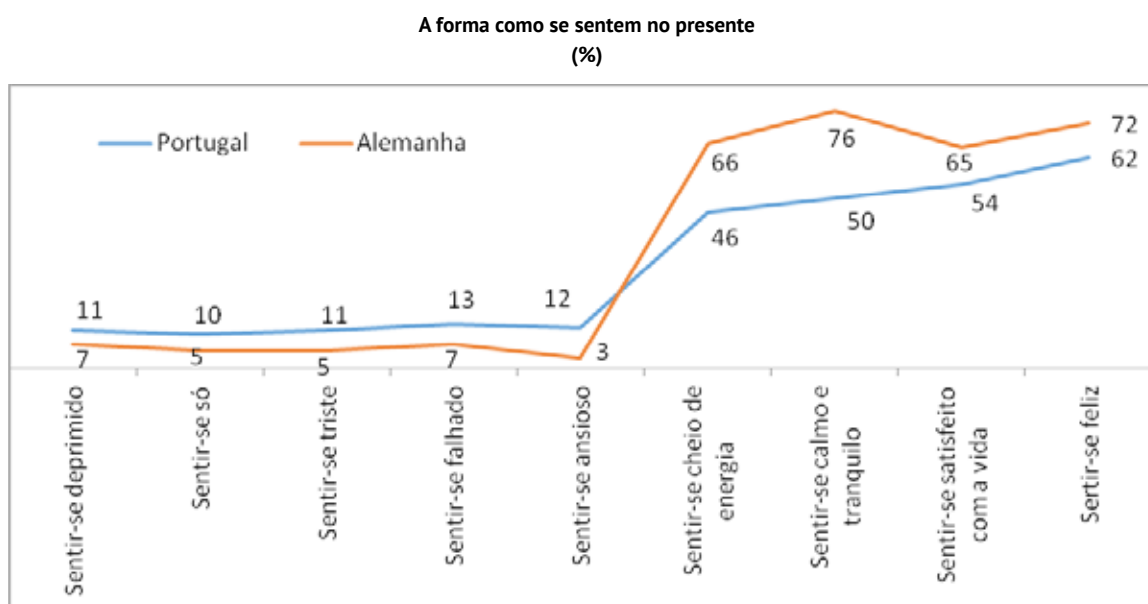


Gráfico 4

Fonte: Elaboração própria, a partir do ESS, 2012

Nota: os valores apresentados são o resultado da agregação das percentagens das categorias maior parte das vezes ou quase sempre

A forma como os europeus, e de um modo especial os portugueses e alemães, dizem viver a vida presente e olhar para o futuro, esbate-se quando refletem sobre questões que saem do seu domínio pessoal, pois 5 em cada 10 europeus *concordam ou concordam totalmente* que, *da forma como as coisas estão agora, é difícil ter esperança no futuro do mundo*. Esta posição do conjunto dos europeus é igualmente reiterada pelos alemães, sendo que 7 em cada 10 portugueses destacam ainda mais essa falta de confiança no futuro do mundo.

Por sua vez, a visão que os europeus têm dos outros não é tão confiante como a que expressam em relação à sua própria vida, pois, quando questionados se *acham que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou que se pode confiar na maioria das pessoas*, manifestam uma posição mais ambígua, apresentando uma média de 5, numa escala que vai de 0 (significa que todo o cuidado é pouco) a 10 (a maioria das pessoas é de confiança).

Os alemães aproximam-se da opinião da maioria dos europeus, apresentando uma média de 4,91, contudo os portugueses demonstram ainda *menos confiança nos outros e que todo o cuidado é pouco*, apresentando um valor inferior à média da escala, de 3,6. Esta posição dos alemães e dos portugueses é assumida de igual forma pelos homens e mulheres, não havendo diferenças na forma como estes grupos se posicionam⁸.

⁸ Não há diferenças entre os sexos em ambos os países: $t_{\text{Alemanha}} (7.097) = 1,684, ns$; $t_{\text{Portugal}} (895) = 1,753, ns$.

Ao analisar as variáveis *confiança nos outros* e *difícil ter esperança no futuro do mundo* segundo a situação profissional dos portugueses e alemães, verifica-se que os estudantes mostram-se sempre mais confiantes nos outros em ambos os países, não obstante os estudantes portugueses se situarem abaixo do nível médio da escala, com 4,26. Por sua vez, os desempregados são os indivíduos que apresentam o menor nível de confiança. Também são eles, nomeadamente 8 em cada 10 portugueses e 6 em cada 10 alemães desempregados, que manifestam *ter menos esperança no futuro do mundo*. Daqui poder-se-á depreender que quanto mais insegura for a situação perante o trabalho, menor confiança os indivíduos depositam no futuro (cf.: G.5 e G.6).

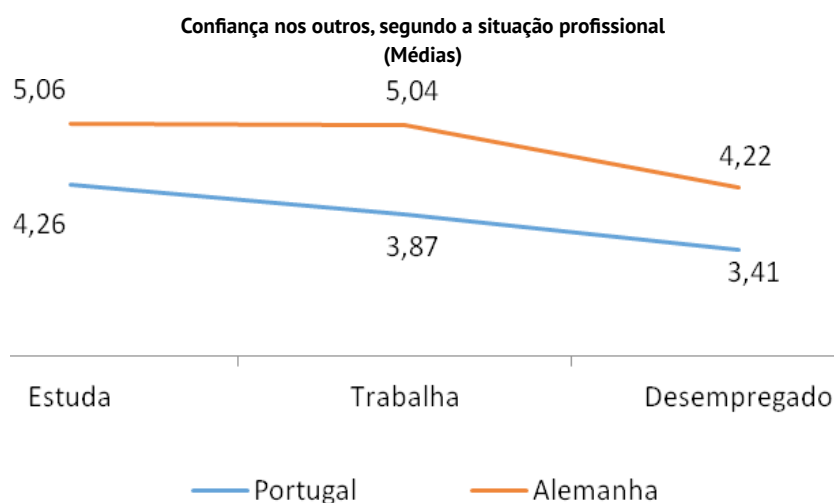


Gráfico 5 - Confiança nos outros, segundo a situação profissional
Fonte: Elaboração própria, a partir do ESS, 2012

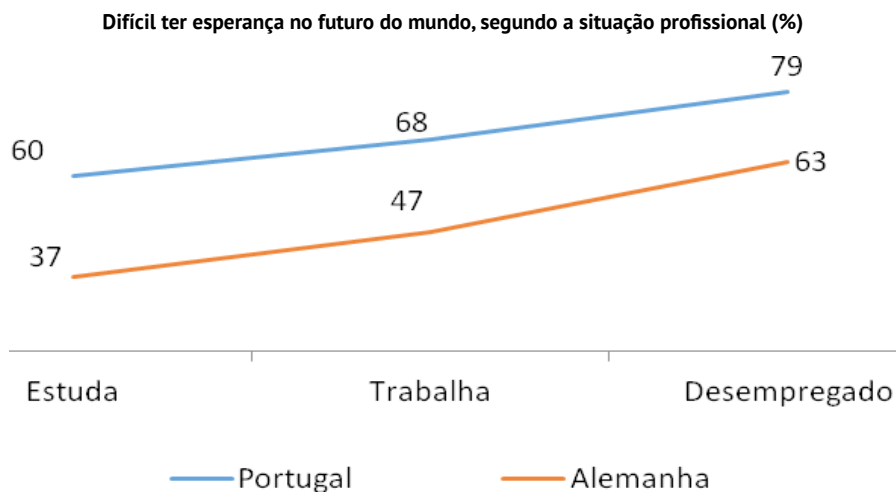


Gráfico 6
Fonte: Elaboração própria, a partir do ESS, 2012

Mas nem sempre a visão do presente e da sua projeção para o futuro é vivida de forma positiva pelos europeus, a vida pode ser ligeiramente abalada quando as coisas não seguem o rumo desejado, pois apenas 5 em cada 10 europeus *discorda ou discorda completamente que quando as coisas correm mal, normalmente precisam de muito tempo para voltar ao normal*. Metade dos europeus deixa transparecer, assim,

que, embora manifestem uma experiência de otimismo e de confiança nas suas vidas, bem como também digam experimentar sentimentos positivos e motivadores, quando se veem confrontados com situações no tempo presente que tenham subjacentes algumas dificuldades, nem sempre conseguem ter capacidade de resposta imediata às situações conflituantes que a própria vivência implica.

Na verdade, 6 em cada 10 alemães são da opinião que *não precisam de muito tempo para voltar ao normal* quando algo não corre bem; contudo, apenas metade dos portugueses, 5 em cada 10, é desta opinião. Estas posições evidenciam que existem diferenças significativas ($\chi^2(2) = 63,43$, coeficiente de contingência = 0,09, $p < 0,001$) entre a forma como os portugueses e alemães encaram esta situação na sua vida.

CONCLUSÃO

De todos estes resultados, quer da análise aos europeus, em geral, quer aos portugueses e alemães, poder-se-á depreender dois tipos diferenciados de atitudes:

Por um lado, há uma consciência bem definida quanto às atitudes e sentimentos que experimentam em relação à sua vida presente, a maioria dos europeus refere estar satisfeito com a vida, que experimenta sentimentos de felicidade, experimentam sentimentos muito positivos a seu respeito – calmos e em paz, felizes, cheios de energia –, conseguem arranjar tempo para fazer o que realmente querem, sentem que há um rumo na sua vida e mostram-se otimistas em relação ao futuro. Posições que são assumidas tanto pelos portugueses como pelos alemães, ainda que haja algumas diferenças no grau expresso por cada um destes grupos, pois os portugueses apresentam médias ou percentagens, na maioria das vezes, inferior à dos alemães; por outro lado, quando são levados a analisar no presente a perspectiva futura da sua vida e do que os rodeia, tanto os europeus, no seu conjunto, como os portugueses e alemães demonstram que, embora estejam muito seguros quanto à perceção que têm da sua própria vida, ainda assim deixam transparecer alguma impotência para encontrarem respostas rápidas para quando algo corre mal. Neste caso os portugueses evidenciam um pouco mais a sua impotência do que os alemães. Para além disso, manifestam menos confiança e segurança no que os rodeia, pois metade dos europeus e alemães e um pouco mais de portugueses manifesta que, *da forma como as coisas estão agora, sentem que é difícil ter esperança no futuro do mundo e que não se pode confiar na maioria das pessoas*.

Da leitura destas duas perspectivas e da visão teórica aqui apresentada poder-se-á concluir que há por parte dos indivíduos uma real absolutização do presente, e recorrendo às palavras de Innerarity (2011, 19), na verdade, “uma das consequências da tão frequente proclamada crise da ideia do progresso consiste em o futuro se tornar problemático e o presente se absolutizar”, ou seja, o indivíduo está demasiado seguro do seu presente, demasiado concentrado na sua realização momentânea, não só porque há demasiada informação a circular que os leva a refletir no *já e agora* e a encontrar respostas imediatas, como também há uma necessidade de se cultivar ao

máximo a experiência do momento, uma espécie de *carpe diem*, em que os efeitos e consequências do mesmo não são tão valorizadas no processo de vivência do presente.

Até porque verifica-se que esta atitude esbate-se quando os indivíduos são levados a refletir sobre o seu futuro, evidenciado assim que, a vivência do presente não é feita a pensar numa perspetiva de vida futura, mas, sobretudo, passa pela realização pessoal no tempo presente e no seu máximo aproveitamento. Vive-se, assim, o tempo de forma tão densa que o futuro pode esfumar-se nas tarefas do dia-a-dia. E, neste contexto, o presente têm um olhar curto, já que atende ao urgente e não ao prioritário.

REFERENCIAS

- Adam, B. (1994) *Time and Social Theory*, Cambridge: Polity Press.
- Agostinho, St. (1996) *Confissões*, São Paulo: Nova Cultural.
- Araújo, E. (2006) *O Doutoramento. A Odisseia de Uma Fase da Vida*, Lisboa: Colibri.
- Araújo, E. (2011) “A Política de Tempos: Elementos para uma Abordagem Sociológica”, *Revista Política e Trabalho*, 34: 19-40.
- Aristóteles (1969) *Physique*, Paris : Les belles Letres.
- Balzac, H. (1951) *A solteirona*, Porto Alegre: Globo.
- Bergson, H. (1927) *Ensaio sobre os dados Imediatos da Consciência*, Lisboa: Edições 70.
- Bergson, H. (1929) *Durée et simultanéité*, Paris : Alcan.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1992) *O que é a Filosofia?*, Lisboa: Presença.
- Duque, E. (2012) “Contributos para uma crítica da aceleração do tempo”, in Araújo, E. & Duque, E. (Org.) (2012) *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Centro de Investigação em Ciências Sociais.
- Durkheim, E. (1985) *Les formes Élémentaires de la Vie Religieuse. Le Système Totémique en Australie*, Paris: PUF.
- Eddington, L. (1949) *La naturaleza del mundo físico*, Buenos Aires: Sudamerica.
- Eliade, M. (1969) *Le mythe de l'éternel retour*, Paris: Gallimard.
- Elias, N. (1994) *A sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N. (1997) *Du Temps*, Lisboa: Difel.
- Franch, M. (2004) *Tempos, contratempos e passatempos*. Tese de Doutoramento em Antropologia, Rio de Janeiro: UFRJ.
- Grossin, W. (1974) *Les temps de la vie quotidienne*, La Haye: Mouton.

- Heidegger, M. (2005) *Ser e tempo*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Heller, A. (1982) *O homem do Renascimento*, Lisboa: Presença.
- Innerarity, D. (2011) *O Futuro e os seus Inimigos. A paisagem temporal da sociedade contemporânea. Uma teoria da aceleração*, Lisboa: Teorema.
- Luhmann, N. (1976) "The Future Cannot Begin: Temporal Structures in Modern Society", *Social Research*, 43: 131-152.
- Lyotard, J. F. (1991) *La Diferencia*, Barcelona: Gedisa.
- Marx, K. (1988) *O Capital: Crítica da economia política*, São Paulo: Nova Cultura.
- Pascal, B. (1963) *Pensées*, Paris: Seuil.
- Schopenhauer, A. (2005) *O mundo como vontade e representação*, São Paulo: UNESP.
- Simmel, G. (1978) *The Philosophy of Money*, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Virgílio, P. (1988) *Georgics*, Cambridge: R. F. Thomas.
- Weber, M. (1964) *Economía e sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, México: F.C.E.
- Wells, H. G. (1895) *The Time Machine*, London: William Heinemann.
- Woolf, V. (1951) *Orlando*, Buenos Aires: Sudamericana.

A mudança na legislação trabalhista que regula a relação entre patrões e empregadas domésticas no Brasil: como rupturas temporais podem influenciar aspectos da estrutura social

RAFAELA CYRINO¹

INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo discutir, do ponto de vista da temporalidade e da organização da vida cotidiana, a recepção social da nova legislação trabalhista que regula a relação entre patrões e empregados domésticos no Brasil, mais conhecida como a PEC das domésticas. Promulgada no dia dois de abril de 2013 pelo Congresso Nacional a PEC das domésticas desencadeou um amplo debate no seio da sociedade brasileira, tendo sido, nas primeiras semanas de abril, pauta dos principais veículos midiáticos do país. As revistas de tiragem semanal “Veja”, “IstoÉ” e “Época” publicaram, no período, pelo menos uma referência sobre a PEC das Domésticas, entre reportagens de capa, matérias nas seções “Opinião”, “Comportamento”, entre outros.

Além disto, diversos BLOGS abrigaram a discussão sobre o conteúdo, as vantagens, os problemas e os efeitos da PEC das Domésticas, entre eles o BLOG do Instituto Domestica Legal, uma Organização Não Governamental que iniciou uma ampla discussão pública sobre os problemas a serem enfrentados pelos empregadores domésticos com o aumento de custos vinculados à ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos. Para evitar um “genocídio trabalhista”² e o desemprego de mais de 800 mil empregadas domésticas, Mário Avelino, presidente do Instituto Domestica Legal, lançou, no referido BLOG, a campanha “empregador doméstico não é empresa”, com o objetivo de recolher assinaturas de apoio a uma medida provisória que reduziria, entre outros, a contribuição previdenciária do patrão de 12% para 4%.

Nas semanas que se seguiram à promulgação da nova legislação, o risco do “genocídio trabalhista” previsto por Mário Avelino foi objeto público de discussão no país. A Revista Veja, por exemplo, discutiu, na edição do dia 3 de abril, os efeitos catastróficos que a nova legislação poderia desencadear na sociedade brasileira

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: rafaelacyrino@hotmail.com

² De acordo com o «Novo Jornal», em edição do dia 28 de março/2013, Mário Avelino, em entrevista telefônica, teria afirmado que, caso a legislação fosse aprovada no seu formato original, haveria uma demissão em massa de empregadas domésticas, caracterizando um genocídio trabalhista.

em reportagem intitulada “A bomba relógio no trabalho doméstico”, discussão que foi retomada em reportagem do dia 17 de abril intitulada “Começou a onda de demissões”.

Embora as previsões catastróficas tenham sido um tema recorrente nas semanas que se seguiram à promulgação da PEC das Domésticas, o anúncio da extensão dos demais direitos trabalhistas aos empregados domésticos, trouxe também à tona a discussão sobre a necessidade de se romper, de maneira definitiva, com qualquer resquício da escravidão no país. Fato é que, apesar da Abolição da Escravatura, nas relações que se estabelecem entre patrões e empregados constata-se, ainda hoje, em várias regiões do Brasil, denúncias de casos de relações escravagistas, sem contrapartida financeira ou com a manutenção dos “trabalhadores” em sistema semelhante a um “cativeiro”.

Além disto, a ausência de delimitação do tempo de trabalho a ser trocado pela remuneração estabelecida por lei leva a situações que muitas vezes se aproximam de uma “disponibilidade permanente” (Hirata, 2002, p. 31), sem ocorrer um limite entre a vida pessoal do trabalhador e a sua vida profissional. Muitos trabalhadores domésticos moram na residência dos seus patrões e prestam um trabalho sem limites de horário, o qual se adequa muitas vezes apenas à conveniência dos empregadores.

Com a promulgação da PEC das domésticas definiu-se legalmente uma carga horária semanal para o trabalhador doméstico, no caso, 44 horas semanais. Isto significa que, caso o trabalhador doméstico exceda esta carga horária, os patrões devem pagar as horas extras, sendo que estas devem ser remuneradas, no mínimo, 50% a mais do que a hora normal. Embora a regulamentação do pagamento de hora extra para o trabalhador doméstico contribui para formalizar relações que antes eram definidas a nível privado, muitos questionamentos surgiram: Como contabilizar a hora extra do trabalhador doméstico? Deve-se colocar um relógio de ponto em cada casa para a contabilização precisa das horas trabalhadas? Enquanto alguns postulavam que esta formalização das relações contratuais representaria o fim do antigo regime escravagista, outros afirmavam que o governo estava comparando patrões a empresas ao retirar a relação de confiança que antes existia entre patrões e empregados.

Um exemplo desta polarização de interesses pôde ser constatado pelo número de comentários postados no BLOG do Instituto Doméstico Legal, que abrigou a campanha “Empregador doméstico não é empresa”. Em muitos casos, observa-se um confronto direto, com os empregadores colocando em questão o mérito do trabalho dos empregados domésticos e estes o acusando de serem exploradores.

Com o objetivo de melhor compreender aspectos referentes à recepção social da PEC das Domésticas optou-se por analisar os 393 comentários que foram postados no BLOG “Instituto Doméstica Legal”, a partir do lançamento da campanha visando reduzir os custos do emprego doméstico para o empregador. A análise de conteúdo dos comentários postados teve como fio condutor a questão da temporalidade e da organização da vida cotidiana, com uma atenção especial para as relações de

gênero. Cumpre aqui ressaltar que não se tem nenhuma pretensão de afirmar que os comentários postados no BLOG analisado representam a maneira como os brasileiros receberam o anúncio da nova legislação. Outros estudos, mais exaustivos e com uma melhor definição do perfil dos participantes, poderia cumprir melhor esta função. Entretanto, visto que o assunto foi objeto de discussões extremamente polêmicas na sociedade brasileira no período, considera-se a importância representativa de tais comentários, tanto pelo fato de terem acompanhado os momentos de maior inquietação e apreensão da população com os efeitos da nova legislação, quanto pelo seu caráter notadamente espontâneo.

A NOVA LEGISLAÇÃO: CONTRA AS DOMÉSTICAS?

Uma primeira observação que salta aos olhos em uma primeira leitura do BLOG em análise refere-se a uma incidência residual de comentários postados por homens. De todos os 393 comentários postados 88% foram postados por mulheres, 10% por homens e 2% por pessoas que não identificaram o seu sexo. Levando-se em conta que a nova legislação trabalhista provocou um debate sobre a realização do trabalho doméstico no interior das famílias brasileiras, observa-se um nítido viés de gênero, visto que o caráter residual de comentários postados por homens indica de que maneira, neste contexto, o trabalho doméstico permanece sendo um assunto de interesse «de mulheres».

É importante salientar que 36% dos comentários postados no BLOG criticam, de maneira explícita, a nova legislação trabalhista, seja pelo seu conteúdo, seja pelas consequências sociais negativas que esta poderia supostamente causar. A avaliação negativa da nova legislação, como pôde ser constatada, foi frequentemente acompanhada de observações extremistas, irônicas e provocativas dirigidas ao governo e às próprias empregadas domésticas. Mesmo que não se possa formular nenhuma hipótese mais consistente sobre o caráter notadamente emocional de muitos comentários considera-se a possibilidade de que sentimentos de instabilidade e insegurança diante das mudanças que supostamente poderiam colocar em questão a própria organização da vida cotidiana dos indivíduos tenham influenciado a maneira como a legislação foi analisada por muitos participantes do BLOG.

Afinal, sendo o trabalho doméstico um parâmetro fundamental para compreender aspectos da organização social, qualquer mudança que supostamente altere a maneira como este trabalho é organizado e realizado remete à dimensão da temporalidade, enquanto princípio organizativo. Sem uma empregada doméstica para realizar o trabalho doméstico como as famílias que organizaram sua vida cotidiana em torno do trabalho deste profissional, irão reestruturar as rotinas domésticas e sincronizá-las com os tempos individuais de cada membro da família? Levando-se em conta que os tempos sociais contribuem para “ordenar” a vida social (Sue, 1994, p.30), qualquer mudança na maneira como estes são estruturados seria susceptível de gerar sentimentos de perda de referência e de orientação. Isto talvez explique, em parte, o teor catastrófico de muitos comentários postados no BLOG analisado.

Enfatizando os problemas sociais que a nova legislação poderia engendrar, muitos comentários recorrem, de maneira provocativa, ao risco de desemprego em massa, ressaltando as perdas que as domésticas terão com a regulamentação da nova lei:

“Pena que muita gente não vai mais contar com o dinheiro, a comida, a dormida, passagem de ônibus que tinha como doméstica, enfim a classe média não vai poder arcar com estes custos e será demissão em massa.” (comentário postado no dia 28 de março por um homem).

“Do jeito que a coisa anda, empregada doméstica será uma profissão extinta e milhões de mulheres, que hoje se dizem “exploradas”, ficarão desempregadas ou viverão às custas do Bolsa Família ou de qualquer benefício pífio e socialista!” (comentário postado no dia 13 de março por uma mulher).

Uma das participantes do BLOG sugere que as empregadas domésticas não deveriam estar reivindicando direitos trabalhistas, pois estes podem se voltar contra elas mesmas, afirmando em um tom provocativo:

“... parece que as domésticas ainda não se deram conta disso. Reclamam e reclamam, mas quero ver quando não tiver mais emprego...” (comentário postado no dia 28 de março por uma mulher).

Com o objetivo de detalhar as perdas que os empregados domésticos terão com a nova legislação, algumas participantes afirmam, de maneira irônica:

“Perderão as mordomias que não valorizam. Café da manhã tomarão em suas casas, farão almoço pro patrão, mas almoçarão na rua e acabou pausa pro café. Se quebrar qualquer objeto ou estragar uma roupa, o patrão será indenizado. Qualquer falta será descontada. Em três faltas não justificadas, será dispensada por justa causa. Não trarão filhos pro trabalho. Não usarão telefone em horário de serviço. Não sairão cedo ou chegarão tarde. Tem que fazer todo o serviço no tempo certo. Não poderão deixar pra amanhã uma coisinha ou outra. Não poderão dormir no serviço, pois isso geraria hora extra e adicional noturno. Não haverão feriados emendados...” (comentário postado no dia 1 de abril por uma mulher).

Alguns discursos, ao criticar o conteúdo da nova legislação ou a forma como será implementada, utilizam vocábulos extremistas para questionar a sua credibilidade, qualificando-a como uma “insanidade”, uma “sacanagem” e até como uma “excrecência”:

“Isso é mais uma sacanagem com o povo brasileiro inclusive com elas, as empregadas domésticas, que perderão seus empregos ...” (comentário postado no dia 27 de março por uma mulher);

“Pois é, ... vamos aguardar, pra ver se essa insanidade segue adiante » (comentário postado no dia 23 de março por uma mulher);

“Não lutaram para que essa EXCRECÊNCIA fosse aprovada? Pois bem, uma das minhas já era...” (comentário postado no dia 31 de março por uma mulher).

Em um discurso «catastrófico» uma das participantes prevê um caos na Nação com a regulamentação da nova legislação:

“Só não concordo com o governo que está misturando empresas, que podem repassar suas despesas para a população, e patrões comuns que terão que arcar sozinhos com todos os gastos. Mais ainda acredito que vai prevalecer o bom senso, pois não é interessante para nenhum governante criar um caos na Nação.» (comentário postado no dia 3 de abril por uma mulher).

Na antecipação daquilo que ficou conhecido como o maior «genocídio trabalhista», uma das participantes do BLOG chega a sugerir que as empregadas domésticas se unam contra a regulamentação desta nova legislação trabalhista:

“...acho que a classe que deve estar preocupada com o seu possível desemprego, deve unir-se e mostrar ao governo que não estão a favor dessa nova Lei, mas somente elas tem esse poder!” (Comentário postado no dia 28 de março por uma mulher).

A DESQUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO: UM TRABALHO DIFERENTE DOS OUTROS?

Na análise realizada observou-se que muitos comentários postados discute a questão da nova legislação recorrendo à famosa necessidade de equilíbrio entre direitos e deveres: para repensar os direitos das empregadas domésticas, temos que repensar também os seus deveres. Este discurso centrado na relação de complementaridade entre direitos e deveres vinculou-se, de maneira importante, a um conteúdo agressivo visando desqualificar o trabalho exercido pelas empregadas domésticas.

Ao desqualificar o trabalho das domésticas no contexto de discussão da nova legislação trabalhista, tais comentários sugerem que estas trabalhadoras não são «merecedoras» desta ampliação de direitos, algo que indica uma tentativa de questionar a própria legitimidade de se inscrever o trabalho doméstico na categoria de um trabalho “como os outros”. Em alguns casos, a tentativa de manter um status de trabalho «diferenciado» para a categoria de «empregados domésticos» aparece de maneira evidente:

“... empregada domestica de empregador físico não dá pra comparar com de empresa. Não tem nada a ver.” (Comentário postado no dia 2 de abril por uma mulher);

“Uma empregada domestica nao eh uma trabalhadora qualquer, pois exerce funcoes que demandam confianca extrema por parte dos empregadores. ” (Comentário postado no dia 13 de março por uma mulher).

Ora, se os trabalhadores domésticos não são trabalhadores “como os outros”, caberia aqui se perguntar: quais são as especificidades deste trabalho e porque ele não poderia se inscrever na linha dos direitos e deveres trabalhistas regulamentados por lei? Seria possível que a afirmação da especificidade do trabalho doméstico remeta aos resquícios que este ainda guarda com o trabalho escravo, submetido a regras estabelecidas pelos senhores e senhoras de engenho em âmbito doméstico?

Observa-se que a indignação com relação à intervenção do governo na regulamentação do trabalho realizado no âmbito doméstico aparece de maneira clara em

alguns comentários postados no BLOG. Uma das participantes, ao criticar os custos que a nova legislação traz para o empregador afirma que o Governo não deveria se meter na relação da empregada doméstica. Cabe aqui novamente se perguntar: Até que ponto esta indignação não questiona a autoridade do próprio governo em normatizar aquilo que supostamente deveria ser regulamentado por cada família ao seu bel prazer?

Uma análise realizada em todos os comentários postados no BLOG permitiu constatar que 16% destes centram-se em uma estratégia discursiva visando desqualificar o trabalho realizado pelas empregadas domésticas, questionando o caráter, o comportamento e a qualidade do trabalho destes empregados. Muitos destes comentários são altamente insultantes, desmedidos, agressivos e irônicos e constroem a imagem do empregado doméstico como não merecedor da ampliação de direitos.

No processo de desqualificação das empregadas domésticas estas são chamadas, por exemplo, de folgadas e espertalhonas:

“Graças a Deus nunca precisei destas folgadas...” (Comentário postado no dia 29 de março por uma mulher);

“Concordo com seu desabafo. é de lascar... Pq elas são muito folgadas e espertalhonas.” (Comentário postado no dia 30 de março por uma mulher);

“Aprendi, comigo agora é preto no branco, faço o que é justo e correto, e trato com respeito e dignidade, mas se tiver que demitir é porque algo está errado, e agüentar uma folgada e ainda ter que pagar para ela sair, isto não faço. » (Comentário postado no dia 29 de março por uma mulher).

Uma das participantes do BLOG, no processo de desqualificação da categoria das empregadas domésticas, as chama, de maneira pejorativa, de « senhoritas », em uma clara crítica à maneira como estas utilizam o seu tempo de trabalho.

“Espero encontrar alguma empresa de empregadas domésticas e diaristas terceirizadas, senão vou ficar sem ninguém, cansei de ser roubada, ameaçada, de estragarem toda minha casa, ... as senhoritas falam no telefone o dia inteiro, param para assistir tv, se eu saio dormem, comem e bebem o que querem, saem e chegam a hora que querem.. e os meus direitos? aonde ficam ???” (Comentário postado no dia 30 de março por uma mulher).

É interessante nos determos um pouco mais neste discurso, visto que procuramos aqui analisar como as mudanças trazidas pela nova legislação trabalhista foram percebidas e vivenciadas a partir da ótica da temporalidade. De fato, se o acesso das mulheres ao trabalho pago permanece condicionado pela domesticidade de suas relações (Araújo & Scalon, 2005), a presença da empregada doméstica constitui-se em um elemento chave para que muitas mulheres da classe média utilizem um tempo “livre” das tarefas domésticas para diversos fins, seja para investimento na carreira seja para a realização de atividades de lazer ou de cuidados pessoais, entre outros.

Ora, se o tempo é um objeto e recurso de poder (Araujo, 2011), este tempo “livre” de trabalho doméstico constitui-se em um elemento regulador importante das relações hierárquicas entre patrões e empregadas domésticas. Entretanto,

mesmo que historicamente o domínio do tempo tenha sido um privilégio das classes dominantes, os grupos populares desenvolvem suas estratégias e temporalidades próprias (Franch, 2008). Neste sentido, a «queixa» de uma grande parte dos participantes do BLOG de que as empregadas domésticas utilizam indevidamente o tempo do trabalho para ver tv, dormir, falar ao telefone, entre outras, se correta, não pode ser compreendido como uma estratégia criada por estas para fazer face à rotina cadenciada do trabalho doméstico?

No discurso citado anteriormente em que as empregadas domésticas são pejorativamente chamadas de “senhoritas”, observa-se que, logo após esta nomeação, surgem referências à utilização indevida, pelas empregadas domésticas, do tempo do trabalho para a realização de uma série de atividades de “livre escolha”, não relacionadas com o trabalho doméstico propriamente dito. Se a utilização do tempo é um marcador de distinção social, tudo indica que, neste comentário, o problema aventado é a suposta inversão comportamental: empregadas domésticas agindo como “senhoritas” ao utilizarem, de maneira supostamente indevida, o tempo de trabalho como se fosse um tempo livre ou um “tempo para si” (Nowotny, 1989).

A recorrência a uma utilização indevida do tempo no trabalho aparece também, de maneira explícita, nos seguintes comentários:

“Tem muitas que não fazem o trabalho todo, pois vão ler jornais, revistas, falar no celular toda hora, ver TV e até dormir durante o dia. Quem vai vigiar se trabalham as 8 horas sem parar igual a empresa? Eu hein... conheço várias.» (Comentário postado no dia 22 de abril por uma mulher)

“E ainda mais pagar por hora extra se muitas das horas trabalhadas elas passam assistindo tv, novela a tarde toda, depois a novela da noite toda, fica ao telefone o dia inteiro ... ficam o dia inteiro sem intervalo ao telefone).” (Comentário postado no dia 2 de abril por uma mulher)

O processo de desqualificação do emprego doméstico também ocorre através de um julgamento de mérito dos empregados domésticos, os quais supostamente não possuem nem competência e nem seriedade para realizarem um trabalho de qualidade. As críticas que envolvem o caráter e o comportamento das empregadas domésticas giram em torno de questões como honestidade, compromisso com o trabalho, utilização de recursos que não lhe pertencem, entre outros, conforme pode ser evidenciado pelos comentários a seguir:

“A minha ex-empregada dormia a manhã toda qdo eu saia para trabalhar e qdo fazia um bolo em casa fazia outro para ela levar para a casa dela etc. Ainda bem que me liberei dela antes da lei, se não como ia ser?» (Comentário postado no dia 3 de abril por uma mulher).

“infelizmente não se preocupam com assiduidade, pontualidade, limites entre o que lhes pertence e o que pertence à residência onde trabalham; gastos pessoais incorretos (telefone, alimentação, prejuízos financeiros pelo descuido com objetos, roupas e móveis da residência, etc...).” (Comentário feito no dia 1 de fevereiro por uma mulher);

Outros comentários desqualificantes se concentram em questionar o profissionalismo das empregadas domésticas, o que, no contexto da discussão da nova legislação trabalhista, dá a entender que estas, por não terem supostamente nenhuma qualificação e por não desempenharem um trabalho que seja julgado como “de qualidade”, não seriam merecedoras da ampliação de direitos previstos na legislação.

“Todas as empresas, exigem currículo de seus funcionários. As empregadas de hoje, não sabem cozinhar, não sabe limpar, mal sabem escrever, mas quer igualdade em todas as categorias. Deveriam criar, cursos profissionalizantes para domésticas. Isso sem contar no que foi relatado aqui: gasto com telefone, roupas queimadas, louças quebradas, liquidificadores arranhados, metais de banheiros ariados, etc.» (Comentário postado no dia 12 de julho por uma mulher).

«Contratei muitas empregadas e todas sem preparo até p/estender uma cama indicadas por Agências de Emprego. Gosto de ensinar mas a maioria não cumpre ordens e não gosta de aprender.” (Comentário postado no dia 6 de junho por uma mulher).

«Todas as domésticas deveriam então ter qualificação, para trabalhar em casa de família com diploma registrado . Entram para trabalhar e nem sabem fazer um arroz, muito menos arrumar uma casa. Nós patroas somos professoras delas e não somos remunerados pelos ensinamentos.Vamos exigir diploma de doméstica como todas as empresas exigem de seus funcionarios OK?» (Comentário postado no dia 1 de abril por uma mulher).

O apelo a uma relação contratual de mão dupla centrada na díade «direitos-deveres», entretanto, sugere que as empregadas domésticas, por não cumprirem adequadamente seus deveres não deveriam reivindicar direitos.

“Pois ‘é. Direitos, tudo bem. Beleza! De qualquer forma uma boa parte delas so pensam nos DIREITOS, ... Banheiro, simplesmente, ela nao gosta de lavar...so passo o pano...gasp...nojeira. Lamento, por nao podermos em determinados casos sequer falar do que nao esta bom, ela se sente logo ofendida. Entao, tem que trata-la, dirigir-se a ela, quero dizer, pisando em ovos...E ate quando??? Quem vai nos defender???” (comentário postado no dia 14 de abril por uma mulher)

“... só querem direitos e esquecem de que terão deveres também, igual a nós celetistas. Mas de deveres elas não querem saber...” (Comentário postado no dia 26 de fevereiro por uma mulher)

“... E como muitas disseram a maioria não faz o serviço que preste, sem educação, falta com respeito ao patrão, acha que tem so direitos e qdo vc pede o dever vem com 10 pedras nas mãos..” (Comentário postado no dia 2 de abril por uma mulher)

Em alguns comentários, a agressão direcionada às empregadas domésticas adquire ares de crueldade:

“Sinceramente, será que essas injustiçadas não percebem que graças a nossa oferta de trabalho elas não estão passando fome? reclamar de que ? afinal é um serviço que não exige muita inteligência, se fosse exigido alguma qualificação estariam todas passando fome.» (Comentário postado por uma mulher, 10 de abril).

«Normalmente, em sua grande maioria, as empregadas saem mais cedo, quando não há mais serviço naquele dia. Agora, se querem direitos, vão ter deveres também. Já fez todo o serviço? Vai ficar sentadinha, esperando dar a hora de saída. Nada de aproveitar pra fazer um servicinho extra em outra casa» (Comentário postado no dia 1 de abril por um homem).

«... então tem q se ter alguém para fazer essa tarefa e por isso contratamos uma empregada, mas o q tenho assistido aqui é que a grande maioria merece mesmo é a informalidade ou melhor viver de bolsa família!o! Da esmola do Governo ...» (Comentário postado no dia 9 de abril por uma mulher).

REORGANIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA COM MANUTENÇÃO DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?

Na análise acima, os comentários insultantes, desqualificantes e desestabilizantes dirigidos às empregadas domésticas realizam uma espécie de generalização extremamente perversa ao sugerir que o trabalho das empregadas domésticas não é nem um verdadeiro trabalho nem um trabalho que mereça uma regulamentação. O tom de animosidade nos leva a pensar que, para muitas participantes do BLOG analisado, o anúncio da nova legislação desencadeou a emergência de sentimentos de medo, insegurança e até mesmo de pânico diante do risco de desorganização da vida cotidiana. Ora, o que é curioso é que, diante desta situação de incerteza e apreensão, pouco se discutiu a questão de como esta mudança poderia alterar a dinâmica familiar no que se refere a uma nova divisão do trabalho doméstico.

De fato, os comentários que aventam a possibilidade de uma mudança nas relações de gênero no interior da família a partir de uma reorganização dos tempos individuais dedicados ao trabalho doméstico são nitidamente minoritários. Dos 393 comentários postados no BLOG analisado apenas cinco discutem as mudanças que a nova legislação pode provocar a partir da ótica da repartição das tarefas domésticas no interior da família. Abaixo alguns exemplos dos raros discursos que colocam em questão a organização temporal do tempo doméstico no interior das famílias.

«Que tal aproveitar o assunto e ir todo mundo lavar a louça do jantar (ao invés de deixar pra empregada fazer isso de manhã), pra ir treinando! Cabô a exploração, amigos! Convivam com isso!!!» (Comentário postado no dia 28 de março por uma mulher).

«Né?? Coloquem a família toda no samba que não sobrecarrega pra ninguém, tb.» (Comentário postado no dia 28 de março por uma mulher).

Um dos comentários que coloca em questão o problema da divisão do trabalho doméstico no interior da família, nitidamente irônico e provocativo, vislumbra a possibilidade de que esta nova legislação ocasione uma mudança social de maior amplitude, com uma maior mobilidade social das classes mais desfavorecidas acompanhadas de uma reorganização do tempo doméstico no interior das famílias.

“Queridas, porque vocês mesmas não fazem o serviço doméstico? Porque não dividem com os maridos e os filhos? Chegou a hora! ... Em alguns anos a tendência

é que estas pessoas não precisem trabalhar em casa de ninguém, e sim entrar no mercado de trabalho como eu e você. Tchan naammmmmm.....! Vamos ajudar isso a se concretizar? Requer uma mudança de cultural, e mão na massa! Faça seu bolo, sua saladinha, chame o maridão pra cozinhar pra sua família, tira a bunda do seu filho do sofá, desligue o videogame e peça para que ele passe as próprias camisas! Talvez vocês possam até fazer um curso de domésticas para aprender tudo isso! Boa sorte na nova vida!” (Comentário postado no dia 29 de março por uma mulher)

É importante salientar que a questão da reorganização temporal do trabalho doméstico, pensada a partir da ausência da figura da empregada doméstica, foi abordada pelos participantes do BLOG como um problema a ser resolvido prioritariamente pelas mulheres e não pelo casal ou por toda a família. De fato, grande parte dos comentários que evoca tal reorganização temporal não se refere aos homens, dando a entender que, em um futuro sem empregadas domésticas, são as mulheres que terão que organizar de outra maneira a rotina doméstica para assegurar que as tarefas sejam realizadas.

«Espero encontrar alguma empresa de empregadas domésticas e diaristas terceirizadas.» (Comentário postado por uma mulher no dia 30 de março).

«eu tb agora só tenho faxineira, sou eu que lavo e passo. Ficará muito caro ter uma empregada registrada.» (Comentário postado no dia 31 de março por uma mulher)

Em uma naturalização do doméstico como uma atribuição feminina, alguns comentários prevêem que, sem empregadas domésticas, as mulheres terão que abandonar seus empregos para cuidarem de suas casas e dos seus filhos.

«mulheres que trabalham com salários comerciais e precisam de alguém como suporte para cuidar de seus filhos ou seus pais idosos vão ter que deixar de trabalhar porque não terão suporte para contratar uma pessoa com tantos encargos» mulher, 3 de maio

«Assim fica muito difícil manter uma empregada domestica! vai ser mais fácil abandonar nossos empregos e cuidar de nossas casas» (Comentário postado no dia 28 de março por uma mulher)

«Ficaremos em casa e sem domésticas!» (Comentário postado no dia 31 de março por uma mulher).

PEC DAS DOMÉSTICAS: FIM DO TRABALHO ESCRAVO?

É importante salientar que, no BLOG analisado, observou-se uma nítida polarização discursiva, em que muitos comentários que colocam em questão a ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas e desqualificam seu caráter e seu trabalho são acompanhados de “réplicas”, ou seja, comentários que criticam o discurso do empregador doméstico, associando seu comportamento e atitude a um resquício da sociedade escravocrata. De fato, dos 393 comentários postados,

24% realizam uma crítica direta às relações informais, desiguais e hierárquicas que se estabelecem entre patrões e empregados domésticos no Brasil. A ideia de que a nova legislação significa mais um passo na abolição das relações de escravidão, centradas na figura do senhor/ senhora de engenho, aparece de maneira explícita em alguns dos discursos selecionados:

«...as senhorinhas e os senhorios da Casa Grande ‘berram’... ABAIXO A LEI ÁUREA»
(Comentário postado no dia 28 de março por uma homem)

«Esse movimento é bem parecido com o movimento que resistia à abolição da escravidão. Não podem pagar pelo serviço, não o contratam... Portanto, caras senhoras de engenho, se adaptem à essa nova realidade, acostumem-se à limpar sua própria sujeirinha como fazem as pessoas de países civilizados aonde a miséria não impera e não se pode explorar tão vorazmente à mão de obra alheia...» (Comentário postado no dia 1 de abril por uma mulher).

«A senhora de engenho está certíssima, vá comer comida requentada, e deixe de mimimi.» (Comentário postado por uma mulher no dia 3 de abril).

«A casa-grande treme com o fim da senzala» (Comentário postado por um homem no dia 28 de março)

CONCLUSÃO

Este estudo buscou compreender melhor alguns aspectos da recepção social da nova legislação trabalhista que regula a relação entre patrões e empregados domésticos no Brasil, mais conhecida como a PEC das domésticas, a partir da análise de 393 comentários de um BLOG que abrigou uma campanha visando reduzir os encargos trabalhistas para os empregadores domésticos. O teor emocional e o conteúdo agressivo e provocativo dos comentários podem ser considerados traços característicos das opiniões emitidas, tanto daquelas que criticam, de alguma forma, a legitimidade de tal legislação, quanto daquelas que acusam os patrões de explorarem seus empregados domésticos, mantendo com os mesmos resquícios de relações escravagistas.

A intensa mobilização afetiva provocada pela discussão sobre a regulamentação da PEC das domésticas indica como o risco de mudança na organização do tempo doméstico pode colocar em questão certa “estabilidade” da chamada ordem social, envolvendo questões como: a participação das mulheres no mercado de trabalho, as relações hierárquicas entre grupos sociais, entre outras. Por fim, cabe aqui ressaltar que, embora tenha ocorrido uma polarização entre discursos “contra o governo e contra as empregadas domésticas” e discursos “contra os patrões”, uma análise de gênero nos permite afirmar que os discursos antagônicos se aproximam ao naturalizar o trabalho doméstico como sendo uma atribuição feminina, sem menções significativas à possibilidade de que as mudanças interfiram na atual divisão sexual do trabalho.

REFERÊNCIAS

- Araújo, C., Scalón, C.(orgs.). (2005) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Editora FGV: Rio de Janeiro.
- Araújo, E. R. (2011) “A política de tempos: Elementos para uma abordagem sociológica”. *Revista Política e Trabalho*, 34: 19-40.
- BLOG do Insituto Doméstica Legal. (2013). Recuperado de: <http://www.domesticalegal.org.br/>.
- Franch, M. (2008) *Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre as práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife* (Tese). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Curso de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia.
- Novo Jornal. (2013). *Os pecados da PEC*. Recuperado de: http://www.novojornal.jor.br/_conteudo/2013/03/economia/9647-os-pecados-da-pec.php.
- Hirata, H. (2002) *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*, Boitempo Editorial: São Paulo.
- Nowotny, H. (1989) *Le temps à soi. Genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Éditions de la Maison des sciences de l'homme: Paris.
- Sue, R. (1994) *Temps et ordre social*. Presses Universitaires de France: Paris.

A “Rehab” da Palavra

MARIA JOANA PEREIRA¹

INTRODUÇÃO

É difícil, para não dizermos inimaginável, entendermos a vida humana sem o contacto e sem que seja objeto, mesmo que inconscientemente, a influência da canção, ou seja, da palavra dita com melodia e em ritmo.

Como auxílio comunicacional, na união performativa da música e da palavra, a canção assume na contemporaneidade a maior relevância, quer na convivência inter pares, quer como companheira quando se está. Aparentemente, ao dar-se maior atenção à música e à imagem, na actualidade a palavra surge secundarizada. Este fenómeno retira o equilíbrio exigível ao conjunto de música, palavra e imagem, indispensável na sua contribuição para a harmonia interior do Homem e das relações sociais.

Pretendemos, pois, lançar um alerta fundamentado à necessidade de reabilitação da palavra.

1) - A PALAVRA

“do latim é parábola que, por sua vez, deriva do grego parabolé” in Gramática Metódica da Língua Portuguesa

Definir, com exatidão, o significado da palavra será certamente uma tarefa difícil. Mas, para percebermos conscientemente a sua importância precisamos de, pelo menos, tentar chegar a uma definição simples.

Num dicionário podemos encontrar uma definição curta, contudo pouco elucidativa no que respeita à sua origem e à sua importância:

“nome feminino; unidade linguística dotada de sentido, constituída por fonemas organizados numa determinada ordem que pertence a uma (ou mais) categoria(s) sintática(s) e que, na escrita, é delimitada por espaços brancos; termo, vocábulo. (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2004)

No entanto, como é evidente, as fontes não se esgotam num único dicionário. A procura do significado e importância determina também a busca enciclopédica. Consultando a Enciclopédia Online da Porto Editora - Infopédia, podemos

¹ E-mail: mjp.jazz2011@gmail.com

constatar que não existe apenas um conceito de palavra, mas sim várias interpretações linguísticas.

Pode-se, então, dizer que a Palavra tem a faculdade de revestir forma sob vários pontos de vista, que são eles: a ortografia, a fonologia, a morfologia, lexicografia ou morfo-sintaxe. Parece-nos que todas estas interpretações linguísticas são importantes para a palavra no seu todo, todavia destacamos a lexicografia como sendo uma súpula de todas as outras:

"palavra ou lexema (em lexicografia): unidade abstrata que encerra um significado específico e que reúne o conjunto das formas possíveis pelo processo morfológico da flexão. É a palavra tal como ela surge inventariada nos dicionários, com informação semântica e morfológica".

No prosseguir da pesquisa encontramos em Varrão uma noção elevadamente elaborada.

"Este vê a palavra como uma espécie de átomo da língua, átomo esse que apresenta formas variáveis. Para Varrão a palavra é uma construção abstracta, a unidade invariante de um dado número de formas variáveis." (Varrão cit. in Marçalo: 55)

Cremos que Varrão² se referia à palavra como átomo em sentido filosófico, ou seja, de que é indivisível, resultando da associação de factos simples, da associação automática de ideias e representações. Prosseguindo na análise, confrontamo-nos com Maria João Marçalo, que nos diz, à semelhança dos estudos gramaticais da Technè, que a palavra é como unidade básica da descrição, a lexis e como unidade superior, logos - frase. E, de acordo com a mesma autora:

"A dicotomia lèxis/lógos está presente na República de Platão e também na Retórica e na Poética de Aristóteles. Nestas obras, a lèxis refere-se à forma de expressão que se opõe ao conteúdo expresso – lógos. No decorrer da História, o valor semântico deste par lèxis/lógos evoluiu e com os estóicos, fazendo fé nos escritos de Diógenes Laércio, a lèxis é apenas "a voz articulada que pode ser anotada através de letras", sendo lògos "a voz dotada de sentido emitida pelo pensamento". (Marçalo, 2008/2009: 5)

Posto isto, podemos concluir, simplesmente, que a palavra é constituída por um conjunto de letras (grafia) ou sons (fonia) de uma língua, que traz consigo uma ideia que deve ser associada a esse conjunto de letras e sons.

Também em sede de conclusão, pode-se dizer que a função da palavra é representar partes do pensamento humano e que o acto de a verbalizar faz dela uma unidade da linguagem humana.

² De seu nome latino Marcus Terentius Varro Reatinus, o polígrafo Varrão viveu entre os anos de 116 e 27 a. C. Homem de grande erudição, escreveu uma obra vasta, da qual só parte chegou até nós. Ficou sobretudo conhecido como satirista. Desempenhou também funções militares e de administração, tendo a sua vida ficado marcada pelas vicissitudes das guerras civis dentro do Império Romano. - Varrão. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. [Consult. 2013-02-12]

2) A CANÇÃO E OS SEUS COMPONENTES

2.1- A CANÇÃO

Seguindo a mesma linha de investigação, pretende-se chegar a uma noção de canção e, se possível, identificar as suas partes constituintes. Por conseguinte, primeiramente iremos analisar a definição encontrada no dicionário convencional da Porto Editora (2004) para, a partir daqui, tentarmos dar forma ao conceito.

canção s.f. 1 MÚSICA composição .musical com letra destinada a ser cantada; 2 cântico; 3 LITERATURA forma poética, de origem provençal, constituída por uma série de estrofes heterométricas e rematadas por uma estrofe mais curta (Do lat. cantione-, «canção»)

Com base nesta definição de uso corrente percebemos que a canção é uma composição musical, cujo objectivo é o de ser cantada, pressupondo-se, assim, que a canção contém dois elementos integrantes: uma música e uma letra, a ser cantada.

No entanto, podemos ir mais além evocando que a canção, segundo o dicionário de música *The New Grove of Music and Musicians*, é feita para uma voz ou vozes, e pode fazer-se acompanhar ou não por um instrumento.

É claro que a canção foi evoluindo ao longo dos tempos: passou por várias transformações e foi-lhe sendo dado mais ou menos peso consoante a época. Segundo o *The New Grove of Music and Musicians*, a canção já era uma forma de expressão importante na Idade Média, onde havia, inclusivamente, a preocupação meticulosa de agrupamento de palavras.

Por seu turno, no Séc. XV, por se tratar de uma forma musical cantada, houve uma grande preocupação com a canção, dando-se primazia à declamação, havendo a intenção de enaltecer os textos escritos e de os tornar mais compreensíveis, procurando uma maior proximidade com o ouvinte.

Anotamos, ainda, o facto de no Séc. XVI surgirem várias teorias de como a canção era constituída por parte musical e parte escrita e por forma a ser distinguida das demais expressões musicais, a música deveria ser subserviente ao texto, advogando-se que a canção devia ser acompanhada somente pelo alaúde, com o intuito da não dispersão da mensagem.

Desta pequena incursão no tempo histórico, retira-se que a canção, desde a Idade Média, não mais sofreu grandes alterações na sua estrutura base até aos dias de hoje. Ela compõe-se, na sua essência por uma música e por uma letra, cujo objectivo principal consiste na transmissão de uma mensagem.

2.2- AS PARTES INTEGRANTES DA CANÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Após encontrarmos o significado de canção e de se identificarem as suas partes integrantes, importa fazer uma análise de como a canção se apresenta nos dias de hoje.

Está para nós claro que a canção é constituída pela parte musical e pela letra escrita. Contudo, nos dias de hoje, com o avançar das tecnologias ousamos dizer que há uma nova parte que a integra - desta feita a imagem.

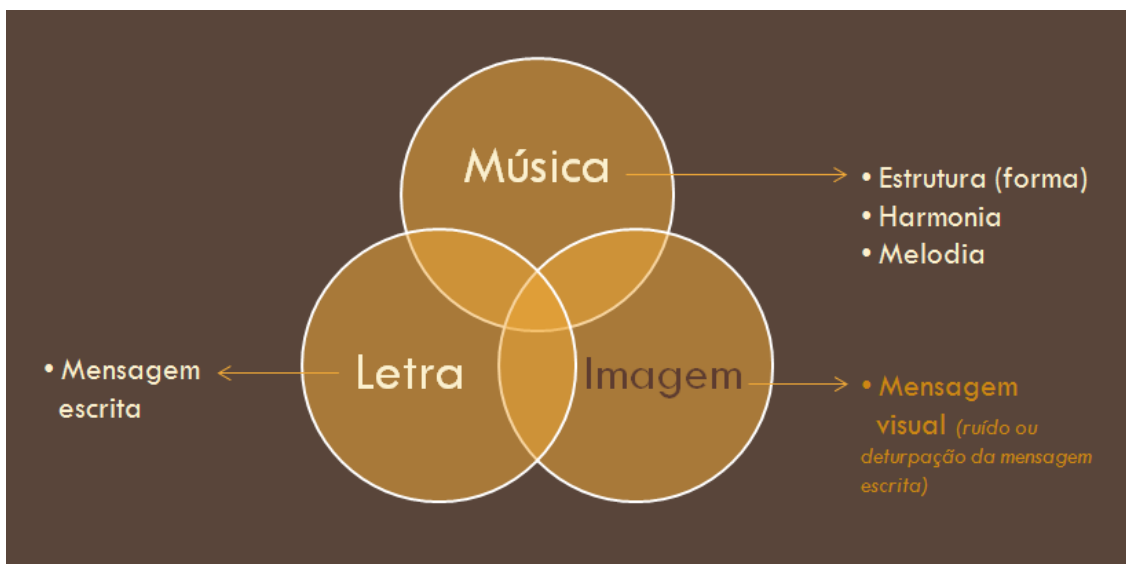


Figura 1 - As partes integrantes da canção na contemporaneidade

Para se perceber o porquê da inclusão da imagem na definição de canção no Séc. XXI, há que apontar breves acontecimentos ou factos históricos. Debrucemo-nos, desde logo, sobre a história do fonograma a partir dos anos 60.

No início dos anos 60, os veículos de audição existentes eram o disco vinil ou a fita magnética. Aconteceu que, em plena expansão das editoras musicais, se deu o choque petrolífero de 1973, o que arruína a produção, uma vez que a matéria-prima necessária à produção do disco era constituída por derivados de petróleo. A partir desse momento, começa-se a pensar noutras formas de distribuição da música. É, então, que se expande a cassette, que já existia desde 1963, como uma possível solução de divulgação musical.

Podemos assim, afirmar que a cassette foi a primeira grande revolução fonográfica, pois permitiu, em razão dos seus baixos custos de produção e às suas funcionalidades de reprodução e gravação, ser proliferada em massa, trazendo um novo horizonte alargado à música.

A cassette, no formato que hoje conhecemos, possibilitou que qualquer pessoa levasse a música consigo, por se tratar de um objecto pequeno, que podia ser reproduzido em aparelhos também pequenos e portáteis, bem ao contrário dos discos vinil.

Apesar da grande relutância, sobretudo manifestada pelos audiófilos e pelas grandes companhias fonográficas, a cassette “veio para ficar”, sendo unicamente substituída ao fim de várias décadas, pelo CD.

Tanto a cassette como o cd possibilitaram a reprodução de áudio sem o controlo das companhias fonográficas e fez com que cada um a seu tempo se multiplicasse a velocidades alucinantes para a época.

Desde a crise de 1973 e da entrada da cassette no mercado que as crises fonográficas se dão sucessivamente, muito embora, com o aparecimento do CD na década de oitenta, tivesse havido um recuo quanto às crises, já que as editoras aproveitaram este novo formato CD para reeditar grande parte do seu espólio, anteriormente editado em disco vinil e em cassette.

Uma vez que o CD era já um dado adquirido em casa das pessoas, estava chegada a hora de desenvolver um novo suporte que possibilitasse conjugar o som com a imagem. Neste enquadramento surge o DVD em 1996.

Em meados dos anos 90 já estávamos a caminho da nova revolução tecnológica, que embora nascida em 1989, só nos anos 90 se veio a tornar acessível - a World Wide Web (www.)

Toda esta constante evolução levou ao colapso das editoras fonográficas. A crise discográfica instalou-se. Após a inclusão da internet nas casas das pessoas e a preço acessível, por muito esforço que houvesse por parte das editoras, nada se conseguiria fazer para parar esta maré.

Com esta realidade, é já nos finais do século XX e durante a primeira década do século XXI que as editoras, na tentativa de reavivar o mercado, começaram a investir na produção de DVDs de música, gravando espetáculos ao vivo, como também produzindo vídeos de promoção. O que se verificou foi que nem esta tentativa resultou, face aos custos de produção de um DVD musical e à pirataria cibernética.

Seguiram-se os mp3 e os Ipods acompanhados de Iphones que marcaram definitivamente a revolução da difusão da música, promovendo cada vez mais um mundo globalizado.

Gostaríamos, ainda, de referir um aspecto de pormenor, mas que julgamos ter sido preponderante na alteração de hábitos no que concerne à audição de música em Portugal.

Será que já se percebeu por que é que nos estabelecimentos públicos já não se ouve música sem ser através dos canais temáticos de televisão? Pois é, a razão é simples e económica.

Com as sucessivas revoluções tecnológicas as editoras precisaram de criar novas formas de criar riqueza para si. Para tal, foram realizadas conversações com a SPA (Sociedade Portuguesa de Autores) no sentido de fazer frente a todo este mundo novo, um mundo dominado pela pirataria e pelo acesso livre à música. Deste modo, foram sendo instituídas taxas de direitos autorais a estabelecimentos públicos que passassem música durante o período de funcionamento. Para além desta taxa, os estabelecimentos têm de suportar uma outra taxa para usufruírem da televisão por cabo ou satélite. Pois bem, ambas as taxas, para um estabelecimento com uma lotação a rondar as 100 pessoas, ficam no valor aproximado de 447€, enquanto que se optarem unicamente pela taxa de televisão o custo é apenas de 99€ ano.

Percebemos que a introdução da imagem como parte integrante da canção não é de hoje. Porém, em contexto de crise, compreendem-se as opções em não adquirir música e em não pagar direitos de autor para transmitir música. Todo o contexto

e as condições que nele se operam, levam-nos a ir à internet procurar o vídeo que nos vai trazer o prazer e satisfação em determinado momento ou a estar sentados numa esplanada de café a ver canais temáticos de música, onde a música só por si não funciona, por onde passam de manhã à noite vídeo-clips com imagens hiper produzidas, que não são mais do que fruto da tecnologia e da contemporaneidade.

Moisés Martins (2011) diz-nos que “a deslocação da palavra para a imagem começou há mais de um século. Desde a invenção da fotografia por meados do século XIX, até às redes cibernéticas e aos ambientes virtuais, passando pela imagem do cinema e da televisão, a imagem não tem parado de seguir o seu caminho (...)” (Martins, 2011:72)

II)

1) - “REHAB” DE AMY WINEHOUSE

Amy Winehouse, cantora britânica que foi catapultada para as luzes da ribalta com o seu hit “Rehab”, acabou por falecer muito jovem, vítima dos seus excessivos abusos de álcool e de drogas.

Na canção “Rehab” presume-se que Amy conta a sua própria história, a história de alguém que tem problemas com um vício e a quem os seus entes queridos quereiam ver em processo de reabilitação. Daremos destaque unicamente à primeira estrofe da letra que transcrevemos em seguida:

They tried to make me go to rehab, I said, no, no, no
Yes, I've been black but when I come back, no, no, no
I ain't got the time and if my daddy thinks I'm fine
They tried to make me go to rehab, I won't go, go, go
Eles tentaram que eu fosse para a reabilitação, eu disse 'não, não, não'
Sim, eu tenho estado mal mas quando eu voltar, não, não não
Eu não tenho tempo e se o meu pai acha que estou bem
Eles tentaram que eu fosse para a reabilitação, eu não irei, irei, irei

“Rehab” obteve em 2008 variadíssimos prémios dos quais se destacam as três nomeações para o Grammy Award, das quais venceu todas.

Segue-se um quadro com os resultados das nomeações:

Ano	Trabalho	Categoria	Resultado
2008 ^[9]	"Rehab"	<i>Record of the Year</i>	Venceu
		<i>Song of the Year</i>	Venceu
		<i>Best Female Pop Vocal Performance</i>	Venceu
	Amy Winehouse	<i>Best New Artist</i>	Venceu
	<i>Back to Black</i>	<i>Album of the Year</i>	Indicado
		<i>Best Pop Vocal Album</i>	Venceu

Quadro 1 - Lista de nomeações de Grammy's para “Rehab” in wikipédia

Como podemos verificar, “Rehab” venceu a canção do Ano, a gravação do ano e a melhor interpretação feminina.

III)

1)- O TRÁGICO, O BARROCO E O GROTESCO

"O trágico é uma figura que normalmente vemos associada à literatura - é uma forma literária. O barroco é uma figura que assinala um movimento e um momento da história da arte ocidental. O grotesco é uma figura que exprime uma sensibilidade estética. As três formas são figuras avessas à ideia de totalização da existência, o que quer dizer, que são figuras avessas à sua ideia de perfeição e de harmonia. São figuras que declinam um destino sacudido pela vertigem do fragmentário, do marginal, do mundano e do profano, dando-nos a ver, além disso, o carácter viscoso, sinuoso, titubeante e labiríntico da condição humana." (Martins, 2011: 187)

A análise da canção Rehab, a que nos propomos, será feita com base nestes três conceitos, definidos em Martins (2011):

- Trágico em oposição ao dramático: contradições sem resolução do conflito
- Barroco em oposição ao clássico: linhas curvas, de dobras, e superfícies côncavas
- Grotesco em oposição ao sublime: formas desproporcionadas de um mundo rebaixado, invertido e desarmónico

Abordamos estas ideias por fazerem parte de um imaginário, que revela a condição humana como algo instável e sobretudo a ausência de identidade, o que nos leva a viver em cenários de crise interna, nacionais e até mesmo globais.

Observamos a canção já na sua dimensão do séc. XXI onde se reúnem ou fundem a música, a letra e a imagem. Para tal desiderato, tomamos como suporte o video-clip de "Rehab". (Ver Anexo 2)

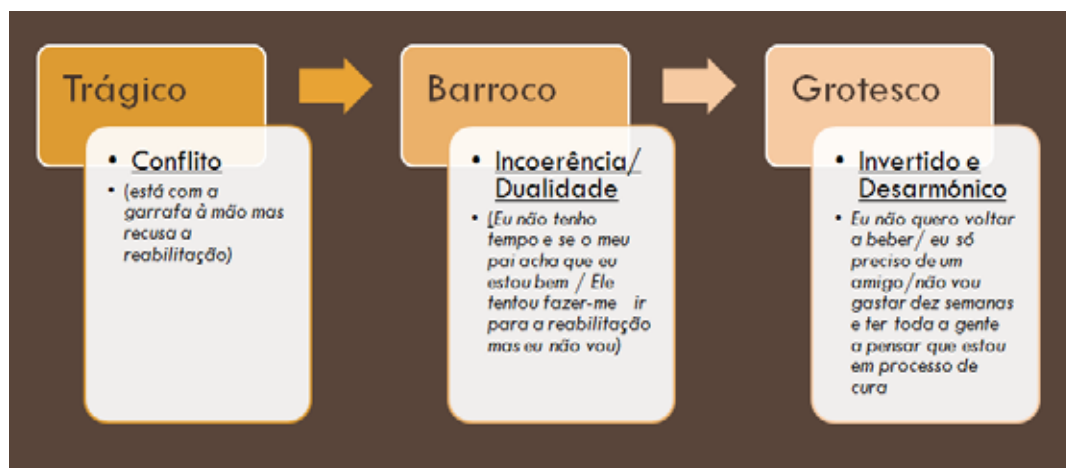
Determinamos, assim, analisar os elementos do trágico, do barroco e do grotesco em cada uma das componentes da canção para melhor percebermos a sua dimensão na cultura contemporânea.

1.1 - A LETRA

"Dantes fazíamos música para um poema, o que se dizia era primordial. A essência da canção era aquilo que se transmitia às pessoas." (José Niza, 2010)

Podemos partir das palavras do compositor Português, José Niza para que, perante o seu mote, consigamos interpretar a letra de "Rehab" (Anexo 1)

Ao confrontarmo-nos com o quadro abaixo facilmente percebemos que há incoerência na mensagem que está a ser passada através da canção. Poderemos, inclusive, questionar se há alguma ideia clara a ser transmitida ou se existem unicamente fragmentos de texto que vão fazendo sentido, aqui e ali.



Quadro 2 - comparação de formas na letra

Aquilo que concluímos, em relação à letra e à sua mensagem, é que alguém quer que outro alguém vá para a reabilitação mas este diz que não, não e não.

Temos, por isso, uma aversão total à mensagem que aqui está a ser passada. Toda a mensagem se manifesta fracturada e até mesmo destrutiva. Percebem-se claramente o trágico, o barroco e o grotesco, porque nenhuma frase ou expressão na letra existentes nos remete para o dramático, o clássico e o sublime. Chegamos até a afirmar que jamais este texto chegaria a ser dramático, uma vez que não dispõe no contexto de uma linha de pensamento coerente, ainda que doloroso.

1.2- A MÚSICA

"A música exprime a mais alta filosofia numa linguagem que a razão não compreende" - Arthur Schopenhauer

Analisaremos os aspectos formais da canção "Rehab" com base na sua partitura em anexo - (anexo1)

Musicalmente, podemos analisar a canção quanto à sua forma ou estrutura, harmonia e melodia. E, porque se trata de uma canção, também devemos analisar a letra no sentido em que esta deve influenciar a música e vice-versa.

Uma das primeiras coisas a identificar numa partitura musical é o tipo de compasso. Este é determinado pelo número de tempos musicais que nele estão escritos e de que forma devem ser tocados. Olhando para a partitura em questão conseguimos ver que logo após a armação de clave, que no caso é de Dó, vemos dois números 4/4, que significam 'compasso quaternário'.

Segundo Fuks (1992), o compasso quaternário "é um ritmo que se apoia no movimento normal do homem, para melhor executar a função de controlo entre os corpos", o que nos leva a concluir que estamos perante um compasso que facilita bastante a assimilação da música por parte do ouvinte.

A melodia está escrita no modo de Dó blues que usa alternadamente a terceira menor e a terceira maior do acorde (mi bemol e mi natural). Um acorde é um conjunto de três notas (tríade) sobrepostas com base numa escala. Existem 4 tipos de tríades:

maior, menor, diminuta e aumentada. Todavia, para a nossa análise ser-nos-á necessário abordar apenas a maior e a menor.

Para fazer um acorde (tríade) é preciso haver uma nota fundamental, que é tida como a base e é a que dá o nome ao acorde; uma outra, a segunda nota, que é a terceira nota da escala adoptada, fazendo o intervalo de terceira menor ou maior relativamente à fundamental, sendo este intervalo que determina o carácter do acorde; e a terceira nota, que é a quinta da escala que também tem que constituir um intervalo de terceira maior ou menor.

Para exemplificar faremos um acorde de dó maior, cujas notas constituintes serão:

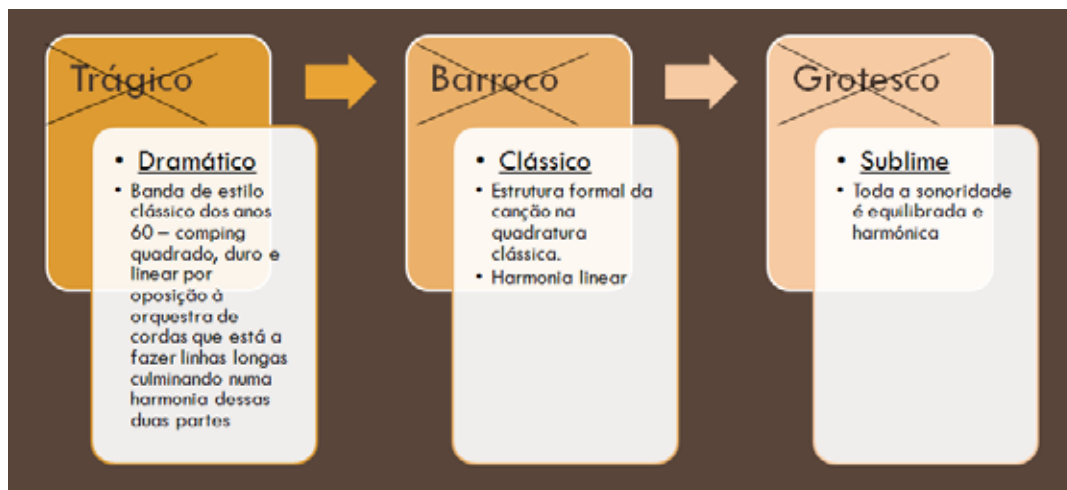
1ª 3ª 5ª
Dó Ré Mi Fá Sol Lá Si Dó

Sendo assim, verificamos que a canção em estudo está em modo maior, pois segundo a partitura (anexo1) os acordes principais são maiores.

Podemos ainda analisar, que apesar da harmonia poder ser considerada 'Bluesy' (pois os acordes embora sejam maiores contêm uma 7ª menor), toda a toada da instrumentação e do ritmo é de modo maior e, por isso, bastante alegre.

Quanto à forma ou estrutura da canção, esta é simples, de AABBA em que os As são na tonalidade maior e os Bs em menor. Contudo, o tom menor da parte B é Lá menor, que é a relativa menor de Dó Maior, ou seja, a tonalidade dominante da canção continua a ser a de Dó Maior.

Percebemos, portanto, que no que concerne à música e contrariamente à análise feita da letra, "Rehab" não tem elementos trágicos, barrocos ou grotescos.



Quadro 3 - comparação de formas na música

“...se a música permanece tonal é porque, através da atração que a tónica exerce neste sistema, a musiquinha consegue obter certo tipo de resposta que lhe é indispensável. Esta tendência gravitacional da tonalidade dá ênfase a certas regiões sonoras no interior da música – e, se alguma mensagem for colocada neste lugar adequado, o recado será, certamente, assimilado. É esta precisão do sistema tonal que é imprescindível à musiquinha de comando.” (Fuks, 1992: 5)

No caso em estudo, salientamos que na repetição da letra em que Amy diz - no, no, no, - estamos perante a repetição da nota da tónica dó, na tonalidade de Dó Maior, o que faz acentuar o significado da letra e a mensagem passada, que conferindo-lhe a acção de comando e fazendo com que o recado seja assimilado, é a de dizer não à reabilitação.

1.3- A IMAGEM

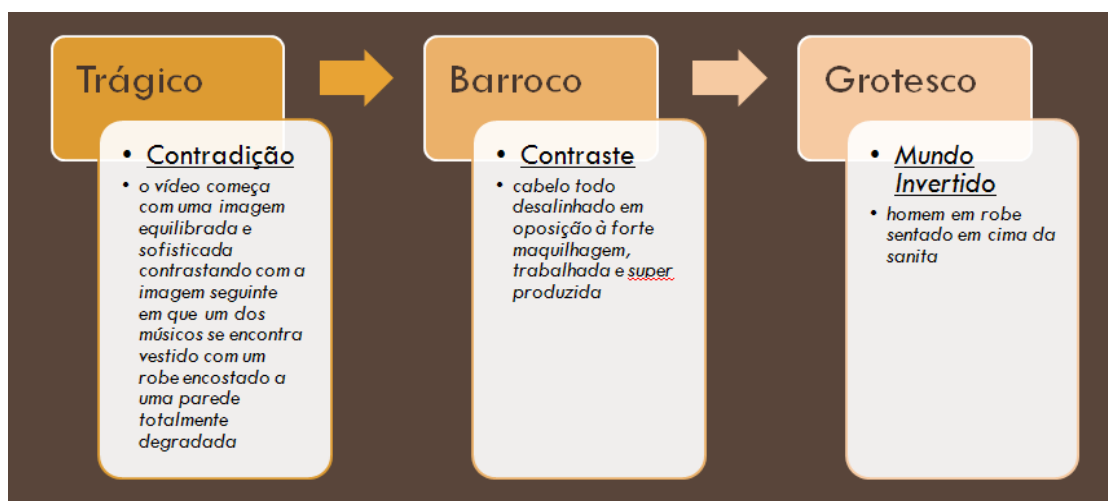
"Vivemos numa época que idolatra as imagens, sem sequer se preocupar em ver como elas podem ser limitadas e limitantes". (Landeg White, 2007: 203)

Perante a afirmação de White, e com base na análise conforme os conceitos anteriormente enunciados, ao observar o vídeo-clip de "Rehab" percebemos imediatamente o quão limitado e limitante é o mesmo. Toda a narrativa é confinada a dois ou três espaços, que são um quarto, uma casa de banho e um vão de escadas, limitando-nos a uma realidade simulada, na qual os vários membros da banda estão vestidos de pijama encontrando-se por exemplo todos na casa de banho a tocar os seus instrumentos musicais.

Por outro lado, há um contraste bem marcado no que toca à perfeição da maquilhagem da cantora que em qualquer dos cenários e em qualquer figurino, se encontra devidamente maquilhada independentemente de ter acabado de acordar, esteja na casa de banho, na rua ou até mesmo à espera de uma reunião.

"Reverberante de luz, a imagem tecnológica simula a transparência e a harmonia do mundo, ao projectar uma beleza que não fana, uma juventude que não fenece e uma saúde que não é corruptível" (Martins, 2011)

Segundo Baudrillard, vivemos em simulacro, na procura da realização em imagem. O viver em simulacro é precisamente o viver em contradição, em contraste e num mundo invertido, resoluções que tirámos desta análise e que são apontadas no quadro seguinte.



Quadro 4 - comparação de formas na imagem

REFLEXÕES FINAIS

A música sempre fez parte da vida do ser humano. A nossa ligação com a música começa muito cedo e normalmente através da voz que é e sempre será o nosso primeiro instrumento. Todos nós, desde pequenos, estamos em contacto com a canção, pois ela é muitas vezes o elo de ligação entre pais e filhos, nas mais variadíssimas circunstâncias.

Como já foi falado anteriormente a canção é uma forma musical de passar uma mensagem inteligível e se possível concreta, sendo este o factor de distinção das demais formas de expressão musical.

A canção é também um veículo de valores. É, inclusivamente, um meio muito usado com as crianças, quando se pretende que sejam passados valores e conhecimentos que pais e educadores consideram importantes na aprendizagem.

É, pois, partindo do conjunto destes factos enumerados e analisados, que afirmamos que a canção "Rehab" não está construída segundo os pressupostos simbólicos atribuídos a esta forma de expressão musical.

Com isto, podemos dizer que a letra da canção está em contradição com a música e, portanto, se traduz num produto grotesco.

A mensagem global da letra explícita e implícita é de que se trata de uma pessoa fraca, em conflito, provavelmente triste e em depressão. Já a mensagem global da música e da imagem, transmite uma sensação de que estamos perante uma pessoa forte e assertiva.

Chagas (2001) ressalta que, no processo terapêutico, o indivíduo não canta simplesmente uma canção, "mas se apropria dela". Perante esta afirmação de Chagas, percebemos inevitavelmente o poder da letra de uma canção e a importância da palavra, quando no lugar certo.

Em nosso entender não se deveria divulgar globalmente uma canção cuja mensagem é o vício, quer seja da droga, quer do álcool, pois estes constituem uma prisão e tolhem a liberdade de cada um.

Num mundo em crise de identidade, em plena cultura 'agorista' e envoltos na tecnologia que desenraíza, não é curial transmitir sensações de insegurança, inclusivamente dando o exemplo real do que é ser dependente de substâncias nocivas ao desenvolvimento harmonioso do ser humano, bem se sabendo que é na fase da adolescência que a vivência musical cantada é mais sentida.

"A verdade é que é preciso de novo recorrer a palavras como mediadoras do sentido." (White, 2007)

Em conclusão, resta-nos dizer que um artista com a projecção mediática de Amy Winehouse não pode fazer de conta que aquilo que diz não tem impacto no seu público, no caso, infelizmente, negativo.

José Mário Branco em entrevista ao Público disse:

"Pertença a uma geração anterior ao pós-modernismo, em que nós aprendemos que, ligada a qualquer estética, há sempre uma ética.

Quando me perguntaram, no princípio dos anos 80, 'Você é um cantor de Intervenção?', eu disse: 'Somos todos cantores de intervenção'. Marco Paulo é um cantor de intervenção. Intervém à sua maneira e eu intervenho à minha. Agora, não me venham dizer que aquilo é neutro. Não há neutralidade possível quando se está a falar para milhares de pessoas. Está ali um tipo a dizer umas palavras, a tomar umas atitudes e, portanto, a transmitir modelos que levam à reprodução do sistema social tal como ele está, ou a colocar em causa esse sistema social e a sugerir pistas, eventualmente erradas. Nunca se vai impunemente para cima de um palco."

É urgente a "Rehab" da Palavra...

REFERÊNCIAS

- Alvarez, L. (2009) "A cantiga é uma arma", *Público Online*, consultado em 15/04/2009.
- Barboza, V. (2008) *O Papel das Canções na Educação Infantil*, Rio de Janeiro: Centro de Letras e Artes da UNIRIO.
- Bónis, F. (1995) "Major", in Sadie, S. (Ed) (1995) *The New Grove, Dictionary of Music and Musicians* (Vol. 11), Londres: Macmillan Publishers, pp. 544-545.
- Chagas, M. (2001) "Cantar é mover o som", in *Anais II Fórum Paranaense de Musicoterapia, Encontro Paranaense de Musicoterapia, II Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia*.
- Chew, G. (1995) "Song", in Sadie, S. (Ed) (1995) *The New Grove, Dictionary of Music and Musicians* (Vol. 11), Londres: Macmillan Publishers, pp. 510-521.
- Frota, A. (2008) *O Sincretismo nas imagens móveis*, Dissertação, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Leenhardt, J. (2007) in Pinheiro de Sousa, A. et al. (Eds.) (2007) *A moderna diferença - A Palavra e a Imagem*, Lisboa: Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, pp. 105 – 109.
- Marçalo, M.J. (2008) in *Filol. linguíst. port.*, 10-11 : 53-68.
- Martins, M. (2011) *Crise no Castelo da Cultura, das Estrelas para os Ecrãs*, Coimbra: Grácio Editor.
- Pereira, G. & Sá, L. (2006) "A utilização da canção em musicoterapia como recurso potencializador da ação terapêutica", *XII Simpósio Brasileiro de Musicoterapia*, Goiânia-GO.
- Rito, A. (2010) "Canção de Protesto. A cantiga já não é uma arma?", in *Online*, consultado em 23/06/2010.
- White, L. (2007) "A palavra que diz mais que 1000 imagens", in Pinheiro de Sousa, A. et al. (Eds.) (2007) *A moderna diferença - A Palavra e a Imagem*, Lisboa: Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, pp. 203-205.
- Winehouse, A. (2006) "Rehab", in *Amy Winehouse, Back to Black*, Londres: Hal Leonard, pp. 7 – 11.
- (s/a) (2004) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto: Porto Editora.
- (s/a) (2009) *Gramática metódica da língua portuguesa*, Saraiva Editora.

A Televisão em Tempos de Crise: representações, discursos e soluções na realidade da TV

JOSÉ PEDRO ARRUDA¹

INTRODUÇÃO

Este artigo assenta nas conclusões da minha dissertação de Mestrado em Sociologia, intitulada «"Eu vi na TV!" – Reflexão sociológica sobre os mecanismos televisivos de produção do "real"», apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em Julho de 2011. Na primeira parte desse trabalho, procurei definir, em termos gerais, as principais linhas ideológicas que definem o projeto da modernidade, desde os seus fundamentos até à sua fase mais atual, definida como pós-modernidade, modernidade líquida ou modernidade reflexiva, tal dependendo do autor ou dos aspectos que se pretendam valorizar. Na segunda parte, procedi a uma análise interpretativa do trabalho empírico realizado, o qual consistiu no visionamento, registo e exame de cerca de trezentas horas de programação televisiva, distribuídas pelos sete dias semanais dos dois canais abertos da Rádio Televisão Portuguesa (RTP1 e RTP2), entre Dezembro de 2010 e Fevereiro de 2011.

De forma a testar a correspondência entre a realidade televisiva e alguns dos pilares ideológicos do mundo moderno, procurei estabelecer ou rejeitar paralelismos entre ambas as construções. Neste artigo, não irei aprofundar a minha reflexão sobre o processo de construção da modernidade, procurando não me afastar das conclusões que a análise empírica me possibilitou. No entanto, sempre que falamos de televisão, devemos considerar que não estamos a explorar uma realidade desconhecida ou pouco familiar. Qualquer estudo sobre televisão carrega também consigo toda a experiência individual dos investigadores enquanto público de TV, acumulada ao longo de anos e em relação à qual não é possível efetuar uma completa abstração. Nesse sentido, é possível que algumas das ideias aqui expostas contenham também algumas das opiniões e formatações que fui construindo na perspectiva de telespectador e cidadão português. Os dados que apresento são ilustrativos da realidade televisiva, mas não devem ser entendidos como um cenário fechado, dada a capacidade que a TV tem para recriar-se.

¹ E-mail: jose.p.arruda@gmail.com

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A crença na ciência como garantia do futuro do ser humano é um dos pilares da modernidade. Desde o senso-comum até aos discursos de especialistas, a tecnociência é apontada como indispensável ao desenvolvimento da espécie e à preservação do planeta. Nos *media* e na opinião pública, o nível de desenvolvimento de cada país é definido cada vez mais pela sua capacidade tecnológica e científica. A importância atribuída à tecnologia para a classificação do grau de desenvolvimento de um país ou civilização assume um carácter materialista e/ ou evolucionista. A visão materialista, em sentido lato, considera os materiais e os meios de produção como os principais impulsionadores do progresso e o motor da história. Por outro lado, a perspectiva evolucionista traça uma linha evolutiva ascendente, unindo um passado remoto e longínquo a um futuro que não conhece limites, onde se inscrevem os diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico. Nesta lógica de organização temporal, o futuro é sempre apresentado como superior ao passado e o tempo é entendido como “um combate no qual há vencedores e vencidos” (Latour, 1994: 15). Na realidade televisiva, isto não é exceção: os programas dedicados à tecnociência raramente olham para o passado e o presente é, essencialmente, um veículo para o futuro. Independentemente da área científica, a modernidade encara o futuro como sinónimo de progresso e inovação.

Apesar de todos os aspetos positivos e de ser apresentada, quase invariavelmente, como algo benéfico, a ciência é entendida também como uma fonte de riscos que deve ser regulada. Mesmo no interior das ciências naturais surgem amiúde alertas para eventuais malefícios de uma evolução tecnológica descontrolada. Ecologistas e ambientalistas há muito que alertam para a necessidade de um desenvolvimento sustentável, tendo esse discurso passado para o campo político, tornando-se tema central de importantes cimeiras internacionais. Aliás, tem sido evidente o crescimento eleitoral dos partidos ecologistas, um pouco por toda a Europa, o que revela uma preocupação crescente, no seio da sociedade, com os riscos ambientais ou tecnológicos. As próprias indústrias acabam por adotar este discurso, tendo tornado comum, nas suas estratégias publicitárias, as referências a produtos “amigos do ambiente”, “não poluentes” ou “ecológicos”. A publicidade televisiva ajuda a confirmar esta tendência, particularmente nos anúncios da indústria automóvel, que procuram explorar os benefícios ambientais que as inovações tecnológicas dos novos bólides trazem.

Como sugere Beck (1992), a tecnociência produz cada vez mais tecnologias com vista a diminuir o risco associado às tecnologias já existentes, num processo contínuo de produção e reprodução de riscos. A ciência e a tecnologia são assim apontadas como a solução para os problemas que elas próprias produzem e as modificações tecnológicas que as indústrias introduzem, visando a referida sustentabilidade. A ciência é considerada essencial para prever desastres naturais, descobrir curas para epidemias, criar sistemas de defesa antiterrorismo, construir automóveis mais seguros, tornar as pessoas felizes, permitindo-lhes emagrecer sem sacrifícios

ou desmistificar erros históricos grosseiros, que partiam de formas de conhecimento não científicas e, como tal, consideradas erróneas ou falsas. Em suma, a ciência moderna apresenta-se como uma necessidade básica da civilização humana, fundamental para tornar a vida mais simples, saudável e segura.

Na realidade televisiva, o entusiasmo com que se apresentam as mais recentes e inovadoras descobertas no campo da genética, por exemplo, deixam entrever um futuro humano sem doenças incapacitantes, mesmo que, raramente, se procure discutir ou colocar alguns entraves do foro ético e moral. Os desenvolvimentos tecnológicos e científicos mais recentes, assim como as previsões sobre as próximas conquistas a alcançar, surgem na televisão na forma de notícias ou (sobretudo na RTP2) inseridos em documentários especializados e dedicados a uma área científica particular. Neste tipo de programas, os elementos técnicos e suas potenciais aplicações estão em evidência, promovendo-se a utilidade desses conhecimentos. As implicações negativas ou os efeitos colaterais das novas descobertas raramente são discutidos, assim como questões de ordem filosófica ou ética. Desta forma, a inovação científica apresenta-se como um fim em si mesmo, em vez de um meio para atingir objetivos sociais ou coletivos.

Embora a ciência e a tecnologia não sejam dos temas com maior destaque nos noticiários, a sua importância faz-se sentir em todas as categorias de programas, muitas vezes de forma diluída ou camuflada. Tanto ao nível dos noticiários como dos restantes programas de informação e entretenimento, os registos referentes à categoria “Ciência e Tecnologia” aumentariam imenso os juntássemos a temas como “Saúde e Medicina”, “Riscos e Acidentes”, “Comunicação e Media” ou “Ecologia e Ambiente”², direta ou indiretamente relacionados com a tecnociência. Na publicidade, a linguagem científica e a inovação tecnológica são apresentadas como mais-valias e garantias de qualidade. Por sua vez, na ficção, as frequentes séries e filmes sobre investigação criminal reproduzem a ideia de que a tecnociência é fundamental para a nossa segurança. Os detetives e investigadores forenses, representados nestes programas, utilizam mecanismos cada vez mais sofisticados para combater o crime e descobrir os malfeitores, que também dispõem de recursos tecnológicos evoluídos. Duas mensagens podem retirar-se deste modelo: em primeiro lugar, a tecnologia é neutra, podendo ser usada com bons ou maus propósitos; em segundo lugar, transmite-se a ideia de que só pela tecnologia é que se pode combater os malefícios e os riscos tecnológicos.

Outro indício da relevância da ciência na realidade televisiva é o insistente recurso aos discursos de especialistas na informação e no entretenimento. Médicos, técnicos ou outros cientistas são uma presença regular em estúdio, destacando-se quantitativamente de outros tipos de convidados nos programas de informação. A impossibilidade de uma compreensão perfeita por parte das audiências, na sua maioria leigas no que respeita aos conhecimentos altamente especializados dos oradores, é compensada pela autoridade dos especialistas, que optam por simplificar

² Estes temas correspondem a categorias de análise utilizadas na pesquisa empírica.

as conclusões dos trabalhos científicos, para que sejam compreendidas. O processo de produção dessas verdades fica assim fechado numa “caixa negra”, mas elas continuam a atuar como verdades.

DEMOCRACIA E LAICISMO

Outro dos pilares da modernidade é, indiscutivelmente, a defesa da democracia como único sistema de organização político-social válido. Por democracia, entenda-se um sistema político alicerçado no direito ao voto e ao sufrágio universal, na divisão de poderes e na sua alternância, no princípio de que todos os cidadãos são iguais por nascimento e, como tal, devem usufruir dos mesmos direitos. Os fundamentos ideológicos deste sistema, na sua versão atual e ocidental (já que o conceito original de ‘democracia’, como é sabido, nasce na cultura Helénica), encontram-se no Iluminismo e na Revolução Francesa, quando os valores da liberdade, igualdade e fraternidade se assumiram como princípios orientadores da sociedade. A nova ordem social opunha-se à organização clássica e medieval, que colocava a nobreza e o clero no topo das regalias e direitos, remetendo o povo e a burguesia para uma posição subalterna e inferior.

Os regimes totalitários da primeira metade do século XX constituíram um forte desafio e uma clara barreira para os valores democráticos. Após a Segunda Guerra Mundial, as democracias ocidentais, ainda assombradas pelo fantasma do nacional-socialismo e sob a ameaça do bloco soviético, retomaram em força a propaganda ideológica do liberalismo e da igualdade, denunciando e condenando as restrições à liberdade individual que, alegadamente, caracterizavam o regime dos seus opositores. Após o colapso da União Soviética, a oposição ideológica às modernas democracias do Ocidente perdeu fulgor, passando a situar-se em alguns países periféricos devidamente identificados, geralmente localizados na América Central e do Sul, no Extremo Oriente, ou em grupos de protesto internos, como partidos políticos de extrema-esquerda/ extrema-direita ou outros movimentos contestatários (anarquistas, ambientalistas, antiglobalização, etc.), geralmente dispersos e mal organizados, que não constituíam um verdadeiro perigo para a democracia.

A principal fonte de oposição política, ideológica e social da democracia transferiu-se então para os países árabes e islâmicos, onde os princípios da *Shari'a* e a teocracia continuaram a ser elementos estruturantes da organização social. A modernidade, na sua vertente político-ideológica, não admite a conjugação das leis seculares com as leis divinas. Para o mundo moderno, os mecanismos de regulação social devem permanecer desligados da religião e da crença em Deus. Pelo contrário, no mundo islâmico, não faz sentido a divisão entre “leis dos homens” e “leis de Deus”. Desde a última década, e em concordância com os dados da minha amostra, é notório que se tornou relativamente comum, no discurso televisivo, classificar o pensamento islâmico de “fundamentalista” e “extremista”. É também evidente que os representantes do sistema democrático, por seu lado, raramente são caracterizados com epítetos equivalentes, a menos que se tratem de líderes ou representantes de

partidos considerados demasiado à esquerda ou à direita do que é suposto ser um sistema democrático desejável.

A grande importância que a televisão confere ao modelo ocidental de democracia está bem patente na quantidade de referências ao “Contexto Político, Social e Económico” nos noticiários e nos restantes programas de informação, que é por larga vantagem o tema mais referido nestes espaços, pese embora a sua abrangência e amplitude. O claro domínio deste tema nos discursos televisivos, em particular nos noticiários, reproduz a ideia de que só uma população esclarecida e informada pode ter uma verdadeira participação democrática. É também de realçar que a larga maioria das notícias que se inserem nesta categoria refere-se aos países da União Europeia (UE) ou aos Estados Unidos da América (EUA), os primeiros representantes da democracia moderna. Porém, será também relevante reparar no destaque que é concedido aos principais opositores ideológicos do Ocidente. Os países árabes foram, neste período, a segunda região geoestratégica mais referida nas notícias, muito devido às transformações político-sociais que ocorreram nestes países. A histeria informativa que se gerou no Ocidente, no início de 2011, sobre as manifestações públicas no Norte de África, deve-se, em grande parte, ao facto de estas visarem implementar um sistema político democrático, baseado em eleições livres. A revolução egípcia, por exemplo, foi descrita como uma “vitória da liberdade sobre a opressão”, materializada na figura do ex-presidente Mubarak, geralmente descrito na TV como “ditador”.

A caracterização dos políticos não-ocidentais segue também padrões diferentes daqueles que são usados para representar os políticos do mundo democrático. Mesmo as figuras controversas do Ocidente, como Silvio Berlusconi, são apresentadas como representantes legítimos do seu país, pois encontram-se sujeitas ao controlo da justiça e do voto soberano. Por outro lado, os líderes de países que não seguem o modelo ocidental de democracia são frequentemente descritos como ditadores ou pessoas pouco sensatas. Exemplo disso encontrava-se no malogrado Hugo Chávez, que, com presença regular nos noticiários, era preferencialmente representado com discursos ou atitudes consideradas ofensivas e perigosas para os princípios democráticos. Refira-se também que, nas escassas vezes que Cuba foi referida na minha amostra, foi sempre no sentido de o seu líder interino ter aberto as portas a um novo sistema político e ao liberalismo de mercado. Neste caso, a caracterização não é negativa, mas sugere um desejo de mudança para “o lado certo”. Por último, deve registar-se a quase total ausência de figuras ou assuntos religiosos nos noticiários. A religião é remetida para espaços próprios, como curtos programas na RTP2, o que promove claramente a separação entre religião e política, suportando os valores de uma sociedade laica e secularista.

SEGURANÇA E CONFORTO

Embora a democracia esteja presente em grande parte dos discursos televisivos, a televisão demonstra e materializa a democracia mesmo sem falar dela, de

formas bem mais rapidamente assimiláveis que o discurso. Os valores democráticos, além de serem promovidos pela informação, encontram-se materializados na publicidade e pelo consumo. Como sugere Baudrillard (2005), a *Sociedade do Consumo* vive no mito de que o consumo democratiza o acesso aos bens e, consequentemente, torna os valores por eles representados, como a segurança e o conforto, acessíveis a todos. Através do consumo, garante-se a segurança existencial e o bem-estar, materializados nos produtos que “oferecem” uma vida mais saudável, menos riscos, maior eficácia, rapidez e simplicidade na execução de várias tarefas, prestígio social ou sucesso sexual. Em suma, o consumo é a garantia de que a felicidade está ao alcance de toda a gente.

Na realidade televisiva, é na publicidade que se encontra, de forma mais evidente, a associação entre consumo e a conquista da segurança e do conforto. Porém, esta característica também se verifica noutras categorias de programas. Na própria informação surgem muitas vezes referências a produtos ou tecnologias que podem tornar a vida das pessoas mais segura e/ ou fácil. No entretenimento, as conversas informais com os convidados fazem várias referências a produtos ou a materiais que estes utilizam para se sentirem melhor ou para ultrapassarem alguma situação complicada da sua vida. Na ficção, os símbolos de riqueza são constantemente exibidos, já que a grande maioria das personagens principais situam-se na classe alta ou média-alta. Desta forma, não se promove apenas o desejo de consumo, mas sim todo um modo de vida, que passa por morar em grandes casas, conduzir bons carros e viver desafogadamente, sem preocupações financeiras. Este estilo de vida, assim projetado, é claramente estruturante e precursor do desejo consumista.

Porém, não é apenas pelo consumo que os valores da segurança e do conforto são promovidos. Os dois pilares da modernidade anteriormente descritos, a ciência e a democracia, assumem também uma relação de causalidade com o desejo de bem-estar e de segurança. A tecnociência, por si só, promove a ideia de que a sociedade deve caminhar do sentido de garantir maior segurança e bem-estar, através de melhores cuidados de saúde, alertas e regulações ambientais, utensílios domésticos fáceis de utilizar ou mecanismos tecnológicos capazes de reduzir diversos riscos. A democracia, por sua vez, é o abono das liberdades individuais e dos direitos humanos. Além disso, os mecanismos de defesa e proteção civil do Estado, como as forças armadas, a polícia, os bombeiros ou o sistema jurídico são representados como garantia de segurança e de bem-estar, tendo grande destaque, tanto na informação como nos programas de ficção.

LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA E TEMPORAL

Parece um paradoxo falar de restrições geográficas e temporais num mundo que é muitas vezes descrito como uma “aldeia global”, onde o fenómeno da globalização parece incontornável e onde se dispõe de tecnologias que permitem acompanhar em tempo real algo que está a acontecer do outro lado do globo. Porém, talvez estranhamente, a esmagadora maioria da informação televisiva continua a situar-se

no Ocidente (União Europeia e EUA), seguido de perto pelos seus maiores opositores ideológicos, os países árabes. Isto significa que cerca de 75% do território mundial (incluindo África, Ásia e América do Sul) tem uma relevância substancialmente inferior à da Europa, por si só, mesmo tendo em conta que é no Extremo Oriente que se situam duas das três principais economias mundiais (China e Japão).

Além do escasso número de referências, há ainda que salientar o tipo de informação que é apresentada relativamente aos países não ocidentais. Ao contrário do que acontece em relação ao Ocidente, as notícias sobre estes países, tendencialmente, não procuram caracterizar o contexto político, social e económico, a menos que reportem situações de crise extrema, conflitos sociais, instabilidade política ou ameaças de guerra iminente. Além disso, são também noticiadas situações de acidentes ou desastres naturais de grande escala, sendo, nestes casos, uma das primeiras preocupações dos noticiários dar conta do número de europeus que se encontram entre as vítimas. A exceção a esta estratégia verifica-se, por vezes, no que respeita às ex-colónias portuguesas, particularmente as africanas, sobre as quais surgem reportagens esporádicas que dão conta do contexto social e político que atravessam.

Outros tipos de programas de informação, como documentários ou magazines, procuram, ocasionalmente, dar conta das condições de vida em países não-ocidentais. As escolhas recaem, quase invariavelmente, em países subdesenvolvidos onde as dificuldades económicas e de subsistência são evidentes. Nestes programas, muitas vezes assumidos como demonstrações de solidariedade ou de preocupação com os outros, a mensagem que se passa é que é muito mais difícil viver fora do Ocidente do que no seu interior. As pessoas e comunidades ali retratadas ilustram bem a separação semântica entre “desenvolvido” e “subdesenvolvido”. No entretenimento, as referências a países não-ocidentais, mesmo que do ponto de vista sociocultural, são bastante raras.

Quanto à ficção, a restrição geográfica é evidente: à exceção das novelas brasileiras e de dois filmes, transmitidos pela RTP2, originários de países africanos de língua oficial portuguesa, todos os programas de ficção registados tinham a sua origem na Europa ou nos EUA, com enorme destaque dos últimos. A ficção, que fornece modelos de comportamento e padrões culturais de referência, fica assim limitada a certos enquadramentos socioculturais, anulando dos seus registos estilos de vida alternativos e referências culturais externas ao Ocidente. Por seu lado, a publicidade vai ainda mais além, camuflando a existência do “outro” interno, já que, nos anúncios televisivos portugueses, as próprias minorias étnicas existentes em Portugal tornam-se invisíveis. Desta forma, a televisão cria os seus próprios estranhos, fazendo desaparecer pessoas e modos de vida, situados fora do que o mundo moderno deve aparentar.

Por outro lado, a perspectiva temporal que a televisão apresenta torna-se cada vez mais reduzida. O passado tende a desaparecer e o futuro nunca é apresentado para além do que é possível vislumbrar. A tendência de se projetar a realidade como uma sucessão de acontecimentos, consumidos de imediato, coloca o foco temporal

no presente e deixa pouco espaço de sobra para o antes e o depois. O futuro surge geralmente associado à ciência e tecnologia e, como já foi dito, costuma estar coberto de otimismo e de virtude. O passado, por sua vez, surge numa posição mais dúbia e ambígua. No que refere ao progresso tecnológico e material, o passado é sempre tratado com desdém e como algo que deve ser ultrapassado. Porém, sobretudo nos *talk-show's* de entretenimento ou documentários históricos, o passado aparece também como fonte de sabedoria e enriquecimento, muitas vezes traduzidas no conceito “tradição”. Os aspetos positivos da tradição são aproveitados também por alguns tipos de publicidade (particularmente produtos alimentares), que projetam neste conceito a garantia de autenticidade. Porém, ao fazê-lo, estão simultaneamente a assumir que esta autenticidade pertence a um passado “perdido” e cada vez mais difícil de encontrar.

INDIVIDUALISMO

O individualismo encontra-se particularmente difundido nos programas de ficção, cuja estrutura interna passa habitualmente por centralizar o enredo numa ou em poucas personagens. As novelas, constituídas por um somatório de várias histórias paralelas, acabam por ter mais protagonistas do que outros tipos de ficção. Os filmes e as séries, por sua vez, focam-se preferencialmente na vida e na personalidade de uma ou duas personagens centrais. A julgar pela amostra recolhida, há uma clara tendência para as personagens centrais serem do sexo masculino. Os heróis da televisão são, geralmente, homens jovens e solteiros, embora também se encontrem várias heroínas, que são mulheres igualmente jovens e solteiras, geralmente belas e emancipadas. Estes protagonistas são, por norma, excelentes profissionais e distinguem-se dos demais colegas no exercício das suas funções. Contrariando o modelo utilizado, por exemplo, nos filmes de ação, os novos heróis televisivos já não se destacam exclusivamente pelos seus atributos físicos, mas sim pelas suas capacidades mentais e profissionais. A lógica do “mais rápido, mais ágil, mais forte” é substituída pela lógica do “mais competente, mais inteligente, mais eficaz”, na ficção televisiva.

Uma das características mais interessantes dos heróis da ficção é a sua capacidade para desestabilizar os modelos gerais de comportamento. São personagens que se destacam pelas suas extraordinárias capacidades e, por isso, conseguem fazer coisas improváveis ou aparentemente impossíveis. A mensagem latente que estas personagens transportam é que um só indivíduo, pela sua ação, pode transformar o mundo que o rodeia e atingir feitos incríveis, mesmo que devidamente adjuvado pelos seus colegas ou por algum tipo de tecnologia. O individualismo promovido pela realidade televisiva não se limita, porém, à criação de heróis. O estilo de vida projetado em quase todas as personagens principais da ficção é claramente individualista: adultos jovens, livres de compromissos amorosos ou com relacionamentos instáveis, com uma vida profissional ativa e bem-sucedida, o que os torna independentes e socialmente reconhecidos, e com um notável bom senso, que se reflete nas decisões corretas que tomam e que o desenrolar da ação acaba por legitimar.

As personagens principais da ficção atuam, desta forma, como modelos de comportamento a seguir, enquanto os seus opositores constituem modelos de comportamento a evitar. De alguma forma, esta estrutura dramática acaba por promover uma visão um tanto maniqueísta da sociedade e das pessoas.

Também os discursos da publicidade são dirigidos, essencialmente, para o indivíduo. Os bens de consumo e os produtos tecnológicos são a garantia de conforto e de segurança, mas cabe aos indivíduos adquiri-los ou não. A publicidade responsabiliza cada pessoa pelo seu próprio destino: depende de cada indivíduo ser mais atraente, mais saudável, mais limpo, mais magro, mais bem-sucedido, mais sensual, mais atualizado ou mais seguro. Tal como afirma Ulrich Beck (1992), a insegurança existencial provocada pela quebra de confiança nas instituições e pela perda da causalidade dos riscos, leva cada indivíduo a procurar por si mesmo, através do consumo, os meios para enfrentar os riscos e os desafios. A publicidade televisiva impele assim para esta forma de ação e coloca nas mãos de cada indivíduo o seu próprio futuro, tendo por base a organização democrática que lhe garante a liberdade de escolha e a tecnociência, que lhe permite tomar decisões com uma certa dose de segurança e fiabilidade.

O individualismo é, claramente, outro dos pilares da modernidade. No mundo moderno, cada indivíduo tem de encetar um esforço de recriação permanente, com vista a dar resposta às exigências e desafios que a fluidez das relações sociais levanta. Autores como Bauman (2000) ou Sennet (2007) sugerem que a progressiva liquidez das redes sociais gera nos indivíduos um estado permanente de instabilidade e insegurança, passando estes a necessitar de padrões ou de referências que lhes permitam adaptar-se rapidamente aos novos desafios, também em permanente mudança. A televisão surge, neste contexto, como uma fonte de mensagens, modelos e códigos de conduta. Sem as referências de classe, comunidade ou grupo, é na televisão que cada indivíduo pode encontrar as paisagens culturais, conceitos e heróis capazes de fornecer uma semântica e uma sintaxe que possibilitem uma melhor comunicação com os outros. Adaptabilidade, juventude e originalidade apresentam-se assim, na realidade da TV, como características fundamentais para o indivíduo moderno. Neste sentido, cada indivíduo, à semelhança do herói televisivo, deve ser criativo, original e competente na execução das suas tarefas. Da mesma forma, confere-se importância a ter um aspeto jovial e a ser capaz de dar resposta imediata a qualquer contrariedade, com resiliência e coragem.

CONCLUSÃO: A CRISE COMO CATALISADOR DA MODERNIDADE NA TELEVISÃO

A agência social da televisão distingue-se pela quantidade de interlocutores de que dispõe. Com efeito, a televisão é um autêntico hipercomunicador, podendo interagir com milhões de outros agentes em simultâneo. Isto significa que as mensagens transmitidas pela TV podem facilmente tornar-se tema de discussão pública, assim como aquilo que a televisão apresenta como real é passível de tornar-se uma realidade amplamente aceite. Deste modo, a TV constitui uma forma de

validar informações e acontecimentos, fundamentando-se a si própria como meio de satisfazer um direito que simultaneamente promove: conhecer o que acontece no “mundo real” e à escala planetária. A ideia de que as pessoas devem estar informadas e atualizadas é, afinal, a melhor justificação para a existência da televisão e o que preserva a sua importância. Desta forma, a TV apresenta-se frequentemente como um “serviço público”, procurando enfatizar a sua missão de informar, educar e reforçar a sociedade civil.

Uma das características marcantes do discurso televisivo é a categorização da realidade, dividindo-a em compartimentos próprios para cada género distinto. Essa categorização da programação televisiva ocorre tanto em relação aos tipos de programa, que podem ser séries, filmes, novelas, noticiários ou concursos, como no carácter dos mesmos, oscilando entre comédias, dramas, fantasia ou registos factuais/históricos. Nos serviços informativos, a realidade é mesmo categorizada *a priori*, com a indicação, em rodapé, do âmbito da notícia antes da própria ser anunciada. A primeira consequência da categorização da realidade é a equiparação e aglutinação de realidades distintas sob um aparente isomorfismo e uma falsa correlação. Se os modelos e estratégias auto-reflexivas de representação do real conduzem já a uma “hiper-realidade”, como considera Jean Baudrillard (1991), a categorização gera categorias-modelo, ainda mais genéricas e abrangentes, pelas quais se constrói um modelo interpretativo do mundo.

Daí a histeria característica do nosso tempo: histeria da produção e reprodução do real. [...] O que toda uma sociedade procura, ao continuar a produzir e a reproduzir, é ressuscitar o real que lhe escapa. É por isso que esta produção «material» é hoje, ela própria, hiper-real. Ela conserva todas as características do discurso e da produção tradicional mas não é mais que a sua refração desmultiplicada [...] Assim, em toda a parte o hiper-realismo da simulação traduz-se pela alucinante semelhança do real consigo próprio. (Baudrillard, 1981: 33-34)

Os cinco pilares ideológicos do mundo moderno, anteriormente descritos (Ciência e Tecnologia; Democracia e Laicismo; Segurança e Conforto; Limitação Geográfica e Temporal; Individualismo), constituem assim um metadiscurso mais ou menos unificador e coerente, que abrange as diferentes categorias de programas. Porém, falta um elemento fundamental para a legitimação e promoção destas linhas orientadoras: a Crise. Este conceito é extensível a vários domínios e aplica-se regularmente, no discurso televisivo, a contextos e acontecimentos substancialmente distintos. Nos noticiários, a categoria de análise “Crise e Conflitos Sociais” surge destacada na segunda posição (num *ranking* de vinte temas), sendo apenas superada pela categoria altamente abrangente e generalista “Contexto Político, Social e Económico”. Acresce a isso que, na quinta posição dos temas mais mencionados surge a categoria “Riscos e Acidentes” que, de certa forma, está também relacionada com a ideia de crise, num sentido lato.

O conceito de crise é assim transversal e assíduo, na realidade televisiva. Ele não aparece exclusivamente nos programas de informação, extrapolando para outros

tipos de discurso. À recorrente crise política e económica, que preenche os noticiários, somam-se outras situações de crise, rutura, instabilidade, risco ou disrupção. Na ficção, os vilões são, geralmente, o elemento desestabilizador, quebrando a ordem normal das coisas, que cabe aos heróis tentar repor. Ao nível do entretenimento, aposta-se na exploração de situações reais de vida, transportando a vida privada para o interesse público. Na maior parte dos casos, isto acontece com total consentimento por parte das pessoas envolvidas. Tendencialmente, os cidadãos anónimos, convidados a partilhar episódios da sua vida, trazem a público histórias dramáticas, relacionadas com doenças, más condições de vida ou crimes de que foram vítimas. Por sua vez, a publicidade enfatiza os bens de consumo como garantia de satisfação de necessidades económicas (preços baixos), de bem-estar, segurança e de estatuto, partindo do exemplo de como a vida poderia ser bem mais complicada sem os produtos assim promovidos, ou apresentando-os como forma de prevenir crises, riscos e situações desagradáveis.

É de realçar a circularidade dos problemas e das soluções representados na TV, em função dos pilares da modernidade. As crises devem-se, habitualmente, a falhas ou dificuldades de acesso a esses valores essenciais. Na ficção, o crime é tema recorrente, estando geralmente associado a usos perversos ou mal-intencionados das tecnologias; porém, a forma de combatê-lo passa também pelo recurso à tecnologia. Na publicidade, o desconforto provocado por produtos que funcionam mal é combatido pela obtenção de novos produtos, mais ajustados. No entretenimento, as histórias de vida dificultadas por problemas particulares ou pelo isolamento social são usadas como exemplo de que a força de vontade e a autonomia de cada pessoa pode superar todos os obstáculos. Da mesma forma, na informação, as crises económicas e políticas que ocorrem no sistema democrático ocidental são apresentadas como falhas sistémicas contextuais, que devem ser combatidas pelo reforço e aperfeiçoamento desse mesmo sistema político-económico. Na realidade da TV, a situação permanente de instabilidade e crise deve-se a disfunções ou lacunas nos pilares ideológicos da modernidade, mas as soluções que se apresentam passam pelo fortalecimento ou aprimoramento dessas mesmas bases, sem que se apresentem, de uma forma credível e sustentada, alternativas ou perspetivas verdadeiramente antagónicas.

Não é o objetivo deste artigo discutir o grau de veracidade destas representações televisivas nem o seu grau de correspondência com alguma realidade externa. Essas considerações, sobre a natureza das relações entre os discursos e os factos em que estes se ancoram, são sem dúvida pertinentes e continuarão a ser tema de debate e reflexão. Porém, o meu objetivo aqui é bem mais modesto e passa apenas por dar conta das narrativas veiculadas pela TV, num determinado espaço-tempo delimitado e contextual. Numa altura em que 'a crise' parece ter entrado definitivamente no nosso quotidiano, invadindo-nos a casa através do seu mensageiro tecnológico, que amigavelmente acolhemos na intimidade do lar e cujos conselhos escutamos com devoção, será útil tentar descortinar o que realmente nos é transmitido. Como ensina

Berger (1986), é preciso “olhar através das fachadas” para perceber como esta crise acarreta muito mais do que questões de ordem económica e financeira. Há todo um quadro ideológico, conceptual, hermenêutico e autopoietico que se manifesta nos discursos televisivos, relacionado com os fundamentos da modernidade, para o qual a crise serve de catalisador e agente de legitimação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baudrillard, J. (2005) *A Sociedade do Consumo*, Lisboa: Edições 70.
- Baudrillard, J. (1991) *Simulacros e Simulação*, Lisboa: Relógio de Água.
- Bauman, Z. (2000) *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity.
- Beck, U. (1992) *Risk Society: Towards a New Modernity*, London: Sage.
- Berger, P. (1986) *Perspectivas Sociológicas: Uma Visão Humanística*, Petrópolis: Vozes.
- Latour, B. (1994) *Jamais Fomos Modernos*, Rio de Janeiro: Editora 34.
- Sennet, R. (2007) *A Cultura do Novo Capitalismo*, Lisboa: Relógio d'Água.

Tempos sociais no mundo educacional contemporâneo exigem rutura com paradigma excludente: resultados de um estudo de caso sobre desenvolvimento profissional docente

SANDRA CARDOSO¹; LOUDES MONTEIRO & TERESA ESTEBAN

INTRODUÇÃO

As crises, as fases e as ruturas sociais passam, inevitavelmente, pela escola e seus principais agentes, os professores. Por isso, uma análise do mundo contemporâneo ou dos tempos sociais em que vivemos exige uma abordagem pela perspetiva educacional. Com esse objetivo, pensamos que também compete aos professores e à escola, como tentaremos expor neste artigo, trabalhar no sentido da igualdade de oportunidades a todas as crianças, independentemente da sua origem, crenças, características individuais e/ou crises do seu tempo/mundo. Neste sentido, propomos uma abordagem da formação de professores para a equidade educativa como forma de lidar com as crises sociais, que rompa com o paradigma excludente da educação, o qual acentua as desigualdades e eterniza situações de crise e rutura.

Os resultados do estudo de doutoramento que desenvolvemos neste âmbito mostram que o desenvolvimento profissional docente, voltado para a equidade e inclusão, pode, nos tempos (sociais) e mundo atual, cada vez mais competitivo e desigual numa tendência neoliberal internacional, fazer a diferença no futuro de muitas crianças e jovens. Confirmamos, ainda, que uma formação continuada, apoiada numa racionalidade prática e crítica, com bases na reflexão, ação, colaboração e partilha, é uma resposta capaz para a valorização/preparação dos professores para estes novos tempos sociais e mundo contemporâneo, em que as crises, as fases e as ruturas não podem e não devem hipotecar o futuro de crianças e jovens. Concluindo, a nossa proposta para lidar com as crises e/ou fases educacionais do mundo contemporâneo, dando resposta aos tempos sociais em que vivemos, é, ela própria, uma rutura: com o paradigma tradicional/hegemónico/excludente do ensino, com a perspetiva meritocrática da escola e com a racionalidade meramente técnica da formação contínua de professores.

¹ Universidade de Santiago de Compostela. E-mail: sandra.cardoso.mail@gmail.com

A EDUCAÇÃO DE HOJE: AS FASES, AS CRISES E AS RUTURAS

A educação, como todos os outros setores dependentes de decisões e decisões políticas, tem vindo a sofrer grandes modificações ao longo dos tempos e, com movimentos internacionais, este percurso aparece marcado por avanços e recuos, fases e ruturas que devemos, sucintamente, recordar, a fim de melhor compreender a situação atual deste campo tão controverso quanto importante da vida em comunidade.

Antes da 1ª república, o ensino, o conhecimento e a cultura eram negados à grande maioria da população, pois eram privilégios do clero e das classes nobres, tal como explica Manuel Loff:

Em 1900, [...] 10 anos antes da República, não mais do que cerca de 22% das crianças em idade escolar frequentavam a Escola Primária. Essa percentagem descia para níveis irrisórios quando se tratava de Ensino Secundário e Superior. [...] Em 1911, as estatísticas oficiais diziam que 70% dos portugueses maiores de 7 anos de idade não sabiam ler nem escrever. E, sobretudo, este era um país que estava longe da realidade dos países à nossa volta. (Oliveira, 2010b)

Assim, a 1ª República, refere Díaz, tinha “urgências enormes para corrigir o drama do analfabetismo, a urgência de escolas, o impulso da educação popular, do tratamento das crianças e das pessoas que são marginais” (Oliveira, 2010a). Ora, as medidas do governo desta 1ª República marcaram o início de uma nova Era da educação em Portugal (apesar de não terem resolvido o problema da alfabetização da classe popular), já que foi nesta altura que, pela primeira vez, se instituiu um Ministério de instrução pública, se pensou na formação de professores, se fundaram mais de 1500 escolas e os primeiros jardins-de-infância, além da fundação de mais Universidades e bibliotecas. Aliás, Díaz refere (Oliveira, 2010a) que o ideário republicano antecede a história do pensamento e da educação humanos, sendo “o pensamento que entende o valor da razão, o valor do indivíduo, da liberdade individual, da participação democrática em todos os assuntos da comunidade”.

De facto, a Educação idealizada pela 1ª República pensa pela primeira vez na universalização e democratização do ensino e esta foi uma viragem no rumo da educação em Portugal. No entanto, este compromisso em termos legislativos não terá sido o suficiente para provocar grandes alterações nas práticas educativas; da teoria à prática a distância é enorme e exige mudanças ao nível de concepções, filosofias e paradigmas, que, como sabemos, se transformam muito lenta e gradualmente. Por este motivo, as intenções da República não foram muito longe, tal como afirma Manuel Loff:

A política republicana manifestou uma redobrada crença na capacidade da Escola para cumprir os objetivos de modernização do país. [...] Acredita que a Escola tem um papel emancipador. Os republicanos tentam aplicar de forma democrática os princípios de uma Escola capaz de incentivar o esforço de “libertar” Portugal. Não tenho dúvidas em sublinhar que a política educativa da República era profundamente democrática na sua concepção - outra coisa foi, contudo, a sua aplicação... (Oliveira, 2010b).

Uma área privilegiada nesta conjuntura, importa remarcar, foi a formação de professores: “se há área onde a política republicana para a Educação funcionou foi na formação de professores”, pois nota-se um “esforço evidente da qualidade, da exigência, da dignidade da formação do pessoal docente” (Oliveira, 2010b). Pelo contrário, todas as outras, poucas alterações sofreram, levando a futuras tentativas (reformas) de implementação efetiva das medidas e princípios republicanos, como a reforma de João Camoesas, em 1923, que tenta uma reorganização do sistema inovadora, com “boas intenções”, mas que não chega a “sair do papel” como afirma ainda Loff:

Em 1923, tenta-se pela primeira vez uma reforma, que também ficará no papel – a de João José Camoesas. Estamos a falar dos governos mais à esquerda do Partido Republicano Português. [...] Há, na ponta final da República, um esforço de aplicação de reformas fiscais e de investimento na área da educação, uma reorganização do sistema que, a ter surtido efeito, seria inovador (Oliveira, 2010b).

Esta foi, segundo o mesmo investigador, a primeira tentativa realizada em Portugal de reformar “de cima a baixo o sistema educativo, desde o pré-primário até à Universidade, de forma articulada, coordenada e com autocritica”; a grande inovação diz respeito às preocupações sociais, uma vez que em 1911 o objetivo republicano era “escolarizar para formar o cidadão republicano” e, em 1923, o objetivo principal estende-se à promoção da justiça social.

Concluimos que as intenções de mudança do republicanismo eram muito positivas e apoiavam-se em princípios básicos para a construção de uma sociedade mais democrática, emancipada e participada. Porém, estas intenções foram de difícil execução e não surtiram o efeito desejado. Loff compara estas políticas educativas republicanas com as implementadas durante o regime salazarista, concluindo que a Escola salazarista foi mais eficaz do ponto de vista do alcance e manipulação, infelizmente para a população portuguesa (dizemos nós!):

Conscientes ou não das suas dificuldades em promover a mudança, os republicanos produziram políticas educativas utópicas, carregadas de intenções reformistas progressistas, mas não se empenharam em reunir condições práticas para a sua efectivação. [...] A escola salazarista foi muito mais eficaz do que a republicana, porque chegou a toda a gente e teve a oportunidade de manipular praticamente toda a gente (Oliveira, 2010b).

Em 1970, a percentagem de analfabetos maiores de 15 anos em Portugal era de 29%. O salazarismo interrompeu o modelo republicano e tratou de “erradicar a modernidade”, afirma Díaz (Oliveira, 2010a), foram quase 40 anos de uma escolarização básica, manipuladora e autoritária, onde a democracia e a emancipação foram palavras não só esquecidas, como até proibidas e censuradas. As sementes do republicanismo, no campo educacional, germinaram mais tarde, depois da revolução de Abril de 1974 que pôs fim à ditadura em Portugal e devolveu a liberdade ao povo português, dando novo alento aos ideais de educação para todos, de emancipação e justiça social.

Hoje, podemos dizer que o analfabetismo em Portugal não é ainda um problema resolvido, pois a “esta realidade persiste nos nossos dias, embora se exprima por outras

formas, que já não as estatísticas” (Matos, 2010: 25). Contudo, com avanços e recuos, sucessos e dificuldades, o processo de escolaridade obrigatória – uma das grandes aspirações dos republicanos de 1910 – ficou concluído. Alerta Díaz que esta vitória não deve esmorecer a nossa vontade de fazer sempre mais e melhor pela Educação:

Não nos devemos tornar conformistas. Temos de aspirar a que essa seja uma escola de qualidade, de melhoria, de participação, de recursos e de bons critérios, de formação de cidadãos e não só de tecnocratas para o exercício de determinadas competências que mandam os interesses dominantes (Oliveira, 2010a).

Com efeito, a preocupação do mundo contemporâneo é mesmo esta: uma tendência neoliberal que domina as políticas educativas e as conduz no sentido contrário da cidadania, da participação e da emancipação, em prol da competição e da economia de mercado, favorecendo as classes dominantes.

Esta tendência é bem visível nos processos de *accountability* (Afonso, 2009) cada vez mais presentes e generalizados, explícitos nas preocupações avaliativas exacerbadas, apoiadas quase sempre em dados estatísticos e rankings que, por sua vez, se baseiam em testes estandardizados que avaliam unicamente a componente académica da aprendizagem, esquecendo os fatores de ordem social, fundamentais numa sociedade que se quer solidária, democrática e participada. Lima (2011: 11) refere, relativamente à situação portuguesa:

A situação de catástrofe nacional vem sendo anunciada, tendo especialmente em consideração os resultados de testes e estudos estandardizados, aceites sem qualquer hesitação como boa medida do esforço de democratização e de mensuração da “educação dos portugueses”. Subordinada a escrutínios constantes e a operações contabilísticas (incluindo as mais grosseiras e simplistas, de que resultaram, por exemplo, os rankings de escolas), a educação contábil instalou uma verdadeira obsessão avaliativa, confundindo exames com avaliação e mais avaliação com mais e melhor educação.

Jonh Dewey, defendeu em 1930 que “a conceção de educação como uma função social ou processo social não tem um claro significado sem uma definição do tipo de sociedade que pretendemos” (Dewey, 2005: 46-47). Efetivamente, esta é a questão que se impõe hoje ao mundo contemporâneo, na educação e não só: Que tipo de sociedade queremos? Uma sociedade democrática preocupada com a igualdade de direitos e oportunidades, a cidadania e a justiça social ou uma sociedade liberal, preocupada unicamente com o lucro, a competição, a exploração e opressão dos mais desfavorecidos e acentuação das desigualdades sociais?

Pensamos que a resposta a esta questão, por parte da maioria dos cenários políticos atuais, é marcadamente defensora da segunda opção, logo impede e contraria práticas mais progressistas e democráticas na educação: este movimento reacionário é, portanto, quanto a nós, uma opção política consciente das classes dominantes, que tentam manter os seus privilégios, sendo que uma das maiores armas para o conseguir é, precisamente, a educação, como alerta Paulo Freire:

Seria na verdade uma atitude ingénua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica. (Freire, 1979)

Eis a verdadeira questão!

Também Dewey (2005: 45) se refere a esta problemática como “uma grande dificuldade”, já que “cada geração inclina-se para uma educação dos seus jovens que lhes possibilite enfrentar o mundo atual, contrariamente ao fim devido da educação”, que é preparar os jovens, não para servir a classe dominante atual mas construir o futuro (melhor) da humanidade: “a promoção da melhor realização possível da humanidade como humanidade”.

No sentido de melhor ilustrar o distanciamento entre o fim devido da educação e o seu aproveitamento em termos políticos, Dewey compara os conceitos de educação assumido pelos pais (real e genuinamente preocupados com a educação e o futuro dos filhos) com a dos governantes (na sua maioria, preocupados apenas em manter a sua posição privilegiada na sociedade), na tentativa de responder à questão “Quem deverá conduzir a educação de tal forma que viabilize uma humanidade mais esmerada?”:

Os pais educam os filhos para que possam seguir a vida; os príncipes educam os seus súbditos como instrumentos dos seus próprios intentos. [...] Só através dos esforços de pessoas com grandes rasgos, capazes de agarrar o ideal de uma condição futura melhor, é possível uma aproximação gradual da natureza humana ao seu fim. Os governantes apenas se interessam por tais ensinamentos se puderem ajudar a transformar os seus súbditos em melhores ferramentas de apoio às suas intenções. (Dewey, 2005: 45)

Muitas vezes esta intenção de manutenção de privilégios dos governantes e da classe dominante aparece mascarada de preocupação educativa, como é exemplo o célebre ataque ao “eduquês” que, como Lima (2011: 14) referiu, não passou de uma manobra política de desacreditação dos teóricos da educação: “o anti-eduquês” é uma ideologia pedagógica assente na meritocracia e desresponsabilização social da escola:

É bom que se compreenda que o “anti-eduquês” é, igualmente, uma ideologia pedagógica. As críticas produzidas são igualmente de senso comum, sem argumentação sólida em termos teóricos e empíricos. Reactualizam-se agendas políticas de há muito conhecidas noutros países e esquece-se que o verdadeiro “eduquês” provém, hoje, da economia e da gestão, universos que tomaram conta do debate educacional e da produção de políticas.

Debruçamo-nos sobre esta problemática do eduquês noutra investigação (Cardoso, 2007: 56-60) e concluímos que esta perspetiva, para além de pouco contribuir para a discussão educativa, carece de falta de fundamentos, alicerçando-se em opiniões de cariz mais ou menos superficiais dos “*newspapper intellectuals*” (Nóvoa, 2000: 3), desprezando (ou ignorando) o campo investigativo neste âmbito. Concordando, mais uma vez, com Lima (2011: 12), uma coisa é dar à importância às opinião e discussão públicas sobre a educação, que é saudável e sinal de uma sociedade interessada e participada, outra coisa é atribuir-lhes validade, fazendo “tábua rasa” de estudos e investigações sobre o assunto.

Dewey (2005: 48) questiona: “É possível que um sistema educativo seja conduzido por um estado nacional e, ao mesmo tempo, evitar a restrição, a coação e a

corrupção das finalidades sociais do processo educativo?”. Pensamos que sim e concordamos com este autor quando explica que são necessários esforços internos e externos ao próprio país para que isto aconteça, para que a finalidade legítima da educação se cumpra:

Internamente, a questão tem de enfrentar as tendências, por culpa das actuais condições económicas, que divide a sociedade em classes, sendo algumas meros instrumentos para um maior desenvolvimento cultural de outras. Externamente, a questão passa pela reconciliação da lealdade nacional, do patriotismo com superior devoção que une os homens e fins comuns, independentemente das fronteiras políticas nacionais. (*Ibidem*)

Assim concluímos, lembrando o fim último da educação ainda com a ajuda das palavras antigas, mas atuais, de Dewey (2005: 48):

Não basta garantir que a educação não seja usada de uma forma dinâmica como um instrumento, cujo fim é facilitar a exploração de uma classe por uma outra. Devem ser proporcionados equipamentos escolares com tal amplitude e eficiência para que na realidade, e não apenas em teoria, se diminuam os efeitos das desigualdades económicas e se assegure a todos os cidadãos igualdade de recursos para as suas carreiras futuras.

Acrescentamos aos equipamentos, as metodologias e as estratégias que assegurem a todos os cidadãos não só igualdade de recursos como também de oportunidades. Este é o ideal de educação em que acreditamos.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO RESPOSTA PARA A EQUIDADE EDUCATIVA

Convocando Campos (2002) e as suas perspectivas para a Educação no horizonte do ano 2020, o perfil do professor deverá ser cada vez mais defensor de uma ideologia inclusiva, com práticas voltadas para a educação para Todos. Ideia que assenta no seu conceito de *nova profissionalidade docente*, e que imana das novas exigências e desafios colocados ao professor de hoje, a quem são reivindicados cada vez melhores resultados e maior sucesso educativo, apesar da grande diversidade de alunos que ensina. Deste modo, o mesmo autor atribui ao professor uma posição privilegiada no processo educativo, confiando-lhe a difícil tarefa de executar a mudança premente na escola e na educação e é neste âmbito que o Professor tem uma responsabilidade acrescida, uma vez que a nova profissionalidade supõe profissionais do ensino intelectuais e autónomos, como trabalhadores sociais, que permitam, através do trabalho colaborativo, a inclusão das novas aprendizagens no currículo e um ensino mais diferenciado e diversificado, capaz de chegar a Todos.

Estas premissas defendidas por Campos, e outros teóricos da Educação, são as da Escola Inclusiva, advogada também pela UNESCO, que sugere como princípios organizativos fundamentais na sala de aula, com vista ao sucesso educativo: (i) a aprendizagem ativa, (ii) a negociação de objetivos, (iii) a avaliação contínua, (iv) a prática, reflexão e reformulação (v) o apoio e ajuda (Ainscow, 1998: 85-102). Ora, estes princípios, Ainscow (*Ibidem*) transfere-os de igual modo para a formação de professores por forma a consciencializar a classe docente para a importância da

integração de práticas equitativas na sua atividade. Mais uma vez, coloca-se a tónica no professor como agente da mudança necessária no ensino/educação, que tem o aluno no centro do seu processo, construindo uma escola democrática, de trabalho e esforço conjuntos, onde todos são iguais e têm iguais oportunidades de sucesso e excelência académica.

Nesta proposta está patente a ideia de ensino construtivista: o papel do professor não se reduz, como alguns querem fazer acreditar, antes evolui para mediador, moderador, orientador, facilitador, supervisor do processo de aprendizagem. E, ao contrário do que se possa pensar, este nível de prestação é bastante mais exigente e trabalhoso do que a simples transmissão/exposição de conteúdos, qual robot pré-programado, como refere Ferreira (1996: 24):

Para quem não tenha vivido os problemas de quem ensina, não é evidente que os docentes não são veículos passivos de programas. Um professor não é um “robot” préprogramado que executa programas (informáticos) de acordo com as alíneas dos programas (de ensino) ministeriais.

De facto, pensamos que é neste ponto que a adaptação/diferenciação curricular faz todo o sentido, dando a oportunidade aos docentes de atualizarem os currículos nacionais em conformidade com as especificidades das escolas que integram e alunos que educam, através dos Projetos Educativos e Curriculares de Escola e de Turma. Esta legislação, no quadro da autonomia das escolas, revelou-se fundamental para a possibilidade de concretização de uma pedagogia diferenciada nas salas de aula portuguesas, permitindo aos professores ultrapassarem os limites altamente redutores dos métodos expositivos e passarem à mediação da construção da aprendizagem por parte do próprio aluno.

A formação de professores numa perspectiva de inclusão/equidade deve, então, assentar em princípios básicos que capacitem os docentes a lidar com a diversidade que encontram na sala de aula, passando de métodos hegemónicos para métodos diferenciados, mas principalmente, deve ser um processo contínuo, sob pena de não chegar a surtir os efeitos desejados, como adverte o Open File on Inclusive Education (UNESCO, 2001):

A formação deve assentar num processo contínuo, que garanta a todos os professores os conhecimentos e competências necessários para (a) educarem todos os alunos da forma mais eficaz, (b) possibilitarem que alguns professores assegurem acções de apoio junto dos colegas e dos alunos com necessidades educativas mais comuns e (c) que especializem outros, para o atendimento dos alunos com problemas de maior complexidade e de baixa incidência. [...] as estratégias/modelos de formação devem ser flexíveis e contemplar estratégias de multiplicação e divulgação, realçando a importância do acesso e contacto com boas práticas educativas, que devem ser entendidos como estratégia privilegiada de formação e actualização.

Como conclusão importante, podemos retirar da literatura revista que a formação para a inclusão não é um processo estanque e individualista, antes requer colaboração, partilha, abertura a novos conceitos e estratégias e, principalmente, deve ser um projeto contínuo e dinâmico, sempre em evolução e constante reflexão/

reformulação: “as iniciativas e dispositivos de formação devem ser objecto de ajustamento e desenvolvimento contínuos” (*Ibidem*). Parece-nos poder ainda concluir que da formação dos professores numa perspectiva inclusiva depende a construção de uma escola mais equitativa, democrática e atenta à diversidade, com mais sucesso educativo, visto que o professor se apresenta como principal agente de mudança. Delors (1996), no seu informe à UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, reforça que, quanto mais graves são os obstáculos que os alunos devem superar, mais exigentes, atentos e competentes devem ser os seus professores, valorizando também o papel do professor no sucesso educativo dos seus alunos:

Profesores y profesoras ejercen la influencia más determinante en el aprendizaje. Cuanto más graves son los obstáculos que los alumnos deben superar, más exigencias se trasladan al profesorado, que debe disponer de competencias pedagógicas muy variadas y poseer cualidades humanas, no sólo de autoridad, sino también de empatía, paciencia y humildad (Delors, 1996: 168, *cit. in* Montero, 2011: 72).

Nieto vai mais longe, acreditando que um bom sistema de ensino, um bom professor, um bom processo de ensino e de aprendizagem, podem ajudar a esbater/combater graves problemas sociais, como a pobreza, reforçando que está nas mãos dos professores fazer esta diferença:

Una buena enseñanza puede superar obstáculos difíciles como la pobreza u otras lacras sociales y cada vez hay más investigaciones que muestran que los buenos docentes representan la mayor diferencia en el éxito o fracaso de los alumnos. (Nieto, 2006: 22, *cit. in* Montero, 2011: 72)

Concordando com esta ideia de Nieto, Zeichner (2008) valoriza a formação de professores voltada para a justiça social. Defende, como já o tem vindo a fazer noutros lugares (Liston & Zeichner, 1991), uma formação socio-reconstrucionista de professores, i. e. advoga uma formação de professores que os incentive a pensar/refletir sobre as dimensões sociais e políticas da sua atividade e contexto: “pensarem sobre como sua prática diária está conectada a assuntos de continuidade e mudança social e a assuntos de equidade e justiça social” (Zeichner, 2008: 67):

Na sociedade desigual e injusta em que vivemos, a qual é estratificada em termos de raça, língua, etnia, sexo, etc., os formadores de professores estão moralmente obrigados não apenas a prestar atenção em assuntos sociais e políticos na formação docente, mas tornar esses assuntos preocupações centrais no currículo dos cursos de formação. [...] O objetivo da preparação de professores para que advoguem a justiça social e uma educação de alta qualidade para os filhos de todos [...] deveria ser uma das principais prioridades da formação docente.

Uma educação efetivamente inclusiva implica, na perspectiva deste autor, uma formação de professores voltada para a justiça social, desde o início, e conclui, pela situação vigente no ensino do seu país (Estados Unidos da América), que se deve investir mais nesta perspectiva inclusiva, sob pena de a escola deixar de fazer sentido para muitos alunos. Escreve:

Se examinarmos a situação vigente tanto no ensino das escolas quanto da formação de professores neste país, devemos concluir que um esforço maior

precisa ser feito para colocar a equidade em posição de destaque na agenda da formação de professores. (Zeichner, 2008: 69)

Zeichner (*Ibidem*) faz questão de sublinhar que a culpa da desigualdade verificada no sistema público de ensino não pode ser imputável aos professores e sua formação. As raízes deste problema estão para além das escolas, explica: estão relacionadas com forças sociais, económicas e políticas mais abrangentes (de índole neo-liberal, dizemos nós, que existem nos Estados Unidos e um pouco por todo o mundo). No entanto, concordamos plenamente com o autor quando este afirma que, apesar dos professores não serem a causa destas desigualdades, podem, realmente, fazer a diferença, contribuindo para a mudança, para a inclusão, para a democratização do ensino e da sociedade, por consequência, e coloca a tónica na formação de professores como o motor possante e principal desta mudança:

Apesar das origens da desigualdade educacional fora da educação, nós, da formação de professores, temos escolhas a fazer que nos colocam ou na posição de lutar por mudanças nessa situação ou na posição de contribuir para a manutenção do que aí está. Não podemos ficar neutros (*Ibidem*).

Embora Zeichner se refira particularmente ao caso da formação inicial, pensamos que estas suas ideias e conceções se podem muito bem estender à formação contínua de professores: também aqui é uma opção dos formadores integrarem a justiça social nos seus projetos formativos ou permanecerem à margem destes problemas que, verdadeiramente, estamos convencidas de que são as principais causas do insucesso escolar. A formação de professores numa perspetiva de inclusão é fundamental nos tempos sociais que vivemos e, como afirma o autor citado, há que fazer opções, não podemos permanecer neutros e ignorar os problemas sociais que nos entram pela sala de aula dentro, originando uma diversidade/heterogeneidade que pode ser encarada de forma muito positiva, se a tomarmos como um aliado, ou, pelo contrário, contribuir para a manutenção dos privilégios dos filhos das classes dominantes.

Também a perspetiva de Formosinho, Machado & Formosinho (2010) relativamente a uma abordagem da docência como uma profissão de desenvolvimento humano, como revimos atrás, reforça esta ideia dos professores enquanto trabalhadores sociais; afirmam: “a nossa abordagem da docência concebe-a como uma *profissão de desenvolvimento humano*, o que significa considerá-la, de igual modo como prática social” (*Ibidem*: 11-12).

Úcar (2012: 44) define, de forma bastante esclarecedora, o que é afinal a pedagogia social, refutando algumas teses que a desacreditam por, alegadamente, não ter um método. De facto, um método uniforme e estandardizado não é próprio de uma pedagogia social que se baseia em princípios (metodológicos) de equidade e diferenciação e respeito pela individualidade humana:

Si la afirmación de que la pedagogía social no tiene un método propio significa que no existe una manera estandarizada y normalizada de hacer las cosas, entonces, efectivamente, la pedagogía social no tiene método. [...] Lo que guía las acciones de los educadores sociales en el marco de la pedagogía social y lo que orienta y justifica sus decisiones es, desde mi punto de vista, sus principios

metodológicos. Estes últimos se constituyen como una espécie de balizas de señalización que ayudan a los educadores sociales a orientarse en el incierto y complejo océano de las relaciones humanas; arenas en las que se desarrolla y construye la pedagogia social. (*Ibidem*)

Esta forma de pensar a educação (social) vê a prática pedagógica como uma via para a inclusão, na qual os caminhos e métodos podem ser infinitos, “tantos como seres humanos participantes” e este facto, ainda do ponto de vista da pedagogia social aberta e complexa, “es visto como uma riqueza antes que como un deficit” (Úcar, 2012: 45).

Alarcão e Roldão (2010: 16) concordam com este conceito social da educação e com a relevância do contexto na situação de ensino e referem este fator como um dos principais a privilegiar numa abordagem formativa, já que consideram o professor, antes de mais, um “profissional do desenvolvimento humano”:

A concepção do ensino como actividade profundamente situada e contextualizada tem implicações ao nível da formação de professores, pois requer um profissional dotado de uma inteligência pedagógica, multidimensional e estratégica, e de capacidade reflexiva e auto-reguladora. Reclama um professor que se afaste da tradicional dicotomia entre a teoria e a prática [...]. O saber profissional específico dos professores não pode ser compreendido, se o desligarmos de função social dos professores como alguém a quem a sociedade confia a tarefa de criar contextos de desenvolvimento humano que envolvam o educando na multiplicidade e interactividade das suas dimensões: cognitiva, afectiva, psicomotora, linguística, relacional, comunicacional, ética. (*Ibidem*)

Também sob esta perspetiva, Zeichner (2008: 71) reclama que a formação de professores deve estar direccionada para a preparação dos docentes no sentido do seu compromisso e capacidade de “educar todos os alunos de modo que tenham padrões académicos elevados. Qualquer coisa inferior a isso é moralmente inaceitável em uma sociedade que se propõe democrática”.

O nosso estudo é um exemplo marcado do nosso comprometimento, convicção e envolvimento profundos com esta missão de formação para a inclusão, equidade e pedagogia social, que, pensamos, pode efetivamente contribuir para uma mudança relativamente às desigualdades e injustiças sociais vigentes: acreditamos que este progresso está (também) nas mãos da escola, dos professores e, consequentemente, dos seus formadores, atuando de acordo com uma racionalidade prática e crítica, mais do que meramente técnica.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EQUIDADE: UM ESTUDO DE CASO

O estudo que desenvolvemos, tendo como objeto um projeto de formação contínua de professores, um fenómeno inserido num contexto real, é um estudo de caso único, com unidades de análise incorporadas, e foi projetado com base nas orientações de Yin (2001). Apresenta como questão principal: “como pode o projeto de formação contínua de professores por nós criado contribuir para a mudança de concepções e práticas docentes no sentido da equidade/inclusão e sucesso educativos?”. Apresenta, depois, três questões secundárias, ligadas às unidades de análise

incorporadas, relacionadas com os três diferentes momentos formativos, as oficinas de formação partes I, II e III (com 50 horas de duração cada uma): “como pode o projeto de formação contribuir para uma conceção e prática docentes de avaliação dialógica/ formativa?”; “Como podem as TIC contribuir para uma avaliação mais formativa e diversificada? E como pode o projeto de formação contribuir para as conceções e práticas docentes de avaliação eletrónica?”; “Como pode o referido projeto de formação contribuir para a diferenciação pedagógica nas conceções e práticas dos docentes envolvidos?”

A partir destas questões do estudo, formulamos algumas proposições (Yin, 2001: 42-43) que correspondem às nossas hipóteses iniciais e que estiveram na base da pesquisa e da recolha de dados. Elegemos, pois, como unidade principal de análise, o caso em si, o projeto de formação, e como subunidades de análise (unidades de análise incorporadas neste caso único) as oficinas de formação: “Avaliação das Aprendizagens dos Alunos: Parte I – Avaliação dialógica”; “Avaliação das Aprendizagens dos Alunos: Parte II – Avaliação Eletrónica”; e “Avaliação das Aprendizagens dos Alunos: Parte III – Diversidade na sala de aula e Métodos de Diferenciação Pedagógica”.

Assim, acreditando nesta via do desenvolvimento profissional da classe docente, quer na área da avaliação, quer no âmbito das TIC, quer no campo da diferenciação pedagógica, e tendo sempre em vista o objetivo da construção de uma escola inclusiva e com mais sucesso educativo, intentámos uma abordagem inovadora: um projeto de formação, sob a modalidade de oficina, assente nas estratégias do trabalho colaborativo e da reflexão-ação. Dizemos inovadora porque associamos dois modelos/teorias de formação docente (Ainscow, 1998; GEPE, 2008), a algumas estratégias propostas por autores que tomamos como referência (Esteban, 2003; Tomlinson 2008), por nos parecerem confluir e complementar em termos de finalidades, objetivos e princípios fundamentais.

Assim exposto, este projeto parece ambicioso desde o início, mas é exequível, pois não existe qualquer disparidade/incompatibilidade entre estas teorias e programas de formação, antes, a nosso ver, se complementam e rematam. Por exemplo, enquanto o modelo de formação da UNESCO se preocupa com as Necessidades Especiais dos Professores (Ainscow, 1998) na sala de aula tendo em conta a diversidade das suas turmas, propondo para o efeito a busca de novos métodos; o modelo do Plano Tecnológico da Educação (PTE) (GEPE, 2008) coloca o enfoque na necessidade de uma verdadeira e sólida integração das TIC nas práticas dos docentes, não deixando de ter como objetivo último uma pedagogia mais construtivista e inclusiva, atendente às necessidades de todos e de cada um.

A avaliação dialógica, enquanto sustentáculo de uma pedagogia inclusiva e das competências digitais, surge como um precioso auxílio da inclusão e sucesso educativos, assumindo-se como uma prioridade neste nosso projeto de formação. Esteban (2003) relembra que não se pode pensar a escola sem pensar em avaliação e, de facto, concordamos que a avaliação, quando assumida numa perspetiva de

diálogo e formação, pode influenciar e até decidir o percurso de aprendizagem dos alunos; uma avaliação que orienta, forma e leva à reflexão e melhoria do desempenho deve ser a opção de qualquer docente na sala de aula: a transparência, o diálogo, a auto e heteroavaliação, o feedback atempado, o estabelecimento de metas podem, quanto a nós, conduzir a um maior sucesso educativo.

Esta foi a nossa intenção: entender este processo formativo de 150 horas como uma missão profissional, em que o objetivo principal foi a valorização profissional dos docentes envolvidos, incitando-os à reflexão e eventual reformulação de práticas excludentes, privilegiando uma lógica de racionalidade prática e crítica sobre a técnica, não deixando, no entanto, de basear o nosso estudo no conhecimento prático dos professores envolvidos; um “conhecimento emergente” (Caetano, 2004: 38), diga-se, uma vez que influenciado e construído com o apoio da formadora.

RESULTADOS DO ESTUDO E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Os resultados do estudo de caso que atrás apresentamos são muito otimistas relativamente à mudança operada nos docentes: estes revelaram uma disponibilidade renovada para as práticas inclusivas, nomeadamente através de uma avaliação mais formativa e dialógica; de uma diversificação de instrumentos de avaliação, com recurso às novas tecnologias; e de uma pedagogia diferenciada, tendo em conta o nível de preparação, o perfil de aprendizagem e os interesses dos alunos, indo ao encontro de cada um.

Estes resultados revelaram ainda que a formação de professores, quando empreendida de uma forma prática e crítica, com bases na reflexão, colaboração e partilha, pode provocar alterações consistentes no processo de ensino e de aprendizagem, no sentido de uma educação mais inclusiva e justa, rompendo com o paradigma excludente da competição e hierarquização e proporcionando igualdade de oportunidades a TODOS os alunos na sala de aula.

Como diz Montero (2000: 10), não é possível aos professores resolver os problemas de exclusão da sociedade em si, mas é possível que, com alguma formação, sobre como lidar com a diversidade, e apoio organizacional, eles possam marcar a diferença na vida dos seus estudantes. Logo, concluímos nós, a mudança estará, muito provavelmente, e em última instância, nas mãos dos profissionais e da formação que recebem, não obstante todas as limitações que os rodeiam (pessoais e institucionais):

Los programas de formación del profesorado pueden ser capaces de educar a los futuros profesores con respeto, creatividad y habilidad dentro de sus márgenes, no pueden preparar a los profesores individuales para sustituir a los movimientos sociales y políticos necesarios para enfrentarse a los problemas sociales. Hay no obstante alguna evidencia de que, bajo determinadas condiciones, las escuelas pueden marcar una diferencia en las vidas de estudiantes procedentes de minorías étnicas desfavorecidas en situaciones similares a aquellas donde otras escuelas han fracasado (*Ibidem*).

REFERÊNCIAS

- Afonso, A. J. (2009) “Nem tudo o que conta em Educação é mensurável ou comparável: crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares”, *Revista Lusófona de Educação*, 13: 13-29.
- Ainscow, M. (1998) *Necessidades Especiais na Sala de Aula: um guia para a formação de professores*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Alarcão, I. & Roldão, M.C. (2010) *Supervisão: um contexto de desenvolvimento profissional dos professores*, Mangualde: Edições Pedagogo.
- Caetano, A. P. (2004) *A complexidade dos processos de formação e a mudança dos professores: um estudo comparativo entre situações de formação pela investigação-ação*, Porto: Porto Editora.
- Campos, B. P. (2002) *Políticas de formação de profissionais do ensino em escolas autónomas*, Porto: Edições Afrontamento.
- Cardoso, S. (2007) *O professor de língua materna e a construção de uma escola inclusiva: o caso português*, Dissertação de mestrado, Braga: Universidade do Minho.
- Dewey, J. (2005) *A concepção democrática da educação*, Mangualde: Edições Pedagogo.
- Esteban, M. T. (2003) *Escola, currículo e avaliação*, São Paulo: Cortez editora.
- Ferreira, H. G. (1996) “Educação: o contexto social”, in Delgado-Martins *et al* (org) (1996) *Formar professores de português, hoje*, Lisboa: Edições Colibri, pp.13-39.
- Formosinho, Machado & Formosinho (2010) *Formação, desempenho e avaliação de professores*, Mangualde: Edições Pedagogo.
- Freire, P. (1979) *Educação e mudança*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) (2008) *Plano Tecnológico da Educação: competências TIC. Estudo de implementação. Vol.1*, Lisboa: Ministério da Educação.
- Lima, L. (2011) *A Educação da República*, Porto: Profedições, lda.
- Liston, D. & Zeichner, K. (1991) *Teacher education and social conditions of schooling*, New York: Routledge.
- Matos, M. (2010) “Ainda a República: o analfabetismo”, *Revista A Página da Educação*, II (191): 25.
- Montero, M. L. (2000) “La formación del profesorado ante los retos de la multiculturalidade”, In Force (org.) (2000) *Profesorado, revista de curriculum y formación del profesorado*, 4 (1), Granada: Universidade de Granada, pp. 75-95.
- Montero, M. L. (2011) “El trabajo colaborativo del profesorado como oportunidade formativa”, *Revista Estudios e Investigaciones CEE Participación Educativa*, marzo: 69-88.
- Nóvoa, A. (2000) “Ways of thinking about Europe”, *Atas de European Conference on Educational Research*, Edimburgo: ECER.
- Oliveira, J. P. (2010a) “Entrevista com José Hernandez Díaz: Los profesores son el eje decisivo de cambio”, *Revista A Página da Educação*, II (191): 34-39.
- Oliveira, J. P. (2010b) “Entrevista com Manuel Loff: A política educativa da República era profundamente democrática na sua concepção. Outra coisa foi a sua aplicação”, *Revista A Página da Educação*, II (191): 6-12.

- Tomlinson, C. A. (2008) *Diferenciação pedagógica e diversidade: ensino de alunos em turmas de diferentes níveis de capacidade*, Porto: Porto Editora.
- Úcar, X. (2012) “Balizas de sinalización o la cuestión del método en pedagogia social”, *Revista A Página da Educação*, II (199): 44-45.
- UNESCO (2001) *Open File on Inclusive Education*, Paris: UNESCO
- Yin, R. (2001) *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*, Porto Alegre: Bookman.
- Zeichner (2008) “A pesquisa-ação e a formação docente voltada para a justiça social: um estudo de caso dos Estados Unidos”, in Pereira, J. & Zeichner, K. (org.) (2008) *A pesquisa na formação e no trabalho docente*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp.67-94.

Vivencias del tiempo social: compaginar la participación política, el cuidado y el empleo

MARINA SAGASTIZABAL¹

INTRODUCCIÓN

La teoría feminista ha señalado importantes sesgos de género en el campo de análisis de algunas disciplinas académicas. Estos sesgos están relacionados y responden a un sistema de estratificación concreto: el sistema “sexo-género”. A través de éste, se produce una división sexual del trabajo, del espacio y del tiempo por la cual lo que socialmente se valora corresponde al ámbito público y está protagonizado por los hombres y, en contraposición, lo que corresponde al ámbito privado y está protagonizado por las mujeres, queda relegado a un segundo plano, menospreciado e invisibilizado. En el plano analítico, el estudio sobre la *triple presencia-ausencia* parte de algunos debates académicos desarrollados en el campo del feminismo sobre las concepciones modernas de ciudadanía, de trabajo y de tiempo, poniendo de manifiesto el sesgo de género presente en las mismas y proponiendo otras definiciones que enriquezcan el análisis e incluyan experiencias que no se limiten a la esfera pública y masculina. De esta forma, se pretende flexibilizar las fronteras entre lo público y lo privado, visibilizando la aportación de las mujeres en estos tres ámbitos de la vida: el empleo o la formación, el trabajo doméstico-familiar y la participación política.

Para ello, se apuesta por analizar el ámbito cotidiano de la vida de las personas, donde lo público y lo privado se entrelazan, y donde el tiempo se convierte en una categoría privilegiada para dar cuenta de las relaciones sociales, de los ritmos, de las estrategias que se llevan a cabo para compaginar y “encajar” las distintas actividades, etc. Paralelamente, el tiempo sirve como herramienta para estudiar los obstáculos, las desigualdades y el malestar que genera la organización social actual. Asimismo, este estudio es deudor de las investigaciones previas realizadas en relación a la situación de “doble presencia” de las mujeres, situación reconocida por distintas académicas y denominada de varias formas: *la jornada interminable* (Durán, 1986), *the second shift* (Hochschild, 1989), *la doble presencia* (Balbo, 1994), o *la doble presencia-ausencia* (Izquierdo, 1998). La relevancia del estudio de la *triple*

¹ Marina Sagastizabal, Universidad del País Vasco. E-mail: marina.sagastizabal@ehu.es.

presencia-ausencia se puede situar en el análisis de los usos del tiempo y de los significados que se atribuyen al mismo, ofreciendo una mirada que abarca tanto aspectos cuantitativos como cualitativos. Al mismo tiempo, el tema de la investigación pretende reflejar las dificultades que actualmente experimentan las mujeres para poder disfrutar de un “tiempo de vida” (Cordoni, 1993), es decir, de una organización temporal que les permita estar presentes en el empleo, el trabajo doméstico-familiar y la participación política en pie de igualdad.

El objetivo de esta comunicación es dar a conocer los primeros pasos llevados a cabo en el estudio de la triple presencia-ausencia. Para ello, en primer lugar, se exponen alguno de los fundamentos teóricos del estudio sobre la triple presencia-ausencia. En segundo lugar, se muestran los resultados del análisis de una pequeña parte del estudio empírico que se ha llevado a cabo a través de una metodología cualitativa, utilizando la entrevista biográfica como técnica de investigación². Concretamente, se da cuenta de cómo se articula el tiempo de la triple presencia-ausencia a lo largo del ciclo vital, de las distintas vivencias sobre el tiempo y los encajes temporales en torno a ésta, de la dimensión moral, de las desigualdades, la politización del tiempo y las estrategias para compaginar la triple presencia-ausencia. Finalmente, se presentan algunas conclusiones preliminares.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE LA TRIPLE PRESENCIA-AUSENCIA

Actualmente en las sociedades occidentales, las mujeres son las principales responsables de la gestión doméstica y desempeñan trabajos de cuidado. Además, están presentes en el mercado laboral de una forma generalizada. Sin embargo, el volumen y la calidad del trabajo doméstico-familiar sigue condicionando su presencia o ausencia en el mercado laboral a lo largo de sus trayectorias vitales (Balbo, 1994). La *doble presencia-ausencia* es un término utilizado para reflejar la dificultad que requiere compaginar dos esferas que presentan lógicas dispares: el empleo y el trabajo doméstico-familiar. Además, desde una perspectiva sincrónica, este término hace referencia a la simultaneidad de “estar” y “no estar” en ninguno de los dos ámbitos, reflejando las limitaciones que esta situación comporta bajo la actual organización social (Carrasco, 2001). Por lo tanto, la doble presencia-ausencia

² El estudio sobre la triple presencia-ausencia comenzó a través del proyecto de fin del Máster en Estudios Feministas y de Género (UPV-EHU) en el curso 2011-2012 y se encuentra aún en desarrollo. Por lo tanto, esta comunicación presenta los resultados de una parte del análisis constituida por cuatro entrevistas biográficas. El interés de este estudio recae en la situación de triple presencia-ausencia, siendo la trayectoria de participación política el hilo conductor del relato. A la hora de definir el perfil de las personas entrevistadas, se ha tenido en cuenta el sexo; la presencia en los tres ámbitos y el ciclo vital. Respecto la participación política, se ha entrevistado a personas que participan de forma intensiva en alguna asociación u organización política. Respecto al trabajo de cuidados, se ha tenido en cuenta una definición amplia del cuidado que comprende que todas las personas somos interdependientes (Pérez Orozco, 2006), por lo que a lo largo de nuestras vidas vamos a tener que cuidar y ser cuidados, necesitando en algunos momentos cuidados intensivos y en otros no. Todas las entrevistas se han llevado a cabo en el País Vasco, entre las provincias de Álava, Guipúzcoa y Navarra y se han llevado a cabo en euskera, por lo que las citas seleccionadas han sido traducidas posteriormente. El perfil de las personas entrevistadas se puede resumir de la siguiente forma:

E-1: Maritxu, mujer joven, estudiante, participa en el Movimiento Estudiantil, Guipúzcoa.

E-2: Arrats, hombre joven, estudiante, participa en el Movimiento Juvenil, Navarra.

E-3: Amaia, mujer adulta, empleada, dos hijos (0-3 años), participa en una asociación del Ámbito del Euskera, Guipúzcoa.

E-4: Peio, hombre adulto, empleado, dos hijos (0-3 años), participa en una Asociación de Vecinos, Álava.

limita a las personas a la hora de poder dedicarse a cualquier otra tarea, incluida la participación política.

En este contexto, surge el interés por estudiar la triple presencia-ausencia, incluyendo la participación en el análisis. Las condiciones de vida con las que cuentan las personas en su vida cotidiana influyen en sus respectivas presencias y ausencias en estas tres esferas (empleo-formación, trabajo doméstico-familiar, participación política). Así, en el día a día los hombres cuentan con una infraestructura doméstica que les permite una dedicación exclusiva a las tareas tradicionalmente ubicadas en la esfera pública (el empleo y la política), mientras que para las mujeres es muy difícil poder compatibilizar el trabajo asalariado con la participación política, ya que esto supondría una triple carga de trabajo (Astelarra, 1990). Por lo tanto, para las mujeres, combinar las presiones producidas por el cruce del tiempo organizativo-participativo, el tiempo familiar y el tiempo del mercado laboral es un difícil problema de “malabarismo temporal” (Verge, 2012). En este contexto, el tiempo se convierte en una categoría privilegiada para estudiar las relaciones sociales y, concretamente, puede convertirse en indicador del bienestar de las personas (Moreno, 2007). Así, el tiempo facilita la comprensión de los cambios de la sociedad contemporánea y, sobre todo, de las desigualdades sociales que esta comporta.

LA TRIPLE PRESENCIA-AUSENCIA A LO LARGO DEL CICLO VITAL

A través del análisis de los relatos de vida, es posible profundizar en los significados que cada persona da al uso que hace del tiempo y a los diferentes tiempos sociales. Este significado subjetivo del tiempo hace referencia al tiempo interno o tiempo personal, que está vinculado a los ciclos del tiempo incorporado (crecer, nacer y envejecer) y a la identidad que se desarrolla a través de éstos (Leccardi, 2002). El sentido del tiempo interno o personal tiene un carácter único (Lewis & Weigert, 1992), unido al contexto y a las experiencias de cada persona, que se contrapone a la inalterabilidad del “tiempo de reloj” (Adam, 1999). Así, mediante la construcción de sus biografías las personas pueden llevar al presente un acontecimiento del pasado y transformarlo, creando una historia y una trayectoria vital que difícilmente es estable (Lewis & Weigert, 1992). Los *horizontes temporales* de las personas dan sentido al presente y crean una narrativa sobre sus experiencias, construyendo el pasado a través del conocimiento del que disponen en el presente, omitiendo algún detalle, cambiando algún otro, o sumando nuevos elementos (Ramos, 2007). Al mismo tiempo, tal como apunta Llona (2012), en este proceso de reflexión y de creación del relato biográfico el cuerpo funciona como una referencia, ya que supone el punto de continuidad en el universo cambiante que representa el paso del tiempo y, del mismo modo que las emociones son centrales en las experiencias vitales de las personas, también constituye un componente sustancial de la memoria.

En este sentido, como se ilustra en la siguiente cita, las personas entrevistadas han subrayado que comprenden el tiempo dedicado a la participación política como un estilo de vida, es decir, como una manera de vivir “diferente”, una identidad sujeta

a la práctica de ciertos valores, y en base a éstos, toman sus propias decisiones y diseñan las estrategias para cuadrar los tiempos:

“Y en el modelo de vida en el que creemos, nosotros/as no queremos estar cada uno/a ocho horas trabajando, y no tenemos una hipoteca de la leche, en ese sentido tenemos un alquiler barato, nos tocó una vivienda social, esto ayuda, y en realidad qué es necesario, pues bueno la necesidad es muy relativa: algunos/as necesitarán meter ocho horas para su hipoteca, sus vacaciones, su no se qué Pero yo prefiero tener menos y, bueno, ofrecerle otras cosas a mis hijos/as” ()
“Entre las cosas que de verdad no son necesarias o de algunas por lo menos prescindir para hacerlo más equilibrado en vistas a los/as niños/as y a otros ámbitos” (E-3: Amaia).

Así, en base a la identidad y a las experiencias personales de cada individuo, el uso del tiempo se jerarquiza y se prioriza de diferente forma. Los tiempos se estratifican y se articulan, creando una secuencia de presencias y ausencias a lo largo del ciclo vital. En general, desde una perspectiva diacrónica, se puede constatar que las personas entrevistadas han participado de forma constante en estos tres ámbitos. Dicha participación, sin embargo, no ha sido equilibrada a lo largo de toda su trayectoria, sino que se ha caracterizado por los altibajos, por la diferente intensidad y ritmos con los que se ha llevado a cabo en cada momento vital. De esta forma, en algún caso, cuando la formación ha supuesto una dedicación intensiva que prácticamente se asemeja a la jornada completa del ámbito laboral, se ha disminuido el tiempo dedicado a la participación. De la misma forma, el cuidado de criaturas pequeñas ha supuesto en algún caso la reducción de la jornada laboral, por lo que se han hallado fórmulas más flexibles que han permitido compaginar dichas tareas. Además, cuando al tiempo de cuidado y al tiempo del empleo se le suma el de la participación, resulta necesario tomar ciertas decisiones que se relacionan con el ámbito político, como por ejemplo, disminuir el tiempo de participación o, por el contrario como se ha manifestado en la cita anterior, seguir el “estilo de vida” que desde este ámbito se reivindica y renunciar a ciertas “comodidades” que puede otorgar una jornada completa en el mercado laboral (vivienda en propiedad, vacaciones, etc.).

APROPIACIÓN, EXPROPIACIÓN Y PRIVACIÓN DE TIEMPOS DE LA TRIPLE PRESENCIA-AUSENCIA

El significado que las personas entrevistadas otorgan al tiempo difiere según su experiencia personal respecto a la cantidad de trabajo, a la dedicación de tiempo que ésta supone y a cómo se experimenta dicha dedicación. De esta forma, el tiempo dedicado a algunas tareas se vivencia como parte del tiempo propio y el dedicado a otras como una carga. Tomando como referencia la propuesta de Soledad Murillo (1996) que distingue dos acepciones de “lo privado” (privado como *propio* y privado como *privación*)³, se pueden identificar en las entrevistas vivencias del tiempo

³ Soledad Murillo distingue el tiempo propio como una apropiación de *sí mismo* que marca la idea inefable de privacidad, es decir, la retirada voluntaria y puntual de un espacio público, para beneficiarse de un tiempo propio; y el tiempo como privación de *sí*, que carece del privilegio de reserva y le está vedado sustraerse de las demandas ajenas, lo que se traduce en una presencia continuada y atenta a los asuntos de los otros (Murillo, 1996: XVI).

cotidiano cercanas tanto a lo “propio” (tiempo para sí) como a la “privación” (tiempo para el resto). Así, dependiendo del significado subjetivo que cada persona otorga al tiempo referente a cada ámbito (empleo-formación, cuidados y participación política), éste es vivido en términos de *tiempo propio* o como *privación del tiempo*. En este sentido, se puede diferenciar una experiencia de tiempo como *expropiación* o como *privación*, es decir, una expropiación de tiempo supone perder un tiempo que antes poseías, sin embargo, una privación de tiempo supone un tiempo que nunca se ha tenido. De esta forma, como se puede entrever en la siguiente cita, el tiempo dedicado a la participación política puede ser vivido como tiempo propio:

“Aprendes muchas cosas como persona, ayuda a construir o moldear tu identidad, te sientes parte de una causa justa, muchas cosas buenas, conoces a gente muy interesante y que vale mucho, ves cosas diferentes, no sé, muchas cosas pero sobre todo que te sientes orgulloso de ti mismo por hacer una cosa positiva, y eso es la leche, ¿no?” (E-2: Arrats).

O, por el contrario, como queda de manifiesto en el siguiente relato, como una expropiación de un tiempo que antes se tenía:

“Y vas poniendo como prioridades: primero está el colectivo, está el grupo, están las reuniones, están las manis, y lo último eres tú con todas las consecuencias. () Antes sí respetaba mi tiempo, mis amistades, luego hubo un tiempo en el que no lo hacía, todo era tener la agenda llena () entonces otra vez he cogido eso, y ahora sí creo que es necesario mantener un equilibrio” (E-1: Maritxu).

En este sentido, esta forma de experimentar el tiempo dedicado a la participación se identifica con la concepción de domesticidad que propone Murillo (1996), que la comprende más allá de las cargas familiares y el estado civil, aproximando su contenido a una “*vinculación específica sustentada por un aprendizaje de género*. Por ello, lo doméstico no se estrecha a los límites del hogar, es más una *actitud encaminada al mantenimiento y cuidado del otro*” (...) En otras palabras, cuando un sujeto no se percibe autorreflexivamente y, en cambio, está atento a cubrir las necesidades afectivas y materiales de otros sujetos” (1996: 9). Este hecho ya ha sido descrito por otras autoras como Arneill (2006) que subrayan cómo las mujeres en mayor medida que los hombres, a lo largo de la historia, han participado y participan en beneficio de los demás más que en beneficio de ellas mismas. No obstante, es importante tener en cuenta la reivindicación para “apropiarse” del tiempo presente en la cita, politizando así el significado del tiempo y reivindicando más tiempo para sí. Asimismo, en relación al cuidado, son interesantes las distintas experiencias respecto a cómo se vive el tiempo en base al género ya que, como se evidencia en las siguientes citas, éste puede ser experimentado como parte del tiempo propio o como una carga que resta tiempo para poder participar en el ámbito político, más aún cuando no se ofrecen medios para compaginar ambas dedicaciones:

“Al final es un poco la cabeza ¿no?, Cuando estás con los críos no te das cuenta de las horas que empleas con ellos ¿no? Estás haciendo cosas, vas con los críos a hacer la compra, vas a los columpios, vas a cualquier lado con ellos. Y entonces para ti ese tiempo no es el que dedicas a ellos, es tu vida al fin y al cabo. No notas esa diferencia, ¿no? Entre los críos o tu vida” (E-4: Peio).

“Me ha tocado «x», o yo lo he elegido, pero pienso que son parte de mi vida y entonces pues bueno, hay que compaginarlo. Es difícil, es difícil... (pausa) por tiempo físico y luego también porque no se ofrecen medios desde diferentes grupos o colectivos.. se ofrecen pocos” (E-3: Amaia).

En este sentido, puede que vivir el tiempo de cuidado como tiempo propio sea consecuencia de una carga de cuidado flexible y ocasional. La realización de tareas como ir a la compra con las criaturas o llevarlas al parque no tiene un carácter rígido y cotidiano, sino que se orienta más bien por la flexibilidad y el acontecimiento (Carrasquer *et al*, 1998). Este hecho está muy relacionado con el sistema de sexo-género y el reparto de tareas en base a éste, ya que, como constata la investigación realizada por Pilar Carrasquer, *et al.*,: “el conjunto de tareas donde la presencia de las mujeres es más significativa, casi exclusiva, incluye, de hecho, aquéllas que implican mayor cotidianidad y rigidez () Por el contrario, las tareas más compartidas son aquellas que, aunque cotidianas, mayor grado de flexibilidad suponen, como es, por ejemplo, el jugar con los hijos e hijas” (1998: 103-108).

ENCAJES TEMPORALES DE LA TRIPLE PRESENCIA-AUSENCIA

Como se ha constatado en otros trabajos, el tiempo social es también tiempo de interacción. Un tiempo en el que los ritmos personales “encajan” con otros órdenes temporales mayores, como las instituciones sociales y culturales (Lewis & Weigert, 1992). Así, se configura una trayectoria temporal para las personas, marcando el tiempo biográfico a través de la transición de distintos estatus, como por ejemplo, los estatus laborales (primero se es estudiante, después contratado/a en prácticas, a continuación empleado/a y finalmente, jubilado/a). Como subrayan Lewis y Weigert (1992), un rasgo estructural crítico del tiempo social es el “encaje temporal”, ya que es preciso que todas las acciones sociales cuadren temporalmente con otros actos sociales de mayor alcance, por lo que encajar el tiempo personal con el tiempo de interacción supone la necesidad de «estratificar» y «sincronizar» los tiempos. De esta forma, participar en el empleo, en el cuidado y en la política supone una secuencia de presencias-ausencias donde el tiempo ha de articularse y sincronizarse en torno a estas tres tareas, así como a sus respectivas lógicas. En este sentido, del mismo modo que estas tres actividades están presentes a lo largo del ciclo de vida, marcan las trayectorias biográficas de las personas entrevistadas, por lo que se puede afirmar que, el tiempo de cuidado, del empleo y de la participación política es también un “*tiempo interno o incorporado*” (Ramos, 2007; Leccardi, 2002): siguiendo el ciclo de vida existe un tiempo para ser niño o niña y participar en el mundo de la escuela, seguido de un tiempo de ser joven y participar en el movimiento juvenil, después para entrar en el mercado laboral y participar en sus problemáticas, independizarse e irse a vivir a un barrio nuevo y participar en su asociación de vecinos, etc. En este sentido, como apunta Ramos (2007), cada cosa tiene su momento oportuno, su “*kairos*”, por lo tanto, no se trata de un tiempo externo o “*cronos*”, sino un tiempo que se introduce en el propio ser que marca la ocasión oportuna para cada actividad.

Sin embargo, las personas entrevistadas también han descrito que trabajar por un cambio social profundo conlleva una participación política que supone mucho esfuerzo y dedicación, hasta el punto de que a menudo el ciclo de vida se ha de adaptar a sus exigencias. Así, la participación se dibuja como un modelo lineal que exige una implicación continua y que hace referencia a la dimensión del tiempo como *entorno*, es decir, no como algo de lo que se dispone para actuar sino como un entorno con el que se topa y donde encaja la acción (Ramos, 2007). De esta forma, este modelo-entorno lineal de participación limita, condiciona, determina y arrastra la acción, constituyendo un transcurrir del mundo con el que hay que coincidir y al que hay que adaptarse. El tiempo imperante en la organización temporal actual es el tiempo del trabajo asalariado y, como apunta Lasén (1997: 195): “las cadencias impuestas por los métodos científicos de la organización del trabajo, como el taylorismo o el fordismo, que hacen que el cronómetro reine en los talleres, desbordan también a las otras esferas de la vida cotidiana”. Así, los ritmos de la participación política a menudo se asemejan a los ritmos marcados por el mercado laboral; bien porque refuerzan la figura del “trabajador a tiempo completo”, o bien porque, como se muestra en la siguiente cita, sus ritmos se asemejan significativamente a la lógica del “tiempo de reloj” descrito por Bárbara Adam (1999):

“Y yo creo que muchas veces eso ha desaparecido, esto es, la sensibilidad en gran medida se ha apartado, hemos sido unas máquinas y punto. () El ritmo va a toda pastilla, el conflicto, esto, los estados, cada uno con lo suyo,.. Lo otro lo hemos apartado” (E-3: Amaia).

DIMENSIÓN MORAL DE LA TRIPLE PRESENCIA-AUSENCIA

El tiempo, tal como subraya Ramos (2007), además de ser un recurso para la acción es también un recurso moral a través del cual lo que se hace o no se hace está sometido a estrictos juicios morales relacionados con la idea del “bien” (lo bueno o esperable) y el “deber” (lo que alguien ha de hacer). Estos juicios morales están vinculados a los valores sociales y las pautas culturales vigentes. Como se ha podido entrever a lo largo de las entrevistas, la administración del tiempo dedicado al empleo-formación, el trabajo doméstico-familiar y a la participación política presenta una importante carga moral, puesto que a menudo estas tres actividades se definen en las experiencias cotidianas de las personas entrevistadas como “obligaciones”.

Además, a través del análisis se ha constatado que existe una especie de “código moral” implícito que guía las posibles presencias y ausencias de las personas que participan en el ámbito político: existen unas razones que en un momento dado pueden resultar legítimas a la hora de dejar de participar en una organización o disminuir la carga de trabajo y otras, por el contrario, se consideran ilegítimas. Este código se relaciona también con los valores imperantes en la sociedad en general, así como con la ideología de género en particular. En este sentido, en el material producido a través de las entrevistas se percibe cómo de la misma manera que socialmente el empleo constituye un horizonte en la vida, principalmente para los hombres; las

circunstancias que se relacionan con éste a menudo se erigen como razones legítimas para ausentarse de la participación política. Por otro lado, las cargas de cuidado y, especialmente, la maternidad, funcionan también como razones legítimas para las mujeres, al igual que socialmente forman parte de los imperativos de género hacia ellas. Sin embargo, actividades que tienen relación con el tiempo propio, el ocio y la autorrealización o el disfrute personal frecuentemente se definen como razones ilegítimas, ya que se consideran actividades secundarias o de menor importancia:

“Siempre he intentado ver de verdad, quiero decir, si la militancia tenía de verdad una importancia impecable, pues lógicamente hacía eso y lo otro lo apartaba () las cosas de ocio por supuesto las coloco por debajo, eso sí” (E-2: Arrats).

Por lo tanto, entre las personas entrevistadas se ha identificado cierto malestar producido por la necesidad de adaptar los ritmos de vida a las exigencias de la lógica mercantil, de los mandatos de género y de la participación política. En este sentido, como se ilustra en la cita, mantener una triple presencia-ausencia supone tener que vivir “de prisa y corriendo”, acelerando los ritmos de vida y convirtiendo el *entorno temporal* (Ramos, 2007) en un auténtico “caos”:

“Yo no tengo rutina. Ni para comer, muchas veces ni como (...) Siempre corriendo-corriendo, y sudando a todas partes” (E-4: Peio).

DESIGUALDADES, POLITIZACIÓN DEL TIEMPO Y ESTRATEGIAS PARA COMPAGINAR LA TRIPLE PRESENCIA-AUSENCIA

La organización temporal vigente, basada en la lógica del mercado laboral, impide un reparto equitativo del tiempo de trabajo, ya que las cargas más importantes, en vez de repartirse, recaen sobre las personas “a tiempo completo”. Este hecho dificulta las posibilidades de participación política de las personas que no pueden estar al “cien por cien”, constatando la existencia de una tendencia hacia la discriminación de las personas que asumen responsabilidades de cuidado, principalmente mujeres. Por lo tanto, repartir las cargas y responsabilidades del trabajo político (así como las del cuidado y del empleo-formación) resulta indispensable para favorecer la participación de todas las personas. En este sentido, es necesario subrayar que aquellas personas que se dedican al “cien por cien” a la participación política o al empleo-formación, lo hacen gracias al trabajo invisible de otras personas, que cubren sus necesidades en el día a día, constituyendo una forma de “militante campeón” que brota lavado y planchado en el día a día, recuperando la descripción irónica del “trabajador campeón” a tiempo completo que hace Pérez Orozco (2006).

Las personas entrevistadas han subrayado que los altibajos que caracterizan las ausencias-presencias en sus trayectorias de vida son inevitables y reivindican que los ritmos de la participación, del empleo y del cuidado deberían adaptarse a los ritmos de vida, y no al revés. De esta forma, han subrayado la necesidad de lograr un “equilibrio” entre los tiempos, un “tiempo de vida” que les permita poder dedicarse a las tres tareas, politizando así el significado que dan al uso del tiempo:

“Un poco buscar el equilibrio entre ellas, sin dejar la militancia pero sin dejar a los amigos, sin dejar la militancia pero sin dejar tampoco la relación con la familia o con la novia” (E-2: Arrats)

“Antes sí respetaba mi tiempo, mis amistades, luego hubo un tiempo en el que no lo hacía, todo era tener la agenda llena () entonces otra vez he cogido eso, y ahora sí creo que es necesario mantener un equilibrio” (E-1: Maritxu).

“Es que cuando me quedé embarazada lo tenía muy claro, sí, voy a ser madre, pero además de madre yo soy Amaia y Amaia es Amaia con sus amigos, Amaia con su militancia y Amaia con todas sus cosas. Y eso mantenerlo a un nivel a veces cuesta mucho eh, desapareces del mapa y te conviertes en madre y solamente madre, ¿no? Pero sí lo he tenido en mente y he querido de una manera u otra estar ahí” (E-3: Amaia).

Como subraya Ramos (2007), el tiempo se politiza cuando lo que se hace con él sigue una lógica de poder, así, son ejemplo de ello las situaciones de vida en las que se hace lo que se hace porque no se puede elegir. En este sentido, las personas entrevistadas han politizado el significado del tiempo en la medida en que han reivindicado poder decidir en qué quieren emplearlo. Para, de esta forma, poder tener el control sobre su propio tiempo a la hora de dedicarlo a lo que ellas quieran, bien para las amistades o la pareja, bien para la participación política, etc. Pero más allá de politizar un tiempo entendido como recurso para la acción (para hacer esto o lo otro), también han politizado el tiempo encarnado o incorporado. En este sentido, el “tiempo de ser madre” que es un tiempo biológico pero también tiempo de deber, tiempo que se moraliza, sobre todo en el caso de los mandatos de género hacia las mujeres; en esta cita se politiza y, se reivindica un tiempo más allá de los mandatos de género, un tiempo para ser madre pero también para ser Amaia; Amaia con sus amigos, Amaia con su militancia, etc.

Por lo tanto, a lo largo del análisis de los relatos de vida se ha constatado que el objetivo de las personas que viven en una situación de triple presencia-ausencia es decidir sobre su propio tiempo, apropiarse de él y, conseguir así un equilibrio en su vida cotidiana, tarea que no resulta fácil debido a que la sincronía de las actividades supone vivir a un ritmo acelerado, al tiempo que produce un fuerte malestar que provoca una vivencia de privación o expropiación del tiempo propio o “tiempo para sí”. Sin embargo, a falta de este equilibrio y de mayores cotas de poder de decisión, las personas entrevistadas han señalado algunas estrategias que pueden facilitar, aunque de manera precaria, compaginar una triple presencia-ausencia. Algunas están relacionadas con aspectos de carácter material como la externalización de los cuidados a través de la ayuda familiar o de los servicios públicos, la posibilidad de flexibilizar los horarios del empleo y de la participación política, de llevar a las personas que precisan cuidado a las reuniones⁴ o de repartir las cargas de trabajo entre

⁴ Hay que señalar que probablemente esta estrategia sólo sea factible si las personas que precisan cuidado son criaturas, ya que las atenciones más especializadas que necesitarían otras personas posiblemente no puedan ser compatibles con llevar a cabo una reunión.

la pareja. Otras, hacen referencia a aspectos más subjetivos como trabajar la comunicación interpersonal y la empatía, trabajar los elementos afectivos, hacer frente de manera colectiva a los problemas “privados” otorgando un reconocimiento social al trabajo de cuidado, entre otros. Sin embargo, se ha podido constatar que más allá de todo esfuerzo por compaginar y llevar a cabo todas las tareas, el cuerpo no entiende de intenciones, por lo que a menudo resulta necesario aflojar el ritmo. Dicho de otra manera, se ha evidenciado que toda acción precisa su consiguiente período de descanso y que, por lo tanto, los altibajos son inherentes a los ritmos cotidianos.

CONCLUSIONES

A través del análisis de los relatos de vida se han identificado diferentes significados respecto al uso del tiempo que han resultado útiles a la hora de profundizar en las experiencias para compaginar las tres presencias-ausencias. Concretamente, se ha podido observar que tanto el tiempo empleado en el empleo-formación, en el trabajo doméstico-familiar, como en la participación política tiene una fuerte carga moral y política, ya que son actividades que se entienden como prioritarias en los proyectos de vida de las personas entrevistadas, por lo que éstas reivindican un “tiempo de vida” en el que puedan estar presentes en estos tres ámbitos. En este sentido, se ha hecho referencia al significado que para las personas entrevistadas tiene el uso del tiempo en la participación política, relacionándolo con una manera de vivir alternativa, una práctica cotidiana continua que se aleja de las concepciones sobre la participación política más formales o convencionales, acercándose a la definición que Seyla Benhabib (1990) reivindicaba sobre la participación, como un concepto que no esté relacionado únicamente con la esfera propiamente política, sino que se extienda también al ámbito cultural y social. Así, según esta autora, el espacio público se crearía allí donde las personas participantes se comprometan a un discurso público, con independencia de dónde se produzca este discurso, es decir, tanto si se produce en la cocina de una casa o en el pleno de un Ayuntamiento.

Asimismo, los relatos de vida han facilitado el análisis del tiempo personal (interno y biográfico) y del tiempo de interacción (histórico-social) de las personas entrevistadas, pudiendo ahondar tanto en el significado subjetivo que otorgan al uso del tiempo, como en el malestar producido por el hecho de tener que “encajar” su tiempo personal con las exigencias marcadas por la organización temporal vigente (el tiempo histórico-social). El relato biográfico ha resultado ser una técnica con gran potencial para llevar a cabo esta labor. Además, esta forma de hacer operativa la categoría de tiempo ha facilitado comprender las lógicas cotidianas y los ritmos de vida que acompañan a las estrategias para compaginar los tres ámbitos, ayudando a comprender la articulación cotidiana del *continuum* presencia-ausencia.

BIBLIOGRAFÍA UTILIZADA

- Adam, B. (1999) “Cuando el tiempo es dinero. Racionalidades de tiempo conflictivas y desafíos a la teoría y la práctica del trabajo”, *Sociología del Trabajo, Nueva Época*, 37 (Otoño): 5-39.

- Arneill, B. (2006) "Just Communities. Social Capital, Gender, and Culture", in O'Neill, B. & Gidengil, E. (2006) *Gender and Social Capital*, Londres: Routledge.
- Balbo, L. (1994) "La doble presencia", in Borderías, C., Carrasco, C. & Alemany, C. (eds.) (1994) *Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales*, Barcelona: Icaria, pp. 505-513.
- Benhabib, S. (1990) "El otro generalizado y el otro concreto. La controversia Kohlberg-Gilligan y la Teoría Feminista", in Benhabib, S.; Cornell, D. (eds.) (1990) *Teoría Feminista y Teoría Crítica*, Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, pp. 119-149.
- Carrasco, C. (2001) "La sostenibilidad de la vida humana: ¿Un asunto de mujeres?", *Mientras Tanto*, 82: 43-69.
- Carrasquer, P., Torns, T., Tejero, E. & Romero, A. (1998) "El trabajo reproductivo", *PAPERS*, 55: 95-114.
- Colectivo Ioé (2001) *Mujer, Inmigración y Trabajo*, Madrid: IMSERSO, disponible en http://www.colectivoioe.org/index.php/publicaciones_libros/show/id/42.
- Cordoni, Elena (1993) "Las mujeres cambian los tiempos", *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 2: 221-237.
- Durán, M. A. (1986) *La jornada interminable*, Barcelona: Icaria.
- Hochschild, A. (1989) *The second shift*, Londres: Penguin Books.
- Izquierdo, M. J. (1998) *El malestar en la desigualdad*, Madrid: Cátedra.
- Lasén Díaz, A. (1997) "Ritmos sociales y arritmia de la modernidad", *Política y Sociedad*, 25: 185-203.
- Leccardi, C. (2002) "Tiempo y construcción biográfica en la Sociedad de la incertidumbre. Reflexiones sobre las mujeres jóvenes", *Nómadas*, 16: 42-50.
- Leccardi, C. (1996) "Rethinking Social Time: feminist perspectives", *Time and Society*, 5 (2):189-186.
- Legarreta, M. (2012) *El tiempo donado en el ámbito doméstico-familiar. Estudio sobre el trabajo doméstico y los cuidados*, Tesis Doctoral, Facultad de Ciencias Sociales y de la Comunicación, Universidad del País Vasco.
- Lewis, J. D. & Weigert, A. J. (1992) "Estructura y significado del tiempo social", in Ramos, R. (1992) *Tiempo y Sociedad*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 89-132.
- Llona, M. (2012) "Historia oral. La exploración de las identidades a través de la historia de vida", in Llona, M. (coord.) (2012) *Entreverse. Teoría y metodología práctica de las fuentes orales*, Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 15-60.
- Moreno, S. (2007) *Temps, treball i benestar: una aproximació des de la vida quotidiana*. Tesis Doctoral, Departament de Sociologia, Facultat de Ciències Polítiques i Sociologia, Universitat Autònoma de Barcelona.
- Murillo, S. (1996) *El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- Pérez Orozco, A. (2006) "Atención, zona en obras; construyendo ciudadanía", *El Ecologista, La Letra A y Libre Pensamiento*, 06-07: 1-6.
- Ramos, R. (2007) "Metáforas sociales del tiempo en España; una investigación empírica", in Prieto, C. (ed.) (2007) *Trabajo, género y tiempo social*, Madrid: Editorial Complutense, pp. 173-203.

- Torns, T. & Moreno, S. (2008) "La conciliación de las jóvenes trabajadoras: nuevos discursos, viejos problemas", *Revista Estudios Juventud*, 83: 101-117.
- Torns, T. (2008) "El trabajo y el cuidado: cuestiones teórico-metodológicas desde la perspectiva de género", *EMPIRIA*, 15: 53-73.
- Torns, T. (2003) "Les polítiques de temps. Un repte per a les polítiques de l'Estat del Benestar", *El pensament i l'acció*, Barcelona: Fundació Nous Horitzons, pp. 4-26.
- Verge, T. (2012) "Dona i política local. Lideratge i Usos del Temps", *Fundació CatDem*, pp. 1-22.

O Tempo da Pesquisa: reflexões sobre o caminho investigativo¹

LÍGIA LUIS DE FREITAS² & MIRIAN ALBUQUERQUE DE AQUINO³

INTRODUÇÃO

Este estudo, de natureza qualitativa, situa-se no campo dos Estudos Culturais da Educação (ECE) que, por sua característica interdisciplinar, apresentam férteis possibilidades para se pensar “o campo pedagógico em que questões como cultura, identidade, discurso e representação passam a ocupar, de forma articulada, o primeiro plano da cena pedagógica”. (Costa, Silveira & Sommer, 2003: 54). Tal particularidade impõe um diálogo com a produção de diferentes áreas: Antropologia, Sociologia, História, etc..

Enveredar pelos ECE abriu-me um leque de possibilidades e me apresentou o desafio para fugir a alguns enquadramentos herdados da minha própria formação acadêmica. A partir dos estudos proporcionados por algumas disciplinas, dos questionamentos e provocações feitas por algumas professoras sobre método e procedimentos, fui colocando em suspenso algumas visões cristalizadas sobre o modo como fazer pesquisa. Entre elas, a separação sujeito/objeto. Ainda assim, o texto de qualificação ainda ficou marcado pela clássica separação teoria/prática. Tais compreensões, de certa forma, refletiam o meu próprio processo de formação. A produção dos ECE foi-me permitindo aos poucos sair de algumas amarras convencionais para poder compreender o novo (para mim) que poderia surgir como possibilidade de pesquisar em um campo que emerge da ruptura com as metanarrativas.

Assim, a partir de leituras e reflexões, comecei a compreender que pesquisar “certamente não implica ‘destruir’ as verdades, mas implica, sim, a tarefa de desnaturalizar e desvelar o caráter sempre contingente de qualquer verdade” (Veiga-Neto, 2012: 8) e reconhecer que não existe verdade única. Além disso, passei a considerar que a produção do conhecimento exige uma posição política diante do mundo e da realidade que interfere tanto na trajetória da pesquisadora e dos sujeitos sociais envolvidos no processo de pesquisa. Aprendi com Costa (2000) que romper não significa negar, mas perceber que os saberes nômadas não podem ser capturados

¹ Esta pesquisa tem financiamento do Programa Capes-DGU/Brasil. E-mail: ligialfreitas@gmail.com

² Integra o programa hispano-brasileiro de cooperação entre a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade de Barcelona: Gênero e educação superior: políticas, narrativas e currículo (Capes-GDU 040/2012)

³ Integra o programa hispano-brasileiro de cooperação entre a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade de Barcelona: Gênero e educação superior: políticas, narrativas e currículo (Capes-GDU 040/2012).

e enquadrados em categorias prefixadas, pois estão em movimento permanente, atravessando disciplinas, culturas, países, grupos, práticas e tradições.

Além disso, pesquisadores qualitativos inseridos nos campos dos estudos culturais precisam produzir saberes a partir de uma postura interpretativa através da qual a pesquisa é apresentada como “um processo interativo influenciado pela história pessoal, pela biografia, pelo gênero, pela classe social, pela raça e pela etnicidade dele e daquelas pessoas que fazem parte do cenário”. (Denzin, Lincoln, 2006: 20). Esse “borramento” de fronteiras impôs a necessidade de identificar em que contextos a postura investigativa poderia ser mais ou menos participativa, a fim de manter um equilíbrio dessas interferências e a não “poluir” os dados.

No caso do objeto deste estudo – os discursos juvenis sobre processos identitários de gênero e raça – as escolhas possibilitaram que a pesquisa se realizasse a partir de uma metodologia, cujo material produzido emergiu das minhas interações com os sujeitos participantes da pesquisa e de diferentes técnicas e instrumentos utilizados para analisar as informações relacionadas com o fenômeno investigado, a partir de uma diretriz investigativa que Strauss e Corbin (2008) denominam de Teoria Fundamentada nos Dados (TFD).

A construção do conhecimento que emergiu dos dados foi potencializada pelo uso de diferentes instrumentos e técnicas de captura dos discursos que comporiam o *corpus*. Para a TFD, a bricolagem conceitual ou a articulação de campos disciplinares para compreensão de um fenômeno não é algo definido *a priori*. É algo que vai sendo construído a partir das demandas que surgem no processo de coleta e análise dos dados. Assim, embora tenha previsto alguns possíveis campos disciplinares para a compreensão do fenômeno, a clareza desses diálogos foi sendo estabelecida ao longo do processo de pesquisa.

O processo investigativo deu-se numa dinâmica em que a abordagem empírica foi fornecendo suporte para construção da teoria e a (re)definição e inclusão de novos procedimentos metodológicos. As etapas iniciais de conhecimento do campo, dos sujeitos e das suas práticas tomaram como referência a técnica da observação com caráter naturalístico e participante, em contextos pedagógicos do programa, tanto no âmbito da escola como em outros espaços. Nesses momentos, foi possível estabelecer conversas informais com educadores/as e jovens, devidamente anotadas no diário de campo, ou gravadas em áudio e/ou registradas fotograficamente.

Inspirada na metáfora da “colcha de retalhos” que Denzin e Lincoln (2006: 19) fazem referência sobre metodologia dos ECE, afirmo que o aprofundamento e a ampliação das leituras desses campos se tornaram fundamentais para mostrar que a beleza da construção do conhecimento está na escolha das interlocuções feitas e na combinação entre elas. Nesse sentido, espero que a composição aqui apresentada contribua para provocar novas reflexões sobre a temática em estudo.

Reconheço que as escolhas feitas não possibilitaram atingir o fenômeno na sua totalidade, pois todo resultado é uma representação da realidade. A subjetividade de quem representa e de quem é representado está sempre lá, entrecortando a

objetividade do real. O que se deduz é que “a aproximação com o real é sempre uma aproximação com uma verdade produzida” (Carvalho, 2008: 205) pelo discurso dos participantes da pesquisa e pela leitura que fiz desses discursos.

Assim, as ferramentas metodológicas e conceituais desse processo buscaram construir uma pesquisa fundamentada nos dados. Para isso, ir ao campo empírico todos os dias se tornou uma estratégia necessária para estabelecer vínculos, num movimento em que o fenômeno investigado foi emergindo ao longo do tempo, à medida que se ampliava e aprofundava minha relação com os jovens. Criar vínculos tornou-se um desafio a mais, haja vista a oscilação na frequência, impossibilitando que alguns jovens se tornassem narradores potenciais.

De acordo com vários autores como Kincheloe e Berry (2007) e Kincheloe e McLaren (2006), no esteio desse tipo de pesquisa estão perspectivas teóricas preocupadas em discutir as questões relacionadas ao poder e à justiça e com os modos pelos quais a economia, os assuntos que envolvem a raça, a classe e o gênero, as ideologias, os discursos, a educação, a religião e outras instituições sociais e dinâmicas culturais interagem para construir um sistema social (Kincheloe & McLaren, 2006: 283).

Ao investigar como os processos identitários de gênero e raça perpassam o discurso juvenil à luz desse mirante, não busquei enquadrar o discurso jovem, mas apreender como as experiências pedagógicas do Projeto Urbano contribuem para a construção desses processos.

CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

O Projovem Urbano (PJU) é um Programa do Governo Federal vinculado à política de jovens e adultos, sobre o qual me deterei mais detalhadamente no capítulo a seguir. A pesquisa empírica toma como referência as contribuições das intervenções pedagógicas do Programa, para que jovens construam seus processos identitários de gênero e raça. As observações foram realizadas no Núcleo X, mas estendidas, quando possível, a outros contextos, tendo em vista que algumas ações transcendem o espaço do núcleo. Dessa forma, considereei pertinente situar o local onde o Núcleo X funciona, principalmente, porque mais de 90% da população escolar mora na comunidade vizinha.

O Núcleo X está localizado nos Bancários, um bairro de classe média, que se localiza na zona sul da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Na última década apresentou grande crescimento, em função da intensa especulação imobiliária. O bairro é bem servido de infraestrutura urbana, sendo considerado um dos melhores lugares para se morar da zona sul. Em contraste, na comunidade Y, existente há 30 anos, a qualidade de vida é afetada pelas condições insalubres a que sua população está submetida: precariedade das moradias, ausência de serviços públicos e espaços de sociabilidade para os/as moradores/as, falta ou irregularidade de serviços, como abastecimento de água e coleta de lixo são problemas que contrastam e mostram as desigualdades existentes.

A população que mora na comunidade é estigmatizada e discriminada pela população do bairro e dos grandes condomínios que estão à sua volta. Em outra entrada do Programa, a gestão da escola apresentou muita dificuldade em aceitar que lá funcionasse um Núcleo do PJU. Um dos diretores da época se referia aos jovens locais com termos pejorativos, o que indicava uma visão marginal e preconceituosa dessa categoria social. Ele justificava sua postura discriminatória dizendo que conhecia todos, tendo em vista que já estudavam na escola desde pequenos. Para alguns/as alunos/as do Programa, em determinadas situações, por exemplo, ao assumir um emprego, dizer que é morador/a da comunidade pode significar ser dispensado, por isso muitos falam que residem nos Bancários.

Os/as sujeitos/as da pesquisa, em sua maioria, provêm dessa comunidade. Muitos/as deles/as, apesar de serem marcados/as por uma história de exclusão e pobreza e, portanto, viverem na pele o apartheid social, trazem narrativas de superação, de luta e de muita teimosia diante da vida. Somente aos poucos foram me revelando suas histórias, ou melhor, narrando o que desejavam me revelar, por isso demarcando, em alguns momentos: “ela quer saber tudo da vida da gente!!”. Alguns, sempre procuraram manter distância, afirmando meu lugar de outro, pois nem era professora e muito menos aluna.

Ao todo, 40 jovens estiveram, de alguma maneira, direta ou indiretamente conectados/as com a pesquisa de campo. Entretanto, como veremos mais adiante, os instrumentos não foram preenchidos por todos. O alto absenteísmo também impossibilitou aprofundar os laços, de forma a construir uma relação de mais confiabilidade, produtiva, para o momento da entrevista. Outro aspecto considerado foi a disponibilidade para ser entrevistado/a, informação que solicitei durante o preenchimento do questionário.

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE REGISTRO: O DIÁRIO COMO O CENTRO DAS ATENÇÕES

A pesquisa de campo exige disciplina, organização e muita paciência da pesquisadora para com os participantes – em especial quando se está pesquisando sujeitos jovens – e, claro, paciência deles/delas com as nossas indagações. Um instrumento que marca o trabalho de campo é o diário. No primeiro dia que fui ao núcleo não levei o diário, queria anotar tudo que pudesse no corpo, apreender pelas sensações, pela visão, pelo olfato, pelo cheiro, através da minha pele. Meu corpo seria o lugar dos primeiros registros. Era preciso experimentar para ver o que realmente ficava impresso, corporificado, para só depois começar as anotações no diário.

Minha primeira visita aconteceu no mês de dezembro, mas não havia mais aula e a turma (educadores/as e jovens/as) já estava de férias. Voltei novamente no dia 08 de janeiro de 2013. Por várias vezes achei que o campo não me trazia nada de concreto ou me oferecia pouca coisa. Em algumas idas eu me perguntava: “o que retirar de significativo daqui?”.

Em outros momentos, verdadeiramente nada emergia e tinha a impressão da improdutividade, do insucesso, mas seguia anotando, conversando, gravando,

fotografando. O diário foi ganhando páginas e mais páginas. A conversa com a pesquisadora Mónica Franch, no mês de março, me deixou reflexiva quanto a minha postura em campo, sobre o necessário cuidado com o “borramento” de fronteiras. Serviu para afinar a diretriz e ter clareza de que a mulher, a ativista, a mãe e, principalmente, a professora, estavam comigo. Portanto, essas identidades atravessariam a pesquisa e seria preciso sabedoria para deixar emergir a pesquisadora acima de tudo.

Assim, “falar do trabalho de campo é falar, necessariamente, de como registramos nossos dados e nossa circulação pelo campo. É falar da produção e apropriação dos diários porque, refletir sobre as nossas experiências de campo é re/tomar o diário como nossa principal fonte” (Bonetti & Fleischer, 2007: 17). Por quase quatro meses, o meu diário se tornou o principal instrumento utilizado em campo. Na qualificação, a banca tinha me solicitado definição de foco e as perguntas do pesquisador Juarez Dayrell⁴ ecoavam em minha cabeça e me acompanhavam nas idas ao Núcleo.

Cheguei a campo sem foco e continuei por um bom tempo. Aos poucos, fui encontrando o “fio de Ariadne” que me ajudava a transitar pelo labirinto do conhecimento. Mesmo com essas pistas, por todo o caminho, Larrosa não me deixava esquecer que o labirinto é o lugar do estudo. Labor intus. Às vezes circular é unívoco, sem bifurcações, um só traço que leva da borda ao centro, do centro ao último círculo, daí, outra vez, ao centro, indefinidamente. Um só caminho em que o ponto central não é o lugar do sentido, da ordem, da clareza, da unidade, da apropriação e da reapropriação, mas o Núcleo obsessivo e sempre evanescente que se abandona uma vez roçado, em que nunca se permanece. Aberto ao infinito (Larrosa, 2003: 31).

Nas palavras de Nogueira (2006), precisava buscar o “infinitamente pequeno”. A todo o momento, o convite foi para me abrir ao que poderia estar imperceptível a olho nu. Nesse sentido e com base nesse autor, era preciso me fazer conhecer e reconhecer, a partir das interações estabelecidas, de quem pode vir informações-chave, ou melhor, a identificar que sujeitos poderiam se tornar informantes privilegiados. As primeiras idas ao Núcleo foram acompanhadas de outras interrogações: Quem, entre as/os jovens, poderia(m) se tornar(em) centrais para as narrativas, e quantos? As informações seriam coletadas exclusivamente dos sujeitos jovens? Seria importante escutar os educadores? As cuidadoras das crianças? Assim, o diário se transformou num instrumento central para detalhar as impressões que iam se somando a cada ida ao campo, a cada momento em que avançavam os passos da pesquisa.

Organizei o diário a cada dia com a seguinte estrutura: registro, reflexões, conceitos emergentes, já tentando seguir algumas orientações de Strauss e Corbin (2008) sobre a Teoria Fundamentada nos Dados, embora nos primeiros momentos sem muita clareza. Usei-a como orienta Minayo (1998), de forma sistemática, desde as primeiras idas ao campo até a finalização da investigação. Registrava tudo, os contatos, as partilhas, as conversas, os vínculos que foram se estabelecendo, mais

⁴ Um dos examinadores na qualificação que atentou para a definição do foco sobre as identidades: de jovem, de gênero, de raça, ou numa articulação das três. Optei por me centrar nas duas últimas, por entender que elas estariam imbricadas na primeira e vice-versa, e claro, atravessada por outras tantas.

com alguns jovens, menos com outros. De início, alguns/as deles/as, demonstraram distanciamento e resistências, mas à medida que nos aproximávamos, passava a perceber as dinâmicas de grupo, as parcerias, as intimidades, mas também os processos de discriminação e exclusão subliminares às práticas pedagógicas, as tensões que envolviam jovens, educadores/ras, a rotina de campo.

Além do diário, também utilizei um pequeno gravador e uma máquina fotográfica para os registros de diferentes ocasiões. A máquina é um instrumento interessante para o trabalho com a juventude, principalmente, porque os/as jovens vivem utilizando esse recurso, disponível nos celulares. Entretanto, apesar de ter tirado muitas fotografias, em função do compromisso assumido de não revelar os/as jovens, não me utilizei desse corpus coletado.

Durante a permanência na escola, combinei com os/as educadores/as do Núcleo, de fazer uma exposição fotográfica com o material que havia produzido, de maneira que os/as jovens pudessem ter acesso à fotografia impressa, já que na era digital perdemos a prática do registro impresso. Hoje não temos mais a espera pela revelação para verificar a qualidade de uma fotografia. Fazemos isso na hora que clicamos e se não gostamos apagamos. Saímos clicando quantas vezes considerarmos necessário, até encontrar a foto. Às vezes, ainda reajustamos (Photoshop) com os mecanismos que a tecnologia nos dispõe. Terminei a pesquisa de campo e a exposição não foi organizada. Havia sugerido que fizéssemos em agosto durante a semana da juventude, mas não foi possível. Seria uma oportunidade de mostrar o que havia registrado sobre eles/as.

Todos esses instrumentos foram muitos úteis no período de observação que inicialmente foi naturalística, se transformando em participante em determinados contextos, à medida que me entrosava com o grupo. Entendi, como Brito (2009), que nos espaços de sala de aula e de condução pedagógica dos/as educadores/ras seria mais produtivo e ético uma postura de observadora naturalística, sem interferências de minha parte. Nessas ocasiões, buscava estabelecer vínculos somente pela proximidade, anotando tudo que pudesse me dar pistas para as etapas seguintes, capturando elementos/conteúdos que tivessem significações de gênero/raça.

Noutros espaços, como o recreio, a entrada e saída da escola, o momento do lanche no refeitório, as atividades extraescolares e comunitárias, em que não tivesse uma condução pedagógica direcionada por algum/a educador/a, fiquei livre para uma postura de observação mais participante. As conversas que emergiam no cotidiano do Núcleo traziam questões da vida privada, as insatisfações das jovens que vivem relações mais instáveis, as prevaricações de maridos e namorados e de algumas jovens, as desigualdades de papéis no âmbito doméstico, entre outras.

As informações coletadas durante a etapa de observação me deram pistas importantes para aspectos conceituais que foram considerados no planejamento dos procedimentos seguintes. Assim, em meados de maio, visando analisar as narrativas que emergiam das observações, apliquei o instrumento *rotinas femininas e masculinas*, com o qual buscava identificar como as questões relacionadas ao gênero

atravessavam seus cotidianos. Para construir esse instrumento, busquei inspiração nas elaborações de Machado (2006), Franch (2008) e Stecanela (2008). Nesse momento, ainda não tinha ideia de como explorar as questões relacionadas à raça.

O retorno do instrumento não foi no tempo que eu esperava, alguns jovens passaram quase um mês para devolver. Só depois de uma intervenção da professora de língua portuguesa tive retorno. Foi aí que confirmei a dificuldade que alguns tinham de sistematização das ideias, por conta da fragilidade no domínio da leitura e da escrita. Estas primeiras constatações me faziam reflexionar sobre cidadania, sobre direitos. Pensava no meu pressuposto, como teriam postura crítica num mundo dominando por códigos e no qual o código escrito tem um peso importante. Isso não significava ausência de leitura de mundo, de letramento. Sabia que deveria cuidar de dar objetividade em outros instrumentos, de forma a não constranger aquele que se encontravam nesta situação.

Pegando o fluxo das emergências de campo no início de junho, realizei a *dinâmica dos papéis*⁵, que fiz gravada, em função da dificuldade de escrita demonstrada por algumas/alguns jovens no preenchimento do primeiro instrumento. A ideia foi buscar mais informações a respeito de como eles/elas enxergavam o universo masculino/feminino, já que nos seus registros sobre rotina, a divisão dos papéis e desigualdades de gêneros ficou bem marcada na vida privada e pública, em especial, no que se refere ao lazer.

A partir da consolidação das informações das duas primeiras intervenções (rotina e dinâmica dos papeis) estruturei o *questionário sociodemográfico*, tentando deixá-lo o mais objetivo possível, a fim de facilitar o preenchimento de forma autônoma. Essa objetividade também buscou evitar que os/as jovens se sentissem constrangidos/as em responder o instrumento por conta da sua escrita e da falta de habilidade que alguns/algumas demonstraram de sistematizar as ideias, já observada com a aplicação do instrumento sobre rotina.

Nesse instrumento considerei oportuno deixar uma questão aberta, de forma a atender a diversidade de expressões que surgem quando se pergunta a alguém sobre sua cor/raça. Esta, também foi uma dica importante da pesquisadora Joselina da Silva, da UFC. O instrumento foi aplicado antes do recesso junino, período em que tive poucos problemas de devolução, alguns educadores/as me cederam um tempinho final de suas aulas. Assim, pude aplicar e receber da maioria das/os jovens de uma só vez. A partir do questionário, obtive elementos importantes para construção de um perfil do grupo. A partir dele procurei identificar quem toparia participar da entrevista individual.

Com a síntese do questionário considerei pertinente a realização de entrevistas coletivas. Este instrumento também revelou elementos que deveriam ser observados na composição dos grupos: sexo, faixa etária, cor, se pai, se mãe, solteiro(a),

⁵ Essa técnica é bastante comum no movimento de mulheres para o trabalho em oficinas temáticas sobre os papéis sociais de gênero.

casado(a), morando com a família de origem ou em sua própria moradia, escolarização, com filho/a, sem filho/a, jovem que trabalha, não trabalha, aspectos que pudessem dialogar com os processos identitários investigados. De todos os aspectos citados, foi difícil garantir o recorte de sexo, pois além da quantidade de homens no Núcleo ser inferior à de mulheres⁶, diariamente a presença/participação dos homens cai significativamente.

Foram previstas três entrevistas coletivas, em função da quantidade de jovem que respondeu ao questionário, entretanto só consegui realizar uma porque por duas semanas seguintes a frequência no núcleo não ultrapassou quinze jovens, destes apenas dez dos que haviam respondido ao questionário vieram todos num mesmo dia, possibilitando a realização da técnica. Mesmo com apenas um grupo, o momento coletivo foi produtivo para verificar as respostas relacionadas com questões do questionário, que foram estruturadas visando dar conta do desafio apontado por uma das avaliadoras, que se resume nas perguntas: Como verificar se as expressões identitárias relacionadas a gênero e raça, reveladas através dos discursos juvenis, resultam da contribuição do Projovem? Até que ponto o Projovem vem contribuído para a construção dos processos identitários de gênero e raça de jovens que nele ingressam?

Tanto no momento coletivo, como nas entrevistas individuais procurei manter aquilo que Bourdieu (2007: 695) denomina de “escuta ativa e metódica”, com a intenção de amenizar ao máximo a violência simbólica que geralmente acontece nesses momentos. Só nessa etapa compreendi a importância do tempo “perdido” com as observações no Núcleo. Foi a partir dele que pude estabelecer e aprofundar contatos, conhecer as redes de partilhas dos/das jovens, identificar aqueles/as que seriam mais potenciais e aqueles que, pela falta de vínculos entre nós (no sentido de comunicação, contato) não seriam incluídos em etapas seguintes.

No caso dos jovens homens, só consegui estabelecer contato com poucos do mínimo que frequentava o Núcleo de forma mais ou menos sistemática. Alguns vinham, mas não participavam das atividades pedagógicas; outros tinham frequência muito oscilante, não possibilitando vinculação. Ainda existiam aqueles que apareciam vez por outra para encontrar os/as amigos/as, conversar, zoar, jogar futebol, paquerar e, embora demonstrassem interesse pela pesquisa, nem sempre se dispuseram a preencher os instrumentos.

Esse limite do processo de pesquisa de campo impossibilitou garantir a paridade de gênero na participação, ao longo da pesquisa de campo. Além dos motivos já registrados cabe destacar que alguns só devolveram os instrumentos porque contei com o apoio de educadores/as que cobravam a devolução, reforçando a importância

⁶ De acordo com o sistema de monitoramento de frequência do MEC, estão ativos 176 alunos/as, sendo 119 mulheres e 57 homens. Desse montante, o Núcleo informou que no mês de julho 87 jovens haviam comparecido à escola em algum momento, por isso sua frequência era contada. Entretanto, cotidianamente, foi observado que a frequência masculina sempre foi reduzida ou não existiu, quando comparada a das mulheres. Ao longo da pesquisa de campo fui percebendo que existe um processo de *maskamento da frequência*, que é consensual entre a gestão do Núcleo, embora alguns educadores revelassem ficar incomodados com tal decisão. Alguns justificam que tal postura se confirma nas gestões local e nacional, que mantêm ativos no sistema jovens desistentes ou que abandonaram o Programa.

de sua participação no estudo. No capítulo de análise, a partir do diálogo com alguns estudos que investigam a questão da masculinidade teço algumas reflexões sobre a construção dos processos identitários dos jovens que participaram da pesquisa.

Além da entrevista coletiva foram realizadas 24 individuais, cujas definições dos sujeito/sujeita a entrevistar levou em consideração a disponibilidade para essa etapa, o acúmulo e a qualidade das informações selecionadas por mim ao longo da pesquisa de campo e a participação nos instrumentos aplicados. Como já dito, em todos os momentos, o número de rapazes participantes foi oscilante, não ultrapassando dez homens jovens.

É importante registrar que a realização de *entrevistas* foi considerada importante pela banca de qualificação, principalmente por conta do objeto de estudo. A partir de estudos sobre a diversidade que caracteriza essa técnica percebi que poderia ser um fértil instrumento para fechar o processo de pesquisa de campo, uma etapa importante para aprofundar as informações coletadas ao longo da minha presença no Núcleo. As entrevistas individuais, mais narrativas, possibilitam a exposição de fatos/acontecimentos partilhados pelos/as participantes, que se tornam tema para discursos inseridos em dois principais contextos de produção: familiar e escolar.

Foi com a síntese dos primeiros instrumentos que construí os tópicos norteadores para o momento das entrevistas. Ao discorrer sobre entrevista numa perspectiva narrativa Oliveira (2011) registra que tais processos possibilitam que o sujeito construa sobre si mesmo. Assim, as narrativas podem ser descritas como estruturas cognitivas ou modos de conferir sentido à experiência, sendo prioritariamente analisadas em relação a seus aspectos vistos como estruturais, bem como em relação ao conteúdo narrado e às situações interativas das quais surgem - elaboradas por sujeitos desempenhando papéis sociais. (Oliveira, 2011: 163).

A autora destaca que a comunicação verbal constitui um mecanismo importante para realização das construções sociais identitárias. Dessa forma, no âmbito dessa pesquisa, os processos identitários de gênero e raça foram examinados com mais afinco à luz das narrativas de sujeitos jovens, principalmente dos momentos individuais. Os seus conteúdos foram comparados com as sistematizações de todo o material produzido ao longo do trabalho de campo.

Embora desejasse tomar como suporte as orientações de Schütze (2011) para que as entrevistas seguissem uma perspectiva mais autobiográfica, o tempo que as/os jovens disponibilizavam (fazer as entrevistas durante o horário de aula e que isto não tomasse todo o turno, principalmente, o momento do intervalo) e as condições oferecidas pela escola inviabilizaram esta intenção. Somado a isto, a minha inexperiência com o uso da técnica autobiográfica, também, me fez optar por um modelo mais semi-estruturado de entrevistar.

Evidente que a opção por tal diretriz não inviabilizou que explorasse algumas recomendações da técnica de Shütze (2011), o que não foi possível com todas/os as/os jovens, visto que alguns apesar de eu dar o ponto de partida para que comesçassem a narrar, só avançavam à medida que lhe dava novos fios condutores. Como

Oliveira (2011), Souza (2008) destaca que as narrativas dos sujeitos são ferramentas preciosas para aprofundar a coleta de dados sobre processos identitários. Portanto, minha busca não foi pela história de vida total de cada jovem, mas para aspectos da narrativa que me revelassem os elementos investigados. Assim, a partir das entrevistas foi possível um olhar mais cuidadoso sobre a real contribuição do Projovem nos processos identitários de gênero e raça das/os jovens participantes do estudo.

A entrevista individual seguiu uma sequência que abordou os seguintes aspectos: *família de origem* (pai/mãe/outros), a forma como estava estruturada, a organização da vida diária, os papéis de gênero, as identificações...; *família atual*: trabalho, organização da vida diária, papéis de gênero, planos e projetos...; *escolarização anterior*: aprendizagens que tratem de temários relacionados às questões de gênero e raça, aprendizagens, motivos de abandono, amizades...; *escola atual - Projovem* (retorno à escola): o que difere das outras escolas; aprendizagens relacionadas às questões de gênero e raça, momento para explorar as questões já colocadas no questionário, alcance ou não das expectativas; *Depois do Projovem*: sonhos/projetos relacionado aos estudos, trabalho e vida pessoal.

Mesmo com tal orientação cada entrevista foi única porque cada jovem, apesar dos elementos que os aproximam e marcam suas trajetórias (pobreza, desigualdades, violências, maternidade, paternidade, abandono escolar, entre outros) narram somente o que estão dispostos a partilhar, a revelar, a tornar público. Algumas entrevistas foram marcadas pelo tom de raiva, rancor, indignação, outras acompanhadas de lágrimas que revelavam marcas, ainda, muito presentes. Em alguns momentos foi necessário parar de gravar por conta das interrupções do contexto, ou por conta do tempo do próprio entrevistado. Às vezes, no retorno desses tempos era possível explorar fios temáticos (potencial narrativo) que foram cortados no transcorrer da entrevista, ou incentivar que pudessem detalhar contextos que fornecessem elementos para que elas/eles se percebem e/ou compreendessem como lidaram com determinados acontecimentos que marcaram suas vidas. Nestes momentos também aproveitava para perguntar sobre as questões socioestruturais.

Com base em Bauer e Gaskell (2002), pode se dizer que as entrevistas foram realizadas considerando uma sequência que envolvia uma preparação, na qual retomava os objetivos da técnica, o que já havíamos realizado e da importância de fechar com uma entrevista; uma fase de questões temáticas, conforme aspectos já anunciados, que dependendo de cada jovem acontecia de forma mais ou menos fluida e; uma fase conclusiva, na qual aproveitava para perguntar sobre os sonhos e os projetos depois do Projovem. Este momento, a depender da/o jovem era seguido de um espaço livre, sem gravação para que pudesse colocar outras questões que considerasse importantes. Uma ou outra jovem continuava conversando, mas a maioria parecia desejar que o gravador fosse desligado. Duas jovens adiaram a entrevista o quanto puderam. Quanto já havia terminado as coletas encontrei com uma delas que me disse querer me presentear com sua entrevista, infelizmente isso não foi possível.

Depois de todo processo, tive a grata surpresa de saber, através dos professores/as e pelos próprios jovens via facebook, que a turma perguntava onde eu estava

e o que estava fazendo, ou quando iria retornar à escola porque estavam com saudades das nossas conversas ou, ainda, se já havia terminado o trabalho. Considerei importante, mesmo terminando a coleta de campo, manter um contato esporádico com parte do grupo que me adicionou no facebook, principalmente, porque tive que fechar a pesquisa de campo no momento em que realizariam a apresentação pública do Plano de Ação Comunitária (PLA) e no auge da unidade formativa 6, que trata da temática juventude e cidadania. É exatamente nesta unidade que vários temas, inclusive os discutidos neste estudo deveriam ser retomados e/ou aprofundados.

PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Para a *Teoria fundamentada nos dados*, o processo de análise se inicia quando começa o levantamento das informações, num movimento de idas e vindas aos dados. De acordo com Gatti (2005: 44), a análise “é um processo de elaboração, de procura de caminhos, em meio ao volume de informações levantadas”. Na TFD, esse caminho está organizado em etapas interdependentes que ocorrem num processo cíclico, rompendo com a ideia de linearidade. Portanto, pode-se retornar a etapas anteriores, sempre que necessário, para comprovar elaborações. A apresentação das etapas em separado é apenas para efeito didático, pois no decorrer de uma investigação elas se cruzam, possibilitando um movimento de idas e vindas, principalmente quando num campo complexo, como foi o núcleo em que se realizou o estudo.

Na primeira etapa, denominada de *codificação aberta*, busquei identificar conceitos, suas propriedades e dimensões. A forma como estruturei o diário de campo facilitou exercitar essa etapa, que foi sendo aprimorada à medida que fazia novos registros. Codificar é buscar reduzir o volume de dados, é agrupar de forma a construir uma codificação preliminar, que pode se transformar num conceito, a partir de processos comparativos contínuos, chegando a uma categoria (Strauss & Corbin, 2009; Dantas *et al.*, 2009). Conforme digitava o diário, ia reflexionando e, muitas vezes, já fazendo alterações nas primeiras observações escritas.

Procurei olhar para os primeiros registros utilizando a técnica da *microanálise*, com a qual se busca uma “análise detalhada linha, por linha, necessária no começo de um estudo para gerar categorias iniciais e para sugerir relações entre categorias; uma combinação de codificação aberta e axial” (Strauss & Corbin, 2008: 65). Envolve o exame e a interpretação dos dados de forma cuidadosa e, geralmente, precisa. Esse é um procedimento interessante, mas à medida que o material se avolumava, foi mais produtivo trabalhar com a estrutura de uma frase ou parágrafo, comparando-os. Aquino (1999), ao utilizar a técnica de microanálise em seu estudo etnográfico, registra que “as microanálises são maneiras de ler um fenômeno” (Aquino, 1999:95). Registra que são as escolhas feitas para buscar os sentidos das práticas discursivas. Embora a autora não faça menção à TDF, todo o seu procedimento analítico se aproxima das recomendações dessa perspectiva.

Além da codificação aberta, Strauss e Corbin sugerem a *codificação axial*. Nessa etapa procurei relacionar as categorias às suas subcategorias. Muitas vezes tive

que voltar ao diário para checar qual tinha escrito como primeira anotação, já que no momento da digitação fiz ajustes na primeira escrita. Strauss e Corbin (2009) e Dantas *et al* (2009) também sugerem que ao longo desse tipo de análise sejam feitas perguntas aos dados sobre quando, onde, por quê, entre outras. Tais perguntas contribuem para a construção de categorias e fenômenos.

Na *codificação seletiva*, terceira etapa, é o momento de integrar e refinar a teoria, definindo a categoria central, ou seja, o tema da pesquisa. Do suprasumo desse movimento, cada vez mais refinado, que passa por procedimentos de comparação, codificação, extração de regularidades e sentidos, constrói-se um conhecimento sobre o fenômeno investigado (Strauss & Corbin, 2009). Portanto, a emergência da categoria central resulta da “relação desses agrupamentos, tornando-se explícita a experiência vivenciada pelos entrevistados no que tange à construção do modelo conceitual/teoria substantiva.” (Dantas *et al*, 2009: 143). Mesmo que a aplicação dos instrumentos iniciais e as observações de campo viessem apontando temáticas/categorias, só com a concretização das entrevistas foi possível uma visão mais próxima daquilo que corresponderia à realidade investigada.

A dinâmica do campo e as próprias demandas do cotidiano, muitas vezes interferiram nas conduções planejadas. Dessa maneira, nem sempre foi possível codificar concomitantemente à coleta de dados, o que gerou adaptações no modelo e criação de alternativas. Uma delas foi o envolvimento de outras pessoas no processo de digitação do material vindo do campo. Considerei importante pagar por esse serviço, mas em algumas situações considerei pertinente checar transcrição e áudio, o que se revelou importante para rever conceitos/categorias iniciais.

Esse processo de transcrição e de codificação das informações coletadas tomou como referência a metodologia de comparação constante. Segundo Weller (2007: 59), “o método comparativo possibilita, por um lado, a generalização dos resultados obtidos por meio da pesquisa e, por outro, a elaboração de teorias fundamentadas em dados empíricos”. Embora a TFD sugira outras técnicas, a análise comparativa é um procedimento que deve acompanhar todo trabalho analítico.

No que se refere à análise de narrativas, Galvão (2005) diz que o procedimento “pressupõe a exploração não só do que é dito, mas também de como é dito”. Este olhar impõe a junção de conteúdo (o que é dito) e forma (como é dito). É preciso examinar a maneira como a linguagem é utilizada em determinado contexto discursivo. A autora segue afirmando que “metáforas, analogias, semelhanças e outros tipos de imagens, fornecem indicação sobre um significado diferente do que é dito” (Galvão, 2005: 335). Foucault (1996) denomina isso que emerge pelas brechas do dizer de interdiscurso. Durante a análise é preciso atenção porque, muitas vezes, estes elementos podem revelar o sentido do que foi narrado. Segundo Schütze (2011), são esses fios temáticos que precisam ter explorado seu potencial narrativo durante a realização da entrevista, pois o significado das palavras é potencialmente percebido no contexto discursivo. A linguagem só adquire significado pelo seu uso social. Assim, Galvão (2005: 335) registra também que:

O uso de metáforas por um ator social nas suas interações com os outros, revela os seus contextos sociais e culturais, uma vez que estão baseadas em conhecimento social partilhado. Metáforas particulares podem ajudar a identificar domínios que são familiares aos membros de uma dada cultura, expressarem valores específicos, identidades coletivas, conhecimento partilhado e vocabulário comum.

Na perspectiva de Jovchelovitch e Bauer (2002) são esses elementos indexados e não indexados, que devem ser diferenciados antes do processo de análise. Os elementos indexados são as referências concretas que emergem com a narrativa: quem, o quê, quando, onde e por quê. Os elementos não indexados são aqueles aspectos para além dos acontecimentos, isto é, relacionam-se aos valores, aos juízos, podendo ser denominados como toda forma genérica de “sabedoria de vida”, ou “códigos *in vivo*”. Segundo Strauss e Corbin (2009), na maioria das vezes só aparecem nas entrelinhas do texto narrativo. Assim, Jovchelovitch e Bauer (2002) destacam que a compreensão de uma narrativa não se limita ao entendimento da sequência cronológica dos acontecimentos. A análise deve transpor o imanente e investigar as funções e sentidos do enredo.

Dessa maneira, a análise do material produzido na pesquisa de campo nas suas diferentes fases tomou como inspiração as técnicas de codificação propostas por Strauss e Corbin (2009), aproveitando algumas diretrizes de Schütze (2011), como já destacado. Sucintamente, a estruturação da análise ficou assim organizada: a) informações gerais sobre a produção do material e seus/suas narradores/as (as/os jovens); b) análise formal e descrição estrutural do conteúdo e; c) abstração analítica. Em todo processo, busquei realizar a técnica comparativa e o uso de questionamento, seguindo as orientações de Strauss e Corbin (2009), a partir do diálogo com as referências que iluminaram o caminho.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DE UM TEMA EM MOVIMENTO

Numa análise preliminar do material de campo observa-se a existência de temporalidades e práticas diferenciadas entre as jovens mulheres e os jovens homens, com foco para as atividades de lazer e de organização da vida privada.

Nas atividades de lazer verifica-se, a partir do instrumento aplicado, que algumas práticas parecem se constituir espaços de construção, afirmação e reprodução da masculinidade hegemônica, com destaque para o futebol. O lazer feminino está vinculado, principalmente, para as atividades em possam ser inseridas as crianças. Entretanto, mulheres e homens fazem suas escolhas de diversão demarcando sua condição social e o lugar em que se residem. Neste sentido, ir a praia é uma das formas de lazer mais baratas e pode ser realizada com as filhas/os.

Com relação à vida privada, as temporalidades além de diferenciadas revelam uma sobrecarga de tempo e trabalho para as mulheres. Elas continuam com a responsabilidade do trabalho reprodutivo, mesmo aquelas que trabalham fora, o que confirma a tripla jornada de trabalho. Como a maioria das jovens participantes da

pesquisa atua como faxineira ou empregada doméstica, muitas antes ou depois da escola vão organizar a própria casa. Este tempo dedicado ao doméstico independe se estejam convivendo maritalmente com alguém, ou se nas famílias de origem. Os tempos e os trabalhos da vida privada permanecem sobre o ombro das mulheres, poucos relatos revelam a participação masculina nesta esfera.

REFERÊNCIAS

- Appel, M. (2005) "La entrevista autobiográfica narrativa: Fundamentos teóricos y la praxis del análisis mostrada a partir del estudio de caso sobre el cambio cultural de los Otomíes em México", *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, [On-line Journal], 6(2), Art. 16.
- Aquino, M. A. (1999) *Prática discursiva e construção do sentido na sala de aula*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Backes, J. L. (2005) *A negociação das identidades/diferenças culturais no espaço escolar*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.
- Bauer, M. & Gaskell, G. (2002) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bonetti, A. & Fleischer S. (2007) *Diário de campo: (sempre) um experimento etnográfico-literário: entre saias justas e jogos de cintura*, Florianópolis, SC: ED. Mulheres; Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC.
- Bourdieu, P. (2007) "Compreender", in Bourdieu, P. (2007) *A miséria do mundo*, Petrópolis, RJ: Vozes, pp.693-713.
- Brito, R. (2009) *Masculinidades, raça e fracasso escolar: narrativas de jovens estudantes na Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública municipal de São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Carvalho, R. T. (2008) "Análise arqueológica do discurso: um contributo para a pesquisa qualitativa no campo da educação", in Farias, M. S. B. & Silke, W. (2008) *Pesquisas qualitativas nas ciências sociais e na educação: propostas de análise do discurso*, João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB.
- Costa, M. V. (Org) (2000) *Estudos culturais em educação*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Costa, M. V., Silveira, R. H. & Sommer, L. H. (2003) "Estudos culturais, educação e pedagogia", *Revista Brasileira de Educação*, 23: 36-61, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>, consultado em 12/10/2012.
- Dantas, C. C., Leite, J. L., Lima, S. B. S. & Stipp, M. A. C. (2009) "Teoria fundamentada nos dados - aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem", *Rev Latino-am Enfermagem*, 17(4): 573-9, disponível em www.eerp.usp.br/rlae, consultado em 18/08/2013.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2006) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, Porto Alegre: Artmed.

- Foucault, M. (1996) *A ordem do discurso*, São Paulo: Edições Loyola.
- Franch, G. M. (2008) *Tempos, contratempos e passatempos: um estudo sobre práticas e sentidos do tempo entre jovens de grupos populares do Grande Recife*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Galvão, C. (2005) "Narrativas em educação", *Ciência & Educação*, 11(2): 327-345.
- Gatti, B. A. (2005) *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*, Brasília: Líber Livro Editora.
- Kincheloe, J. L. & Berry, K. S. (2007) *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Kincheloe, J. L. & McLaren, P. (2006) Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa, in Denzin, N. & Lincoln, Y. (Orgs.) (2006) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*, Porto Alegre: Artmed.
- Larrosa, J. (2003) *Pedagogia profana: danças piruetas e mascaradas*, Belo Horizonte : Autêntica.
- Machado, J. B. (2006) *As temporalidades no cotidiano de jovens porto-alegrenses*, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Minayo, M. C. S. (1998) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*, Petrópolis: Vozes.
- Nogueira, P. H. Q. (2006) *Identidade juvenil e identidade discente: processos de escolarização no terceiro ciclo da escola plural*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Oliveira, P. (2011) "Narrativas identitárias e construções subjetivas: considerações teóricas e análise empírica de identificações entre jovens das classes populares", *Civitas*, 11(1), pp. 156-171.
- Schütze, F. (2011) "Pesquisa biográfica e entrevista narrativa", in Weller, V. & Pfaff, N. (2011) *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*, 2a ed., Petrópolis: Vozes, pp. 211-22.
- Souza, E. C. (2008) "(Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação", *Revista Fórum Identidades*, 4(2):37-50.
- Stecanela, N. (2008) *Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida*, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Strauss, A. & Corbin, J. (2008) *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada*, 2a ed., Porto Alegre, RS: Artmed.
- Strauss, A. & Corbin, J. (2009) *Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada*, 2. ed., Porto Alegre, RS: Artmed.
- Veiga-Neto, A. (s/d) *Michel Foucault e os estudos culturais*, disponível <http://www.lite.fae.unicamp.br/cursos/nt/ta5.1.htm>, consultado em 29/08/2012.
- Weller, M. (2007) *Virtual learning environment: using, choice and developing your VLE*, Nova Iorque: Routledge.

Hannah Arendt: el tiempo y la humano conditio. De la permanencia del mundo común a la alienación moderna del mundo

JOSÉ FRANCISCO DURÁN¹

INTRODUCCIÓN

Hannah Arendt (1906-1975) vino al mundo en la ciudad alemana de Hannover, pero cuando apenas tenía tres años su familia se trasladó a Königsberg, en donde transcurrió su infancia y su primera juventud.

Posteriormente, realizó estudios superiores en las universidades de Marburgo, Friburgo y Heildelberg, guiada por los consejos de personalidades de la talla de E. Husserl, K. Jaspers, y sobre todo de Martin Heidegger, con el que mantuvo una relación personal e intelectual muy intensa. Además de por esas influencias intelectuales, su pensamiento estuvo marcado también por la terrible experiencia del nazismo, lo que la llevó a replantearse el proyecto moral y político de la modernidad a partir de su principal fuente de inspiración, la tradición grecolatina.

Hannah Arendt siempre rechazó que se la ubicase en algunas de las principales corrientes ideológicas que estructuran la vida moderna. Nunca se consideró ni liberal, ni socialista, ni comunista. “Si usted me pregunta donde me sitúo- dijo en una ocasión-, no estoy en ninguna parte” (Arendt, 1999c: 169). Quizás por ello desde cada una de esas ideologías se le acusó de pertenecer a la otra. Pero su obra tiene tal profundidad que se resiste a tales clasificaciones simplificadoras.

En la obra de Hannah Arendt tiene un papel capital el tiempo, porque el tiempo estaba para ella en la raíz de la vida colectiva, era la materia intangible que daba sentido a todas las experiencias humanas; era el que, en fin, situaba al hombre en el mundo, posibilitando su continuidad, aun a pesar de la brevedad y de la fragilidad de su vida.

Este carácter esencialmente histórico de la condición humana, era para Hannah Arendt un hecho fundamental para entender la presencia del hombre en el mundo. En efecto, desde su mismo nacimiento, cuando comienza su aventura como un ser singular, que precisa sin embargo de sus congéneres, de un mundo que lo proteja y lo eduque, hasta la vida adulta, en la que puede desarrollar su singularidad en medio de sus semejantes, la existencia mundana del hombre cobra sentido dentro

¹ Email: joseduran@uvigo.es

de una determinada temporalidad, heredada y construida por la acción del hombre. El tiempo es así ese lazo invisible que permite a la humanidad mirar desde el pasado con confianza el futuro. Uniendo lo viejo y lo nuevo, lo nuevo y lo viejo (Arendt, 2003). Si ese lazo se quiebra, la humanidad, sostiene nuestra autora, se verá abocada a la más absoluta, y acaso terrible oscuridad, y también al olvido.

La Modernidad, piensa Arendt, se ha independizado de ese orden temporal. Ha roto con la tradición. Todo lo cual ha tenido importantes consecuencias en las distintas esferas de la vida colectiva. Esas consecuencias son hoy bien visibles en unas sociedades como las occidentales que todavía son esencialmente modernas.

La obra de Arendt tiene por ello una enorme profundidad sociológica. Es una constante invitación a pensar muchos de nuestros problemas sociales actuales, los de una época que ya no cuenta ni con el pasado ni con el futuro, y que quizás por ello está en permanente crisis. Su obra es, en efecto, radicalmente histórica y sociológica, porque reflexiona sobre estos problemas teniendo como preocupación principal a los hombres, y no al hombre. A los hombres que se relacionan inmersos en una determinada temporalidad que los constituye. A los hombres que crean y se sumergen en el mundo que han creado. Ese mundo que sólo es posible comprender pensando histórica y sociológicamente. Pensando antropológicamente.

En lo que sigue se analizará el pensamiento de Hannah Arendt siguiendo su preocupación por comprender la raíz esencialmente histórica y social de la condición humana. Se mostrará cómo esa condición, según ella señala, se ha transformado radicalmente a lo largo de la Época Moderna, alterando el sentido y el significado que tiene para el hombre moderno estar en el mundo. A partir de ahí, estaremos en condiciones de reflexionar más profundamente sobre la estrechez de la temporalidad actual, y su influencia en la configuración del orden social de la presente etapa de la modernidad.

EL TIEMPO Y LA HUMANA CONDITIO

“Sin esta trascendencia en un potencial de inmortalidad terrena, ninguna política, estrictamente hablando, ningún mundo común ni esfera pública resultan posibles, el mundo común es algo en que nos adentramos al nacer y dejamos al morir. Trasciende nuestro tiempo vital tanto hacia el pasado como hacia el futuro; estaba allí antes de que llegáramos y sobrevivirá a nuestra breve estancia” Arendt, 1998: 64)

Hannah Arendt distinguió tres actividades fundamentales en la vida humana: La *labor*, el *trabajo* y la *acción*. La *labor* se corresponde con todos los esfuerzos hechos por el hombre para atender a sus necesidades biológicas. El *trabajo* con el mundo artificial de objetos útiles contruidos por el hombre, y que facilitan su existencia. La *acción* con la forma en que se relacionan unos hombres con los otros, singular y pluralmente, sin la mediación de la materia ni de las cosas (Arendt, 1998: 21-22).

Cada una de estas tres actividades- la labor, el trabajo y la acción- se relacionan con distintos aspectos de la existencia humana. La *labor* con la vida y con la muerte.

El *trabajo* con el mundo de la cultura material, con el conjunto de objetos útiles para el hombre, que perduran más allá de sus creadores. La *acción* con la instauración de un mundo común, a través del cual los hombres entran en la historia. Crean su propia historia (Arendt, 1998: 22). De este modo, mediante el trabajo y la acción los hombres superan su propia finitud biológica. Construyen un mundo que los trasciende y les da continuidad en el tiempo.

Estas tres vertientes de la condición humana poseen, por ello, su propia temporalidad. La *labor* es una ocupación básicamente destructiva, puesto que devora todo lo que ha creado en su afán por atender a los procesos biológicos de la vida. Quién labora tiene como principal interés producir y consumir lo que ha producido, dentro de un proceso cíclico y repetitivo que no deja huella alguna. Que no crea ninguna estructura estable y permanente que dé continuidad y sentido al mundo. La labor está por ello fuera de la historia (Arendt, 1998: 102; 1999b: 94).

Por medio del *trabajo* se crean, sin embargo, una serie de objetos útiles para el hombre que contribuyen a dar solidez y continuidad a su morada terrestre (Arendt, 1998: 157). Desde el punto de vista del *Homo Faber*, del trabajador, el mundo de las cosas producidas mediante el trabajo se mide por su utilidad, por su instrumentalidad. Desde esta perspectiva, la permanencia y la continuidad del mundo, su temporalidad, está supeditada a su utilidad. El *Homo Faber* asegura así la estabilidad y la continuidad del mundo, pero al precio de instrumentalizarlo, degradando todas las cosas a la mera utilidad que prestan (Arendt, 1998: 176-77; 1999b: 101-102). No obstante, sin su intervención, sin la presencia del fabricante, las acciones y las palabras no sobrevivirían a sus autores, cuya natural finitud, borraría todo su recuerdo, disolviéndolas en el tiempo. El poeta y el artista impiden, a través de su creaciones, que tal cosa suceda (Arendt, 1998: 190-91).

La *acción* y el *discurso* son, sin embargo, las cualidades más propiamente humanas, porque a través de ellas los hombres construyen un mundo común que los iguala, que permite que se entiendan, en el sentido más profundo del término, pero también que se distingan, porque, aun teniendo un mundo en común, son capaces de expresar opiniones diferentes (Arendt, 1998: 200). La esencial humanidad de la acción y del discurso radica en que presupone la interacción entre los hombres, *qua* hombres, es decir, en lo que les es más esencialmente propio, su capacidad para comunicarse y actuar, manifestando lo que tienen en común pero también sus diferencias, dejando al margen los apremios de la necesidad o las preocupaciones por la utilidad.

Mediante la acción y el discurso los hombres entran en el mundo, comienzan su particular historia insertándose en el tiempo. En un tiempo que les precede, y al que dan continuidad uniendo el pasado con el presente y el futuro (Arendt, 1998: 201; 1999b: 105). Sin esta facultad de *comenzar* que se abre al hombre cuando nace, el mundo se precipitaría- piensa Arendt- a la más absoluta ruina (Arendt, 1998: 265). “La acción, con todas sus incertezas- escribe- es como un recordatorio siempre presente de que los hombres, aunque han de morir, no han *nacido* para eso, sino para comenzar algo nuevo” (Arendt, 1999b: 107)

Algo nuevo a partir de lo que ya existe, iniciando lo que todavía no es.

Cada uno de estos tres ámbitos de la existencia humana- la *labor*, el *trabajo* y la *acción*- estaba circunscrito en todas las sociedades preindustriales a su propia temporalidad, dependiente de su consideración como actividades públicas o privadas, lo que les confería una particularidad jerarquía dentro de la esfera de los asuntos humanos.

LA TEMPORALIDAD DE LA ESFERA PÚBLICA Y DE LA PRIVADA EN EL MUNDO PREMODERNO

“Sin la acción para hacer entrar en el juego del mundo el nuevo comienzo de que es capaz todo hombre por el hecho de nacer, “no hay nada nuevo bajo el sol”; sin el discurso para materializar y conmemorar lo “nuevo” que aparece y resplandece, “no hay memoria”; sin la permanencia del artificio humano, no puede haber “memoria de lo que sucederá en los que serán después”. Y sin poder, el espacio de aparición que se crea mediante la acción y el discurso en público se desvanece tan rápidamente como los actos y palabras vivas” (Arendt, 1998: 227)

No todas las actividades relacionadas con la vida del hombre tienen un carácter público. Es más, propiamente hablando sólo la acción posee esta condición, porque implica un espacio de aparición en el que todos pueden ver y oír lo que los demás hacen y dicen (Arendt, 1998: 59). Desde este punto de vista la esfera pública precisa de un mundo común. Común porque es compartido. Existen, por el contrario, otros aspectos de la existencia humana que son privativos de cada uno, y por esa razón necesitan refugiarse en la intimidad de lo privado. Es el caso de la labor y del trabajo, actividades privadas para las civilizaciones premodernas, que las sociedades modernas convirtieron sin embargo en públicas, invirtiendo así una jerarquía que había permanecido incólume a lo largo de toda la época preindustrial.

Esta nítida separación entre estos dos ámbitos de la existencia humana, estaba extremadamente claro en el mundo griego antiguo, en donde al espacio estrictamente privado de la familia se oponía la *polis*, la esfera pública por excelencia. El ámbito doméstico era privado, en efecto, porque sus miembros se conducían allí preocupados exclusivamente por atender a sus propias necesidades materiales, sin trascender este utilitario y particular nivel de la existencia. Desde este punto de vista, la vida familiar carecía de libertad, pues estaba gobernada por el peso acuciante de los imperativos biológicos de la condición humana, lo que significaba con frecuencia estar bajo el mandato de alguien, normalmente del cabeza de familia (Arendt, 1998: 44-45).

La temporalidad de esta esfera era por tanto tan oscura como la vida que transcurría dentro de sus límites. Nadie podría ser, en efecto, recordado por las actividades que allí realizaba. La vida humana carecía por ello de memoria, porque transcurría en medio de los esfuerzos necesarios y repetitivos que hacían los individuos para procurar su subsistencia y la de su especie.

La *polis* era, por el contrario, el lugar reservado a la relación entre iguales, los que ni gobernaban ni eran gobernados. Los que, liberados de las condicionantes biológicas de la vida, podían entregarse despreocupadamente a los asuntos

públicos. Dicha institución política creaba y garantizaba la igualdad así concebida, la *isonomía*, opuesta radicalmente a una supuesta condición natural y prepolítica inherente a todo el género humano, tal como la entendieron después los modernos (Arendt, 2006a: 39). La igualdad requería, en efecto, un espacio institucional en donde los hombres se condujesen con libertad entre sus iguales. Un espacio en el que, actuando con espíritu agonal, pudiesen mostrar sus cualidades personales, su esencial pluralidad, en competencia con sus iguales (Arendt, 1998: 45-52).

Este mundo así conformado estaba sujeto a la continuidad y a la permanencia en el tiempo. Trascendía la finitud de la vida humana, creando un espacio de inmortalidad, que vinculaba el pasado con el presente y el futuro. Sólo de este modo el tiempo actuaba como elemento de unión, impidiendo que acabase en la más absoluta ruina los hechos y las palabras de los hombres. Hechos y palabras que, por su carácter intangible y perecedero, tenían que ser recordados mediante su sacralización en la esfera de la polis, lugar en el que residía el poder que compartían todos los ciudadanos (Arendt, 1998: 220-21). El historiador y el poeta, el uno por medio de sus narraciones el otro a través de sus loas, permitieron la existencia de esta memoria individual y colectiva (Arendt, 2003b: 73).

Tanto el mundo Griego Antiguo como el romano compartieron este ideal de vida. Si bien los griegos con un espíritu mucho más agonal que los romanos, más centrados en la tradición (Arendt, 2003b: 107-108). La *polis* y la *res publica* fueron las realidades institucionales que preservaban el mundo, la continuidad de los asuntos humanos más relevantes, permitiendo así que este mundo, plural y común, se transmitiese de una generación a la otra (Arendt, 2003b: 114).

La Época Moderna acabó con esta situación al elevar las actividades productivas, hasta ese momento ocultas en el ámbito de lo privado, al primer plano de la esfera pública. A partir de entonces, se inauguró un nuevo tipo de temporalidad en clara ruptura con la anterior, que contribuyó en buena medida a socavar el mundo común que había protegido el espacio público, permitiendo su continuidad en el tiempo.

EL TRIUNFO DE LA VIDA ACTIVA Y LA IMPLOSIÓN DEL TIEMPO MODERNO

“Mientras la necesidad hacía del trabajo algo indispensable para la vida, la excelencia era lo último que cabría esperar de él” (Arendt, 1998: 58)

La época Moderna terminó, según Arendt, con la absoluta diferenciación, tan clara para los romanos y los griegos de la antigüedad, entre la esfera pública y la privada. No sólo difuminó las diferencias entre ambas esferas, invirtió también su jerarquía, otorgando a las actividades, anteriormente consideradas privadas, un auténtico estatuto público. Todo ello fue debido a la emergencia de la sociedad, “la forma- escribe Arendt- en que la mutua dependencia en beneficio de la vida y nada más adquiere público significado, donde las actividades relacionadas con la mutua supervivencia se permiten aparecer en público” (Arendt, 1998: 57). Este proceso supuso la transformación de las sociedades modernas en comunidades de

trabajadores, cuyo interés primordial era producir y reproducir una y otra vez sus medios de vida (Arendt, 1998: 56-57).

No obstante- considera Hannah Arendt- todo ello no hubiera ocurrido sin la presencia, más de dos siglos antes de que emergiera la sociedad del trabajo, de una serie de acontecimientos que propiciaron otra forma de entender y de estar en el mundo propia de la Época Moderna. Estos acontecimientos fueron el descubrimiento de América, la Reforma protestante, el desarrollo de la ciencia moderna y de la filosofía cartesiana, y la invención del telescopio (Arendt, 1998: 277). Todos ellos incidieron en una misma dirección porque supusieron la *alienación del mundo*, la separación del hombre de la esfera de sus propios asuntos, para entregarse personal y obsesivamente a la transformación de la naturaleza con el firme propósito de acumular más y más riqueza.

Esta dedicación constante y continuada a la acumulación de riqueza, y la erosión del mundo común de la que fue acompañada, supuso la ruptura del hilo de la memoria que unía a las distintas generaciones a través del tiempo. Sin ese lazo común intergeneracional, lo que a partir de ahora iba a unir y a dar continuidad a los distintos intereses humanos, era la producción y la reproducción permanente de la riqueza. Pero esta continuidad era de otro signo porque estaba vinculada al *proceso* de su multiplicación; proceso dentro del cual el pasado era contemplado como una mera etapa superada de una evolución que habría de conducir a un futuro de mayor prosperidad y de más riqueza (Arendt, 1998: 74; 2002: 79). A un futuro, en suma, de progreso.

Esta actitud impregnó tanto a las ciencias naturales como a las sociales, orientadas a explicar los hechos con los que se enfrentaban como si se tratasen de funciones de un proceso general y universal de desarrollo continuado y progresivo de la naturaleza y de la humanidad en su conjunto. “El tremendo cambio intelectual que tuvo lugar a mediados del siglo pasado- afirmó Arendt en este sentido- consistió en la negativa a ver o aceptar nada tal y “como es”, y en la consecuente interpretación de todo como base de una evolución ulterior” (Arendt, 2006b: 622. Comillas de la autora).

A partir de ese momento, no sólo se instauró una temporalidad que tenía en el futuro su principal y única fuente de sentido, sino que esta nueva concepción del tiempo ya no estaba relacionada con lo que los hombres tenían en común, dejando al margen sus privadas e individuales necesidades materiales, sino con estas mismas necesidades, identificadas con el interés individual por la acumulación de riqueza, interés que se situaba ahora en el centro de la esfera pública.

Es más, la identificación de la vida humana con un proceso que se proyectaba constantemente hacia el futuro, suponía en esencia, en una economía basada en el crecimiento y la acumulación constante de la riqueza, la creación y la destrucción continuada de los objetos del mundo. Este proceso de destrucción creativa pasó a identificarse con lo que el mundo tenía de más estable, que era, paradójicamente, su cambio incesante, una dinámica de valoración y devaluación constante y sin límite de todo lo dado, cuya meta era un futuro siempre abierto al desarrollo y al progreso (Arendt, 1998: 281).

A partir de la Revolución Industrial, se consumará esta alienación del mundo, que significaba que hombres y cosas no tenían otro destino que no fuese el de su valorización y revalorización constante dentro de la dinámica capitalista de la reproducción continuada de la riqueza.

EL TIEMPO MODERNO Y LA EROSIÓN DEL MUNDO COMÚN

“El proceso de acumulación de riqueza, tal y como lo conocemos, estimulado por el proceso de la vida y a su vez estimulando la vida humana, sólo es posible si se sacrifican el mundo y la misma mundanidad del hombre” (Arendt, 1998: 284)

El advenimiento de la Época moderna significó una ruptura temporal sin precedentes debido al hecho de que las actividades laborales, anteriormente recluidas en el ámbito privado, colonizaron la esfera pública (Arendt, 1998: 56-57). Estas actividades fueron concebidas a partir de entonces como las ocupaciones más elevadas, las que incluso habían configurado la misma humanidad del hombre¹. Todo ello supuso, en opinión de Hannah Arendt, la desnaturalización de dicha esfera, sometida al imperio de la necesidad y de los intereses materiales de cada individuo (Arendt, 1998: 140).

Las sociedades modernas, en cuanto sociedades de laborantes, hicieron así del ciclo incesante de la producción y del consumo la medida fundamental de su proceso evolutivo, de su progreso.

El tiempo que comenzó a regir en este espacio público así configurado fue el que imponían las actividades productivas, laborales y consumistas, con su ciclo incesante de destrucción creativa en el que nada parecía “durar lo suficiente para rodear al proceso de vida” (Arendt, 1998: 141).

Este proceso ininterrumpido de creación y de destrucción no se vería alterado-consideraba Hannah Arendt- por el hecho de que la automatización liberase cada vez más tiempo de trabajo, porque el tiempo así liberado se consagraría finalmente al consumo, es decir, a la desaparición continuada de los objetos que habían sido producidos (Arendt, 1998: 140-41). Habríamos entrado así, escribía la pensadora judía:

“en una economía de derroche, en la que las cosas han de ser devoradas y descartadas casi tan rápidamente como aparecen en el mundo, para que el propio proceso no termine en repentina catástrofe () El peligro radica- decía nuestra autora- en que tal sociedad, deslumbrada por el proceso de su creciente fertilidad y atrapada en el suave funcionamiento de un proceso interminable, no sea capaz de reconocer su propia futilidad, la futilidad de una vida que “no se fija o realiza en una circunstancia permanente que perdure una vez transcurrida la (su) labor” (Arendt, 1998: 141-42. Comillas y paréntesis del original)

La futilidad a la que se refiere Hannah Arendt es la de una sociedad sin una conciencia temporal profunda. Carente de una tradición y de una memoria que proporcione continuidad, confianza y sentido a las distintas experiencias humanas unidas por el tiempo (Arendt, 2003c: 149). Esta alienación del mundo, tal como ella denominó a todo este proceso, tuvo consecuencias funestas para los distintos ámbitos de las sociedades modernas, en particular para el mundo de la educación, de la cultura y de la política.

4.1-LA ESFERA EDUCATIVA: TRADICIÓN, TRANSMISIÓN, RENOVACIÓN

La educación es, tal como nos recuerda Arendt (Arendt, 2003d: 296-297), una tarea radicalmente incardinada en el tiempo, en una determinada tradición, porque implica la transmisión de un mundo común de una generación a la otra (Bárcena, 2009: 115). Esta transmisión intergeneracional vincula a personas separadas y unidas a su vez por el tiempo. Separadas por la edad, por su conocimiento o desconocimiento del mundo. Unidas por un legado común que permanece más allá de la desaparición de quienes educan o son educados.

Ahora bien, permanencia no quiere decir inmutabilidad. Lo permanente convive en educación con lo que se renueva, y aquí el tiempo vuelve a jugar otra vez un papel esencial. En efecto, educar, señala Arendt, es poner en relación lo nuevo con lo viejo, a los niños con los adultos, con la intención de que los primeros no destruyan el mundo en el que apenas son unos recién llegados, pero también para que éste, el mundo, pueda ser renovado por la acción de los que comienzan a vivir en él, por los que aún están necesitados para empezar su camino del legado de sus mayores (Arendt, 2003d: 295). La Educación es, desde esta última perspectiva, una tarea esencialmente conservadora, pero únicamente en la medida en que precisa de una herencia común que transmitir, de una tradición, que necesariamente antecede a quienes la reciben, y no porque su objetivo fundamental sea mantener esa tradición, encerrándola en un mero tradicionalismo que se recrea en sí mismo a cualquier precio (Bárcena, 2009: 120). No obstante, sin la presencia de una determinada tradición, el mundo estaría en un perpetuo devenir (Lombard, 2003: 69), sin otra meta que no fuese un puro proceso de cambio cuya única referencia sería el cambio mismo. La tradición evita este desenlace a través del encuentro fructífero entre el pasado, el presente y el futuro.

Este encuentro sólo es posible por la intervención de los adultos, que asumen la responsabilidad ante el mundo mediante el ejercicio de la autoridad. La autoridad impide, en efecto, que los nuevos destruyan el mundo en el que son unos recién llegados, pero evita también que el mundo no los destruya a ellos cuando aún no disponen del acervo de conocimientos necesarios para enfrentarse a él (Arendt, 2003d: 291-292). La autoridad posibilita así la transmisión de lo permanente, de un mundo común, que otorga confianza a la acción del educador, pero también a quienes reciben dicha herencia, que pueden así comenzar a hacer su propia historia, iniciando la renovación del mundo (Arendt, 2003c: 149).

La erosión de la autoridad en las sociedades modernas estaría por ello directamente relacionada con la pérdida de la tradición (Arendt, 2003d: 296); con la desaparición de ese vínculo común que unía a las distintas generaciones a través del tiempo.

La ruptura de ese “hilo de la memoria” se habría debido, según Arendt, a la influencia de las ideologías modernas, que establecieron y legitimaron una serie de principios que acabaron por desterrar el sentido común de la esfera educativa (Arendt, 2003d: 276).

El primero de estos principios, ampliamente aceptado, se relaciona directamente con los niños, los principales destinatarios del legado educativo de sus mayores. Las ideologías modernas otorgaron a la infancia una mayor autonomía en función de su naturaleza pretendidamente singular, que no podía ser comprendida por normas ajenas a ella. Ellos, los niños, debían ser, pues, los que se gobernasen a sí mismos sin demasiadas interferencias de sus mayores, que como mucho tenían reservada la función de consejeros o de guías. Desaparecían así las condiciones que posibilitaban la transmisión efectiva de una determinada tradición entre distintas generaciones a través del tiempo. Sólo la realidad presente de cada grupo infantil *autorizaba* dicha transmisión. La autoridad fue así expulsada del mundo de los adultos, emergiendo en su lugar la desnuda dominación del grupo, cuya única justificación era el propio número, lo que la hacía mucho más tiránica (Arendt, 2003d: 279-280).

El segundo principio que arraigó en la ideología educativa moderna se vincula directamente con el contenido de la transmisión, con la enseñanza. Por medio de la psicología, convertida en la ciencia que por antonomasia fundamentaba la relación educativa, los distintos saberes se supeditaron a la metodología. Dichos saberes se disolvieron así en una serie de habilidades necesarias para adaptar los contenidos de la enseñanza a cada naturaleza infantil. Como consecuencia de todo ello se erosionó la autoridad del profesor, cuya función ya no encontraba justificación en el dominio de un saber que sus discípulos desconocían (Arendt, 2003d: 281). La transmisión del saber se resolvía ahora en una relación puramente personal y permanentemente actualizada, con el propósito de adaptarla a cada situación de aprendizaje.

A todo ello contribuyó también el tercer principio en el que se basa la teoría educativa moderna, estrechamente relacionado con una sociedad para la que el trabajo y la ciencia experimental son la medida de todas las cosas. Según dicho principio la esencia de la enseñanza radica en el sujeto que aprende, que sólo puede comprender lo que él mismo ha producido a través de su propia actividad práctica (Arendt, 2003d: 281-282). La educación se transforma así en un proceso en el que cada individuo se enfrenta continuamente a distintos escenarios poniendo en juego una serie de habilidades prácticas.

La crisis que padece la educación en la modernidad se debe en buena medida, según Hannah Arendt, a la influencia de estas ideologías, que erosionaron el contenido de la tradición que otorgaba confianza a los educadores en el sentido de su tarea. Esta tradición era portadora de un mundo común; un lugar de encuentro entre distintas temporalidades. El pasado, en el que arraigaba el contenido de los saberes transmitidos; el presente, en donde se daban cita los nuevos con los viejos, los que enseñan con los que aprenden; y el futuro, aquel momento temporal en el que los jóvenes tienen que decidir qué hacer con la herencia recibida, si conservarla o, por el contrario, renovarla. Roto este vínculo temporal, es como si mayores e infantiles quedasen confinados en sus respectivos mundos, aislados los unos de los otros y a merced de los vaivenes del presente.

La consecuencia de todo ello es una abierta crisis, cuya manifestación más evidente es un permanente afán reformista. Se pretende reformar los contenidos,

para que así se adapten mejor a las necesidades del alumno y a los contextos en los que éstos deben ser aplicados. Se invoca a los profesores para que se formen continuamente en nuevas metodologías, más adecuadas a una realidad siempre cambiante. Pero las reformas agudizan aún más la situación de crisis. En efecto, carentes de una perspectiva temporal que permita analizar las circunstancias que la han provocado, se generan todavía más incertidumbres que aconsejan finalmente nuevas reformas. Pero estas reformas, presentadas como novedades, no son sino en muchos casos meras repeticiones de los discursos ideológicos que la modernidad había construido en torno al hecho educativo. La educación, como otros ámbitos del mundo moderno, ya no es dueña del tiempo, de su tiempo, sino su mera prisionera. Una prisionera que se nutre vorazmente con el *pathos de la novedad*.

Si la esfera educativa padece especialmente las consecuencias de la pérdida de la tradición en unas sociedades como las modernas que hacen de la reproducción continuada de sus medios de vida la fuente principal de su sentido, algo parecido sucede con el mundo de la cultura.

4.2-LA VALORIZACIÓN Y DESVALORIZACIÓN DE LA CULTURA EN LA SOCIEDAD DE MASAS

La cultura, según Hannah Arendt, se ha transformado radicalmente en las modernas sociedades de masas. Esta transformación se explica por la tendencia que tienen dichas sociedades a juzgar casi todas sus creaciones por la utilidad que prestan a la reproducción de los procesos de vida.

No obstante, con anterioridad a la aparición de la sociedad de masas, la cultura todavía era la expresión del deseo de las clases burguesas, en disputa con las viejas aristocracias, de alcanzar y de consolidar nuevas posiciones sociales (Arendt, 2003e: 310-314). Si bien sus manifestaciones se degradaban y envejecían a medida que perdían su funcionalidad, no por ello desaparecían del mundo, quedando como testimonio de otras épocas.

Este no es el caso ya, cree Hannah Arendt, de la sociedad de masas, en donde los bienes culturales se han convertido en unos objetos más de consumo, cuyo fin principal es servir al entretenimiento (Arendt, 2003e: 314).

El tiempo de la cultura se integra así en la misma lógica reproductiva de los demás procesos vitales. En efecto, así como es necesario trabajar continua y regularmente para atender al ciclo ininterrumpido de creación de la riqueza, también es necesario descansar. Y se precisa, asimismo, de un tiempo dedicado al entretenimiento despreocupado para recuperar la energía psicológica que se ha perdido en la jornada de trabajo. Sin embargo, todos estos tiempos poseen la misma condición, la de contribuir continua y regularmente a reparar lo que ha sido desgastado en el proceso reproductivo de la vida material de la especie (Arendt, 2003e: 315 y ss). Cuando este objetivo ha sido colmado, comienza un nuevo proceso, en el que los objetos han de ser otra vez renovados para continuar sirviendo al mismo propósito (Arendt, 2003e: 313). La novedad, lo que aparece una y otra vez con distintos ropajes pero con la misma esencia, se eleva así a valor principal. Se transforma en la norma

con arreglo a la cual han de ser juzgadas todas las cosas, también las que pertenecen al ámbito de la cultura. De ellas se exige que sean fácilmente consumibles, excluyéndose todas aquellas manifestaciones que se resisten a ser así versionadas para ser digeridas (Arendt, 2003e: 317-318).

No obstante, señala Hannah Arendt, nada hay más extraño a la esfera de la cultura que este afán consumista por la novedad (Arendt, 2003e: 318). Porque la cultura, en efecto, extrae todo su sentido de su permanencia en el tiempo. Las creaciones culturales que resisten el paso del tiempo son las que más capacidad tienen para conmover a las distintas generaciones, ya que comunican algo esencial de la condición humana. Fueron creadas precisamente como realidades humanas tangibles, no por su mera funcionalidad, que podría ser atendida de cualquier otro modo no necesariamente cultural, sino por el sentimiento que las inspiró (Arendt, 2003e: 318-319). Este sentimiento es el que tienen los hombres cuando, liberados del apremio de sus necesidades, sean estas sociales o materiales, actúan guiados por un afán común de contemplar, juzgar y glorificar lo que consideran que es bello (Arendt, 2003e: 334).

En este preciso sentido el mundo de la cultura comparte con el de la política, al menos tal como la entendieron los griegos y los romanos de la antigüedad, un mismo rechazo por las dimensiones materiales y funcionales de la existencia humana. Comparte también con la política la necesidad de un espacio público de aparición, de un mundo común, en el que acciones, palabras y objetos puedan mostrarse al juicio humano, dejando al margen toda preocupación por lo útil. Este juicio, en el caso de la cultura, se expresa como un gusto profundamente mundano, porque está guiado por un interés común por las cosas del mundo consideradas más o menos bellas. Cosas de las que merece la pena hablar e intentar persuadir a los que, como uno mismo, tienen la misma preocupación desinteresada por ellas (Arendt, 2003e: 323).

La cultura está así estrechamente vinculada en la interpretación arendtiana con un humanismo radical. Radical, porque es la expresión de lo que los hombres han apreciado y aprecian en compañía de sus congéneres, libres de toda coacción, del tipo que ésta sea (Arendt, 2003e: 342).

La esfera cultural y la política tienen también en común un mismo afán por permanecer en el tiempo. En efecto, así como las narraciones históricas conservan la memoria de los actos y de las palabras que merecen ser recordados, así también las obras culturales son el testimonio más tangible y mundano de una sensibilidad compartida, que por ser profundamente humana, puede ser transmitida de una generación a la otra.

Esta dimensión esencialmente temporal e histórica de la cultura y de la política, se difumina, en opinión de Hannah Arendt, en una sociedad de masas. Su obra es el más claro testimonio de las consecuencias dramáticas que todo ello tuvo en la política moderna.

4.3-LAS INCERTIDUMBRES DE LA POLÍTICA EN LA SOCIEDAD INDUSTRIAL DE MASAS

La política es para Arendt, siguiendo la tradición clásica greco-latina, el ámbito por antonomasia en el que los hombres muestran su condición esencialmente plural y libre. Libre, porque configura un espacio común en el que pueden relacionarse los unos con los otros sin el apremio de la necesidad y en condiciones de igualdad. Plural, porque al relacionarse políticamente los unos con los otros, los hombres pueden manifestar puntos de vista diferentes acerca de lo que sin embargo tienen en común, su propio mundo (Arendt, 2001a: 45; 2001b: 69 y ss). Al actuar así, plural y libremente, los hombres crean estructuras de poder con voluntad de permanencia en el tiempo. Estructuras que sacralizan un espacio de aparición en el que es posible fundar, comenzar algo nuevo, o continuar lo que ya tenía existencia, uniendo el pasado con el presente y el futuro. La política, como actividad libre y plural, asegura así- escribe Arendt- la: “continuidad del mundo en el que (un) grupo o pueblo viven, mundo que han construido a lo largo de las generaciones con el fin de encontrar una permanencia digna de confianza para el actuar y el hablar, o sea, para las actividades propiamente políticas” (Arendt, 2001: 93).

Esta dimensión de la política, arraigada profundamente en la tradición clásica greco-latina, pero también en otras experiencias más recientes como la revolución Norteamericana (Arendt, 2006a), cambió drásticamente en la Época moderna. En efecto, con posterioridad a las revoluciones modernas, más concretamente, después de la Revolución Francesa², comenzó una nueva etapa en la que la masa de los oprimidos, de los que estaban sujetos a la necesidad, constituidos legítimamente en voluntad nacional, reivindicó por primera vez en la historia un activo papel dentro de la esfera pública (Arendt, 2006a: 64-144). A partir de entonces se inauguró un nuevo tiempo, cuyo origen estaba en este momento revolucionario que liberó todas las fuerzas históricas encarnadas en la multitud necesitada y oprimida (Arendt, 2006a: 68). Estas fuerzas pasaron a concebirse ahora como agentes de un proceso histórico inevitable y necesario, que sólo osaban reprimir los contrarios a la libertad y al progreso de la humanidad en su conjunto.

El progreso, por el contrario, caminaba del mismo lado de los que querían lograr la mayor riqueza y el mayor bienestar para el mayor número (Arendt, 2006b: 235-236). “Lo que la Edad Moderna esperaba de su estado y lo que éste ha cumplido sobradamente- afirmó Hannah Arendt- ha sido que los hombres se entregaran libremente al desarrollo de las fuerzas productivas sociales, a la producción común de los bienes exigidos para una vida “feliz” (Arendt, 2001b: 90).

La política se convirtió así en el principal medio para alcanzar esta prometida felicidad localizada en un futuro de prosperidad y de progreso sin límite (Arendt, 2006b: 238).

Esta “invasión de la esfera pública por la sociedad” (Arendt, 2006a: 305) hizo que esta esfera se administrase como si se tratase de cualquier otra empresa (Arendt, 2003e: 245; 2001b: 89), garantizando que la actividad laboral y la productiva se desenvolviesen libre y pacíficamente (Arendt, 2001b: 95; 2003f: 237).

En estas circunstancias la diversidad de opiniones se transformó en mera opinión pública, gobernada por la fuerza de la mayoría que la impulsaba. Una fuerza que ahogaba la verdadera pluralidad, esencial, según Arendt, para el mantenimiento de una república verdaderamente libre y democrática (Arendt, 2006a: 311-312).

La persecución de la libertad, que en otro tiempo había justificado el uso de la violencia, la hacía ahora innecesaria, en unas sociedades cuyos miembros luchaban diariamente por vencer la necesidad. La violencia sólo fue empleada por el Estado cuando este proceso no podía continuar del mismo modo. O cuando se requería expandirlo fuera de las fronteras nacionales (Arendt, 2006b: 212). Pero esa violencia tenía un potencial enorme porque estaba monopolizada por el Estado (Arendt, 2001b: 95).

Ese potencial fue explorado de la forma más terrible por los gobiernos totalitarios, que pusieron la política asociada al poder del estado al servicio de un destino histórico, en el contexto de una sociedad industrial de masas. Una sociedad compuesta por individuos aislados que carecían de toda forma de poder porque eran incapaces de actuar conjuntamente (Arendt, 2006b: 635).

Con un poder nunca antes visto estos regímenes anularon todo tipo de libertad en nombre de un destino histórico que sólo ellos, los representantes del régimen, podían alcanzar a comprender (Arendt, 2003b: 77). Actuando así encumbraron la ideología del *cambio* como auténtica necesidad histórica que realizaba el verdadero ser de la especie. A esta necesidad que actuaba según una ley propia, y cuya fuerza era todopoderosa, ninguna voluntad humana podía ya oponérsele (Arendt, 2006b: 625). El terror totalitario no fue sino la consecuencia lógica de la obligación de cumplir con este destino histórico que anulaba cualquier otra experiencia del tiempo.

Si el totalitarismo fue la expresión más novedosa, terrible y acabada de un estado todopoderoso en una sociedad industrial de masas, puso también de manifiesto una “potencialidad” y un “peligro siempre presente” (Arendt, 2006b: 625). Evitarlo es sin embargo, nos recuerda Hannah Arendt, tarea nuestra. Porque en los hombres anida siempre la esperanza de cambiar la historia, de fundar y de comenzar un tiempo nuevo. Pero esta capacidad sólo puede materializarse en un espacio políticamente constituido, en el que los seres humanos, libre y conjuntamente, puedan expresar su esencial singularidad y pluralidad. Sólo así el poder de los muchos frenará el dominio total del hombre por el hombre.

Las amenazas que se ciernen sobre la humanidad en la etapa actual de la modernidad dependen precisamente de su capacidad para preservar un espacio auténticamente político en el que sea posible establecer libremente una particular forma de habitar y de comprender el mundo, pudiendo así crear un tiempo enteramente humano. No obstante, en unas sociedades como las modernas obsesionadas con la producción y el consumo, es como si la humanidad no reconociese otra temporalidad que no fuese la establecida por la dinámica de estos procesos de vida. En un momento como el actual en el que las promesas futuras de liberación asociadas a estas actividades son cada vez más inciertas, emerge una temporalidad

que se actualiza permanentemente proyectando cada vez más sombras sobre los mundos de vida de los sujetos.

CONCLUSIÓN: SIN TRADICIÓN NI PORVENIR. REFLEXIONES ACERCA DE LA ESTRECHEZ DE LA TEMPORALIDAD ACTUAL

La modernidad ha generado, en efecto, un orden social basado en la producción y el consumo que ha sometido todas las dimensiones de la vida colectiva a su propia temporalidad, alienando al hombre del mundo. La decadencia de la nación-estado significaría, según Hannah Arendt, la culminación de todo este proceso, cuya etapa final sería- y en la actualidad esto suena a profecía autocumplida- que el ciclo inagotable de la creación de riqueza ya no encontraría ningún límite, pudiendo así expandirse globalmente (Arendt, 1998: 285).

No obstante, hubo un momento, el de la primera modernidad, en el que la Nación, el trabajo, la educación, todavía conferían sentido y seguridad a las experiencias humanas proyectadas hacia un futuro de promesas aplazadas. Esas promesas servían, como Arendt nos recordó metafóricamente, “para establecer en el océano de inseguridad del futuro islas de seguridad”. Esas islas sin las cuales ni la “continuidad, ni la durabilidad de cualquier tipo sería posible en las relaciones entre los hombres” (Arendt, 1999b: 106). Pero tampoco la autonomía y la libertad que va unida a ellas (Bauman, 2006: 157).

Estas promesas son las que en la actualidad se han roto, y con ellas se ha desvanecido también todo el orden institucional al que estaban vinculadas, con su “capacidad para disponer del futuro como si fuera del presente” (Arendt, 1998: 264).

De ahí, que en el ambiente general de crisis en el que están inmersas muchas sociedades occidentales, se aconseje reformar casi todas las instituciones, que parecen no cumplir ya con las funciones que les fueran atribuidas (Deleuze, 1999: 5; Dubet, 2006).

Emerge así una realidad sin perspectiva temporal, dominada por un presente continuamente cambiante en el que impera la urgencia permanente; el cambio como hecho histórico inexorable e inherente a los nuevos tiempos (Le Goff, 2002: 19 y ss).

En este escenario carente de promesas que depositen la confianza en alguna clase de permanencia que vincule a los individuos al mundo, la condición humana se vuelve frágil. “Cada uno de nosotros- escribe Hannah Arendt- está así condenado a errar desamparado, sin dirección” (Arendt, 1999b: 106).

Esta trayectoria errática, en unas sociedades como las actuales que entronizan la individualidad, y que hacen del cambio su única promesa, tiene que ser asumida por los propios sujetos que deben estar continuamente ensayando sus capacidades y sus actitudes para el cambio, comenzando y recomenzando una y otra vez sus respectivos proyectos de vida. En otras palabras, cada individuo debe enfrentarse a su propia debilidad y ser él mismo capaz de integrar todos los riesgos (Beck, 2006).

Se da así la paradoja, como se ha señalado acertadamente (Bárcena-Mèlich, 2000: 43), que cuanto más se invoca el cambio y la innovación; cuanto más se

identifica ese cambio y esa innovación con la libertad humana, más se anula esta libertad en nombre de una necesidad histórica gobernada por la continua mutación de los procesos de vida. No obstante, como ha repetido Hannah Arendt en numerosas ocasiones, sin un mundo permanente y estable que otorgue confianza y seguridad a los individuos, y que los proteja, además, contra las incertidumbres de su vida material, nadie puede sentirse realmente libre en compañía de sus semejantes.

Sin esa confianza y sin esa seguridad tampoco es posible crear espacios de autoridad en los que ciertas personas se atrevan a actuar y hablar en nombre de las demás. De ahí esa falta de autoridad y de responsabilidad generalizada ante el mundo característica de nuestra época (Arendt, 2003d: 294). De los padres hacia sus hijos; de los profesores con los alumnos; de la empresa con los trabajadores; del Estado con los ciudadanos.

La ausencia de autoridad no ha ido acompañada, sin embargo, de la desaparición de otras formas de dominación. Si bien éstas son cada vez más anónimas e invisibles, “el gobierno de nadie- como ya advirtiera Hannah Arendt- no es necesariamente un no-gobierno”. Es más- afirmó- “bajo ciertas circunstancias, incluso puede resultar una de sus versiones más crueles y tiránicas” (Arendt, 1998: 51). Deslegitimada la autoridad, que unía el pasado con el presente y el futuro, proporcionando seguridad y confianza en el mundo; y deslegitimadas también las personas e instituciones que la encarnaban, aparecen así líderes por todas partes que, invocando un discurso pretendidamente cientifista y tecnológico, aconsejan reformar a instituciones y a sujetos según la ley de la nueva dinámica histórica. Personas y organismos que son evaluados periódicamente para comprobar su grado de adaptación y su buena disposición a seguir adaptándose (Le Goff, 2002: 31-32). Aunque estos nuevos poderes hablan de liberación, porque anuncian a los sujetos la posibilidad de desprenderse de todas las tradiciones y de todas las jerarquías heredadas, en realidad limitan cada vez más la oportunidad de desarrollar esa libertad prometida, pues son cada vez menos los espacios institucionalmente protegidos que garanticen su ejercicio.

Estos espacios han sido sustituidos por otros en los que las relaciones son mucho más personalizadas, y en los que la autoridad es sustituida por el control. Mientras que aquellos establecían rutinas espaciales y temporales, que aunque limitaban la libertad de los sujetos, también les proporcionaban itinerarios vitales seguros para componer sus respectivas biografías. Éstos son “*metaestables*” (Deleuze, 1999: 6), porque reactualizan permanentemente las relaciones entre dominadores y dominados en un continuo “volver a empezar”, sin que existan ya rutas ni metas previstas.

Todo ello se produce en un contexto social, cuyo ciclo inagotable de creación de la riqueza no parece encontrar hoy ya ningún límite. La sociedad, en efecto, con su dinámica inexorable del cambio permanente, ha invadido- como ya pronosticara Hannah Arendt hace ya varias décadas (Arendt, 1998: 285)- casi todas las esferas de la vida colectiva, sin que queden ya apenas ámbitos del mundo en los que sea posible vivir conforme a otras temporalidades, más autónoma y libremente.

BIBLIOGRAFÍA

- Arendt, H. (1998) *La condición humana*, Barcelona: Paidós.
- Arendt, H. (1999a) "Historia e inmortalidad", in Arendt, H. (1999) *De la historia a la acción*, Barcelona: Paidós, pp. 47-73.
- Arendt, H. (1999b) "Labor, trabajo, acción", in Arendt, H. (1999) *De la historia a la acción*, Barcelona: Paidós, pp. 89-107.
- Arendt, H. (1999c) "Arendt sobre Arendt. Un debate sobre su pensamiento", in ARENDT, H. (1999) *De la historia a la acción*, Barcelona: Paidós, pp. 139-171.
- Arendt, H. (2001a) "¿Qué es la política", in Arendt, H. (2001) *¿Qué es la política?*, Barcelona: Paidós, pp. 45-47.
- Arendt H., (2001b) "Introducción a la política II", in Arendt, H. (2001) *¿Qué es la política?*, Barcelona: Paidós, pp. 67-99.
- Arendt, H. (2002) *La vida del espíritu*, Barcelona: Paidós.
- Arendt, H. (2003a) "La tradición y la Época Moderna", in Arendt, H. (2003) *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política*, Barcelona: Paidós, pp. 33-66.
- Arendt, H. (2003b) "El concepto de historia: Antiguo y Moderno", in Arendt, H. (2003) *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política*, Barcelona: Paidós, pp. 67-143.
- Arendt, H. (2003c) "Qué es la autoridad", in Arendt, H. (2003) *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política*, Barcelona: Paidós, pp. 145-225.
- Arendt, H. (2003d) "La crisis en educación", in Arendt, H. (2003) *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política*, Barcelona: Paidós, pp. 269-301.
- Arendt, H. (2003e) "La crisis en la cultura: su significado político y social", in Arendt, H. (2003) *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política*, Barcelona: Paidós, pp. 303-345.
- Arendt, H. (2003f) "Qué es la libertad", in Arendt, H. (2003) *Entre el pasado y el futuro. Ocho ejercicios sobre la reflexión política*, Barcelona: Paidós, pp. 227-268.
- Arendt, H. (2006a) *Sobre la Revolución*, Madrid: Alianza Editorial.
- Arendt, H. (2006b) *Los orígenes del totalitarismo*, Madrid: Alianza Editorial.
- Bárcena, F. (2009) "Una pedagogía del mundo. Aproximación a la filosofía de la educación de Hannah Arendt", *Anthropos*, 224: 113-138.
- Bárcena, F. & Mèlich, J. (2000) *La educación como acontecimiento ético. Natalidad, narración y hospitalidad*, Barcelona: Paidós.
- Bárcena, F. (2000) "Hannah Arendt: Educación y natalidad", in Bárcena, F. & Mèlich, J. (2000) *La educación como acontecimiento ético. Natalidad, narración y hospitalidad*, Barcelona: Paidós, pp. 63-90.
- Bárcena, F. (1999) "La educación como creación de novedad. Una perspectiva Arendtiana", *Revista de Educación*, 318: 189-210.
- Bauman, Z (2006) *Modernidad líquida*, Buenos Aires: FCE.

- Bauman, Z. & Tester, K. (2002) *La ambivalencia de la modernidad y otras conversaciones*, Barcelona: Paidós.
- Beck, U. (2006) *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*, Barcelona: Paidós.
- Beriain, J. (2007) *Aceleración y tiranía del presente*, Barcelona: Anthropos.
- Birulés, F. (2006) "El totalitarismo, una realidad que desafía la comprensión", in CRUZ, M. (2006) *El siglo de Hannah Arendt*, Barcelona: Paidós, pp 37-61.
- Birulés, F. & Cruz, M. (1994) *En torno a Hannah Arendt*, Madrid: CIS.
- Bowen-Moore, P. (1989) *Hannah Arendt's Philosophy of Natality*, Londres: Mc Millan.
- Cruz, M. (2009) "¿Qué hacemos con la política", *Anthropos*, 224: 92-99.
- Cruz, M. 2006) *El siglo de Hannah Arendt*, Barcelona: Paidós.
- Cruz, M. (2006) "Memoria: ¿extrañeza o reconciliación? (Una meditación en compañía de Arendt)", in Cruz, M. 2006) *El siglo de Hannah Arendt*, Barcelona: Paidós, pp. 87-105.
- Deleuze, G. (1999) "Post-scriptum sobre las sociedades del control", in Deleuze, G. (1999) *Conversaciones*, Valencia: Pre-Textos, pp. 1-9.
- Dubet, F. (2006) *El declive de la institución*, Barcelona: Gedisa.
- Durán Vázquez, J. F. (2008) "Hannah Arendt: el trabajo, la educación y las contradicciones de las sociedades tardo-modernas", *Praxis Sociológica*, 12 : 99-117.
- Eslin, J.C. (1996) *Hannah Arendt. L'obligée du monde*, París: PUF.
- Hartog, F. (2009) "La autoridad del tiempo", *Historia y Graña*, LVIII (4): 1419-1445.
- Jaeger, W. (1996) *Paideia*, Madrid: FCE.
- Koselleck, R. (1993) *Futuro pasado*, Barcelona: Paidós
- Le Goff, J.P. (2002) *La démocratie post-totalitaire*, París: La Découverte.
- Lombard, J. (2003) *Hannah Arendt. Education et modernité*, Paris : L'Harmattan.
- Luhmann, N. (1992) "El futuro no puede empezar : Estructuras temporales en la sociedad moderna", in Ramos Torre, R. (1992) *Tiempo y sociedad*, Madrid: CIS, pp. 130-152.
- Pérez-Argote Aguirre, A. (2009) "La desconfianza de Hannah Arendt: consideraciones críticas respecto a su pensamiento educativo", *Anthropos*, 224: 139-150.
- Ramos Torre, R. (1987) "El presente ubicuo: tiempo y sociedad en una época de crisis", *Revista de Occidente*, 76: 96-107.
- Revault D'Allonnes, M. (2008) *El poder de los comienzos. Ensayo sobre la autoridad*, Buenos Aires: Amorrortu.
- Sánchez Capdequí, C. (2009) "De la banalidad a la licuefacción del mal. Relectura actual del totalitarismo", *Anthropos*, 224: 62-79.
- Sennett, R. (2011) *El declive del hombre público*, Barcelona: Anagrama.

Tocqueville (1989) *La democracia en América* (II Vols), Madrid: Alianza Editorial.

Vallespín, F. (2006) "Hannah Arendt y el republicanismo", in Cruz, M. (2006) *El siglo de Hannah Arendt*, Barcelona: Paidós, pp. 107-138.

Autopoiesis, cognição e educação construtivista: **Implicações sociofamiliares do construtivismo radical**

JUDITE MARIA ZAMITH CRUZ¹

INTRODUÇÃO

Milan Kundera (1987: 154), no Ensaio “A Arte do Romance”, recorta uma das suas 67 palavras-amor, “inexperiência”, por vivermos sempre algo como se fosse a primeira vez: «nunca poderemos recomeçar uma outra vida com as experiências da vida anterior». Para o escritor checo, é como se sempre estivéssemos a entrar noutra fase de vida, desconhecendo-a. “O Planeta da Inexperiência” fora a primeira expressão que lhe ocorreu para outro livro, intitulado “A Insustentável Leveza do Ser”.

Aos 50 anos não sabemos o que nos passará a acontecer... Contingências na vida, sempre nos farão sentir tocados por “inexperiências” várias, não antecipáveis, em falha de pergunta acerca do que *vem lá*, de distinto do passado.

Extremamente difícil é mudar valores, noções de “eu” e de “realidade”, além do poder (de controlo) sobre algo ou alguém, a ideia de rutura sendo uma das questões mais *mal* estudadas da experiência humana comum.

Pessoas que desafiaram poderes - a realidade consensual, a ordem pública estabelecida - são apelidadas de “radicais”, entre outros epítetos desagradáveis. “Intolerantes”, “possuídos”, não compartilham da ordenação do mundo “natural”. O que é “justo” na sociedade, “certo” na escola ou “adequado”, sem desvio da norma?

Toda a mudança é conjunta, no “normal” agir, no pensar e na conversação. Toda a mudança é dita observável, no caso de ser “comportamental”: um “mau hábito/ inadequado” desaparece, por “dessensibilização sistemática”. Ainda que se trate de realizar uma alteração na forma como a pessoa se comporte, está subjacente o modo como se processam “representações mentais” (pensamentos ou ideias) sobre o que seja um “vício”. Acontece até que quando se muda a maneira de escrever, se muda o diálogo. Um conteúdo *reverbera*, transfere-se para outro conteúdo. Criando-se novas e viáveis ideias, estaremos a ter conteúdos de mentes *abertos*.

A rutura nem sempre será entendida consciente, o que é o caso de se ter sido modificado/a a pessoa para a sua transformação, o que incorra em compulsão, decepção ou influência manipulatória por alguém ou por um grupo.

¹ Investigadora do Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho.

A pensar em cognições - “cognições incorporadas”, não representacionais, mas geradas no corpo/território, teremos quantas vezes emoções, sem que *pontuemos* os mapas de significadores do viver.

Tanto pode então efetuar-se mudança súbita como lenta, mas também o que possa parecer uma rutura repentina pode ter-se processado, lentamente. Outra possibilidade de mudança decorrerá de aprofundamento de um tema, por aquisição de conhecimento novo e viável (criativo), com uma genuína transformação da mente.

Vivemos entre inúmeros agentes de mudança/rutura, profissionais que lidam com a questão das ideias, tanto o vendedor como o economista, psicólogo e professor. Os líderes mudam outros que os sigam, adeptos ou discípulos. Pretende-se debater a mudança biopsicossocial, cerebral e pessoal-social.

Iremos centrar-nos na alteração da linguagem e na emoção associada. O que seja contingente, fixado ou problematizado, exprime-se em palavras e símbolos. Sem linguagem, não transcendemos circunstâncias «reais»², (com-)vivendo-se com “problemas” no quotidiano académico e na clínica psicológica, sem se tratarem de conjuntos de situações anódinas e inofensivas. Diariamente se avaliam indivíduos em rutura com o passado, para o que “deva ser feito”, o que seja “justo” numa pessoa “honesta”.

Tem-se como pressuposto, aprendido em Humberto Maturana (1988), de que um observador/conhecedor é, em simultâneo, um ator (social), no sentido de que «tudo seja dito por uma pessoa que observa é essa pessoa um ator» (Maturana, 1988: 8), pelo que uma “relação sujeito-objeto” é imprescindível à compreensão da auto-organização. Somos seres humanos em relação. O epistemólogo, biólogo e formador, com quem a autora sentiu uma das maiores ruturas conceituais, insistiu em que as “funções corticais superiores” não têm lugar «nem na cabeça, nem no sistema nervoso», mas antes no “espaço relacional”, dando o exemplo da comunidade. Maturana, ainda nos anos oitenta do século XX, marcou o limite na *nossa* radicalidade epistemológica e metodológica.

Por conseguinte, debateremos ideias no que as pessoas percebem, codificam, retêm e acedem como conhecimento e ação/mudança.

Lugar de destaque será dado à noção/conceito de rutura e à teoria da mudança de Howard Gardner (1980: 20), que estudou a educação, a aquisição de conhecimento/aprendizagem e a competência (*skills*) necessária à prática (*practice*), «em que os indivíduos são (e se sentem) capazes». As suas ideias distinguem dois aspetos (Gardner, 2006: 11): uma forma/formato (linguagem particular, sistema de símbolos ou notação em que o conteúdo é representado) e um conteúdo (a ideia básica contida na representação). A forma associa-se a *sintaxe* o conteúdo à *semântica*.

CONCEITOS, HISTÓRIAS E TEORIAS EM RUTURA

“Conceito” pode diferenciar-se de “constructo” [do latim *con* e *stuer* (colocar junto)], se bem que, na Psicologia, ambos os termos sejam intermutáveis, como para

² Pretende-se transcender a posição objetivista, em que a “classe” de conceitos denominada “circunstâncias reais” se opõe à “classe” das imaginações (irreais), sendo o conjuntos de circunstâncias a classificarem-se de “problemas”.

Karl Pearson. Separam-se por vezes, porque os constructos podem significar distinções (individuais ou partilhadas) da experiência por (grupo) teórico, antecipada a necessidade de se agir, investigando mais.

Pretende-se problematizar o domínio do conceito à crença na mudança e esclarecer como se processa a mudança *significativa* em vários domínios, ou seja, em áreas em que a mudança não se refere a mudarmos sempre, momento a momento. Uma ideia *fácil*. Evidencia-se na Psicologia que, quando mude os *meus* hábitos (“vícios”), como o modo de fazer a leitura diária do jornal, não estou a mudar a mente, de modo *significativo*.

Numa publicação diária do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) é dito que defendeu que «quando os factos mudam, eu mudo». E perguntou logo a seguir: «O que é que o senhor faz?»

Acontece que factos e ficções já foram unidos no conceito de “facção”. Nos tempos que passam, acontecerá serem factos a mudar mentes que os fccionam. Notificados os acontecimentos do mundo real (um «re-», discutido adiante por Gardner, a atender a língua anglo-americana - *real world events*) como as guerras, os furacões, os ataques terroristas, as depressões económicas... No domínio positivo, outros eventos do mundo real são almejados como a prosperidade e a paz, a disponibilidade a todos de tratamento médico, etc.

Fixam-se aos “conceitos” unidades, as mais simples de mudar como um “facto”. Relacionam-se com o significado de palavras/termos concretos e abstratos. Por exemplo, ao abandonar-se o termo negativo “traumatismo”, substitui-se por mudança e por desafio. Como relacionar o conceito de dança e o conceito de maneira de a dançar, na expressão poética, atribuída ao poeta irlandês William Butler Yeats (1865-1939), «how can one tell the dancer from the dance?» Pode alertar para que o conteúdo (da dança) muda com a forma (de dançar). Noutros níveis, para a forma de dançar teremos a estrutura de pensamento ou a sintaxe linguística, que afetam o conteúdo da dança no significado do pensamento ou na respetiva semântica.

Quais serão os conjuntos de outros conceitos, nem sempre fáceis, mas prevalentes, típicos ou dominantes, de acordo com Gardner (2006: 22), além do conceito de planta/animal? São entidades vivas ou entidades mortas, incluindo a noção abstrata de “virtude”, uma qualidade pessoal-social. Outros conceitos debatidos são “desvio da norma”, “defeito/déficé”, como um mau hábito (que foi dito “vício”), um prazer ou dor/sofrimento.

Por sua vez, a segunda “entidade” de mudança exemplar, passa pelas *histórias* que nos contem, «narrativas que descrevem eventos que se desdobram no tempo» (Gardner, 2006: 19).

Quais são as mais fáceis histórias, prevalentes, típicas ou dominantes? A rapariga encontra o rapaz; o herói é derrotado em um tumulto trágico; o “bem” vence o “mal”; e o filho pródigo regressa a casa (Gardner, 2006: 22).

Mais uma vez, nas palavras do economista inglês Keynes, o que se segue é como uma «história das opiniões, um aspeto preliminar à emancipação da mente».

Somos, então, as *nossas* «ideias, conceitos, *histórias*, teorias e competências» (Gardner, 2006: 22).

Referiu-se a uma ideia inicial e fácil, exploratória de rutura.

Na abordagem teórica narrativa, para uma forma mais elementar de história, basta pensar-se num protagonista, que realiza atividades com finalidade/intencionalidade, sofrendo uma crise que resolve/muda ou tenta resolver/persiste em mudar. Investigadores da área do Desenvolvimento, como Jerome Bruner ou Howard Gardner, defendem a perspetiva de que somos, de forma inata, “bons” *contadores de histórias*. Com o avanço da idade, adquirimos o conhecimento de imensos enredos, mas aos 5 anos a criança já é capaz de simbolizar, na expressão de Gardner, pronta a entender no concreto o “paradigma narrativo” de Bruner.

A terceira entidade de mudança é teórica, subsequente a conceitos e a histórias.

Recorde-se a orientação científica e filosófica que defendeu a introspeção. Hoje, é entendida no “autorrelato”, depois de realizado o pedido de criação de imagens e de “estados de consciência”. Foram as “representações”, com a introdução de computadores, que viriam a proporcionar o debate de “operações mentais”.

Por sua vez, nas neurociências cognitivas, defende-se que as representações mentais serão, um dia, explicáveis em termos fisiológicos. Portanto, quando tal acontecer, esperar-se-á observar uma rede de conexões cerebrais e registar-se-á num gráfico a mudança operada num conceito, ideia ou imagem. Então, presume-se, quando se aja ou opere sobre neurónios ou nucleótidos, estar-se-á a mudar a mente.

Tanto as histórias como as teorias elucidadas são denominadas de “proposicionais”, por partirem das palavras e refletem-se, mentalmente, até de outras maneiras, como na sequência de vídeo ou no filme silencioso.

Por último, outra “entidade de mudança” visa as práticas, as competências conhecidas, se verbalizadas e executadas.

Em tempos de crise, bem críticos, quais são as competências prevalentes, típicas ou dominantes? Para Gardner (2006: 22), tratar-se-á de se falar mais de uma divisão igual dos recursos, ou da energia a ser guardada para uma performance/realização de elevado nível... No mesmo valor considerado, se coloca o ato competente de terminar um trabalho, mesmo pouco antes de um urgente *deadline* (Gardner, 2006: 22).

MUDANÇA POR PERTURBAÇÃO HUMANA

A autora é psicóloga, com formação no domínio da psicoterapia familiar. Em contextos de co-terapia, desenrola-se uma «perturbação do sistema familiar», o que veio a desafiar o objetivismo³ tanto de aprendizes de Psicologia como dos membros do grupo familiar.

³ O “objetivismo” científico, com vista a se julgar da “verdade dos argumentos”, consiste na defesa de “fundamentos”, como se fossem “cotas de nível”, permanentes e a-históricas (Schwandt, 1997).

Com Maturana foi o grupo de estudantes incentivado e elucidado para mudar, “estruturalmente”⁴, em função de interações/transações por efeito de “perturbações” recorrentes. Em condições instáveis, haveria perturbações *benéficas* e apelativas, desenroladas em agentes de mudança. Perturbações, em pares e grupo, *disparariam* mudanças estruturais nos profissionais. Outro formador, o psiquiatra italiano Vittorio Guidano, viria a defender que mudanças não conduziriam a uma alteração, por efeito de mera “informação” acerca da natureza da mudança humana (o “meio”), ou sobre as qualidades de psicoterapeutas “perturbadores”. Quanto Guidano poderia ter mudado um rapazinho, por sua influência, alertou o seguinte: «O que fiz?... Ainda não sei... Quando a mãe me disse, na sessão seguinte... Eu não sei o que fiz.»

Será a dificuldade em verbalizar “consistente” com a experiência contextualizada e intencional, vivida na troca de “realidades das construções”. Agimos, afinal, com desconhecimento e sujeitamo-nos a “enagir”. Dito de outro modo, em dado momento, em situações de “acoplamento/interação estrutural” (“um nicho”), quantas vezes imprevisível e por efeito de cognições incorporadas, efetuamos ações imediatas, nem sempre apreensíveis, ao atuarmos ou depois. Para alguns, foi “acertada” nas consequências geradas; outras vezes, ou com outras pessoas, foi o (en)agir “errado”, nem sempre ocasional.

Que perturbação decorreu da transformação desejada ou não antecipada? Colocá-lo em palavras, pensado, o que se sinte e o que se faça, problematiza a mudança interpessoal.

Para além da “enação”, então, a outra propriedade inerente ao ser humano é a perturbação interna/externa, podendo levar a pessoa a mudar algo na sua “lógica organizacional”, o que depende da sua própria história de vida. «Com problemas, cresce-se». Desenvolve-se o ser humano, para quem a vida seja conflito e resolução de conflito. Ocorrerá, presume-se, um “desequilíbrio”, por perturbação acrescida da inerente complexidade.

“Perturbação” é um termo importante na teoria da auto-organização dos seres vivos. Também é a perturbação significativa, para a teoria *piagetiana*. Significa tornar o *status quo* instável e desequilibrado, numa quebra de homeostasia⁵, em que se produz um sentido de *uncase*.

Perturbação aproxima-se, em consulta psicológica, de estratégia de *coping*. No enfrentamento de situação relacional, *coping* significa *apontar* discrepâncias ou incongruências no pensamento do interlocutor. Importa dizer que o que seja *apontar* varia muito. Na conduta, da criança ao adulto, com quem se interaja, a competência de *coping* usa-se para perturbar o seu equilíbrio e abrir caminho para a construção

⁴ “Estrutura” distingue-se de “organização” humana. Segundo a ênfase construtivista, a organização do ser humano só mudará por desintegração (falecimento) ou por alteração - Perturbação de Identidade e/ou Esquizofrenia. Já a estrutura muda, comumente, por plasticidade estrutural (ver neuroplasticidade; cérebro-corpo), por meio de “acoplamento”/interação entre pessoas, induzindo outras mudanças estruturais subsequentes.

⁵ A teoria da *autopoiesis* apoiou-se na noção de “homeostasia/homeostase”, um termo de 1929, proposto pelo fisiologista W. Cannon, para a propriedade de um sistema que, perante uma perturbação que tenda a deslocá-lo das suas características, levar à reação das suas componentes de forma a minimizar os efeitos da perturbação (*Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, 1963-).

de um *inusitado* pensar/agir. Tanto o suporte emocional como o desafio cognitivo do educador são necessários para facilitar a aprendizagem, uma mudança *benigna*.

Mas talvez seja um erro pensar-se (como Jean Piaget) que visemos o equilíbrio⁶, quanto seja o desequilíbrio a *fazer-nos andar para diante* e a mudar.

Em situações adversas (*malignas*), o desequilíbrio dá-se *para trás*, ou seja, evidencia-se outra forma “inadequada” de mudar.

Um psicoterapeuta *rogeriano* pode provocar perturbação através de técnica de *escuta atenta*. Um *behaviorista* pode perturbar pela mudança de “contexto/ambiente”, ou por “treino de competências de assertividade”.

Na mudança por perturbação, a criatividade passa a consumir um “mecanismo” acessível a todos nós, se entendida como “mecanismo de criatividade” (Piaget, 1963; Gallagher & Reid, 1981), ou seja, é como uma “reação circular secundária” (Piaget, 1963) - uma repetição *repetida* de resultado encontrado, inicialmente, por acaso.

Famílias e escolas necessitam de virem a ser mais *perturbadas*, na medida em que se deixe de verbalizar somente o que *vá mal*. As atividades criativas e reflexivas para crianças/jovens e adultos implicam a transformação de estruturas previamente existentes em algo inovador e a perturbação (por *coping*) moverá as pessoas para outros modos de estruturação, rumo a visões do mundo inéditas.

TEORIA DA MUDANÇA DE HOWARD GARDNER

Na abrangente Psicologia Cognitiva e Narrativa, nem a posição de Howard Gardner é biológica, nem tem por base fatores psicológicos, económicos, históricos e culturais, em exclusivo.

Uma *teoria* é por si explicada por meios formais e de forma compreensiva. Explicitar na Psicologia processos (mentais) e interações, equaciona-se da seguinte maneira: «X ocorreu por causa de A, B e C»; «existem três tipos de Y, que diferem dos seguinte modos...», ou «Eu prevejo que quer Z ocorra quer Y ocorra, dependa da condição D» (Gardner, 2006: 19).

Quais são as teorias fáceis, prevalentes e típicas? As que nos pareçam ser “boas” e, as outras. São dominantes as teorias em que, «se dois eventos acontecem com proximidade, o primeiro causa o segundo», sem esquecer as teorias que possam parecer-nos “certas” (Gardner, 2006: 22).

Gardner criou a sua teoria da mudança, lendo Vilfredo Pareto (1848-1923), que se propusera teorizar o agir diário, eficazmente, com base num princípio, designado de “princípio de Pareto”. Engenheiro, economista e sociólogo, Pareto partiu duma ideia fácil, como saber que 80% das terras italianas serem de 20% da população. Sabe-se desde então que, quando queiramos aprender um jogo ou uma música no piano, não teremos que praticar todas as partes do jogo ou da peça musical, com o mesmo

⁶ “Equilíbrio” indica a construção de estruturas cognitivas e sociais (esquemas, padrões familiares, roteiros e conceitos afins) e o progressivo aperfeiçoamento dessas. Um «esquema» (esquema de ação ou esquema mental) é a generalização do saber a outras situações, que tenham algo em comum com o conhecimento adquirido.

esforço (Gardner, 2006: 7). Pareto criara um conceito, regra ou “princípio 80/20”, associado a “representações mentais” (Kock, 1998; Gardner, 2006: 9): «Podemos alcançar o que queiramos, chegando a cerca de 80%, com somente cerca de 20% do esforço». Portanto, não precisamos de praticar em tempo idêntico. Pode dar-se o exemplo, do maior ganho duma empresa assentar nos seus clientes habituais, enquanto a maioria de clientes têm pequeno efeito. Assim colocado, quando se mostrem várias formas mais concretas, explícitas e tangíveis, de uma ideia - conceito, as pessoas aceitam-na, à semelhança do “princípio 80/20”. Para mudar a mente, o conceito em causa pode ser explicitado em números, palavras, sendo de valor a exploração de várias formas simbólicas, incluindo os gráficos.

Temos então por possível pensar-se, de forma sistemática, como Gardner (2006), que se adira a três posições sobre as ideias: somos concebidos para processar *ideias inatas*; somos capazes de vir a adquirir ideias concebíveis (mudando), além de que certas ideias são mais fáceis de conceber, porque estamos predispostos a adquiri-las (como o “princípio 80/20”). Nesse movimento contínuo, nos transformamos. Desejavelmente, esforçamo-nos menos, agimos mais e alcançamos redobrada satisfação na competência.

Outras ideias fáceis? Uma percepção fácil vem de mudar-se as primeiras ideias de uma criança acerca do movimento da terra e da sua composição, mas outra noção complexa é ser-se mudada a mente formada, em Economia ou em Psicologia.

Discutir factos psicológicos de mudança é então fácil, quando se vem a parafrasear o reputado Keynes: «Os seres humanos práticos que acreditam serem os exemplos de não sofrerem nenhuma influência intelectual, são geralmente os escravos de algum defunto economista.» Difícil será admitir que alguém possa ter o poder de nos mudar. Nova ideia complexa, acentua a rutura no modo como se pense, por exemplo, sobre uma temática, seja a pessoa a autonomizar-se ou o grupo a “emancipar”. Assim exemplificado, quando seja deixada uma Escola (teoria do conhecimento, ontologia, teoria e método de investigação), não será fácil aderir a outra. Para ingressar numa elucidação explicativa, muda-se, crítica e significativamente. Existe a possibilidade de um/a professor/a nos conduzir ao estudo da rutura, finalizado o seu curso. *Fez-nos* adquirir e integrar o sentimento novo de “autoeficácia”⁷. Assumiu-se uma competência escolar e para a vida.

Vamos pois seguir, com autoconfiança, as inestimáveis possibilidades de mudança, propostas por Howard Gardner (2006), acredita-se que existirão 4 x 6 x 7 modos de mudar. Em termos formais, serão então três os âmbitos de transformação humana, para Gardner (2006: xi-xii), a seguir identificados: (1) as 4 entidades da mudança da mente supracitadas (conceitos, histórias, teorias e competências); (2) as 6 áreas da mudança da mente (da ampla nação à família e à pessoa); (3) os 7 níveis da mudança da mente - os «re-»: razão (ver no inglês, a palavra *reason*),

⁷ “Autoeficácia” significa a crença ou expectativa de que é possível, através do esforço pessoa, realizar com sucesso uma determinada tarefa e alcançar um resultado desejável” (Bandura, 1977, 1997, 2006).

retórica, investigação (no inglês, *research*), respeito, no relacionamento de confiança (no inglês, *reliable*), entre outros fatores não relevantes no estudo efetuado⁸. Os «re-» organizam-se a partir de prefixos, duas letras da escrita de certas palavras, na primeira língua do psicólogo. Outro “re-” se encontra na expressão verbal *redescrições representacionais*, memorizado o “princípio 20/80”.

Gardner (2006) aprofundou o seu modelo sistemático quanto aos agentes (nação, corporação ou universidade, escrita, escola e formação, família e pessoa) e às sedes/agências de mudança, pensando nos instrumentos disponíveis para os intervenientes. Faltar-nos-á saber se evidenciou “provas da realidade” em que assentam os 7 fatores da efetiva mudança mental.

Analisar-se-á a teoria restrita das “entidades de mudança”, aplicada à microanálise de família em rutura, para 3 “re-” - relações humanas de respeito e confiança.

DA FAMÍLIA À PESSOA EM FAMÍLIA

As famílias, permanecem entidades “fechada”, na “informação”, quando as suas estruturas organizacionais/relacionais, sustentadas na linguagem, se tornam disfuncionais. O que um pai (membro da família) “faz” é diferente do que “pareça fazer”, para o filho, um observador/conhecedor do que o pai faça. No progenitor, perturbações “internas”/identidade do eu podem coexistir com perturbações de origem “externa”, mas não são acentuadas por filho ou mãe?

A mudança foi já colocada nas forças da família, não em agentes de mudança.

Em 1983, V. Keeney concebeu a mudança, de acordo com o modelo construtivista, em «A estética da mudança». Paul Watzlawick (Watzlawick, 1976; Watzlawick, Weakland & Fisch, 1974; Watzlawick, Beavin & Jackson, 1967) editava o livro do pensamento do grupo, em 1984, referência do “movimento familiar”. Em 1988, Goolishian considerou serem “os sistemas *determinados* por problemas” (Goolishian & Winderman, 1988). Construtores da “realidade”, Ernest von Glaserfeld (1984, 1995), von Foerster (1984) e Maturana & Varela (1987) tornavam-se “históricos” no construtivismo crítico e sistémico. Hoffman (1985, 1988a) esclareceu a transição das abordagens sistémicas ao construtivismo radical. Terapeutas familiares (Haley, 1963; Watzlawick *et al.*, 1967) consideram tais orientações centrais na clínica atual, enquadrado um exemplo que religa o “sintoma/problema” à função homeostática no sistema familiar global e, de acordo com Jay Haley (1963, 1986) e Salvador Minuchin (1974), relacionado com “coalisões triádicas”. Se a solução familiar fosse a “errada”, na resolução do problema, poderá ser o recurso ao “padrão comportamental” a perpetuar o problema (Watzlawick, Weakland & Fisch, 1974), posterior “questão de significado», que é “construído” de diferentes modos, pelos membros de famílias. Por “o questionamento circular”, um a um, os membros da família dizem o que pensam numa dada problemática-chave. No construtivismo, foi Gregory Bateson (1972, 1979)

⁸ No último aspeto, tem-se os outros fatores identificados com a letra “r” - «os *res*», que incluem religião, ressonância/relevância, eventos do mundo real (real world events), recompensa e recursos, segundo Gardner, (2006: 15).

a apelar já à importância dos processos de aquisição de conhecimento para a prática clínica, desafiados os pressupostos valorativos.

Além de pessoas em interação, reconhecem-se outras 6 áreas de mudança, da grande escala à pequena escala (Gardner, 2006: 18-19): o país, a corporação ou a universidade, a escrita de Margareth Thatcher, além de visionários estudados por Gardner, as escolas e a sua formação num domínio de estudo e, de menor âmbito, os membros de família e a mente da pessoa.

No modelo político de Portugal, uma ideia de formato particular, foca ser a sociedade uma entelêquia, algo difícil de entender. Por sua vez, na história de vida trazida ao cinema de Margareth Thatcher, o que contava eram indivíduos: «Não há essa coisa de ‘sociedade’, há indivíduos e famílias.» Foi num congresso do Partido Conservador que a Primeira Ministro fez acreditar que o governo somente poderia fazer algo através de pessoas, embora fosse afirmado serem elas a terem que tomar conta de si mesmas, em primeiro lugar.

A recuperarem-se os 7 níveis/fatores da mudança da mente - os «re-», então, 2 deles, a razão e a investigação, são componentes cognitivo-emocionais da mente. Interessa-nos igualmente pensar em agentes de mudança, pessoas competente na mudança da mente de outrem, em “relação” de “respeito” e “confiança” (*reliable*), outros 3 «re-».

Lembre-se que muitas pessoas, que alcançaram elevadas habilitações literárias, consideram o valor da razão na defesa de crenças. Inclusive, podem usar folhas de lógica, analogias ou taxonomias, com uma aproximação racional à escrita criativa. Na investigação, fornecer dados relevantes parece justificar-se para mudar a mente mas, no que toca à sua ressonância emocional/redundância, estar-se-á a utilizar o componente afetivo-emocional. No critério final – a redundância, justifica-se a abordagem bem enquadrada a seguir, sem ser supérfluo ir mais além da manifesta convicção teórica.

UM DIVÓRCIO MAL RESOLVIDO E UMA CRIANÇA INDEFESA

Um “problema” que manteve acordada uma senhora e a fez recorrer a aconselhamento familiar foi uma questão do tipo “talvez” - «poderia divorciar-me» e «não poderia divorciar-me». Pelas suas palavras, formas de ação (*ficar*) foram coordenadas a formas de ação (*ir*).

Na 5ª sessão, a esposa disse que os encontros sexuais com o marido interferiam com a sua resolução final (*ficar ou ir*) e que a mediação por terapeutas, individualmente, fora infrutífera. As duas posturas incompatíveis – *ficar* e *ir* – cruzavam-se. O marido, presente e impaciente, movimentou-se e olhou-a de relance. Pela primeira vez, ainda sem o filho de 5 anos presente, segundo a mãe, ele faria vezes sem conta algo para “juntar os pais”, o que dissipava a sua agressividade, porque olhava à criança.

Mais tarde, nas primeiras consultas com os três membros da família nuclear, a senhora vislumbrou as vezes em que seria ela a fazer algo engraçado, para amenizar “ambientes (externos)”, que dir-se-iam carregados de nuvens escuras.

As linhas de ação para as regras de funcionamento de filho e de mãe eram dependentes do contexto, nas cognições incorporadas, corporais e emocionais, não autônomas da linguagem e emoções concomitantes. Daí que o conflito da cliente não passasse, somente, pela mera luta entre pensamentos e sentimentos pessoais. Não era um conflito intrapsíquico.

A ação/interação encontra-se incorporada (Krüll, Luhmann & Maturana, 1988; Maturana, 1988; Varela, Thompson & Rosch, 1991). O sorriso do filho apaziguador era ação, linguagem não-verbal e forma de comprometimento verbal da mãe: «O menino é que paga as minhas hesitações...».

Programas opostos de ação (Akillas & Efran, 1989; Mendez, Coddou & Maturana, 1988) tornaram-se preponderante entre *ir* ou *vir*. Um programa, *vir/voltar a ficar*, procurava satisfazer as exigências reais/imaginárias da mãe, frente ao conjunto de preferências de esposa-mãe: Um jantar com velas, numa noite de Verão... Outro programa de ação (*ir*) levou-a a ir avançando com uma queixa: «o meu marido nunca vem jantar a horas decentes, quando a Companhia o exige [empresa de trabalho de ambos]...».

Do *setting* criado ao quotidiano, ela não generalizava a ideia de que «é preciso salvar a família»: no consultório seguia um *caminho linguístico* de abandono do marido; no emprego, prometeu-lhe “voltar a pensar”.

Na vida diária, temos interesses concorrentes e as justificações racionais falham, por várias explicações imaginativas.

Adiante se sustenta a teoria da emoção *radical* (construtivismo radical) que enfatiza que a mudança de contexto é determinante para a inconsistência do comportamento observado. E quando contamos a nós mesmos a “história de ocorrências *desencaixadas*”, harmonizamo-las, para bem da salvação da consistência/congruência do “eu”. Entretanto, as performances (Goffman, 1959) são discrepantes e mutáveis, a nudez da linguagem é embaraçosa, quando nos chamam à atenção.

Psicoterapeutas *críticos* e *radicais* levam em conta a natureza corporificada da mente. Acredita-se que as questões de contexto são vitais, do nível individual ao familiar e social. No contexto conversacional observam-se ilações sobre o *meu* comportamento, invalidadas em família e, quando os envolvimento colidam, surgirão manifestações de conflito e de descontentamento, por emoções e considerações “racionais”, ações inconsequentes, intempestivas, descoladas de um ou outro cenário.

Na histórias-caso destacado como *ir e vir*, evidenciaram-se *contactos* com sentimentos por senhora, quando os verbalizou. Na tranquilidade do ambiente de consulta e em casa, refletiu nos sentimentos, sem pôr de lado a mais “adequada” expressão emocional no emprego, em que também trabalhava o marido. Entretanto, o filho não estudava o bastante, no Ensino Básico, trocando a escola pelo computador, forma de *estar incitado* a revoltar-se contra o desejo da mãe de que fosse «um ótimo aluno e bem comportado». *Incitá-lo* a exprimir-se sobre o desejo de “brincar no computador” seria dizer-lhe, em consulta familiar, para tomar partido pelos benefícios proporcionados pelo recurso a computador. Que fazer?

Não tomar partido, dizem-nos radicais. É comum, tomar partido por crianças/adolescentes contra adultos ou o inverso. A objetividade do/a psicoterapeuta

constitui uma “ilusão objetivista”. Pode ser dado outro exemplo. Que fazer, quando se opta por atender pessoa que creia estar a ser invadida por fenómenos paranormais. Se o/a terapeuta não crê nas crenças do/a cliente, incorre na ilusão de pensar ser neutral? O mesmo se observa na intersubjetividade que deriva de valores religiosos ou ideologias políticas. Por conseguinte, o que se torna inapropriado é pretender-se, em suma, usar uma linguagem coloquial de condescendência: «são as suas crenças...». A mudar?

Psicoterapeutas *radicais* não prometem mudar a condição familiar por passes de (magia) verbalização. Sabem existir experiência de divórcio e violência doméstica, intolerância, abuso emocional, de miséria e doenças incuráveis. Pensam, no entanto, que condições sociais ou físicas duríssimas, irredutíveis, não afetam todos de igual modo, havendo o que agarram condições insuportáveis e as trabalham a seu favor, enquanto outro/as deixam-se levar por amargura.

Em conversação com um construtivista radical, Humberto Maturana, este defendeu não dever atuar, política e socialmente, quando mulheres sejam oprimidas por cultura. Realidades esmagadoras elucidam-nos ser impossível fazer um julgamento “correto”, “verdadeiro” da sua realidade. Todavia, tanto o psicólogo construtivista crítico Michael Mahoney (1988b: 44) nem o radical Ernst von Glasersfeld (1984) negaram a existência da realidade por radicais, tendo já sido Maturana reconhecido como o «criador do paradigma da criação» (*bring forth paradigm*), nas palavras de Kenny e Gardner (1988:9).

Em suma, construtivistas radicais sobrevalorizam mais a elegante conceção de que «o único aspeto do mundo ‘real’ que realmente entra no mundo da experiência sejam os limites do real» (Glasersfeld, 1984: 24).

EXPERIÊNCIAS DE MUDANÇA NA ADVERSIDADE

Antes de ser aprofundada a neuropsicologia na mudança do cérebro, fornecer-se-ão registos mínimos de condições de vida de incapacidade, em ausência de linguagem ou num tipo de raciocínio (visual) associados a Síndrome de Asperger. Trata-se de exemplos de adversidade de dois artistas e de um cientista, o que se denominou já de histórias-caso, a pensar que as pessoas não sejam “casos”. O que aconteceu ao compositor Maurice Ravel (1875-1937) foi não conseguir formular e compreender a linguagem, incapacitado de compor, por ter uma afasia, uma deterioração da função linguística, adquirida em tempo, sem concomitante dificuldade cognitiva. Mas podia ainda assim, na circunstância ingrata, tocar algumas das suas peças musicais e reagia contrafeito ao tumulto provocado por outras performances. Por seu lado, o pintor André Derain (1880-1954) executou parte da sua obra tendo uma séria alteração visual, devida a perturbação neurológica. Certas pessoas continuam a manter-se competentes num domínio e, curiosamente, podem até melhorar a obra, depois da perda de linguagem (Gardner, 1980, 2006). Do seu *mentalês* à existência da imagética/imagística visual, esse é o passo dado por Albert Einstein (1879-1955),

que terá ajudado a definir, quando explicitou, a forma como o seu pensamento se processava - "... visual, muscular e corporal" (Einstein, s/d apud Ghiselin, 1952: 43).

Os defensores do *mentalês* acreditam ainda, sem mudarem para a via linguística, que sejam epifenómenos o que se descreve nas imagísticas, acreditando que não transmitam pensamento. Ora o que acontece é possuímos dois tipos de símbolos e sistemas simbólicos, relacionados com os dois hemisférios cerebrais, que funcionam como duas mentes. O hemisfério esquerdo é que lida com tipos de símbolos digitais (como palavras e números) e o hemisfério direito, com tipos de símbolos analógicos ou holísticos (como pintura, escultura, dança e outros domínios artísticos). Essa é a posição de Gardner, encontrada em Roger Sperry, Norman Geschwind ou Nelson Goodman, desde os anos sessenta do século XX: o pensamento visual e metafórico, relacionado com o hemisfério direito, muda-nos tanto ou mesmo mais do que o pensamento em palavras.

TEORIA DO PARADOXO PLÁSTICO DE NORMA DOIDGE

A neuroplasticidade ou plasticidade cerebral implica mudança, rutura e resistência à mudança - o "paradoxo plástico", conceção do neurocientista, psiquiatra e psicanalista norte-americano Norman Doidge (2012), sendo paradoxal que tendamos a mudar menos com a idade e nos tornemos mais rígidos. Essa é a extraordinária cisão e o fim da teoria do cérebro imutável. O cérebro está em transformação permanente.

Crianças cujas competências cognitivas são limitadas, podem melhorar. Essa é a boa notícia, colmatados limites genéticos por desenvolvimento bem conseguido. Pensou-se erradamente que o cérebro danificado deixaria de encontrar outra maneira de funcionar ou de mudar a sua estrutura e funcionamento. É um erro. A má notícia é que o cérebro está mais sujeito a influências externas, desde que se conhece a neuroplasticidade. Afinal, é mais vulnerável. Fica rígido - é o paradoxo plástico. Assume-se terem-se hábitos arreigados. Se uma mudança plástica se deu, pode impedir outras mudanças, subsequentes.

Por conseguinte, o cérebro não muda somente por declínio, depois da infância. Uma "novidade". Acreditou-se que as células cerebrais eram perpétuas. Quando deixassem de se desenvolver, estavam lesionados ou morriam. Não é verdade. Podem ser substituídos os neurónios, o que se designa neurogénese. As interações neuronais também mudam, por sinaptogénese.

Quais são os motivos para a revolução na conceção de Norman Doidge (2012: 12), que explica o modo como podem ser pessoas curadas?

Estivemos errados, depois, da teoria de Ramon y Caja ser dominante, por três motivos. As pessoas não recuperam, completamente. O cérebro vivo, era antes impossível de ser observado, em nível microscópico. O cérebro era comparado a uma maquinaria extraordinária, mas que nem se desenvolveria, nem mudaria.

Temos que ser "neuroplásticos" (Doidge, 2012: 14).

Para Doidge, a “conexão física” do cérebro – o seu *hardwiring* – é que conduziu da metáfora à conceção dura do *hardware* de computador como se fosse um cérebro.

Todavia, desde os anos sessenta-setenta do século passado, se sabe que, a cada atividade, o cérebro muda. Por conseguinte, o cérebro pode afinar os seus “circuitos” para fazer melhor o que esteja a *fazer*, quando se executa uma atividade ou tarefa. Com prontidão, se há componentes que estão a falhar, outros passam a substituí-los. A neuroplasticidade integra a ideia brilhante, investigada por muitos neurocientistas. Reflexos básicos, que se julgaram conectados a circuitos cerebrais em que morrem neurónios, não estão presos, ligados a rede imóvel.

Doidge (2012: 13) conheceu mesmo quem defendeu, que «pensar, aprender ou agir, pode ativar ou desativar genes, o que vem a moldar/modelar a anatomia cerebral e o comportamento». Cientistas tornam cegos capazes de ver, enquanto outros ajudam já surdos a ouvir. Há tratamentos “neuroplásticos” para pessoas que sofreram acidentes vasculares cerebrais, passadas décadas da ocorrência nefasta. Perdido o sentido vestibular, com efeito extremo na sensação de vertigem, os recetores sensoriais do equilíbrio chegam a ser reabilitados. Como? Com o recurso a uma máquina, inventada por Bach-y-Rita (Doidge, 2012: 19). Saliente-se que pessoas de cerca de 80 anos podem melhorar muito a memória, aproximando-a da que teriam aos 55 anos. Aquele/as que têm obsessões e traumatismos, ainda considerados incuráveis, já podem “religar” os cérebros por via do pensamento.

O que importa focar a seguir, na Educação? Afinal, certas pessoas podem aprender muito mais do que aprendem, tendo notáveis défices de aprendizagem. Os seus Quocientes de Inteligência (QI) aumentarão, como será evidenciado adiante por história-caso de Barbara Arrowsmith, capaz de criou uma escola, para ajudar crianças/adolescentes com dificuldades, a *Arrowsmith School*. Como veremos, coube a outro investigador e educador, Michael Merzenich, a conceção de *softwares* de plasticidade, com base em trabalho interdisciplinar noutro centro educativo americano, o *Fast ForWord*.

APLICAÇÃO DE CONHECIMENTO: BARBARA ARROWSMITH E MICHAEL MERZENICH

São o pensamento, a emoção e a atividade a alterarem o cérebro, na estrutura e funcionamento. Aprender muda mais o cérebro.

Tanto se transforma a aprendizagem, como os “maus” hábitos (o que antigamente se chamou de vícios). O amor e o sexo mudam ao longo do ciclo de vida. Tanto relações como frustrações causadas por interações podem mudar o cérebro. Tanto tecnologias como culturas nos mudam o cérebro. O mesmo acontece com a psicoterapia psicológica, diferentes que sejamos, mulheres e homens, mulheres entre si, todos nós, seres humanos, na arquitetura cerebral exemplar.

Barbara Arrowsmith nasceu, em 1951, em Toronto, no Canadá. Foi para os EUA, onde cresceu, no Ontário. Nasceu com um cérebro muito diferente. Avaliadas, na infância, memória auditiva e memória visual, colocaram-na no percentil 99.

Os lobos (pré-)frontais de Barbara condicionavam-na, na época, por “obstinação” e “impulsividade” desmedidas (Doidge, 2012: 41). O seu cérebro era muito “assimétrico”. A perna direita era maior do que a esquerda. O braço direito ficou por corrigir. Sofria de escoliose. Tinha problemas de pronúncia, porque a Zona de Broca (centro motor da fala) não funcionava eficaz para lhe permitir compreender, produzir fala inteligível e processar a linguagem. É que o lobo frontal do hemisfério esquerdo estava lesionado. Barbara também não tinha um “bom” raciocínio espacial, que serve para não irmos contra objetos ou contra pessoas, bem como para formarmos na mente a ideia de onde estão as coisas («onde estão as minhas chaves?»; «não consigo arrumar a mesa...»; «já me perdi na rua?»).

Em criança, Barbara descobriu sozinha, como vir a organizar-se de forma “normal”: «vou empilhar os brinquedos no meu *quadro visual*, para não perder o sentido do que estou a fazer...»

Porém, além dos seus inúmeros desvios e défices, teve uma lesão cerebral aos 3 anos, quando bateu num carro, enquanto brincava a fazer de toureira. A mãe julgou que ela iria morrer, naquele ano depois da tremenda crise acidental.

Entretanto, a noção de corpo no espaço, a percepção (corporal-)cinestésica, limitava-a, pregava-lhe outras partidas. Se a maioria dos que sejam “deficientes mentais” nem se engana quando reconheça objetos comuns por simples toque, Barbara não era “boa” nessa atividade de avaliação cinestésica, mas excessivamente “desajeitada” (Doidge, 2012: 41).

Acresce dizer que a sua percepção visual era reduzida, a ponto de ver somente algumas letras em folha de papel, porque o seu campo visual era demasiadamente reduzido. Pior, para a aprendizagem escolar. Barbara «não compreendia a gramática, os conceitos matemáticos, a lógica e as relações de causa-efeito». Não entendia a relação “direita” e “esquerda” (lateralidade). Não compreendia a relação entre os símbolos. Escrevia em espelho. O “b” era trocado por “d”, o “q” por “p”... “Disléxica”, entre outras disfunções cerebrais mínimas (DCM), conduzia-se na escola como a pior “desordeira” (Doidge, 2012: 43).

Todavia, sabia como fazer. Sem atingir os conceitos matemáticos («porque é que 5x5 são 25?»), decorava as fórmulas, agarrada à memória prodigiosa, auditiva e visual. Ela até sabia a informação de muitas páginas dos livros... Decorava-as, com progressiva consciência do seu desenvolvimento (emocional) afetado, porque o que se passava consigo era comentado na escola e em casa. O mais certo seria desistir, desanimar e ter insucesso escolar.

Entre outros motivos, como os lobos pré-frontais se formam definitivamente até cerca dos 20 anos, iam-lhe permitindo ir muito longe: planejar, organizar o que fosse relevante e criar estratégias eficazes para aprender. Estava muito motivada e tinha a intenção de autossuperação. Exercitaria as suas fraquezas, com a ajuda de funções executivas mais fortes.

Quanto à história-caso de Michael Merzenich (Doidge, 2012: 59-106), conta-se que terá relatado a resposta duma sua prima que, como antigamente se pensava,

chegou a dizer o seguinte, quando a mãe de Michael lhe fez uma pergunta essencial: «Quais são os princípios mais importantes no ensino?» A prima, que tinha ganho um prémio, por ser Professora do Ano, esclareceu: «Bem, tu testas as crianças quando elas chegam à escola e deduzes se vale o esforço. Se valem, tu dás atenção e não perdes tempo com as que não valem o esforço.»

Merzenich não pode estar em maior desacordo com a prima, depois de ter trabalhado, em adulto, na questão educativa, com Paula Tallal (Doidge, 2012: 84), a qual estudaria, à época, a aprendizagem da leitura. Em conjunto com esta e com Bill Jenkins, Merzenich criou uma empresa de educação terapêutica, em 1996, que se chama *Scientific Learning*.

TEORIA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DE HUMBERTO MATURANA

Existe o que nos inquiete. Como mudar o ser humano, cuja organização é tida por imutável? Pessoas diagnosticadas de “esquizofrénicas” e/ou afetadas por “Perturbações de Identidade” não mudarão?

Pode aproximar-se o constructo de *autopoiesis* ([do grego *auto* (si) e *poiesis* (poder de criar ou construir] de um fractal, forma que se afigura complexa no ser humano. “Auto” reporta-se ao «eu» (*self*) e *poiesis* a poesia, pensamento incapacitante, à capacidade criativa de Bárbara, à produção prática de Michael ou ao trabalho manual.

Em teoria, a auto-organização dos sistemas vivos poderá marcar a diferença de significados no construtivismo, “radical” e “crítico”, sustentada a radicalidade do primeiro modelo que interpreta de forma heterodoxa e aceitante/tolerante pessoas e culturas que violentem e violem direitos humanos.

Para começar, para um construtivista radical, como o biólogo Humberto Maturana (1988), as dicotomias de opostos são sempre colocadas entre parêntesis. São categorias extremas a erradicar por si, linguagem (verbal e não verbal) e ação, racionalidade e “irracionalidade da emoção”...

Mas a racionalidade é um sistema preferencial, não uma linha-de-base neutra. Quando se negue a valorização emocional (presente à razão) é como se fossemos crianças e voltássemos a acreditar que o gelado de baunilha possui “baunilha” (a base, sem sabor), sendo os outros constituintes saborosos acrescidos: o morango ou o chocolate. De modo idêntico à baunilha, a razão *está lá*, entre todos nós, desde o início. Somos seres emocionais, ainda que apresentemos a coloração e o sabor mais inexpressivos.

Será que o cérebro não guardará as palavras “acertadas/boas” (da razão) para um canto dos ficheiros do cérebro e as “más” noutra *quarto escuro*? O que se conhece bem é que os dois hemisférios cerebrais funcionam como duas mentes interligadas e todo o cérebro não se separa da pessoa e da sociedade, o meio interno/externo⁹. Utiliza-se assim os significados de “bom-mau”, nos termos pessoais-sociais, sem

⁹ Maturana e Varela não utilizam o termo “ambiente” (conotado de behaviorista), mas o termo “meio” (interno e, em simultâneo, sendo externo).

independência dum “nicho”. Então, ainda que o observador/recetor possa apelidar as palavras de “boas”, parte do meio social de aprendizagem em contexto. Em Maturana (1988), a linguagem é assumida como uma “coordenação de 2ª ordem”, no sentido de «uma coordenação consensual de coordenações de ação». A palavra conjuga-se no diálogo, cooperação e atividade, no domínio linguístico, educativo, epistemológico, social ou psicoterapêutico.

“Coordenadas as ação”, na situação relacional – uma transação, as palavras e as expressões verbais implicam uma negociação/entendimento, um significado. Partilhado? Como a pessoa – um “sistema fechado” – assume um ponto de vista único (“autónomo”), pensar-se-á que no seu funcionamento operativo, existam demasiados “estados internos”?

Nessa base conceitual, o sistema terá que manter a sua “lógica organizacional”, ainda que sujeito a desequilíbrio/perturbação, em interação. As palavras ditas por *outro*, as imagens visuais proporcionadas na comunicação, as metáforas, exemplos, histórias e cognições particulares acerca de percepções, não mexem na sua organização. Esse ponto de vista é “radical”.

Nunca sentimos tanta dificuldade de entendimento da teoria da auto-organização. Integrando a (auto)identidade, pressupondo que se tenha que fazer a rutura no entendimento “crítico” de cariz também construtivista (Mahoney 1988b; 1991).

Por ênfase na identidade, a limitação de compreensão cresce, a atender que “o que se encontra atrás de nós e à nossa frente são pequenas questões, comparadas com o que se encontra dentro de nós.” (Emerson s/d apud Sisk, 1987: 3) O importante deixa de ser o passado ou o futuro, mas é o presente e os mecanismos do cérebro da pessoa em circunstância.

A teoria da auto-organização, mais conhecida como a teoria da *autopoiesis*, destacada por Humberto Maturana e colaboradores (Maturana, 1970, 1975, 1977, 1978, 1980, 1987, 1988, 1989, 1994a, 1994b, 1995, 1996, 2001; Maturana & Varela, 1972, 1980, 1987); F. Varela (1979, 1984, 1987; Varela, Maturana & Uribe, 1974); Maturana & Miró, 1994), está subjacente ao estudo psicológico da mudança, com implicações psicoterapêuticas nas terapias familiares sistémicas. Francisco Varela (1979: 13), aluno e colega de Maturana, sintetizou da seguinte forma a teoria da auto-organização:

«Um sistema *autopoiético* é organizado (definido enquanto unidade) como uma rede de processos de produção (transformação e destruição) dos componentes que produz e dos componentes que cumprem os seguintes critérios: (1) através das suas interações e transformações regeneram e concretizam, continuamente, a rede de processos (relações) que os produzem; (2) constituem-se, nessa rede de processos, como uma unidade concreta no espaço no qual existem, especificando o domínio topológico (espacial) da sua realização enquanto uma rede».

Essa é uma abordagem visual e em rede, biológica na base, logo, dificultada a sua elucidação pela linguagem verbal, mas não só. Utiliza termos como “determinismo estrutural”, “fechamento/clausura organizacional”, “acoplamento estrutural”... Complexa e abstrata, com uma forte componente de investigação empírica, essa

teoria teve implicações na natureza da realidade e na linguagem usada (comunicação de experiência), nos sistemas psicossociais, no registo epistemológico e no valor ontológico que se lhe confira. Por conseguinte, ir-se-á expor o *nosso* limite humano, inerente ao modo de lidar com interações ser humano-meio interno/externo indissociáveis – a plasticidade estrutural nas transações íntimas, mais constrangedoras e/ou libertadoras. Sendo a organização humana autónoma, na sua organização, não parecem por tal facto existir grandes mudanças por efeito de “estados externos” (agentes de mudança, interlocutores), concomitantes e determinantes do “estado interno” do sistema “fechado”?

AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTO RADICAL

“Aprender” corresponde à ocorrência de uma mudança no cérebro/organismo, considerada congruente com as suas relações internas e com o meio em transformação.

Nas interações/transações educador-educando/s, as relações são estruturalmente determinadas e as mudanças consequentes são recorrentes, *engatadas* umas nas outras¹⁰.

Quando seja dito que a mudança nem pare nem se fixe, não é concebida como “produzida” por interações. Durante a ligação estrutural (ou acoplamento) do organismo com o meio/*outro*, a mudança reflete antes a organização do organismo e a sua estrutura mutante, de momento.

Importa acentuar que “aprender” não seja sinónimo de “ser instruído”, por “agentes de mudança” ou por forças ambientais, porque não seja *destacada*, por Maturana, «informação pré-modelada de peso, externa ao organismo – um ser vivo».

Não é, portanto, compreensível a ocorrência de significativa aquisição de representações mentais (ideias) do meio que nos muda, a serem internalizadas? Uma questão de rutura por linguagem? Não? Essa é uma questão de autonomia e emancipação por linguagem da experiência. A mudança a que se refere o epistemólogo Maturana não passa por se fornecer “informação” havida no meio, no “eu/si mesmo”. Então, a representação do “real” é encarada antes como uma construção pessoal (e social), no que organismo conhecedor nem é passivo nem inativo.

Assim observado, pode-se acreditar que certas pessoas aprendam, na medida em que melhorem a sua competência em lidar com um amigo influente. Para a abordagem em causa, o que a pessoa faz, ao aprender, corresponde a um “impulso estrutural e ontogenético”, com conservação da sua organização e, por consequência, na senda da sua própria adaptação (Mahoney 1991: 361).

Contextualize-se, pois, a linguagem. Uma perspetiva única de relação - observador/conhecedor que é ator (professor ou psicoterapeuta) não é descontextualizada – a sala de aula e o consultório situam-se em meio de vida do estudante ou do consultante, um observador, nem passivo nem inativo.

¹⁰ No espanhol do Chile, ouvimos Maturana (2001) utilizar o conceito *engatilhadas*, por presas com engates.

A linguagem verbal e não-verbal que se utiliza em meios físicos e sociais centra-se «*onde as pessoas vivem*» (Packer, 1985), realidade central à posição construtivista radical em ação coordenada. É ação o suporte social e o pensamento solitário, a atividade prescrita, após uma sessão. Ação é a fantasia criativa.

Por sua vez, quando se reflita em conjunto, refletir-se-á e manifestar-se-á a própria estrutura do sistema do observador. Por essa condição estrutural, as realidades pessoais de um interveniente (educador, psicoterapeuta) nem sempre serão acessíveis a outrem – um estudante ou cliente. Todavia, realidades “pessoais” de alguém, que é um observador/conhecedor, não são estranhas para quem viva na mesma subcultura e sociedade.

Mas a compreensão do *outro* é influenciada pela *minha* “organização”, além do *meu insight* e reflexão continuada.

Evitando a circularidade na comunicação, a linguagem pode ser entendida ainda por via de linguagem, uma forma de ação – intervenção social, o que transcende a *cabeça* ou o *sistema nervoso* (Maturana, 1988). O simbólico transcende uma forma de agir. Parece ser a ordem do símbolo, portanto, mais do que um mero processo cognitivo, produto do intelecto. A linguagem é uma forma de «*coreografia* comunitária». Os significados partilhados não são, assim, independentes dos contextos em que palavras e símbolos/sinais sejam utilizados.

«O que *faço* com a linguagem *em contexto*?» Antigamente, nem se imaginava a pessoa, sofrer riscos no meio mais pacato, ter crises acidentais e de desenvolvimento, viver tantas ruturas, “problemas” esses derivados de ausência de saber situado e de comunicação preventiva e adequada.

Com a linguagem não-verbal, presente no quotidiano e na psicoterapia, é já mais fácil de entender a conceção particular de que «*linguagem é ação!*» Tem consequências o que seja dito por gestos, como se aprende em Análise de Discurso. Por conseguinte, são exemplos de ações a desatenção observada na aula, o olhar evasivo, após a alusão a comportamento “inadequado”, o ato de indicar com o movimento da mão o caminho a seguir... Percebe-se que psicoterapeutas não discutam questões ao telefone, por ausência de comunicação interpessoal por meio de símbolos/sinais não-verbais. Contudo, uma conversa difícil será mais fácil sem sinais não-verbais, protegido o indivíduo por um meio, o telefone (Goffman, 1971). Em transações reais ou mentais, como no “sonhar acordado”, se enreda a fantasia na ação linguística e social.

Por sua vez, numa sessão de formação educativa ou de aconselhamento psicológico, realizam-se, tanto conversações, como se implementam estratégias e técnicas de ação, algumas das mais conhecidas sendo a imagem fantasiada/visualização criativa, o questionamento circular e o *role-playing*. Nessa base prática se articulam os questionamentos pessoais na forma imagética, viável e efetiva. Cria-se ação e “aventura” – um *trabalho de campo* no quotidiano. Basta uma imagem fantasiada tornar efetiva uma simples mudança de ponto de vista. Mas não chega. Recorre-se a um livro, a metáfora ou a canção. Fornecem-se exemplos do mundo físico e animal.

Na clínica psicológica, presume-se que sejamos (auto)conscientes de atos clínicos praticados. Ocupamo-nos de condições quotidianas adversas, com emoções e pensamentos persistentes de mudança; assumem-se “problemas”, planeamos o futuro com imaginações fulgurantes e chegamos a anotar num livrinho prescritivo o que fazer a seguir (Jaynes, 1990). Mais do que objetivos, possuímos finalidades, alvos ou valores. O que seja o conjunto de situações - factos e ficções - trazido à psicoterapia familiar - decorre de lhe ser atribuído significado, importância e “objetivação”, na forma de “problemas/perturbações”.

Entretanto, dizerem-me que chove, não me permite saber tratar-se duma desgraça para as férias programadas ou duma bênção para os fogos de Verão. Afiançarem-me que o casamento acabou, não me permite desejar ao casal «felicidades» ou lamentar o facto consumado. A essas declarações falha a explicitação do contexto, de antecedentes e consequentes. Problemas resolvem-se, assim colocado, por linguagem, mas *recortados* do fluxo da experiência e, nas psicoterapias, o contexto/meio (ambiente) é a linguagem de todas as práticas. As temáticas debatidas abrangem a comunidade mais ampla e refletem o modo como vivemos em conjunto, reflexo da “civilização” em que nos situamos.

No passado, certos problemas simplesmente não poderiam ser imaginados. São problemas atuais o “abuso sexual” discutidos e ampliaram-se, por motivo efetivo da divulgação de abusos na Casa Pia de Lisboa. São dos nossos dias a perturbação de “anorexia” e a “bulimia”, o “autismo” e a Síndrome de Asperger que não param de aumentar. A Anorexia/Bulimia impuseram-se depois de alcançarmos bem-estar material.

Não estão mais fora da agenda de sessão psicoterapêutica as questões de tipo “talvez”. A ambiguidade é uma condição da realidade a que não se escapa por racionalização.

Problemas não serão então meras questões lógicas, como no modelo piagetiano: «como vou entrar com a chave que me deram, se a fechadura não cede?». A solução seria óbvia, não necessitando do recurso à ajuda psicológica: «mudaram a fechadura ou enganei-me na chave?». As pessoas deixam de dormir por outros motivos: dúvidas e hesitações. Diariamente, a palavra “talvez...” é que nos reserva medo, amargura e sofrimento. Temos problemas que são reais, um fogo florestal na mata, ao fundo da casa. Criámos linguagens para conceções de ocorrências, bem além da descrição duma quantidade de lume excecional.

Antigamente, aceitar-se-iam contingências (como um fogo, um assédio sexual, uma gordura excessiva...) e desconheciam meios de socorro e ajuda, hoje disponíveis e verbalizados.

Passámos a não ser mais “frágeis”, reconhecendo problemas, alguns criados pela linguagem em contexto. Fazem-nos ver o quanto pode ser feito em defesa de populações ou pessoas afetadas pelo fogo, pelo poder de um chefe ou pela alimentação menos saudável. No passado, nem os imaginávamos. Outros exemplos decorrentes da linguagem em contexto, na adaptação ao diverso. São eles o desconforto

européu, quando seja visto que se comem lagartos (na Zâmbia e no Zimbábue), formigas torradas (no Peru e no Equador) e minhocas (no México).

As perturbações/problemas deixaram de ser “imaginárias”, ainda que se tomem por mal-estar subjetivo, sem substância, como quando alguém se queixe insistentemente de “depressão”, falhe-lhe ou não a circulação de serotonina e se “mostre” nem sempre chorosa. Conferimos às emoções posturas corporais particulares e, em devaneio, fechamos os olhos; no duche matinal, preparamo-nos para a ação. Mas os problemas não vêm com dias fatídicos, especiais ou de aniversário. Nem somente temos perdas em situações dolorosas e alegrias nos dias de festa. No relaxamento da festa, utilizamos música... Tratando depois de pagamentos mensais e impostos, bem concentrados, em estado de vigília, agimos de forma comum para atividades humanas exigentes... Tem que se deixar o hábito de pensar no bem-estar e no mal-estar como processos hormonais ou neuronais separados, próprios de *ocasiões especiais*.

O que faço mais com as emoções *incorporadas* na experiência corrente?

Com emoções inesperadas de perda, medo, sentido descontrolo, falhada a realidade menos ambígua, mesmo que ininterruptas no fluxo da experiência comum, venho a refletir e a escrever, *agito-me* sempre. As emoções estão incorporadas, de modo perpétuo, no que pensamos e fazemos ou desejemos realizar para protestar o imposto. Se bem que a atividade humana seja suportada por processos hormonais e neuronais complexos, não são reservados para *dias especiais*, de desencontros, de lutos e de encontros de alegria. Diariamente, momento a momento, desenrolam-se “ações emocionais” em júbilos entusiásticos e em pacatas concentrações nos problemas como os impostos e de desemprego.

Foi na «clássica» visão estreitada da mente, que se segmentou a experiência, de acordo com a “insistência aristotélica” em subsistemas estanques: emoção, cognição e comportamento. No Ocidente, acreditou-se na independência do conhecimento por parcelas, mesmo conferindo-lhes ligações e interações. Essa conceção do mundo viu-se truncada. A contemplação compenetrada fora observada como uma disposição estável no cenário sem emoção. A fala articulada (e a linguagem) fora colocada na boca e cabeça das pessoas e os sentimentos no corpo, mais abaixo, no coração. Como resultado, passámos anos a debater a primazia do que seja “superior” na cognição ou na emoção.

As teorias e as psicoterapias sofreram dessa divisão artificial e arbitrária, mas mudaram. Ao longo do século XX, behavioristas dedicaram-se a *atacar* comportamentos “inadequados”; psicanalistas, as emoções conflituais; e cognitivistas confrontaram-nos com “pensamentos impróprios”. Vingaram as crenças dominantes. Por modos diversos, psicanalistas e humanistas dedicaram-se a ajudar à explorar emoções e a expressarem-se sentimentos. Ao mexerem num dos “dados”, acreditaram que outros eram afetados. Os grupos de encontro e a Terapia do Grito Primal chegaram a Portugal, nos anos oitenta do século passado. Na atualidade, propôs-se a expressão crua da emoção, nas artes *gritadas*, se bem que as pessoas não tenham

cabeças vazias de razões que incorporam emoção e ação, no que pensem de “justo”, “certo” ou “adequado” para as suas vidas.

DISCUSSÃO FINAL

Tanto a Filosofia Crítica como a Filosofia Pós-crítica revelaram interesse em fenómenos complexos. Na Filosofia, com o relevo ado à autoridade, sofreu-se, em seu tempo, nas críticas do escocês David Hume (1711-1776), um “precursor construtivista” (para o grupo de psicólogos críticos) que afirmaria não ser admissível um «ato de inferência dedutiva», com base na «lógica justificada». A reflexão teria que ser sustentada por outras vias. No século XXI, não se justificará mais a “insistência na tricotomia aristotélica” (Mahoney, 1991: 33-34): a racionalidade possui um estado de ânimo (emocional), que nem vem nem volta. Está *lá*, na amígdala cerebral, mas não só. Vivemos com desapontamento, ira e frustração desmedidas. A racionalidade, não neutral, é encorpada mas *limitada* por temos 168 possibilidades de transformação, ideias e fantasias inaproveitadas.

Existe acordo entre construtivistas de que não podemos conhecer a realidade, diretamente. No domínio psicológico, para um crítico, como Michael Mahoney, ou Howard Gardner, mais atento ao aspeto desenvolvimentista, a variação “mínima”, na mudança, corresponde à capacidade pessoal em se manter a congruência e a integridade do “eu”.

Psicoterapeutas individuais não acolheram de forma efusiva, o psicoterapeuta construtivismo radical. O seu limite deriva do “espaço relacional” psicoterapeuta-cliente não pretender ser isento de influências mútuas, *transferenciais*. Outro motivo para a rutura é que a mudança implementada pelo cliente fará parte da permanente co-construção de significados. O psicoterapeuta produz uma perturbação “externa”.

Visado o paradoxo plástico, mudar sem mudar, Norman Doidge faz perceber o quanto custe mudar. Por seu lado, de acordo com a teoria da auto-organização de Maturana e Varela (Maturana & Varela, 1972: 64), o que é “novo”, após perturbação inovadora, seja a mudança, fonte de variação genética.

Por conseguinte, para nos adaptarmos à mudança estrutural (que é perpétua), teremos sempre algo que pode ser representado, como uma linha-de-base para a variação/desvio, um esquema mental, *esqueleto* habitual ou força de sustentação: mantemos assim um *status* e estamos vivos, por auto-organização.

Na inexistência de “níveis de adaptação” ao dia a dia, todos somos, então, seres adaptativos, no pior, adaptados para sobrevivermos. Desintegramo-nos ou morremos, em ausência de efetuarmos mudanças estruturais urgentes. Portanto, será que no decurso de processos tão vitais não teremos “controlo” e intencionalidade, sujeitos que sejamos à mudança, para não perecemos?

Complementar à ação social, psicoterapeutas radicais acentuam o valor da terapia sistémica. Distinguem-se de críticos, a não ser incentivo a doente hospitalar que intente um “justo” processo judicial, contra o hospital que o negligenciou as suas práticas.

De máxima inquietação acrescida, trata a questão da não existência da realidade, associada a idealismo e a solipsismo. São os representantes do construtivismo radical criticados por adotarem visões “solipsistas”¹¹ e “logocêntricas”¹², uma minoria.

Para os inovadores radicais, um motivo da cisão é a concepção de realidade de críticos e de realistas. São acusados de “idealismo”, buscado a Berkeley (1685-1753) e a Kant (1724-1804)¹³. Por seu lado, quando os críticos são realistas, acreditam na premissa da aproximação progressiva da realidade, definida por constructos, mesmo previamente díspares.

Então, como poderá ser que realidade seja a experiência e, esta, linguagem em ação?

Muito debatido, até finais do século passado, entre psicoterapeutas que são construtivistas, *pode-se* inviabilizar o conhecimento “verdadeiro” e “objetivo” da realidade. Se a subjetividade nos enforma, em transações, reflete-se a intersubjetividade. Todavia, todos nós somos objetivistas ao tomarmos o café da manhã ou realistas ao falarmos de assuntos correntes. Todavia, Maturana (1988b: 80) afirmou «nada existir fora da linguagem», dito por si que seja a realidade “uma proposição explicativa”, não no sentido de distinção epistemológica, porque exista acordo no construtivismo - não conhecemos a realidade diretamente. Logo, afirmar que a realidade consome uma “proposição explicativa” pressupõe uma distinção ontológica - não há uma realidade independente de um observador. A posição de Maturana, na defesa da inexistência da realidade não impede de acedermos a partículas da realidade, como o café matinal. Entendermos fenómenos sociais graves. O tratamento dado a minorias, crianças e mulheres por países, em todos os continentes, é inumano.

Grupos radicais não vivem “fechados”, na organização, a ponto de não verem o que se passa no mundo, mesmo que acreditem estarem impedidos, ao seu nível, de o mudar. A sua postura não impede que enfatizem a linguagem (concreta e abstrata) e defendam que pela escrita estar-se-á “estruturalmente, acoplados” a leitores, sendo a escrita o lugar crucial para serem tratados assuntos humanos. Interagimos por meio de símbolos, extensivamente.

Mas não chega. Existem as “flutuações do ambiente”, podendo vir a desencadear (maiores ou menores) mudanças nos seres vivos/“sistemas fechados”. Nesse sentido, introduzido por Maturana e Varela (1987) se sustenta um *determinismo* estrutural e *clausura*/fechamento operacional, aos olhos de Mahoney (Maturana & Varela, 1980) e, por conseguinte, mudanças que ocorrem em qualquer sistema vivo são mais *determinadas* pelas características da sua organização do que pela realidade externa/meio.

¹¹ O seu solipsismo refere-se à mente faltar um motivo para acreditar em algo que a transcenda. Construtivistas defender-se-ão, dizendo acreditarem nos pressupostos de físicos quânticos para uma “ordem implicada” (Bohm, 1980; Mahoney, 1991: 49).

¹² Por desconstrução pretendeu já abaloar o edifício logocêntrico, centrado na “presença” da razão ou do pensamento interior, expresso no *logos*/conhecimento. Convocou-se a visão Ocidental e a Metafísica da Presença – a essência de tudo no mundo (como a presença no mundo), representada pelo observador, que explanaria, tanto o modo adequado de pensar como a Metafísica, assumida certeza e segurança (Appignanesi, 1995, edição port. 1997: 79-80).

¹³ No idealismo filosófico, distingue-se a forma de “idealismo platónico” (as ideias são reais, por serem “formas” puras e perfeitas) do “idealismo” do bispo George Berkeley e de Immanuel Kant. Para os últimos, a mente existe e existem os fenómenos mentais (« - Está tudo na tua cabeça. »). No século XVI, Berkeley identificou e argumentou que o que existe seja mental (*esse est percipi*, “ser é ser percebido”).

Afinal, talvez o construtivismo crítico pretenda *acelerar as pessoas* para acedem com prontidão à (co-)construção de significados. Impossível de alcançar na sua plenitude – uma ilusão enganadora?

Até podem construtivistas radicais estar impreparados para a rutura com a “realidade última”, além da rutura por experiência...

Em suma, o construtivismo radical assentou em pressupostos, os seguintes aspetos críticos (Mahoney 1991: 362-363): (1) a recorrente base auto-referencial das adaptações humanas à mudança da experiência e do conhecimento; (2) o valor conferido à plasticidade estrutural (neuroplasticidade) na aprendizagem; (3) a corporalidade existencial, crítica de dualismos corpo/mente/cérebro; (4) a objeção ao objetivismo racionalista; (5) a ênfase na integridade humana – a consistência/coerência da “organização” para a sobrevivência; (6) a eliminação da teoria da representação, nas teorias cognitivas; (7) o valor conferido à linguagem e a símbolos nas transações/interações; e (8) a apreensão de que a dicotomia sujeito/sistema do observador e objeto/sistema observado devam ser revistas.

Assim colocado, a maior objeção ao construtivismo radical passa pela lição que se aprende com o escravo Epictetus (60-138 d.C.), que ousou escrever um livro que ensina a “ser feliz”, mas em ausência de ação consertada para deixar de ser escravo. A resposta a essa crítica de Jays Efran e Robert Fauber (1995: 240) não negaria o reconhecido valor da assistência médica, psicológica ou social a um “escravo”. Assume-se que uma tal ajuda não impediu Luther King e Malcolm X de adotarem outros meios de intervenção.

Urge intervir mais nas mentalidades e influências indiretas, em temas e alertas sociais proeminentes. Desconfia-se na desordem estabelecida, que não é um agressivo interregno no quotidiano normal. Subsiste-se, dia a dia, à espera que finde a crise política e económica, as desigualdades sociais e as depressões. O mais depressa que se puder, tem que se deixar de pensar em termos dicotómicos. Tem que se recategorizar “nós” e “eles”.

REFERÊNCIAS

- Appignanesi, R. (1995) *Pós modernismo para principiantes*, Lisboa: Don Quixote.
- Akillas, E. & Efran, J. S. (1989) “Internal conflict, language and metaphor: implications to psychotherapy”, *Journal of Contemporary Psychotherapy*, 19, 149-159.
- Bandura, A. (1977) “Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change”, *Psychological Review*, 84 (2), 191-215.
- Bandura, A. (1997) *Self-efficacy: the exercise of control*, N.Y.: Freeman.
- Bandura, A. (2006) “Adolescence development from agentic perspective”, in Pajares, F. & Urban, T. (Eds.) (2006) *Self-efficacy beliefs of adolescents*. Greenwich Information Age Publishing: 1-43.
- Bateson, G. (1972) *Steps to an ecology of mind*, N.Y.: Ballantine Books
- Bateson, G. (1979) *Mind and nature: a necessary unit*, N.Y.: Dutton.

- Bohm, D. (1980) *Wholeness and the implicate order*, London: Routledge.
- Doidge, N. (2012) *O cérebro que se transforma: como a neurociência pode curar as pessoas*, Rio de Janeiro: Editora Record.
- Efran, J. F. & Fauber, R. L. (1995) "Radical Construtivism: Questions and answers", in Neimeyer, R. A. & Mahoney, M. J. (Eds.) (1995) *Construtivism in psychotherapy*, Washington, DC: American Psychological Association.
- Gallagher, J. & Reid, D. (1981) *The learning theory of Piaget & Inhelder*, Pacific Grove, California: Brooks/Cole.
- Gardner, H. (1980) *To open minds: Chinese clues to the dilemma of contemporary education*, N.Y.: Basic Books.
- Gardner, H. (2006) *Changing minds: The art and science of changing own and other people's mind*, Boston: Harvard Business School Press.
- Ghiselin, B. (1952) *The creative process*, N.Y.: Mentor.
- Goffman, E. (1959) *The presentation of self in everyday life*. Garden City, N.Y.: Doubleday.
- Goffman, E. (1971). *Relations in public: microstudies of the public order*, N.Y.: Basic Books.
- Goolishian, H. & Winderman, L. (1988) "Constructivism, autopoiesis and problem determined systems", *Irish Journal of Psychology*, 9: 130-143.
- Haley, J. (1963) *Strategies for therapy*, N.Y.: Grune & Stratton.
- Haley, J. (1991) *Terapia não-convencional: as técnicas psiquiátricas de Milton Erickson*, São Paulo: Summus
- Hoffman, L. (1985) "Beyond power and control: toward a "second order" family systems therapy", *Family Systems Medicine*, 3: 381-396.
- Hoffman, L. (1988a) "A constructivist position for family therapy", *Irish Journal of Psychology*, 9: 110-129.
- Jaynes, J. (1990) *The origins of consciousness in the breakdown of the bicameral mind*, Boston: Houghton Mifflin.
- Kenny, V. & Gardner, G. (1988) "Constructions of self organising systems", *Irish Journal of Psychology*, 9: 1-24.
- Kock, R. (1998) *The 80/20 principle: The secret of achieving more with less*, N.Y.: Currency.
- Krüll, M., Luhmann, N. & Maturana, H. (1988) "Basic concepts of the theory of autopoietic systems", in Harges, J. (Ed.) (1988) *Sistemic therapy: a European perspective*, Broadstairs, Kent, U.K.: Borgmann, pp. 79-104.
- Kundera, M. (1988) *A arte do romance*, Lisboa: Dom Quixote.
- Mahoney, M. J. (1988b) "Constructive metatheory: I. Basic features and historical foundations", *International Journal of Personal Construct Psychology*, 1: 1-35.
- Mahoney, M. J. (1991) *Human change processes: The scientific foundations of psychotherapy*, N.Y.: Basic Books.

- Maturana, H. R. (1970) *Biology of cognition*. BCL Report 9.0 University of Illinois Biological Computer Laboratory: Urbana.
- Maturana, H. R. (1975) "The organization of living: A theory of the living organization", *International Journal of man.Machine Studies*, 7: 313-332.
- Maturana, H. R. (1977) "Biology of language: The epistemology of reality", in Riebel, R. W. (Ed.) (1977), *The Neuropsychology of Language*, N.Y.: Plenum, pp. 27-63.
- Maturana, H. R. (1978) "Biology of language: The epistemology of reality", in Miller, G. A. & Lenneberg, E. (Eds.) (1978), *The Psychology and Biology of Language and Thought*, N.Y.: Academic Press.
- Maturana, H. R. (1980) "Biology of cognition", in Maturana, H. R. & Varela, F. (Eds.) (1980), *Autopoiesis and cognition: The realization of the living*, Boston: Riedel.
- Maturana, H. R. (1987) "Everything is said by an observer", in Thompson, W. I. (Ed.) (1987) *GAIA: A way of knowing*, Great Barrington, Mass: Lindisfame, pp. 65-82.
- Maturana, H. R. (1988) "Reality: the search for objectivity or the quest for a compelling argument", *Irish Journal of Psychology*, 9: 25-82.
- Maturana, H. R. (1989) *Emotion and the origin of the human*. Workshop presented at the International Conference at the Frontiers of Family Therapy, May, 18-20, Brussels, Audiotape.
- Maturana, H. R. (1994a) "El explicar científico", Comunicação apresentada no *IV Congreso Internacional sobre Constructivismo en Psicoterapia*. Buenos Aires, 5 de Julio de 1994.
- Maturana, H. R. (1994b) "Tertulia con Humberto Maturana", coordina de Sara Jutoran, *IV Congreso Internacional sobre Constructivismo en Psicoterapia*. Buenos Aires, 4 de Julio de 1994.
- Maturana, H. R. (1995) *Desde la biología a la psicología*, Santiago de Chile: Editorial Universitaria.
- Maturana, H. R. (1995) *La realidad: objetiva o construida?* Vol. I - *Fundamentos biológicos de la realidad*, Ciudad Mexico: Antropos Editorial.
- Maturana, H. R. (1996) *La realidad: objetiva o construida?* Vol. II - *Fundamentos biológicos del conocimiento*, Ciudad Mexico: Antropos Editorial.
- Maturana, H. R. (2001) Curso "Biologia e conhecimento", Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga - Faculdade de Filosofia. Braga, 24 a 28 de Setembro de 2001.
- Maturana, H. R. & Miró, M. (1994). Mesa redonda "Constructivismo radical versus constructivismo moderado", *IV Congreso Internacional sobre Constructivismo en Psicoterapia*. Buenos Aires, 4 de Julio de 1994.
- Maturana, H. R. & Varela, F. (1972) *De maquinas y seres vivos*, Santiago de Chile: Editorial Universitária.
- Maturana, H. R. & Varela, F. (1980) *Autopoiesis and cognition*, Boston: Reidel.
- Maturana, H. R. & Varela, F.J. (1987) *The tree of knowledge: The biological roots of human understanding*, Boston: Shambhala.
- Mendez, C. L., Coddou, F. & Maturana, H. R. (1988) "The bringing forth of pathology", *Irish Journal of Psychology*, 9: 144-172.
- Minuchin, S. (1974) *Families and family therapy*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Packer, M. (1985) "Hermeneutic inquiry in the study of human conduct", *American Psychologist*, 40: 1081-1093.
- Piaget, J. (1963) *The origins of intelligence in children*, N.Y.: Norton.
- Sisk, D. (1987) *Creative teaching of the gifted*, N.Y.: McGraw-Hill.
- Schwandt, T. A. (1997) *Qualitative inquiry: A dictionary of terms*, London: Sage.
- Varela, F. (1979) *Principles of biological autonomy*, N.Y.: Elsevier Science.
- Varela, F. (1984) "The creative circle: Sketches on the natural history of circularity", in Watzlawick, P. (Ed.) (1984) *The invented reality: Contributions to constructivism*, N.Y.: Norton, pp. 309-323.
- Varela, F. (1987) "Laying down a path in walking", in Thompson, W. I. (Ed.) (1987) *GAIA: A way of knowing*, Great Barrington, Mass: Lindisfame, pp. 48-64.
- Varela, F., Maturana, H. & Uribe, R. (1974) "Autopoiesis: The organization of living systems, its characterization and a model", *Bio-Systems*, 5: 187-196.
- Varela, F., Thompson, E., & Rosch, E. (1991) *The embodied mind: cognitive science and human experience*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Von Foerster, H. (1984) "On constructing a reality", in Watzlawick, P. (Ed.) (1984) *The invented reality: Contributions to constructivism*, N.Y.: Norton, pp. 41-61.
- Von Glasersfeld, E. (1984) "An introduction to radical constructivism", in Watzlawick, P. (Ed.) (1984) *The invented reality: Contributions to constructivism*, N.Y.: Norton, pp. 17-40.
- Von Glasersfeld, E. (1995) *Radical constructivism*, London: Taylor & Francis.
- Watzlawick, P. (1976) *How real is real? Communication, disinformation, confusion*, N.Y.: Random House.
- Watzlawick, P., Beavin, J. & Jackson, D. (1967) *Pragmatics of human communication*, N.Y.: Norton.
- Watzlawick, P., Weakland, J. & Fisch, R. (1974) *Change: principles of problem formation and problem resolution*, N.Y.: Norton.
- (s/a) (1963-) *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa: Verbo.

Jürgen Habermas - Communicative Acting and Time Frames". A contribution to contemporary time theory and individual time concepts

JANA HOFMANN¹

INTRODUCTION

Jürgen Habermas unquestionably is one of the most famous contemporary social philosophers. He is writer and critic of matters in society and politics. Born in 1929 in Düsseldorf/ Germany he experienced very early profoundly political structures and perceived individuals living in the times of war and post-war. No question that martial crisis, National Socialism, the post-war world order and the political transformation after 1989 have influenced his thinking. Down to the present he plays a full role in world affairs especially if it is about the future of society and the development of Europe. He indeed never has written a special article under the headline "time frames" or "temporality" in almost four decades of working or later as emeritus professor. But nevertheless conceptual thoughts on time frames and temporality are recognizable in his works. His theoretical scripts follow the belief in human individual frame acting in contemporary times. He speaks about the discrepancy, the gap between systemic and life world structures. As we will see time thinking for Habermas is a question of an image of humanity - in the sense of an autonomous human being which is more than political "Stimmvieh" (gullible voters/ ser apenas numerosos para o partido). It is personal time frame acting as communicating. With other words: Individuals act on the base of their time frames which they built out and coordinate in communication with other actors. This communication takes at least place between a temporal structured system and an individual time constructed life world (Beck 1994). Assumed we would ask Habermas about his understanding of time. It is suggested his answer would be something like defining time as a matter of an individual horizon. Time is constructed as personal time frames which were embedded in temporal structures of society and systems. So the issue of this article is rather focused on the question what does Habermas contribute to the debates on contemporary time. It is tried always coming back to this question and finding different answers. It will be showed that Habermas never

¹ University of Erfurt. E-mail:jana.hofmann@uni-erfurt.de

did write an article under the headline time frame or temporality, but that his work nevertheless is an important contribution to debates on contemporary time theories.

Before going on to certain theories there should be given two examples to illustrate the thinking of Habermas. It will be coming back to these examples on different passages in the text to illustrate the thoughts of Habermas.

As first is taken an article published on May the 24th of 2012. It is an interview with Jürgen Habermas in the Austrian magazine DER STANDARD. It is not long ago and was about time as the future of democracies in the European Union. In relation to the wide financial crisis the interviewer ask Habermas one question about the reasons for the upcoming of so called “Wutbürger”. This is the specific name of an enraged citizen. It was the journalist Dirk Kubjuweit who firstly named this term in an article in DER SPIEGEL (Kubjuweit, 2010: 26):

“A new figure assumes an air of importance: It is the “Wutbürger”. He breaks with the bourgeois tradition that to a political centre also belongs an inner middle, calm, countenance. The “Wutbürger” boos, cries, hates. He is conservative, affluent and not younger. In earlier times he was representing the interests of the state. Now he is deeply disappointed in politics. He appears in occasions with Thilo Sarrazin or in demonstrations (...).“ (Kubjuweit, 2010: 26).

There were many debates on the term in different disciplines. Often it was remarked that individuals want to have more say in political decisions if it is about the future of society. This makes quite clear how strongly correlated are politics with different timescapes and futurescapes (see therefore chapter 2 and the reflections on Barbara Adam).

Back to the question in the interview (reasons for the “Wutbürger”) Habermas’ answer was already a typical reflecting on contemporary time frames and temporality which describe the time frame acting of individuals between systemic and life world structures:

“It (= the enraged citizen) is the healthy reaction on the disappointing realization that the spheres of local and national governmental influences became rather small. Thereby also the chances for a single citizen shrink to have still any significant influence on political processes. I consider our voters rather intelligent.” (DER STANDARD Interview with Jürgen Habermas, 24.05.2012)

Habermas classified systemic structures on the political European level. He speaks about less influence and less chance of individuals on political processes. Processes, decisions of future (and futurescapes) are always connected to time and temporality. He speaks about gaps and discrepancies between system and actors. These discrepancies belong probably to different time frames which were built out. Regarding system and actors it can maybe interpreted differences in temporality, in time frames. Asking for the time imaginations and constructions of the single citizen in relation to the system - we principally find in this very short answer the whole theoretical thinking of Habermas reduced on a few sentences: societies have temporal structures and modalities, individuals act in relation to these structures but they have their own spheres of time living - in the sense of being intelligent.

It is still taken a second example ten years before. In the result of a survey made in September 2002 ninety one per cent of the Portuguese population did state that they not vote for a Portuguese participation on the Iraq war (Jäger & Viehrig, 2005). In the same month on the 10th of September 2002 the then Prime Minister José Manuel Barroso stayed in America and deals with George W. Bush to the role of Portugal in a war against Iraq. On the 15th of February 2003 millions of citizens demonstrate against the Iraq War, some ten thousands in the streets of Lisbon. On the 31st of May 2003 Habermas and Jacques Derrida published an article in the *Franfurter Allgemeine Zeitung* "The Renaissance of Europe". Habermas wrote

"The simultaneous occurrence of these overwhelming demonstrations - the biggest since the Second World War - could retrospectively go down in history books as a signal for the new birth of a European Public." (FAZ Article by Jürgen Habermas 31.5.2003)

This example already shows a very active individual which is engaged in questions of contemporary processes in politics. Habermas speaks of simultaneous acting of people which indicates a social time frame within the participators of the demonstration. He speaks about a European Public, about the citizens which take actively part in public politics. The population does no more play the role of victims, deprived of any initiative power. The citizens act in certain European time frame, with the same timing and the same temporality against the frame and the temporal modality of the future thinking of the systemic structured governments. Individuals in Lisbon, Berlin, Paris and Rom belong to the same time frame; they maybe feel as European, they have to raise their identities on a multicultural level. The civic feeling has expanded on other nations. With other words: On 15th of February a citizen from another nation was regarded in the line of the motto "one of us".

These two examples show very clear the image of humanity of Habermas, and within his way to think different time frames, temporalities and modalities of the system and of the individuals. We will now going on to define what are timescapes and timeframes and after show the differences in thinking time of Habermas in contrary to the system theory of Niklas Luhmann.

TIMESCAPES AND TIMEFRAMES IN SOCIAL SCIENCES

The term "time" used in this article refers to Barbara Adam which defines time as a "complex and multidimensional phenomenon" which is included in a "timescape" (Adam 1998; 2004). In her work she always contributes to a "move beyond the time of clocks and calendars". She wants to make "explicit what constitutes a largely unreflected aspect of contemporary social sciences." Adam makes clear that time is embedded in social interaction, structures, practices and knowledge, in artifacts, in mindfully body and in the environment (Adam, 1995). In this connection Adam has argued that individuals are skilled at living with a variety of time concepts (Adam, 1990, 1995). And she argues that individuals strictly spoken not only live with these

concepts. They work coherent for them. Adam illustrates confirming to Habermas that time is constituted by the interactions of human beings with their environment, particularly their interaction with one another (Adam, 1988, 1995).

But Adam makes quite clear that she reacts against the dichotomy of individual and society (as Habermas also does in his concept of system and life world): “Dualisms are deeply anchored in our thought and they permeate social theory. As synchrony and diachrony, structure and change, individual and society, nature and nurture, quantity and quality, objectivity and subjectivity, order and chaos they haunt our theories and analyses. A focus on time brings these dualisms into high relief and shows them to be untenable” (Adam, 1990: 16).

From a perspective as sociologist of time Adam develops a characterizing of timescapes whose elements are shown in the following picture:

Element	description
Timeframe	bounded, beginning, end, day, year, lifetime, generation, epoch
Tempo	pace, speed, rate of change, velocity, intensity, activity in timeframe
temporality	processes, internal to system, ageing, growing, directionality
Timing	synchronization, co-ordination, right time, wrong time, switching
Duration	extent, temporal distance, no duration = instantaneity
sequence	order, succession, no sequence = simultaneity, at same time
temporal modalities	past, present, future, memory, perception, experience, anticipation

Table 1

To this elements Adam says something very important: “Temporal frames are not given, but chosen, and secondly, the temporal framework we impose determines what we can and do see” (Adam, 2008). So a time frame is an inner choice, it will be chosen. It is a question of standpoint and perspective: “It matters whether you place your subjects and their relations in an objective frame of calendars and clock time which positions them temporally in an externally located, socially constructed frame” (Adam, 2008). These frames are stable and fixed. Thus, in our example, the Iraq war or also the date 9/11 will always stay 9/11 - irrespective of individual's standpoint or perspective.

Furthermore Adam differentiates a personal time frame in the sense of family time, time of illness. These frames are individual, mobile and relative. They move with a new moment, new partnerships and interactions with other individuals, with a new situation or context.

So it can be summed up: Time frames belong to individuals. They are related to personal constructions. Individual time frames are just one element of timescapes. Within these frames individuals act in time (timing), with different tempos and temporalities, their actions have durations and sequences. Individuals can build out futurescapes which are in the same way individual and personal. It is a question of interaction between individuals how timeframes are compatible, can be coordinated, structured and so on. There is no inner reflection of time, but an external construction in interaction with other individuals.

SOCIETY AND ITS CONSTITUTION THROUGH COMMUNICATION

To understand conceptual thinking on timeframes by Habermas it must also returned to some origins and understand society and its constitution through communication. Both Habermas and Luhmann coincided communication as the constitutive element of society. They vary in the perspective from which society is regarded: Time frames and horizons are basically presentable in an actor or system perspective (Rosa, 2005; Beck, 1999). It is about the expression of social changing that is analyzable whether macro-sociological as changing of social structures or micro-sociological from the perspective of a subject-centered social science (Rosa, 2005: 25). And so in the convention that society constitutes on communication there have been divided two different strands regarding "timeframes". One is developed in the tradition of the system theory and Niklas Luhmann, the other follows the "concept of communicative acting" by Jürgen Habermas which will be specified here. But before going deeper to Habermas let us resume the position of system theory. Only who understands the systemic view can recognize the perspective of Habermas.

NIKLAS LUHMANN: SYSTEM THEORY AND TEMPORAL STRUCTURES

Regrettably neither Jürgen Habermas nor Niklas Luhmann did elaborate a comprehensive time theory. Luhmann repeatedly underlines the importance of temporality to understand social systems. Luhmann is regarding a systemically communication theory under the condition that time is understand as a "temporal structure of a system" (Luhmann 1990: 119, 139). Luhmann illustrates that a reflection on time is possible to construct a theory of society. He is above all interested in the meaning that time takes on the change in temporal horizons, the changing relationships that have been set up in history between past and present and future, and their scarcity in modern times (see also Rosa, 2005). But Luhmann also "conceptualizes time as constituted at every level of existence. He provides a time theory that unifies the social theory perspectives of system and action" (Adam, 1990: 15).

Luhmann votes for the increasing temporal heterogeneity of systems, of technical acceleration and even pointed out that there aren't still any concepts: "Until now the system theory only used very simple chronological terms of time and future. Future only is the status of a system to a subsequent date" (Luhmann, 1990: 137f). Time and time structures for Luhmann are given by the system. And individuals act in this time to confirm time structures. For Luhmann individuals can't act in contrast to the system. In an early article called "time and action - a forgotten theory" Luhmann quotes the French philosopher VAUVENARGUES and speaks through him:

"On ne peut condamner l'activité sans accuser l'ordre de la nature. Il est faux que ce soit notre inquiétude qui nous dérobe au présent: le présent nous échappe de lui-même, et s'anéantit malgré nous. Toutes nos pensées sont mortelles, nous ne les saurions retenir; et si notre âme n'était secourue par cette activité infatigable qui répare les écoulements perpétuels de notre esprit, nous ne durerions qu'un instant; telles sont les lois de nôtre être. Nous ne pouvons retenir le présent.

Il est tellement impossible, à l'homme de subsister sans action que, s'il veut s'empêcher d'agir, ce ne peut être que par un acte encore plus laborieux que celui auquel il s'oppose; mais cette activité que détruit le présent, le rappelle, le reproduit, et charme le maux de la vie" (Luhmann, 1979: 65).

Luhmann speaks in relation to this of "needed and necessary action of individuals in the system". He explains the "structure-depending of individuals on the temporality" and denies individuals the determination and regulation of their actions. He describes the individual as "exposed to temporal structures". In a systemic view the participation on the Iraq war can be defined as a future thinking of a system that is described by the structure of different nation systems. The political systems of Portugal, Spain and Great Britain stand in historical tradition to a partnership to America. Even Habermas speaks of the "special relationships" to the United States of America (Habermas, 2003). But regarding: How does the individual stand in that relation? The system is designed being obligated to support, what about the individual? How were the life worlds of the citizens for example in Portugal or in Spain or Germany? In which way the invasion has been in their reality the future solution?

Incidentally systemic temporal structures also include every technical development which is given to save time, to clock everything and coordinate acting. If you take the thesis of acceleration (Rosa 2005) there will be often make the conclusion from a technical tempo to a social tempo (see the Highspeed Human defined by Karlheinz Geißler, 2000). But it is the same here with systemic and action view: how technical devices, offers and applications are used by communicative actors - is a separate question.

Luhmann basically differentiated an interaction system, an organizational system and a functional system. These three systems are summarized in what he describes as the "world as social system". All these systems (not the actors) consist of, organize and keep itself with communication. And surely all actors communicate with sense. But this sense of communication and further all understanding isn't traceable to the participation of individuals and their psychological intention. It is constituted out of the system by that they are surrounded. Luhmann compares the emergence of biological systems with the social systems: the whole is more than the sum of its parts. So it is the system that communicates but not the "part". The system refers to itself, and all acting of the participating individuals serves to make individual sure of the existing system. In other words: The action fixes communication based on an occasion (an occasion like the Iraq war). Consequently the individual and its perspective of time aren't involved in the autopoietic system that Luhmann constructs; the individual just takes part in a pre-structured way and always in kind of certain occasions. Temporal structures are the "location" for coordination and integration of individual life styles. As Luhmann says with VAUVENARGUES: The temporal structures determine our life: how we live together, how we do in politics and so on. Thus for Luhmann time - constructed by individuals in a sense of "interacted social time" - doesn't really exist. It is always systemic social time, in present and future. Its tact, rhythm, perspective and horizon is given and fixed; and it can't be regulated or

commanded by individuals (cf. Lauer, 2004: 97ff). Luhmann keeps its meaning to the point: "But individuals can't communicate, not even their brains can communicate, not even the awareness can communicate. Only communication can communicate" (Luhmann, 1988: 884).

Based to his thinking is Luhmann's offer to a link to the theory of autopoiesis and systems theory in his contribution *Social Systems* (1984). The theory of autopoiesis was introduced by the Chilean biologists, Humberto R. Maturana and Francisco J. Varela (1975, 1980). Their thoughts have been discussed, reworked and applied to other disciplines, among them the social sciences. It is then Luhmann who illustrates that autopoiesis for him is not limited in its application to biology. There are adequate tools for a general theoretical review, what he calls the theory of self-referential autopoietic systems (Luhmann, 1984: 19). Communication actions are elements which constitute any social system. These actions would be meaningless in themselves if they were not part of a recursive network that included information, communication and comprehension. The actions are constituted self-referentially. Time and self-reference presuppose each other in that it is not possible to imagine something which is simultaneously object and subject if not by reference to circular time which recursively repurposes alternatives of opposing situations. Only a temporal perspective, in any case, allows a self-reflecting check on action. Luhmann reformulates the basic concepts of sociology in terms of the central role that time plays in self-referential systems. The concept of structure is radically changed and translated into a temporal concept, becoming "the relationship between elements beyond their temporal distance" (Luhmann, 1984: 383; see also Tabboni, 2001: 23f).

Systemic action and event become linked concepts, since they both refer to "the instant which passes immediately". An event can be understood sociologically only if its temporal characteristics are taken into account (Luhmann, 1984: 389). Social systems have to be able to guarantee the link and "the link is possible only in the temporal sphere" (Luhmann, 1984: 390).

Finally, Barbara Adam has faced the question of time and social theory directly in the most original piece of writing in this research process, working around an idea of time that links natural and social sciences in a vast area of interdisciplinary reflections.

JÜRGEN HABERMAS: ACTION THEORY AND INDIVIDUAL TIMEFRAMES

While Luhmann demands on the reducing of social complexity Habermas precisely regards the complex society plus spheres of life. For Habermas communicative acting is located in a symbolic structured sphere of life (Habermas, 1982: 173ff). He does now ask how actions between individuals are possible at all. His answer is rather different from Luhmann. Interaction between individuals works with individual communication. On this basement he develops an acting theory which is "the same like this one by George Herbert Mead focused on communication community" (Habermas, 1981: 9). He considers objective life conditions and their consequences

for daily spheres of life. His frame is an understanding diagnostic. From a perspective of the actor he wants to understand acting. Especially for the communicative acting he uses the term “intuition”:

“The intuition is generated in the interpersonal interaction; the aim is the experience of an unscathed intersubjectivity, more fragile than everything offered by communication science. It is a net of intersubjective relationships, which allows a relation between personal liberty and systemic dependence as you can ever imagine in interactive models. There are imaginings of a successfully interaction. Reciprocity and distance, distances and closeness, vulnerability and complementary gentleness - all these pictures of protection, being exposed and compassion, devotedness and resistance are the horizon of experience from which we friendly live together. This friendliness doesn't exclude any conflicts but it means more human forms to overcome and handle conflicts” (cf. Habermas interview in *aesthetic and communication* 45/46, 1981).

Intuition is the ability to see things from the others perspective. So we could ask: Which perspective had the neighbor on the Iraq war? Which perspective had the colleague which came from Great Britain? Which perspective had my best friend actually working in Italy? And how are these perspectives part of my perspective? More and more questions like these show what Habermas means with the actor view on time frames, on future frames and not least on all time horizons. Habermas regards how individuals embed communicative acting in daily spheres of life and also how they use communication media to organize themselves in time (what Barbara Adam calls Timing), for example for a demonstration, to publish articles in blogs and forums. We can ask: How do individuals try to act in time and in time frames to change future plans of the systems? In case of Iraq war there were many internet based organizations. Even virtual avatars have protested against war. This is the autonomous actor described by Habermas.

COMMUNICATIVE ACTORS, TIME FRAMES AND SYMBOLIC INTERACTIONISM

In his autonomous actor perspective of society Habermas 1981 published the „Theory of communicative Action“. Eight years ago a publication of George Herbert Mead appears “Spirit, me and society”. It was later transformed to the Theory of the Symbolic Interactionism.

The meaning of time, personal time frames and horizons (and within all the usage of accelerated devices, offers and applications) will be produced in process of changing symbols via communication. That means a feeling for time and a relation to time individuals develop in social interaction, concretely communication. This communication includes significant symbols. Mead speaks about a symbol which is in the same way interpreted in a certain social group. In the meaning of the symbolic interactionism the development of time frames is a question of socialisation.

Already the term “socialisation” makes rather clear that Habermas doesn't see the individual as an isolated subject (cf. Kim, 2004: 41). In contrary he sees an active and behaviouristic subject embedded in social networks. In this relation the Symbolic

Interactionism by George Herbert Mead has built a very important background for Habermas. In the centre stands the social genesis of the individual self. Habermas honours that Mead speaks not more only of subjectivity but of intersubjectivity. This already includes that something like time frames also be negotiated. For Mead the constitution of subjectivity is possible only in relation to other individuals. How should I define my time horizon, my imagination of future, war without the relation to other imaginations or attitudes: "In process of communication the individual is the "other" before it is itself" (cf. Mead, 1983: 217). The relation to oneself Mead defines as "me" and "I". The "I" is spontaneously acting; the "me" develops from the perspective of an alter ego. Within these reflections Mead initiated a paradigm change in the philosophy because the individual does not longer develop its "I" via introspection. Up to this moment in the centre of the subject philosophical tradition was the recognizing individual. In its subjective world the individual is the observatory of it and build its personality via introspection. But for this the "I" has already to exist. It doesn't develop in action, it exists before any acting. Mead calls this in question. So he introduces the eccentric intersubjectivity concept instead continuing the egocentric concept. The process of this individualization is with language: This process passed "through a network of linguistic mediated interaction" (Habermas, 1983: 209).

Fittingly Habermas published his "Theory of communicative Action" because to the time of the publication Habermas already stands in the tradition of the Frankfurt School. With this Habermas submits a proposal for a social theory which integrates the life world concept, the speech act theory and psychoanalytical knowledge. The theory connects a life worldly with a systemic analytical approach in all daily lives. And so it allows considering the effects of objective living conditions in everyday life.

Following Parsons also Habermas asked a sociological basic-question: What makes possible a human together living and, by implication, social timing and interpersonal frames too? He takes the line that the acting individual is product as well as it is the creator of its social ecology. He differentiated between an action which is instrumentally (writing a paper) and which is social (the adjusting of the individuals who write paper to the same theme). Habermas develops at all the following classification of acting:

Types of Acting		
object-referred	subject-referred	
	strategic	communicative

Table 2

And now it is visible: Habermas categorized in reference to Max Weber (1972) two types of acting: one acting refers to an object, for example the car with which one will drive to a demonstration and another acting which is social acting and refers to individual, in this case for example the employee of the rental car or the friend who is the like-minded co-driver. In this subject-referred acting Habermas differentiates between a strategic and communicative acting. The first is profit or

success-oriented, and the individual uses all its chances to reach success, to assert oneself with less regarding the interest of the other. But it has to be mentioned that in the case of renting a car and dealing with the rental car employee there are many rules included (the economic system works in form of converting goods into money). Nevertheless this acting is very different to the communicative acting which is going to reach understanding: For example if it is about the travel route to the demonstration. This acting for Habermas - between the driver and the co-driver - could be a non-hierarchical discourse. Individuals communicate at eye level.

If this approach, if the types of acting will be transformed into a time concept it could be considered that in object-referred acting it is just the acting with time objects (devices, offers, applications). In the subject referred acting there can be discussed different situations. It is taken for example the governmental acting in questions of Iraq war. Has the governmental acting really been a communicative act to reach understanding? Or was it at least the strategic acting to reach success, but of whom? In what kind does a government, a citizen can reach success?

It is however clear that non-social and social acting can be in relation to time theory. Non-social acting includes all acting with temporal objects (devices, offers, applications). Social acting is correlated to other individuals: individuals with a different time frame, belonging to another generation, using other devices (letters instead emails), using devices in different sequences (Smartphone only for telephone but no multidimensional using, many applications parallel). But imagine that there are many grey areas. All these acts hardly can be separated. Especially with the upcoming of digital "media" there are always connections to other individuals via devices, offers and applications. Nevertheless the typing of Habermas offers a structure to regard individual's acting and allows to differentiate between time objected and time subjected acting.

SOCIAL TIME FRAMES AS RESULT OF RATIONAL COMMUNICATIVE ACTION

"It is not surprising (...) that our everyday communication is full of references to time" writes Barbara Adam in the Companion Encyclopaedia for Anthropology, Humanity, Culture and Social (Adam, 2011: 544f). Here she already provides an indication that time and time frames were developed by individuals themselves in relation to their all daily life: We get out of bed in the morning, we are late, we start to drive to the demonstration after the breakfast, arranging a meeting on the half tour with another group of participants, then checking emails and find out: the demonstration is shunted to a later time. Already Rosa (2005) comments that in modern societies are many heterogeneous time structures: the daily life consists of time devices, apps and offers in many kinds, and individuals are using them in form of referring to.

And so the society system structures can have temporality marks like the tempo of communicative devices or the rotating velocity of a washing machine. But time frames have social character - in the sense of alter life for a better is related

to human beings. In individual minds are time frames "within which (they) plan and regulate (their) daily lives", so Adam. But surely - individuals act in these frames with devices, offers and applications which have a certain own technical tempo.

Individuals are surrounded by devices, and they use the devices and structural elements just to communicate (in the sense of Habermas). Looking deeper it can be asked: If individuals use devices, offers applications for communicating. How does at least elaborate communication? Habermas comments communication is possible by grounding on arguments. But: What about these arguments? Individual's daily communication is characterized by arguments. In connection to arguments Habermas speaks about the rationality of argumentative acting: On the level of society there were modern temporal structures in science and technique, arts and literature, law and ethics. In these three areas Habermas speaks about the break of the individual with the mystical world view (cf. Habermas, 1981: 228ff). The upcoming of any argumentative structure in the sense of communicative acting belongs to rationality. Individual time frames were built with rational communication acts. It includes for example the beginning and end of a demonstration, the year in which the Iraq invasion should have taken place, maybe we even speak about the "Iraq war generation" one day or the historical epoch of European war affairs in the 21st century. Such time frames aren't given by systems. They are elements of individual time frames.

It will be given an example on individuals level: If there is to coordinate a demonstration, and two people speak about the date to which the demonstration could take place. So the first proposes Friday. The second answers that Saturday is the better day because he had heard Friday it will be raining. So the first responds the he had heard on Friday will be sunshine, even the Saturday brings rain. Both share the interest to arrange a demonstration. The problem is about the truth of the contrasted opinions to the weather. Who has the most rational argumentation? What about the most actual weather record? Is it a serious source? Both raise a claim of truth. Therefore they use arguments. And each of them tries to convince the other.

Although Habermas did not explicit speak of time frames in his theory of communicative action he speaks of the rationality of the arguments in a communicative action. This rationality can also be relevant to time frames. As the example shows a rational reason is a reason which finds social agreement. It would have not worked if the Iraq invasion by the United States were explained in reference to gods will. This is less rational at least in our post conventional society. With rationality is so meant the common sense of communication, intersubjectivity, transparency and relation to real experiences, but not to gods will (in the occidental world). Imagine the rationality of communication in times of crusades. It can be discussed in which way religious motivated wars were (and are still) communicative rational. In the case of the Iraq war Bush justified the invasion with the immense danger of the Iraq which was suggested to have weapons of mass destruction. In this reason the Iraq should have be seen as a danger for the United States and other countries. This danger and the fear should the population let agree to the invasion. It was rather intensively

discussed if these reasons were truly substantiated; see therefore an interview with Constanze Stelzenmüller in Deutschlandradio on July the 30th of 2002.

The debates on the Iraq invasion include many chances to regard time frames and temporality. So time frames like this one of a war are the result of social action. And also the consensus of which Habermas speaks is the result of discourses. At least the communicative rationality has three levels: the first is the relation of the individual to occasions in the world (to wars), the second is the relation of the individual to other individuals and their social acting (to the neighbour, friends and family), the third is the relation of the individual to itself (to my opinion, identity, attitudes). Within this trilogy Habermas builds on the theory of George Herbert Mead, mind, self and society.

TIME FRAMES WITHIN COMMUNICATIVE ACTION BETWEEN SYSTEM AND LIFE WORLDS

The relation of individuals to itself, other individuals and occasions in the world are important on a theory of acting. Without knowing individuals self, knowing other individuals and without knowledge about occasions in the world (which also refer to a time line): Without all these individual's life would be rather senseless. Where is the motivation to communicate without the self-consciousness? Who should be individual's communication with - in the sense of social acting without other individuals and their social characterizing? And to what should communication refer if there were no occasions belonging to individual's world? Furthermore all elements belong to a timeline. Self-consciousness, social acting and occasion implicate temporal movement.

But moreover it is asked in which relations to communicative acting they stand. Parsons ask how it is possible that individuals are acting coordinated instead uncoordinated (Parsons, 2003). This coordination can be basically used in three dimensions - temporal, special and objective - while this contribution is concentrated only on the temporal dimension. Parsons itself tried to constitute an action theory. Based on this action theory he planned to involve a system theory. Both inspired Habermas to create a two step term of society which includes the two different - life world and system.

The fundamental thought of the communicative action is to understand each other. So the theory includes the relation of as many as two individuals who were able to speak and act and were searching for an agreement in an acting situation. They communicate to coordinate their plans and acts in a consensual way. The demonstrations could be such agreements: individual organise themselves via internet, they coordinate their acts, they meet to demonstrate and come together, try to find consensus. On the other hand Bush and Barroso also find their agreement, speak with consensus, one to another. The question is why the governmental system and the public did not reach an agreement. If there time frames play a role or temporality? This would also be worth to discuss.

Habermas indicates that it makes a great difference to regard society from an inner or participating perspective of acting subjects in their life worlds (for example

to understand a Portuguese who lives next to Iraqi quarter in Portugal) or to regard society from an outer or observing perspective. In second case the researcher is completely uninvolved; he understands the acting of subjects as a system of acting (if quarters only seen as subsystems, but without any understanding of life worlds). Social acting, so Habermas, is always acting of individuals. And so it is intentional acting which is signed by a subjective sense by its actors. This already Max Weber determines. A purely empirical analysis is less possible because acting is oriented on the sense given by the actors. This sense is not only a subjective sense. It is more an intersubjective sense.

If we summarize the remarks of Jürgen Habermas we realise a connection of time frame, individuality and intersubjectivity in social life worlds. This intersubjectivity is experienced in different ways. Individuals identify acting (and within time frames) of other individuals. The philosopher Emmanuel Levinas did a study "The time and the other" in which he illustrated that we always have the time frame of the other in our mind. As social individual we needed to regard the other individual to constitute ourselves and our time horizon. Also Georg Picht, Martin Buber and Edmund Husserl indicate the intersubjectivity of time horizons; and Günter Dux at least speaks of a collective time consciousness (Behrmann, 2002: 212f).

It can be at least suggested that there is an intersubjective sense for time frame, a kind of social net, in which individuals are and act. This frame is constitutive. It has the form of world images, inherited and traditional worth, social norms and institutionalized roles and so on. Social acting gets its sense from these time frames which are integral component of a life world. The life world constitutes the horizon, also the temporal horizon. A life world is constituted by fundamental worth and conviction which build this horizon. That's why individual knowledge which is included in this "life world" strictly spoken can't be criticised or falsified by empirical analyses. Communicative actors act in their life worlds. They can't step out of it (Habermas, 1981b: 191ff.). Life worlds of some individuals are transcendental locations in which individuals find together, change communication contents and try to understand each other. The life world for Habermas includes three components: culture, society and individual. This means cultural reproduction, social integration and personal socialisation. Take for instance the example of an Iraqi exchange student which is living in a quarter of Portuguese students. Both have their own cultural reproduction, their own social integration and personal socialisation processes. And even two Portuguese can have completely different understanding of "behaviour toward an Iraqi". In meetings, communicative situations or encounters individuals find three functions of communicative acting which are very useable to manage, to select or to interact in the world:

The first function is that each individual wants mutual understanding: The tradition and renewal of given cultural knowledge is very important to it. Cultural time knowledge could be about punctuality or about using an Email not letters to communicate faster or using a letter to condole, no matter if it is more slowly, but it

is adequate to condole not via Email. The second function is that individuals want coordination: Social integration builds solidarity. If some individuals recognize that they have the same opinion about war: This builds solidarity, maybe up to a demonstration. The third function is that individuals want identity: in social processes individual can form a personal identity. Assume one student votes for war. So it is possible in relation to one individuals identity build the own identity - maybe as a pacifist.

These functions aren't separate. They work together. Within these functions individuals regularize their belonging to social groups; it saves solidarity and makes individuals as personality able to speak and act. They are important to build out time frames, imaginations of temporal order and modalities.

THE COORDINATION OF ACTING AS A QUESTION OF TIME

Regarding a connection between Habermas and time theory concepts it can be noted two different: First societies have temporal structures and modalities. Individuals act in relation to social given structures. But they (the individuals) have second their own spheres of time living. Only being surrounded by certain structures does not mean that the individual is unable to reflect. Furthermore although there are society and individuals there is no strictly separated dichotomy of both. The bridge between these two is the concept of system and life worlds by Habermas. Out of a participative perspective Habermas tries to connect the dualism and shows how temporal structures could be integrated in individual's life worlds. He argues that individuals communicate to reach mutual understanding. He differentiates this from the object referred acting. And he uses subjectivity and furthermore intersubjectivity to describe the coordination of individual's acting. On the fundament of being rational individuals try to convince each other.

It can be summed up - Habermas did less care for the limits of the disciplines. Latest since his "Theory of communicative Action" Habermas in a sense is ethnologist, economist, philosopher, linguist, sociologist and rather more. Up to the present he never separates his political from the academically engagement. He is involved in the things the world goes around. That why it is less possible for him to take only the observatory perspective. Attentive readers and listeners will find all aspects of time and future scapes in each of his articles. Most of them are about future in political agendas: Europe, genetic engineering, Democracy, Welfare States and Human Rights; and also in contrary we will find fundamentalism and terror, financial crisis and so on.

Habermas is convinced: Individuals create the sense of their worlds themselves - in interaction with other individuals. There - in the life worlds - are the "rooms for reasons". There will be convictions and attitudes toward time frame, tempo and modalities. There are many different time concepts belonging to life worlds embedded in structures. Studies should be oriented on these life world concepts. They should not simply analyse the structures, the tempo of devices, the multiplicity of time applications but the interrelationships between personalities, identities, social institutions, systemically structures and combine them.

REFERENCES

- Adam, B. (1988) "Social versus natural time, a traditional distinction re-examined", in Young, M. & Schuller, T. (eds.) (1988) *The rhythm of society*, edited by Michael Young and Tom Schuller, New York: Routledge, p. 198-226.
- Adam, B. (1990) *Time and Social Theory*, Cambridge: Polity Press.
- Adam, B. (1995) *Timewatch: The Social Analysis of Time*, Cambridge: Polity Press.
- Adam, B. (2004) *Time, Polity Key Concepts Series*, Cambridge: Polity Press.
- Adam, B. & Groves, C. (2007) *Future Matters - Action, Knowledge, Ethics*, Leiden & Boston: Brill.
- Beck, K. (1994) *Medien und die soziale Konstruktion von Zeit*, Opladen: Westdeutscher Verlag.
- Behrmann, J. (2002) "Vom Umgang mit der Zeit der Anderen. Die Temporalisierung intersubjektiver, interkultureller und xenologischer Interaktion", in Schmied-Kowarzik, W. (2002) *Verstehen und Verständigung. Ethnologie, Xenologie, interkulturelle Philosophie*, Würzburg: Verlag Königshausen, pp. 212-235.
- Geißler, Karlheinz (2000) "Uns droht ein Zeitinfarkt", in *PM 2000*, 6.
- Habermas, J. & Luhmann, N. (1971) *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*, Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- Habermas, J. (1981) *Theorie des kommunikativen Handelns, Band 1 und 2*, Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Habermas, J. (1981): "Dialektik der Rationalisierung" (Interview with Axel Honneth, Eberhard Knöler-Bunte and Arno Wildermann, held in Berlin on May 22, 1981 and Starnberg on July 10, 1981), *Ästhetik und Kommunikation*, 45/46: 126-55.
- Habermas, J. (1985) *Der philosophische Diskurs der Moderne*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- Habermas, J. (1988) *Nachmetaphysisches Denken, Philosophische Aufsätze*, Frankfurt am Main: S. 209ff.
- Habermas, J. (2003) "After the war. The renaissance of Europe", *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 31st of May 2003.
- Habermas, J. (2012) "Wollen europäische Bürger Suizid begehen?", in *Der Standard Alexandra Förderl-Schmidt and Ronald Pohl*, 23. Mai 2012.
- Jäger, T. & Viehrig, H. (2005) "Gesellschaftliche Bedrohungswahrnehmung und Elitenkonsens. Eine Analyse der europäischen Haltungen zum Irakkrieg 2003", *Arbeitspapiere zur Internationalen Politik und zur Außenpolitik*, 1/2005.
- Kubjuweit, D. (2010) "Der Wurtbürger", *Der Spiegel*, 41/ 2010: 26-27.
- Lauer, D. & Laakay, A. (2004) *Medientheorien. Eine philosophische Einführung*, Frankfurt am Main: Campus-Verlag, pp. 97-126.
- Levinas, E. (2003) *Die Zeit und der Andere*, Hamburg: Meinek-Verlag.
- Luhmann, N. (1968⁴) "Die Knappheit der Zeit und die Vordringlichkeit des Befristeten", *Politische Planung. Aufsätze zur Soziologie von Politik und Verwaltung*, Opladen: Westdeutscher Verlag, pp. 143-164.

- Luhmann, N. (1978) "Handlungstheorie und Systemtheorie", *KZfSS*, 30(2): 211-227.
- Luhmann, N. (1979) "Zeit und Handlung - eine vergessene Theorie", *Zeitschrift für Soziologie (ZfS)*, 8 (1).
- Luhmann, N. (1980) "Temporalisierung von Komplexität. Zur Semantik neuzeitlicher Zeitbegriffe", *Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft*, 1, Frankfurt am Main: Suhrkamp, pp. 235-313.
- Luhmann, N. (1984) *Soziale Systeme: Grundriss einer allgemeinen Theorie*, Frankfurt a.M.: Suhrkamp.
- Luhmann, N. (1990) "Gleichzeitigkeit und Synchronisation", *Soziologische Aufklärung*, 5, Opladen: Westdeutscher Verlag, pp. 95-130.
- Maturana, H. & Varela, F. (1975) "Autopoietic Systems", *Biological Computer Laboratory, Report 9.4*, Urbana: University of Illinois.
- Maturana, H. & Varela, F. (1980) *Autopoiesis and Cognition. The Realization of the Living*, Dordrecht: Kluwer.
- Mead, G. H. (1983) *Gesammelte Aufsätze*, Frankfurt: XY, S. 217ff.
- Morris, C. W. (ed.) (1972) *George Herbert Mead - mind, self and society: from a standpoint of a social behaviourist*, Chicago: University of Chicago Press.
- Parsons, T. (2003⁶) *Das System moderner Gesellschaften*, Weinheim: Juventa-Verlag.
- Rosa, H. (2005) *Beschleunigung. Die Veränderung der Zeitstrukturen in der Moderne*, Frankfurt am Main: Suhrkamp-Verlag.
- Stelzenmüller, C. (2002) *Angriffspläne gegen den Irak, Deutschlandradio Interview 30/07/2002*, available on http://www.dradio.de/dlf/sendungen/interview_dlf/154797/.
- Tabboni, S. (2001) "The Idea of Social Time in Norbert Elias", *Time & Society*, London: Thousand Oaks, CA and New Delhi SAGE, 1: 5-27.
- Weber, M. (1972⁵) *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie*, Studienausgabe: Tübingen.

Tempo e temporalidades alimentares em mudança

PAULA MASCARENHAS¹

INTRODUÇÃO

Falar dos tempos alimentares é ter em consideração as diferentes dimensões do tempo em relação à alimentação. Apesar do ato alimentar ser uma necessidade vital porque sem nutrientes o organismo não sobrevive cadenciado por tempos biológicos é também um ato social e simbólico dado que envolve uma multiplicidade de condicionantes unidas por complexas interações que influenciam as diferentes fases do sistema alimentar e as diferentes dimensões do tempo, tempo cósmico, tempo ecológico, tempos histórico e social, tempo tecnológico e tempo criativo dos sujeitos entre outros. No ato alimentar, “o homem biológico e o homem social ou cultural estão ligados e reciprocamente implicados” (Contreras, 1993: 12). De facto, quando um indivíduo se alimenta no tempo e com o tempo desencadeia uma multiplicidade de aspetos que remete para diferentes dimensões do fenómeno alimentar interligadas tais como a biológica, a ecológica, a tecnológica, a económica, a política, a histórica, a social, a cultural, a nutricional-dietética, a gustativa, a identidade, a sociabilidade e a saúde.

Ao emprendermos o estudo diacrónico das culturas alimentares em Cascais, veremos como o tempo social da vida quotidiana dedicado à alimentação das famílias entrelaça os tempos do passado, do presente e do provir. O tempo social alimentar está repleto de sinais de ruturas, continuidades, descontinuidades, recomposições, restaurações e regressos, fragmentações e interrupções.

O nosso objetivo é saber até que ponto as interações combinatórias dos tempos (cósmico, ecológico, biológico, histórico, social e tecnológico) se interconectam nas diferentes fases do sistema alimentar, admitindo à partida que o tempo cósmico e o ecológico em relação às atividades alimentares são mais perceptíveis no passado do que no presente. Simultaneamente, pretendemos apreender as temporalidades alimentares nas refeições e as mudanças ocorridas nos últimos cinquenta e cinco anos, em Cascais. E, ainda, como se reconfiguram as representações dos tempos sociais alimentares nos discursos dos nossos entrevistados e nas relações sociais, em momentos de abundância e de “crise”. Por último, saber se estamos perante uma

¹ Universidade do Minho. E-mail: pvmascarenhas@gmail.com

nova cultura alimentar que integra os reportórios de legitimação da experiência alimentar na modernidade, sendo entendida como “eterno presente” (Simmel, 1979), pensada como um tempo de intensificação da vida, tanto nervosa quanto material que evoca modos de experiências alimentares fragmentárias e plurais.

Nas sociedades em situação de crise, em particular em Portugal, podemos estar em presença não só de uma retração do consumo alimentar por diminuição dos orçamentos familiares mas também assistirmos a novas estratégias alimentares que podem implicar novas reconfigurações temporais perceptíveis e sentidas nas diferentes fases do sistema alimentar. De fato, num contexto de crise, os orçamentos familiares são, de certa forma, afetados, tanto por situações de perda de poder económico como por despedimentos e desemprego mas, ainda, por situações de desmotivação e de incerteza. Estes constrangimentos técnico-económicos têm implicações a nível das culturas alimentares locais e a nível do tempo vivido e sentido, obrigando os indivíduos a desencadearem novas práticas, novas estratégias alimentares de adaptação, de resiliência, de flexibilidade e novas maneiras de pensar a alimentação.

Estamos perante uma fase de (in)evolução, caracterizada pela transição de um sistema alimentar de abundância relativa a um sistema alimentar de frugalidade alimentar em que podemos denotar situações de fome e de desnutrição que afetam determinadas classes sociais, de forma mais ou menos intensa. Mas esta fase de (in) evolução do sistema alimentar é caracterizada por recomposições, re-significações e novas subjetividades dos tempos sociais alimentares visíveis no regresso à agricultura de subsistência (hortas urbanas, hortas nas varandas e hortas domésticas junto à casa).

O texto estrutura-se em três momentos distintos. No primeiro, apresentamos algumas tentativas de conceitualizações do tempo social alimentar. Num segundo às opções metodológicas. Num terceiro, procedemos à análise das temporalidades nas refeições no passado e no presente. Por último, os modos de sentir e fluir os tempos alimentares nos grupos domésticos atravessadas pelo fenómeno de tecnologização.

CONCEITO DE TEMPOS ALIMENTARES

Em primeiro lugar, pretendemos fazer uma reflexão sobre os tempos alimentares na sua dimensão processual histórica resultante das experiências alimentares dos seres humanos e das suas interconexões com os tempos cósmico, ecológico, biológico, histórico e social.

Convocando os autores Georg Simmel (1994), Norbert Elias (1996), Edgar Morin (1991), Foucault (1969) e Deleuze (1998), propomos uma perspetiva ecosofico-ecológica da alimentação no tempo, o que sugere uma visão ecológica e sistémica das interações/retroações e inter-relações dinâmicas entre os ecossistemas alimentares, o ato eco-bio-antropos-social alimentar e as diferentes dimensões dos tempos.

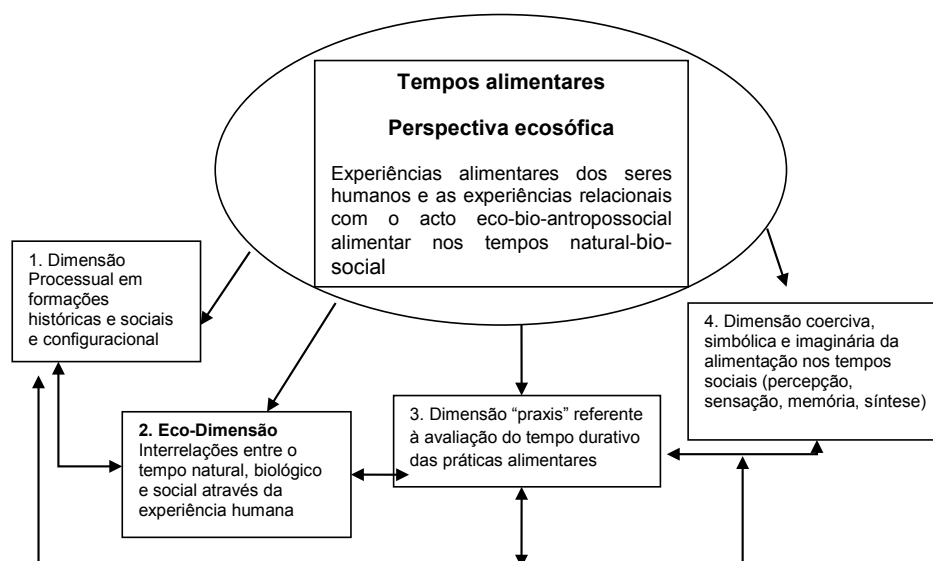


Figura 1: Conceito de tempos alimentares na perspectiva ecosófica.

Deste modo, concebemos que as experiências relacionais dos seres humanos com a alimentação se desenrolam nos tempos ecológico, biológico, histórico e social, sendo intersectadas pelo tempo tecnológico. Podemos considerar quatro dimensões dos tempos alimentares em interconexão:

1. A dimensão processual em formações socio-históricas e configuracionais;
2. A dimensão ecológica envolve as experiências da vida alimentar, isto é, as “interações combinatórias organizadoras entre cada um e todos os constituintes físicos e vivos dos ecossistemas” (Morin, 1991: 21) nos tempos alimentares interpretados pelos sujeitos e que se entrelaçam com os tempos ecológico, biológico, histórico e social;
3. A dimensão da “praxis”, referente às práticas alimentares nas diferentes dimensões do tempo;
4. A coerciva, simbólica e imaginária nos tempos sociais (percepções, modos de sentir o tempo, representações, memória e síntese) num sistema referencial de autodisciplina que envolve e normaliza a vida quotidiana dos indivíduos.

Neste sentido, o estudo da alimentação no tempo implica ter em conta os acontecimentos sociais e simbólicos considerados numa avaliação temporal sentida em relação com as fases do sistema alimentar, a saber:

“A produção tradicional, ecológica e industrial, o aprovisionamento por compra (tipo de estabelecimentos, lugares e temporalidades), trocas, dádivas e entreajudas, as formas de armazenamento no tempo (tradicionais e modernas), as formas de conservação dos alimentos e suas técnicas no tempo (tradicionais e modernas), a preparação e a confeção dos alimentos, o consumo nas refeições diárias e festivas (as temporalidades, os lugares, as figurações e os conteúdos alimentares), as estratégias alimentares face ao orçamento familiar (a estrutura das despesas destinadas à alimentação quotidiana, práticas alimentares alternativas)” (Mascarenhas, 2007: 102- 103).

De facto, quando um indivíduo opta por determinados alimentos, desencadeia uma multiplicidade de aspetos que remetem para as seguintes dimensões interligadas:

1. A biológica que envolve os condicionamentos e as regulações bioquímicas, termodinâmicas, metabólicas no tempo biológico;
2. A ecológica (tipo de solos, clima, sistemas de organização e de funcionamento da natureza, formas de energia) num tempo ecológico que reúne, por sua vez, os tempos natural, biológico e histórico;
3. A tecnológica (os sistemas de produção tradicional, a biológica e a produção industrial) nos tempos natural, biológico, histórico, social e tecnológico;
4. A económica a nível macrosocial (a produção nacional, os mercados de abastecimento de alimentos, as importações e exportações de produtos alimentares, a fileira agroalimentar, o custo dos alimentos, o marketing e a publicidade) e a nível microsocial (os orçamentos familiares, as despesas destinadas à alimentação quotidiana das famílias em relação com outras despesas, etc.) nos tempos histórico e social;
5. A política alimentar (as políticas agrícolas, pecuária, pesca, a segurança alimentar, a educação alimentar, entre outras) nos tempos histórico e social;
6. A social (as diferenciações sociais, as práticas os consumos sociais alimentares, as temporalidades alimentares, as hierarquias alimentares, as sociabilidades alimentares), a simbólica e coerciva (os hábitos alimentares, os *habitus* sociais alimentares, os costumes alimentares, os gestos e as gramáticas culinárias, as crenças alimentares, as preferências e aversões alimentares, os tabus alimentares, as identidades, as representações alimentares, as maneiras de pensar a alimentação, as ideologias alimentares, as preocupações estéticas, de saúde e ecológicas) nos tempos histórico e social;
7. A psicológica (a estética do ato alimentar, as emoções e os gostos alimentares) nos tempos psicológico e social.

Ao termos em conta a dimensão processual e histórica, consideramos ainda os tempos do passado e do presente, o tempo tradicional e o tempo moderno.

Comer significa, simultaneamente, incorporar os alimentos para satisfazer a necessidade pulsional de garantir o funcionamento do metabolismo do organismo e a sobrevivência dos seres vivos (dimensões biológicas e nutricionais). Mas é sobretudo um ato social e simbólico que tem uma relação direta com a construção dos laços de pertença intergeracional, social e familiar, interferindo com os processos de produção e de recomposição das identidades.

Mas, quando e como comemos? Quais as tarefas circunscritas nos tempos que desencadeamos na alimentação quotidiana e festiva? Com estas duas questões pretendemos compreender as ligações entre a alimentação e as diferentes dimensões dos tempos, identificando as sensações temporais da organização das atividades alimentares, desde a produção até ao consumo das refeições quotidianas através do discurso de vinte e nove grupos domésticos.

Num primeiro nível, a produção dos alimentos remete para a história natural de uma sociedade (as espécies vegetais e animais disponíveis, natureza dos solos cultivados e condições climáticas). Num segundo, em interconexão com o primeiro, temos a história material e técnica que envolve um conjunto de técnicas adquiridas, transmitidas e inovadas no tempo tais como as técnicas de arroteamento, de lavoura, de limpeza das terras, de desmoita, de cortes, de irrigação, de conservação e melhoramento das espécies vegetais e animais, de sementeira e cultivo, de introdução e aclimação das espécies vindas de outros espaços geográficos, de fertilização dos solos, de conservação e preparação dos alimentos, entre outras. Os saberes-fazer que se inscrevem em ciclos de longa duração numa aprendizagem intergeracional, familiar e comunitária, enriquecida pela experiência profissional e pela criatividade dos sujeitos.

Concentramo-nos nos tempos sociais alimentares a partir da teoria do tempo social de Norbert Elias (1996). Problematicar o tempo como representação da experiência social, impele-nos a debruçar sobre uma realidade social: as práticas alimentares, as temporalidades das refeições e os ritmos temporais alimentares.

Norbert Elias, afirma que o tempo:

“Designa simbolicamente a relação que um grupo humano ou todo o grupo de seres vivos, dotados de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos em que um é normalizado para servir aos outros como quadro de referência e de escala de medida” (Elias, 1996: 52).

O mesmo autor explicita que:

“A transformação do constrangimento exercida do exterior pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina, envolve toda a existência do indivíduo, ilustrando de forma marcante a maneira como o processo de civilização contribui a formar os *habitus* sociais que são parte integrante de toda a estrutura de personalidade” (1996: 16-17).

Ainda na mesma linha, considera o tempo:

“Como símbolo conceptual de uma síntese em via de constituição, isto é, uma operação complexa que coloca em relação diferentes processos evolutivos socialmente reconhecidos e normalizados” (*Ibidem*, 1996: 55).

O tempo social é, segundo Elias, uma construção social. As experiências relacionais entre os seres humanos e a alimentação num determinado tempo são incorporadas através de uma disposição interna em forma de síntese coletiva, isto é, a capacidade de serem estabelecidas interconexões entre os indivíduos por intermédio de símbolos coletivos (Elias, 1996). Esta capacidade é inata, isto é, a capacidade de utilizar e reconhecer intuitivamente o símbolo é regulada e modelada pela experiência coletiva e individual ao longo dos processos de aprendizagem intergeracional, dos processos sucessivos de socializações e de subjetivação que permitem ao sujeito o aperfeiçoamento dos meios de orientação dentro da comunidade e do sistema

² Tradução da autora.

social (Elias, 1996; Foucault, 1969). Eis o fundamento do processo de socialização da experiência alimentar dos indivíduos e da sua construção social dos tempos sociais.

Deste modo, o tempo está, por conseguinte, na: “raiz de toda a experiência entendida como a percepção de alguma coisa – de estar aqui, de estar incorporado no lugar em que o sujeito habitava” (Zambrano, 1994: 27). Esta capacidade inata de utilizar e reconhecer intuitivamente os símbolos porque está gravada e estratificada ao longo dos séculos na consciência do sujeito e a que Damásio (2000) chama de “memória autobiográfica”. A primeira memória tem um papel fundamental, no processo de visualização simultânea de acontecimentos que não se produzem em conjunto mas, movimentam-se em processos de conectividade ao longo das eras (Mennell, 1994). A segunda, a consciência é: “uma espécie de cristal que se torna visível” (Zambrano, 1994: 43). Quanto maior forem as experiências tanto mais complexas se tornam as relações de interdependências sociais, aumentam as necessidades sociais de organização das atividades alimentares no tempo, dado que combinam simultaneamente processos biológicos e sociais normalizados. Deste modo, o fluir temporal que concedia plena libertação ao indivíduo comunitário, à sua consciência alargada e à sua aguçada intuição numa leitura do tempo, torna-se um constrangimento na experiência alimentar do indivíduo que, submetido a um suposto progresso tecnológico, tem como único identificador o relógio e os processos de calendarização que lhes usurpam a capacidade inata da consciência do universo simbólico do tempo.

Podemos compreender facilmente se pensarmos que, tanto o tempo alimentar vivido como os modos de sentir o tempo alimentar nas aldeias do interior do concelho de Cascais, antes de 1960, estão interrelacionados com os tempos ecológicos e naturais (marcados pelos ciclos do dia e noite, as estações do ano, nascimento e morte) numa ordem de “relojoaria de rotação da Terra sobre si mesma e em torno do Sol que arrasta na sua esteira a alternância regular do despertar e do adormecer, desencadeia à sua hora o canto do rouxinol e o canto do galo” (Morin, 1991: 22). A ordem física prolonga-se na ordem viva, ela própria regida por “programas genéticos”, fabricados de invariância e de repetição. Em contrapartida, temos um tempo vivido e sentido de forma diferente pelas populações do litoral, oriundas de fora ou ligadas à pesca, vivendo a experiência moderna alimentar urbana. Deste modo, o “saber” e o “sentir” o tempo alimentar são desenvolvidos através de configurações sociais e temporais ao longo da evolução da sociedade cascalense. Assim sendo, a evolução da alimentação nos tempos aparece como produto das transformações profundas ocorridas na sociedade cascalense e das experiências transformacionais dos entrevistados. A transição de um tempo social alimentar do passado, marcado por ritmos temporais mais lentos e de pousio (sistemas de produção doméstica agrícola, criação de gado, caça e pesca) para um tempo tecnológico acelerado dá-se em Cascais a partir dos anos sessenta do século passado segundo as fontes bibliográficas consultadas, as entrevistas e a experiência vivenciada pela investigadora³.

³ A autora reside em Cascais desde 1967, tendo vivenciado as mudanças nas culturas alimentares.

O tempo parece constituir o elemento imprescindível na coordenação das sociedades contemporâneas visto que o número de atividades a ser sincronizado na modernidade é maior e em redes cada vez mais complexas. A crescente importância dada ao tempo na nossa sociedade tende a ser fruto do próprio desenvolvimento social e tecnológico e da regulação da vida urbana em sociedade em que os ritmos temporais se tornam frenéticos.

Por causa da maior dependência das medidas temporais dá-se uma ênfase excessiva à temporalidade. Os tempos sociais alimentares deixam de estar relacionados com os tempos natural e biológico. A tecnologização da sociedade remete para uma nova dimensão do tempo, um “produto artificial que tem objetividade de uma coisa” (Merlucci, 1996: 7). O tempo passa a ter uma medida universal através dos seus instrumentos de medida, permitindo comparar e trocar, no mundo do trabalho, desempenhos e recompensas mediante uma rede de poderes que são atribuídos aos indivíduos através de cargos, do dinheiro e do mercado (Simmel, 1999; Foucault, 1969). De facto, “o tempo torna-se uma medida de quantidade tanto nos ritmos diários do trabalho como nos balancetes anuais das empresas” (Merlucci, 1996: 8), estabelecendo uma continuidade entre o tempo individual e o tempo social, pautados pela racionalidade instrumental, as máquinas (Merlucci, 1996).

Investigar os tempos sociais alimentares, partindo de uma abordagem crítica, histórica e processual, contribui para uma visão mais integrada dos avanços e retrocessos das nossas próprias construções sociais do tempo. Em geral, as configurações e as medições do tempo oferecem um padrão, uma uniformidade e uma repetição que nos permitem organizar as nossas rotinas diárias. A regularidade e a sequência das medições do tempo possibilitam demarcar as rotinas e as atividades dentro de um mesmo código temporal. Tempo e atividade estão correlacionados porque as medições do tempo permitem ao homem uma certa regularidade e previsibilidade diante da vida, um movimento e uma atividade.

De facto, a título de exemplo, a temporalidade das refeições está amplamente ligada ao ato eco-bio-antropossocial alimentar. Ao assumir-se que comer é, simultaneamente, um ato biológico, social e simbólico, perspetiva-se que se realiza no tempo social normativo e no biológico que se encontra cadenciado em intervalos de tempo impostos pelas necessidades biológicas de ingerir alimentos. Mas também se desenrola no tempo criativo dos sujeitos.

O tempo de duração de uma refeição, as pausas entre a sequência dos serviços, o tempo em que é permitido conversar segundo as regras sociais de civilidade, são medidas do tempo social que servem como referência às rotinas dos indivíduos, dentro de um código temporal para todas as atividades da vida coletiva e individual. O tempo despendido nas refeições na companhia dos outros membros familiares e amigos é um tempo de reflexão de imaginação, muitas vezes de sonho, em que surgem as imagens e os símbolos de beleza, de estética, de prazer, de independência, de liberdade e de sucesso que foram interiorizadas pelos indivíduos através dos processos complexos das suas sucessivas socializações num processo de subjetivação alimentar e temporal dos sujeitos.

Resta-nos explicitar as três sínteses do tempo social alimentar, isto é, passado, presente e futuro, recorrendo aos contributos de Henri Bergson (1939 e 2001) e Gilles Deleuze (1968). As três sínteses do tempo, segundo os autores, “não são mais do que três momentos do tempo (passado, presente e futuro) que podem ser considerados como estabelecendo uma relação de “tripla complementaridade” em vez de uma qualquer relação hierárquica”⁴ (François, 1998: 86).

Convocamos neste momento, o conceito de configuração social que pode aplicar-se quer a grupos relativamente pequenos (os vinte e nove grupos domésticos selecionados no estudo) quer a sociedades constituídas de modos interdependentes (sociedade cascalense), de modo a apreender as mudanças das culturas alimentares em configurações temporais, num período que decorre entre 1960 e 2015 (Figura 2).

Nesta aceção, o conceito de “configuração social” sustentado por N. Elias, implica formas específicas de interdependência que ligam os indivíduos entre si no seio dos grupos, estratos ou sociedades relações de interdependências dinâmicas e mutáveis que regem todas as formas de cooperação e de conflito - e assumem-se como o núcleo de configurações:

«Uma configuração de homens orientados, uns para os outros e dependentes uns dos outros. Como os homens são, por natureza e, depois, em virtude da aprendizagem social, da educação, da socialização e de necessidades criadas pela sociedade, mais ou menos dependentes uns dos outros, só ocorrem [] como pluralidades e só aparecem em configurações» (Elias, 1989: 45).

Assim sendo, numa configuração social evolutiva relacionada com a alimentação quotidiana, as práticas sociais alimentares coletivas e individuais no tempo, os gostos, as ideias alimentares, a estratificação social, o poder político e a organização económica encontram-se entrelaçados e diferenciam-se pela sua duração e complexidade, tornando-se indispensável a sua análise.

Deste modo, situamos o início da investigação em 1960, num tempo de transformações profundas na sociedade portuguesa e, em particular, no contexto de estudo. Estas transformações demográficas e socioeconómicas contribuem para as mudanças das culturas alimentares em Cascais (Mascarenhas, 2007). Mas também desencadeiam mudanças nos modos de sentir o tempo que podem conduzir a alterações das temporalidades e dos ritmos alimentares (Mascarenhas, 2012a).

Torna-se necessário compreender as interligações entre os fatores contextuais transformativos com as ações individuais alimentares no tempo que podem ser indutoras de mudanças das culturas alimentares, numa direção bem definida e numa determinada ordem. Subjacentes aos fatores contextuais que não devem ser negligenciados no estudo das mudanças das culturas alimentares estão as alterações das experiências individuais do ato eco-bio-antropos-social-alimentar e das estruturas das relações humanas.

4 Tradução da autora.

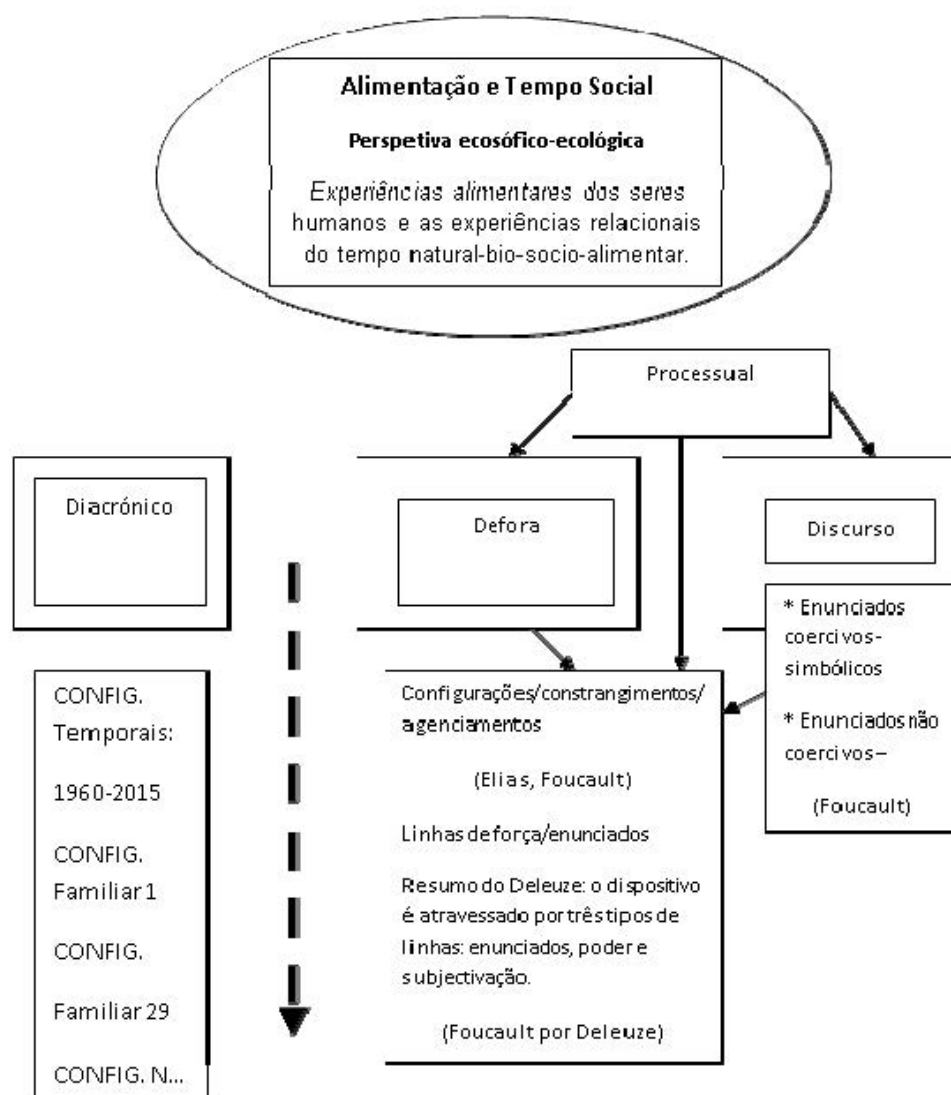


Figura 2: Esquema conceitual dos tempos alimentares segundo a perspectiva ecosófico-ecológica

A observação dos mecanismos de integração/substituição de alimentos é relevante para a compreensão do processo de mudança das culturas alimentares, definidas numa tripla dimensão: 1. A processual e histórica; 2. As práticas alimentares nas diferentes fases do sistema alimentar; 3. A coerciva, simbólica e imaginária (Mascarenhas, 2007). Podemos observar as tensões que se geram e que conduzem a uma alteração específica, remetendo para outras formas de interdependência social.

A título de exemplo, a industrialização alimentar e a tecnificação da cozinha exercem permanentemente uma pressão sobre o indivíduo. Mas esta pressão é mediada de múltiplas maneiras e largamente previsível. Atua em grande parte através do poder de reflexão do indivíduo, tendo um poder coercivo sobre si mesmo, com base no conhecimento que tem das consequências das suas ações e atitudes que observou primeiro na família (Elias, 1989), e, em seguida, nas sucessivas socializações

e subjetivações dos sujeitos que modelam as suas experiências alimentares no tempo (Mascarenhas, 2012d).

Neste sentido, poderemos questionar-nos ainda o que é que favorece, num caso, as temporalidades alimentares de curta duração (refeições rápidas, dessincronizadas e desritualizadas) e, no outro, as forças reagem contra elas, dando lugar a temporalidades alimentares de longa duração (refeições longas, sincronizadas e ritualizadas) que revelam continuidades, regressos ou recomposições resultantes de novas maneiras de pensar a alimentação. De facto, tentaremos mostrar como as mudanças não se fazem numa direção linear. Elas revelam evoluções, involuções, ruturas, continuidades, descontinuidades, recomposições, regressos, fragmentações e pluralidades.

Em relação às temporalidades alimentares e às modalidades do sentir e interpretar o tempo social, importa precisar que algumas delas se interconectam não só com os tempos cósmico, natural e biológico (fase de produção), o biológico (ato bio-alimentar) e o social (ato antropológico-socio-alimentar) mas também se interligam com os tempos do passado e do presente que, por sua vez são envolvidos pelo tempo tecnológico e por processos de tecnificação alimentar, considerados como agenciamentos. Estes são entendidos como realidades múltiplas que comportam heterogeneidade das práticas alimentares e que estabelecem ligações e relações sociais entre elas através das “idades”, do “género”, das “categorias socioprofissionais”, do “tipo de estrutura familiar”, “composição do grupo doméstico”, “nível de instrução”, “origem geográfica”, “contextos” (rural e urbano) entre outras variáveis. Estes agenciamentos produzem enunciados coercivos e simbólicos e enunciados não coercivos (Foucault, 1969; Deleuze, 1998).

Os discursos dos entrevistados revelam enunciados coercivos em relação ao tempo tais como “falta de tempo para cozinhar”, “faço tudo a correr”, “disponibilidade de tempo para outras tarefas”, “agilizar o tempo das tarefas domésticas”, “várias tarefas alimentares no mesmo tempo”, “saio de manhã cedo a correr para apanhar o transporte para o trabalho”, “levar as crianças à escola”, “almoçar rápido porque se tem uma hora de descanso”. Enunciados reveladores de um tempo tecnológico acelerado em que vivemos. Podemos captar outros enunciados não coercivos tais como “ter tempo para ler”, “ter tempo de passear na natureza”, “tempo de descanso”, “tempos livres”, “tempos de lazer”, “tempo para receber os amigos”, “gosto de tomar o meu tempo nas refeições com a família”. São enunciados que remetem para as temporalidades alimentares festivas das sociabilidades em casa e fora de casa, em tempos de lazer, tempos familiares e tempos individuais dos sujeitos.

Em seguida, explicitamos os caminhos trilhados na investigação sobre as culturas alimentares em Cascais no tempo e com o tempo.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Considerámos que o método etnográfico seria o mais adequado para o estudo das transformações da cultura alimentar e, em particular, sobre as mudanças do

tempo social alimentar. As técnicas de recolha de dados utilizadas foram as seguintes: a história de vida alimentar sobre as experiências alimentares e recordações dos entrevistados, as fichas de ementas, as fichas do inventário alimentar, as entrevistas em profundidade e a entrevista semiestruturada. Nesta última, estabelecemos uma grelha de tarefas domésticas ligadas à alimentação de acordo com as considerações teóricas de Stephen Mennel (1992) e Mabel Gracia (1996). Assim sendo, a elaboração da grelha contemplou as mudanças, ruturas e continuidades das práticas alimentares materiais e simbólicas nos últimos cinquenta anos, envolvendo as diferentes fases do sistema alimentar tais como a produção (horticultura, fruticultura, criação de animais, as técnicas de produção, etc.), o aprovisionamento (compra, trocas e dádivas), a armazenagem e conservação dos alimentos, a preparação e a confeção culinária, o serviço de mesa (pôr e levantar a mesa), o tipo de baixela, a limpeza e a arrumação dos utensílios, a manutenção e limpeza do equipamento e do espaço culinário, a reutilização/reciclagem das sobras, dar a comida às crianças e idosos incapacitados, a separação dos resíduos sólidos, a cronometração do tempo, o controlo da qualidade dos alimentos, as planificações do aprovisionamento e das ementas, a supervisão das existências, a atenção e cuidados com a saúde familiar, a transmissão dos saberes alimentares e culinários. Acresce-se ainda o cuidado de satisfazer os gostos alimentares dos membros do grupo doméstico entre outras atividades diárias do trabalho doméstico, tais como o cuidar e educar os filhos, prestar cuidados de saúde familiar, limpeza da casa, limpeza da roupa, etc. Incluímos ainda a existência de partilha/delegação destas tarefas pelos membros do grupo doméstico, por um outro membro familiar ou por serviço doméstico (Mascarenhas, 2007 e 2012b).

Relativamente à análise de dados, recorreremos tanto a técnicas quantitativas como a qualitativas. Na primeira, procedemos ao cálculo da duração média do tempo em cada tarefa. Na segunda, utilizámos a análise de conteúdo em categorias da informação recolhida através das entrevistas em profundidade e das entrevistas semiestruturadas. Por último, escolhemos a análise de conteúdo temática em relação às histórias de vida alimentar centradas nas mudanças das práticas, das temporalidades alimentares e da divisão sexual do trabalho doméstico alimentar (Mascarenhas, 2012a).

A amostra envolveu vinte e nove grupos domésticos, num total de sessenta pessoas entrevistadas. A sua dimensão poderia ter sido maior, todavia, consideramo-la apropriada devido, por um lado, à dificuldade de recolha e análise de dados e, por outro, porque atingimos a saturação pretendida. A amostra obedeceu essencialmente a critérios de *significatividade* do número de casos, tendo em conta a função do investigador, o problema em estudo e a perspetiva teórica adotada. Em primeiro, combinámos sete variáveis sociodemográficas (“género”, “idade”, “dimensão, composição e estrutura familiar”, “nível de rendimentos”, “nível de instrução”, “categorias socioprofissionais”, “origem geográfica” porque estas podem condicionar as práticas alimentares e a organização das atividades no tempo. Para abordar o carácter significativo e intensivo deste estudo, como referimos anteriormente, escolhemos

a amostragem intencional. Os grupos são selecionados de acordo com os critérios estabelecidos por nós e acima descritos.

Deste modo, os grupos domésticos distribuem-se quanto à sua estrutura familiar da seguinte maneira: um de estrutura familiar alargada, catorze famílias nucleares com filhos (pequenos, adolescentes e adultos), duas famílias nucleares sem filhos, quatro monoparentais e oito grupos domésticos unipessoais (Mascarenhas, 2007). Entrevistámos todos os membros do grupo doméstico sempre que foi possível, resultando um total de vinte e seis homens e trinta e quatro mulheres, incluindo os filhos adolescentes e adultos no que concerne as ementas das refeições escolares e as saídas noturnas. Contemplámos na amostra grupos domésticos com idades entre vinte e setenta dois anos de forma a apreender as mudanças da cultura alimentar. Em relação à variável “origem geográfica” dos entrevistados, envolvemos quarenta e quatro do Concelho de Cascais, cinco de Lisboa, dois do Concelho de Góis (Beira Litoral), três de Ponte de Lima (Minho), um de Silves (Algarve), um de Torres Vedras (Estremadura), um de Murça (Trás-os-Montes), um de Foros do Arrão (Alto Alentejo), um de Água Travessa (Ribatejo) e um estrangeiro (Londres). Temos privilegiado os naturais do Concelho de Cascais e as pessoas com mais de quarenta anos explica-se pelo fato de pretendermos estudar a cultura alimentar em Cascais. Todos residem no concelho há mais de vinte anos.

Cada entrevista em profundidade se desenrola com um grau de liberdade e espontaneidade da pessoa entrevistada. A sua duração é de cerca de duas horas, sendo conduzida em casa de cada grupo doméstico. A segunda visita é consagrada à entrevista semiestruturada com a mesma duração. No final, entrega-se a ficha das ementas semanais de todos os membros do grupo doméstico, recolhendo-a na terceira visita.

Numa segunda fase da investigação, no período entre 2007 e 2013, selecionámos entre os vinte e nove grupos domésticos, nove grupos domésticos que constituem um *focus* grupo. Pretendemos saber as repercussões da crise nas práticas alimentares quotidianas.

Levantamos como hipótese de trabalho o seguinte percurso de investigação cujos pilares assentam nos processos que a seguir elencamos:

- Primeira hipótese: as práticas alimentares no tempo apresentam reconfigurações diferenciadas de acordo com a herança intergeracional e familiar segundo as sensibilidades relativamente à estética do ato alimentar.
- Segunda hipótese. O processo de tecnificação da alimentação obriga a que sejam introduzidas alterações significativas que modificam as modalidades de sentir o tempo enquanto *modus vivendi* alimentar.
- Terceira hipótese: em tempos de crise civilizacional, assistimos a ruturas das práticas alimentares e das temporalidades no presente, a regressos e/ou recomposições de práticas alimentares do passado mas com novas re-significações e novas subjetividades alimentares e novos modos de sentir o tempo, tendo efeito direto na organização das tarefas alimentares domésticas e na percepção temporal das mesmas.

Para este artigo desenvolvemos as mudanças ocorridas nas temporalidades e ritmos alimentares em Cascais e avaliamos como o processo de tecnificação desencadeia novos modos de sentir o tempo enquanto *modus vivendi* alimentar.

TEMPORALIDADES ALIMENTARES NAS REFEIÇÕES

Quando Maria Rattazi descreve os hábitos alimentares dos portugueses nos finais do século XIX, referindo-se às horas das refeições quotidianas e festivas e aos seus conteúdos alimentares, no nosso entendimento, a autora descreve os hábitos de uma classe social da pequena burguesia. A autora salienta que às nove horas bebia-se chá com leite e pão torrado, coberto de manteiga salgada; às quinze horas, [comia-se] uma sopa com carne, couves e nabos, sardinhas ou bacalhau e arroz e às vinte e uma horas, novamente chá e pão torrado (citado por Drumond Braga, 2004).

Vários autores coincidem que, ao longo da segunda metade do século XIX, assistimos progressivamente à deslocação dos horários das refeições. A refeição do almoço avança no tempo e acaba por ser precedida por um pequeno-almoço. Estas novas temporalidades das refeições surgem “por volta de 1900 em Portugal” (Drumond Braga, 2004: 143), impostas como modelo normativo pela classe burguesa. Estas deslocações dos horários e nomes das refeições devem-se, segundo Poulain (2002), a três mecanismos: “o processo de distinção social, o mito da igualdade e a importância do pensamento higienista” (Poulain, 2002: 35). Em contrapartida, Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari (2001) explica que esta deslocação está relacionada com as transformações dos tempos da vida quotidiana em relação às novas formas de trabalho remunerado e prolongamentos dos tempos de trabalho. Por sua vez, Claude Grignon (1993) retraça a génese das refeições contemporâneas francesas, demonstrando como este modelo temporal é o produto do encontro entre os usos sociais do grupo, as classes e as diferentes culturas de classes. Baseando-se em Max Weber, C. Grignon, dá como exemplo os colégios religiosos, explicitando que a refeição encontra-se definida pelo nome, hora, duração de cada refeição, pela ordem de sucessão durante o dia, pela variação ao longo da semana e do ano, pelo lugar, pela oposição que ela ocupa entre duas atividades, num uso social do tempo quotidiano integrado num calendário escolar e num calendário religioso. De igual modo, as refeições pautam-se pelos seus conteúdos alimentares que precisam as razões *victus convictorum*⁵ e, por fim, pela relação que cada um dos elementos mantém com os outros.

O autor considera que:

“A modelização da refeição não é apenas um facto cultural mas também um facto da cultura do conhecimento, que passou progressivamente do uso dominante, em seguida, muito lentamente, ao uso corrente []. Submetendo as gerações sucessivas da elite a uma disciplina quotidiana capaz de marcar e de formar pela educação as suas atitudes em relação ao corpo e ao tempo, os internatos

⁵ A vitória das convicções.

dos colégios religiosos conseguiram fazer entrar na cultura as práticas das classes dominantes; uma exigência que dizia respeito a um grupo muito restrito da sociedade” (Grignon, 1993: 280).

De facto, todas as explicações são relevantes para compreender as mudanças. A racionalização, a normalização e a democratização dos novos modelos e das temporalidades nas refeições, isto é, das sequências das refeições durante o dia, da sua duração, dos seus conteúdos alimentares e das maneiras de civilidade à mesa, devem-se, em grande parte, aos colégios religiosos de elite e, em particular aos destinados aos pobres (Mascarenhas, 1983). Formam-se, então, todas as prescrições sobre comer e beber (Elias, 1989). Elas tornam-se, assim, ocasiões exemplares para mostrar que as regras triunfam em relação à tentação do pecado, à gula e à desordem alimentar. O ato alimentar deixa de ser regulado pela posição do Sol e pelo sino. Implementam-se as regularidades das refeições: número, horas e duração. O ato biológico de comer deve um ato antropológico alimentar. A socialização da refeição, segundo Simmel (1994), a eleva ao grau de estilização estética que atua sobre o indivíduo.

As novas formas de trabalho remunerado e assalariado conduzem a transformações da vida quotidiana. A conquista do fim de semana com a separação dos tempos de trabalho e tempos de descanso gera novas práticas de sociabilidades alimentares fora de casa e permite criar um tempo individual paralelo ao familiar.

Todavia, a estas explicações, acrescentaríamos mais duas, a saber: 1. O progresso das novas técnicas de iluminação e sua introdução nas esferas pública, institucional e privada, tornando possível novos horários de trabalho; 2. O papel regulador do Estado e o desempenhado pelo modelo socioeducativo. Ambos desencadeiam novas re-significações e novas reconfigurações das temporalidades alimentares.

Esta deslocação temporal é aparentemente mais lenta e bastante incompleta segundo os contextos rural ou urbano, os grupos sociais, o tipo de trabalho e o distanciamento crescente entre o lugar de residência e local de trabalho que, por sua vez, obriga a novas formas de sociabilidades alimentares, nomeadamente as refeições fora de casa, em lugares públicos tais como restaurantes, estalagens, hotéis, casas de pasto, tabernas, cafés e pastelarias, as hortas⁶ ou em lugares semipúblicos (cantinas empresariais e escolares).

A partir dos discursos dos entrevistados, podemos dizer que nem todos comem o mesmo, nem no que se refere à quantidade nem à qualidade, nem aos conteúdos, e nem todos comem da mesma maneira, nem apresentam as mesmas temporalidades alimentares (horário e duração), nem fazem o mesmo número de refeições. Nas histórias de vida alimentar dos grupos domésticos de cariz popular, o tempo aparece na memória daqueles que vivem no concelho de Cascais antes dos anos sessenta do século passado, como “um tempo de miséria, de fome e de trabalho duro”. A memória avalia o passado segundo dois eixos de comparação, o da alimentação e o do trabalho. Os enunciados coercivos mais repetidos são “Comia-se mal”, “A comida era pouco

⁶ Hortas eram estabelecimentos boémios e rústicos onde se ouvia fado, se bebia e se comia uns petiscos.

variada e escassa”, “Trabalhava-se de sol a sol, sem parar” e “As tarefas domésticas e agrícolas eram pesadas e extenuantes”. Uma das entrevistadas refere ainda as dádivas e entreajudas entre os vizinhos e o papel da benemérita dos pobres na Malveira:

“Eu não passei fome, mas lembro-me daqueles que não tinham que comer. Havia famílias na Malveira da Serra (freguesia de Alcabideche) que passaram mal. Comiam pão e outros alimentos que os vizinho lhe davam. A baronesa dava muita esmola e comida para os pobres. Ela conseguiu fundar a primeira cantina para os pobres” (G.D. nº 3. Mulher. 59 anos. Unipessoal. 1 membro. Primário. Empregada de limpeza).

Os horários das três refeições principais variam consoante as estações do ano e o tipo de trabalho. Na lavoura, distingue-se duas épocas relacionadas com as atividades agrícolas: a primeira desde o começo da sementeira outonal (22 de setembro até ao último dia de Maio): a segunda “a de Verão”, desde o primeiro dia de junho até ao “S. Mateus”. A primeira refeição do dia é o **almoço** entre as cinco e seis da manhã no período da sementeira e às sete horas no tempo das colheitas e outros trabalhos agrícolas. O seu conteúdo alimentar contempla uma sopa de legumes, batata e hortaliças ou couves, um pedaço de pão com azeite ou azeitonas, o vinho e o café de cevada. Por vezes, adiciona-se alimentos cozinhados, salgados ou fumados. A técnica culinária é o cozido que se faz lentamente na lareira da cozinha durante três a quatro horas. Um dos grupos doméstico de origem alentejana refere ainda a açorda ou migas como conteúdo. Num alguidar, colocam o azeite, o sal pisado com alho, poejos ou coentros e pimentão. Na mesa, o chefe de família corta o pão em pedaços, colocando-o no alguidar enquanto a mulher versa a água a ferver. Amolecidas as sopas, principia-se a comer todos da gamela ou alguidar. Come-se devagar, aguardando que a comida arrefeça. No intervalo das comidas, é uso comer um pedaço de pão com queijo ou chouriço por ocasião da primeira aguada da manhã pelas onze horas e também na da tarde, imediata ao meio-dia. O **jantar** pelas doze horas realiza-se no local de trabalho para os homens ou em casa para as mulheres e filhos, tendo como conteúdo alimentar um cozido de legumes com batatas, hortaliças, preparado com gorduras, toucinho ou azeite, adicionando carne ensacada, exceto às sextas e sábados que se tempera unicamente com azeite. Um dos grupos oriundos do Alentejo denomina este cozido por olha. Outros alimentos podem fazer parte desta refeição tais como o pão, sardinha ou atum em conserva e o vinho. O jantar pode ser levado de casa ao local de trabalho pela mulher ou filha mais velha. A sua duração oscila entre uma hora e uma hora e meia, sendo acompanhada de conversas e gracejos entre os colegas de trabalho. Finalmente, entre as dezassete e dezanove horas, tem lugar a **merenda ou a ceia**, segundo se coma ao sol-posto ou à noite. Esta refeição é realizada em família. O seu conteúdo alimentar é constituído por um prato único, sopa de feijão ou grão com hortaliça ou couves, um pedaço de carne ou peixe com acompanhamento (batata e/ou arroz) repartido por todos os membros do grupo. O homem tem direito a uma porção maior, a uma melhor parte da peça de carne ou de peixe e ao melhor pedaço de carne ou peixe. No tempo das

favas, come-se arroz com favas ou favas guisadas. Aos domingos caprichavam-se as ementas, as técnicas culinárias e as quantidades de alimentos. O cozido é melhorado com carne de vaca, exceto nos dias magros.

Um dos entrevistados, natural e residente em Manique de Baixo, na freguesia de Alcabideche, pertencente ao grupo social de cariz popular, avalia o seu passado alimentar e as suas temporalidades, comparando a sua alimentação quotidiana com os constrangimentos temporais do trabalho exercido:

“Ainda nos anos cinquenta, quando trabalhava como pedreiro e na lavoura, o primeiro almoço era pelas 6 horas e meia. Era sopa de feijão com hortaliça, açorda ou batatas com bacalhau, pão e vinho. O segundo almoço, era pelas 11 horas, trazido de casa numa marmita e compunha-se de pão com uma sardinha frita, ou pão com azeite e azeitonas e um naco de toucinho ou chouriço, vinho () E o jantar, pelas 17 horas, era sopa, pão, queijo de cabra e vinho ()” (G.D. nº 20.1. Homem. 81 anos. Nuclear. 3 Membros. Estudos Primários. Pedreiro, reformado).

Parece existir uma imprecisão em relação ao nome da refeição do meio-dia nos anos cinquenta do século passado em que verificamos uma alteração significativa. O jantar é referenciado por segundo-almoço em dois entrevistados de grupos domésticos diferentes. Pertencentes ao mesmo grupo social, podemos observar outras configurações temporais das refeições. Uma entrevistada natural do Algarve, de uma aldeia perto de Silves, faz parte do fluxo migratório dos anos quarenta para o litoral. A família instalou-se numa cabana no Pinhal do Bairro do Rosário e, mais tarde, arrendou um terreno para cultivo e criação de gado, conseguindo, uns anos depois, comprar uma pequena casa na Areia, na freguesia de Cascais. A entrevistada testemunha a diferença dos horários das refeições e dos conteúdos alimentares entre as duas gerações:

“Nos anos cinquenta, a minha mãe preparava a sopa para o meu pai para o almoço pelas 6 horas e meia. Eu tinha café com leite e pão com azeite ou um pouco de manteiga, quando havia, pelas 8 horas antes para a escola em Birre. Pelas 12 horas, a minha mãe levava o segundo almoço para o meu pai que trabalhava nas pedreiras de Birre. O jantar era pelas 18 horas no inverno e uma hora mais tarde no verão ()” (G.D. nº 3. Mulher. 59 anos. Unipessoal. 1 membro. Primário. Empregada de limpeza).

Os ritmos temporais e os conteúdos alimentares das refeições diferenciaram-se nas gerações mais novas. São regulados pelas alterações dos novos tempos de trabalho remunerado e pelos constrangimentos do sistema produtivo e das atividades escolares. Mas também pelos novos modos de se organizar e de sentir o tempo.

A primeira refeição do dia, o almoço da geração mais velha passa a denominar-se por pequeno-almoço nas gerações mais novas, sujeita a uma deslocação horária, das seis horas para as oito horas. Esta refeição passa a ser caracterizada pela ausência da sopa e do segundo prato, apresentando um conteúdo alimentar e uma figuração diferentes da refeição do membro mais idoso, ou seja, “café com leite, e “pão com azeite ou com um pouco de manteiga” ou “torradas”. Estamos em presença de uma nova refeição” o pequeno-almoço com horários e denominação diferentes em relação ao passado. Mas também revela uma alteração de conteúdo

alimentar que evidencia uma industrialização alimentar emergente. Deste modo, o membro mais jovem, a filha, apresenta uma reconfiguração temporal marcada por uma deslocação do horário da primeira refeição que se repercute nas três refeições seguintes, a do almoço, a da merenda e a do jantar; esta última refeição tem uma deslocação horária entre quatro a cinco horas. De facto, a partir dos discursos dos grupos domésticos podemos afirmar que, nos finais dos anos cinquenta do século passado, coexistem diferentes horários, denominações e conteúdos alimentares para as refeições principais entre os membros do mesmo grupo doméstico que vivem, ainda, em condições de ruralidade. As gerações mais novas escolarizadas estão em permanente contacto com a população que vive no litoral em condições de urbanidade. Os jovens são mais permissíveis à mudança, adotando horários, figurações e conteúdos alimentares diferentes.

Poderemos falar de ruturas temporais e de conteúdos das refeições diferenciados nas gerações mais novas e de continuidades para as gerações mais velhas nestes grupos sociais que vivem ainda em condições de ruralidade?

Os discursos dos entrevistados assinalam estas ruturas entre as gerações, o tipo de trabalho e os ciclos de vida conforme testemunha a seguinte entrevistada:

“O pequeno-almoço da minha família era café com leite e pão com doce ou manteiga nos anos setenta. Dez anos mais tarde, quando nasceu o meu segundo filho, o pequeno-almoço passou a ser leite com cereais e finalmente hoje comemos segundo o que nos apeteça “fruta, iogurte e pão com queijo”, “leite com cereais”, terminando com um café. (G.D. nº 11. Mulher. 55 anos. 6 membros. Analfabeta. Empregada doméstica).

Mas podemos apreender novas re-significações e novas subjetividades alimentares, fruto de contactos com outros grupos sociais de cariz burguês e com os modos de vida mais urbanos. Mostra ainda a alteração dos conteúdos alimentares por substituição de alimentos de proveniência industrial. Por fim, evidencia o processo de individualização das refeições entre os membros do mesmo grupo doméstico nas décadas seguintes. De facto, o pequeno-almoço, em meados dos anos setenta, apresenta outra figuração e conteúdo alimentar. Nos grupos sociais mais inclinados à inovação, fortemente influenciados por modas alimentares, incutem prestígio a alguns alimentos tais como o leite, o iogurte, sumos de fruta e cereais. Este modelo de um pequeno-almoço não tradicional com a figuração, “leite com cereais (*muesli*, flocos de trigo)” ou “sumo de laranja, torradas, gemadas ou ovos quentes”, preferido pelos grupos sociais de cariz burguês, tem sido incentivado por especialistas da saúde, objeto de campanhas de marketing e de educação alimentar nas escolas durante o Estado Novo com o objetivo de combater a fraqueza física que prejudica o rendimento escolar e criar novos hábitos alimentares.

Referimos que o tempo vivido e os modos de sentir o tempo diferem segundo as condições de ruralidade das populações das aldeias do interior de Cascais e de urbanidade daquelas que vivem no litoral fortemente urbanizado por populações oriundas de diferentes regiões de Portugal e diferentes países europeus que valorizam os modos de vida urbanos.

De facto, as reconfigurações das temporalidades alimentares, as figurações das refeições e os conteúdos alimentares apresentam diferenciações de acordo com a herança intergeracional e familiar e as novas sensibilidades estéticas do ato alimentar. Mas também, estão relacionadas com os *modus vivendi* alimentar e modos de sentir o tempo em contextos rurais e urbanos. E se distinguem segundo os grupos sociais, as idades, o género, os ciclos de vida, as trajetórias profissionais, o tipo e o número de elementos no ato de partilha, as situações de partilha e os contextos em que se desenrolam as refeições (Mascarenhas, 2012c).

Interessa aqui destacar as diferenciações sociais das temporalidades e os ritmos temporais das refeições nos grupos sociais de cariz burguês, relacionando-os com as suas figurações e os conteúdos alimentares.

De fato, as temporalidades das refeições nos grupos sociais de cariz burguês são diferentes e os conteúdos heterogéneos. Destacamos as temporalidades e as durações das três principais refeições no passado para estes grupos sociais:

- O *pequeno-almoço*: nos dias laborais realiza-se antes das nove horas da manhã, entre as 7h30 e as 9h30 consoante as atividades de cada membro. A sua duração é aproximadamente de 30 minutos. Em contrapartida, verificamos a deslocação de cerca de três horas nos dias não laborais.
- O *almoço*: nos dias laborais, inicia-se antes das 13 horas. A sua duração oscila entre 50m e 60m. Em contraponto, nos dias não laborais almoça-se mais tarde, pelas 14h30 sendo a sua duração média de 1h30 minutos, dependendo dos contextos e dos membros no ato de sociabilidade.
- A merenda pelas dezassete horas compõe-se de chá ou café e torradas para os adultos e leite ou café com leite ou chocolate e um fatia de pão com manteiga e doce ou manteiga e fiambre. Por vezes, são apresentados biscoitos ou bolos.
- O *jantar*: esta refeição inicia-se entre as 20h30 e as 21h 30 em semana, sendo a sua duração média de 60 minutos. Nos dias não laborais, o jantar pode realizar-se até às 21h30. A sua duração média é de 1h30.

As duas refeições principais, almoço e jantar, organizam-se numa sucessão de três serviços: sopa, o segundo prato e a sobremesa, regidas por um formalismo dos rituais alimentares, enquadrados por uma etiqueta onde se vislumbra o reconhecimento social e, simultaneamente, a exclusão social.

Na média e alta burguesia, existe um formalismo das sociabilidades em que os rituais alimentares incidem, mais do que nas outras classes, nas normas e regras de boas maneiras à mesa como forma de distinção. Os alimentos revestem-se de “poder simbólico” (Aron, 1976; Bourdieu, 1979) na medida em que este grupo social tende a valorizar as características organoléticas dos alimentos, a sua qualidade, a sua frescura e a sua hierarquia nas refeições conforme testemunha o entrevistado:

“Na minha casa, a alimentação era variada e de qualidade. Ao pequeno-almoço servia-se chá e leite, torradas com doce e manteiga. Nas refeições do almoço e

jantar, começava-se pela sopa, o segundo prato de peixe ou carne com acompanhamentos: batatas no forno, fritas e raramente cozidas, legumes e salada, a sobremesa composta de uma peça de fruta ou um doce (farófias, leite creme, etc.). Para terminar, um café e um licor para os adultos. Se ao almoço o prato era de carne, ao jantar era peixe. Tínhamos uma criada e uma cozinheira que aprendeu a cozinhar com a minha mãe. As refeições eram tomadas em família e a horas fixas. Nos dias em que recebíamos convidados preparavam-se pratos especiais, geralmente da gastronomia portuguesa...” (G.D. nº 9. Homem. 70 anos. 3 Membros. Nuclear. Estudos Superiores. Engenheiro Agrónomo, Investigador).

Para estes grupos sociais, as refeições são, pelo menos até à década de setenta, um requinte. As figurações são diferentes da dos grupos sociais de cariz popular. Nos primeiros, privilegia-se as figurações trinárias e quarternárias; nos segundos, por força das condições de existência, verifica-se o prato único e, em dias festivos, a figuração binária. Os conteúdos alimentares revelam um primeiro prato, a sopa ou entrada, seguindo-se os dois pratos principais, um de peixe e o outro de carne. Os acompanhamentos variam entre os legumes, as saladas, a batata cozida, assada, salteada ou puré de batata, arroz de manteiga ou arroz de legumes. De salientar que o primeiro prato é a sopa, porém, a sua consistência e a maneira de cozinhar são diferentes em relação aos grupos sociais de cariz popular. Os legumes e verduras são variados e triturados, formando uma consistência cremosa à qual se adiciona verduras (agrião, hortaliça, feijão verde e espinafres conforme o tipo de sopa). O serviço de mesa termina com a sobremesa, composta por uma ou duas peças de fruta e doçaria. Os vinhos, tinto e branco, acompanham a refeição. As bebidas que marcam o final da refeição são o café e o digestivo.

De fato, as temporalidades, os ritmos e a duração das refeições de hoje são diferentes nos grupos domésticos. Destacamos as principais diferenças:

- O *pequeno-almoço*: nos dias laborais, esta refeição realiza-se antes das nove horas da manhã, entre as 7h30 e as 8h40. A sua duração é aproximadamente de 20 minutos. Em contrapartida, verificamos a deslocação de cerca de uma hora nos dias não laborais.
- O *almoço*: nos dias laborais, a maioria dos nossos entrevistados inicia esta refeição antes das 13 horas. A sua duração oscila entre 30m e 50m. Em contraponto, nos dias não laborais almoça-se mais tarde, sendo a sua duração média de 52 minutos.
- O *jantar*: esta refeição inicia-se entre as 20h e as 21h em semana, sendo a sua duração média de 50 minutos. Nos dias não laborais, o jantar pode realizar-se até às 21h30. A sua duração média é de 60 minutos.

Poderemos concluir que existem diferenças em relação às temporalidades do passado, tendo em conta os grupos sociais estudados. As variações dos horários do pequeno-almoço e do jantar apresentam uma deslocação de uma hora mais cedo relacionadas com as mudanças ocorridas na vida quotidiana. Existem diferenças de duração de cerca de 40 minutos nas refeições do almoço. No nosso entendimento,

estas diferenças podem ser mais acentuadas nos grupos domésticos de estrutura familiar unipessoal, monoparentais e nucleares com filhos adolescentes devido à organização das atividades de lazer e escolares. Em relação às temporalidades das refeições do passado e do presente as diferenças são mais acentuadas nas categorias sociais de cariz popular que transitam dos contextos rurais para urbanos. Como referimos, existe uma deslocação do horário das refeições. As denominações, as figurações e os conteúdos alimentares são diferentes, revelando novas reconfigurações, novas significações temporais e novos estilos de vida mais urbanos.

Podemos, ainda, destacar algumas mudanças das práticas alimentares em relação passado/presente que elencamos em seguida: 1. Aumento do número de refeições em solitário, sobretudo nos grupos domésticos de estrutura familiar unipessoal; 2. Deslocação dos horários das refeições; 3. Deslocação dos lugares em casa (para «fora de casa» nas refeições diárias (restaurantes, bares, cafés, pastelarias, *snacks*, tascas, cantinas empresariais e escolares) devido a constrangimentos de trabalho e outras atividades, assim como das refeições festivas; 4. Simplificação em termos de sequência de serviços (figurações) e flexibilidade das refeições nos grupos de cariz burguês; 5. Alteração dos conteúdos alimentares marcadas pela substituição de um regime quase vegetariano e frugal dos grupos sociais de cariz popular por um regime da abundância relativa com aumento dos produtos de origem animal e adição de alimentos provenientes da indústria agroalimentar; 6. Afrouxamento da ritualização das duas refeições principais (almoço e jantar) no quotidiano; 7. Valorização da refeição do jantar com predomínio das figurações ternária e quaternária para os grupos sociais mais elevados e binária e prato único para os outros grupos sociais; 8. Aumento das sociabilidades alimentares com os amigos e colegas de trabalho para os grupos sociais mais elevados; 9. Agilização da sobrecarga e economia de tempo das tarefas domésticas alimentares; 10. O perfil dos membros que participam nas refeições e nas tarefas domésticas ligadas à alimentação; 11. A tipologia das sociabilidades com os amigos, os colegas de trabalho e outros membros da família; 12. Tendência para a «individualização», reflexividade e esteticização do ato alimentar.

Paralelamente, na dimensão simbólica e coerciva, verificam-se mudanças nas representações culturais e nos valores simbólicos dos alimentos, nas formas de aprendizagem e confrontação de saber-fazer alimentares e culinários, na linguagem e gramáticas alimentares, na incorporação de neologismos e novas denominações, nos valores e nas preocupações associadas com a alimentação (o cuidado com a saúde, com a dietética, com a ecologia, com a estética), salientando-se a delgadez como ideal estético predominante. Identificamos diferenças em relação à importância dada aos tempos de trabalho que, por sua vez, reconfiguram os tempos familiares e tempos livres. Deste modo, os modos de sentir os tempos apresentam diferenças consubstanciais cujos enunciados coercivos se exprimem pela “falta de tempo”, por “tarefas simultâneas” e por “culpabilização da falta de tempo para estarem com os filhos”.

Podemos avançar alguns fatores que parecem ter contribuído para a mudança das culturas alimentares, das temporalidades das refeições e dos modos de sentir o tempo. Na década de sessenta, o processo de metropolitização de Lisboa desencadeia

uma notável transformação “física e social” da região envolvente da região, com o crescimento urbanístico nas áreas delineadas pelo acesso ferroviários da linha de Lisboa-Cascais e da marginal. Surgem progressivamente os dormitórios suburbanos no lugar das antigas quintas, hortas, pomares, olivais e até terrenos de cultura de sequeiro, desencadeando uma diminuição da agricultura e da criação de gado no concelho de Cascais.

A partir de meados dos anos setenta, com incidência após a revolução de Abril de 1974, dá-se a inflexão do movimento migratório do interior para o litoral, assistindo-se a outro tipo de migrações com o regresso de portugueses exilados no estrangeiro e dos portugueses residentes nas antigas províncias ultramarinas. Com o fluxo migratório, a parte ocidental do concelho e as antigas aldeias transformam-se em centros urbanos residenciais, que se mantém em crescimento até aos finais do século XX. O processo de urbanização e o aumento demográfico devido, em grande parte, a fluxos migratórios, acompanha-se do desenvolvimento do turismo de massa e da restauração, desencadeando transformações profundas na sociedade cascalense, repercutindo-se em mudanças das culturas alimentares em Cascais (Mascarenhas, 2007).

Nas quatro últimas décadas do século XX, assistimos, também, a um aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, aumento do assalariamento e dos salários e, por conseguinte, melhorias das condições de existência das famílias apesar das crises económico-financeiras da segunda metade dos anos setenta e dos meados dos anos oitenta. O aumento da escolaridade, o surgimento de novos valores de libertação feminina e os novos modos de vida urbanos geram novas práticas alimentares. As atividades destinadas à alimentação são diretamente afetadas pelas reconfigurações dos tempos de trabalho feminino, dos tempos familiares, dos tempos alimentares e dos tempos de lazer nos quais a alimentação ocupa um papel preponderante, em particular nas refeições e sociabilidades fora de casa.

A situação de crise tem revelado novas configurações temporais alimentares, nomeadamente no aumento de tempo durativo em relação às tarefas domésticas alimentares. A partir dos *focus* grupos, podemos apreender novas re-significações de aprovisionamento alimentar por compra (lojas e mercados de alimentos biológicos, venda direta através de entrega dos cabazes em casa) e regresso ao autoconsumo através de implementação de hortas domésticas quer nos antigos quintais quer em substituição de parte do jardim quer em varandas. Por fim, assistimos à implementação de hortas urbanas no concelho de Cascais desde 2006. Procura-se, por um lado, produzir os seus próprios alimentos de forma mais biológica devido ao aumento da perceção dos riscos alimentares e seus efeitos na saúde e no ambiente, por outro, diminuir as despesas com a alimentação. Há uma valorização do comer em casa, da comensalidade e da arte culinária.

É certo que num contexto de crise, os indivíduos são obrigados a adotar novas estratégias de consumo, em função do orçamento familiar disponível para a componente alimentar. Desta forma, Carvalho comprova que:

“O perfil do consumidor está a alterar-se relativamente aos padrões que o definiram nas décadas de 70 e 80. A resseção económica do início dos anos 90 valorizou a componente preço. (). O consumidor está consciente da incerteza do futuro e reage economizando onde é possível. Procura uma oferta mais personalizada em função das suas necessidades. (). O consumo alimentar na Europa é cada vez mais homogéneo, do ponto de vista da percentagem de despesa total destinada aos produtos alimentares” (Carvalho, 2000: 71).

A crise económica e financeira desencadeia a crise social. Interessa-nos destacar em particular a diminuição dos orçamentos familiares devido a cortes ou reduções salariais, a aumentos de impostos e aos despedimentos. Estes constrangimentos económicos conduzem a um empobrecimento das classes sociais, independentemente do tipo de estrutura familiar das mesmas, afetando mais as famílias numerosas e umas mais do que outras. Esta conjuntura pode ter implicações ao nível das práticas e dos consumos alimentares. As famílias tendem a ter práticas mais racionais no que concerne às compras, ao consumo dos alimentos nas refeições domésticas e que se reflete também nas refeições fora de casa.

Todavia, como resposta a esta conjuntura de crise, surgem, por um lado, novas formas alternativas alimentares dos mais pobres tais como as cantinas sociais, o Banco Alimentar e, por outro, assiste-se ao regresso das lancheiras por parte dos trabalhadores que não podem almoçar em casa devido ao distanciamento do local de trabalho. Os entrevistados encontram novas estratégias e alternativas tanto a nível dos lugares de aprovisionamento mais baratos como na procura de promoções e marcas brancas. Em relação ao autoconsumo, alguns entrevistados revelam ter regressado ao autoconsumo nos seus quintais (criação doméstica de animais, cultivo de vários alimentos frutícolas, hortícolas, etc.). Outros entrevistados de classes sociais mais elevadas iniciaram hortas nas varandas e nos jardins como forma de entretenimento e prazer de cultivar os seus próprios alimentos biológicos. De fato, estamos em presença de novas estratégias, de novas recomposições e de regressos que revelam novas significações das práticas agrícolas, nomeadamente a sua valorização social e alimentar. Revelam, ainda, um aumento dos tempos dedicados às tarefas domésticas que desenvolveremos em publicações futuras.

Passemos à análise da incorporação de alimentos provenientes da indústria alimentar nas refeições e da tecnicização do espaço doméstico e das suas interações temporais do trabalho doméstico quotidiano alimentar o que nos conduz à segunda hipótese investigativa enunciada anteriormente.

4. A TECNIFICAÇÃO ALIMENTAR E OS MODOS DE SENTIR E FLUIR O TEMPO

Pensar a tecnificação da cozinha doméstica (Mascarenhas, 2007: 307-334), a partir de exemplos concretos, permite-nos sublinhar o papel desempenhado pelos aparelhos técnicos cada vez mais complexos na cozinha e sua relação com os ritmos temporais. Este processo pode ser visto a partir deste nível micro pois trata-se de um processo globalizado que ultrapassa as lógicas locais e tradicionais. Poderemos, contudo, assinalar que algumas especificidades nos mostram que se trata de uma

história cheia de enviesamentos e de mesclas em que se ligam a tradição e a modernidade.

Interessa-nos demonstrar como o processo de tecnificação da alimentação e da cozinha obriga a que sejam introduzidas alterações significativas que modificam as modalidades de sentir o tempo enquanto *modus vivendi* alimentar.

Tudo indica que, em traços gerais, a partir dos anos setenta, as mudanças passaram pela aceleração da aquisição e utilização de aparelhos elétricos na esfera doméstica, cada vez mais sofisticados. De facto, os novos artefactos técnicos surgem ligados à conservação e à preparação dos alimentos. Apesar desta técnica de arrefecimento ser utilizada industrialmente nas trocas comerciais de importação de géneros alimentícios, sobretudo no grande negócio da carne, podemos afirmar que a sua introdução na esfera doméstica é tardia para a maioria dos grupos domésticos estudados conforme testemunha a entrevistada:

“Em Manique de Baixo, não tínhamos eletricidade e água canalizadas e, mesmo quando foram instaladas, poucas casas podiam comprar o frigorífico. A nossa mercearia foi uma das primeiras a ter frigorífico mas nós só comprámos em 1975, quando casei. Comprávamos diariamente a carne e o peixe que conservávamos de um dia para o outro em sal []. O problema hoje é outro. Tens que chegue e tens o frigorífico mas os alimentos não duram nada. Não posso comprar fruta e legumes para a semana porque se estragam no frigorífico. Se tens uma família com quatro membros, tens de comprar quase diariamente ou então congelar a carne e o peixe (). (G.D. 20. Mulher. 53 anos. Nuclear. 3 membros. Ensino Primário. Proprietária em nome individual na restauração).

Apesar de assistirmos progressivamente à introdução de aparelhos elétricos nas cozinhas domésticas, é preciso esperar a década de setenta e seguintes para que este movimento de aquisição maciça de aparelhos elétricos na cozinha se acelere: os frigoríficos - anos 60/70 “as arcas congeladoras” anos 80 - e os combinados nos anos 90.

Os entrevistados referem que a tecnificação das suas cozinhas deve-se, por um lado, a uma melhoria das suas condições de vida e, por outro lado, à expansão da instalação elétrica no Concelho de Cascais, região de Lisboa. De facto, muitas das aldeias do interior do Concelho de Cascais não tinham água canalizada e eletricidade. Em 1965, Conceição da Abóboda, Talaíde, Polima, Matarraque, Alto e Baixo dos Gaios, Campito, Manique de Baixo, Murches, Malveira da Serra, entre outras povoações, não tinham ainda eletricidade e água canalizada.

De igual modo, os objetos técnicos ligados à preparação dos alimentos tais como o fogão com forno a gás ou elétrico, a batedora elétrica, a picadora e a fritadeira elétrica, a trituradora de gelo, a panela de pressão e, mais tarde, os *robots* de cozinha, a máquina de café e outros equipamentos elétricos ligados à limpeza tais como a máquina de lavar louça e a máquina de lavar a roupa contribuem para as mudanças dos tempos dedicados às tarefas domésticas alimentares. De facto, as mudanças fazem-se sentir tanto na dimensão das práticas alimentares (compra, preparação e consumos de alimentos) como na dimensão simbólica e imaginária.

Emergem novos saberes técnicos e novas representações técnicas e alimentares (valores dos alimentos crus e cozinhados a vapor), isto é, novas experiências das ligações do Homem com os alimentos que se interiorizam, funcionando coercivamente e obrigando a uma nova articulação entre os seres humanos, a tecnologia dos aparelhos, os alimentos e as inter-relações entre os tempos sociais alimentares e os tempos tecnológicos.

Todavia, a introdução dos aparelhos elétricos, a mecânica masculina, a sua organização técnica, as suas máquinas e a sua lógica entraram no espaço feminino da cozinha sem que haja uma adaptação a estes engenhos, impondo-lhes uma nova maneira de manipular os ingredientes, uma nova relação às máquinas e outros modos de raciocínio. A iniciação sistemática ao uso de robots domésticos faz-se pela experiência apesar das dificuldades acrescidas acerca do funcionamento dos aparelhos. A leitura das instruções de manuseamento é frequentemente incompreensível dado que os textos estão mal traduzidos ou em língua estrangeira e cuja composição escrita apresenta uma lógica técnica e não uma lógica de uso, isto é, torna-se incompreensível para aqueles que não têm um saber de eletromecânica. Por isso, aprender a usar estes aparelhos gera tensões e perda de tempo. Por isso, alguns eletrodomésticos adquiridos caem em desuso e guardam-se no armário, na garagem ou arrecadações ou oferecemos a alguém.

Vejam os micro-ondas por constituir um tipo particular de aparelho que introduziu alterações nas maneiras de fazer e de pensar a culinária. Numa primeira fase, este equipamento é utilizado no espaço doméstico para o descongelamento e aquecimento dos alimentos; numa segunda, coexiste com o fogão e o forno na confeção dos pratos; por último, tende a substituir os dois últimos equipamentos. Esta substituição está associada a uma aceleração de um tipo de práticas domésticas que caracteriza a passagem da modernidade à pós-modernidade: um tratamento em que a mediação se faz com uma caixa negra e onde a participação é regulada de forma a poupar tempo. A aceleração temporal deixa de estar presente apenas no local de trabalho e de produção, atravessa também o espaço doméstico e privado do consumo tal como se desenvolve noutras áreas ligadas ao lazer e à comunicação: computadores e aparelhos de comando à distância (Mascarenhas e Neves, 2008).

Os aparelhos sociotécnicos têm efeitos diretos sobre as gramáticas das receitas. Introduzindo a quantificação, a unificação das medidas, a duração exata e as temperaturas de ebulição, estes aparelhos contribuíram para suprimir numerosos procedimentos e segredos guardados entre as gerações e transmitidos por via feminina. Porém, as novas receitas que acompanham os aparelhos motivam uma nova forma culinária e, simultaneamente, facilitam um tipo de refeições preparadas num curto tempo. A economia de tempo de descongelação é frequentemente enunciada pelos nossos entrevistados. O micro-ondas permite confeccionar ementas em doses individuais, compostas por pratos congelados e pré-cozinhados e uma maior participação dos membros do grupo doméstico em relação à preparação culinária (Mascarenhas, 2007 e 2012). O sucesso deste equipamento torna possível a individualização das refeições e uma maior disponibilidade temporal para as sociabilidades alimentares

e de lazer. Comer o que cada um gosta, mas comer ainda com os outros membros familiares ou amigos.

Devido às novas demandas geradas pelo modo de vida urbano, o ator social comum que cozinha e come em casa ou fora, lhe são impostos a necessidade de reequacionar os tempos da vida quotidiana e o *modus vivendi* urbano, segundo as condições das quais dispõe tais como o tempo para a preparação e o consumo de alimentos, os recursos financeiros, os lugares disponíveis para se alimentar, a periodicidade das compras entre outros constrangimentos temporais.

A sofisticação tecnológica das cozinhas dá-se com maior incidência entre os grupos domésticos mais jovens e com rendimentos mais elevados, porém, ela nem sempre corresponde a práticas alimentares simplificadas redutoras de tempo. Alguns grupos domésticos de cariz burguês continuam a praticar uma culinária elaborada e sofisticada, sendo dois deles auxiliados por uma empregada doméstica. Para estes, a preparação dos pratos (a culinária) e o serviço de mesa são encarados como uma arte e um prazer. Por isso, tomar o seu tempo para selecionar as ementas, comprar e preparar os alimentos, escolher uma culinária elaborada, combinar as ementas-prato e as bebidas, decorar os pratos e a mesa são tarefas domésticas que estes grupos sociais fazem com prazer e arte, em particular nas refeições que envolvem situações de sociabilidades.

Por último, gostaríamos de salientar a organização dos tempos alimentares e as interações com o equipamento técnico daqueles que vivem sozinhos em idades mais avançadas. Os homens mais idosos entrevistados encaram a utilização do micro-ondas com um objeto técnico que lhes permite organizar o tempo da vida quotidiana enquanto solteiros, dedicarem-se às sociabilidades, encurtando os tempos de preparação de pratos. Referem, ainda, o facto de lhes permitir uma refeição mais requintada comprada em lojas especializadas e aquecerem facilmente a comida que a empregada preparou na véspera. Referem que economizam dinheiro e tempo porque as refeições são realizadas em casa. Neste sentido, evitam os tempos de espera das refeições fora de casa. De facto, a tarefa culinária doméstica centrada quase exclusivamente nas mulheres, torna-se acessível aos homens, sendo encarada como divertida. Em termos simbólicos, os homens mais idosos associam as atividades culinárias com os enunciados “o fogão” e “2as panelas” “acender um fogão com fósforos” como sendo atividades do foro feminino.

A incorporação progressiva destes equipamentos técnicos com novas fontes de energia desencadeia uma melhor organização e gestão das tarefas domésticas alimentares. Esta introdução permite-nos observar um ambíguo e parcial uso dos tempos. De facto, várias investigações mostram que “a agilidade das tarefas domésticas originadas pelo progresso tecnológico perpetua a capacidade das mulheres para suportar os demais compromissos remunerados” (Gracia, 1996: 36), podendo simplificar ou complicar o trabalho doméstico (Murcott, 1983). A nossa investigação permite confirmar que a tecnificação pode trazer uma menor sobrecarga e uma economia de tempo em relação às tarefas alimentares domésticas mais pesadas,

porém, pode incrementar o tempo dedicado a certas tarefas de aquisição mais complexas e distantes que obrigam ao uso do automóvel visto que os estabelecimentos comerciais encontram-se mais distantes dos locais de residência. Pode ainda significar a substituição dos saberes tradicionais por novos saberes acerca da qualidade dos alimentos, da culinária, da composição das refeições ou de modas que produzem novas exigências tanto a nível das técnicas alimentares e culinárias como a nível dos equipamentos elétricos e eletrónicos.

Numa palavra, a emergência de um novo artefacto técnico condiciona fortemente as práticas alimentares e os modos de vida num sentido que não é unívoco. Apesar de haver uma certa tendência para a comida do *fast-food* numa linha de globalização de alguns alimentos também se assiste a uma nova divisão sexual do trabalho doméstico mais equitativa entre certos grupos domésticos mais jovens e a uma maior preocupação com a qualidade alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos compreender apenas algumas dimensões presentes nas mudanças das práticas alimentares, nomeadamente as que descrevem as figurações, os conteúdos alimentares e os tempos das refeições quotidianas. Neste sentido, adotámos uma perspetiva ecosofico-ecológica do tempo alimentar que valoriza a diacronicidade de forma a apreender as mudanças da cultura alimentar em Cascais a partir das narrativas dos vinte e nove grupos domésticos.

Analisámos as mudanças em relação às temporalidades alimentares ou seja a repartição das refeições diárias, os horários, as durações relacionando-as com as alterações das figurações das refeições e dos conteúdos alimentares que acontecem num determinado espaço/tempo, não esquecendo os contextos específicos que as caracterizam e as modelam. Deste modo, a escolha das ementas e o conteúdo alimentar resultam da interligação entre o tempo real, o tempo biológico, psicológico, familiar e social.

As narrativas dos nossos entrevistados sobre a evolução das suas temporalidades alimentares revelam que os tempos sociais alimentares da vida quotidiana estão repletos de sinais de rutura, continuidades e descontinuidades, de restauração e regresso, de fragmentação. Este tempo alimentar integra repertórios de legitimação da experiência alimentar moderna sem que haja desestruturação das refeições principais. Na esteira da idade, o tempo vem modificar o ciclo de vida, as necessidades biológicas e as preferências alimentares. Realçamos os desencontros das preferências alimentares da infância dos grupos domésticos mais jovens e reencontros com os gostos alimentares de infância dos mais idosos.

O tempo impõe o ciclo das estações do ano que desencadeia uma sucessão de produtos alimentares da época, agradáveis e regulares permutas dos alimentos numa sucessão cadenciada pelos meses do ano apesar de hoje serem menos constrangedoras do que outrora devido ao avanço das técnicas de conservação, das técnicas agrícolas e da diversidade do aprovisionamento.

O processo de intensificação, pela disponibilidade de refeições de tipo alimento-serviço permite aceder ao alimento a qualquer hora, privilegiando um comer sob o tempo individual, embora sujeito a influências coercivas das socialidades. A impossibilidade de reunir toda a família à mesa, uma vez que as atividades dos seus membros não coincidiam no tempo, impede de manter a partilha das refeições do almoço num mesmo horário, comer o mesmo tipo de ementa e controlar as regras e as maneiras de civilidade à mesa. Estas mudanças nas práticas alimentares trouxeram implicações importantes, tornando as refeições menos dependentes das tarefas e saberes quase exclusivamente femininos e das relações existentes no seio da família, especialmente à medida que os filhos crescem. De fato, nos grupos domésticos em que o casal trabalha fora de casa, cada membro da família realiza a sua refeição do almoço fora de casa, seguindo ritmos temporais impostos pelas atividades quotidianas (trabalho ou estudo) e sujeitos às temporalidades da restauração. Em contrapartida, o jantar é a refeição quotidiana em família, realizada em casa. Nos dias festivos, pode-se recorrer ao restaurante como forma de compensar um dos membros, geralmente a mulher, pelo trabalho dentro e fora de casa.

Foi possível verificar, nos grupos domésticos estudados, a presença de múltiplas configurações/reconfigurações do tempo social alimentar e a emergência de novas temporalidades alimentares nas refeições domésticas e extradomésticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aron, J.-P. (1976), *Le mangeur du XIXème siècle*, Paris, Robert Laffont, 1ª. ed., 1973.
- Bergson, H. (2001), *Matière et mémoire. Essais sur la relation du corps à l'esprit*, Québec, Edição eletrónica, consultada em 17 de Outubro de 2013 em <http://www.costoso.net/images/matiere_et_memoire.pdf>, 1ª ed., 1886.
- Bergson, H. (1939), *Matière et mémoire. Essais sur la relation du corps à l'esprit*, Paris, PUF.
- Bergson, H. (1970), *Essai sur les données immédiates de la conscience*, Paris, PUF, 1ª ed. 1888.
- Boourdieu, P. (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions Minuit.
- Drumond Braga, I. (2004), *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora.
- Carvalho, R. M. (2000), *Tecnologias da Informação e do Comércio Alimentar*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Contreras, J. (1993), *Antropología de la Alimentación*. Eudema, Barcelona, Ed. UC.
- Damásio, A. (2000), *O Sentimento de Si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*, Lisboa, Publicações Europa América.
- Deleuze, G. (1968), *Différence et Répétition*, Paris, PUF.
- Deleuze, G. (1985), *Cinema 2, L'image-temps*, Paris, Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (1998), *Foucault*, Lisboa, Edições Veja.

- Elias, N. (1989), *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Vol. II, 1ª. ed., 1939.
- Elias, N. (1996), *Du temps*. Paris, Fayard, tradução francesa, 1ª ed. 1984.
- Gracia, M. (1996), *Paradojas de la alimentación contemporánea*, Barcelona, Icaria.
- Grignon, C. (1994), “La règle, la mode et le travail: la genèse sociale du modèle des repas français contemporain”, in Maurice Aymard, Claude Grignon et Françoise Sabban (1994), *Le temps de manger. Alimentation et rythmes sociaux*, Paris, Editions de la Maison des sciences de l'homme, Institut de la Recherche Agronomique, 1ª ed. 1993, pp. 275-323.
- Fischeler, C. (1993), *L'Homnivore: le goût, la cuisine et le corps*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1ª. ed., 1990.
- Flandrin, J. L. & Montanari, M. (coord.) (2001), *História da Alimentação, 2. Da Idade Média aos tempos actuais*, Lisboa, Terramar Editores, 2001, 1ª. ed., 1996
- François, A. (1998), “Entre Deleuze et Bergson à propôs de la deuxième synthèse du temps”, in Pierre Verstraeten et Isabelle Stengers (coord), *Gilles Deleuze*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.
- Mascarenhas, M. Paula (2013), “Ecosofia, ecologias e Alimentação”, in Mascarenhas, M. P & Neves, J. P (eds.), *Ecosofia e ecologias no mundo contemporâneo*, Braga, Universidade do Minho – CICS. Ebook.
- Mascarenhas, M. P. (2012a), “Cultura alimentar em Cascais. Passado e Presente”, in Araújo, M. M. Lázaro, A., Ramos, A., Esteves, A. (org) (2012), *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo: olhares sobre a alimentação através da história*, Braga, CITCEM, pp. 183-201.
- Mascarenhas, M. P. (2012b), “Alimentação e Tempos sociais”, in Araújo, E. & Duque, E. (eds.) (2012), *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*, Braga, Universidade do Minho. Ebook.
- Mascarenhas, M. P. (2012c), “Sociabilidades em volta da mesa”, in *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. [edição on line, PAP1563], pp. 1-21.
- Mascarenhas, M. P. (2012d), “La Alimentación y Dietética en los procesos de subjectivación, in Gracia, M. (ed.) (2012), *Alimentación, salud y cultura*, Tarragona, Publicaciones URV, Colección de Antropología Médica, pp. 113- 130.
- Mascarenhas, M. P. (2007), *A cultura alimentar nos grupos domésticos: Cascais 1960-2005*, Braga, Universidade do Minho, tese de doutoramento, em CD-ROM].
- Mascarenhas, M. P. (1983), *O Discurso Pedagógico de Jean Baptiste De La Salle*, Paris, Université Sorbonne Paris V, dissertação de Maîtrise, policopiado.
- Mascarenhas, M. P. & NEVES, J. P. (2008), “A tecnificação da cozinha: o caso do micro-ondas”, in *Actas do VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Sabres e Práticas*, Lisboa, APS, em [CD-ROM].
- Mennel, S. (1994), “Les conexions sociogénétiques entre alimentation et l'organisation du temps”, in Aymard, M., Grignon, C., Sabban, F. (dir.), *Le temps de manger. Alimentation et rythmes sociaux*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l' Homme, Institut de la Recherche Agronomique, 1ª ed. 1993, pp. 41-54.
- Mennel, S., Murcott, A. & Van Otterloo, A. H. (1992), *The sociology of food. Eating, diet and culture*, Londres, Sage.
- Merlucci, A. (1996), *Juventude, tempo e movimentos sociais*. *Revista Young*, Estocolmo, vol 4, nº 2, p. 3-14.

- Morin, E. (1991), *La Méthode - 2. La vie de la vie*, Paris, Editions Seuil.
- Murcott, A. (1983), "Women's place: cookbooks images of technique and technology in the British Kitchen", *Womens's Studies International Forum*, Vol. 6, nº 1, pp. 33-9.
- Poulain, J.-P. (2002), *Manger aujourd'hui. Attitudes, normes et pratiques*, Paris, Privat.
- Simmel, G. (1994), "The Sociology of Meal", *Foods and Foodways*, Vol. 5, p. 345-351, 1ª ed., 1910.
- Simmel, G. (1999), *Philosophie de l'argent. Sociologie de l'argent*. Paris, coll. Quadrige, PUF, 1ª ed. 1900.
- Simmel, G. (1979), Digression sur l'étranger, in Y. Grafmeyer & L. Joseph, *L'École de Chicago*, Paris, éd. du Champ Urbain, pp. 53-77, 1ª ed., 1908.
- Zambrano, M. (1994), *Os Sonhos e o Tempo*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, trad. portuguesa, 1ª ed. 1992.

A fase da iniciação científica e a ruptura no tempo - destino. Esboço de uma problemática sobre a preparação e expectativas de carreira na investigação científica¹

ADRIANO DE OLIVEIRA²; EMÍLIA RODRIGUES ARAÚJO³ & LUCÍDIO BIANCHETTI⁴

INTRODUÇÃO

No Brasil⁵ é bastante recente a iniciação científica (IC) destinada a alunos da Educação Básica (EB)⁶. O processo de implementação desta “fase” no percurso de formação só pode ser compreendido – bem como aquilo que queremos caracterizar com a expressão “ruptura tempo-destino” – tendo em conta, por um lado, a implementação da pós-graduação (PG) *stricto sensu* e, por outro, a forma como esta foi sendo avaliada e financiada. É ainda relevante atender à inscrição da formação de mestres e doutores num determinado “regime” de tempo ou, por outras palavras, no “Tempo Médio de Titulação” (TMT), tal como está legislado.

A “Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” (CAPES) vinculada ao Ministério de Educação foi criada em 1951. Porém, só começou a funcionar em pleno, mais de 15 anos depois, em resultado das expectativas depositadas pelo regime militar (1964-1985) sobre a PG, no sentido de que esta contribuísse para a consecução das metas de um “Brasil grande”. Mas, é somente com a transformação da CAPES em Fundação, no início da década de 1990, que esta passa a contar com uma autonomia que extrapola a constitucionalmente prevista autonomia universitária, ainda não efetivada até os dias atuais. Com efeito, a CAPES, ao assumir a responsabilidade de elaborar os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPGs), a partir da década de 1970 e de fazer corresponder o financiamento à avaliação, no final dos

¹ Texto da comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil. Doutorado sanduíche na Universidade do Minho/CECS/Portugal com financiamento pela CAPES

³ Professora e investigadora da Universidade do Minho/CECS//Portugal

⁴ Doutor em História e Filosofia da Educação (PUC/SP), Professor no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Investigador 1C do CNPq.

⁵ A desigualdade social, económica e cultural continua a ser determinante para o nível de acesso, permanência e sucesso escolar dos alunos oriundos classe menos abastadas. Além disso, nos últimos anos, a ampliação do acesso ao ensino fundamental e médio, “não eliminou os problemas relacionados à qualidade do ensino” (Zago, 2006, p. 232), moldando as expectativas dos jovens em relação à possibilidade de entrarem e concluírem o ensino superior.

⁶ A Educação Básica no Brasil abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio. A primeira compreende a escolarização dos zero aos cinco anos, a segunda do 1º ano ao 9º ano e a terceira é de três anos. Comparando com Portugal, a Educação Infantil equivale à Educação Pré-escolar, a segunda ao Ensino Básico que é de 9 anos e a terceira ao Ensino Secundário que compreende, igualmente, três anos.

anos de 1980 e início de 1990, assume uma forma de atuação mais consentânea com uma agência de regulação, do que propriamente de “coordenação” (denominação que substitui a “campanha”, ainda nos primórdios da Instituição). O certo é que, ao juntar a avaliação e o financiamento, a CAPES avocou a si a responsabilidade de avaliar e financiar a PG. Gradativamente, a avaliação foi ficando descaracterizada da sua função formadora. Ganham, então, supremacia os procedimentos de classificação, tais como os *rankings*. Desta forma, garantiam-se compensações aos Programas de PG que alcançassem as metas e atribuíam-se sanções, em forma de número de bolsas e outros financiamentos, aos que não satisfizessem os critérios daquele tipo de avaliação. A este respeito, um dos indicadores principais passou a ser o TMT que se traduz na definição de dois (2) anos para concluir o mestrado e quatro (4) para o doutorado.

Esta questão do tempo era nas primeiras décadas da PG bastante relativizada, pois até os mestres e doutores alargavam excessivamente os prazos para concluir os seus trabalhos finais. Outros sequer concluíram os seus cursos, ao não apresentarem/defenderem as suas dissertações/teses. No período mais recente, nomeadamente a partir dos anos de 1990, a ligação da avaliação ao financiamento tornou mais expressivas as exigências em termos de o pós-graduando concluir ou não o curso, uma vez que a recompensa - punição para o estudante, para o curso e para o seu orientador decorre do resultado do ingresso e da conclusão do curso no tempo institucionalmente esperado.

É neste contexto que se compreende que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁷ e algumas Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de estados brasileiros, como é exemplarmente o da FAP, do Estado de São Paulo (FAPESP), passem a financiar pós-graduandos. Primeiro aquele e depois estas começam a ampliar o leque de financiamentos aos investigadores individuais e grupos de pesquisa. Além disso, começam gradualmente a formatar iniciativas e programas para estimular e incentivar o envolvimento de investigadores iniciantes na investigação, desde a graduação. Uma destas iniciativas é o *Programa Institucional de Iniciação Científica* (PIBIC)⁸. Por meio deste e através da vinculação de graduandos a projetos de investigadores, atribuíam-se bolsas que permitissem ao estudante iniciar-se nos processos de investigação, agregando-se aos trabalhos dos investigadores e grupos de pesquisa.

A partir dos anos 2000 mais duas iniciativas se somaram à IC, de forma a ampliar o leque de abrangência da formação de investigadores. Tais iniciativas tiveram repercussões no tempo de formação e no término dos cursos. Entre elas, destaque-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) e, a partir de FAPs, a Iniciação Científica Júnior (IC-JR). Este último foi destinado a atribuir bolsas a estudantes do Ensino Médio, com a finalidade de

⁷ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), hoje vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi criado no Brasil em 1951 pela Lei n. 1310 com a finalidade fomentar a pesquisa e a formação de investigadores (OLIVEIRA, 2003).

⁸ Lançado no final da década de 1980 pelo CNPq o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem como principal objetivo a formação inicial de investigadores, a partir da graduação, e a redução do tempo médio de titulação de mestres e doutores.

“despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino fundamental, médio e profissional da Rede Pública, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, orientado por investigador qualificado, em instituições de ensino superior ou institutos/centros de pesquisa” (BRASIL/CNPq, 2011b). Dessa forma, pode argumentar-se que a política aponta no sentido de integrar cada vez mais cedo o jovem no *ofício* da investigação a fim de que ele/ela, tal como é expresso pelo CNPq, fique preparado mais cedo e ingresse com um nível de “qualificação” mais elevado em investigação, na PG.

A outra iniciativa, a qual pode ser apreendida como complementar, foi a criação da Nova CAPES. Esta, conforme anunciado no sítio electrónico do órgão (www.capes.gov.br), “(...) além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro também passa a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores para a educação básica”. Desta maneira, assume-se a interferência da política na formação, via indução à investigação. Tal acontece diretamente através da atribuição de bolsas aos estudantes e, de forma mais indireta, através do apoio à qualificação dos investigadores e à formação de professores de todos os níveis. No fundo, almeja-se fornecer uma qualificação aos envolvidos nesse processo. Todavia, é certo que este processo de indução precoce à investigação está interligado com a estratégia de diminuição do tempo para a formação e classificação dos alunos que ingressam na PG, influenciando sobre os montantes dos financiamentos às instituições, assim como sobre os processos de avaliação e ordenação das universidades nos *rankings* nacionais⁹.

ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Tendo presente a análises anteriormente expostas, procuraremos identificar qual é conceção que tem os bolseiros sobre a participação nos programas de investigação científica no contexto do Ensino Médio brasileiro. Procura-se também entender o modo como estão estas percepções relacionadas com o desejo de contornar os destinos sociais enunciados. Esta análise baseia-se na pesquisa realizada em documentos oficiais do CNPq e entrevistas semi-estruturadas¹⁰ com nove bolseiros de quatro escolas públicas e sete orientadores do PIBIC-EM¹¹ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) dos campus de Florianópolis, Araranguá e Curitiba.

Argumentamos que os bolseiros consideram a sua participação dos estudantes nesses programas como uma “fase” positiva, que contribui para seu ingresso na PG, podendo representar uma variável importante para a mobilidade social

⁹ Somente para ter-se uma ideia: o Brasil hoje, como decorrência de seu investimento em PG, forma em torno de 14 mil doutores e 43 mil mestres por ano. E é motivo de menção frequente o facto de o país ocupar a 13ª posição no ranking mundial de produção científica entre os países que participam de processos internacionais de avaliação/classificação.

¹⁰ Salientamos que esta pesquisa ainda está em andamento. E que ainda serão feitas entrevistas e aprofundadas as análises dos documentos e das entrevistas.

¹¹ Os critérios para concessão das bolsas PIBIC-EM são: estar regularmente matriculado em escolas públicas do Ensino Fundamental (8ª série ou 9º ano) e Médio (1ª e 2ª séries); não possuir vínculo de emprego; ter frequência às aulas igual ou superior à 80%; apresentar histórico escolar; e dedicar no mínimo oito (8) horas semanais para as atividades do projeto (BRASIL/CNPq, 2011a). Dessa forma, são direcionadas aos estudantes das escolas públicas e acompanhadas/orientadas por investigadores das universidades públicas. O valor da bolsa PIBIC-EM é de R\$100,00 mensais.

intergeracional. Isto porque durante a fase de estadia na iniciação à investigação científica constroem-se *modus operandi*, através dos quais os atores rompem com o tempo social inscrito nas suas possibilidades de vida, permitindo o acesso a uma “fase” de rutura temporal no seu tempo-destino ou seja, em sua “trajetória improvável” (Lahire, 1997).

No tópico seguinte debruçamo-nos sobre a política pública destinada a induzir a IC no Ensino Médio e o descompasso que a política de tempo pode ter em relação a uma formação sólida no caminho de constituir sociabilidades académicas e científicas. Procura-se perceber em que medida tais políticas respondem a preocupações pedagógicas e formativas e em que medida é resultado de um processo mais amplo de instrumentalização ao garantir uma diminuição no tempo de titulação de mestres e doutores. Deste modo, iremos relacionar alguns traços das políticas públicas e a sua imbricação/cotejo com as ações dos bolseiros¹² e de suas redes de relações, incluindo a influência da família e ainda da orientação científica.

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL DE INVESTIGADORES E A SUAS IMBRICAÇÕES COM A QUESTÃO DO TEMPO

No Brasil a política de antecipar a formação inicial de investigadores para o 9º ano do Ensino Básico e o Ensino Médio iniciou-se em 2003, com a IC-JR, em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs). Complementarmente, em 2010, foi lançado um novo Programa de IC com o PIBIC-EM que acontece em parceria com as universidades públicas, comunitárias ou privadas. Em ambas as iniciativas, está expresso o objetivo de descobrir talentos potenciais e desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica (BRASIL/CNPq, 2011a; BRASIL, 2011b). A criação deste programa pelo CNPq ocorreu devido ao sucesso do PIBIC graduação na redução do tempo médio de titulação de mestres e doutores. Dessa forma, podemos dizer que se pretende com a IC-EM atrair jovens para a carreira científica e identificar precocemente estudantes aptos a entrar na graduação, no mestrado e doutoramento contribuindo para o aumento do número de investigadores e para a rápida preparação dos investigadores.

A redução no tempo de formação de investigadores, com o consequente aumento do número de investigadores, coaduna-se com as diretrizes do Processo de Bolonha, pois, como aponta Moraes (2006), há uma conciliação entre o projeto de universidade global expresso no Processo de Bolonha¹³ (Bianchetti, 2010) e a

¹² Em Portugal o bolsista de IC ou de PG é denominado bolseiro.

¹³ Outro dos indicadores da convergência política científica e educacional de Portugal, da União Europeia e do Brasil é seu viés economicista expresso pelos Grupos de Trabalho do Processo de Bolonha quando recomendam: “(i) não aumentar o financiamento público para o ensino superior; aumentar o financiamento privado quer através do aumento de propinas e impostos aos detentores de curso superior (*graduate tax*), quer do estabelecimento de parcerias público-privadas no ensino, quer ainda da concretização de contratos de investigação entre o ensino público e privado; (iii) introduzir um sistema de empréstimos (*income contingent loans*) que viabilize ao cidadão a sua formação ao longo da vida; (iv) regular os salários dos professores e a respectiva progressão na carreira em função da produtividade; (v) introduzir novos métodos de financiamento e de gestão de projetos, assegurando assim uma eficaz rentabilidade dos recursos; (vi) criar sistemas de avaliação da qualidade e de acreditação da formação; (vii) estreitar a relação entre propostas e benchmarks e (viii) proceder uma avaliação sistemática das políticas de educação e formação” (Morgado, 2009, p. 51).

política do ensino superior brasileiro, no sentido, inclusive, de impor uma temporalidade mundial (Nerad; Heggelund, 2008) menosprezando os tempos institucionais, locais e individuais. Destarte, ao dar mais importância à quantidade e à diminuição do tempo de formação de investigadores, espera-se que estes possam estar a disputar postos no mercado de trabalho e a inserir-se em processos de pesquisa e inovação tecnológica de forma cada vez mais precoce. Tal ensejo corresponde à “agenda globalmente estruturada para a educação” (Dale, 2001) e exacerba uma das facetas do produtivismo académico e de um particular “capitalismo académico” (Rhoades; Slaughter, 2004; Paraskeva et al, 2009) dominante nas políticas para o ensino superior que dão prioridade à quantificação de indicadores relativos à formação profissional e à produção académica e científica (Moraes, 2012).

Outra implicação desta redução do tempo de formação pode ser o “recuo da teoria”, uma vez que nessa política de tempo as possibilidades de reflexão epistemológica aprofundadas ficam prejudicadas. Prevalecendo o “saber fazer” (Moraes, 2003) abre-se caminho à “regressão teórica”, à “paralisia da crítica” e à “ultrapresntificação do hoje”, subvalorizando-se o processo histórico de constituição da realidade (Warde, 2012), contribuindo, assim, para o predomínio de “um utilitarismo que engole a imaginação” (Jacoby, 2001, p. 230) que impede uma formação de carácter aprofundado e universalista (Chauí, 2003).

Na base desta argumentação pode afirmar-se que há um descompasso entre o tempo necessário para uma formação sólida e ampla dos investigadores e o tempo que essa política de estado normaliza, institucionaliza e impõe, condicionando a experiência individual do tempo, pois, como afirma Araújo:

Neste período a interrogação da articulação entre Estado e sociedade e entre Estado e indivíduo faz-se através da interpelação do papel do Estado na regulação do tempo: do tempo diário, definível em sentido métrico; do tempo de vida, definível através das idades de entrada, permanência e saída do sistema, e do tempo histórico que, na origem, definiria o primeiro horizonte da prática política (2011, p. 21).

Nesse sentido, podemos dizer que o Estado brasileiro tem procurado definir com elementos de formalidade, mas por via da indução de políticas públicas como a IC-EM, um tempo específico de iniciação da pesquisa que começa no Ensino Médio e não, como anteriormente, na graduação. Desse modo, o tempo é encurtado respondendo a alguns dos ditames produtivistas do mercado e a algumas das diretrizes de organismos internacionais (Rhoades e Slaughter, 2004, p. 37). Além do encurtamento do tempo, assiste-se à imposição da disciplina do tempo (Thompson, 1998) tida como necessária para o alcance de objetivos individuais e institucionais. A nossa grande hipótese é a de que essa política de tempo entra em descompasso face a características marcantes da própria atividade de investigação em ciência, nomeadamente a necessidade de cultivar a existência de tempos experimentais e probatórios durante os quais o sujeito se relaciona com os outros, portanto com experiências e temporalidades diferentes – orientadores, pós-graduandos, seus pares e família – no caminho da materialização da “confiança ontológica” (Giddens, 1991, p. 84) e da construção do *habitus* académico.

DRIBLAR A REPRODUÇÃO - “UM PÉ LA DENTRO”: IC-EM NUM TEMPO DE PREOCUPAÇÃO COM A CARREIRA ACADÉMICA E RUTURA COM TEMPO-DESTINO

Tal como se evidencia nas teorias síntese de Bourdieu (1998, 2009) e Giddens (1991), o mundo social constitui-se de práticas e de ações relacionais que evidenciam a capacidade de agência por parte dos sujeitos sociais, face à temporalidade estrutural. Isso significa que poderemos analisar todo este processo de rutura com o tempo-destino no quadro das estratégias relacionais desenvolvidas pelos sujeitos e que incluem a intensificação das redes sociais de pertença. No âmbito desta investigação tais redes envolvem os professores orientadores, por sua vez concetualizáveis enquanto atores com poder na definição das durações dos intervalos de permanência dos bolseiros na fase de iniciação, assim como na construção das expectativas face ao tempo futuro, refeitas após a entrada. Envolvem, ainda, todo o conjunto de atores que constituem e influenciam o tempo, nas suas diversas dimensões. Alguns desses actores são a família, nomeadamente os pais, e as instituições de avaliação e de financiamento.

As entrevistas que, tal como se explicou acima, são conduzidas num tempo pós-aceitação no programa, sugerem que a decisão pela entrada na IC-EM é dotada de uma aparentemente elevada racionalidade, no que se refere à adequação dos meios a um fim desejado (a entrada e estadia no ensino superior e uma mais rápida e certa entrada na PG), futuro potencial (a linguagem humana, grávido de possibilidades e alternativas). Com efeito, o programa é antecipadamente pensado como um meio de romper com um tempo inscrito no horizonte das suas possibilidades que delimita as ‘trajetórias prováveis’, ou seja, o tempo destino e o tempo destinado. Embora os bolseiros não utilizem a palavra em sentido literal, o modo de encarar o tempo que apresentam é estratégico, face à preparação/aprendizagem que desejam para entrar na universidade e para a vida/lides académica, seja para a formação profissional e/ou para investigação. O conhecimento prévio das dificuldades de tempo a enfrentar durante o ensino superior (marcados pela ideia de desnível temporal entre o seu percurso anterior e aquele exigido pelo ensino superior) constitui-se como preocupação. A rutura que se institui na passagem para a investigação científica ou a trajetória de estudante-ouvinte, é, então, uma rutura procurada. Essa forma pré-antecipada de plano está bem expressa nas formas de linguagem que os bolseiros utilizam para expressarem as motivações, incluindo formas verbais, ao referirem que, com a participação, podem ter mais “noção de como vai ser”, “porque seria um pé lá dentro, já teria um contato”. Tal como podemos observar nos excertos das entrevistas que apresentamos abaixo, registam-se diversas formas de antecipação e de preocupação com o tempo social e de formação¹⁴:

E 1: Vontade de ter uma facilidade maior pra [sic] entrar numa universidade, até porque a sociedade (:.). Então, eu me interessei, porque seria um pé lá dentro, já

¹⁴ Buscando romper um pouco a estrutura da “linguagem legítima” (Bourdieu, 1983) e garantir a expressão das percepções/significados dos entrevistados sobre o processo de IC reproduzimos o falar espontâneo dos mesmos. Os depoimentos dos bolsistas e orientadores serão destacados no texto em itálico.

teria um contato, já aprenderia mais sobre esse mundo que é a universidade, que é um curso superior (...).

E 8: É porque aqui a gente tem mais contato, mais como a gente tem mais uma noção de que como vai ser na faculdade, como vai ser, porque diferencia bastante do ensino médio. ... muito mais aprendido, tem que se esforçar muito mais. Então aqui a gente tem uma noção.

E 2: É um projeto enriquecedor. É tanto cientificamente entre aspas o que a gente está aprendendo com as pesquisas, mais no contato com pessoas diferentes, na aproximação que te dá com a universidade, na desconstrução de algumas ideias que a gente tenha (...).

E 5: Acho que de uma certa forma vai me ajudar a tentar entrar na faculdade, essas coisas. Também ter mais conhecimento pra poder fazer provas, para [sic] entrar em faculdades, coisas assim.

E 3: Bom, tenho aprendido é que realmente pesquisa é um trabalho que a gente faz aqui na escola e bem diferente realmente do trabalho que a gente vai enfrentar no futuro. Por exemplo, pesquisa que a gente faz aqui, pesquisa qualquer coisa e entrega, faz o trabalho. É diferente de uma universidade, que você tem que fazer tudo o que você tá [tá] aprendendo. Colocar referências, resumo, não pode ser ctrl ponto v, pode cópia e colar. Então é outro jeito bem, é outro jeito mais complicado. E é isso que eu estou aprendendo, realmente a entender o significado de pesquisa mesmo. Uma pesquisa assim bem de outro nível, vou dizer assim.

Na leitura da informação disposta na tabela 1 percebemos que os pais dos bolseiros da IC-EM possuem baixa, média escolaridade e trabalham em funções com baixa remuneração.

CASO	NEP	NEM	ITP	ITM
01	EMI	EMI	Serviços Gerais	Serviços Gerais
02	EFI	EMC	Serviços Gerais	Serviços Gerais
03	EMC	EFI	Oficial da Força Aérea	Dona de Casa
04	EMC	ESC	Importadora	Setor Financeiro
05	EFI	EFI	Agricultor	Agricultor
06	EMC	EMI	Desempregado	Aposentada
07	EMC	EFI	Agricultor	Aposentada
08	EFC	EMC	Frentista	Serviços Gerais
09	EMC	EFC	Agricultor	Agricultor
10	EFC	EMI	Mineiro Aposentado	Balconista
11	EFI	EFI	Pedreiro	Faxineira

Tabela 1 – Escolaridade e indicação do trabalho dos pais dos bolseiros IC-EM

Fonte: Entrevistas realizadas.

Chave de leitura: NEP – Nível de Escolaridades do pai. NEM – Nível de Escolaridade da mãe. EFI – Ensino Fundamental Incompleto.

EFC – Ensino Fundamental Completo. EMI – Ensino Médio Incompleto. EMC – Ensino Médio Completo. ESC – Ensino Superior Completo. ITP – Indicação do trabalho do pai. ITM – Indicação do trabalho da mãe.

Apesar do nível de escolaridade dos pais, as famílias revelam ter estratégias para ampliar a escolaridade dos filhos e, desta forma, recheiar o seu destino de capital

económico, social e cultural. Por isso, as famílias revelam ter “um papel considerável no curso da escolarização” dos filhos (Zago, 2000 e 1998).

Na tabela 2 observa-se que os irmãos dos bolseiros já concluíram ou estão a frequentar o Ensino Médio ou o Ensino Superior, apresentando um nível de escolaridade superior ao dos pais.

CASO	NIEM	NIES
01	1	-
02	1	-
03	1	1
04	-	1
05	1	1
06	1	-
07	3	-
08	-	2
09	-	1
10	-	-
11	-	-

Tabela 2 – Escolaridade dos irmãos

Fonte: Entrevistas realizadas.

Chave de Leitura: NIEM – Número de irmãos que concluíram ou estão cursando o Ensino Médio.

NIES – Número de irmãos que concluíram ou estão cursando o Ensino Superior.

A participação na IC-EM é uma das estratégias mais reveladoras de que os bolseiros e suas famílias buscam formas de rutura/transgressão da sua posição social original, disputando capital cultural e económico e social, inclusive num campo em que a conquista é rara, como o científico e académico. Dessa forma, quebram disposições e *habitus* de sua origem (Lahire, 2005), assumindo a IC-EM como um tempo/fase de preparação para ultrapassar as barreiras de entrada na universidade como o vestibular e/ou do ENEM¹⁵ e desenvolver a carreira académica. Nos excertos abaixo percebemos que, muitas vezes, seguindo estratégias e exemplos de familiares que recentemente tiveram a oportunidade de serem incluídos na IC-EM, passaram pelo filtro do vestibular e/ou ENEM e hoje estão a frequentar uma faculdade:

E 7: Eu achava... eu tinha curiosidade em saber como que funcionava sabe, porque algumas primas minhas fizeram, sabe e eu tinha curiosidade de fazer, eu gosto de ciências. Daí eu quis entrar para ter experiência nisso saber e ver como é que funciona e tenho muitas ideias para por em prática.

E 8: A minha irmã fez já também PIBIC. Então ela falou como é que era e na escola a diretora foi falar pra gente que tava [sic] tendo as vagas e tal.

Há também um investimento da família e dos bolseiros na construção de um tempo de espera destinado a permitir conquistar posições de poder socialmente distintas, trespassando, assim, as “fronteiras mágicas” da classe de origem

¹⁵ No Brasil entrada na universidade ocorre por meio do vestibular com provas organizadas pelas próprias universidades. No entanto, desde 1998 o Ministério da Educação realiza o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que visa avaliar a aprendizagem dos estudantes ao final da escolaridade básica e hoje é utilizada por mais de 500 universidades como critério parcial ou substituindo o vestibular para seleção para entrada no ensino superior. Acesso em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=183&Itemid=310

(Bourdieu, 1998). Deste ponto de vista, a rutura com o tempo que se cria pela entrada no programa é também constitutiva dos universos representacionais dos pais que, no alinhamento do que acontece com os filhos, projetam os percursos profissionais e pessoais dos filhos para fora do seu próprio tempo de vida.

Nos excertos abaixo é possível perceber as mediações, mobilizações e os investimentos familiares no prolongamento dos estudos e na constituição da carreira académica, entre os quais estão o zelo em transportar os jovens para participar da IC-EM; o interesse pelas atividades dos filhos no programa e o estabelecimento de relações com os professores da universidade. Além de tudo, e mesmo tendo dificuldades económicas, os pais zelam para que os filhos se dediquem exclusivamente aos estudos durante esse tempo de preparação para entrar na universidade.

Em continuidade com o que dissemos acima acerca da projeção geracional do tempo efetuada pelos pais, observa-se que estes se familiarizam com a investigação científica a partir da valorização e do *status* social da universidade e do acesso a seu espaço físico. Por isso, é de extrema relevância destacar como se observa nas narrativas dos filhos uma certa prevalência das dimensões subjetivas de classe sobre as dimensões mais materiais. Isto é, os pais usam o tempo de estadia dos filhos no programa para acederem e/ou intensificarem o capital cultural e social, estabelecendo relações privilegiadas no espaço da universidade, incluindo professores. Esta prática de procura de acesso ao espaço da universidade representa em si mesma a inscrição dos pais num tempo e numa temporalidade distintiva que se dá a conhecer mediante a alteração de rotinas e o contato com professores em um espaço-tempo que continua a ser de limbo e de espera.

E 10: O meu pai... ele vai com a gente fazer as pesquisas lá, tipo ele leva, como é muito longe daqui. Quando era aqui era mais fácil, agora como tá lá ele leva. Às vezes ele fica lá andando pela universidade, fica conversando com outros professores. E já conhece o professor de filosofia, de geografia, fica conversando com eles e o pai gosta bastante. Eu entro no carro e [ele pergunta]: "o que tá, o que vocês fizeram hoje?". A mãe, eu chego em casa [e ela pergunta]: tá o [sic] que vocês fizeram hoje, mexeram lá nas cebolinhas, nas alfaces, sabe, eles gostam bastante, eles apoiam bastante. Todos os cursos que eu faço, que eu pretendo fazer eles apoiam assim.

Percebemos nestes excertos comentários, questões, comportamentos e práticas associadas ao desejo de mobilidade, de rutura com o tempo inscrito na marca da classe social.

E 1: Eu não desisti até porque minha mãe me apoia muito. O dinheiro da bolsa eu consegui guardar tudo. Eu não como, não sou de precisar tanto auxílio em casa. Eu consegui permanecer no projeto e consegui guardar o dinheiro (...).

Outro exemplo do investimento e da interferência das disposições familiares fica evidente na dificuldade entre dar prioridade à carreira académica ou fornecer uma formação profissionalizante, de curto prazo¹⁶. Os membros da família

¹⁶ No Brasil o ensino médio é histórica e estruturalmente dual. O ensino médio profissionalizante estava destinado às classes menos privilegiadas, assumindo-se que estas não continuariam seus estudos no ensino superior. O ensino médio académico

interferiram para que a filha pusesse em primeiro lugar a IC-EM no caminho da carreira académica, tal como se observa no relato abaixo.

E 9: É legal o PIBIC. Na verdade, é uma experiência nova, muito legal. Tipo: todos da família terem quando eu tava pra sair do SENAI¹⁷, entre escolher o SENAI e o PIBIC, eu tava gostando do SENAI. Daí eu fui perguntar pra minha família: “o que vocês achavam, ficar nos dois”? Mas não dava, tinha que escolher um ou outro. Fui conversar com a mãe, conversar com o pai, aí eles conversaram. O que você pretende fazer? Uma coisa para [sic] eletricitista ou se definir para uma UFSC¹⁸ ou fazer alguma coisa assim. Eletricitista acho que não é o ponto, daí o pai disse então que eu devia desistir de eletricitista: “Vai continuar na IC-EM”.

EXPECTATIVAS DOS BOLSEIROS: SEGUIR CARREIRA ACADÉMICA

Observa-se na tabela 3 que nesse contexto de rompimento das barreiras sociais, económicas e culturais as expectativas dos jovens bolsiros de IC-EM que frequentam o Ensino Médio em escolas públicas estão muito orientadas para a possibilidade de seguirem a carreira académica¹⁹. Dos quatro bolsiros (sendo dois ex-bolsiros) que tiveram/estão no programa há dois anos, dois querem seguir carreira científica e dois a carreira académica.

Caso	Idade	Ep	Tempo de Ic-Em	Expectativa Atual
01	18	SIM	2 anos Ex-bolsista	Seguir carreira académica e científica.
02	18	SIM	2 anos Ex-bolsista	Frequenta um curso superior de design, sendo o interesse em fazer pesquisas no secundário.
03	16	SIM	3 meses	Em primeiro lugar carreira militar. Em segundo, a carreira académica e científica.
04	17	SIM (E1)?	Dois anos no programa	Seguir carreira académica e científica.
05	15	SIM	3 meses	Seguir carreira académica e fazer pesquisas.
06	17	SIM	2 anos Ex-bolsista	Seguir carreira académica e continuar a fazer pesquisa.
07	15	SIM	3 meses	Seguir carreira académica e continuar a fazer pesquisa.
08	15	SIM	3 meses	Seguir carreira académica, se possível continuar a fazer pesquisa.

ficou aberto para as elites que dariam continuidade aos seus estudos no ensino superior. Porém, as mudanças no mundo do trabalho e as reformas no ensino médio nos últimos anos levaram Kuenzer a afirmar que se está a consolidar uma dualidade invertida. Assume-se que os trabalhadores tem uma educação geral (de qualidade duvidosa) e a educação tecnológica pública e de qualidade é frequentada por jovens de classe média, que “vêm nela uma alternativa de inclusão no mundo do trabalho, de continuidade de estudos em nível superior e de ascensão social” (2010, p. 865).

¹⁷ O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado em 1942, fazendo parte do sistema CNI – Confederação Nacional da Indústria. Tem como finalidade a formação profissional e a oferta de serviços técnicos e tecnológicos para o setor industrial. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/uploads/recursos/7959d308fb049978f4c210b812a61484.pdf> Acesso em: 15 setembro 2013.

¹⁸ A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criada em 1960. Possui, além do campus principal localizado em Florianópolis, mais três campi nas cidades de Joinville, Araranguá e Curitiba. A universidade aponta como uma de suas diretrizes o ensino a pesquisa e a extensão. Oferece 39 cursos de graduação, porém uma dos seus focos principais é a pesquisa e a formação de investigadores como podemos ver pelos seus 26 cursos de doutorados e 104 de mestrado. Acesso em: <http://antiga.ufsc.br/paginas/historico.php>

¹⁹ Definimos a carreira académica como a que está direcionada para a formação superior e profissionalização em qualquer área de atuação profissional. Já a carreira científica é caracterizada como voltada diretamente para pesquisa e produção do conhecimento.

09	15	SIM	1 ano e 8 meses	Seguir carreira académica, mais não sabe se pretende seguir carreira de investigadora.
10	16	SIM	3 meses	Seguir carreira académica. Não quer seguir carreira científica.
11	15	SIM	3 meses	Seguir carreira académica e tem interesse pela pesquisa.

Tabela 3 – Bolseiros de IC-EM: expectativas em termos de carreira

Fonte: Entrevistas realizadas.

EP – Estudou em escola pública.

Uma bolseira que está há um ano e oito meses no programa pretende seguir a carreira académica, mas ainda não sabe se quer continuar a carreira científica. Dos cinco bolseiros que estão há três meses na IC-EM, três, além de seguirem a carreira académica, pretendem continuar na investigação. Os outros dois dão prioridade à carreira académica, quando voltada para área da fisioterapia e militar.

Verifica-se que quanto mais longo é o tempo de participação no programa, mais interesse parece haver em continuar a carreira científica. Aos outros que estão há menos tempo, a IC-EM despertou o interesse pela pesquisa e pela carreira académica.

Os bolseiros falam muitas vezes de perspectivas de tempo de longo prazo por desejarem continuar a seguir a carreira académica. Alguns falam sobre a vontade de prosseguir na carreira científica, demonstrando ter uma disposição para o futuro:

E 4: Ajuda aí ver com mais, com outras perspectivas, algumas vontades. Algumas ideias hoje são muito mais viáveis do que seria se eu não tivesse esse contanto com a universidade. Hoje não, quando eu olho pra o [sic] futuro eu não vejo como sendo algo impossível fazer um mestrado ou um doutorado, como o pessoal que estudou comigo acha. Justamente não transcendeu, não conseguiu desnaturalizar (...).

E 2: (...) Eu já pretendia fazer vestibular, ou já pretendia entrar na universidade, mais eu vi, convivendo muito com o pessoal, que a universidade era muito, era algo totalmente, que o projeto ele trouxe pra [sic] perto a ideia de cursar uma graduação futuramente. Então acho que isso também muito enriquecedor e o projeto ele me fez crescer demais. (...)

E 8: (...)Seria um incentivo pra gente prestar vestibular e quem sabe se dedicar bastante pra [sic] seguir uma carreira bem bacana assim. Como incentivo mesmo de estudo.

Estes excertos consolidam a ideia de que a participação na IC-EM contribui para constituir percepções e disposições favoráveis ao processo de formação profissional que, exigindo um tempo longo, permitem esperar maiores ganhos em termos de capital económico, social e cultural. Com efeito, participar da IC é uma das fases/ momentos/tempo de formação que possibilita a esses sujeitos com baixos capitais algum empoderamento, fazendo-os sentirem-se inteligentes, desafiados intelectualmente (Charlot, 2000) e capazes de constituir projetos de vida em campos diferentes dos que são mais característicos da sua posição social.

AS EXPECTATIVAS DOS ORIENTADORES EM RELAÇÃO À IC-EM

As expectativas/posição dos orientadores em relação a IC-EM pode influenciar e condicionar as expectativas dos bolsheiros no que respeita a seguir a carreira académica e científica, contribuindo para manter e reforçar as expectativas anteriores ou para construir novas. Nesse sentido, o *habitus* e as crenças dos orientadores:

São princípios geradores de estratégias objetivas, sendo por isso tão importante sua identificação, pois podem estar na origem da mudança ou da resignação, da revolta ou do conformismo, das expectativas sobre os alunos e na geração de comportamentos por parte destes que têm o potencial de interferir na vida profissional do indivíduo e da sociedade (Musto e Muzzeti, 2005, p. 18).

Nos excertos dos orientadores percebemos a existência de algumas expectativas que ajudaram a sedimentar a ideia de seguir a carreira académica. Os orientadores que citamos abaixo veiculam a expectativa de que os bolsheiros de IC-EM entrem na universidade e aprendam um pouco da cultura científica, o que não significa seguir a carreira científica. Uma delas alimenta a expectativa de que os bolsheiros de IC rompam com as barreiras sociais e económicas relacionadas a sua classe de origem. Os excertos a seguir veiculam algumas das expectativas dos orientadores:

D 6: Então, eu acho que talvez quebrar esse pensamento da classe menos favorecida de que eles não têm o direito de conseguir uma coisa melhor na vida (...) eles acabaram o colégio (...) beleza, vamos nos matar de trabalhar porque é o que sobra pra [sic] mim. Vou lá ser caixa num supermercado, ou vou ser pedreiro, vou ser sei lá eu o que for.

D 1: Que sigam na universidade, quer dizer, essa é a primeira questão. Aqui dentro da universidade eles têm uma cultura científica, no sentido longo da expressão. Que eles possam ter acesso a uma cultura científica assim. Quer dizer chegar na universidade com essa cultura um pouco (...) essa é minha expectativa central. Se eles puderem seguir carreira de investigador, de investigador tudo bem, mais eu não acho isso fundamental. Pessoalmente eu não acho, pessoalmente eu não acho [sic] fundamental.

D 7: Eu gostaria que todos entrassem na universidade (risos).

D 7: Acredito que sim, pelo menos observando os alunos tipo eles na universidade, a forma como eles já vêm para a universidade, a compreensão que eles têm do espaço. E da própria atividade, o que é um projeto de pesquisa, o que é uma entrevista, o que é uma metodologia. O resultado, pra [sic] mim, tem sido positivo, falo positivo.

Outros orientadores, por seu lado, esperam que os bolsheiros de IC-EM cumpram o que se espera deles em relação às atividades previstas no projeto/programa e que tenham gosto pela ciência. Outros veiculam alguma incerteza sobre as potencialidades da IC-EM para contribuir para que esses alunos continuem uma trajetória de formação a um nível superior.

D 3: Eu espero que ele tenha compromisso, ou que ele entenda o que é compromisso de ele cumprir com aquilo que eu esperava dele, segundo a proposta de

participar das reuniões com o professor, de trazer os meus resultados, mostrar e se propor ir lá, fazer, preparar a apresentação. Eu espero realmente que ele assuma as responsabilidades que tão[sic] sendo dadas a ele.

D 5 : Eu espero que eles desenvolvem o gosto pela ciência, eu espero que eles desenvolvem o gosto pelo aprender. Não que eles fiquem, se tornem gênios ou que se tornem cientistas, mais compreendam que aprender é um processo que eles podem construir. Aprendam a aprender. Seria isso. Aprendam a observar, aprendam a imaginar, aprendam a ser autônomos.

D 4: Mais ah... [sic] Eu tenho impressão que são pessoas normais e longe de serem NERDs têm um gosto, quando numa rede não fiquem só pensando em lazer, em jogo, alguma coisa que seja instigante e instigante são as boas questões que o ser humano convive e vive se digladiando e tal e acho que é por aí. Conectá-los por aí que há um caminho, um caminho da consciência.

Podemos afirmar que os orientadores têm suas expectativas, desejos e influenciam os bolsеiros da IC-EM na constituição dos projetos e de habilidades necessárias para a continuidade da carreira acadêmica destes nesse tempo/fase. E o facto é que esse reconhecimento dos orientadores é observado na fala dos bolsеiros que falam da aprendizagem potenciada pela participação no programa através da orientação:

E 9: Tipo: ela sempre tá acompanhado a gente com os trabalhos, daí sempre ela dá o roteiro. Ela faz a gente fazer um roteiro também com ela, de como a gente quer fazer o trabalho, quais que são, tipo de tudo, como a gente ia fazer, onde a gente quer chegar com esse trabalho, porque que a gente quer chegar nesse trabalho. Na conclusão ela sempre acompanhando a gente. Ela vem aqui na escola ou a gente vai lá. Também tem outro pessoal que já está na universidade e querem ajudar a gente. Assim, tão [sic] junto.

E 7: Ela orienta sabe, ela dá orientações boas porque a gente as vezes não (...) Como eu comecei esse ano eu não sei muita coisa. Como que eu posso fazer, como que eu posso chegar nas pessoas pra [sic] entrevistar, como é que eu posso chegar numa conclusão difícil, como eu vou anotar as coisas, sabes. Daí ela ajuda, ela orienta bem.

Observemos, de resto, que os bolsеiros não possuem os pré-requisitos para entrar no restrito campo acadêmico. Por isso, as mediações, o tratamento, as representações e as expectativas dos orientadores são fundamentais para constituição inicial do *habitus* acadêmico, de um sentimento de pertença a um público que não transita por esse *locus*, contribuindo para que estabeleçam projetos de vida distintos daqueles da sua origem socioeconômica.

Os alunos referem-se aos processos de orientação coletiva durante a IC-EM falando da orientação realizada por professores orientadores, pós-graduandos, graduandos e colegas mais experientes em grupo (rede de orientação):

E 1: Foi muito boa [a orientação]. Até porque não foi apenas uma pessoa que passou seu conhecimento pra gente, foi um envolvimento de vários alunos da graduação com alguns mestrandos, doutorandos. Eles nos auxiliavam, vamos supor, pra organizar o seu tempo pra nos ajudar. As oficinas, muitas delas, foram feitas por doutores mesmos, falando sobre a questão da pesquisa, a forma de

pesquisar, como fazer a pesquisa, de que a forma, [sic] o que fazer e o que não fazer numa pesquisa. Então o envolvimento não foi apenas por parte das pessoas que, digamos, eram realmente do projeto, mas sim pessoas de fora [que] vieram nos auxiliar, eles nos levaram nas fontes, nos ensinaram a pesquisar de facto. Não apresentaram apenas a forma e nos deixaram: estavam com a gente, passo a passo na pesquisa, no ensinando e nos auxiliando.

De forma geral, as mediações das orientações que acontecem e aconteceram na fase/tempo da IC-EM possibilitam a esses sujeitos constituir e sedimentar perspectivas de longo prazo, delas se destacando a de seguir a carreira académica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação na IC-EM representa para jovens estudantes de escola pública que participaram da pesquisa, a possibilidade de se prepararem para superar a barreira do vestibular e entrar na universidade, alçando “voos” diferentes daqueles que as suas condições socioeconómica e cultural permitiria. Por isso, podemos dizer que a IC-EM ainda é apreendida como um tempo/fase de preparação para o curso superior e materializa o empoderamento dos bolseiros, sendo percebida por eles e pela família como uma estratégia relevante de superação das suas barreiras relacionadas ao capital económico, cultural e social. Afinal, há um investimento da família de tempo de longo prazo para que seus filhos possam transgredir/romper com os destinos socialmente mais previsíveis, confirmando a perspectiva da uma “trajetória improvável” (Lahire, 1997).

Importa destacar que a política de estado direcionada para a indução da IC no ensino médio, ao estar marcada pelo ideário da redução do tempo médio de titulação no processo de formação de investigadores e preparação do investigador para o mercado, pode apresentar um descompasso com o tempo necessário para a formação ampla, universal e aprofundada, necessária à atuação deste profissional. Neste sentido, podemos afirmar a existência de uma certa instrumentalização da IC.

Estas são reflexões iniciais que precisam de mais investigações de modo a entender as continuidades e discontinuidades presentes nesse tempo/fase de formação inicial do investigador.

REFERÊNCIAS

- Araújo, E. R. (2011) “A política de tempos: elementos para uma abordagem sociológica”, *Revista de Ciências Sociais – Política e Trabalho*, 34, 19-40.
- Bianchetti, L. (2002) “O desafio de escrever dissertações/teses: como incrementar a quantidade e manter a qualidade com menos tempo e menos recursos”. In: Bianchetti, L. e Machado, A. M. (orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*, Florianópolis/São Paulo: Editora da UFSC/Cortez, pp. 165 - 185.
- Bianchetti, L., Oliveira, A., Silva, E. L. & Turnes, L. (2012) “A iniciação à pesquisa no Brasil: políticas de formação de jovens investigadores”, *Educação*, Santa Maria, 37 (3), 569-584.

- Bianchetti, L. (2010) "O Processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch", *Educação & Sociedade*, 31, 110, 263-285.
- Bourdieu, P. (1983) *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Bourdieu, P. (1998) *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP.
- Bourdieu, P. (2009) "Espaço social e poder simbólico". In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, pp.149-168.
- Bourdieu, P. (2011) *Homo academicus*. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle, Rev. Téc. Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Brasil/CNPq. *Iniciação Científica Junior – ICJ – Norma Específica*. Disponível em: http://www.cnpq.br/normas/rn_06_017_anexo5.htm Acesso em: 26 maio 2011b.
- Brasil/CNPq. *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio – PIBIC EM*. Disponível em: http://www.cnpq.br/programas/pibic_em/index.htm Acesso em 25 maio 2011a.
- Charlot, B. (2000) *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Chauí, M. (2003) "A universidade pública sob nova perspectiva", *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, ANPEd, 24, 5-15.
- CNPq. (2011) *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio – PIBIC EM*.
- CNPq. *Iniciação Científica Junior – ICJ – Norma Específica*. [Retirado em: http://www.cnpq.br/normas/rn_06_017_anexo5.htm 26/05/2011]
- Dale, R. (2001) "Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"?, *Educação, Sociedade & Culturas*, 16, 133-169.
- Dietz, J. e Bozeman, B. (2005) "Academic careers, patents, and productivity: industry experience as scientific and technical human capital", *Research Policy*, 34: 349-367.
- Fava-de-Moraes, F. e Fava, M. (2000) "A iniciação científica - muitas vantagens e poucos riscos", *São Paulo em Perspectiva*, 14,1, 71-73.
- Ferreira Jr, A. e Bittar, M. (2008) "Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar, *Revista Educação e Sociedade*, 28 (76), 333-355. [Retirado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-326220080003&lng=en&nrm=iso 23/12/2013]
- Giddens, A. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Hermanovicz, J. C. (2009) "Faculty perceptions of work, the academic profession, and universities across careers". [Retirado de: http://www1.tiaa-cref.org/institute/research/advancing_higher_education/ahe_facultyperceptions0809.html 23/12/2013].
- Jacoby, R. (2001) *O fim da utopia: política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Record
- Kuenzer, A. Z. (2010) "O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida", *Revista Educação e Sociedade*, 31, 112, 851-873.
- Lahire, B. (1997) *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática.

- Lahire, B. (2005) “Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual”, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, 49.
- Moraes, M. C. M. de. (2006) “O processo de Bolonha vis a vis a globalização de um modelo de ensino superior”, *Perspectiva*, Florianópolis, 24, 1, 187-203.
- Moraes, M. C. M. de. (2003) *Iluminismo às avessas: produção do conhecimento e políticas de ação docente*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/CNPq, 161-183.
- Moraes, M. C. M. de. (2012) “Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias”. In: Bianchetti, Lucídio; Machado e Ana M. N. (Orgs.). *A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- Morgado, J. C. (2009) “Processo de Bolonha e Ensino Superior num mundo globalizado”, *Educação e Sociedade*, 30, 106, 37-72.
- Musto, F. M. F. e Muzzeti, L. R. (2005) “Características e *habitus* docente em educação profissional de nível técnico”. In: *Dimensão cultural na formação de professores*. VIII Congresso Paulista de Formação de educadores. São Paulo: UNESP, 13-19.
- Nerad, Maresi e Heggund, M. (Editors) (2008) *Toward a Global PhD? Forces & Forms in Doctoral Education Worldwide*. Seattle e Londres: University of Washington Press.
- Oliveira, A. (2011) *Política Científica no Brasil: análise das políticas de fomento à pesquisa do CNPq*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina: Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
- Onofrio, M. G. (2010). *Indicadores de trayectorias científicas y tecnológicas e índices de producción de los investigadores iberoamericanos* [Disponível em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3342036.pdf 23/12/2013].
- Paraskeva, J.M. (Org.) (2009) *Capitalismo Académico*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Rhoades, Gary e Slaughter, S. *Academic capitalism in the new economy: challenges and choices*. Disponível em: <http://www.aft.org/pdfs/highered/academic/june04/Rhoades.qxp.pdf> Acesso em: 25 agosto 2013.
- Thompson, E. P. (1998) “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In *Costumes em comum*. São Paulo: Editora Schwarcz, p. 267 – 304.
- Vieira, N. (2007). Literacia científica e educação de ciência. Dois objectivos para a mesma aula, *Revista Lusófona de Educação*, 10: 97-108.
- Warde, M. (2012) “Sobre orientar pesquisa em tempos de pesquisa administrada”. In: Bianchetti, L.; Machado, Ana M. N. (Orgs.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. 3 ed. São Paulo: Cortez
- Zago, N. (1998) “Realidades sociais e escolares e dinâmica familiar nos meios populares”, *Paidéia*, 8 (14-15), 63-73.
- Zago, N. (2000) “Quando os dados contrariam as previsões estatísticas: os casos de êxito escolar nas famílias socialmente desfavorecidas”, *Paidéia*, 10, 18, 70-80.
- Zago, N. (2006) “Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares”, *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 11, 32, 226-370.